

Verinotio

Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas

25

número 2

nov. 2019

Dossiê

Pensamento conservador brasileiro do século XX

VERINOTIO – REVISTA ON-LINE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ISSN: 1981-061X v. 25 n. 2 2019 | NOV. 2019

PERIODICIDADE: SEMESTRAL

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Rua Recife, Lotes 1-7 – Jardim Bela Vista, Rio das Ostras – 28895-532 – RJ –
Brasil. *E-mail*: revistaverinotio@gmail.com

EXPEDIENTE

Equipe editorial

Editora-chefe: Dra. Vânia Noeli Ferreira de Assunção, UFF

Editora-chefe adjunta: Dra. Ester Vaisman, UFMG

Editor-associado: Dr. Vitor Bartoletti Sartori, UFMG

Editor associado: Dr. Ronaldo Vielmi Fortes, UFJF

Editor-associado: Ms. Murilo Leite Pereira Neto, UFMG

Editora convidada: Profa. Dra. Maria Aparecida de Paula Rago, PUC-SP

Equipe técnica:

J. C. Ruzza – Capista

Roger Filipe Silva – *Web designer*, diagramador, programador e suporte técnico

Vânia Noeli Ferreira de Assunção – Revisora de gramática, ortografia e normalização

Murilo Leite Pereira Neto – Revisor de gramática, ortografia e normalização

Conselho Editorial:

Dra. Ana Selva Castelo Branco Albinati, PUC-MG, Brasil

Dr. Antônio José Romera Valverde, PUC-SP, Brasil

Dr. Antônio José Lopes Alves, Coltec/UFMG, Brasil

Dr. Antônio Rago Filho, PUC-SP, Brasil

Dr. Celso Frederico, USP, Brasil

Dr. Eduardo Ferreira Chagas, UFC, Brasil

Dra. Fabiana Scoleso, UFT, Brasil

Dr. Francisco Garcia Chicote, Conicet/UBA, Argentina

Dr. Leonardo Gomes de Deus, UFMG, Brasil

Dra. Lúcia Aparecida Valadares Sartório, UFRRJ, Brasil

Dr. Marco Vanzulli, Università degli Studi di Milano Bicocca, Itália

Dr. Mario Duayer, UFF, Brasil

Dr. Mauro Castelo Branco de Moura, UFBA, Brasil

Dr. Miguel Vedda, UBA, Argentina

Dra. Mônica Hallak Martins Costa, PUC-MG, Brasil

Dr. Nicolas Tertulian, *in memoriam*

Dr. Paulo Henrique Furtado de Araujo, UFF, Brasil

Dr. Ricardo Gaspar Müller, UFSC, Brasil

Dr. Ricardo Lara, UFSC, Brasil

Dr. Ronaldo Rosas Reis, UFF, Brasil

Avaliadores *Ad hoc*

Dra. Ana Laura Correa, Unb, Brasil; **Dr. Antônio José Lopes Alves**, Coltec/UFMG, Brasil; **Dr. Antônio Rago Filho**, PUC-SP, Brasil; **Dra. Danielle Corpas**, UFRJ, Brasil; **Dra. Ester Vaisman**, UFMG, Brasil; **Dra. Fabiana Scoleso**, UFT, Brasil; **Dra. Fernanda Galve**, UFMA, Brasil; **Dr. Fernando Furquim Camargo**, UFT, Brasil; **Dr. Hermógenes Saviani Filho Dr.**, UFRGS, Brasil; **Dr. João Bertonha**, UFPR, Brasil; **Dr. João Claudino Tavares**, UFF, Brasil; **Dr. Julio Manuel Pires**, PUC-SP, Brasil; **Ms. Leovigildo Melgaço**, IESCFAC, Brasil; **Dra. Maria Angélica Borges**, PUC-SP, Brasil; **Ms. Maria de Anunciação Madureira**, UEM, Brasil; **Dr. Martin Koval**, UBA, Argentina; **Dr. Mauricio Martins**, UFF, Brasil; **Dr. Odilon Caldeira Neto**, UFJF, Brasil; **Ms. Paula Araújo**, USP, Brasil; **Dr. Paulo Henrique Furtado de Araujo**, UFF, Brasil; **Dr. Pedro Dutra Fonseca**, UFRGS, Brasil; **Dr. Rodrigo Jurucê**, UEG, Brasil; **Dr. Ronaldo F. Santos Gaspar**, UEL, Brasil; **Dr. Ronaldo Vielmi Fortes**, UFJF, Brasil; **Dr. Sidney da Silva Lobato**, Unifap, Brasil; **Ms. Thiago Rezende**, UnB, Brasil; **Dra. Vânia Noeli Ferreira de Assunção**, UFF, Brasil; **Dra. Vera Cotrim**, Cefet-MG, Brasil; **Dr. Vitor Bartoletti Sartori**, UFMG, Brasil.

Sumário

Editorial	07
Maria Aparecida de Paula Rago, Vânia Noeli Ferreira de Assunção	
ARTIGOS FLUXO CONTÍNUO	
Necrológico de Nicolas Tertulian	12
Pierre Rusch	
Lukács e a sombra de Stálin: Entrevista com Nicolas Tertulian	15
Didier Eribon	
¿Regreso a Ítaca? Una lectura blochiana de la embriaguez: el caso de Gottfried Benn	22
Maria Belforte	
A inserção subordinada do capitalismo brasileiro na mundialização do capital	40
Maria Goreti Juvencio Sobrinho	
Ensino de história e cultura popular numa nação imperial	64
Thiago Romão de Alencar	
O capital, de Marx: advocacy de política pública?	89
Hilem Estefânia Cosme de Oliveira, Vinicius Felix da Silva	
[Re] pensar as derrotas no partido político	111
Rodrigo Francisco Maia	
DOSSIÊ	
As vias prussiana e colonial de objetivação do capitalismo e suas expressões teóricas conservadoras	131
J. Chasin	
O pensamento conservador no Amazonas	166
Carlos Henrique Gileno, Rodrigo Dantas de Medeiros, Ricardo Lima da Silva	
Capitalismo naturalista e modo de produção capitalista	191
Maria Angélica Borges, João Ildebrando Bocchi	
Destruidora de ilusões burguesas: uma homenagem à nossa mãe, Lívia Cotrim	215
Ana Aguiar Cotrim, Vera Aguiar Cotrim	
Industrialização e bonapartismo – o ideário de Getúlio Vargas (1935-45)	220
Lívia Cotrim	
A gênese e a evolução do capitalismo no ideário de Roberto Campos ...	253
Wanderson Fábio de Melo	
Contrarrevolução permanente, antiliberalismo e anticomunismo	287
Rodolfo Costa Machado	

O pensamento integralista de Miguel Reale.....	331
Rodrigo Maiolini Rebello Pinho	
Os militares no pós-1964	364
Tiago Cavalcante Guerra	
Ocidente e história em Golbery do Couto e Silva	392
Vânia Noeli Ferreira de Assunção	
O demiurgo da construção nacional	444
Maria Aparecida de Paula Rago	
RESENHA	
Nas trilhas da imanência	482
Vitor B. Sartori	

Editorial

Vânia Noeli Ferreira de Assunção¹
Maria Aparecida de Paula Rago²

É com imenso prazer que trazemos a público mais uma edição da *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*,

Abrimos este número com o necrológio do filósofo Nicolas Tertulian, falecido em setembro de 2019, escrito pelo tradutor e pesquisador da obra lukacsiana Pierre Rusch. Neste texto póstumo, Rusch apresenta a trajetória biográfica e intelectual do romeno. Sua publicização é forma de a *Verinotio* homenagear o teórico, de quem publicamos, ainda em vida, diversos textos, que fazia parte do nosso conselho editorial e por quem mantínhamos profundo respeito.

Ao necrológio segue-se uma entrevista concedida por Tertulian ao filósofo Didier Eribon, na qual disserta sobre a relação complexa que o filósofo húngaro G. Lukács estabeleceu com os regimes autodenominados socialistas do Leste europeu, em geral, e com o stalinismo, em particular. Para tanto, faz apontamentos sintéticos sobre o significado de várias das obras lukacsianas.

No artigo ¿Regreso a Ítaca? Una lectura blochiana de la embriaguez: el caso de Gottfried Benn, a pesquisadora da Universidade de Buenos Aires, Maria Belforte, aborda a construção de subjetividades na narrativa de Gottfried Benn a partir do conceito de embriaguez de Ernst Bloch. Este, em suas análises estéticas e políticas na República de Weimar, atentava para a existência de utopias regressivas, bem como da convivência do arcaísmo com o relativismo. Para a autora, a exaltação da animalidade do homem e o niilismo médico de Benn são típicos do utopismo regressivo. Conclui que, independentemente dos desejos subjetivos dos autores, essas construções narrativas, que se pretendiam puras e associadas, contribuíram para assentar os fundamentos ideológicos do nacional-socialismo.

Maria Goreti Juvencio Sobrinho contribui para este número com o texto A inserção subordinada do capitalismo brasileiro na mundialização do capital. A autora, partindo de análises sobre a particularidade do capitalismo latino-americano e brasileiro feitas por autores como J. Chasin, Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini, aborda a inserção internacional do Brasil a partir dos anos 1990. Complementando com base em estudos recentes de economistas e sociólogos, ela conclui que esta inserção consolidou os pilares do capitalismo brasileiro – quais sejam, a

¹ Doutora, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF – Rio das Ostras) e editora-chefe de *Verinotio*. E-mail: vanianoeli@uol.com.br.

² Doutora, professora da FEA-PUC/SP e editora-convidada da *Verinoio*.

incompletude, a subsunção externa, a autocracia e a superexploração da força de trabalho.

O artigo de Thiago Romão de Alencar, Ensino de história e cultura popular numa nação imperial: o caso da Grã-Bretanha na segunda metade do século XIX, tem por objeto a historiografia e o ensino de história na Inglaterra do século XIX. Apresenta exemplos de penetração da propaganda ideológica imperialista e nacionalista em entretenimentos populares e na arte inglesa daquele período (o *music hall* e o melodrama), mostrando as diversas mudanças pelas quais essas ideologias passaram no decorrer do tempo e de acordo com a interação das classes sociais com o empreendimento imperial.

Hilem Estefânia Cosme de Oliveira e Vinicius Felix da Silva, em seu ensaio *O capital, de Marx: advocacy de política pública?*, investiga o tratamento dado por Karl Marx à questão das políticas públicas no Livro I de sua obra magna. Debatendo com críticos contemporâneos, os autores sugerem que Marx propôs ali um programa revolucionário para o século XIX, baseado na noção de direitos sociais e econômicos do trabalho, frente à abstração liberal dos direitos humanos. Oliveira e Silva acreditam que a obra marxiana pode ser lida como uma defesa da legislação limitadora da jornada de trabalho e contém elementos para uma concepção marxista da política pública e de seus sujeitos.

Em seu texto [Re]pensar as derrotas no partido político: instrumentos gramscianos para uma análise, Rodrigo Francisco Maia examina a concepção gramsciana de partido político, visto como expressão da vontade coletiva, passando pela questão da sua organicidade e da necessidade de contínua formação de quadros intelectuais e por sua atividade no contexto da guerra de posições. Tomando os exemplos histórico-concretos dos partidos comunistas italiano e português, aborda como as derrotas – práticas, ideológicas e políticas – se abatem sobre agremiações e possíveis desdobramentos.

Neste número, apresentamos o Dossiê Pensamento conservador brasileiro do século XX, cuja ideia surgiu no Seminário Internacional J. Chasin, ocorrido na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em novembro de 2018. Neste evento, as organizadoras do dossiê, Vânia Noeli Ferreira de Assunção e Maria Aparecida de Paula Rago, participaram da mesa Núcleo de Pesquisas em Torno de Chasin, junto como Monica Hallak Costa, em que fizeram um balanço das pesquisas que foram inspiradas, direta e indiretamente, em duas ou mais gerações, nas pesquisas do filósofo paulistano J. Chasin sobre a via colonial de objetivação do capitalismo e o pensamento integralista de Plínio Salgado. Surpresas com a extensão temática – as pesquisas se articulavam em núcleos como as vertentes do pensamento conservador, a formação nacional e a marxologia

– e a quantidade de pesquisas que tinham Chasin como norte teórico, decidiram sugerir a publicação dos seus resultados, que não poderiam ser deixados à crítica roedora dos ratos. O escopo foi ampliado por meio de chamada pública de artigos que trabalhassem o pensamento conservador.

O Dossiê é aberto com o texto As vias prussiana e colonial de objetivação do capitalismo e suas expressões teóricas conservadoras: o fascismo e o integralismo, excerto do livro *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*, de J. Chasin. Partindo de autores clássicos como Marx, Engels, Lênin e Lukács, entre outros, o autor faz um retrospecto histórico do processo particular de objetivação do capitalismo – a via prussiana – em países como Alemanha e Itália. Em seguida, contrapõe-se-lhes a forma como o Brasil entificou seu capitalismo industrial, a via colonial. *Pari passu*, é feita a análise dos principais caracteres de ideologias conservadoras típicas dos processos tardio e híper-tardio de constituição do capitalismo, o fascismo e o integralismo, salientando-se suas semelhanças e suas diferenças, determinadas pelo chão histórico distinto que as gestou.

Carlos Henrique Gileno, Rodrigo Dantas de Medeiros e Ricardo Lima da Silva contribuem para o Dossiê com o texto O pensamento conservador no Amazonas: a interpretação de Arthur César Ferreira Reis sobre a formação do Brasil. Os autores iniciam com um debate sobre o caráter do conservadorismo, em particular no Brasil. Em seguida, debruçam-se sobre o pensamento do historiador amazônida Arthur César Ferreira Reis, especificamente sobre sua interpretação acerca da formação nacional. Nesse mister, discutem os processos de organização do poder da Colônia até a Revolução de 1930, salientando como, para Reis, as mudanças sociopolíticas ocorrem de forma lenta e sem rupturas radicais, além de serem guiadas por uma elite intelectual e terem como elemento central um estado forte.

O artigo Capitalismo naturalista e modo de produção capitalista: crítica ao pensamento de Eugênio Gudín é de autoria de Maria Angélica Borges e João Ildebrando Bocchi. Os autores expõem o liberalismo de Gudín, para quem economia de mercado e democracia estão natural e harmonicamente conectados. Apresentam a sua concepção a-histórica, naturalizada e eternizante de capitalismo, que desconsiderava as análises histórico-concretas. Abordam, ainda, sua oposição ferrenha ao planejamento e ao “totalitarismo”, considerados antidemocráticos e intervencionistas, contrários à natureza humana.

A seguir, em uma homenagem póstuma a Lívia Cotrim, parceira intelectual, de militância e amiga de longa data, falecida em agosto último, apresentamos o texto Destruidora de ilusões burguesas: uma homenagem à nossa mãe, Lívia Cotrim, escrito pelas pesquisadoras Ana Cotrim e Vera

Cotrim, suas filhas, que celebram sua memória de uma forma que todos nós, da *Verinotio*, ratificamos.

Apresentamos, em seguida, texto da própria Livia Cotrim, escrito para este Dossiê, que tem como título Industrialização e bonapartismo – o ideário de Getúlio Vargas (1935-45), tema que a autora abordou em dissertação de mestrado. Realizando a análise imanente dos discursos varguistas no período em que se efetivava a industrialização brasileira, a autora salienta a especificidade de seu projeto de industrialização e seu vínculo com a forma bonapartista da autocracia burguesa.

Nosso colaborador Wanderson Fábio de Melo volta a discutir Roberto Campos, desta feita apresentando sua concepção de gênese e evolução do capitalismo. Segundo Melo, o economista identifica a prática da usura na Idade Média como gênese do desenvolvimento capitalista, concluindo, assim, que o capital estaria na origem do próprio capital. A prática usurária teria sido ampliada na fase do Renascimento, na Reforma Protestante e no período colonial, com a importação de metais preciosos das colônias às metrópoles europeias gerando uma revolução nos preços e ampliando o crédito, que Campos entendia como elemento central ao capitalismo.

Rodolfo Costa Machado contribui com o artigo Contrarrevolução permanente, antiliberalismo e anticomunismo: as raízes ideológicas do bonapartismo de Alfredo Buzaid, o jurista ditatorial (1965-74). Machado ressalta as críticas buzaidianas ao liberalismo e ao comunismo, aos quais antepunha a proposta da democracia social de cunho cristão, antipopular, elitista e autocrático. Segundo Buzaid, o regime bonapartista mantinha um *estado de justiça* anticomunista que conteria e superaria o *estado de direito* liberal. Machado apresenta, ainda, os principais nódulos do ideário buzaidiano, quais sejam, a concepção de estado ético, de política científica e de filosofia espiritualista que ele atribuía à ditadura. O autor chama a atenção para a forma como o antigo integralista pliniano se amalgamou tardiamente, em Buzaid, com a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento e para sua participação na Liga Mundial Anticomunista.

No artigo O pensamento integralista de Miguel Reale, Rodrigo Maiolini R. Pinho inicia destacando a propositura realiana de uma nova concepção integral da história, a qual trataria da totalidade do processo histórico, composto de duas partes: ser e dever-ser, habitualmente estudadas em separado. De forma similar, concebia também um estado integral, um estado supereconômico, orientador e fiscalizador, representante de todas as classes sociais. Defensor de um anticapitalismo nacionalista, encontrava no bandeirismo o guia para a consciência nacional e apontava os pequenos proprietários como classe revolucionária.

Tiago Cavalcante Guerra, em seu texto *Os militares no pós-1964: um estudo histórico sobre a Linha-dura (1964-9)*, expõe as divergências verificadas no interior das forças armadas após o golpe de 1964. Nesse sentido, aponta o surgimento de duas correntes principais, a *Sorbonne* e a *Linha-dura*, detendo-se particularmente nos conflitos atinentes à segunda nos primeiros anos da ditadura, discutindo-a a partir de sua aparição na imprensa semioficial.

Vânia Noeli F. de Assunção explana sobre a concepção de Ocidente e história em Golbery do Couto e Silva. A autora expõe as concepções golberyanas de homem, história, estado e civilização, aborda a visão que o autor tem do Ocidente – ideal e efetivamente existente – e finaliza com a relação de dependência mútua que o general gaúcho percebia entre Brasil e civilização ocidental, a qual implicava uma proposta de defesa do Ocidente e a criação de um Brasil-potência, bastião da civilização.

Por fim, Maria Aparecida de Paula Rago, em seu artigo *O demiurgo da construção nacional: o pensamento industrialista de Azevedo Amaral*, ocupa-se do pensamento do jornalista fluminense, uma das expressões mais elevadas do nacionalismo conservador e autocrático dos anos 1930. Defensor da corrente industrialista, notabilizou-se por ser adepto de um estado autoritário e de uma nova elite dirigente. Pretendia, assim, superar os entraves ao processo de evolução nacional rumo a um novo padrão de modernidade – o neocapitalismo de massas. Segundo a autora, trata-se de um ideólogo em quem se manifestam claramente os elementos contraditórios representantes da renovação conservadora, que ele, aliás, pleiteava conscientemente.

Acreditamos que o retorno a autores clássicos – ainda que sejam clássicos do conservadorismo – muito pode nos ensinar sobre a sociedade brasileira. Nesse sentido, toda denúncia tem de estar atrelada à análise rigorosa e à atenção à especificidade das teorias, que devem, assim, ser combatidas também de formas específicas. Convidamos o leitor a ler, refletir e debater sobre os textos aqui propostos como uma das formas de se preparar para o combate.

Como citar:

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. Editorial. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 7-11, nov. 2019.

Necrológio de Nicolas Tertulian¹

Pierre Rusch²

O filósofo Nicolas Tertulian faleceu no último dia 11 de setembro [de 2019], em Suresnes (no Departamento francês de Hauts de Seine), aos 90 anos.

Nicolas Tertulian, cujo nome verdadeiro era Nathan Veinstein, nasceu em 1929 em Iasi, capital da Moldávia romena. Em julho de 1941, aos 12 anos, escapou por pouco do *pogrom* organizado pelas forças alemãs e pelo regime fascista colaboracionista de Ion Antonescu.

No final da II Guerra Mundial, ele frequentou o curso da Faculdade de Filosofia de Bucareste. Paralelamente, desenvolveu uma rica atividade de crítica literária, colaborando com revistas romenas de destaque. Desencorajado pelo marxismo dogmático que dominava a vida intelectual na Romênia comunista do pós-guerra, esforçou-se para fazer valer o direito de uma crítica independente, sensível à especificidade do material literário, mas fundado sobre bases teóricas sólidas. Tais esforços e determinações lhe renderam incontáveis humilhações por parte das autoridades, mas o levaram a dois autores de referência aos quais permaneceu vinculado pelo resto de sua vida: o italiano Benedetto Croce (1866-1952), mas, sobretudo, o húngaro György Lukács (1885-1971), sobre o qual se tornaria um dos grandes especialistas. Após tomar contato com Lukács, em 1965, manteve com ele uma forte relação pessoal, que durou até a morte do filósofo húngaro, em 1971. Desde então, consagrou grande parte de suas atividades à defesa e à exegese da obra lukacsiana.

O marxismo de Nicolas Tertulian se delineou através dessas duas referências. Um marxismo filosófico, fortemente ancorado em suas origens hegelianas, preocupado com a exploração de todas as fontes críticas de um sistema de pensamento aberto sobre o mundo e a história. Foi com este espírito de abertura que, em 1966, Tertulian encontrou Martin Heidegger em Friburgo, na Alemanha, e, depois de 1968, divulgou os escritos da Escola de Frankfurt (Adorno, Marcuse) para a Romênia.

Proibido de ensinar em 1977, Nicolas Tertulian se viu limitado a atividades de pesquisa até 1980, data em que decidiu deixar a Romênia. Depois de estadas em Heidelberg e em Siena, estabeleceu-se em Paris, onde obteve, em 1982, o posto de diretor de estudos associado à École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Intelectuais tão pouco marxistas quanto François Furet (então presidente da EHESS) e Raymond

¹ Publicado originalmente no *Le Monde*, 25 set. 2019. Trad. Pedro Corgozinho. Revisão ortográfico-gramatical de Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Tradutor e pesquisador da obra lukacsiana da Université Paris Dauphine. Publicou o livro *L'Œuvre monde: essai sur la pensée du dernier Lukács*. Paris: Klincksieck, 2013.

Aron, ou ainda Paul Ricoeur, desempenhariam um papel essencial para sua recepção na França – naturalmente, tanto quanto amigos próximos, tais como Olivier Revault d’Allonnes e Mikel Dufrenne. Uma intervenção do Ministro Claude Cheysson, vinda após uma grande mobilização de intelectuais franceses, permitiu que sua esposa, a escritora e tradutora Georgeta Horodincea (falecida em 2006), e seu filho se juntassem a ele em Paris.

O seminário de Nicolas Tertulian sobre a história do pensamento alemão moderno, mantido na EHESS durante quase 30 anos, foi um ponto de encontro e de debate essencial, onde íamos escutar Henri Lefebvre, Jacques d’Hondt, Xavier Tilliette, padre Marcel Régner, Joseph Gabel ou Alexis Philonenko.

Paralelamente à sua atividade de professor, Nicolas Tertulian esteve energeticamente engajado nos grandes debates travados a partir dos anos 1980: sobre o pós-modernismo, sobre as ligações de Heidegger com o nazismo, sobre o pensamento de Carl Schmitt. Suas contribuições substanciais, fundadas na leitura minuciosa dos textos, uma formação e erudição internacionais e uma visão clara sobre o que estava em jogo, permitiram-lhe participar dessas controvérsias com elementos determinantes. No fundo, delineava-se o projeto que também fora o de Lukács, em sua obra *A destruição da razão* (1954): o de mostrar as relações entre o irracionalismo filosófico e certas evoluções antidemocráticas (sob o princípio lukacsiano de que “não existe visão de mundo ‘inocente’”).

Nicolas Tertulian foi por muito tempo o homem de um só livro: *György Lukács: as etapas de seu pensamento estético*, traduzido do romeno para o francês por F. Bloch (Paris, Le Sycomore, 1980)³. Em 2016, as Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme publicaram uma autobiografia intelectual significativamente intitulada *Pourquoi Lukács? (Por que Lukács?)*. Uma coletânea de artigos está em preparação pelas Éditions Klincksieck com o título de *Modernité et antihumanisme (Modernidade e anti-humanismo)*⁴.

³ Em 2008 foi publicada uma tradução do francês para o português, feita por Renira Lisboa de Moura Lima, com apresentação de Ester Vaisman e Rainer Patriota pela Editora Unesp. [NT]

⁴ Por ocasião da publicação do presente necrológio na *Verinotio*, recebemos a notícia de que o livro foi publicado e se encontra à venda. A Editora Perspectiva de São Paulo publicou a mesma coletânea de artigos já em 2016. Pedro Corgozinho foi o tradutor para o português e Vitor Sartori cuidou da apresentação do livro. [NT]

Como citar:

RUSCH, Pierre. Necrológio de Nicolas Tertulian. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 12-4, nov. 2019.

Data de envio: 26 set 2019.

Data de aceite: 15 out 2019.

Lukács e a sombra de Stálin

Entrevista com Nicolas Tertulian¹

Didier Eribon²

Sucessivamente porta-voz e carrasco do stalinismo, Lukács viveu por dentro os abalos do pensamento marxista. O filósofo romeno Nicolas Tertulian analisa essas reviravoltas.

O itinerário político e intelectual de György Lukács, filósofo húngaro morto em 1971 e um dos maiores teóricos marxistas, notadamente no campo da estética, é complexo. Após um primeiro período em que sofre influência da filosofia neokantiana e de Hegel, ele descobre o marxismo e a ação política. Faz parte do governo de Béla Kun em 1919. Seus estudos dessa época tentam fazer uma síntese entre a dialética hegeliana e a filosofia marxista. Exilado na União Soviética durante o nazismo, ele se torna, em seguida, uma espécie de teórico oficial e porta-voz da ortodoxia stalinista. É então que renega sua principal obra do período precedente, *História e consciência de classe*.

Mas ele será, em seguida, um dos mais ardentes artesãos da desestalinização. Faz parte da insurreição de Budapeste, em 1956, e participa do governo de Imre Nagy, o que lhe custou ser deportado, como os demais membros desse governo. Na sequência, Lukács tentará uma crítica radical dos excessos do comunismo, sempre se mantendo profundamente marxista. Ele apoia a Primavera de Praga e a ação de Kadar na Hungria.

Como julgar, com o passar do tempo, essas evoluções e em particular as relações de Lukács com o stalinismo? Foi isso que perguntamos ao filósofo romeno Nicolas Tertulian, autor de *György Lukács: etapas de seu pensamento estético*, que será lançado no outono pela Éditions Sycomore.

Didier Eribon (DE): *A mais conhecida das obras de Lukács, ao menos na França, História e consciência de classe, é, sem dúvida alguma, uma obra que marcou época, mas que seu autor renegou...*

Nicolas Tertulian (NT): *História e consciência de classe* é uma obra muito importante para o pensamento do século XX. Não apenas para

¹ Título original: Lukács et l'ombre de Staline. *Le Monde*, 1 set. 1980. Entrevista concedida por Nicolas Tertulian ao filósofo Didier Eribon, por ocasião da publicação francesa do livro *Georges Lukács: étapes de sa pensée esthétique*. Trad. Leandro Candido de Souza. Revisão técnica de Ester Vaisman. Revisão ortográfico-gramatical de Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Filósofo, crítico literário, sociólogo e professor da Université de Picardie Jules Verne. Publicou o livro *Michel Foucault e seus contemporâneos*. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 1996, entre outros.

o pensamento marxista, mas de uma maneira geral. É mesmo possível que Heidegger a tenha lido, e alguns pesquisadores têm fornecido elementos de ordem filológica para provar que, em *O ser e o tempo*, há uma polêmica oculta com Lukács.

Há em *História e consciência de classe* um *élan*, um frenesi dialético, que faz com que essa obra preserve seu caráter sedutor e atraente ainda hoje. Mas o texto que ele consagrou, em 1967, a uma análise retrospectiva das qualidades e defeitos dessa obra desenvolve uma posição muito mais nuançada que suas autocríticas da década de 1930. Aquilo que constituía a força de persuasão dessa obra é o valor concedido à práxis, à tensão criadora da subjetividade. É uma espécie de marcha triunfal do proletariado, que é também a marcha da ideia hegeliana.

O problema é saber se as distâncias que Lukács tomou são justificadas ou simplesmente circunstanciais.

Eu acredito que esse desligamento marca uma conversão filosófica sincera. Lukács mudou de ponto de vista sobre alguns problemas filosóficos importantes, depois de uma reflexão filosófica mais aprofundada.

Mesmo Merleau-Ponty, que esteve entre aqueles que redescobriram a importância dessa obra, quando fala da autocrítica de Lukács, diz que havia nesse livro uma dialética muito “ágil” e muito “nocional”. Lukács se deu conta de que o peso da objetividade é maior do que ele havia dito, que precisava levá-la em conta em uma medida incomparavelmente maior do que ele havia feito com a densidade, a resistência e a complexidade do real com relação à expansão triunfante da subjetividade.

Dogmatismo

DE: *Quando a primeira autocrítica foi pronunciada, Lukács havia se tornado um pensador cujos textos eram bastante sumários, e as polêmicas, sectárias e dogmáticas. Não teria ele se tornado um pensador oficial do stalinismo?*

NT: A questão da relação de Lukács com o stalinismo é um dos problemas mais complexos para a história das ideias políticas e filosóficas em nosso tempo.

Lukács apoiou Stálin não apenas no debate com Trotsky no final dos anos [19]20, mas também no debate filosófico organizado em Moscou, nos anos [19]30, sob as indicações de Stálin. Lukács, em sua autobiografia inédita, fala desse debate como uma viragem em sua evolução filosófica.

Ele apoiou Stálin porque o debate era dirigido contra a ortodoxia plekhanovista, isto é, contra uma visão simplificadora do marxismo. Ele apoiou a orientação tomada pela filosofia na época porque esse lhe parecia um posicionamento contra um marxismo estreito e dogmático.

Encontramo-nos diante de um paradoxo significativo: Lukács apoiava uma ortodoxia da filosofia oficial, mas ele desenvolvia uma linha de pensamento que deveria, no final das contas, entrar em contradição com essa ortodoxia. Ele dirá mais tarde: “Eu creio poder afirmar tranquilamente que eu era objetivamente um adversário dos métodos de Stálin, mesmo quando eu mesmo acreditava ser um defensor de Stálin”.

DE: *Você fala de uma certa crítica da linha oficial stalinista que poderia ser percebida nas obras desse período?*

NT: Antes de tudo, não devemos esquecer alguns fatos materiais específicos. No fim dos anos [19]30, quando da publicação em russo de seu livro sobre a história do realismo, ele foi alvo de uma vasta campanha de ataques por parte da crítica oficial (houve ao menos 40 artigos contra ele e a revista na qual colaborava foi suprimida). Um ano depois, ele chegou a ser preso durante um mês: acusavam-no de fazer parte da “quinta coluna”...

Mas vejamos o problema de fundo: seus escritos dos anos [19]30, 40, 50..., portanto, do período stalinista. O realismo na literatura que Lukács defendia e o realismo que a crítica literária stalinista recomendava estão longe de serem a mesma coisa. Não é só uma questão de diferença de cultura e de nível intelectual, como pretende Kołakowski, no capítulo muito hostil que ele consagrou a Lukács em sua recente história do marxismo, na qual ele coloca Lukács entre os escravos do dogma stalinista. Os ensaios de Lukács sobre o realismo fundamentam o conceito de realismo sobre a ideia de plenitude e de substancialidade humanas, sobre a multidimensionalidade da imagem do homem, sobre a exigência de não capitulação diante do mal.

Em um ensaio de 1940, em que nós podemos detectar nas entrelinhas uma crítica bastante forte do burocratismo stalinista, Lukács retoma intactas as ideias desenvolvidas em 1912, em seu ensaio sobre a cultura estética. A continuidade das ideias do jovem Lukács e do Lukács da maturidade me parece um dos argumentos mais convincentes contra a identificação sumária entre Lukács e as posições stalinistas.

DE: *Mas não podemos negar que seus livros dessa época são fortemente marcados pelo pensamento stalinista.*

NT: Um livro como *A destruição da razão* deve ser lido, a meu ver, em vários níveis. Sem nenhuma dúvida, há nesse livro posicionamentos sectários e dogmáticos, simplificações abusivas de ideias de alguns filósofos contra os quais é dirigida a polêmica e uma violência de linguagem na estigmatização do “inimigo” que lembram os piores clichês da propaganda stalinista.

O último capítulo, escrito evidentemente para responder à “demanda social” do momento (estamos em 1952, em plena guerra fria), é lamentável. A incompreensão da fenomenologia de Husserl, ou a denúncia sem nuances dos últimos livros de Bergson me parecem, nesse sentido, exemplos flagrantes. Mas eu mantenho que a ideia fundamental do livro, a saber, a responsabilidade do pensamento alemão de tipo irracionalista na escalada das forças antidemocráticas na Alemanha, culminando com o advento do nazismo, mantém-se profundamente válida. *A destruição da razão* se mantém como um livro importante, apesar da forte marca de dogmatismo.

Quanto a *Existencialismo ou marxismo*, é um livro mais modesto, no qual o simplismo na exposição das ideias me parece ainda mais flagrante.

DE: *No entanto, Lukács reeditou esse livro.*

NT: Sim, porque ele preservou até o final sua crítica de princípio ao existencialismo. Ele queria escrever um estudo sobre a *Crítica da razão dialética*. Mas ele leu apenas 200 páginas, depois parou porque achava o livro muito prolixo, para não dizer caótico: “É um livro muito honesto, mas extremamente confuso e enfadonho”, escreveu ele em uma carta. Aos seus olhos, Sartre tinha feito progressos enormes desde *O ser e o nada*; mas se manteve fiel à ideia heideggeriana de que o homem é um ser lançado no mundo. Ora, para Lukács, a sociedade não é uma dimensão que o homem adquire progressivamente. Não é uma dimensão secundária, mas originária, constitutiva do ser humano.

DE: *Você considera as obras posteriores de Lukács como uma reação contra o empobrecimento do marxismo?*

NT: Sim. A *Estética* e a *Ontologia* nasceram como reação ao terrível empobrecimento do marxismo no período stalinista. Mas são também uma reação contra a expansão do neopositivismo e da filosofia analítica. Ele protesta contra a ideia de reduzir a filosofia à teoria do conhecimento científico. Sua vontade é de recuperar a riqueza das categorias do real.

É um retorno à tradição da *Metafísica* de Aristóteles e da *Lógica* de Hegel. É uma tentativa de devolver à filosofia seu sobro metafísico banido pelo cientificismo neopositivista.

Desafeição

DE: *Nesse sentido, a Estética é muito mais que uma teoria da arte?*

NT: Sim. Na *Estética* existem muitos desenvolvimentos sobre a ciência, a magia, a religião... É uma tentativa ambiciosa de reconstruir uma

reflexão totalizante sobre as funções do espírito, não apenas sobre a arte. Ela se pretende uma espécie de “fenomenologia do espírito”.

Para Lukács, o essencial na arte é o conteúdo humano. Podemos recriminá-lo por tentar fazer ressurgir – na época de expansão do tecnocratismo, do cientificismo, da filosofia analítica – as grandes tradições humanistas e definir com intransigência a humanidade irreduzível da obra de arte? Ele chega a considerar a arte expressão privilegiada da “humanidade do homem”, da substância humana. E como essa substância está muito ameaçada, ele queria, por meio da arte, salvar a integralidade da pessoa humana.

É esse caráter humanista de seu pensamento que predomina tanto na *Estética* como na *Ontologia*. Porque sua iniciativa teórica principal é introduzir o conceito de consciência de si da espécie humana. Ele pensava que nós não deveríamos falar apenas de classes sociais, de grupos sociais, de nações... mas também da humanidade como uma entidade que se constitui historicamente, como um *corpus* de qualidades progressivamente adquiridas. A ideia central da *Estética* é que as grandes obras de arte exprimem justamente, por meio de uma determinação temporal e espacial que é aquela da arte em seu tempo, a aspiração que é a mesma da humanidade em sua totalidade.

DE: *A Estética, para além das obras do período stalinista, e mesmo para além de História e consciência de classe, reencontra os temas das primeiras obras de Lukács, isto é, obras que são anteriores a sua adesão ao marxismo.*

NT: A *Estética* define bem o pensamento de Lukács como uma filosofia do sujeito. Lukács deu lugar de pleno direito à afirmação da subjetividade humana. A ideia de que Lukács capitulou diante do “real”, que ele se dobrou à força constrangedora da “objetividade” e da necessidade histórica (isto é, o stalinismo), é invertida na base pelo lugar que ele dá à subjetividade humana. Ele reencontra, de fato, seu pensamento de juventude, que estava presente nas obras do período stalinista, mas em um plano dissimulado. Todas as fontes do pensamento de juventude reaparecem e conhecem uma eclosão. Isto é, muitas ideias que ele havia desenvolvido a partir de Kant, Dilthey, Husserl e Hegel.

E assim a ideia do caráter desalienante da arte, por exemplo, teve, para os países do Leste, um efeito de inversão de horizonte de pensamento: podemos ler a *Estética*, assim como a *Ontologia*, como uma gigantesca inadmissibilidade aos olhos de toda a prática manipuladora e burocrática do “socialismo de caserna” de tipo stalinista e neostalinista.

DE: Parece, de fato, que o interesse pelo pensamento de Lukács reside, para uma grande parte, no papel de pensamento da dissidência que ele desempenhou nos países do Leste.

NT: O pensamento de Lukács é, por essência, um pensamento crítico, não conformista, que, de maneira explícita, toma distância com relação às práticas existentes. Lukács escreveu um texto sobre a questão da democratização após os acontecimentos da Tchecoslováquia em 1968. Ele não o publicou porque não estava muito satisfeito. Mas é aqui que encontramos esse pensamento político e suas análises sobre a situação do socialismo real. Encontramos, nesse texto, uma crítica aguda de práticas neostalinistas. O centralismo assombroso, a manipulação, a ausência de autodeterminação nas práticas elementares da vida cotidiana, o perigo fatal de despolitização, a resignação das pessoas...

Mas sua expressão “pensamento da dissidência” pede alguns esclarecimentos. Lukács era um espírito oposicionista, mas ele jamais negou a experiência socialista em nossos países. Seu projeto era “corrigir” aquilo que ele julgava ser uma deformação ou uma mutilação do socialismo, dar um fundamento teórico, sobre bases humanistas, à reconstrução dessas sociedades; não se engajar em uma contestação global. O pensamento da Escola de Frankfurt é, nesse sentido, mais negativo e mais radical que o seu; mas também muito mais sumário no que diz respeito aos países do Leste. Lukács viveu de dentro a experiência do socialismo e ele pôde mensurar a gravidade do real, a complexidade efetiva do tecido social. A subjetividade lukacsiana é uma subjetividade enraizada no objeto, que quer modificar e reformar o real, casando sua estrutura e seus contornos, ao passo que Adorno, muito mais pessimista, encontrava seu único ponto de apoio na autonomia orgulhosa do sujeito solitário, confinado em seu trabalho de negação perpétua³.

É preciso acrescentar que nem Lukács nem Adorno são figuras dominantes do pensamento e da *intelligentsia* no Leste. Uma certa desafeição no que diz respeito à filosofia voltada aos problemas sociais e históricos faz que os jovens filósofos romenos, por exemplo, se interessem mais por Heidegger e Nietzsche, ou por Karl Popper e a filosofia analítica, ou pelo estruturalismo e a semiologia. Mas aqueles que estão verdadeiramente interessados em uma reflexão crítica sobre os problemas concretos da sociedade de nossa época, encontram finalmente impulso para desenvolver um pensamento autônomo nos escritos de pensadores como Lukács, Sartre, Adorno ou Bloch.

³ Veja-se a entrevista de Miguel Abensour sobre a Escola de Frankfurt, no *Le Monde*, 2 mar.

Como citar:

ERIBON, Didier. Lukács e a sombra de Stálin – entrevista com Nicolas Tertulian. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 15-21, nov. 2019.

Data de envio: 13 mar. 2019

Data de aceite: 12 maio 2019

¿Regreso a Ítaca? Una lectura blochiana de la embriaguez: el caso de Gottfried Benn

Maria Belforte¹

Resumo:

El artículo se propone analizar el concepto de embriaguez (*Rausch*) a partir del sentido que Ernst Bloch (1885-1977) le atribuye a esta noción en el contexto de sus análisis políticos y estéticos durante la República de Weimar. Se retoman aquí los análisis blochianos que explican la convivencia del relativismo junto al arcaicismo en la ideología burguesa y la elaboración de una concepción utópica regresiva durante este período. Como parte de la investigación, se indaga en la construcción de la subjetividad de las narraciones de Gottfried Benn durante la I Guerra Mundial.

Palavras-chave: utopía; nihilismo médico; relativismo antropológico; subjetividad; expresionismo.

Back to Ithaca? A Blochian Reading of Rausch: Gottfried Benn's Case

Abstract:

The aim of this paper is to analyze the concept of ecstasy (*Rausch*) in the sense that Ernst Bloch (1885- 1977) developed in his political and aesthetic studies during the Weimar Republic. The Blochian analyses that explain the coexistence of relativism and archaicism in bourgeois ideology and the regressive utopian conception in that period are here studied. For that purpose, this paper researches the constructions of subjectivity in Gottfried Benn's work during the First World War.

Key words: Utopia; Clinical Nihilism; Anthropologic Relativism; Subjectivity; Expressionism.

Introducción

“Queremos la embriaguez”:² el final de la obra de Gottfried Benn *Ithaka*, publicada en 1914, sintetiza y explicita una necesidad ideológica de

¹ Doctora en filosofía pela Universidad de Buenos Aires (UBA/Conicet). *E-mail:* mariabelforte@yahoo.com.

² “Wir wollen den Rausch” (BENN, 1914, p. 680), en alemán. Se traducirá de aquí en más *Rausch* como *embriaguez* a pesar de que, como se verá a lo largo del texto, las connotaciones del término en alemán no coinciden plenamente con la palabra en español. En lo que sigue, se recurre, en la medida de lo posible, a las traducciones disponibles y se indica el traductor en la bibliografía; cuando no se refiere lo contrario, se trata de una traducción propia.

la Alemania que se embarcaba en la guerra. La fecha resulta significativa desde el punto de vista de la historia del expresionismo literario.³ El espíritu guerrero y el fervor nacional se potenciaron en un comienzo con este sentimiento que va surgiendo en el pasaje de un siglo al otro. La obra narrativa de Benn durante el período de la Gran Guerra muestra un camino en dirección a una tendencia que Ernst Bloch considera dominante durante la República en su *Erbschaft dieser Zeit* (1934) (Herencia de esta época): la complementación del relativismo con el arcaicismo.

Tras la derrota, el tema de la embriaguez sería reconocido como elemento central de análisis político en este estudio llevado a cabo por Bloch en los años veinte y treinta. Es en el contexto de análisis del nacionalsocialismo que la embriaguez es interpretada por el filósofo como expresión de adaptación ideológica. Con una larga trayectoria en la *Kultur* a partir de Nietzsche, el concepto pasa a formar parte de las imágenes de la poesía de Stefan George y se instala en la literatura germana de las primeras décadas del siglo XX. El deseo de embriaguez, que con el estallido bélico se fusiona con el sentimiento nacional, se expresa en los años de la República con ciertas características especiales que Bloch vincula al proceso político de Weimar.

En la primera década del siglo XX, esta embriaguez convive en la obra temprana de Benn con la construcción de una subjetividad estallada. Puede verse aquí una cierta continuidad con el sentido dionisiaco de la embriaguez que aparece en *El nacimiento de la tragedia*;⁴ cuando la embriaguez de la fuerza dionisiaca posee una potencia que destroza.

Los análisis blochianos del expresionismo y sus derivados, durante la República de Weimar, se fundamentan en una concepción dicotómica de las adaptaciones de la ideología burguesa. Por un lado, esta posee una funcionalidad que responde a los grandes negocios y a una correspondiente subjetividad adaptada a sus necesidades. Por el otro lado, la ideología burguesa se enfrenta a la necesidad imperiosa de encontrar una respuesta a las transformaciones estructurales de finales de siglo. La

³ Se sigue aquí la periodización del expresionismo que propone Hans Mayer, según la cual, una primera etapa, la de la preguerra, se encuentra marcada por el tópico del enfrentamiento generacional y el rechazo al mundo burgués de los padres. El estallido de la I Guerra Mundial es interpretado como delirio bélico contra el mundo burgués y del káiser (MAYER, 1975, p. 203). A este entusiasmo le sigue un gran desengaño que se transforma en “indignación de los hijos inmolados contra aquellos que los sacrifican a ciertos fines que nada tienen que ver con la amistad mundial” (MAYER, 1975, p. 206).

⁴ Iris Därmann, explica que la noción de *Rausch* en Nietzsche interpreta la catarsis trágica no como purificación, sino como “descarga”. En el *Diccionario Nietzsche* escribe: “Bajo catarsis, N. entiende la descarga ‘de dos fuerzas artísticas’, provocadas por la sugestión de la música dionisiaca, la ‘coacción dionisiaca hacia el orgiasmo’ y la ‘coacción apolínea hacia la visión’ (NF 1888, 14 [36]) que convierte a cada individuo, a la vez, en actor y espectador”. Se subraya aquí el olvido de la propia individualidad como característica del estado de embriaguez dionisiaca (DÄRMANN, 2012, pp. 166-7).

aspiración a una relación de unidad armónica de sujeto-objeto no solo es imposible ya por los condicionamientos del proceso capitalista moderno, sino que además, los desarrollos del siglo XIX enfrentan al individuo con las masas en el espacio público y determinan la fragmentación definitiva entre la vida privada y la vida colectiva. Frente a esta modificación, la ideología burguesa se transforma y recurre al elemento arcaico para fundamentarse como novedad.

Los estudios de Bloch recuperan críticamente, sin embargo, algunos elementos de la vanguardia expresionista, en tanto contenidos potenciales de lo utópico. El presente artículo se propone entonces revisar el caso de la utopía regresiva en Benn, especialmente en su trabajo narrativo previo a la República. Se mostrará la adaptación ideológica burguesa de su obra narrativa temprana en relación con el concepto de embriaguez, sus elementos relativistas y sus componentes arcaizantes que plasman ya tempranamente los factores centrales de la interpretación blochiana durante la República de Weimar.

Para ello se estudiará, en primer lugar, la concepción de la subjetividad relativista y arcaizante en Benn y el concepto benjaminiano de “nihilismo médico” vinculado a su literatura; en segundo lugar, el vínculo entre la embriaguez y los procesos racionales analizados por Bloch en el contexto de la República de Weimar y el ascenso del nacionalsocialismo y, finalmente, la embriaguez planteada como un método en Benn. El artículo interpreta, a modo de conclusión, la embriaguez en Benn como un tipo de primitivismo de la subjetividad y como una forma de utopía regresiva.

Gottfried Benn: un concepto de yo relativo y arcaico

Aunque la figura de Gottfried Benn no posee un lugar central en los análisis del nacionalsocialismo de *Erbschaft dieser Zeit*, constituye un ejemplo significativo dentro de las representaciones y configuraciones adaptativas de la República. En Benn, el pasaje del expresionismo de la primera década del siglo XX a los ensayos y reflexiones posteriores, de comienzos de la década del treinta, muestra una continuidad ideológica. Esta puede ser analizada a partir de su concepción relativista y a la vez arcaizante de la subjetividad.

Para ello, en el caso de Benn, deben recuperarse elementos anteriores a la derrota bélica de Alemania.⁵ La construcción de la identidad del *Volk* precede a los acontecimientos del período de entreguerras y le da sustento a muchas de las configuraciones literarias y culturales de la

⁵ Esto se puede extender también a otras producciones intelectuales contemporáneas para comprender el sentido de las representaciones puestas en juego durante la República de Weimar y en el proceso de ascenso del nacionalsocialismo.

República. Si bien la experiencia de la Gran Guerra constituye un elemento absolutamente determinante de la concepción del mundo y de la autopercepción germana, el expresionismo es parte de un proceso anterior en la construcción de imágenes e ideales de la cultura en la Alemania Guillermina. Un aspecto en crisis puesto en juego con el pasaje de siglo es el de la subjetividad, como lo muestran de manera contundente filosofía de Nietzsche y la revelación del inconsciente a partir de la teoría freudiana.

A mediados de la década del diez surge un personaje que protagoniza una serie de producciones en la prosa benniana.⁶ Se trata del Dr. Werff Rönne, figura central del libro *Gehirne. Novellen*, publicado en 1916.⁷ En sus reflexiones autobiográficas de 1934, Benn describe de la siguiente manera cómo surge Rönne, personaje clave para la comprensión de la subjetividad en su obra:

entonces nació Rönne, el médico, el flagelante de las cosas individuales, el vacío desnudo del estado de cosas, el cual no podía sufrir ninguna realidad, pero que ya no podía comprender tampoco ninguna, que solo conocía el abrirse y el cerrarse rítmico del yo y de la personalidad, lo continuamente quebrantado del ser interior, que, colocado ante la vivencia de la extrañeza profunda, ilimitada, vieja como los mitos, entre el hombre y el mundo, creía absolutamente en el mito y sus imágenes (BENN, 1972, p. 28, la trad. ha sido modificada).

Frente a las pérdidas que soporta el sujeto moderno, Benn coloca a su personaje Rönne en un lugar que aspira a la vivencia: “Un chaparrón de inhibiciones y debilidad se precipitó sobre él. Pues, ¿dónde estaban las garantías de que él pudiera simplemente narrar algo del viaje, traer, vivificar, de que en él entrara algo acorde con la vivencia?” (BENN, 1916, p. 244). La vivencia (*Erlebnis*) aparece en los análisis de Walter Benjamin tras la I Guerra Mundial, con el pasaje al alto capitalismo y la pobreza interior burguesa, en reemplazo de la experiencia. Según este análisis, la vivencia mostrará la aparición de un nuevo tipo de barbarie que aquí, ya antes, se percibe en las expresiones de la subjetividad del personaje Rönne. La tensión que despedaza la subjetividad en Benn es la convivencia de futuro y pasado, de utopía y regresión, de sueño y arcaísmo. Esta coexistencia es posible gracias a la negación de la crítica política y al

⁶ Se retoma aquí la periodización en Benn de acuerdo con las cuatro fases que establece Christian M. Hanna en relación con su lírica: 1) fase expresionista (1912-1922); 2) la obra de madurez (1922-34); período de origen de *Statischen Gedichte* (1935-46); 4) lírica de posguerra (1948-56) (HANNA, 2016, pp. 70s.). Para el presente análisis se recuperan narraciones correspondientes a la fase expresionista.

⁷ Como unidad, el volumen publicado en 1916 reúne cinco historias en las que aparece el personaje Rönne: *Gehirne* (Cerebros), *Die Eroberung* (La conquista), *Die Reise* (El viaje), *Die Insel* (La isla) y *Der Geburtstag* (El cumpleaños). Se publicó en la colección expresionista *Der Jüngste Tag* editada por Kurt Wolff. Las tres primeras piezas aparecieron con anterioridad en *Die weißen Blätter* (VALTOLINA, 2016, p. 130).

rechazo al vínculo entre lo social y su expresión. El acento de esa ficción que es el sujeto está puesto, precisamente en el pasado:

El hombre tiene una mirada borrosa hacia atrás, hacia adelante ninguna. El hombre es un ser semilogrado, un esbozo, el tirar hacia un águila, ya se arrancaron las plumas, las alas, pero toda la figura [*Gestalt*] no se cayó todavía, ¿se caerá alguna vez del todo, de manera que su corazón descanse inmediatamente en el corazón de las cosas? (BENN, 1972, p. 60)

Así, lo utópico, que empuja hacia adelante, se busca en cambio en un elemento ancestral y primitivo que reemplaza a la razón como fundamento del sujeto.

La ambigüedad del concepto de subjetividad que se desprende de la crítica nietzscheana es interpretada por Benn en términos regresivos.⁸ Aschheim muestra la presencia de Nietzsche en Benn en la negación y crítica al concepto de “persona” (*Person*); esta es para el filósofo una serie de “síntomas” (*Symptome*) (ASCHHEIM, 2000, p. 65). En la lectura que hace Benn, lo que hay en Nietzsche es un movimiento del contenido a la expresión, el abandono de la sustancia a favor de la expresión (ASCHHEIM, 2000, p. 65). Este deslindarse de la subjetividad de un contenido sustancial se puede apreciar ya tempranamente en el personaje de Rönne. Benn llama a su personaje “el vacío desnudo del estado de cosas” (*das nackte Vakuum der Sachverhalte*) (BENN, 1950, p. 23). Este vacío acompaña a la crisis del criterio de verdad y es correlato de una destrucción del concepto de realidad: la pregunta por el sujeto coexiste entonces con la pregunta por la realidad:

Lo embriagador, lo cansable [*Ermüdbare*], lo difícil de mover, ¿no es esto quizá la realidad? ¿Dónde termina la impresión y dónde comienza lo incognoscible, el ser? Vemos que la pregunta por la sustancia antropológica se halla inmediatamente ante nosotros y es idéntica a la pregunta por la realidad. El inmenso problema de la realidad y sus criterios se abre aquí ante nosotros. (BENN, 1972, p. 33, la trad. ha sido modificada)

En este pasaje de sus reflexiones posteriores sobre Rönne se ve la encadenación de la pregunta por la subjetividad a la de la realidad. El resquebrajamiento de ambas se ubica en la tradición que ocupa a su contemporáneo Walter Benjamin: el empobrecimiento de la experiencia. El viaje que realiza Rönne en *Gehirne* apunta en dirección a esa búsqueda del sentido de una experiencia que se percibe como perdida (BENN, 1972, pp. 29-30). Frente a este vacío, lo que surge para completarlo, lo que llena

⁸ Se sigue aquí la lectura de Aschheim quien sostiene la doble potencialidad del irracionalismo y el modernismo en Nietzsche, tanto emancipatorio como regresivo, a través del concepto de creación (ASCHHEIM, 2000, p. 16). Por otra parte, como otros expresionistas, Benn fue en muchos sentidos un nietzscheano. (En relación con el vínculo entre Nietzsche y el expresionismo cfr. ASCHHEIM, 2000, pp. 64 ss).

el hueco de la pobreza de la experiencia, es la expresión: “Un nuevo mundo comienza, es el mundo de la expresión [*Ausdruckswelt*]” (BENN, 1972, p. 38). Y esta expresividad indica en dirección a algo arcaico, primitivo: “Primitividad, estas son las reservas frías” (BENN, 1972, p. 38).

Por otra parte, la renuncia a la verdad, la exaltación de la forma y de un “estilo”, que se explicita en su literatura ensayística se muestra en relación con la vida en una peculiar desconstrucción de lo vital y junto a una estética de lo mórbido y lo mortuorio. Este último elemento, la estetización de lo muerto, que se aprecia ya en su ciclo de poemas *Morgue*, constituye un componente rupturista que opone el arte a la vida: como lo expresa más explícitamente muchos años más tarde: “la vida es estéril, caduca, insoportable, sin complemento” (BENN, 1972, p. 50).⁹

Pero la relativización del yo, la renuncia a la sustancia pensante como fundamento de lo humano se acompaña en Benn con una dirección hacia lo primitivo. El componente fundamental del “nuevo” hombre se encuentra en una estructura arcaica. Años más tarde, Bloch cita a Benn y señala la influencia de Ludwig Klages y de Carl Jung, como ejemplos paradigmáticos de un proceso en el cual “la libido se hace arcaica” (BLOCH, 2007, p. 90); escribe “de ella nos salen al encuentro ‘la sangre y la tierra’, el hombre de Neanderthal y la época terciaria” (BLOCH, 2007, p. 90). El ensayo que Bloch retoma entonces es “La construcción de la personalidad”, publicado en 1930.¹⁰

Este relajamiento del yo en la embriaguez y el sueño fue analizado de manera contemporánea por Walter Benjamin en su ensayo sobre el surrealismo de 1929. De acuerdo con su análisis, la postulación de una experiencia transformadora no indica para el surrealismo en dirección a una sustancia arcaica y regresiva, sino a las potencialidades políticas de la emancipación humana.

Nihilismo médico: consecuencias políticas de un relativismo antropológico

Es Benjamin, amigo e interlocutor de Bloch quien caracteriza la obra de Benn por medio de lo que denomina “nihilismo médico” (*ärztlicher Nihilismus*) (GS V, p. 590). Esta categoría se emparenta con

⁹ También afirma esta búsqueda de lo formal del estilo en oposición al contenido sustantivo: “basta de seguridades, *basta de la verdad*. Que venga lo formal, lo fugaz, alas portadoras han de venir, planas y ligeramente martilladas, suspendido debajo del azul, superficies de aluminio, *superficies: ¡estilo!* En pocas palabras, el nuevo mundo orientado hacia fuera” (BENN, 1972, p. 40).

¹⁰ Bloch cita el ensayo de Benn para mostrar este arcaicismo de la libido: “llevamos a los pueblos primitivos en nuestra alma, y cuando la razón se relaja, en el sueño o la embriaguez, ascienden a la superficie con sus ritos, con su espíritu prelógico y conceden una hora de participación mística” (citado en BLOCH, 2007, p. 90).

una de mayor generalidad, la de nihilismo antropológico, a la que Benjamin le dedica uno de los *Konvolute* de su proyecto intelectual más importante, el trabajo sobre los pasajes de París. Aunque Benjamin no profundiza su análisis de los representantes de esta categoría de escritores, en la que además de Benn incluye a Carl Jung y a Louis-Ferdinand Céline, se pueden transpolar los argumentos críticos que realiza al expresionismo y su asociación con el fascismo. De hecho, Benjamin incluye a Benn dentro de los exponentes del expresionismo (GS VI, p. 182), movimiento que asocia al fascismo.¹¹

Entre las acusaciones que hace al expresionismo, que se centran en la idea de que este constituye una crítica falsa a la realidad¹², Benjamin lo define como “la mímica del gesto revolucionario sin fundamento revolucionario” (GS VI, p. 175). El nihilismo médico de Benn participaría de esta definición en su orientación hacia la destrucción del fundamento moderno de la subjetividad que se sostiene, sin embargo, sobre una matriz arcaica. Esto se explica por una característica que Benjamin explicita: el expresionismo intenta la superación de la vivencia de la guerra (*Erlebnis des Krieges*) desde el punto de vista de la burguesía y lo hace bajo el signo de lo humano (GS VI, p. 175).

La categoría propuesta por Benjamin para estos tres autores dentro de la caracterización de “nihilismo antropológico” es justificada por la peculiar conjunción de al menos dos elementos importantes para Benjamin: su condición de médicos y su apoyo al nacionalsocialismo. En relación con el nihilismo médico Benjamin escribe:

Este nihilismo ha surgido del *shock* que el interior del cuerpo ha producido en los que le rodean. El mismo Jung atribuye al expresionismo el creciente interés por lo espiritual, y escribe “El arte expresionista se anticipó proféticamente a esta tendencia, pues el arte siempre capta intuitivamente por anticipado las tendencias venideras de la conciencia general”. (BENJAMIN, 2007, p. 474)

En el *Libro de los pasajes*, cuyo *Konvolut K* lleva por título “Ciudad y arquitectura oníricas, ensoñaciones utópicas, nihilismo antropológico, Jung”, Benjamin recoge una cita de *Erbschaft dieser Zeit* que se refiere a la obra de Jung y al fascismo:

Resulta sumamente interesante... que la ciencia afectada de fascismo tuviera que cambiar precisamente aquellas partes de Freud que aún procedían del período ilustrado y materialista de la burguesía... En Jung... el inconsciente... ya no es individual, no es por tanto ningún estado adquirido por el hombre...

¹¹ Cabe agregar que el ensayo de Benn “Nach dem Nihilismus” figura entre las obras leídas por Benjamin (GS VII, p. 466).

¹² De hecho, Benjamin se refiere al expresionismo bajo el título de “Falsche Kritik”, en un fragmento de sus anotaciones sobre crítica literaria de 1930 o 1931 según los editores Tiedemann y Schweppenhäuser (GS VI, pp. 175-9).

particular, sino un tesoro de la humanidad primitiva que se ha vuelto actual; no es tampoco represión, sino regreso exitoso. (BENJAMIN, 2007, pp. 398-9)

Benjamin ve un vínculo entre la teoría esotérica del arte y la política del presente que justifica citando a Jung. Se trata de una función “claramente regresiva” (*einduetig rückschrittliche Funktion*) de la doctrina de las imágenes arquetípicas jungianas (BENJAMIN, 2007, p. 474). El interés de Benjamin en las imágenes arcaicas y el inconsciente colectivo jungianos se comprueba en una carta que envía a Gershom Scholem en julio de 1937. Allí, Benjamin expresa su voluntad de “fijar metódicamente ciertos fundamentos de los ‘Pasajes de París’ por medio de una controversia con las teorías de Jung” en la que espera poder lograr que le encarguen un trabajo sobre el “nihilismo médico en la literatura: Benn, Céline, Jung” (BENJAMIN, 2007, p. 952). La función regresiva a la que se refiere Benjamin puede extenderse a la literatura de Benn, desde la perspectiva del análisis utópico blochiano.

Una revolución postergada: polvo y embriaguez en *Erbschaft dieser Zeit*

En *Erbschaft dieser Zeit*, Bloch presenta, mediante una exposición con tintes expresionistas, una serie de imágenes que apuntan a criticar las conformaciones ideológicas burguesas que desembocaron en el nacionalsocialismo. La literatura de Benn es incluida en este análisis no solamente en relación con su interpretación del expresionismo, sino también como exponente de la construcción de una regresividad utópica.¹³

Se retomarán a continuación cuatro imágenes e ideas que reelaboran la conformación dualista con la que la ideología se ha adaptado en el proceso que tuvo lugar durante la República de Weimar: a) la imagen del polvo (*Staub*), b) la imagen del vacío, c) la idea de diversión (*Zerstreuung*), d) la idea de embriaguez (*Rausch*). Todas ellas se encaminan a mostrar la riqueza adaptativa del ideario burgués en la reproducción del esquema binario del pensamiento no materialista. Para Bloch, en el pasaje de un siglo al otro, este se ha ajustado en Alemania a las nuevas condiciones del capitalismo y en especial a la evidente ausencia de unidad armónica entre el sujeto y el mundo.

Bloch busca entonces incorporar la plasticidad del lenguaje a la exposición de la complejidad de la realidad como un *totum*. Se trata de mostrar la no correspondencia unívoca de las estructuras temporales de la

¹³ Aunque las referencias a Benn en el texto no son muy numerosas, se retoma su figura en apartados centrales para la elaboración de la interpretación blochiana del vínculo entre literatura y fascismo.

conciencia a una referencia histórico-material única. El concepto de asincronicidad (*Ungleichzeitigkeit*) posee un lugar central en el análisis blochiano. Con ello, muestra cómo la *Irratio* gana preponderancia y se vuelve de allí en más dinamizadora de las posibilidades adaptativas contrarrevolucionarias.

Junto al estudio de la barbarie fascista del libro se desarrolla un examen de la adaptación de la ideología a una nueva fase del capitalismo. Se describen también en los análisis de este período dos tendencias hegemónicas del pensamiento que prevalecen en Occidente: el relativismo y el arcaicismo. Como se verá, el primitivismo en la literatura de Benn¹⁴ se enmarca dentro de esta última tendencia.

La primera sección del libro lleva por título “El polvo”. Se podría especular con una resonancia teológica de la imagen de la creación del hombre a partir de la tierra que aparece en el Génesis y cuya frase Bloch cita en *Geist der Utopie* (BLOCH, 1964, p. 321): “bis daß du *wieder* zur Erde werdest, von der du genommen bist”¹⁵. La imagen posee sin embargo distintos matices en los ensayos que componen el libro, pero funciona como un eje que atraviesa la obra. Lo que predomina es una asociación del término con el proceso de adaptación de la falsa conciencia a una nueva etapa del capitalismo y por lo tanto posee una connotación negativa. Sin embargo, la plasticidad de la imagen podría contener también una referencia a la potencialidad de lo humano en sus implicancias teológicas de resurrección.

Según Horst Hansen, Bloch “determina el *modus* del ser del presente no fundamentalmente a partir de los análisis de la forma económica y la lucha de clases histórica, sino apriorísticamente a partir del despliegue dialéctico de la voluntad viva del anhelo” (HANSEN, 1998, p. 158). Para Hansen, el polvo “simboliza no solamente las piezas heredadas [*Erbstücke*], sino que esclarece la herencia [*Erbe*] esencial en el desmoronamiento de la sociedad burguesa, esto es el movimiento en dirección contraria como utopía, que sobre todo remite tanto más al carácter insostenible de la sociedad capitalista” (HANSEN, 1998, p. 158). Se aplica en este caso, y la imagen del polvo resulta para ello significativa, aquello que explica más abiertamente en *El principio esperanza*: “*Corruptio optimi pessima*” (la corrupción de los mejores es la peor de todas); “la esperanza fraudulenta es uno de los mayores malhechores y enervantes del género humano, mientras que la esperanza concreta y auténtica es su más serio benefactor.” (BLOCH, 2007, p. 28). A un nivel epistemológico, el polvo puede romper con el relativismo en una particular

¹⁴ En relación con la reivindicación de lo primitivo, cfr. supra “Gottfried Benn: un concepto de yo relativo y arcaico”.

¹⁵ En español, la imagen es aún más cercana: “pues polvo eres y al polvo volverás”.

y dialéctica forma de intervenir un aspecto político determinante: la ambigüedad.

Inherente al pensamiento mismo, la ambigüedad no es, como en la ideología burguesa, relativismo, y por lo tanto indecisión práctica, sino potencialidad de las estructuras de la conciencia. Precisamente, la importancia de la ambigüedad en la época moderna fue señalada por su amigo Walter Benjamin en el contexto de su estudio sobre los pasajes cuando afirma muy blochianamente, en el primer *exposé*:

Pero precisamente la modernidad cita siempre a la prehistoria. Aquí ocurre esto mediante la ambigüedad característica de las relaciones y productos sociales de esta época. La ambigüedad es la presentación plástica de la dialéctica, la ley de la dialéctica en reposo. Reposo que es utopía, y la imagen dialéctica, por tanto, imagen onírica. (BENJAMIN, 2007, p. 45)

Esta ambigüedad se contrapondría a aquella relacionada con lo político que Benjamin detecta en la inteligencia en su vínculo con el mercado: “A la indeterminación de su posición económica corresponde la ambigüedad de su función política” (BENJAMIN, 2007, p. 57). Si bien Benjamin reformula el resumen tras las fuertes críticas que recibe por parte de Adorno¹⁶, se puede reconocer aquí el espíritu utópico blochiano, altamente cercano a *Erbschaft dieser Zeit*. La imagen que complementa al polvo es el aire, ese elemento que le falta a la burguesía, que parece siempre encontrarse asfixiada. La sección “El polvo” se cierra con la siguiente frase: “Pero en ocasiones llega también la situación única en la cual los pequeñoburgueses [*Spießbürger*] quieren renovar la vida”. En estos casos, cuando el cambio proviene del mero ahogo de los sectores que han perdido un lugar (como los sectores medios durante Weimar) o que creen haberlo perdido, lo que sucede es que “[el aire] no sopla, solo levanta polvo” (BLOCH, 1973, p. 28). El polvo es entonces lo disponible como herencia que es puesto en juego políticamente. Es aquello levantado en la explosión de lo arcaico, que en sí mismo es explosivo (HANSEN, 1998, p. 158).

a) La figura del polvo se articula en cuatro niveles de acuerdo a su potencia: el primero, ya mencionado, se refiere a la decadencia de la burguesía como clase, al que le sigue el concepto de “polvo elevado al cuadrado” (*Staub hoch zwei*). Con esta expresión, Bloch plasma el momento histórico de la diversión que identifica con lo que denomina “polvo brillante” (BLOCH, 1973, p. 34). A este momento le sigue el polvo elevado a la tercera potencia, que se refiere a la embriaguez y al caos. Y, por último, Bloch elabora el concepto de polvo elevado a la cuarta potencia (*Staub hoch vier*). Da nombre así al cuarto momento, que asimila o absorbe los del polvo, la diversión y la embriaguez, o sea, el giro del gran

¹⁶ Cf. Carta de Adorno del 2 de agosto de 1935 (BENJAMIN, 2007, p. 929).

capital en su aspiración de objetividad y antes que nada en sus montajes. La culminación de esta polvareda de la cuarta potencia ocurre según Bloch entre los años 1927 y 1929, en el pasaje de la diversión a la embriaguez y en la superposición del fascismo más elevado que se conjuga con la tecnología y la más moderna *Ratio* (BLOCH, 1973, p. 214). Este momento contiene los aspectos tanto relativistas como arcaicos.

b) Con la imagen del vacío, Bloch se refiere al espacio vacío (*Hohlraum*) que se creó como resultado del derrumbe de la cultura burguesa (BLOCH, 1973, p. 215). En un artículo de 1929, se refiere a “la existencia-mecánica de un vacío total” (*die Daseins-Mechanik aus totaler Leere*) (BLOCH, 1984, p. 352).¹⁷ En *Erbschaft*, también este vacío de sentido de la sociedad burguesa posee una ambigüedad potencial para lo nuevo. Cabe aquí señalar la diferenciación que indica Annette Schlemm en la dialéctica blochiana. Bloch diferencia entre la nada (*Nichts*) y la negación (*Nicht*) (SCHLEMM, 2017, pp. 75s.). Esta última, forma parte de un concepto clave de su filosofía, el *Noch-Nicht*:

El no se encuentra en el origen como lo todavía vacío, indeterminado, indeciso, como partida para el comienzo, mientras que la nada es un determinado [...] y el acto de la nada no es como el del no un impulso, sino un aniquilamiento, [...] el no es desde luego vacío, pero a la vez, el impulso a escapar de él. (BLOCH, 2007, p. 359)

Esta vinculación entre el no y el vacío, aquí explicitada en *El principio esperanza*, es el fundamento de esa idea de *Hohlraum* que atraviesa la obra de los años treinta: de acuerdo con Schiller y Boldyrev, “la tercera parte de *Erbschaft dieser Zeit* intenta mostrar cómo el espacio vacío de una cultura sin sentido puede ser el lugar de experimento y búsqueda de lo nuevo” (SCHILLER/BOLDYREV, 2012, p. 95). Pero también aquí su obra sistemática posterior echa luz sobre el vínculo entre metafísica y política, que en Bloch se da en su peculiar concepción antropológica:

en el hambre, en las privaciones, se comunica el vacío precisamente como *horror vacui*, precisamente por tanto como *repulsión del no ante la nada*. Y también en este punto, especialmente en este punto, se pone de manifiesto que los conceptos categoriales fundamentales [...] sólo pueden hacerse asequibles a través de la teoría de los afectos (BLOCH, 2007, p. 359).

Para Bloch, solamente los afectos y nunca los pensamientos sin afectos penetran en la raíz óptica del hombre (BLOCH, 2007, p. 359).

c) Con la expresión “polvo al cuadrado” se refiere Bloch a la diversión. Una frase del libro subsume esta idea de diversión en Bloch: “La

¹⁷ Se hace aquí referencia al artículo “Die Angst des Ingenieurs” (El miedo del ingeniero) de 1929.

banalidad es la contrarrevolución” (BLOCH, 1973, p. 164). Se trata también de un período histórico (de 1924 a 1929). Esta manifestación de la ideología en la distracción y el esparcimiento fue también intensamente analizada por Siegfried Kracauer en distintos ensayos entre los que se destaca su estudio sobre los empleados publicado en 1930.¹⁸ La interpretación de *Erbschaft* comparte muchos de los elementos que caracterizan la lectura de Kracauer, pero se agrega un aspecto menos explorado por este último. Se trata del carácter relativista y versátil que genera la diversión. El relativismo es un componente de la ideología burguesa que surge con el objetivismo. Existe allí una expresión directa de la racionalidad del sistema que se muestra abiertamente. Este es un relativismo con consecuencias éticas, gnoseológicas y antropológicas; un relativismo sustantivo y no solamente metodológico.¹⁹ El proceso de pasaje del mundo de la diversión al de la embriaguez lo ubica Bloch en los años 1927 a 1929 (BLOCH, 1973, p. 213).

d) El polvo elevado a la tercera potencia remite a la idea de embriaguez: “La embriaguez es un ángel burgués más lleno de presentimientos que la ironía”, escribe Bloch (BLOCH, 1973, p. 202). Con esta frase, sintetiza una de las imágenes que utiliza para referirse a la particular manifestación de la *Irratio* en el nacionalsocialismo. Compara entonces el estado de embriaguez con la ironía, forma predominantemente burguesa, pero que se corresponde con los ideales liberales que aparecen, por ejemplo, en la obra de Thomas Mann. Bloch interpreta que las formas liberales no son capaces de expresar la barbarie; por el contrario “la pura embriaguez” (*der schiere Rausch*) permite la vista de la sangre (BLOCH, 1973, p. 199).

Las cuatro imágenes, polvo, vacío, diversión y embriaguez, muestran los esquemas duales de la conciencia para la cual el momento de lo irracional se subordina a la justificación de los vínculos lógico-instrumentales del interés. Estos mecanismos actúan en dirección al bloqueo de la función utópica emancipadora. Y el método de alternancia entre la justificación conservadora y arcaica y la mediación estético-relativista funciona como legitimación de otro orden de dominación, real y material. El mecanismo combinatorio de relativismo y arcaicismo, diversión y embriaguez, en el que se fundamenta la ideología adaptada a la modernización tecnológica, reproduce superestructuralmente el mecanismo de justificación binario de la concepción política burguesa. Así también el objetivismo y el relativismo actúan de manera combinatoria

¹⁸ El libro que se menciona aquí es *Los empleados (Die Angestellten)*, que Bloch retoma en la sección “Angestellte und Zerstreuung” (Empleados y diversión).

¹⁹ Desde la perspectiva de los ideales de la juventud y de la ideología de la filosofía académica, también detecta Bloch una fuerte presencia del relativismo, cfr. “Relativismen und Leer-Montage” (BLOCH, 1973, pp. 279-81).

con aspectos míticos y arcaicos que se introducen para completar los huecos que la teoría racionalista deja libres. Bloch explica: “las clases medias no soportan *ideológicamente* la ‘racionalización’ y abandonan la Ratio tan pronto como se les muestra solamente hostil, doblemente hostil en su mundo” (BLOCH, 1973, p. 110). Para Bloch, sin embargo, el polvo levantado en la explosión de lo no-contemporáneo es más dialéctico que el polvo de la diversión y el entretenimiento.

El sentido utópico-crítico de Bloch responde a las dos tendencias del dualismo burgués con una fórmula dialéctica que consiste en interrumpir la falsa imagen presentada mediante la introducción de una opción alternativa que rompe la distorsión. En el caso del relativismo de la distracción, la ambigüedad cognoscitiva derivada de un sistema binario encubierto en la dinámica de la mala infinitud, Bloch apela a una ambigüedad como potencialidad de la función utópica. Si el objetivismo implica un vacío, la abstracción sin contenido, encuentra Bloch allí la posibilidad latente, en el “espacio vacío” dejado por la ausencia de ideología, para el elemento transformador, aquello que metafóricamente aparece como “aire fresco” (*frische Luft*) (BLOCH, 1973, p. 27).²⁰ Se entiende aquí aquello que citamos anteriormente y que proviene de una explicación posterior de Bloch: que el *no* es vacío pero al mismo tiempo implica un impulso, un movimiento de escape.

Por otra parte, la tendencia complementaria de la ideología de la última fase del capitalismo es el arcaicismo, cuya plasmación estética se encuentra explicitada en la intoxicación y el montaje. No casualmente, se refiere Bloch en este punto al “montaje vacío burgués”, al abismo del “Existere” con las así llamadas “vivencias ónticas” (*ontische Erlebnisse*) (BLOCH, 1973, p. 222). Bloch denomina “montaje directo” a este entrelazamiento de emociones y jeroglíficos, compuestos de partes del viejo mundo²¹. Aunque en este punto, se refiere explícitamente al pensamiento de Heidegger, la referencia a la intoxicación y el arcaicismo incluye muchas de las características literarias de Benn.

La embriaguez como método en Benn

La explosión de la subjetividad que ya se descubre en obras tempranas, como las narraciones sobre Rönne, responde en parte a una concepción fundamentada en la noción nietzscheana de embriaguez en alianza con el relativismo. Bloch detectó esta alianza en sus análisis de los años veinte y treinta. No se trata, como podría interpretarse

²⁰ La imagen del aire fresco aparece también en relación con el espacio vacío en Bloch (1973, p. 220).

²¹ Diferencia por supuesto este montaje de aquel de un orden superior, el que se plasma en el expresionismo.

anacrónicamente, de una postestructura crítica en el sentido que se sostendrá más tarde con el afianzamiento de la filosofía heideggeriana y su recepción francesa, y como consecuencia de las derivaciones del estructuralismo. La disolución de la subjetividad en Benn, como en otras expresiones vanguardistas de comienzos de siglo, responde a un problema histórico-político que se intenta resolver estéticamente. Una vez postulada la superioridad del arte y la autonomía de las formas frente a la realidad, y desechada esta como resultado de los procesos de independencia de las esferas del conocimiento, una vez que la modernidad llega a renunciar a la totalidad, el sujeto pierde el lugar de fundamento de realidad y se abre el camino del subjetivismo. En 1938, Georg Lukács, en el contexto del debate sobre el expresionismo, explicó esta característica: “El expresionismo consecuente niega toda relación con la realidad, declara una guerra subjetivista a todos los contenidos de la realidad” (LUKÁCS, 1966, p. 301)²². Se trata de una disolución del sujeto junto a una acentuación del subjetivismo lo que crea esa preponderancia de la expresión y de la forma. Benn lo confiesa en sus reflexiones autobiográficas. La realidad pierde lugar, lo gana en cambio la embriaguez de la interioridad:

En la guerra y en la paz, en el frente y en la retaguardia, como oficial así como médico, [...] delante de celdas de seguridad y de las de la cárcel, junto a las camas y ataúdes, en el triunfo y en la decadencia, nunca me abandonó el trance de que no existía esta realidad. Se puso en marcha una especie de concentración interior, una excitación de esferas ocultas, y lo individual se hundió y una capa primitiva subió, embriagada, rica en imágenes y en pánico. (BENN, 1972, p. 28, la trad. ha sido modificada)

El reemplazo de lo individual por esa forma de “concentración interior” (*eine Art innerer Konzentration*), por la aparición de una “capa primitiva” (*Urschicht*) se da en el proceso de un yo embriagado (*berauscht*). Y esa embriaguez es la que finalmente guía la orientación política del intelectual en el contexto del desmoronamiento de la realidad. La guerra es la oportunidad para la afirmación de una “embriaguez de destino” (BENN, 1950, p. 97), que Benn proclama citando a Thomas Mann.

El concepto de embriaguez es clave en la estructura analítica de *Erbschaft dieser Zeit*. No solamente forma parte del encabezado de la segunda sección del libro (*Ungleichzeitigkeit und Berauschung*), sino que actúa allí como concepto interpretativo esencial de esta lectura política del nazismo. El caso de Benn es paradigmático en tanto la embriaguez es afirmada como método. Así lo considera en 1934 cuando sostiene que “el

²² Pese a encontrarse en muchos sentidos en posiciones distintas, Bloch y Lukács comparten evidentemente un fundamento materialista en el análisis de las tendencias estéticas y artísticas y reconocen esta tendencia subjetivista del expresionismo.

método de la embriaguez” (*Rauschmethode*) conoce dos formas en las cuales el yo lírico se experimenta: una brutal y una tranquila (BENN, 1950, pp. 42-3).

Pero esa embriaguez que en los años treinta es reconocida como procedimiento del yo lírico, es precedida por una aspiración a la palabra que rompe a partir puramente de la forma, del estilo. La visión retrospectiva del autor sobre su personaje Rönne, anterior a la República, indica en esa dirección: “Así, una elevación por medio de la palabra, una sacramentación [*Sakramentation*] de la palabra, un fenómeno de santificación y de salvación con ayuda de la palabra poética, eso es Rönne” (BENN, 1969, p. 24).

Walter H. Sokel destaca el particular método de Benn por medio de lo que denomina “*Wortmagie*” y explica que “en la poesía de Benn, la *image essentielle* del visionario expresionista ocupa el lugar de la *parole essentielle* de Mallarmé” (SOKEL, 1970, p. 118). Para Sokel, la palabra “Ítaca” es un ejemplo temprano de este tipo de vocablos que evocan “un mundo total de asociaciones culturales, históricas, mitológicas y literarias, tanto para el poeta como para el lector” (SOKEL, 1970, p. 118). Según esta lectura, la objeción de Benn contra la ciencia y el intelecto es al mismo tiempo una “insurrección contra la humanidad a la cual la ciencia sirve” (SOKEL, 1970, p. 116). A esta le opone Benn una construcción arcaica del yo que se manifiesta en el lenguaje. Una palabra que expresa esta regresión es Ítaca, como señala Sokel: “una palabra mágica, rica en asociaciones con la luz del sol, la calma, la exuberancia y un modo de vida extático-primitivo” (SOKEL, 1970, p. 117). Las palabras que cierran su obra dramática de 1914 claman la vuelta a esa “Ítaca”, a la sangre, a la juventud, a la embriaguez.

La oscilación que se percibe en la concepción de la subjetividad en Benn, que va de la crítica y descomposición del yo hasta la exaltación embriagadora de lo primitivo y arcaico, es característica del expresionismo literario, como lo muestra Sokel en su ensayo sobre la vanguardia.²³ Pero esa transformación de la forma posee un correlato sustantivo en la reelaboración de la concepción de lo humano.

²³ Cfr. en relación con esta oscilación y ambivalencia del expresionismo, el capítulo “Der Dorn des Sokrates” (La espina de Sócrates), pp. 107-149. Sokel sostiene allí que “el intelectual expresionista oscila entre extremos: el extremo de la autonegación y el de la autoglorificación. Si como vitalista se niega a sí mismo, se glorifica como abstraccionista” (SOKEL, 1970, p. 143). Sokel reconoce prácticas abstraccionistas en Benn en las décadas del veinte, treinta y cuarenta (SOKEL, 1970, p. 143).

Conclusiones: la embriaguez como primitivismo

En su detallado estudio sobre la recepción de Nietzsche en Alemania, Aschheim señala dos momentos en el devenir intelectual de Benn. La negación metafísica de la verdad presente en su nihilismo teórico se vuelca a partir de 1933 a una forma de primitivismo: “Esto significó el regreso a un estado preconsciente, prelógico y originario. Un vínculo con este estado supraindividual era solamente posible en forma orgánica, animal” (ASCHHEIM, 2000, p. 69). Aschheim cita entonces el discurso de 1932 en el que Benn alude a Thomas Mann para sostener: “todo lo trascendente es animal, todo lo animal trasciende” (ASCHHEIM, 2000, p. 69). Se plasma aquí una línea de pensamiento que identifica lo humano con lo elemental, un pasaje que Bloch rechaza sucesivamente en distintos contextos.²⁴

La palabra mágica “Ítaca” que invoca Benn es un ejemplo de la construcción literaria de un pasado ausente que posee rasgos utópicos. Pero esta ausencia no se encuentra vaciada totalmente de contenido ni de historia. De hecho, erige su significación mediante el montaje plural de imágenes que conforman un *topos* de lo auténtico. Ese criterio de autenticidad fue social e histórico y, finalmente, también político. Benjamin deslinda críticamente esta confusión de planos: “Si hay imágenes atemporales, de seguro que no hay teorías atemporales. No es la tradición la que puede decidir sobre ellas, solo su carácter originario. Puede que la imagen auténtica sea antigua, pero el pensamiento auténtico es nuevo. Es de hoy” (BENJAMIN, 2017, p. 142).

La aspiración a la creación pura asocial contribuyó, en muchos casos, a pesar de las intenciones y deseos subjetivos de las distintas figuras intelectuales y artísticas, a sentar fundamentos ideológicos para la sociedad y la política del nacionalsocialismo. El hecho de que el nihilismo médico de Benn y su afirmación de la embriaguez deriven en una exaltación de la animalidad del hombre resulta una característica propia de un utopismo regresivo. En el caso de Benn, la regresividad se expresa de manera antropológica: en un tipo humano primitivo cuyas funciones naturales lo poseen y lo constituyen de manera total. Bloch rechazó este sustrato mítico de lo natural anclado en el pasado; para el filósofo, el sujeto de la existencia humana se encuentra aún “totalmente rodeado de

²⁴ Puede mencionarse aquí como ejemplo de este rechazo de la reducción de lo humano a un subjetivismo reaccionario, las referencias a la filosofía de Heidegger, que identifica con un “pútrido subjetivismo” (BLOCH, 2007, p. 101). Para Bloch, los impulsos animales presentes en el hombre conviven con nuevos impulsos “es decir, que no sólo su cuerpo, sino también su yo, es susceptible a los afectos”, explica (BLOCH 2007, p. 77). Y agrega “El hombre consciente es el animal más difícil de satisfacer. En la satisfacción de sus necesidades es el animal que da rodeos” (BLOCH 2007, p. 77).

neblina” (*völlig im Nebel*), “su Ítaca se encuentra debajo del horizonte” (BLOCH, 1973, p. 394).

Referencias bibliográficas

- ASCHHEIM, S. E. *Nietzsche und die Deutschen. Karriere eines Kults*. Trad. Klaus Laermann. Stuttgart / Weimar: Metzler, 2000.
- BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften* (ed. R. Tiedemann y H. Schweppenhäuser), 7 tomos. Frankfurt /M: Suhrkamp, 1979-1989. = [GS] _____ . *Libro de los pasajes*. Trad. Luis Fernández Castañeda, Isidro Herrera y Fernando Guerrero. Madrid: Akal, 2007.
- _____. “Contra una obra maestra. Sobre *El poeta como líder en el clasicismo alemán*, de Max Kommerell”. Trad. de Ariel Magnus. En: _____; *La tarea del crítico*. Buenos Aires: Eterna cadencia, 2017, pp. 133-43.
- BENN, Gottfried. “Ithaka”. En: *Die weissen Blätter. Eine Monatsschrift*, año 1, fascículo 7 (marzo 1914), pp. 672-80.
- _____. “Die Reise”. En: *Die weissen Blätter. Eine Monatsschrift*, año 3, fascículo 6 (junio 1916), pp. 244-51.
- _____. *Doppelleben. Zwei Selbstdarstellungen*. Wiesbaden: Limes Verlag, 1950.
- _____. *Dichter über ihre Dichtungen*. Múnich: Heimeran, 1969.
- _____. *Doble vida y otros escritos autobiográficos*. Trad. Ramón Strack. Barcelona: Barral, 1972.
- BLOCH, Ernst. *Geist der Utopie. Zweite Fassung*. Frankfurt a/m: Suhrkamp, 1964.
- _____. *Erbschaft dieser Zeit*. Frankfurt a/Main: Suhrkamp, 1973.
- _____. *El principio esperanza 1*. Trad. Felipe González Vicén. Madrid: Trotta, 2007.
- DÄRMANN, Iris. “Embriaguez”. En: NIEMEYER, Ch. (Ed.), *Diccionario Nietzsche. Conceptos, obras, influencias y lugares*. Madrid: Siglo XXI, 2012, pp. 166-167.
- HANNA, Christian M. *et al.* “Lyrik”. En: HANNA, Ch.; REENTS, F. (Ed.). *Benn-Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart: Metzler, 2016, pp. 70-126.
- HANSEN, Horst. *Die kopernikanische Wende in die Ästhetik. Ernst Bloch und der Geist seiner Zeit*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 1998.
- LUKÁCS, Georg. “Se trata del realismo”. En: _____. *Problemas del realismo*. Trad. Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1977, pp. 7- 46.
- MAYER, Hans. “El expresionismo en retrospectiva”. En: _____. *De la literatura alemana contemporánea*. Trad. Juan José Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1975, pp. 192-217.

SCHILLER, Hans-Ernst; BOLDYREV, Ivan. “Entfremdung”. En: DIETSCHY, B.; ZEILINGER, D.; ZIMMERMANN, R. (Ed.), *Bloch-Wörterbuch. Leitbegriffe der Philosophie Ernst Blochs*. Berlín, Boston: De Gruyter, 2012, pp. 84-102.

SCHLEMM, Annette. “Dialektik”. En: DIETSCHY, B.; ZEILINGER, D.; ZIMMERMANN, R. (Ed.), *Bloch-Wörterbuch. Leitbegriffe der Philosophie Ernst Blochs*. Berlín, Boston: De Gruyter, 2012, pp. 60-83.

SOKEL, Walter. H. *Der Literarische Expressionismus. Der Expressionismus in der deutschen Literatur des zwanzigsten Jahrhunderts*. Múnich: Langen/Müller, 1970.

VALTOLINA, Amelia *et al.* “Experimentelle Prosa”. En: HANNA, Ch.; REENTS, F. (Ed.). *Benn-Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart: Metzler, 2016, pp. 126-161.

Como citar:

BELFORTE, Maria. ¿Regreso a Ítaca? Una lectura blochiana de la embriaguez: el caso de Gottfried Benn. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 22-39, nov. 2019.

Data de envio: 6 jun. 2019
Data de aceite: 18 ago. 2019

A inserção subordinada do capitalismo brasileiro na mundialização do capital

Maria Goreti Juvencio Sobrinho¹

Resumo:

O presente artigo aborda a inserção internacional do Brasil a partir dos anos 1990, tendo como eixo analítico a legalidade da mundialização do capital, as ofensivas contra o trabalho a partir da crise estrutural dos anos setenta, o caráter subordinado do capitalismo latino-americano e as opções, historicamente feitas, das frações burguesas no Brasil. Sugere-se que a inserção internacional do país consolidou os pilares nevrálgicos do capitalismo brasileiro – a incompletude, a subsunção externa, a autocracia burguesa e a superexploração da sua força de trabalho.

Palavras-chave: Mundialização do capital; capitalismo brasileiro; subordinação; superexploração da força de trabalho.

The subordinate insertion of Brazilian capitalism into the globalization of capital

Abstract:

The present article deals with the international insertion of Brazil from the nineties, and its analytical axis is the legality of the globalization of capital, the subordinate character of Brazilian capitalism and the historically made options of its bourgeois fractions. It is suggested that the international insertion of the country consolidated the critical points of Brazilian capitalism: incompleteness, external subsumption, bourgeois autocracy and overexploitation of its workforce.

Key words: Capital globalization; Brazilian capitalism; subordination; overexploitation of the workforce.

Transcorridas quase três décadas da inserção do capitalismo brasileiro na mundialização do capital - que, por sua vez, repousa em novo patamar de desenvolvimento das forças produtivas, em dinâmicas distintas de suas etapas anteriores, assim como em contradições que lhe são inerentes -, é oportuno perguntarmos o que efetivamente mudou na realidade brasileira, sobretudo em face das ofensivas do capital contra o

¹ Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). *E-mail:* mgjsobrinho@gmail.com.

trabalho que só reforçam a urgência – teórica e prática – de apreensão dos desafios e alternativas atuais, na perspectiva do trabalho.

Este texto tece algumas aproximações sobre as condições histórico-objetivas em que ocorre a inserção internacional do Brasil – as condições postas pela mundialização do capital e as condições específicas da realidade brasileira – assim como sobre as transformações daí decorrentes na economia brasileira.

Mundialização e crise estrutural do capital

Em meados do século XIX, Marx compreendeu criticamente o fenômeno da mundialização como tendência inexorável do capital (relação social), cujos limites e contradições, na ausência de uma alternativa ao próprio poder do capital, só poderiam se desenvolver em escala igualmente global. Todavia, se a globalização em curso é uma tendência intrínseca à lógica da sociabilidade burguesa, detectada e criticada por aquele pensador há mais de um século, a sua aceleração – facilitada pela *débâcle* do chamado socialismo real – e as transformações subjacentes nas últimas décadas parecem indicar algo mais que o simples travejamento de uma etapa desse sistema. Como assinalou Mészáros, a globalização em curso expressa a *consumação da ascensão histórica* do capital, que põe em relevo a incontrolabilidade do sistema e os limites próprios da expansão e realização do capital, determinados pela “tríplice contradição” entre *produção e controle* (que é alienado dos produtores), *produção e consumo*, *produção e circulação*, (MÉSZÁROS, 2002, p. 111). Nesse sentido, a crise, que se instaurou a partir dos anos 1970, assumiu feições qualitativamente novas e ameaçadoras para a sobrevivência da humanidade, já que, em contraste com as crises conjunturais do passado, tornou-se estrutural. Não por outra razão, assiste-se, hoje, ao recrudescimento do caráter destrutivo da ordem sociometabólica do capital, à dissipação cada vez maior de recursos naturais e humanos, à expansão global do desemprego (estrutural), à crise do estado, a ações cada vez mais ofensivas das potências mundiais, especialmente dos Estados Unidos, à destruição das conquistas da classe trabalhadora e à intensificação da taxa de exploração (MÉSZÁROS, 2002, pp. 1.006-8). Durante o período de expansão do capital do pós-guerra, a classe trabalhadora dos países avançados pôde se beneficiar das taxas diferenciais de exploração, isto é, as suas condições de vida, de salário e de trabalho eram muito superiores às da classe trabalhadora dos países da periferia, que, por sua vez, asseguravam aos países avançados “escoadouros irrestritos para a exportação de capital” e níveis extraordinários de superlucros (MÉSZÁROS, 2002, p. 1.074), graças à

margem mais elevada de exploração exercida sobre a sua força de trabalho. Mas, ao findar aquele longo período de expansão e de altos níveis de lucros (nos países centrais), e mergulhar o capital em sua crise estrutural – esta devida, justamente, “à magnitude de recursos humanos e materiais ativados” anteriormente pelo capital – este já não pode mais deslocar as suas contradições, uma vez que os seus “constituintes destrutivos avançam com força extrema” (MÉSZÁROS, 2002, p. 100): as contradições inerentes à lei tendencial da taxa de utilização decrescente, que tende a zero, a lei tendencial de *equalização* das taxas diferenciais de exploração do desenvolvimento do capital mundial, entre outros. Dessa forma, em contraste com “a fase histórica das concessões expansionistas do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 844), o desemprego estrutural², o rebaixamento salarial e a deterioração das condições de vida passaram a assolar, também, a classe trabalhadora dos países avançados (MÉSZÁROS, 2002, pp. 224-6).

Marini (2000b) também sugere uma tendência global de aprofundamento da exploração da força de trabalho. O autor discorre sobre as condições históricas que desencadearam o processo de globalização capitalista a partir dos anos 1980, nas quais tiveram lugar, entre outros, os limites advindos da expansão da industrialização das economias latino-americanas, que as empurraram para crise, e o recrudescimento do protecionismo nos países centrais ao final dos anos sessenta. Este bloqueio à circulação internacional de mercadorias e de capitais, em contraste com o patamar de superprodução alcançado, empurrou ainda mais para baixo as taxas de lucro, que, por sua vez, levou à crise de superprodução que se instaurou nos países centrais a partir dos anos 1970. Esta crise – que encerra os chamados 25 anos gloriosos de expansão ininterrupta do capital do pós-guerra – gerou uma onda brutal de centralização de capitais, assim como de acordos tecnológicos, visando o aperfeiçoamento das condições de competitividade num quadro de queda da taxa de lucros e, pois, de acirramento da concorrência internacional. Resultou daí uma nova revolução tecnológica³, que marcou o padrão dos investimentos produtivos retomados nas principais economias industrializadas ao final dos anos 1970. Esse novo padrão de desenvolvimento das forças produtivas caracteriza-se pela forte incidência do conhecimento no processo produtivo e tende a aprofundar a hierarquia existente nos mercados de mão de obra, em termos de saber e capacidade técnica.

² O novo padrão de desemprego atinge todas as categorias de trabalhadores, qualificados e não qualificados, tanto no capitalismo avançado quanto na periferia do sistema (MÉSZÁROS, 2002, pp. 1.004-7).

³ Nos ramos da microeletrônica e de informática, telecomunicações, biotecnologia, novos materiais, energia e indústria aeroespacial.

Ainda segundo Marini, a classe trabalhadora dos países avançados tendia a estar submetida a formas de superexploração de sua força de trabalho. Para impor o novo padrão de desenvolvimento, que associa crescimento e expansão do desemprego, que chega a taxas de crescimento inauditas nos países centrais, foi necessário quebrar, especialmente a partir do final da década de 1970, a resistência do movimento operário⁴ e submeter a classe trabalhadora aos mecanismos de terceirização e flexibilização do trabalho, que impõem regimes mais severos em termos de intensidade e jornada de trabalho, assim como de salários, que tendem, segundo Marini, a ser estipulados globalmente abaixo do valor real da força de trabalho. O autor procura validar essa tese na própria dinâmica da difusão mundial da indústria.

A partir da década de 1980, assistiu-se a um crescimento do comércio mundial, sobretudo intrafirmas (especialmente nos setores de informática e automotivo), graças à moderna tecnologia, que facultou à produção de peças e componentes um alto grau de standardização. As empresas, atualmente, têm mais dificuldades de deter, por muito tempo, o monopólio tecnológico, já que a utilização de procedimentos para maximizar os seus lucros (a redução de custos com a circulação – a exemplo do *just in time* – e a descentralização produtiva – terceirização) também obriga a difusão tecnológica. Essa nova forma de produção e de intercambiabilidade das mercadorias tende, segundo Marini, a “homogeneizar os processos produtivos e a igualar a produtividade do trabalho e, por conseguinte, sua intensidade” (MARINI, 2000b, p. 289). Aditando-se a isso o avanço do sistema de informações e comunicação, que oferece condições mais apropriadas que antes para conhecer as condições de produção e, com efeito, para estabelecer os preços relativos, estaríamos ingressando numa fase em que o mercado mundial, ao menos nos seus ramos produtivos mais integrados, chega à sua maturidade tendendo a nivelar cada vez mais os valores e “a suprimir as diferenças nacionais que afetam a vigência da lei do valor” (MARINI, 2000b, p. 290).

Intensifica-se ainda mais a concorrência internacional e, com efeito, a busca por lucros extraordinários. Esta se depara, no entanto, com aquela tendência “ao pleno restabelecimento da lei do valor” (MARINI, 2000b, p. 285), o que faz aumentar a importância do trabalhador “como fonte de lucros extraordinários”. Assim, uma vez que, para o capital, o que continua importando é a massa de trabalho não pago, independente do trabalhador que a proporciona, ele busca maximizar essa massa ao menor custo possível, mediante aumento da jornada e da intensificação do trabalho

⁴ Exemplo emblemático da ofensiva contra a classe trabalhadora, a derrota imposta aos mineiros ingleses, em 1985, sob o governo Thatcher, que foi seguido pelos Estados Unidos, Alemanha, Itália e Japão.

assim como mediante redução dos salários, sem respeitar o seu valor real. Dessa forma, o que era uma característica, embora não exclusiva, dos países dependentes – a superexploração da força de trabalho –, passou a fazer parte, também, dos centros avançados (MARINI, 2000b, p. 291).

As ofensivas do capital contra o trabalho e os novos mecanismos de exploração da força de trabalho se intensificaram globalmente, precisamente com a crise estrutural do capital, ante a qual os capitais passam a buscar outras formas de valorização, notadamente de cunho especulativo. A crise estrutural marca, assim, a nova etapa do sistema global do capital, sob a hegemonia do capital financeiro, contudo, vale lembrar, conforme Mészáros,

o domínio aventureiro do capital financeiro em geral é muito mais a *manifestação* de crises econômicas de raízes profundas do que a sua causa, ainda que, por sua vez, também contribua fortemente para seu subsequente agravamento (MÉSZÁROS, 2002, p. 1.085).

Buscando desvelar as dinâmicas específicas dessa fase da mundialização do capital, Chesnais sugere que esta contém um “regime de acumulação com dominância financeira”. O “funcionamento” desse regime, implantado nos países avançados e liderado pelos Estados Unidos e Reino Unido, “exige” uma ampla liberalização e desregulamentação, tanto da finança quanto do investimento externo direto (IED) e do comércio (CHESNAIS, 2003, p, 52), não apenas onde esse novo regime foi implantado, mas em todos os demais. Dessa forma, o capitalismo avançado, a favor do qual atuam os organismos internacionais (G-7, FMI, Banco Mundial e OMC) na construção institucional internacional, impôs, sobretudo a partir dos anos 1980, um conjunto de medidas que favorecessem a liberalização e desregulamentação da economia dos demais países, de modo que a nova arquitetura institucional internacional, comandada pelo grande capital, “tornou a ‘adesão’ dos países obrigatória e reduziu sua margem de escolha quanto às formas de sua ‘inserção internacional’ a sua mais simples expressão” (CHESNAIS, 2003, p, 52). Este autor assinala que esse “regime de acumulação financeirizado” não podia satisfazer-se somente com a liberalização financeira, uma vez que, devido à “interpenetração ainda mais estreita do que antigamente entre ‘finanças’ e ‘indústria’” (CHESNAIS, 2002, p, 39), era preciso que os grupos, “cujos lucros e dividendos pagos constituem o único fundamento tangível da cotação das ações”, tivessem total liberdade para investir e trocar (CHESNAIS, 2002, p. 39). Isto é, exigia-se a plena mobilidade dos investimentos externos diretos (IED) de maneira a assegurar e a ampliar os espaços de abastecimento, de produção e comercialização do capital (incluindo os setores antes reservados ao estado).

Particularidade do capitalismo latino-americano

Foi nesse contexto da mundialização do capital, pelos seus influxos e sob pressões de toda sorte, exercidas pelos países centrais, sobretudo contra a classe trabalhadora, que se assistiu, a partir do final da década de 1980, ao processo de reinserção internacional subordinada das economias latino-americanas. No entanto, cabe frisar que, assim como a vaga neoliberal⁵, expressão ideológica e prática do capital superproduzido, não pode ser confundida com o processo histórico e estrutural da mundialização do capital – tendência esta intrínseca à lógica da sociabilidade burguesa – isto é, tomar esse processo meramente como uma expressão ideológica e política ou reduzi-lo à especulação financeira, o padrão de reinserção dos países latino-americanos na mundialização não pode ser explicado, como fazem alguns autores, como se fosse simplesmente uma opção acrítica/passiva das elites locais ao chamado Consenso de Washington⁶ ou resultado das políticas ortodoxas dos anos 1990, uma vez que essa tese é insuficiente para explicar tanto os imperativos inexoráveis do capital – que chega à sua maturidade exigindo políticas que ajudem a solapar as fronteiras nacionais, a fim de dar livre curso à sua acumulação e circulação – quanto as condições objetivas e particulares com as quais esses países vão inserir-se na mundialização do capital e, portanto, determinar o padrão dessa inserção.

A decifração dessas questões exige, sem dúvida, uma análise acerca do sentido e das características próprias da formação latino-americana e da brasileira, em especial, que escapa aos propósitos do presente texto, mas vale assinalar, na esteira dos clássicos do pensar a realidade brasileira e latino-americana, como Caio Prado Jr, J. Chasin, Florestan Fernandes, ainda que por diferentes angulações teórico-metodológicas, alguns aspectos dessa questão. Trata-se de países que, tomados em sua generalidade – abstraídas as suas diferenças –, são, segundo Chasin, particularidades de objetivação hipertardia do capitalismo, pela *via colonial* (CHASIN, 2000). Isto é, são formações sociais economicamente incompletas, incompletáveis, *et pour cause* subordinadas e politicamente autocráticas, que, precisamente por isso, têm dificuldades de olhar para si mesmas e desentranhar de suas realidades caminhos alternativos de ruptura com a disjuntiva estrutural entre entificação nacional e progresso

⁵ Sobre a trajetória do movimento ideológico neoliberal, sua produção, enraizamento nas universidades e institutos de pesquisas, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra, e sua difusão para o resto do mundo, ver Gros (2017).

⁶ Expressão que adveio de documento escrito por John Williamson, em 1990, no qual sintetiza um conjunto de dez políticas orientadas pelos grandes credores internacionais de Washington (FMI e o Banco Mundial), que deveriam ser aplicadas pelos países latino-americanos, entre elas, políticas fiscais mais rígidas, privatização do patrimônio público e liberalização e desregulamentação dos mercados.

social; daí que tenham sobrevivido sob os influxos e refluxos do capital metropolitano.

Num rápido volteio em sua história – ao menos na situação em que se encontravam, especialmente na segunda metade da década de 1980, antes, portanto, da avalanche neoliberal – , observa-se que incidiam sobre esses países todas as crises externas latentes naquele momento: a crise estrutural do capital e a crise dos países pós-capitalistas, drasticamente identificados com fracasso do socialismo, cujas implicações teóricas e práticas sequer podem ser aludidas no presente texto⁷. Internamente exibiam altas taxas de inflação; privatização do estado – leia-se instrumentalização do poder político pelo capital privado; superexploração da força de trabalho (pagamento da força de trabalho abaixo de seu real valor); em suma, manifestavam a incapacidade tanto do setor privado quanto do setor público de efetivar um processo de acumulação autossustentado e em conformidade com as necessidades do conjunto da nação.

É igualmente importante lembrar o momento imediatamente anterior, no qual quase todos os países, do México à Argentina, transitaram de ditaduras intermitentes – cujo saldo foi precisamente liquidar de vez com o que restava da capacidade de autoafirmação nacional, se é que um dia esta existiu – para a erroneamente chamada democracia sem resolver os seus problemas de fundo: a superexploração da força de trabalho, na qual sempre se assentou o capitalismo da região (MARINI, 2000a) e a incapacidade de suas frações burguesas de empreender um processo de desenvolvimento que integrasse o conjunto das categorias sociais. Isto é, mantiveram os pilares da autocracia burguesa (FERNANDES, 1986) e, portanto, as mesmas contradições que desembocaram nas ditaduras. Foi, assim, sob essas condições e contradições internas e sob aqueles influxos externos que os países da região foram forçados, ao final dos anos 1980, a se inserirem na mundialização do capital ou foram, por essa, simplesmente engolfados, como é o caso de suas economias mais frágeis. Mas, abstraídas as diferenças e as condições mais ou menos desfavoráveis de cada um, todos os países da região compuseram o quadro de inserção internacional subordinada.

O caso brasileiro

A inserção do Brasil na mundialização, a partir de 1990, longe de inflectir uma suposta trajetória bem-sucedida de industrialização, ocorreu

⁷ Sobre a particularidade das formações sociais pós-capitalistas, ver Chasin (1987) e Mészáros (2002).

sem ruptura com os seus traços constitutivos e encerrou o longo percurso de formação do capitalismo brasileiro, iniciado em 1930. Todo esse período (1930-90) não foi, de modo algum, monolítico, mas marcado por continuidades e descontinuidades, reais e ideais, assim como por inflexões nesses mesmos planos, elementos esses que invalidam noções como, “era varguista”, “período desenvolvimentista” e “modelo de substituição de importações”⁸. Esse desenvolvimento capitalista foi constituído por uma burguesia que não pôde e nunca pretendeu ser revolucionária, que abriu mão de suas tarefas de classe – a completude/autonomia do seu capital e a formação de um estado democrático. Conformando-se com sua subalternidade externa, a burguesia brasileira transferiu para o estado as tarefas de implantação do capitalismo industrial (que as realizou, às vezes, contra os interesses imediatos dessa mesma classe, embora em acordo com seus interesses históricos⁹) enquanto rechaçou – e continua rechaçando – qualquer ameaça real ou potencial de participação das categorias do trabalho¹⁰.

Vale assinalar que, em 1989, com a vitória de Collor nas eleições presidenciais – única opção da burguesia brasileira, amedrontada com as candidaturas de Leonel Brizola e Lula da Silva –, encerram-se simultaneamente dois processos no país.

Primeiro, a longa fase de transição *pele alto*, que se concluiu sob a égide dos agentes determinantes do capital atrofico/subordinado que haviam perpetrado o golpe de 1964 e desencadeado a transição *pele alto*, em 1974, precisamente para impedir a sua inflexão, tal que a ascensão de Collor, brandindo uma retórica neoliberal, significou a vitória do espírito de 64 (vitória da internacionalização subordinada).

Quanto ao desfecho do segundo processo, é preciso lembrar que, em 1989, com o recrudescimento da crise econômica, que eclodira com o fim do chamado milagre brasileiro (1968-73), com a crise da dívida externa e, com efeito, com a crise do estado, a “porta” para uma nova fase de acumulação para as frações burguesas no Brasil só poderia ser aberta pelo capital estrangeiro. Ou seja, a burguesia brasileira, que sempre optou pela parceria na condição de vassala com o grande capital externo, apenas

⁸ Por exemplo, a inflexão no padrão de acumulação do capital, a partir do governo Juscelino Kubitschek, a respeito, ver Oliveira (1977).

⁹ Entre outros exemplos, a proposta de desenvolvimento de Vargas, conciliadora e contraditória em sua essência, sem intentar ruptura substantiva com os setores agroexportadores, peijou por uma industrialização autônoma; os intentos do governo J. Goulart, que pretendeu incorporar as propostas de reformas de base, nascidas no seio do movimento sindical; a proposta do general Ernesto Geisel, o II Plano Nacional de desenvolvimento (II PNB), que, a despeito de ser infinitamente mais limitada, quando comparada às proposituras varguistas, foi rebatida pelo empresariado brasileiro.

¹⁰ Evidentemente, não se pode perder de vista a formação e a trajetória teórica e prática das demais forças sociais do período 1930-89, como a classe trabalhadora, a esquerda brasileira e os agrupamentos políticos, cuja análise escapa ao escopo do presente texto.

conseguiu descortinar uma saída nesse momento: o aprofundamento do processo de associação subordinante, que foi entrevisto, nesse momento, com a mundialização do capital e, com isso, deixou para trás qualquer veleidade autonomista que eventualmente tivesse nutrido. Portanto, com a inserção do capitalismo brasileiro na mundialização, que, por sua vez, inviabiliza qualquer rota de desenvolvimento nacional autônomo, encerra-se, também, a longa via colonial de objetivação do capitalismo brasileiro (1930-89), cujos traços essenciais, conforme sintetizou J. Chasin,

conferiam ao país o semblante de uma entificação nacional que pelejava para completar sua formação capitalista, mas que reproduzia sempre, apesar da multiplicação das formas de crescimento e diversificação econômicas, a *incompletude de seu capital* e, por consequência, suas peculiares mazelas sociais e políticas. Toda essa problemática perdeu suas âncoras e se transfigurou, no bojo dos novos parâmetros internacionais do sistema de produção e circulação de mercadorias (2000, p. 303).

Assim, o que está se chamando, aqui, de encerramento do processo da *via colonial* de objetivação do capitalismo brasileiro (1930-89), é precisamente a consolidação da incompletude e da subalternidade estruturais do capitalismo brasileiro. O desfecho deste, no bojo da mundialização do capital, implicou na obsolescência das alternativas e propostas que se colocaram *na* e *para* a realidade brasileira (1930-89), entre elas, o intento, sempre problemático, de completar a formação capitalista.

O processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello teve como elemento determinante a insatisfação do empresariado brasileiro – nacional e internacional – com o desgoverno Collor, que, além de ter levado o país ao caos, a uma política recessiva, para além das doses suportáveis pela burguesia, ameaçava com o desmantelamento da estrutura produtiva do país, algo com o qual os vários setores estatais e privados – nacionais e internacionais – não concordariam ou não suportariam naquele momento. Portanto, longe de uma conversão à ética na política, as elites brasileiras resistiram ao neoliberalismo propalado por Collor como autodefesa. As críticas de corrupção, especialmente da mídia e dos movimentos sociais, reforçaram a movimentação bem-sucedida do *impeachment* (CHASIN, 2000). Os descabros do curto mandato de Collor revelaram a natureza da aposta aventureira da burguesia brasileira e inviabilizaram, temporariamente, os intentos dessa classe em aprofundar a associação subordinada ao capitalismo internacional. Essa foi conduzida por Cardoso, que sempre acreditou que a solução para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro passava, necessariamente, pela internacionalização da economia (COTRIM, 2015; JUVENCIO SOBRINHO, 2003), e que, no auge da crise do governo Collor, já se

propunha a ser o *condottiere* da burguesia brasileira em sua inserção na globalização do capital (FIORI, 1997, p. 17). A globalização do capital e as necessidades e opções das frações burguesas, em 1994, foram, assim, ao encontro de convicções antigas de Cardoso, que, ao encetar a reorganização interna do país, expressão do sucesso do Plano Real¹¹ e plataforma de sua candidatura vitoriosa¹², articulou uma aliança política necessária ao exercício do poder. Em 1994, ainda que o quadro nacional e internacional fosse bastante diverso do de 1989, as várias frações da burguesia articularam-se em torno da candidatura de FHC, pois essa era a alternativa finalmente encontrada, depois do esgotamento do “milagre” em 1973, para resolver os ditames da acumulação capitalista no ciclo de expansão da economia mundial.

A partir daí, assistiu-se ao que já era previsível, em 1989: a inserção internacional subordinada do país levou à modernização em determinadas áreas e setores, inserção esta necessária à sobrevivência do capitalismo brasileiro, todavia, não tendo operado qualquer tipo de reordenamento produtivo na perspectiva do trabalho, tratou-se de uma modernização sem ruptura, portanto, de um processo que aprofundou a subalternidade estrutural e as suas correlatas formas de exploração sobre a sua força de trabalho (superexploração).

Na avaliação de alguns autores, como Laplane e Sarti, as reformas neoliberais dos anos 1990 – vistas pelos seus adeptos¹³ como “panaceia na promoção do crescimento e do desenvolvimento” – contribuíram para um padrão de investimentos da maioria das filiais estrangeiras (IED), que privilegiaram o mercado interno brasileiro e/ou regional, o setor de serviços e a aquisição de novos ativos, tanto público (privatização) quanto

¹¹ O Plano Real beneficiou-se do aprendizado das experiências anteriores de combate à inflação, especialmente do Plano Cruzado, bem como da articulação política feita por Cardoso e por sua equipe. Contudo, é importante lembrar as demais condições para o seu sucesso, entre elas, o avanço da negociação da dívida externa (1992-94) nos moldes do Plano Brady, o nível de reservas internacionais de que o país dispunha, em 1994, e, especialmente o grau de abertura da economia brasileira, à época, que impôs uma referência externa aos preços domésticos. A análise do economista Gesner Oliveira, que participou da elaboração e implementação do Plano real, vai nessa direção (OLIVEIRA, 1996, pp. 79-112).

¹² Ao final do governo Sarney, já começaram a ser praticadas, embora de maneira tímida, redução unilateral das barreiras tarifárias, que é aprofundada nos anos seguintes (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001, p. 9). A liberalização se acelera a partir do governo Itamar, no contexto do comprometimento do país com as regras de comércio exterior (Mercosul/Rodada Uruguai/OMC), com várias medidas, por exemplo, transformações nas contas CC5 (contas exclusivas para não residentes), que facilitaram a remessa de recursos ao exterior, securitização da dívida externa e o Plano Real, que finalmente viabilizou o país “como plataforma da valorização financeira internacional” e abriu espaço para as privatizações e a elevação da taxa real de juros (PAULANI; PATO, 2005, pp. 56-9).

¹³ Autores como José Roberto Mendonça de Barros, Lídia Goldenstein, Gustavo Franco, Fábio Giambiagi, Maurício Mesquita Moreira, entre outros.

privados, e raros foram os setores nos quais os IED ampliaram significativamente a capacidade instalada¹⁴ e almejavam o mercado externo para o escoamento de sua produção¹⁵. As reformas neoliberais teriam induzido, entre as empresas industriais, uma prática defensiva, isto é, “de aversão aos riscos inerentes ao investimento em capacidade produtiva e em desenvolvimento tecnológico” (LAPLANE; SARTI, 2006, p. 314). Como resultado, segundo esses autores, o período 1995-2002 foi marcado por baixos índices da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), do Produto Interno Bruto (PIB)¹⁶ e por uma reestruturação produtiva que aprofundou a especialização em bens menos intensivos em tecnologia - que tem sido denominada por vários autores como “especialização regressiva” (COUTINHO, 1997) – fatos esses que contribuíram para a redução do peso da indústria no PIB brasileiro e que obstaram a ampliação e a diversificação da participação do país no comércio mundial.

De fato, no bojo da ampla desregulamentação e liberalização do mercado brasileiro, em todos os seus âmbitos, as filiais estrangeiras atuaram, aqui, conforme as estratégias globais das grandes corporações, que já vinham aplicando mundo afora procedimentos para maximizar os seus lucros (*just in time*, terceirização) e definiam as linhas de produtos, a proporção e a origem do seu conteúdo importado, assim como os mercados prioritários para escoamento de sua produção. Com efeito, passaram a se integrar mais estreitamente às redes de produção e de fornecedores mundiais, importando desses os bens, os insumos e os componentes sofisticados que completavam ou que eram necessários à sua produção. Sob esse movimento, generalizaram a terceirização, abandonaram linhas de produtos que não mais correspondiam às estratégias globais de investimentos, concentraram-se na adaptação de produtos e na especialização de linhas e produtos menos complexos e adotaram novas técnicas de organização e gestão da produção e do trabalho (produção enxuta)¹⁷. O capital externo ampliou a sua participação nos segmentos mais rentáveis da economia (*commodities*, serviços, comercialização) e assumiu o controle sobre o capital produtivo do país (IPEA, 2010, pp. 209-10), incluindo os de bens de capital¹⁸. Exceto a aeronáutica, que teve uma expansão bem acima da média observada no segmento de alta tecnologia, mas que não se constituiu como o principal

¹⁴ Apenas nos ramos automotivo, aeronáutico, equipamentos elétricos e de telecomunicações e nos segmentos de siderurgia houve, por parte dos IED, ampliação significativa da capacidade instalada (CARNEIRO, 2007, p. 52).

¹⁵ Exceto os setores produtivos de *commodities*.

¹⁶ Entre 1995 e 2002, a média de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,32%, com altas taxas de desemprego, que atingiu 12%, em 2002.

¹⁷ Essas características dos investimentos e das estratégias dos IED no Brasil são atestadas pelas pesquisas desenvolvidas por Laplane; Sarti; Hiratuka; Sabbatini (2001).

¹⁸ Com exceção do segmento máquinas-ferramenta (ALEM; PESSOA, 2005, pp. 78-9).

eixo da indústria brasileira ou como uma área cujo dinamismo reverberasse sobre o conjunto da mesma, os setores remanescentes de bens de capital (que sofreram uma queda substantiva) reduziram linhas de produtos, passaram a se especializar em bens com menor conteúdo tecnológico e a introduzir novas técnicas de organização e gestão (PICCINI; PUGA, 2001; CAFÉ *et al.*, 2004). A especialização desse setor foi, em geral, acompanhada pelos demais setores produtivos tanto nacionais quanto estrangeiros, de forma que, a ampla reestruturação produtiva dos anos 1990 caracterizou-se pelo abandono de atividades mais intensivas em inovação, pela ampliação das importações, tanto de equipamentos quanto de partes e componentes – para abastecerem a produção local e a montagem de bens duráveis – e pela prioridade a setores intensivos em recursos básicos, cuja capacidade de gerar encadeamentos produtivos para o restante da indústria é menor. Tal processo garantiu ganhos de modernização e de competitividade setoriais, mas implicou, entre outros, a redução da importância da indústria, o enfraquecimento dos elos da cadeia produtiva, os níveis tecnológicos, o grau de complexidade e a integração da estrutura produtiva local, que se tornou mais dependente das importações¹⁹ de bens necessários à produção ou à montagem de bens de consumo (RESENDE; ANDERSON, 1999).

Esse novo perfil da economia brasileira, suas novas bases e articulações locais e internacionais, são, no entanto, expressão tanto do próprio processo de mundialização produtiva – nova orquestração das atividades produtivas e de comércio distribuídas globalmente – quanto resultado das condições objetivas com as quais o país se inseriu na mundialização do capital (JUVENCIO SOBRINHO, 2012).

Como chamou a atenção Marini (2000b), as transformações do capitalismo engendram, como sempre, contradições ainda mais agudas na economia dependente/subordinada. A globalização do capital ocorre sob uma nova revolução tecnológica. A superioridade e o monopólio dos países centrais, em termos de pesquisa e desenvolvimento, e o seu controle sobre a descentralização da produção, incidem, evidentemente, na divisão internacional do trabalho. De forma que as economias periféricas – que não reúnem condições para fazer frente ao acelerado desenvolvimento tecnológico de ponta –, estariam ameaçadas por um processo de desindustrialização e/ou voltariam à condição de produtoras e exportadoras de bens primários.

Sem adentrar, aqui, nas particularidades do capitalismo asiático (China, Coreia do Sul, Taiwan), particularidades estas que, em geral, não são levadas em conta por autores (COUTINHO; HIRATUKA; SABBATINI, 2003; ARBIX; COMIN; ZILBOVICIUS, ABRAMOVAY, 2002) que

¹⁹ Cresceu, sobretudo, a dependência por produtos intermediários e bens de capital.

consideram que o Brasil deveria se guiar pelos exemplos de casos “bem sucedidos” de inserção internacional – sem esclarecerem quais são as bases sociais reais do estado brasileiro e/ou quais seriam as forças sociais necessárias para inflectirem a inserção internacional do país, convém assinalar que o movimento de descentralização da produção, embora tenha facultado a transferência de tecnologias e mesmo de algumas atividades de inovação, ocorreu sob o controle dos países centrais. Assim, enquanto a estrutura produtiva desses países incorporou cada vez mais os chamados serviços agregadores de valor e se especializou na elaboração de projetos e desenvolvimento de inovações tecnológicas, os demais países especializaram-se em atividades produtoras dos chamados bens tangíveis, uns com maior participação na produção de bens intensivos em tecnologia – como foi o caso da economia chinesa, cujas exportações são majoritariamente de maquinaria e de equipamentos eletrônicos e de telecomunicações, destinadas tanto aos países centrais quanto, cada vez mais, à região latino-americana –, outros com maior participação na produção de bens intensivos em recursos naturais e com baixa e média intensidade tecnológica, como ocorreu, por exemplo, com a América Latina, que, por sua vez, atende, por exemplo, às necessidades crescentes de insumos e mercados tanto dos países centrais quanto de outras economias em expansão. De forma que, a nova divisão internacional do trabalho expressa a especialização produtiva de cada país e/ou região, de acordo com as condições objetivas destes, e, assim, articula e perfaz o processo de mundialização produtiva e, pois, o movimento desigual e combinado do desenvolvimento do capital.

Foi esse movimento de mundialização produtiva que reespecializou a estrutura produtiva do Brasil – aumentando o peso que já existia, importante ressaltar, da produção de *commodities* agrícolas e industriais e de bens menos intensivos em tecnologia – e a rearticulou com as cadeias de valores globais (CHESNAIS, 1996). Portanto, os novos fluxos de IED²⁰ e de capital financeiro afluíram para cá já comprometidos, evidentemente, com os interesses do capital subordinante, que miraram, sobretudo, a alta rentabilidade do mercado interno brasileiro e foram infensos (como

²⁰ Embora mantendo a sua concentração nos países da tríade, os IED dirigiram-se, de forma expressiva, para as chamadas economias emergentes. Os fluxos de IED cresceram no Brasil a partir de 1991, mas o maior volume recebido refere-se ao período pós-Plano Real (FILGUEIRAS, 2006, p. 248). Entre 1995 e 2002, entraram no país cerca de 170 bilhões de dólares em IED, conforme relatório das contas externas do Banco Central do Brasil, <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%208-contas%20externas.pdf>>. Somente em 2010, pela primeira vez na história, “as economias em desenvolvimento e em transição receberam mais da metade do fluxo mundial de investimento estrangeiro direto (IED)”, conforme relatório divulgado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) (cf. <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/55525_emergentes+recebem+pela+1+vez+mais+da+metade+de+ied>).

sempre) à criação de um núcleo endógeno de geração de tecnologia para o capitalismo brasileiro. Este foi compelido a se integrar à mundialização do capital, porém, em virtude de sua incompletude, atrofia e subordinação, continua incapacitado de fazer frente à corrida tecnológica. Como consequência, só pode produzir num padrão inferior a seus congêneres avançados e se especializar naquilo em que as suas forças e potência lhe permitem e as relações de subordinação externas exigem: em *commodities* naturais e industriais (exportáveis) e em alguns segmentos específicos de maior conteúdo tecnológico (restritos, face ao conjunto). Em todos os casos, são bens não voltados para as necessidades de consumo da maioria da população e/ou não reduzem o valor da força de trabalho, de forma que foi aprofundada uma estrutura produtiva assentada na superexploração da força de trabalho – que requer o mercado externo para a realização do valor produzido (exportações) e para obtenção dos bens necessários para viabilizar a produção interna (importação). Conforme Martins, embora as inovações organizacionais, como o *Just in time* e a terceirização, tenham elevado a intensidade do trabalho, elas não foram suficientes para acompanhar a sucção de valor feita pelo setor financeiro, de modo que se impôs, sobretudo a partir da crise no balanço de pagamentos do país e das políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ao final da década de 1990²¹, a superexploração da força de trabalho, especialmente por meio do rebaixamento salarial (MARTINS, 2011, pp. 304-5), viabilizada pelo aumento do excedente de mão de obra decorrente da reestruturação produtiva.

Nesse sentido, a reespecialização da indústria brasileira não foi simplesmente induzida pelas políticas ortodoxas dos governos da década de 1990, como sugerem alguns autores, mas, antes, exigida por aquele movimento irreversível e inescapável da mundialização do capital, que não encontrou, aqui, nenhuma resistência, dadas as condições ditadas pela natureza incompleta e subordinada do capitalismo brasileiro. De modo que esse padrão de inserção internacional do país foi condizente com o parasitismo/imediatismo que sempre caracterizou a burguesia brasileira, que há muito optou pela associação subordinada com o capital externo e que, a partir dos anos 1990 apoiou, a despeito de suas clivagens internas, as chamadas políticas ortodoxas que favoreceram o tão esperado capital externo. Daí porque, a nosso ver, o caráter da inserção internacional

²¹ Entre outras, regime de metas de inflação; política fiscal mais rígida (a lei de responsabilidade fiscal) para obtenção de superávit primários e taxas de juros ainda mais elevadas. Vale observar que a Desvinculação de Receitas da União (DRU), criada em 2000, que institucionaliza a exclusão social, desvinculando 20% do montante total das receitas arrecadadas das despesas determinadas pela constituição (como educação, saúde e previdência social), sobretudo para garantir o pagamento dos credores financeiros, é apenas outro nome do antigo Fundo Social de Emergência (FSE), criado em 1994, e do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), aprovado em 1996.

subordinada do país não se expressa pelas baixas taxas de crescimento, reais, dos anos 1990 e/ou pela “especialização regressiva” ante o período anterior do país (1930-90), mas pelo prevalecimento, em outro patamar, da subalternidade estrutural deste, que segue sustentada pela superexploração da força de trabalho – pagamento da força de trabalho abaixo de seu real valor – enquanto mecanismo de compensação da transferência, cada vez maior, de valores do país para o exterior e de esteio ao capital local para enfrentar a concorrência internacional (OSORIO, 2012, pp. 104-5).

Na avaliação de Oliveira, o novo engate da economia brasileira na mundialização, levado a cabo pelo governo Cardoso e não infletido pelos governos seguintes, conduziu ao aprofundamento da penetração do capital estrangeiro nos principais eixos da acumulação interna e ao processo de extroversão dos centros de decisão do país, processo este que remonta especialmente à ditadura militar, atravessa a crise da dívida dos anos oitenta e se aprofunda a partir dos anos 1990 num movimento, portanto, que deslocou “o campo de forças no interior da própria burguesia” e transformou o estado em “uma espécie de refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras” (OLIVEIRA, 2006, p. 278). De sorte que a chamada fase neoliberal teria jogado “a pá de cal na determinação interna da política, para extrovertê-la definitivamente. (...) Numa palavra, (...) a financeirização da economia predetermina a acumulação possível e o lugar do estado na economia” (OLIVEIRA, 2006, p. 286). Afora considerações que, a nosso ver, requerem a concepção de Oliveira acerca da determinação da política e mesmo sobre a globalização que é tomada, sobretudo, como “sistema financeiro” (OLIVEIRA, 2004), vale assinalar que este autor reconhece a ruptura do tradicional tripé - empresas estatais/nacionais/multinacionais – que sustentara o capitalismo brasileiro (1930-90). Também procura decifrar as implicações que esta ruptura acarreta, ao concluir que o novo engate internacional estiola de vez a capacidade interna do país em conduzir o desenvolvimento, já que os centros decisórios foram totalmente extrovertidos, o que significa, para Oliveira, que fica “mais complicada a equação da dependência e de sua resolução” (OLIVEIRA, 2004).

Para nós, entretanto, a questão da “equação” e da “resolução” da “dependência” é um ponto que pertence, há muito, ao passado, dado o caráter incompletável/subordinado do capitalismo brasileiro, que se consolida, sob essa forma, com a sua inserção na mundialização do capital, que inviabiliza definitivamente qualquer equação nacional autônoma. A ruptura do tripé não implicou a supressão completa das frações burguesas locais, tampouco a eliminação do estado, mas foram, sim, alteradas as bases que sustentaram a formação e o desenvolvimento do capitalismo

brasileiro (1930-90), removendo e reconfigurando dois dos três pilares anteriores (empresas estatais/nacionais) em cujo rastro se consolidou a hegemonia do capital internacional²². Vale observar que a extroversão definitiva dos centros decisórios do país expressa a consolidação da subordinação de um capital que jamais se completou, portanto, jamais internacionalizou completamente os centros decisórios de sua acumulação e reprodução (MARINI, 1979, pp. 37-55). Logo, o estado brasileiro está subordinado aos fluxos e aos interesses do capital monopólico internacional – independentemente da forma hegemônica pela qual este se manifeste (industrial/financeira) - ao qual permanecem estruturalmente atadas e subordinadas as frações remanescentes da chamada “burguesia nacional”.

Não se pode perder de vista, sem dúvida, a outra ponta da inserção internacional do Brasil, isto é, a liberalização do seu sistema financeiro, que implicou a descompressão de todos os espaços para o livre circuito do capital e, portanto, internalizou mais diretamente as oscilações e os interesses do mercado internacional (FILGUEIRAS, 2006). Os fluxos de IED e capitais financeiros e/ou voláteis (mormente em títulos da dívida pública e em ações nas bolsas de valores – cujas altas taxas de juros atraíram, também, os grupos industriais) ajudaram a financiar a conta negativa das transações correntes do país, porém, produziram novos gastos futuros (pagamento do serviço do passivo externo²³) e, portanto, aumentaram a dependência de fluxos de capital externo para fechar as contas do país (CARCANHOLO, 2010, pp. 111-9). Esse mecanismo de financiamento externo acabou se estrangulando com a eclosão das crises externas (asiática, em 1997, e russa, em 1998), as quais provocaram grandes evasões de reservas internacionais, e levou o país a fechar acordo com o FMI, ao final de 1998, e a desvalorizar o real, em princípio de 1999. Todavia, a desvalorização do real e a retomada do tradicional “esforço” exportador²⁴ ocorreram já num contexto de retração da economia mundial e de recessão na maioria dos países da América Latina, portanto não resultaram numa ampliação significativa das exportações. Somente no período subsequente, marcado pelo *boom* das *commodities*, assim como por novos fluxos de investimentos externos, que as exportações brasileiras

²² Assistiu-se a um movimento de concentração e centralização do capital ainda maior, sob a hegemonia do capital internacional: o estado reduziu drasticamente as suas atividades produtivas; uma parcela do capital nacional foi transferida para o capital internacional, outra empreendeu, com este, nova fase de associação subordinada, enquanto outras parcelas se limitaram a empreender negócios em áreas direta ou indiretamente vinculadas à importação.

²³ Passivo externo “se define pelo estoque da dívida externa bruta adicionado do estoque do investimento externo no país (direto ou portfólio) descontando dos ativos externos que o país possui” (CARCANHOLO, 2010, p. 111).

²⁴ Em 2001, quando da posse do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sergio Amaral (2001-3), o governo passou a preconizar: “exportar ou morrer”.

voltam a crescer. Contudo, sem adentrar, aqui, nas especificidades e vicissitudes do período (2003-15), vale assinalar que este, contrariando as expectativas de uma fase pós-neoliberal – nutridas, por exemplo, por SADER (2013) –, não apenas manteve os pilares da política econômica anterior como aprofundou a liberalização da economia (CARNEIRO, 2006; MAGALHÃES *et al.*, 2010). Ou seja, não apenas foram mantidas as diretrizes estabelecidas pelo capital financeiro internacional, na ocasião da crise cambial do final dos noventa, isto é, o regime de metas inflacionárias, a política de superávits fiscais primários, que consiste em garantir o pagamento das obrigações decorrentes da dívida, interna e externa, como foi, também, aprofundada a liberalização do mercado brasileiro²⁵ (PAULANI; PATO, 2005). De todo modo, beneficiada por um novo ciclo de expansão da economia mundial, que entra em reversão a partir de 2008, a economia brasileira experimentou taxas mais elevadas de crescimento, ao menos até 2010, puxadas por novos fluxos de investimentos externos e, especialmente, pela ampliação da demanda e majoração dos preços das *commodities*.

Sob novas condições financeiras, oriundas do crescimento do produto interno bruto, dos sucessivos superávits na balança comercial e do aumento das reservas internacionais, o estado brasileiro ampliou o seu apoio aos investimentos produtivos e procurou implementar algumas políticas industriais, preconizando a inovação científica e tecnológica²⁶. No entanto, o apoio do estado reforçou a posição dos grupos monopólicos vinculados à produção de *commodities* exportáveis, assim como daqueles vinculados aos bens de consumo duráveis, voltados, sobretudo, para o mercado interno restrito e/ou regional.

Trata-se de uma política de subvenção, que, em essência, não difere da perpetrada historicamente pelo estado brasileiro, que, dada a incompletude de sua burguesia, assumiu as tarefas de implantação do capitalismo brasileiro e que, a partir do golpe militar, atuou a favor dos grupos monopólicos nacionais e internacionais. Desta feita (2003-15), sob o argumento da necessidade de projetar empresas com potencialidade nacional e global (“campeãs nacionais”) e/ou de consolidar a posição local

²⁵ Por exemplo, a reforma da previdência (setor público); a unificação dos mercados de câmbio (4/3/2005), que, entre outros, elimina a obrigatoriedade de retorno dos recursos associados à venda no exterior; a extinção das contas de não-residentes (CC5), em 2005; incentivos fiscais aos investidores estrangeiros de portfólio (15/2/2006); a flexibilização da cobertura cambial para as exportações (MP 315/2006); a eliminação de 100% da cobertura cambial (Resolução n. 3.548, 12/03/2008) para as exportações, que permite que a totalidade das receitas obtidas pelo exportador possa ser mantida no exterior e a prorrogação da desvinculação dos recursos da União (DRU), que, com a PEC 87/2015, apresentada pelo governo Dilma e aprovada pelo governo seguinte, aumenta de 20% para 30% a desvinculação dos recursos.

²⁶ O governo Lula apresenta, em 2004, a Política industrial, tecnológica e de comércio exterior (PITCE) (ALMEIDA, 2009).

e internacional de setores que têm vantagem comparativa – carne, mineração, petróleo, papel, entre outros – (ALMEIDA; OLIVEIRA; SCHNEIDER, 2014), o estado foi, novamente, seletivo na distribuição dos recursos do BNDES e dos fundos públicos, cuja maioria foi abocanhada por grandes grupos empresariais (ex. JBS/Friboi).

O mesmo ocorreu com a sua política de infraestrutura (PAC), lançada em 2007, que beneficiou, em grande parte, aqueles setores (CASTILHOS, 2014, p. 236). Essa política de subvenções alavancou a internacionalização dos grandes grupos nacionais (COUTINHO, 2008) e, com a crise de 2008, favoreceu processos de fusões e aquisições de grandes grupos brasileiros (TAUTZ *et al.*, 2010). A ampliação das exportações, especialmente do agronegócio e das *commodities*, reverberou sobre outros setores produtivos, que impulsionaram o crescimento do emprego e, pois, da massa salarial, todavia esse mesmo processo de expansão da economia e do mercado interno foi acompanhado, como não poderia deixar de ser, pelo aumento das importações, tanto de bens de consumo quanto de bens intermediários e de capital necessários à produção, notadamente intensivos em média e alta tecnologia. Ao mesmo tempo, as condições econômicas internacionais fomentaram amplos fluxos de capitais externos no país²⁷, cujos conglomerados ampliaram a sua participação e controle sobre a estrutura produtiva e de serviços no país, de modo que, mantidos os mecanismos de transferência de valores para o exterior e de transferência de renda do conjunto da população para o setor financeiro, houve, também, durante o período em tela, aumento das remessas de lucros e dividendos para o exterior²⁸.

Dessa forma, o estado brasileiro manteve os pilares da hegemonia do capital financeiro (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007), ampliou os mecanismos de subvenção ao capital monopólico e facilitou o quanto possível a sua expansão no exterior, práticas estas que reforçaram os setores produtivos de *commodities* agrícolas e minerais, de maneira que o país se manteve na divisão internacional do trabalho como produtor de bens menos intensivos em tecnologia. Os gestores do estado (2003-15) não divisaram nenhum passo no sentido de favorecer o desenvolvimento e a expansão dos setores mais diretamente vinculados à produção de bens responsáveis pelo valor da força de trabalho, que continua não participando, a não ser de forma marginal, da realização da produção interna. Assim, dada a prevalência da estrutura produtiva existente, concentradora e excludente, as políticas sociais do período 2003-15, a despeito de sua abrangência e importância para as vastas camadas

²⁷ Na modalidade IED, observou-se uma concentração na produção de *commodities* e bens e serviços finais voltados para o mercado interno (SILVA FILHO, 2015).

²⁸ Houve, entre 2006 e 2013, um aumento de 107% da remessa de lucros e dividendos para o exterior das empresas estrangeiras instaladas no país (DIEESE, 2014).

excluídas da população, foram essencialmente distributivistas, não fizeram frente, portanto, aos pilares e mecanismos da superexploração da força de trabalho. Desse modo, não parece que as frações burguesas no Brasil tenham sido contraditadas, como supunham ou esperavam os vastos setores que apoiaram o novo governo, que, por não dispor de um projeto próprio ou alternativo ao que existia, mesmo que de escopo defensivo, e norteado pela concepção politicista/distributivista, que sempre marcou o seu principal partido – Partido dos Trabalhadores –, deu continuidade à política condizente com os interesses do conjunto daquelas frações e, enquanto as condições externas lhe foram favoráveis, pôde tanto satisfazer os interesses imediatos dessas frações quanto expandir as políticas sociais distributivistas.

Considerações finais

Algumas análises do período (2003-15) enfatizam um novo “desenvolvimentismo” (SINGER, 2015). Ora, dado o caráter incompletável/subordinado do capitalismo brasileiro e as implicações de sua inserção na mundialização do capital, a partir dos anos 1990, e, mais especialmente, dada a fase de expansão do período recente – determinada primordialmente pela fase de expansão da economia mundial –, que não alterou a posição do país na divisão internacional do trabalho tampouco a superexploração da força de trabalho, que continua viabilizando os processos de acumulação do capital, de qual, então, “desenvolvimento” estamos falando e para quem ele se destina? Não é fortuito lembrar que, décadas atrás, Marini (2000a, p. 137), ao analisar a industrialização brasileira, especialmente a partir dos anos 1950, já chamara a atenção para o fato de que a aceleração do desenvolvimento capitalista não bastaria para resolver os problemas econômicos e sociais do país, como supunham os “desenvolvimentistas”, que, aliás, ignoram a tese marxiana acerca da relação estrutural existente entre produção e distribuição e a determinação da primeira sobre a segunda, já que o conteúdo e o destino da produção dependem da forma pela qual se organiza a distribuição dos meios de produção e dos indivíduos que a realizam.

Trata-se, em verdade, de um “desenvolvimento” ou mais precisamente da expansão de um capital incompleto/incompletável/subordinado, que tem sobrevivido sob os influxos do capital metropolitano. Não por outra razão, a partir da crise de 2008²⁹, voltaram à tona os mesmos problemas que o país enfrentara, ao final da década de 1990, em suas contas externas, assim como as pressões tanto por uma nova rodada de liberalização quanto por ajustes fiscais e

²⁹ Essa crise impôs, com força, os seus percalços à economia brasileira a partir de 2014.

reformas trabalhista/previdenciária cuja essência consiste em transferir para a classe trabalhadora o ônus da crise e/ou converter parte do seu salário em fundo de acumulação do capital.

Em suma, a via colonial de objetivação do capitalismo brasileiro chegou a seu pleno acabamento, com a inserção subordinada do país na mundialização do capital, demandando ajustes e reciclagem - a ampla reestruturação em todo o seu aparato produtivo, comercial e financeiro - para sua própria sobrevivência e continuidade de sua inserção internacional, de acordo com os novos parâmetros de produção e circulação de mercadorias da mundialização do capital. A “modernização” e a robustez alcançadas expressaram o aprofundamento da incompletude e subalternidade estruturais do capitalismo brasileiro e a manutenção dos seus pilares nevrálgicos - os dispositivos autocráticos do estado e a superexploração da força de trabalho, que ainda não se defrontaram com forças sociais capazes de superá-los. O reconhecimento do caráter irrevogável da mundialização do capital e da posição subalterna que o capitalismo brasileiro ocupa na estrutura global do capital é, a nosso ver, o parâmetro para se descortinar os desafios e as possibilidades reais na perspectiva do trabalho – daí, propor, na atualidade, transformações de cunho nacionalista, é não atentar para a nova lógica da realidade, como arrematou Chasin, em 1999: “é ser de esquerda às avessas, não se guiar pelas possibilidades reais de futuro, mas a partir de uma lógica esgotada do passado, que no próprio passado se mostrou inviável e impossível” (CHASIN, 1999, p. 52).

Referências bibliográficas

- ALEM, Ana Claudia; PESSOA, Ronaldo Martins. O setor de bens de capital e o desenvolvimento econômico: quais são os desafios? *BNDES Setorial*. Rio de Janeiro, n. 22, pp. 71-88, set. 2005.
- ALMEIDA, Mansueto. Desafios da real política industrial brasileira do século XXI. *Textos para discussão* n. 1.452. Brasília, Ipea, dez. 2009.
- _____; OLIVEIRA, Renato Lima; SCHNEIDER, Bens Ross. Política industrial e empresas estatais no Brasil: BNDES e Petrobras. *In: GOMIDE, Alexandre de Avila; PIRES, Roberto (Ed.). Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2014.
- ARBIX, Glauco; COMIN, Alvaro; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*. Introdução. São Paulo: Unesp, 2002.

- CAFÉ, Sonia Lebre *et al.* Notas preliminares sobre o desempenho competitivo da indústria de bens de capital brasileira no período recente. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 20, 2004.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. *In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.* Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- CARNEIRO, Ricardo (Org.). *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula.* São Paulo: Unesp, 2006.
- _____. Globalização produtiva e estratégias empresariais. *Texto para Discussão* n. 132. Campinas: IE/Unicamp, ago. 2007.
- CASTILHOS, Clarisse Chiappini. Notas sobre a destruição ambiental acelerada no Brasil e a financeirização mundializada do capital. *In: CASSIOLATO, Eduardo et al. (Orgs.). Desenvolvimento e mundialização: o Brasil e o pensamento de François Chesnais.* Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.
- CHASIN, J. Marx – da razão do mundo ao mundo sem razão. *In: Marx hoje.* São Paulo: Ensaio, 1987.
- _____. Ad hominem - Rota e prospectiva de um projeto marxista. *Ensaio Ad hominem* t. I. Santo André: Ad Hominem, 1999.
- _____. *A miséria brasileira, 1964-1994. Do golpe militar à crise social.* Santo André: Ad Hominem, 2000.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital.* São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.* São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), pp. 1-44, jan./jun. 2002.
- _____. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. *In: CHESNAIS, François et al. Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Cemarx/Xamã, 2003.
- COTRIM, Ivan. *Fernando Henrique Cardoso: capitalismo dependente e politicização.* São Paulo: Porto de Ideias, 2015.
- COUTINHO, Luciano. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. *In: REIS VELLOSO, João Paulo dos. Desafios de um país em transformação.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- _____; HIRATUKA, Celio; SABBATINI, Rodrigo. Desafio da construção de uma inserção externa dinamizadora. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

_____. O investimento direto no exterior como alavanca dinamizadora da economia brasileira. In: GIAMBIAGI, Fábio (Org.) *O Brasil globalizado*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2008.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Remessas de lucros e dividendos: setores e a dinâmica econômica brasileira. *Nota técnica* n. 137, jun. 2014.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do plano real*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GROS, Denise B. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. *Ensaio FEE*, v. 29, n. 2 (2008). Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2188/2580>>, acessado em: 5 fev. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA Econômica Aplicada. *Inserção Internacional brasileira: temas de economia internacional*. l. 3 v. 2. Brasília, Ipea, 2010.

JUVENCIO SOBRINHO, Maria Goreti. *O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso: autoritarismo e democratização (1972-92)*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. *A política externa do governo FHC e a reinserção da economia brasileira na mundialização do capital (1995-2002)*. Tese (Doutorado) defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012.

_____. O mecanismo da superexploração da força de trabalho e crise estrutural do capital. *Rebela*. Florianópolis, UFSC, v. 7, n. 3, set./dez. 2017.

LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. In: CARNEIRO, Ricardo (Org.). *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: Unesp, 2006.

_____; SARTI, Fernando; HIRATUKA, Celio; SABBATINI, Rodrigo. La inversión extranjera directa en el Mercosur: el caso brasileño. In: CHUDNOVSKY, Daniel (Org.). *El boom de inversión extranjera directa en el Mercosur*. Buenos Aires: Editora Siglo Veintiuno, 2001.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida *et al.* *Os anos Lula; contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: *Mercado y dependencia*. In: Úrsula Oswald (Coord.). México: Nueva Imagen, 1979, pp. 37-55. Disponível em <<http://www.marini->

escritos.unam.mx/058_ciclo_capital_dependiente.html>, acessado em: 13 jun. 2018.

_____. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000a.

_____. Processo e tendências da globalização capitalista (1996). In: SADER, Emir (Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000b.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. Há veias abertas para a América Latina? In: BORON, Atílio A. (Org.). *Nova hegemonia mundial? Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

_____. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: Clacso, 2006.

OLIVEIRA, Gesner. *Brasil real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio*. São Paulo: Mandarim, 1996.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PAULANI, Leda M.; PATO, Christy Ganzert. Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século. In: ANTONIO DE PAULA, João (Org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PICCINI, Maurício Serrão; PUGA, Fernando Pimentel. Balança comercial brasileira: desempenho no período 1997/2000. *Textos para Discussão n. 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

PINHEIRO, Armando C., GIAMBLAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício M. O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida? Texto para discussão n. 91. Rio de Janeiro, BNDES, nov. 2001.

RESENDE, Marco Flávio C; ANDERSON, Patrícia. Mudanças estruturais na indústria brasileira de bens de capital. *Texto para discussão n. 658*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

SADER, Emir. Pós-neoliberalismo: a construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (Org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SILVA FILHO, Edson Benedito. Trajetória recente do investimento direto e em carteira no Brasil. *Boletim de Economia e Política Internacional*, IPEA, n. 19, jan./abr. 2015.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*, ed. 105, São Paulo, Cebrap, jul. 2015.

TAUTZ, Carlos *et al.* BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida *et al.* *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Como citar:

JUVENCIO SOBRINHO, Maria Goreti. A inserção subordinada do capitalismo brasileiro na mundialização do capital. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 40-63, nov. 2019.

Data do envio: 9 jan. 2019

Data do Aceite: 16 maio 2019

Ensino de história e cultura popular numa nação imperial: o caso da Grã-Bretanha na segunda metade do século XIX¹

Thiago Romão de Alencar²

Resumo:

O artigo busca discutir alguns elementos que indicam as mudanças por que passaram a historiografia e o ensino de história na Inglaterra do século XIX, vinculadas explicitamente à questão imperial e à ideologia advinda desta, como demonstrará a primeira parte deste artigo. Já a segunda parte dedica-se a apontar os reflexos da ideologia do imperialismo em dois entretenimentos profundamente populares e característicos do século XIX, o *music hall* e o melodrama, ressaltando a forma mutável que essa relação assume de acordo com a interação das classes sociais com o empreendimento imperial.

Palavras-chave: Inglaterra; imperialismo; ideologia; educação; cultura.

History teaching and popular culture in an imperial nation: the case of Britain in the second half of the 19th century

Abstract:

The article seeks to discuss some elements that indicate the changes that the historiography and the teaching of history in 19th century England have undergone, changes explicitly linked to the imperial question and the ideology that emerges from it, as the first part of this article will demonstrate. The second part of it is devoted to pointing out the reflexes of the ideology of imperialism in two deeply popular and characteristic entertainments of the nineteenth century, the music hall, emphasizing the mutable form that this relation assumes according to the interaction of social classes with the imperial enterprise.

Key words: England, imperialism, ideology, education, culture.

A história do Império Britânico atravessou séculos e passou por inúmeras metamorfoses, culminando no maior império já visto pela humanidade. Uma empreitada que conjugou os esforços de reis, rainhas, primeiros-ministros, funcionários coloniais, soldados, comerciantes,

¹ Revisão ortográfico-gramatical de Murilo Pereira Leite.

² Doutorando pela Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail:* thiagobono@yahoo.com.br.

industriais, enfim, de toda a sociedade inglesa. Uma história inglesa que não leve em conta a questão imperial é incompleta. De fato, o império marcou a sociedade, a política, a economia e a cultura inglesas de maneira indelével. A coroação da rainha Vitória, ao mesmo tempo rainha da Inglaterra e imperatriz da Índia pela primeira vez, em 1838, sintetizou essa marca de maneira única: o império era a Inglaterra, e a Inglaterra era o Império.

Ao mesmo tempo, o século XIX, principalmente a partir de sua segunda metade, assistiu à ampliação sem precedentes do estado britânico, entendido aqui em termos gramscianos. A expansão do direito ao voto e da educação são apenas dois dos múltiplos vértices que caracterizam a geometria das relações de classe no centro do capitalismo nessa época. A hegemonia na sociedade se baseava, naquele momento, também em elementos de convencimento e coesão – não sem dispensar, é claro, o elemento coercitivo. Assim, para garantir o apoio de toda a sociedade inglesa aos empreendimentos imperialistas, a difusão de um nacionalismo militarista e expansionista era essencial nesse período histórico do capitalismo, tornando-se a ideologia orgânica apropriada a ele e refletindo-se, com tensões e contradições, em todas as esferas da vida social, inclusive na arte.

Este artigo busca discutir alguns elementos que indicam as mudanças por que passaram a historiografia e o ensino de história na Inglaterra desse período, vinculadas explicitamente à questão imperial, como demonstrará a primeira parte deste artigo. Já a segunda parte dedica-se a apontar brevemente os reflexos da ideologia do imperialismo numa arte notoriamente popular e característica do período, o *music hall*³, ressaltando a forma mutante que essa relação assume.

1 – Imperialismo, ideologia e educação

Começemos do começo. Uma história das ideias e da ideologia só faz sentido se dermos especial atenção à importância prática de tais ideias, sua relação com a realidade concreta, seu valor como *fato histórico*. Como ressaltou Gramsci,

é possível dizer que o valor histórico de uma filosofia pode ser “calculado” a partir da eficácia “prática” que ela conquistou (...). Se é verdade que toda filosofia é a expressão de uma sociedade, ela deveria reagir sobre a sociedade, determinar certos efeitos, positivos e negativos. A medida em que ela reage é justamente a medida de sua importância histórica, de não ser ela “elucubração” individual, mas “fato histórico” (1987, p. 34).

³ Conhecido em sua vertente brasileira por “teatro de revista”.

No caso do período e do objeto por nós estudados, é notória a relação entre a expansão imperial e as próprias ideias que a movem. Em outras palavras, o próprio imperialismo possuía grande capacidade de aglutinação ideológica, principalmente no contexto em que as modificações nas relações entre os governantes e os governados fez com que o elemento do convencimento se estabelecesse mais firmemente, sem abandonar, é claro, a coerção. O valor de coesão do império é apontado por Hobsbawm, ao indagar:

o que há de mais glorioso que conquistas de territórios exóticos e raças de pele escura, sobretudo quando normalmente era barato dominá-los? De forma mais geral, o imperialismo encorajou as massas, e sobretudo as descontentes, a se identificarem ao estado e à nação imperiais, outorgando assim, inconscientemente, ao sistema político e social representado por esse estado justificação e legitimidade. Numa era de política de massa, mesmo os sistemas antigos precisavam de nova legitimidade, (...) o império era um excelente aglutinante ideológico. (...). É impossível negar que a ideia da superioridade em relação a um mundo de peles escuras situado em lugares remotos e sua dominação era autenticamente popular, beneficiando assim, a política do imperialismo (2009, pp. 105-6).

É a partir das ideologias que os cidadãos ingleses interpretam a realidade na qual estão inseridos e tomam consciência do mundo que os cerca. Seu surgimento se liga íntima e organicamente às necessidades da época. A ligação orgânica entre o nacionalismo imperial e a expansão capitalista e da democracia no século XIX não deve ser ignorada. Em trabalho mais recente, partindo do mesmo aporte teórico, Mészáros lembra que “as principais ideologias levam a marca muito importante da formação social cujas práticas produtivas dominantes (...) adotam como definitivo quadro de referência” (2012, p. 67). Ao mesmo tempo,

é necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias à uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. (GRAMSCI, 1987, pp. 62-3).

A ideologia do imperialismo e suas múltiplas facetas e manifestações “organizam” a sociedade inglesa, “explicam” essa sociedade aos seus próprios membros. No entanto, essa explicação e organização não é isenta, nunca foi e nunca poderá ser: numa sociedade cindida em classes, a forma de organização preferida é aquela que busca sempre mitigar e esconder os conflitos de classe próprios do capitalismo. Nesse sentido, os

nacionalismos são férteis em limpar o terreno social das ervas daninhas das contradições de classe, “exportando” os conflitos sociais. Com o advento do imperialismo, o choque das culturas proporcionado pela expansão imperial facilitou ainda mais esse processo.

Igualmente importante é o próprio processo de difusão dessas ideologias, de forma a soldar o tecido social e dar-lhe um sentido específico. Ao se indagar sobre a maneira pela qual novas concepções de mundo se difundem e se tornam populares, Gramsci apontou que

neste processo de difusão (que é, simultaneamente, de substituição do velho e, muito frequentemente, de combinação entre o novo e o velho), influem (...) a forma racional em que a nova concepção é exposta e apresentada, a autoridade (...) do expositor e dos pensadores e cientistas nos quais o expositor se apoia, a participação na mesma organização daquele que sustenta a nova concepção (1987, p. 25).

Partiremos desse princípio para analisar a forma com que a ideologia imperial ganhou força entre diversos historiadores do século XIX na Inglaterra e se expandiu para o ensino primário e secundário ingleses, e como essa mudança ocasionou impactos na educação e na formação das gerações futuras, sedimentando-se.

1.1 – Propaganda e ensino

Os estudos de John M. MacKenzie (1984; 1986), os quais abordam exclusivamente essa questão, apontam os esforços de diversas instâncias da sociedade civil em prol da difusão da ideologia imperial pela sociedade. O autor chega a afirmar que as propagandas produzidas diretamente pelo governo não eram tão difundidas, pois não seriam necessárias, visto o intenso esforço das associações e organizações não governamentais da sociedade civil. Para o historiador, essas associações, desde o início, apresentam e reconhecem para si um claro papel propagandístico, sendo propaganda entendida aqui como

a transmissão de ideias e valores de uma pessoa, ou um grupo de pessoas, para outro, com a intenção específica de influenciar as atitudes dos destinatários de certa maneira que os interesses dos autores sejam favorecidos. Apesar de ser uma ação velada, buscando influenciar pensamentos, crenças e ações apenas de modo sugestivo e não impositivo, é consciente e deliberada (MACKENZIE, 1984, p. 3, tradução nossa)⁴.

⁴ No original: “the transmission of ideas and values from one person, or groups of persons, to another, with the specific intention of influencing the recipients’ attitudes in such a way that the interests of its authors will be enhanced. Although it may be veiled, seeking to influence thoughts, beliefs and actions by suggestion, it must be conscious and deliberate”.

Estamos num ponto em que há uma divisão tênue entre duas noções: de um lado, pode se ver essas deliberações e atitudes como simples “reforço e autodifusão do *ethos* do período, uma repetição constante das ideias e preocupações centrais de uma época” (1984, p. 3, tradução nossa)⁵, com uma circularidade não intencional, não comprometida e involuntária de determinadas ideias. Do outro, posição da qual nos aproximamos, como “manipulação consciente por parte daqueles que controlavam os poderosos aparelhos comerciais, militares e religiosos oficiais” (1984, p. 3, tradução nossa)⁶, que viam na difusão de certo ideário algo imprescindível para a ampliação da base social de apoio às práticas que os beneficiavam. A busca pela condução ideológica da sociedade é vital para os setores envolvidos diretamente no empreendimento imperialista.

Partindo desses pressupostos, podemos entender o surgimento, ao longo do último quarto do século XIX, de uma série de instituições e associações privadas com o intuito de estudar e divulgar os supostos avanços e as vantagens que o Império trazia para a sociedade inglesa, difundindo assim essa ideologia imperial. Num intenso trabalho propagandístico, a maioria dessas associações, como a *Primrose League* e a *Imperial Federation League*, tinha como parte central de seus objetivos a penetração cada vez maior no meio educacional inglês, fornecendo gratuitamente materiais para professores, promovendo palestras, exposições e produzindo diversos tipos de produtos que de alguma maneira atraíssem as crianças e jovens ingleses para a sua causa. MacKenzie não foca seu estudo apenas na disciplina de história, dando especial atenção para a geografia, muito popular na época entre os estudantes justamente por dar mais atenção aos fatos recentes, adquirindo, desse modo, um viés “político” ao abordar as atualidades. Já a história, voltada exclusivamente para o passado, era vista como supérflua. De início, a visão de mundo imperial ainda não era difundida nas escolas: prova disso é o fato de que a história do império e das colônias não fazia parte dos currículos escolares. Muitos analistas da época argumentavam que a inclusão da história do império nos currículos tornaria a disciplina em questão muito mais atraente e popular entre os estudantes, visto que possuía claro apelo heroico se fosse abordada a partir de determinados pontos de vista, que enfatizassem os feitos militares, por exemplo. Para MacKenzie, é devido às intensas pressões desses institutos por mudanças nos currículos de história e geografia das escolas que terão início de fato as lições de história imperial nas instituições de ensino, acompanhando um

⁵ No original: “self-generating ethos reinforcement, a constant repetition of the central ideas and concerns of the age”.

⁶ No original: “conscious manipulation on the part of those who controlled the powerful religious, commercial, military, and official agencies”.

movimento que já havia surgido anteriormente nas universidades⁷. A partir daí, percebe-se o papel cada vez mais proeminente da visão de mundo imperial na propaganda e educação de fins do século XIX e começo do século XX.

Ao longo da segunda metade do século XIX, a historiografia inglesa sofreu modificações semelhantes. Se antes, como afirma John MacKenzie, “os textos de história eram escritos visando única e exclusivamente a elite, com a classe trabalhadora sendo abordada com escárnio e tratada como sendo a principal responsável pelos seus próprios problemas” (1984, p. 176, tradução nossa)⁸, a partir desse período, houve mudanças significativas no tom e na abordagem da historiografia. Difundiu-se uma interpretação da história inglesa na qual o comércio e os negócios eram glorificados, e a história da Inglaterra era vista como o triunfo de uma classe média cujos principais motes eram a liberdade e as reformas governamentais, que engrandeciam o estado inglês e demonstravam sua clara superioridade com relação às outras nações. Mostra clara disso foi a mudança de enfoque dado às figuras militares, antes desprezadas e agora exaltadas como heróis nacionais, como almirante Nelson⁹ e o duque de Wellington¹⁰. Em contrapartida, políticos que de alguma maneira falharam em algum ponto concernente ao império eram execrados e ignorados no panteão de heróis nacionais. Certos temas que trariam algum embaraço para essa linha de raciocínio passaram a ser mais ignorados – como a Guerra Civil americana ou os tempos do tráfico de escravos e da atuação dos piratas –, enquanto patriotismo, militarismo, monarquia e, é claro, a expansão imperial se tornaram temas centrais para essa nova historiografia.

Para além dos temas e objetos abordados, outra mudança crucial concernente ao método e ao tom dessa historiografia aconteceu, ficando mais visível na última década do século XIX e tendo também relação com o esforço imperial. Anteriormente, os escritos de história basicamente eram grandes compêndios de fatos, dados e estatísticas, o que hoje se chama

⁷ Para mais sobre a relação entre as sociedades de propaganda imperial e o ganho de importância dos estudos imperiais, ver MacKenzie (1984), em especial o capítulo 6, *Imperial propaganda societies and imperial studies* (1984, pp. 147-72).

⁸ No original: “History texts were written only for an elite. In them, the working-class were viewed with scorn, and depicted as largely responsible for their own problems”.

⁹ Almirante que comandou a marinha britânica na famosa batalha de Trafalgar, ocorrida em 1805, na qual a Inglaterra venceu a esquadra franco-espanhola num dos duelos mais decisivos das chamadas guerras napoleônicas. Apesar da morte do almirante em batalha, a ameaça de uma invasão napoleônica ao território inglês foi enfim repelida, e Nelson (1758-1805) foi alçado ao panteão dos grandes heróis nacionais.

¹⁰ Arthur Wellesley (1769-1852), primeiro duque de Wellington, comandou os exércitos aliados na vitória da batalha de Waterloo, que acabou de vez com as pretensões expansionistas de Napoleão no continente europeu. Exerceu o cargo de primeiro-ministro entre 1828 e 1830 e depois por um breve período em 1834. Permaneceu comandante-em-chefe do Exército britânico até sua morte.

événementielle, uma história factual pobre em termos interpretativos. O trabalho do historiador se resumia a reunir e descrever fielmente os dados encontrados nos documentos oficiais da época, um trabalho imensamente investigativo, mas pouco interpretativo. Segundo MacKenzie,

é contra esta abordagem da História que vários propagandistas do império e autores de livros didáticos e livros voltados ao método do ensino da História se voltaram no fim do século. É nesse momento que uma interpretação ideológica em particular é introduzida nos textos desse tipo (1984, p. 176, tradução nossa)¹¹.

Essa interpretação ideológica buscava exaltar o império, interpretando a história inglesa como uma marcha unívoca em direção a ele, visto como a culminação da história e do desenvolvimento do estado inglês. Uma narrativa única, unidimensional e direcionada, explicava os séculos de história precedente tendo por mote o império tal como existia no século XIX. Os textos atravessados por essa interpretação ideológica imperial, ao contrário dos anteriores, tratavam das colônias unificando-as sob a mesma bandeira da formação e expansão continuadas do império britânico, como se o horizonte final do estado inglês sempre houvesse sido o império desde o início. Uma abordagem teleológica da história passou a vigorar, julgando os personagens a partir das suas contribuições positivas ou negativas com relação ao império. Uma história nesses moldes, pensada por imperialistas para formar imperialistas, teria sua popularidade e sua “veracidade” atestadas à medida que o império inglês se expandisse e se desenvolvesse, algo que de fato aconteceu ao longo do século XIX e no começo do XX. E, em contrapartida, ao formar gerações imbuídas desse *ethos* imperial, cuja principal crença era a da relação vital entre sua nação, seu estado e seu império, com essas três coisas se confundindo e se tornando sinônimos, ficava garantida a manutenção do império com a formação desse exército renovador das forças imperiais. Uma seleção deliberada do passado, orientada pelas demandas do presente. Lecky, Macaulay e Seeley eram os historiadores mais citados nos livros didáticos, e suas obras deixavam claras suas posições ideológicas: a marcha em direção ao estabelecimento do império era o tema central e o clímax da história nacional inglesa. Além disso, a história, ao recuperar as glórias da nação e mostrar seu “destino manifesto”, era vista como antídoto aos problemas políticos da Inglaterra, o principal meio de se alcançar o consenso nacional entre as classes e partidos, permitindo superar momentaneamente os conflitos sociais e políticos que pareciam tomar

¹¹ No original: “It was against this approach that so many imperial propagandists and writers of text books of teaching method railed at the end of the century. It is at this time that a single ideological slant is introduced to all such texts”.

conta do país ao longo do século XIX. Aqui, a definição de Meszáros se faz precisa:

o que se espera das autoimagens da ideologia dominante não é o *verdadeiro* reflexo do mundo social, com a representação objetiva dos principais agentes sociais e seus conflitos hegemônicos. Antes de tudo, eles devem fornecer apenas uma explicação *plausível*, a partir da qual se possa projetar a *estabilidade* da ordem estabelecida. É por isso que a ideologia dominante tende a produzir um quadro categorial que *atenua* os conflitos existentes e *eterniza* os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido (2012, p. 69).

Um aspecto importantíssimo e complementar a essa mudança de abordagem com relação à história inglesa foi algo muito mais subjetivo, que igualmente afetou as gerações de estudantes ingleses de maneira profunda: as indicações dos Conselhos e Ministérios da Educação sobre os objetivos do ensino de história e as estratégias metodológicas e didáticas que deveriam ser adotadas em sala de aula. Inúmeros livros didáticos foram lançados na época, contendo diretrizes específicas aos professores, e muitos desses livros possuíam pontos convergentes: para a maioria, o objetivo principal do ensino de história era inculcar patriotismo e cidadania, além de prover desenvolvimento moral. O ensino de história nesses moldes era crucial para o desenvolvimento das novas gerações, seu aperfeiçoamento como cidadãos imbuídos do espírito de grandeza imperial do país, fornecendo o conhecimento necessário para o desenvolvimento do estado, da nação e de suas instituições no futuro. Esses manuais destinados aos professores aconselhavam a enfatizar lições morais e episódios de demonstração de força por parte de estadistas ingleses, exaltando e difundindo o patriotismo a partir de certas figuras históricas que possuíam em comum uma participação ativa e positiva na formação do império britânico. Especial atenção deveria ser dada, em sala, aos heróis militares, relacionando cada vez mais o sucesso nas guerras com o destino e a grandeza do império. Nacionalismo, imperialismo e militarismo se misturavam nesse *ethos* que exaltava a marinha e o exército ingleses na formação e na defesa do império. Os professores deveriam também buscar inculcar nos estudantes um dever patriótico com relação ao império. Os ganhos auferidos desse esforço eram óbvios: o reforço do sentimento nacionalista e militarista garantiria a participação e a entrada maciça de jovens comprometidos com a causa imperial nas forças armadas. A contínua reiteração das relações intrínsecas entre o estado inglês, o império e as forças armadas formavam o núcleo central do nacionalismo inglês no século XIX, essencial para a manutenção do sentimento imperial entre as massas, ampliando a base social de apoio desse império.

Outros pontos desse *ethos* eram igualmente necessários à justificação e explicação da dominação imperial. Também penetravam

cada vez mais nas salas de aula, como, por exemplo, a questão do darwinismo social e do racismo, temas presentes nas aulas de geografia. Certos livros afirmavam que era dever da geografia aplicar a teoria evolutiva de Darwin ao estudo das sociedades humanas, pautados por uma teoria convencional que discorria sobre a “progressão de sociedades caçadoras e coletoras para as sedentárias e, finalmente, para as industriais, unindo darwinismo social a uma forte dose de determinismo ecológico” (MACKENZIE, 1984, p. 184, tradução nossa)¹². Um dos exemplos dessa construção ideológica é a visão, típica do início do século XIX, segundo a qual os africanos eram seres infantis e indolentes devido à abundância de recursos naturais no mundo tropical. Sua perpetuação ao longo da primeira metade do século XX se deu em grande parte devido aos esforços desses professores primários e secundários.

A teoria social de Herbert Spencer, surgida em 1850, também já havia se estabelecido nos meios científicos a ponto de influenciar igualmente os textos dos livros didáticos. De acordo com essa teoria, a competição era uma força criadora, e seus resultados poderiam ser vistos já na sua própria época: empresas mais rentáveis engolindo empresas falidas, a sobrevivência de indivíduos mais aptos dentro de uma mesma sociedade, o domínio de nações “civilizadas” sobre povos “bárbaros”. O racismo que advém da ideia de que certas raças seriam ontologicamente superiores a outras e de que essas raças superiores tinham o direito e o dever de exercer domínio sobre as outras, a partir da própria desumanização das raças consideradas inferiores, serve como justificação ideológica da expansão europeia para as terras africanas e asiáticas. Era muito mais fácil e cômodo dominar indivíduos considerados desiguais em relação aos espíritos europeus, que os encaravam como “sub-humanos”.

Peter Gay (1995), no entanto, nos mostra que esse “racismo científico”, influenciado em grande parte pelos estudos da frenologia de Cesare Lombroso e sua teoria do “criminoso nato”, estava longe de ser unanimidade nos meios científicos europeus. O autor discute inclusive a pretensa cientificidade dos argumentos em prol do racismo, apontando para outras teorias científicas da mesma época que, no caminho oposto, argumentavam contra as teorias racistas. Porém, na medida em que o século XIX avançava, o pensamento racista se tornava cada vez mais hegemônico nessas sociedades, penetrando em meios de comunicação como a imprensa, na literatura e no ensino escolar, além de influenciar o desenvolvimento de novas disciplinas acadêmicas, como a sociologia, a antropologia e a etnografia, confirmando assim a explicação de Gramsci

¹² No original: “the progression from hunting to pastoral to agricultural and finally industrial societies, larding this Social Darwinism with a strong dose of ecological determinism”.

sobre a “posição de autoridade” influir na adoção de certas ideologias, como também a organicidade e necessidade de determinadas ideologias, apontadas no início desse artigo. Ao se tornar parte importante do discurso ideológico hegemônico, o racismo se desenvolvia concomitantemente aos contatos dos europeus com povos africanos e asiáticos intensificados pela expansão imperialista.

Com o desenrolar do tempo histórico e das diversas mutações nas relações internas do império, em princípios do século XX, outro ponto da ideologia imperial começou a se destacar nos livros didáticos de História e geografia: as questões morais e econômicas concernentes à dominação imperial. Professores eram aconselhados a exaltar o valor econômico e moral do Império, ressaltando a interdependência econômica do complexo imperial britânico e o valor moral dessa dominação, cujas “obrigações” eram sintetizadas na ideia do fardo do homem branco – a noção de que a Europa teria o dever moral de espalhar pelo mundo os seus avanços técnicos, políticos, militares e institucionais. Ao mesmo tempo, a maioria dos livros enfatizava o papel do industrialismo no desenvolvimento britânico e o sua posição de centro do império, apontando para as inúmeras vantagens deste. De maneira mais prática, os livros de geografia enfatizavam o papel econômico de cada colônia, mesmo a menor de todas, no complexo imperial britânico, visando demonstrar a interconexão econômica de suas diversas partes. Além disso, os professores eram incentivados a estimular os interesses dos estudantes no império apontando de que maneira os alimentos ou as roupas consumidas pelos alunos eram feitas a partir de matérias-primas provenientes das colônias. Essa abordagem “cotidiana” do império seria umas das principais estratégias dos professores para atizar a curiosidade dos estudantes e tornar o império algo mais palpável para eles, trazendo-o para a sua realidade. O objetivo implícito aqui permanecia o mesmo: garantir apoio ao império por parte das novas gerações, mas agora enfatizando o lado econômico dessa relação. Essa abordagem do império, ressaltando a interconexão econômica entre a metrópole e as colônias, perdurou até a década de 1940, quando se enfatizavam a autonomia econômica do império e sua autossuficiência no quadro da economia mundial.

Se durante a I Guerra Mundial a Inglaterra assistiu a um surto de nacionalismo imperial e jingoísta¹³, mudanças significativas ocorreram na

¹³ Jingoísmo é uma doutrina surgida na segunda metade do século XIX, no contexto da expansão imperial, que englobava nacionalismo, belicismo, expansionismo e racismo. Seu nome foi herdado da canção *By Jingo*, composta por G. W. Hunt em 1877, que visava retratar a crise diplomática entre Rússia e Inglaterra do mesmo ano, quando os primeiros ameaçaram tomar Constantinopla, entreposto chave para as rotas do comércio britânico tanto no Mar Negro como no Mediterrâneo. Canção síntese da tradição nacionalista chauvinista do *music hall* britânico, a canção fez muito sucesso na época e será comentada na segunda parte deste artigo.

década de 1930 no âmbito do império, enquanto a abordagem em sala de aula continuava atentando para as conexões econômicas dentro do império. Em dezembro de 1931, foi assinado o Estatuto de Westminster, que garantia a independência política e a igualdade jurídica dos domínios brancos, notadamente Austrália, Canadá e Nova Zelândia, além de instituir certas determinações legais com relação à Comunidade Britânica de Nações [*British Commonwealth of Nations*¹⁴]. No ano seguinte, a Convenção de Ottawa, no contexto a grande depressão de 1929, estabeleceu tarifas alfandegárias para produtos provenientes de fora do império, dando preferência aos artigos internos. Nesse contexto, de acordo com John MacKenzie¹⁵, os livros didáticos começam a abordar a instituição da *Commonwealth*, apresentando-a como precursora da Liga das Nações e como um bom exemplo de funcionamento de uma comunidade internacional multiétnica, sem deixar de ressaltar, porém, a interligação econômica entre seus membros. Se a ênfase ao militarismo agressivo do século XIX vinha aos poucos sendo abandonada, a guerra e o esforço militar ainda eram vistos e abordados como vitais para o império, agregando agora outras noções: a guerra, antes vista primordialmente como meio expansivo, agora também se relacionava à própria defesa da nação, com o próprio auxílio das colônias sendo visto como de grande valia. Esse discurso da cooperação militar entre colônia e império, relativamente novo, se repetiu no auge da II Guerra Mundial quando o primeiro-ministro Winston Churchill afirmou que, mesmo se os nazistas lograssem êxito em invadir o território britânico, ele não tinha dúvidas de que o “Império além-mar, armado e protegido pela marinha britânica, iria continuar a luta até que (...) o Novo Mundo agiria para resgatar e libertar o Velho”.¹⁶

¹⁴ A Comunidade Britânica de Nações é uma organização intergovernamental composta por 53 países-membros independentes. Os estados-membros cooperam num quadro de valores e objetivos comuns, que incluem a promoção da democracia, direitos humanos, boa governança, estado de direito, liberdade individual, igualitarismo, livre comércio, multilateralismo e a paz mundial. A *Commonwealth* não é uma união política, mas uma organização intergovernamental através da qual os países com diversas origens sociais, políticas e econômicas são considerados como iguais em status, tendo como chefe o monarca reinante no Reino Unido, cargo atualmente exercido pela rainha Elizabeth II. Idealizada em fins do século XIX como um órgão capaz de reunir os integrantes mais independentes do império inglês – notadamente os domínios brancos – a partir do pós-1945, passou a servir como ponto de integração e bloco comercial após a onda de independência que varreu o império britânico. Apenas duas ex-colônias não aderiram à *Commonwealth*: Birmânia e Aden. Na década de 1950, a *British Commonwealth of Nations* passou a ser conhecida apenas por *Commonwealth of Nations*, numa clara tentativa de desvinculá-la do seu passado imperial.

¹⁵ Nesse trecho me baseio, em grande parte, nas análises de John MacKenzie (1984, pp. 173-99) no capítulo 7 do seu *Propaganda and Empire*, intitulado *Imperialism and the school textbook*.

¹⁶ Discurso proferido por Winston Churchill na Câmara dos Comuns em 4 de junho de 1940. Disponível em: <<http://www.winstonchurchill.org/learn/speeches/speeches-of->

MacKenzie (1984) aponta para a permanência dos métodos e abordagens da historiografia do fim do século XIX no período da Segunda Guerra e no imediato pós-1945. Uma historiografia nacionalista e patriótica, comprometida com as histórias de grandes homens e de eventos-chave – em grande parte, guerras coloniais –, componentes da marcha nacional em direção à grandeza imperial, ainda se fazia presente tanto nas salas de aula como nos escritórios de editoras de livros didáticos. A novidade com a qual essa literatura se deparou no período do pós-guerra é as primeiras independências ocorridas no interior do império. Os autores e professores teriam que modificar sua abordagem e suas justificativas ao imperialismo, adaptando-as ao novo contexto internacional, até certo ponto, desfavorável aos impérios nos moldes do britânico. Agora, a dominação imperial era justificada por ter “abolido o tráfico de escravos e por ter introduzido nas relações entre África e Europa noções de administração de recursos e parcerias comerciais, segundo os quais o império podia ser visto como voltado para o bem estar geral de todos os seus subordinados” (MACKENZIE, 1984, p. 192, tradução nossa)¹⁷.

Percebe-se que essa historiografia do século XIX – a geração de Seeley e companhia –, que declaradamente assumia seu papel propagandístico com relação ao império, influenciou as gerações posteriores de historiadores e professores, além de permanecer forte dentro do próprio Ministério da Educação, cujos manuais para professores também vinham carregados da visão de mundo imperial do século XIX. Essa visão, adaptando-se às sucessivas mudanças na política do império, sobreviveu até o avançar da década de 1950, quando uma revolução na escrita, na pesquisa e no ensino de História teve lugar na Inglaterra, fato que foge aos propósitos desse trabalho abordar¹⁸.

O nacionalismo inglês do século XIX – imperial, marcial e racista – difundiu-se na sociedade inglesa a partir de diversos canais de mediação, sendo o principal deles, para a nossa análise, o ensino primário e secundário. Abordamos o material priorizado por John MacKenzie (livros escolares e manuais de professores), que deixa claro a opção deliberada pela visão de mundo imperial, salientando o papel fundamental do ensino na formação intelectual das novas gerações de cidadãos ingleses. A transmissão de dados, valores e ideologias, conceitos específicos, em suma,

winston-churchill/1940-finest-hour/128-we-shall-fight-on-the-beaches>. No original: “our Empire beyond the seas, armed and guarded by the British Fleet, would carry on the struggle, until (...) the New World steps forth to the rescue and the liberation of the old”. Tradução minha. Acessado em: 4 jan. 2018.

¹⁷ No original: “The abolition of the slave trade, and the concepts of trusteeship and partnership, by which Empire could be seen to be devoted to the well-being of the subordinate peoples”.

¹⁸ Refiro-me aqui ao grupo de historiadores vinculados ao Partido Comunista da Grã-Bretanha, conhecidos por *New Left*.

uma tradição herdada e seletiva, tem papel essencial no estabelecimento e na perpetuação dessa nova realidade imperial. A difusão dessas ideias se complementava por diversos outros meios, como as histórias em quadrinhos cujo cenário e enredo se passavam nas colônias, as variadas exposições imperiais que ocorreram na época, os museus e sociedades voltadas para a pesquisa e propaganda do império, a fabricação de itens colecionáveis cuja temática era o império, entre outros. O reforço de estereótipos e valores alimentavam e garantiam a durabilidade dessa visão de mundo imperial, ao mesmo tempo em que garantiam certo consenso político, pois, como apontou Hobsbawm (2009, pp. 93-116), a ênfase no nacionalismo desviava a atração óbvia que os movimentos trabalhista e socialista exerciam nos novos eleitores¹⁹.

Todas as sociedades que passaram pela experiência imperial, seja na posição de metrópole ou de colônia, encontram-se permanentemente marcadas por esse fenômeno. Tanto nas relações entre as nações como nas relações internas, o imperialismo ainda marca essas sociedades. Fica claro que o nacionalismo imperial foi institucionalizado a partir de meados do século XIX. Imprensa, literatura, ensino e ciência eram os principais meios para a sua difusão entre as classes sociais. Gerações de homens e mulheres na Inglaterra, na França, na Alemanha e em outras metrópoles imperiais cresceram ouvindo dos pais, lendo nos jornais, aprendendo na escola e lendo na literatura infanto-juvenil que seu país era o centro de um grande império, difusor da civilização entre povos incultos em longínquas paragens no continente africano. Ward (2001, p. 4, tradução nossa) argumenta que, “apesar da população britânica não ter uma noção exata a respeito das particularidades do Império, havia um consenso geral sobre o papel predeterminado da Inglaterra no mundo além-mar”.²⁰ Na segunda parte deste artigo, trataremos do *music hall* e do melodrama, gêneros populares de entretenimento que misturavam música, dança e teatro, que fizeram muito sucesso entre as camadas populares na segunda metade do século XIX e que possuíam, entre seus principais temas, o imperialismo.

2 – Imperialismo e lazer no século XIX: *music hall* e melodrama

O debate sobre as relações entre o *music hall*, a classe operária e o imperialismo é antigo na historiografia inglesa. Para J. A. Hobson (1901), historiador inglês pioneiro no estudo sobre o imperialismo, que escreve na primeira década dos anos 1900, o *music hall* era um dos principais canais

¹⁹ Ver Hobsbawm (2009), em especial o capítulo 3, “A perspectiva governamental” (2009, pp. 93-116).

²⁰ No original: “While many people never bothered getting to know the particulars of empire, there was nonetheless a broad consensus about a preordained role in the world beyond Britain’s shores”.

através do qual as classes conservadoras manipulavam a classe operária em favor do imperialismo, infectando-a com o jingoísmo belicista da época. Para difundir a ideologia que favorecia o apoio operário à causa imperial, garantindo, assim, a sobrevivência econômica e política da fração monopolista da burguesia inglesa da época, aproveitava-se da atmosfera festiva e de lazer que caracterizava os estabelecimentos que apresentavam aquele tipo de entretenimento.

Nos anos 1970, o tema dos entretenimentos populares voltou à tona. Nesse contexto, outro importante historiador do assunto, Richard N. Price (1972), discutindo a consagrada tese de Hobson, afirmou que este teria mal interpretado o fenômeno do *music hall*. Segundo ele, apesar das demonstrações públicas da classe operária em certos momentos (como as comemorações da vitória na batalha de Mafeking de maio de 1900, conflito central da Guerra dos Bôeres²¹), quem de fato dava seu apoio consciente e ativo ao império eram os membros da classe média. A classe operária seria indiferente ao imperialismo, apenas se manifestando quando a questão do império interferia no seu cotidiano, como na questão do alistamento obrigatório em períodos de alta de desemprego. Nessa abordagem, Price separa patriotismo de jingoísmo, conectando o primeiro, em sua vertente pacifista, aos trabalhadores, e o segundo, mais agressivo e belicista, aos sentimentos das classes médias. Entretanto, a nosso ver, o belicismo característico do imperialismo torna dificultosa a sua separação do patriotismo inglês no século XIX. Outra abordagem recente é a de Lawrence Senelick, que retoma a argumentação de Hobson, fazendo a

²¹ As guerras dos bôeres foram dois confrontos armados na atual África do Sul que opuseram os colonos de origem holandesa, instalados na região desde o século XVI, chamados de bôeres, ao exército britânico. A Primeira Guerra dos Bôeres, travada entre 1880 e 1881, vencida pelos colonos bôeres, garantiu a independência da república do Transvaal com relação à Grã-Bretanha. Em 1887, é descoberta a maior jazida de ouro do mundo, próxima a Pretória, então capital do Transvaal. Assim, milhares de colonos britânicos passam a fronteira para buscar a riqueza em território bôer. Os líderes britânicos sentem-se cada vez mais propensos a tentar a anexação desses territórios, instalando tropas e colonos nas colônias vizinhas do Cabo e de Natal. Em outubro de 1899, o constante aumento da pressão militar e política britânica incitou o presidente do Transvaal, Paul Kruger, a dar um ultimato exigindo a garantia da independência da república e cessação da crescente presença militar britânica nas colônias vizinhas. Tal atitude foi tomada como inaceitável pelos britânicos, dando início à Segunda Guerra dos Bôeres, travada entre 1899 e 1902. Apesar do maciço apoio alemão às tropas do Transvaal, visando barrar, no contexto da partilha da África, a expansão da dominação britânica na região, rica em minério de diamantes e ouro, desta vez os britânicos foram vencedores, e o destino daqueles que tiveram propriedades e posses arrasadas foram os campos de concentração criados pelas autoridades coloniais. Os bôeres renderam-se por meio do tratado de Vereeniging, recebendo 3 milhões de libras esterlinas em compensação e a promessa de um eventual governo, o estabelecimento da União da África do Sul, em 1910. O tratado extinguiu as repúblicas bôeres e colocou seus cidadãos sob a autoridade do Império Britânico. Essa foi a primeira guerra que colocou frente a frente tropas europeias no teatro africano, impulsionando manifestações patrióticas belicistas em ambos os países.

ressalva de que o *music hall* “contribuiu cada vez mais para a formação da opinião pública sem, no entanto, influenciar diretamente nas atitudes autênticas do público em si” (SENELICK *apud* SUMMERFIELD, 1986, p. 19, tradução nossa)²².

Assim, o debate sobre as relações da classe operária e o *music hall* gerou inúmeras posições. Para John MacKenzie, esse debate rende frutos até hoje pelo fato de o *music hall* ter sido o centro da primeira grande explosão de entretenimento no fim do século XIX. Refletindo o *ethos* imperial dominante da época, abarcou o conjunto das classes com suas apresentações por todo o país. Como já vimos na primeira parte, o nacionalismo inglês – como todos os outros – não pode ser visto como algo monolítico, estanque, inalterado ao longo dos séculos XIX e XX. São perceptíveis períodos de maior intensidade e agressividade – como durante a Guerra Bôer ou a I Guerra Mundial – e períodos de maior calma. Isso fica evidente quando é feita uma análise de longo prazo com relação às manifestações. É notória a maior incidência de temas e personagens bélicos nos espetáculos do início do século XX, como apontam os trabalhos de Penny Summerfield (1986) e John MacKenzie (1984)²³.

Consenso é a noção de que a existência social influencia diretamente na obra dos artistas, tanto material – definindo os materiais da arte e como esta será produzida – como espiritualmente, sobretudo por meio da ideologia. Eagleton explica didaticamente essa relação ao afirmar que

as obras literárias não são misteriosamente inspiradas, nem explicáveis simplesmente em termos da psicologia dos autores. Elas são formas de percepção, formas específicas de se ver o mundo; e como tais, elas devem ter uma relação com a maneira dominante de ver o mundo, a ‘mentalidade social’ ou ideologia de uma época. Essa ideologia, por sua vez, é produto das relações sociais concretas das quais os homens participam em um tempo e espaço específicos; é o modo como essas relações de classe são experienciadas, legitimadas e perpetuadas. (...) Portanto, compreender [uma obra de arte] significa, antes de tudo, compreender as relações complexas e indiretas entre essas obras e os mundos ideológicos que elas habitam. (...) Mas também não entenderemos a ideologia a não ser que compreendamos o papel que ela desempenha na sociedade como um todo – como ela consiste em uma estrutura de percepção definida e historicamente relativa que sustenta o poder de uma classe social específica. (...) Para entender uma ideologia, devemos analisar as relações precisas entre as diferentes classes em uma sociedade; e fazer isso significa

²² No original: “it increasingly contributed to the formation of public opinion without drawing on the authentic attitudes of the public itself”.

²³ Cf. Mackenzie (1984, pp. 39-76, cap. 2, *The theatre of empire*).

compreender a posição dessas classes em relação ao modo de produção (2011, pp. 19-21).

O *music hall* surge como resultado de uma confluência de fatores conjunturais: os donos de *pubs* viam no oferecimento de entretenimento uma boa chance de aumentar a venda de bebidas ao manter seu público entretido por mais tempo. Por outro lado, artistas buscavam espaços para se apresentarem e, como os principais teatros da época estavam ocupados por outros tipos de arte, a saída encontrada foi apresentarem-se em espaços mais populares. Ao mesmo tempo, as licenças governamentais para teatros proibiam o consumo de bebida alcoólica e de fumo nos recintos, forçando os proprietários a adequarem seus estabelecimentos para mantê-los em funcionamento, buscando evitar assim a proibição ou a não concessão de alvarás. Na busca por normatizar o espaço público e, principalmente, controlar o lazer popular segundo os moldes da moral conservadora do período vitoriano, o governo inglês acabou delineando as formas de entretenimento a partir da noção de “lazer racional”, que advogava a pertinência intelectual e moral das diversas formas de lazer como forma de educar e controlar “as massas”. Segundo esta noção, todo lazer deveria ter um objetivo dentro desse contexto, o que acabou implicando na valorização do lazer e da arte das classes mais altas e no desprezo/perseguição por vias legais diretas e indiretas aos lazers mais populares, considerados impróprios e imorais²⁴.

A inventividade e o interesse privado de alguns indivíduos, somadas à demanda de uma ampla gama da população por entretenimento e lazer, porém, acabaram por encontrar brechas no sistema legal da época. Após um período de intensa vigilância na primeira metade do século XIX, a partir de 1870, muitos proprietários começaram a “burlar” a lei de maneira criativa, incentivando apresentações curtas, em forma de esquetes com dança e música, para fugir da definição de “teatro” imposta pelo governo e das restrições advindas disso (diferente da de “shows de música e dança”, que permitia a venda de bebidas alcoólicas, além de não impor a instalação de assentos fixos, como no caso dos teatros). Assim, surgiram o teatro de variedades, o *music hall* e os *saloons*, três das principais formas de entretenimento popular da Inglaterra vitoriana e eduardiana, caindo em declínio por definitivo apenas no pós-II Guerra. Essas formas de entretenimento perderam espaço para a televisão e para o cinema, grandes novidades do período que ampliavam sua base de consumo.

Nessa busca por escapar das leis parlamentares, esses estabelecimentos acabaram abrigoando os novos entretenimentos, que rapidamente caíram no gosto popular. Na fuga da normatização imposta pelas classes instaladas no Parlamento, a identificação dessas novas

²⁴ Daí, por exemplo, as diversas exigências para a instalação de teatros populares.

formas com as classes operárias foi imediata. No entanto, Penny Summerfield (1986) mostra como, na verdade, os estabelecimentos especificamente operários são apenas uma parte dessa história: muitos outros estabelecimentos colocaram em prática uma política em prol da ampliação do seu público a fim de torná-lo mais heterogêneo quanto às classes que o formavam.²⁵ Estabelecimentos situados em distritos predominantemente operários implementaram políticas de atrair indivíduos de outras comunidades e de outras classes com o mesmo objetivo. No entanto, apesar do público heterogêneo, por estarem localizados em distritos operários, acabaram por entrar na conta dos estabelecimentos operários, contribuindo para a visão, presente em tantos estudos sobre o tema, do *music hall* como lazer especificamente operário.

Além de buscar atrair membros de outras classes para o estabelecimento a partir dos preços, certas regras foram impostas pelos donos a fim de “agradar” o público de classe média, visto como mais “respeitável”. A proibição de mulheres solteiras no recinto, por exemplo, identificadas preconceituosamente pelos proprietários com a prática da prostituição, servia para esse propósito. Essa heterogeneidade classista nos estabelecimentos resultava num desafio maior para os proprietários e teve grande impacto nos espetáculos apresentados em seus estabelecimentos, posto que deveriam agradar a todos os componentes de uma heterogênea audiência. Assim, percebe-se certo grau de generalização e padronização nos espetáculos e canções executados nesses estabelecimentos que não possuíam uma identidade de classe definida. No entanto, seriam esses estabelecimentos, com maior capital de giro, mais lucros e público mais heterogêneos que, em longo prazo, permaneceriam em funcionamento por mais tempo, ao contrário daqueles nos quais o público era mais identificado com a comunidade operária local.

Em ambos, o conteúdo patriótico e, por consequência, os temas imperiais estavam presentes. A abordagem quanto aos temas variava de acordo com a composição social do público dos estabelecimentos e do tipo de veículo artístico (músicas populares, melodrama ou *music hall*), mas o nacionalismo imperial marcou sua presença em todas as suas formas, principalmente a partir dos anos 1870, com o acirramento da corrida imperial na Ásia e na África. Foram justamente as canções dessa época que estabeleceram uma relação direta do *music hall* com uma espécie de patriotismo operário.

A mais famosa dessas canções certamente é “By Jingo”, escrita por G. W. Hunt em 1877 e apresentada por G. H. Macdermott inicialmente durante a crise de 1877-78, quando da ameaça russa de invasão à capital

²⁵ Política evidenciada, por exemplo, pela diferenciação de preços dos tiquetes de entrada referentes a zonas mais próximas ou mais distantes do palco.

do império turco-otomano, Constantinopla, visando tomar esse importante entrave portuário. Principal acesso ao Mar Negro e ao Mar Mediterrâneo, importante rota para o Oceano Índico e comunicação com o subcontinente indiano, era de interesse inglês que esse porto permanecesse “neutro” sob domínio dos turcos, fora do alcance do poder de qualquer potência europeia.²⁶ A canção em questão, supostamente escrita em poucas horas, depois de Hunt ter lido uma reportagem matinal que indicava o posicionamento ainda defensivo do governo britânico com relação a algum tipo de intervenção militar na região, tinha o seguinte refrão:

Não queremos entrar em guerra, mas, por jingo, se entrarmos, /
Nós temos os navios, nós temos os homens, nós temos o
dinheiro também. / Nós já lutamos contra o Urso²⁷ antes, e
enquanto formos britânicos de verdade, / Os Russos não
tomarão Constantinopla. (HUNT *apud* SUMMERFIELD, 1986,
p. 25, tradução nossa)²⁸

O caso de Macdermott, intérprete da canção, é sintomático no que tange à questão dos preços nos estabelecimentos abordada anteriormente. Macdermott, antes um pedreiro, começou por acaso no ramo do melodrama e foi adquirindo fama ao longo dos anos 1860 e 1870. Na época do lançamento de “By Jingo”, seu salário era um dos mais altos do ramo, sendo improvável que Macdermott se apresentasse em estabelecimentos especificamente operários, com baixos lucros e que, conseqüentemente, pagavam salários mais baixos por apresentações; era mais provável que se apresentasse nos *halls* de classe “mista”, que possuíam maiores possibilidades de pagar o seu cachê – o que em parte refuta a ideia de que o jingoísmo era algo específico da classe operária. Mesmo assim, a canção atingiu enorme sucesso na época: numa certa noite de 1878, Macdermott foi escalado para cinco apresentações diferentes no espaço de cinco horas. Representantes do Partido Conservador citaram versos da música no Parlamento. O jornal *The Times* utilizou parte de seu refrão como manchete. A expressão idiomática “by jingo”, antes uma simples expressão

²⁶ Ironicamente, antes da década de 1870, o Império Turco-otomano era visto na Inglaterra de maneira negativa, como um império ultrapassado, que impedia a independência de povos europeus nos Bálcãs. Como afirma Penny Summerfield (1986), eram precisamente essas sutilezas políticas que passavam em branco no *music hall* do período. O nacionalismo contido nas músicas abordava as complexidades da política internacional de maneira maniqueísta, sempre, é claro, exaltando o papel central da Inglaterra na política mundial e a justiça contida em suas atitudes.

²⁷ O urso era a representação nacional simbólica do Império Russo, assim como o leão era a do Império Britânico.

²⁸ No original: “We don’t want to fight, but by jingo if we do, / We’ve got the ships, we’ve got the men, we’ve got the money too. / We’ve fought the Bear before, and while we’re Britons true, / the Russians shall not have Constantinople”.

de surpresa, tornou-se então uma expressão ligada especificamente a assertivas agressivas quanto ao poderio imperial britânico²⁹.

É nesse período, em grande parte como consequência da disputa com a Rússia, que se percebe uma mudança com relação à abordagem da questão do império nas canções populares. Antes, enfatizava-se a dominação defensiva da Inglaterra: por anos a nação havia ficado recolhida em seus próprios domínios, sem entrar em conflito com outras grandes potências europeias, ignorando o perigo que a ascensão destas representava para o seu império. Durante os anos 1880, críticas a esse isolamento característico da Inglaterra e à sua dependência com relação às colônias passaram a aparecer cada vez mais nos espetáculos de *music hall*, principalmente nos de base social mista. A corrida pela divisão da África, que culminou no Congresso de Berlim, explicitou a ameaça representada por França, Alemanha, Bélgica, Portugal e Holanda. Muitas canções exaltavam a alteração da posição defensiva da Inglaterra devido às modificações na geopolítica mundial, como se a Inglaterra tivesse acordado do seu descanso devido às ameaças e reagido a tempo de se defender, com o auxílio dos seus súditos. Na grande maioria dessas canções, segundo Summerfield (1986, p. 29, tradução nossa), as colônias “eram representadas como voluntariamente subservientes. O crescente desejo por independência em muitas delas era completamente ignorado. A união era defendida em termos da superioridade racial dos anglo-saxões”³⁰. Além disso, uma ânsia por agressividade, como que para recuperar o tempo perdido pela passividade das décadas anteriores, era visível nessas canções que exaltavam conflitos bélicos e a força do exército inglês, apregoando sua dominação mundial como justa, necessária e merecida. Esse nacionalismo bélico, jingoísta e agressivo caracterizou dali por diante os mais importantes espetáculos de *music hall*.

Por outro lado, um modelo diferente de nacionalismo coexistiu com este em estabelecimentos especificamente operários, onde o melodrama acabou se firmando como principal forma artística. O modelo inglês de melodrama ganhou força a partir das guerras napoleônicas, originando-se nas tradições francesa e alemã ainda de fins do século XVIII, conhecidas pelo seu idealismo ativo, ardor revolucionário, espírito libertário e por sua ênfase na luta pelos direitos dos indivíduos, abertamente contra qualquer tipo de tirania, no espírito das revoluções liberais europeias. Entretanto, segundo MacKenzie, o melodrama inglês era uma

²⁹ Para esses e outros relatos do alcance dessa canção na sociedade inglesa da época, ver Summerfield (1986).

³⁰ No original: “were presented as willingly subservient. The desire for Independence growing within many of them was completely ignored. Unity was advocated in terms of the racial superiority of Anglo Saxons”.

tradição fortemente não intelectual, onde caracterizações, sutis variações emocionais ou problemas filosóficos não tinham lugar. Enredo simples, sensações físicas e estereótipos eram tudo. O melodrama nitidamente reflete o conservadorismo do teatro inglês do período (...) [pois] copiara dos modelos francês e alemão os elementos mais espetaculares, e omitira o radicalismo apaixonado (1984, p. 44, tradução nossa)³¹.

Se lembrarmos que, em boa parte do século XIX, a Inglaterra lutou para se proteger das revoluções que grassaram o continente europeu, inclusive encampando o movimento antijacobino e antinapoleônico, e tendo papel ativo na formação da Santa Aliança, por exemplo, entende-se o porquê dessa mudança, tendo-se em conta a conexão do nascente melodrama com o clima político da época.

Nos princípios do século XIX, quando o melodrama ainda se vinculava aos estabelecimentos especificamente operários, as grandes modificações por que passava a sociedade inglesa, como a oposição crescente entre as classes média, alta e os operários e o agravamento da questão social, eram temas recorrentes nos espetáculos, ainda que essa crítica muitas vezes partisse sobretudo do ponto de vista moral, portanto, menos de uma perspectiva política, diferente do que acontecia no melodrama do continente europeu. A partir da segunda metade do século XIX, quando a classe média começa a frequentar estes estabelecimentos com mais regularidade – devido às modificações já apontadas anteriormente –, e com o avanço da expansão imperialista, as temáticas e os tópicos mais recorrentes nos melodramas sofrem uma alteração. A essa altura, a temática das oposições entre as classes cedia lugar à união entre elas diante de uma ameaça maior: “o rajá corrupto, o grotesco fidalgo chinês ou japonês, os negros bárbaros” (MACKENZIE, 1984, p. 45, tradução nossa).³² Para MacKenzie (1984, p. 45, tradução nossa), “a estereotipação moral do melodrama recebeu uma poderosa coloração racial”.³³ O melodrama se apoiava igualmente numa polarização simplificada entre o “bem” e o “mal”, a “Grã-Bretanha” e o “resto do mundo”. No entanto, a pretensa superioridade britânica advinha, aqui, de algo mais palpável, como as boas qualidades dos homens que formavam o exército imperial, e não de algo abstrato como a “Albion”³⁴; a hostilidade

³¹ No original: “a strongly non-intellectual tradition in which characterization, subtle emotional nuance, or philosophic problems had no place. Plot, physical sensation, and stereotype were all. Melodrama neatly reflects the conservatism of the English theatre. (...) it took from France and Germany the sensational elements and omitted the heartfelt radicalism”.

³² No original: “the corrupt rajah, the ludicrous Chinese or Japanese nobleman, the barbarous black”.

³³ No original: “the moral stereotyping of melodrama was given a powerful racial twist”.

³⁴ Albion é como era chamada, no período celta, a parte norte da ilha hoje chamada Grã-Bretanha.

não era direcionada a nenhuma nação específica, mas ao “mal” em geral. O império invadiu o melodrama de maneira fulminante, tornando-se dominante como tema até o seu declínio no começo do século XX, em grande parte devido aos altos padrões de custos impostos pelas modificações legislativas referentes aos estabelecimentos de lazer, que, como vimos, prejudicaram mais diretamente os estabelecimentos da classe operária.

É possível apontar, portanto, algumas sutis diferenças de abordagem entre o *music hall* e o melodrama. No melodrama, parecia haver certo respeito pelos outros povos, tomando-os como injustiçados, visão essa em grande parte resultante da definição da missão inglesa como sendo a libertação desses povos de qualquer tipo de opressão bárbara que seu atraso poderia significar. Injúrias ou humilhações aos dominados eram malvistas, sendo desaconselhadas como desvios de caráter do verdadeiro homem inglês. No *music hall*, essa mesma “libertação” era exaltada, mas, nos estabelecimentos de classe mista, especialmente, essa “libertação” era contrabalanceada pela ênfase em supostas dívidas e obrigações que os povos “libertados” possuíam com a Coroa inglesa a partir de então. Atuações enérgicas, grandes guerras coloniais, figuras conhecidas da marinha e do exército eram continuamente exaltadas em espetáculos que alcançaram grande sucesso de público. Importante notar também o papel indireto da censura nessa situação: temas como a Questão Irlandesa, a reforma legislativa, o cartismo, a família real e controvérsias religiosas e parlamentares em geral eram todos vetados por *lord Chamberlain*³⁵. Isso também ajudou indiretamente a impulsionar a proliferação dos temas imperiais, permitidos pelos censores da época.

Como dito anteriormente, com o avançar do século XIX, principalmente após a crise com a Rússia e a Conferência de Berlim, um tom mais agressivo passou a aparecer em grande parte dos espetáculos, também nos melodramas. Agora, a defesa e a exaltação da “passividade” britânica davam lugar a um impulso agressivo que demandava à nação se antecipar aos ataques que poderia sofrer a partir de uma política externa mais ativa e belicosa. E cada vez mais um nacionalismo xenófobo e chauvinista ganhava fôlego nesse contexto, reafirmando a certeza da superioridade britânica perante as outras nações do mundo.

A partir disso, uma enxurrada de canções exaltava feitos individuais de grandes comandantes, generais e almirantes, enaltecendo o papel de cada marinheiro e soldado na expansão do poder imperial. A coesão classista tão almejada perpassava a noção de que todos estariam unidos no

³⁵ Cargo governamental encarregado, dentre outras coisas, de fornecer licenças para os espetáculos culturais a serem realizados nos teatros oficiais do governo, no caso, os do *West End*, além de ser o encarregado para a censura dos espetáculos artísticos.

front, inspirados pelo bem maior: a manutenção e expansão do poderio imperial britânico. Os membros das Forças Armadas passaram a ser vistos como operários do império, cumprindo seu papel e contribuindo igualmente para o complexo imperial. Nos versos de uma canção do famoso escritor e defensor do império, Rudyard Kipling (1899 *apud* SUMMERFIELD, 1986, p. 37, tradução nossa): “o filho do cozinheiro – o filho do duque – o filho de um poderoso Conde – / o filho de um proprietário de pub de Lambeth – todos são iguais hoje! / Cada um deles cumprindo seu dever para a nação”³⁶.

Aos poucos, os personagens dos espetáculos foram se tornando mais individualizados, desse modo, os compositores buscavam se aproximar ainda mais do público. Os impactos das guerras na vida particular dos homens – o abandono da família, de alguma futura esposa, a distância da terra natal e o contato com indivíduos de outras colônias – eram alguns dos temas apresentados, principalmente no período da I Guerra Mundial – inclusive com forte teor sexista, exaltando a virilidade dos oficiais do Exército e da Marinha ou a atração sexual exercida por eles sobre as mulheres inglesas. Elas só apareciam como a mãe que chora pelo filho ou a esposa que espera o retorno do marido. A exaltação da guerra como o auge da masculinidade, como obrigação moral dos cidadãos e um dever intrínseco a todos os nascidos em solo inglês era o mote desses espetáculos. Sua ajuda à causa imperial – ainda que não fosse um objetivo declarado conscientemente pelos compositores – é inegável.

É importante notar, contudo, que essa não era a única abordagem da guerra nos entretenimentos populares. Uma veia cômica também se valia desses grandes problemas que afetavam a classe operária para caçoar da situação e reagir com bom humor ao alistamento obrigatório. Numa canção resposta a “By Jingo”, intitulada “I Ain’t a Briton True”, e que trazia interessantes críticas a todo um complexo de instituições que eram percebidas como interessadas na guerra, podemos perceber essa veia explicitamente:

Os jornais falam do ódio Russo / dos seus sinais de ambição / é claro que eles querem uma guerra porque / isso faz os jornais venderem mais. / Deixe que todos os políticos / que desejam ajudar os Turcos / que eles mesmos coloquem os uniformes / e vão e façam o trabalho. / Eu não quero lutar / eu serei destroçado se for, / eu mudarei meus trajes, venderei meus equipamentos de guerra, / eu arrebentarei meu rifle também, / Eu não gosto da guerra, eu não sou um britânico de verdade / e eu deixarei que os Russos conquistem Constantinopla.

³⁶ No original: “Cook’s son – Duke’s son – son of a belted Earl – / son of a Lambeth publican – it’s all the same today! / Each of ‘em doing his country’s work”.

(PETTITT, 1878 *apud* SUMMERFIELD, 1986, p. 39, tradução nossa)³⁷

Políticos, barões da mídia: uma ampla gama de indivíduos é ironizada nessa canção. Interessante também perceber que, apesar da crítica, algo mais se encontra aqui: de forma irônica ou não, ser um britânico de verdade, para o autor da canção, significava apoiar a aventura imperialista em Constantinopla, o que só reforça nosso argumento sobre a predominância e a força da ideologia imperial no nacionalismo inglês.

Em “Conscientious Objector’s Lament”, de Alfred Lester, feita durante a Guerra do Sudão (1882-1898), uma ironia e uma certa covardia ficam ainda mais óbvias: “Chame os rapazes da Velha Brigada / que fizeram a Inglaterra livre. / Chame a minha mãe, a minha irmã e meu irmão / mas pelo amor de Deus não me mandem para lá” (LESTER *apud* SUMMERFIELD, 1986, p. 40, tradução nossa)³⁸.

Para Summerfield,

o fio condutor dessas canções era o fato de que o poder da Inglaterra é justificado e a guerra era correta, mas ainda assim havia humor no compreensível desejo de evitá-la. Muitas das canções mais populares entre as tropas em entrepostos tanto no Império como em Flandres durante a I Guerra Mundial, celebraram e consolaram soldados e marinheiros simples de uma maneira não muito diferente, tratando o patriotismo mais com humor do que com os sentimentos mais sérios característicos das canções jingoístas (1986, p. 40, tradução nossa)³⁹.

3 – Conclusão

Ao apresentar exemplos de como a ideologia imperial penetrou os entretenimentos populares e a arte inglesa do século XIX, tentamos mostrar que, longe de permanecer imutável no tempo, a questão do nacionalismo imperial sofreu diversas mudanças quanto às abordagens ao longo dos séculos XIX e XX. A principal delas teria sido o abandono da

³⁷ No original: “Newspapers talk of Russian hate / of its ambition tell, / of course they want a war because / it makes the papers sell. / Let all the politicians / who desire to help the Turk / put on the uniform themselves / and go and do the work. / I don’t want to fight / I’ll be slaughtered if I do, / I’ll change my togs, I’ll sell my kit, / I’ll pop my rifle too, / I don’t like the war, I ain’t a Briton true / and I’ll let the Russians have Constantinople”.

³⁸ No original: “Call out the Boys of the Old Brigade, / who made old England free. / Call out my mother, my sister and my brother / but for God’s sake don’t send me”.

³⁹ No original: “the keynote is that England’s power is justified and war is right, but that there is humour in the understandable desire to avoid it. Many of the songs popular with the troops both in outposts of Empire and also Flanders in the First World War, celebrated and consoled ordinary soldiers and sailors in a not dissimilar way, treating patriotism with humour rather than with the serious sentiment characteristic of jingo songs”.

mensagem de que o objetivo do poderio britânico era a liberdade. Ao invés disso, o virtuoso homem a serviço britânico era, ou um jingo carregando nos ombros as responsabilidades do Império, como nos esquetes dos anos 1880 e 1890, ou um herói bem-humorado das canções patrióticas cômicas dos anos 1900 e da Primeira Guerra Mundial (SUMMERFIELD, 1986, p. 42, tradução nossa)⁴⁰.

Visivelmente, apesar das mudanças de abordagem, a questão da necessidade da guerra em si não era questionada. Fosse pela veia mais séria, fosse pela veia humorística, a realidade da guerra tornou-se um fato aparentemente inquestionável. Outra realidade não era levada em consideração. O conteúdo classista dessas diferentes abordagens também salta aos olhos: na maioria das vezes, as atitudes mais agressivas partiam de espetáculos voltados para públicos de classe média e alta, justamente naqueles estabelecimentos de base social mista que conseguiram sobreviver à virada do século XIX.

Todo este cenário é resultado indireto do esforço propagandístico de difusão de uma determinada modalidade de nacionalismo que envolvia um militarismo expansionista e belicoso, coerente com as necessidades do capitalismo britânico a partir da segunda metade do século XIX. A coesão social na Inglaterra imperial era cimentada por uma ideologia imperial abrangente, da qual este determinado nacionalismo era uma de suas manifestações mais visíveis. Mas não era a única. Apesar do esforço em inculcar determinados valores desde a mais tenra idade, como mostrado na primeira parte do artigo, a partir do ensino escolar, na prática, estes valores seriam ressignificados pelas classes a partir de seu posicionamento social e de sua relação com o empreendimento imperial. A agência da classe trabalhadora se fez sentir em sua relação controversa com o império: longe de consistir em um apoio genuíno e apaixonado, esta relação se mostrou muitas vezes frágil e falsa. O oposto do que pretendiam os professores da época.

Referências bibliográficas

EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GAY, Peter. *A experiência burguesa: da rainha Vitória a Freud – O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

⁴⁰ No original: “the message that the goal of British power was freedom. Instead the virtuous British serviceman was either a jingo shouldering responsibilities of Empire in sketches and revues of the 1880s and 1890s or he was a humorous hero in comic patriotic songs of the 1900s and the First World War”.

- HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- HOBSON, J. A. *The psychology of Jingoism*. Londres: [s.n.], 1901.
- HUNT, G. W. *Macdermott's War Song*. Londres: [s.n.], 1875.
- KIPLING, Rudyard. *The absent-minded beggar*. Londres: [s.n.], 1899.
- LESTER, Alfred. *Conscientious objector's lament*. Londres: [s.n.], 1880.
- MACKENZIE, John M. *Propaganda and empire: the manipulation of British public opinion (1880-1960)*. Manchester: Manchester University Press, 1984.
- _____. (Org.). *Imperialism and popular culture*. Manchester: Manchester University Press, 1986.
- MESZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PETTITT, Henry. *I ain't a Briton True*. Londres: [s.n.], 1878.
- PRICE, Richard. *An imperial war and the British working class: Working-class attitudes and reactions to the Boer War 1899-1902*. Londres: 1972.
- SENELICK, Laurence. *Politics as entertainment: Victorian music hall songs*. Londres: Routledge, 1975.
- SUMMERFIELD, Penny. "Patriotism and empire: Music Hall entertainment, 1870-1914". In: MACKENZIE, John M. (Org.) *Imperialism and popular culture*. Manchester: Manchester University Press, 1986.
- WARD, Stuart (Org.). *British culture and the end of empire*. Manchester: Manchester University Press, 2001.

Como citar:

ALENCAR, Thiago Romão de. Ensino de história e cultura popular numa nação imperial: o caso da Grã-Bretanha na segunda metade do século XIX. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 64-88, nov. 2019.

Data de envio: 6 jan. 2018
Data de aceite: 9 maio 2018

O capital, de Marx: advocacy de política pública?

Hilem Estefânia Cosme de Oliveira¹

Vinicius Felix da Silva²

Resumo:

Em resposta a algumas das críticas contemporâneas à análise “neomarxista” de políticas públicas, o ensaio investiga o tratamento dado pelo próprio Karl Marx para a questão da política pública, no Livro I d’*O capital*. O ensaio sugere uma chave de leitura “heterodoxa” para a obra-prima de Marx: que ela pode ser lida como uma sofisticada peça de *advocacy* pela legislação limitando a jornada de trabalho. Além disso, formula hipóteses sobre uma concepção marxista da política pública, e seus sujeitos.

Palavras-chave: marxismo; *O capital*; política pública; regulamentação do trabalho (Inglaterra, século XIX).

Marx’s Das Kapital: Public policy advocacy?

Abstract:

In answer to some of the contemporary critiques to the “neomarxist” policy analysis, the essay inquires the treatment given by Karl Marx himself to the question of public policy, in the Book I of “Das Kapital”. The essay suggests an “heterodoxical” reading to Marx’s masterpiece: that it can be read as a sophisticated piece of advocacy for the legislation limiting the working day hours. In addition, formulates hypotheses on the Marxist conception of public policy and its subjects.

Key words: Marxism; *Das Kapital*; public policy; work regulation (19th Century England).

Introdução

Karl Marx é certamente reputado, inclusive pelos seus críticos (honestos), como um dos *gigantes* das ciências sociais, principalmente por sua ainda incomparável obra acerca da estrutura, desenvolvimento e funcionamento do regime político-econômico capitalista, enquanto fenômeno sócio-histórico abrangente, cuja epítome foi *O capital* – crítica da economia política, tendo o ano de 2017 como de celebração dos 150

¹ Mestre pela Universidade Federal do ABC (Ufacb). *E-mail:* hilem@uol.com.br.

² Mestre pela Universidade Federal do ABC (Ufacb). *E-mail:* vfelixlegion@gmail.com.

anos da publicação original alemã de seu Livro I, em 1867. Além das contribuições para a filosofia da história, epistemologia, economia, sociologia, nessa e em outras obras Marx também formulou contribuições decisivas para o estudo do fenômeno político, dos quais se destacam, por um lado, suas formulações sobre a natureza do estado, seja como “a violência concentrada e organizada da sociedade” (MARX, 2013 [1867], p. 821), como instrumento de dominação de uma classe sobre as outras (MARX; ENGELS, 1982 [1848]) e, nesse diapasão, como fórum de articulação e mediação dos interesses da burguesia dominante no capitalismo. E por outro, o conceito de *luta de classes* como dinâmica social constitutiva do comportamento político, que contribuiu para a fundamentação objetiva, materialista, de análises calcadas na identificação e articulação dos *interesses* dos atores políticos.

Em suma, é inegável a contribuição de Marx, em sua parceria com Friedrich Engels, na teorização sobre as instituições sociais e, particularmente, as políticas, e sobre o comportamento e relações sociais politicamente orientadas; o que, no jargão internacional da literatura especializada, costuma-se expressar nos termos resumo de *polity* e *politics*, respectivamente. Em relação a outra dimensão do fenômeno político, o daquilo que efetivamente se pode e se faz das e através das instituições políticas, ou dimensão da política pública (*policy*), a contribuição intelectual de Marx parece menos reconhecida.

Embora o estudo das políticas públicas tenha-se constituído como uma área autônoma de investigação científica, com seus próprios paradigmas, na primeira metade do século XX, sobretudo a partir do trabalho do cientista político estadunidense Harold D. Lasswell (DELEON, 2006), reconhece-se, mesmo nessa tradição recente, que as políticas públicas têm sido objeto de estudos, sob perspectivas disciplinares diversas, desde, pelo menos, o século XIX (e mesmo antes, se levarmos em conta as considerações de Foucault (2008) sobre o que chamou de “ciências camerais”, nos séculos XVII e XVIII), e que Marx se inclui no rol dos cientistas sociais que abordou o tema. Segundo Rodrigues (2013), Marx foi pioneiro na superação da perspectiva na qual as políticas públicas figuravam apenas como corolários das prescrições sobre o que governantes *deviam* ou não fazer. Com sua peculiar argúcia sociológica, Marx teria desenvolvido um método genuinamente científico não apenas de descrição, mas, acima de tudo, de explicação das políticas públicas, em termos de suas determinantes históricas e radicais consequências sociais. Por tal perspectiva marxista, as políticas públicas puderam ser investidas do papel normativo de “instrumentos importantes de transformação social e efetivação de direitos de cidadania” (RODRIGUES, 2013, p. 30), rompendo, a um só tempo, tanto com a concepção jurídica da ação estatal

como mera produção legislativa e judiciária, que ou se auto-realizava ou “morria no papel”; quanto a concepção econômica, pela qual a ação estatal é (deveria ser) mera versão sublimada de supostas leis naturais da sociedade, que nada mais deveriam fazer do que assegurar a reprodução ossificada do *status quo*.

Esse tipo de reconhecimento, porém, não implica que o *mainstream* da produção sobre políticas públicas trate sem desdém qualquer perspectiva de análise de políticas públicas que reivindique o legado científico marxista (ou “marxiano”, como preferirem). É possível que isso ocorra, por um lado, por conta do contexto da institucionalização das chamadas *policy sciences*, particularmente no ambiente universitário dos países liberais do Atlântico Norte, ao final da II Guerra Mundial, contexto no qual o discurso da guerra fria também começava a se institucionalizar. Vide a obra do próprio Lasswell (1971), considerado como fundador dessa recente tradição, na qual buscou justificar a necessidade de maior refino conceitual e metodológico no estudo das políticas públicas, dentre outras razões, pela premissa de que a produção das políticas públicas em países “democráticos” (leia-se, liberais) seria por demais complexa, por conta do pluralismo político, o que, segundo ele, não seria um problema nos países “totalitários”. Por outro lado, também é possível que a atitude refratária dos estudos de políticas públicas ao legado marxista tenha um caráter mais “endógeno” à própria Academia, uma vez que a autonomização epistemológica do estudo da *policy* dependia, em grande medida, de que se distinguisse de abordagens já consagradas em relação às questões da *polity* ou da *politics*, dentre as quais se destacavam, precisamente, as contribuições de Marx e de pensadores que se reivindicavam marxistas.

Percebe-se que mesmo aquilo que a literatura *mainstream* reconhece como uma perspectiva (neo)marxista de análise de políticas públicas, desenvolvida a partir do século XX, costuma ser mobilizada nos manuais e revisões de literatura apenas como *contraexemplo* do que seria (ou deveria ser) a vanguarda dos estudos de políticas públicas. Essa crítica se estrutura, *grosso modo*, partindo de dois argumentos. O primeiro argumento postula que, uma vez que a perspectiva (neo)marxista conceberia o estado como instrumento de dominação de classe da burguesia capitalista, ela assumiria como axioma inescapável que tanto o conteúdo quanto os resultados das políticas públicas seriam sempre, em última instância, determinados pelos interesses do capital (HOWLETT, RAMESH; PEARL, 2013, p. 42), “sujeito automático” invariavelmente beneficiado pelas ações da *superestrutura* governamental. Isto é, aquilo que a crítica chama de “caráter de classe” do estado (MARQUES, 1997, p. 69). O segundo argumento afirma que, corolário ao postulado do caráter classista do estado e das políticas públicas, a perspectiva (neo)marxista

buscaria articular, de diversas maneiras tautológicas, a categoria dos interesses objetivos da classe capitalista como a principal variável explicativa para o “o caráter de classe” do estado capitalista. A crítica à perspectiva (neo)marxista revolve, enfim, em ou em torno da discrepância entre essa forma de explicação e a observação empírica de casos em que determinadas políticas públicas foram efetivamente implementadas apesar de terem sido abertamente contrapostas pela classe capitalista organizada; ou em torno da dificuldade de se comprovar que mesmo aquelas políticas públicas que de fato beneficiaram o capital tiveram sua *origem* na coordenação dos capitalistas, enquanto classe (HOWLETT; RAMESH; PEARL, 2013, p. 42).

A corrente neomarxista, *stricto sensu*, de estudo das políticas públicas, portanto, ter-se-ia desenvolvido ao longo do século XX para responder a esse tipo de questionamentos, sejam eles advindos de outras correntes de pensamento, ou auto-impostos. Eduardo Marques (1997, pp. 69-75) identifica seis argumentos que resumem as tentativas neomarxistas de incorporar as críticas e considerar “mais seriamente” as questões da contingência dos conflitos entre atores e a importância de aspectos estruturantes (e estruturadores) do estado como fatores explicativos para os resultados das políticas públicas:

A autonomia relativa do estado: refere-se ao argumento, identificado já nos escritos políticos de Marx (como o *18 Brumário*), de que, uma vez à testa do estado, alguns atores poderiam ganhar autonomia em suas ações, relativamente aos interesses manifestos da classe burguesa, produzindo, portanto, políticas públicas contrárias a esses interesses, e mesmo benéficas para a classe trabalhadora. Mas, segue a crítica, a perspectiva neomarxista ainda defenderia que esses casos seriam exceções pontuais, insuficientes para alterar a estrutura econômica de dominação de classe. O estado, portanto, invariavelmente serviria antes para reproduzir a dominação burguesa, do que para contestá-la.

A desproporcionalidade do poder social da burguesia: buscando identificar as causas dessa desproporcionalidade em favor da burguesia na determinação das políticas públicas, um dos argumentos mobilizados pelos neomarxistas seria a existência de uma elite estatal, agenciada direta ou indiretamente, pelos interesses da burguesia. As questões da formação dessa elite, assim como de por quais meios ela é agenciada pelos interesses da burguesia, se tornam centrais para a investigação. Por um lado, se buscaria identificar a origem de classe efetiva dos membros dessa elite, como forma de encontrar a vinculação direta entre os interesses desses e os da burguesia. Outra opção seria identificar, mesmo nos casos em que a origem de classe não poderia ter caráter explicativo, diferentes formas de *socialização* dos membros dessas elites estatais, seja ressaltando a

circulação desses junto a membros de elites econômicas, seja apontando a hegemonia geral dos valores da burguesia na cultura, reproduzidos e difundidos no âmbito do estado e dos seus mecanismos de seleção de elites.

A dependência estrutural do estado ao capital: aqui trata-se de mobilizar o argumento da *subdeterminação da superestrutura* pela *infraestrutura*. Ao apontar que, na prática, as políticas públicas implicam a mobilização de diversos capitais públicos, mas também privados, se evidencia, no regime de dominação da burguesia, a dependência *fiscal* do estado ao nível de atividade econômica do capital privado. Isso explicaria, em termos de constrangimentos, a inclinação dos governos e burocracias, mesmo quando formados por membros de fora da classe dominante, a submeterem os interesses públicos aos interesses objetivos da classe capitalista. Em última instância, mesmo os arroubos de autonomia do estado seriam dependentes de algum nível prévio de atendimento dos interesses do capitalismo, revertido em capacidade de mobilização fiscal e de colaboração dos capitalistas na co-produção das entregas das políticas públicas.

A seletividade estrutural do estado capitalista: para além da dependência estrutural, econômica, ao capital, o funcionamento do estado capitalista seria estruturado para processar, seletivamente, apenas os assuntos pertinentes ao esforço de acumulação de capital ou com ele compatíveis. Essa estruturação, porém, seria historicamente determinada pela conjuntura da correlação de forças e construção de *hegemonia* pela burguesia quando da (re)construção das instituições estatais, após as revoluções liberais. Voltando ao tema do papel instrumental do estado, isso apontaria para uma brecha para a organização de interesses contra-hegemônicos, politicamente orientados para alterar a seletividade estrutural do estado.

Essa última perspectiva, mais aproximada do *pluralismo* caracteristicamente presumido ou advogado por boa parte da produção das *policy sciences*, poderia explicar, por exemplo, a existência de políticas públicas abertamente contrárias aos interesses dos capitalistas como uma fenda momentânea na hegemonia da burguesia e, portanto, da seletividade estrutural inscrita por essa classe no funcionamento das instituições estatais. Cabe ressaltar que, conforme a observação empírica, é seguro afirmarmos que essas políticas não deixam de se orientar pelo fato presentemente inescapável da ubiquidade social do capitalismo, uma vez que, de toda forma, buscam enfrentar problemas estruturais do mesmo capitalismo, enquanto sistema em funcionamento.

Os críticos, por sua vez, apresentam como forma de superação dos impasses formados por essas diversas linhas de raciocínio, perspectivas

como a do *neoinstitucionalismo*, que lança mão da completa abstração da noção de *instituição*, aplicada enquanto categoria a partir de sua redução à formulação mínima de “regras do jogo” que orientam, induzem ou constroem o comportamento dos atores. E mesmo essa última categoria se torna cada vez mais e mais abstrata, na medida em que as diferenças entre os “atores” é interpretada cada vez menos em termos de variáveis como o acesso diferenciado a recursos econômicos ou situação de classe, e cada vez mais em variáveis mais abertas, como “identidades”, “papéis sociais” e “conjunto de valores”. Paradoxalmente, a predileção por categorias analíticas cada vez mais abertas parece orientar-se menos para a construção de teorias generalizáveis do que para o idiossincrático preciosismo metodológico. Dessa forma, as perspectivas derivadas do neoinstitucionalismo tendem a produzir teorizações de “médio alcance”, cujas descobertas são generalizadas tentativamente para cada novo caso, formando linhas específicas de pesquisa, sem a pretensão de qualquer síntese rigorosa como uma “grande teoria” ou “metateoria” (MARQUES, 1997).

Acreditamos que, independentemente das linhas de investigações que tenham sido abertas, perseguidas ou abortadas pelos chamados neomarxistas – e nosso objetivo aqui não é vindicar essa literatura em particular –, é no mínimo demasiado prematuro, para não dizer mesmo equivocado, o diagnóstico de infrutiferidade de uma perspectiva de políticas públicas de inspiração marxista.

As críticas de viés neoinstitucionalista ao que percebem como um determinismo infraestrutural contraproducente na literatura neomarxista derrapam facilmente para extremo simétrico, isto é, do idealismo superestrutural, no qual tudo se explicaria pela interação entre “regras do jogo” institucionais e a subjetividade dos atores, descrita em termos de crenças, valores, motivos, ideias, conhecimento, etc.; mas que não explica – nem se preocupa por explicar – como essas coisas venham a ser o que são em contextos sócio-históricos diferentes. Como já dissemos, não pretendemos retomar de onde a literatura neomarxista possa ter parado, mas sim começar a rastrear elementos para uma crítica marxista das teorias de políticas públicas a partir da obra original do próprio Marx. Mais especificamente, buscaremos abordar um dos pólos da crítica ao neomarxismo, que é a questão da determinação da *policy* pela *politics*, por um ângulo todo outro: quem e sob que condições pode ser considerado o *sujeito* da política pública, diante da concepção marxista de que os revolucionamentos do modo de produção constroem sujeitos e subjetividades? A nossa obra de referência será o Livro I d’*O capital*.

A perspectiva de políticas públicas em *O capital*

É natural que obras de fôlego como *O capital* apresentem diversas camadas argumentativas, que se estruturam sobre o tratamento mais ou menos pontual de uma variedade grande de conceitos, o que dá abertura para múltiplas leituras e interpretações possíveis. Mas podemos dizer que a interpretação mais direta e mesmo “canônica” do Livro I – O processo de produção do capital, é como uma exaustiva demonstração – materialista-dialética – dos processos *imanentes* que torna(ra)m possível o surgimento, desenvolvimento e funcionamento do modo de produção capitalista. Demonstração que demandou o desenvolvimento de um conjunto sofisticado de instrumentais teóricos – dentre os quais, a *teoria do valor-trabalho*, como porção do tempo de trabalho socialmente necessário médio cristalizado nas mercadorias; a teoria do *fetichismo da mercadoria*, que explicita as relações sociais ocultas nas relações (de valor) entre coisas trocadas como mercadorias; a teoria da *mais-valia*³, fruto expropriado do mais-trabalho, porção estruturalmente necessária da jornada de trabalho no modo de produção capitalista, correspondente ao tempo de trabalho excedente ao estritamente necessário para a produção de mercadorias em valor equivalente ao de reprodução da mercadoria força-de-trabalho; dentre outras. Enfim, também é interpretação tanto quanto óbvia que as exaustivas e intrincadas elaborações teóricas são ilustradas com exemplos concretos que giram em torno, principalmente, da secular história da regulamentação do trabalho na Inglaterra, desde o século XIV, com o *Statute of labourer*, de 1349 (MARX, 2013, p. 344), até o século XIX, com os *Factory Acts Extension Act* e *Workshops’ Regulation Act*, de 1867 (MARX, 2013, p. 563).

Tal subordinação das exposições historicistas atende a necessidades próprias da forma de demonstração dialética, podendo levar à conclusão de que as teorias desenvolvidas por Marx são instrumentos de pesquisa construídos aprioristicamente para facultar a pesquisa. Jacob Gorender, na Introdução ao Livro I, adverte quanto ao equívoco, ou pelo menos limitação dessa forma de leitura:

A exposição lógica afirma a orientação anti-historicista na substituição da sucessão histórica pela articulação sistemática entre categorias abstratas, de acordo com suas determinações intrínsecas. Daí que possa assumir a aparência de construção imposta à realidade de cima e por fora.

Na verdade, trata-se apenas de impressão superficial contra a qual é preciso estar prevenido. Porque, se supera o histórico, o lógico não o suprime. Em primeiro lugar, se o lógico é o fio orientador da exposição, o histórico não pode ser dispensado na

³ Ou *mais-valor*, conforme a tradução de Rubens Enderle, para a edição da Boitempo, adotada para este ensaio.

condição de contraprova. Daí a passagem frequente de níveis elevados de abstração a concretizações fatuais em que a demonstração dos teoremas assume procedimentos historiográficos. Em segundo lugar, porém com ainda maior importância, porque o tratamento histórico se torna imprescindível nos processos de gênese e transição, sem os quais a história será impensável. Em tais processos, o tratamento puramente lógico conduziria aos esquemas arbitrários divorciados da realidade fatural. Por isso mesmo, temas como os da acumulação originária do capital e da formação da moderna indústria fabril foram expostos segundo o modo histórico, inserindo-se em O capital na qualidade de estudos historiográficos de caráter monográfico.

Em suma, o lógico não constitui o resumo do histórico, nem há paralelismo entre um e outro (conforme pretendeu Engels), porém entrelaçamento, cruzamento, circularidade. (GORENDER in MARX, 2013, p. 35)

A proposta deste ensaio é estressar um pouco mais as consequências dessa precaução. Não se trata, porém, de simplesmente inverter o sentido da leitura, indo desde o histórico até o lógico, mas sim de sugerir um sutil deslocamento da ênfase na “lógica da exposição” para a “lógica da descoberta”, argumentando que a identificação de alguns dos *compromissos normativos* subjacentes à investigação lança luz sobre partes subestimadas da obra monumental de Marx.

Propomos que uma leitura possível d’*O capital* é como uma grande peça de *advocacy*⁴ de política pública, que antecede em muito o apelo à *fundamentação científica* desse tipo de empreendimento político, comum nos dias atuais. É sabido que as obras dos economistas políticos criticados por Marx, e mesmos dos fisiocratas que os antecederam, já articulavam igual preocupação por fundamentar cientificamente os investimentos políticos de seus autores. Nessas, a pretensão da descoberta de “leis naturais” do comportamento econômico adjacentes a toda e qualquer associação humana visava, de fato, a promoção das diretrizes desenvolvidas a partir desse instrumental intelectual ao *status* de “cartilha de governo”, tendo por cerne a incorporação do *livre-cambismo* como orientação geral para todas as decisões de governo.

O pioneirismo de Marx estaria na associação dessa politização da “ciência econômica”, comum aos tratados de economia política, à sua

⁴ Entende-se por *advocacy*, expressão da língua inglesa ainda sem tradução adequada para português, as ações orientadas de pessoas, grupos, empresas ou organizações sociais que se engajam por uma causa, procuram a resolução de um problema ou “advogam” em defesa dos direitos de uma entidade ou de um grupo. A partir do acelerado crescimento da participação da sociedade civil e do chamado terceiro setor nos debates sobre políticas públicas em diversos países, a *advocacy* ganhou destaque, inclusive na literatura acadêmica, como senda de utilização do conhecimento especializado (sem, necessariamente se abrir mão do poder e do *status*) como instrumento de persuasão, a fim de conquistar os objetivos políticos pretendidos.

peculiar concepção classista da história e da política, orientando seu ativismo não para a formulação de prescrições gerais e genéricas para a “totalidade” das sociedades, identificando, ao contrário, um específico *sujeito político e da política* – o proletariado industrial –, em relação a quem o aconselhamento científico ajudaria a identificar o *programa político* necessário, frente à conjuntura histórica determinada da consolidação da grande indústria capitalista, que, mais do que mero objeto a ser explicado, se apresentava como incomparável *janela de oportunidade* para radicais mudanças sociais.

Ao focalizar o partido da classe operária, a coalizão entre proletários, camponeses e burgueses, ou mesmo as instituições sociais como fontes de transformação da sociedade, Marx e Engels desvelaram a complexidade do desafio metodológico de imaginarmos *quem* será o ator mais qualificado para tomar as melhores decisões públicas (de estado) em determinada sociedade, *como* se decide e *o que* deve ser decidido.

Nisso consiste o desafio de realizar um diagnóstico que sirva de base à política pública. Na ótica marxista, o diagnóstico é de que *instituições políticas e sociais* constituem o meio para alcançar a emancipação econômica da classe operária. (RODRIGUES, 2013, p. 32, grifos no original)

Partindo desse ponto de vista, podemos afirmar que a proposta de política pública defendida insistentemente no Livro I d’*O capital* é a “redução e regulamentação da jornada de trabalho” por vias de uma “lei coercitiva” (MARX, 2013, p. 547). Isso cobre a questão de em favor d’*o que* Marx estaria advogando. Quanto a *quem* deveria/poderia realizar esse resultado também não se responde de maneira tão simples como a menção ao proletariado industrial; conjugada ao *como* se chegar a esse resultado político, apontaremos o tratamento dado por Marx à questão da agência dos atores políticos frente a uma conjuntura estrutural previamente posta, e, seguidamente, as consequências em termos de política pública, que, em consonância com a terminologia contemporânea, podemos entender como *outputs* do processo político; e de reconfiguração das relações de trabalho, do modo de produção capitalista, enfim, das relações sociais, às quais podemos nos referir como seus *outcomes*.

Trabalho necessário e exploração do mais-trabalho: divisão analítica e problematização da jornada de trabalho

Se assumimos a redução e regulamentação da jornada de trabalho em todos os ramos da indústria e setores produtivos anexos como a solução de política pública esposada por Marx em *O capital*, devemos identificar qual ou quais problemas suscitavam, para Marx, tal solução. Seguindo com o raciocínio que adotamos até aqui, podemos tomar a

exposição teórica elaborada por Marx como etapa ou procedimento de *problematização*, isso é, como a análise cuidadosa de uma dada situação a fim de evidenciar seu caráter problemático, permitindo então a argumentação em favor de determinadas soluções. Recapitulemos, portanto, essa argumentação:

Segundo Marx, uma das condições imprescindíveis para o funcionamento do capitalismo é a existência de um mercado de *força de trabalho*. E a condição para a disponibilidade de tal mercadoria é a existência de trabalhadores *livres*, o que para Marx tem a dupla acepção:

Ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho. (MARX, 2013, p. 244)

Coisas essas, os meios de produção, como ferramentas e matéria-prima, que são disponibilizadas pelo próprio capitalista no processo de produção. Como no caso de todas as demais mercadorias, a força de trabalho tem um *valor de troca*, ou simplesmente valor, que é determinado pela quantidade de trabalho social necessário médio para a sua produção, ou, mais propriamente nesse caso, pelo trabalho social corporificado na *cesta de mercadorias* necessárias para a reprodução contínua da força de trabalho. Ao contratar a força de trabalho por esse valor equivalente, o capitalista passa a dispor de seu *valor de uso*, que é o de, ao se combinar aos meios de produção, adicionar *valor* novo e original a esses elementos inorgânicos que, por seu lado, apenas transferem integralmente seu próprio valor como componente das novas mercadorias fruto desse processo produtivo, desse processo de trabalho. O capitalista pode efetivar esse uso da força de trabalho por uma determinada quantia de tempo diário (independente de se o contrato tem temporalidade semanal, mensal etc.), que é a *jornada de trabalho*.

O consumo da mercadoria força de trabalho tem, portanto, esse particular em relação às demais mercadorias: ao ser retirado da esfera de circulação e consumida, o seu valor não necessariamente se perde, como ocorre a um bem de consumo final; nem apenas é transferido para os corpos de outras mercadorias, como ocorre aos meios de produção; mas, como todo trabalho social, ela *gera* novo valor. Para a sua contínua reprodução enquanto mercadoria, é necessário que esse valor novo, ou a quantidade de mercadorias em que ele é corporificado, seja pelo menos equivalente ao valor da cesta de mercadorias necessárias para a reprodução do próprio trabalhador. Porém, a depender de como essa força de trabalho é aplicada na produção, é possível que em uma jornada de trabalho se produza uma quantidade de mercadorias vendáveis *superior* ao equivalente à cesta de mercadorias necessárias para a reprodução da

força de trabalho naquele dia. Isso significa que, se as condições do trabalhador fossem outras, e ele pudesse dedicar-se a produzir para si mesmo, precisaria trabalhar apenas uma *parcela* daquela jornada de trabalho; dependente do capitalista, para cumprir as condições do contrato de locação de uma jornada de força de trabalho, ele precisa continuar trabalhando para além desse *tempo de trabalho necessário*, produzindo uma quantidade de mercadorias em valor *superior* ao seu próprio custo para o capitalista. Marx denomina esse tempo extra de trabalho *mais trabalho*, e a grandeza de valores produzido durante esse intervalo de *mais-valia* (ou, *mais-valor*, na edição da Boitempo que estamos utilizando), sendo essa a verdadeira e necessária fonte do lucro do capitalista (que se calcula após reduzir os custos com capital fixo, i.e., os meios de produção; e capital variável, i.e., a remuneração da força de trabalho), ou seja, trabalho *não pago*. De outra forma, se a mercadoria força de trabalho não fosse para o capitalista “mais barata” do que ela é capaz de gerar, simplesmente não haveria qualquer incentivo para a contratação do trabalho assalariado, e não seria possível falar em valorização do capital, apenas em sua circulação.

A *jornada de trabalho* pode assim ser decomposta em um intervalo que corresponde ao tempo de *trabalho necessário* para produzir o equivalente ao salário normal do trabalhador, e outra que corresponde ao tempo em que o trabalhador se dedica a produzir mercadorias como se estivesse trabalhando *gratuitamente* para o capitalista. A primeira é necessária em qualquer forma de organização do trabalho; a segunda, enquanto não seja exclusiva do modo de produção capitalista, é sua condição necessária. Sendo essa última a fonte de lucros do capitalista, esse é compelido pelas “leis naturais” próprias da competição capitalista a buscar, por diversas maneiras, estender sempre mais a sua proporção na jornada de trabalho, como forma de extrair sempre mais *mais-valia* do trabalho que contrata.

As maneiras possíveis e efetivamente aplicadas de ampliar a extensão do *mais trabalho* e a extração de *mais-valia* são várias, sendo umas mais diretas e brutais, e outras mais sutis, mas todas baseadas na captura de um valor equivalente a trabalho não pago, o que caracteriza o capitalismo como um modo de produção necessariamente exploratório. Todas essas formas podem ser reduzidas a duas formas de manipulação da composição analítica da jornada de trabalho. A mais óbvia dessas maneiras é a extensão simples do tempo total da jornada de trabalho – por exemplo, de oito para 12 horas –, ou intensificar o seu consumo além do normal, a fim de que o trabalhador exerça mais tempo de *mais trabalho*, após já ter satisfeito o tempo de trabalho necessário. A isso Marx denomina a forma de extração de *mais-valia absoluta*. A outra forma,

mais complexa, implica em se reduzir, por diversos mecanismos, a quantidade de tempo de trabalho necessário, isso é, tornar possível que em menos tempo o trabalhador produza a quantidade de valores equivalentes à sua cesta de necessidades. Essa forma Marx denomina extração de *mais-valia relativa*. A qual, por sua vez, pode ser realizada por operações sutis e diversas, que, no entanto se equivalem e, em realidade, se complementam: aumento da produtividade da própria unidade econômica; redução global do valor da cesta de produtos do trabalhador; ou aumento do grau de (re)produtibilidade e disponibilização de força de trabalho livre.

Se durante o desenvolvimento primordial do capitalismo a tônica tenha sido a perseguição da mais-valia absoluta, com as formas mais brutais de sujeição do trabalho aos desmandos dos capitalistas, na fase avançada do capitalismo estudada por Marx, graças à difusão da maquinaria por quase todos os ramos da produção e do controle *científico* dos diversos aspectos dos processos de produção, dentre eles os tempos e intensidades do trabalho, os capitalistas se tornaram cada vez mais e mais capazes de calcular e efetuar meios de reduzir o tempo de trabalho necessário, ou, em outros termos, de ampliar a extração de mais-valia relativa. Isso no mesmo contexto em que a substituição da força de trabalho pelo poder e precisão dos motores e ferramentas mecânicas tornou dispensável uma quantidade crescente de trabalhadores *livres*, transformados em *supernumerário* exército reserva de mão de obra. Condições que empoderaram os capitalistas a extrair não apenas mais-valia relativa “normalmente”, por conta da fantástica ampliação da produtividade da grande indústria, mas também a comprimir os *salários nominais* abaixo do valor das cestas de necessidades dos trabalhadores, mesmo após terem “comprimido” essas necessidades por toda sorte de mecanismo de repressão social.

Esse quadro degradante do trabalhador, que aparece nas páginas após a exposição sobre o longo processo histórico de desenvolvimento ao paroxismo e superação de cada etapa dos modos sucessivos de produção capitalista, desde a cooperação simples dos artesãos, passando pela manufatura, e chegando à maquinaria e à grande indústria, inclusas todas as fases intermediárias de existência *híbrida* desses modos de produção, deve, porém, ser tomado como ponto de partida da análise marxista do capitalismo. Mesmo que, pela “lógica da descoberta”, o desvelamento dos processos internos do capitalismo tivesse, de fato, ocorrido antes da identificação da exploração que exerce, necessariamente, sobre o trabalhador, o investimento pessoal para escrever uma obra com tal orientação parece ser melhor explicada por um compromisso e engajamento *político*, do que por simples paixão intelectual. O que explica por que, para tantos males diferentes, Marx tenha proposto uma *solução*

concreta possível dentro do quadro político em que se encontrava, e portanto aquém da radical revolução para superação do capitalismo. Tal solução, como iniciamos, era a implementação efetiva de uma lei coercitiva para regulamentação e redução da jornada de trabalho, reduzindo, assim, o enorme poder dos capitalistas em manipularem, *despoticamente*, a composição da jornada de trabalho. Política pública que favoreceria imediatamente os trabalhadores, mas também os próprios capitalistas, como veremos mais adiante.

Identificada, assim, a centralidade da exploração do *mais trabalho* na problematização justificativa de uma proposição marxista de política pública, devemos discorrer sobre o *como* proposto por Marx para que tal proposta pudesse se efetivar como legislação, para depois entrar no mérito dos resultados *já observados* por Marx quando da implementação de medidas semelhantes, mas ainda insuficientes.

Luta de classes, desenvolvimento capitalista e a regulamentação do trabalho

A exposição marxista das fases sucessivas do capitalismo, centrada nos desdobramentos, até o paroxismo, das contradições e antagonismos decorrentes do funcionamento imanente de seus mecanismos necessários, conduz, à primeira vista, a interpretação um tanto “determinista”, como se tal explicação pudesse prescindir de qualquer noção de acaso histórico e agência humana. A exposição de eventos históricos *específicos* feita por Marx, não paralelamente, mas de forma conexa, como explicado por Gorender, preenche essas lacunas e posiciona o capitalismo em seu devido lugar de evento histórico de longa duração e ainda em curso, derivado de necessidades, conquistas e *disputas* humanas concretas, e não realidade extemporânea ou desenvolvimento ulterior “do Espírito”. Assim, em face do desenvolvimento “natural-espontâneo” de cada etapa do desenvolvimento capitalista, Marx mostrou ser possível identificar *reações sociais e políticas* específicas, que, se originalmente se reportavam a pressões oriundas da estruturação de modos de organização da produção, da circulação e do consumo, em um segundo momento *implicaram*, elas mesmas, pressões que ora *crystalizaram*, ora *inibiram*, ora *sancionaram a ruptura* com aquelas formas. Nesse sentido é que podemos identificar a concepção propriamente marxista da produção das políticas públicas como um elemento consequencial da mesma luta de classes que se revolve em torno do controle e organização da produção, e de cada política pública específica como uma “fotografia” que captura um momento determinado dessa luta e, portanto, dos conflitos em torno da consolidação do desenvolvimento capitalista:

A consolidação de uma jornada de trabalho normal é o resultado de uma luta de 400 anos entre capitalista e trabalhador. Mas a história dessa luta mostra duas correntes antagônicas. Compare-se, por exemplo, a legislação fabril inglesa de nossa época com os estatutos ingleses do trabalho desde o século XIV até meados do século XVIII. Enquanto a moderna legislação fabril encurta compulsoriamente a jornada de trabalho, aqueles estatutos a prolongam de forma igualmente compulsória. Decerto, as pretensões do capital em estado embrionário – quando, em seu processo de formação, ele garante seu direito à absorção de uma quantidade suficiente de mais-trabalho não apenas mediante a simples força das relações econômicas, mas também por meio da ajuda do poder estatal – parecem ser muito modestas se comparadas com as concessões que ele, rosnando e relutando, é obrigado a fazer quando adulto. Foi preciso esperar séculos para que o trabalhador “livre”, em consequência de um modo de produção capitalista desenvolvido, aceitasse livremente, isto é, fosse socialmente coagido a, vender a totalidade de seu tempo ativo de vida, até mesmo sua própria capacidade de trabalho, pelo preço dos meios de subsistência que lhe são habituais, e sua primogenitura por um prato de lentilhas. É natural, assim, que o prolongamento da jornada de trabalho, que o capital, desde o século XIV até o fim do século XVII, procurou impor aos trabalhadores adultos por meio da coerção estatal, coincida aproximadamente com a limitação do tempo de trabalho que, na segunda metade do século XIX, foi imposta aqui e ali pelo estado para impedir a transformação do sangue das crianças em capital. (MARX, 2013, pp. 343-4)

É assim que, tanto a organização do processo de produção, quanto a produção e efeitos das políticas públicas, sendo ambas formas de relações sociais, se *co-determinam*, de maneira efetivamente dialética, efetivamente material, e efetivamente política. As políticas públicas não podem, portanto, ser encaradas como frutos de decisões tomadas no vazio de considerações, visando atender a uma vontade normativa, pois elas se reportam a problemas concretos, inclusive aqueles implicados na e em decorrência do modo de produção capitalista:

Vimos que essas determinações minuciosas, que regulam com uma uniformidade militar os horários, os limites, as pausas do trabalho de acordo com o sino do relógio, não foram de modo algum produto das lucubrações parlamentares. Elas se desenvolveram paulatinamente a partir das circunstâncias, como leis naturais do modo de produção moderno. Sua formulação, seu reconhecimento oficial e sua proclamação estatal foram o resultado de longas lutas de classes. (MARX, 2013, p. 354)

Conjunturas específicas de desenvolvimento técnico do capitalismo e dos antagonismos de classe, portanto, aparecem como janelas de

oportunidade que puderam ser melhor ou pior aproveitadas pelas classes em disputa, inclusive a própria classe trabalhadora, que assim se provou não de todo *alienada* das consequências das manipulações da jornada de trabalho. Assim, não apenas o modo de produção capitalista, mas a estrutura de classes e o próprio substrato de instituições jurídicas e legais específicos a uma configuração social historicamente dada podem ser lidas, já em Marx, de forma similar à chave “neoinstitucionalista”, como oportunidades e constrangimentos que induzem o comportamento dos atores políticos em relação a determinados conteúdos de política pública. Como ocorreu, por exemplo, na aliança entre os trabalhadores e os parlamentares *tories* quando da aprovação da Lei Fabril de 1847:

Os anos 1846-1847 marcaram época na história econômica da Inglaterra. Revogaram-se as leis dos cereais, aboliram-se as tarifas de importação de algodão e outras matérias-primas, proclamou-se o livre-câmbio como estrela-guia da legislação! Em suma, foi a chegada do milênio. Por outro lado, nesses mesmos anos o movimento cartista e a agitação pela Lei das 10 Horas atingiram seu auge. Eles encontraram aliados nos *tories*, ávidos por vingança. Apesar da resistência fanática do exército dos livre-cambistas perjuradores, liderados por Bright e Cobden, a Lei das 10 Horas, por tanto tempo almejada, foi aprovada pelo Parlamento.

A nova lei fabril de 8 de junho de 1847 determinou que, a partir de 1º de julho de 1847, haveria uma redução preliminar da jornada de trabalho dos “jovens” (de 13 a 18 anos) e de todas as trabalhadoras para 11 horas, e que, em 1º maio de 1848, entraria em vigor a limitação definitiva em 10 horas. De resto, a lei não era mais que uma emenda às leis de 1833 e 1844. (MARX, 2013, p. 355, grifos no original)

A agência humana politicamente orientada, portanto, pode ser encontrada na explicação marxista como uma fonte de *imprevisibilidade* ao desenvolvimento imanente do modo de produção capitalista. Suas consequências inesperadas aparecem como compatibilizadas a uma exposição meramente formal apenas “*post festum* (muito tarde, após a festa) e, por conseguinte, com os resultados prontos do processo de desenvolvimento” (MARX, 2013, p. 150). Ocorre que essa constatação também não basta para uma explanação completa, pois apenas inverte o ônus de uma determinação unívoca, agora da infraestrutura pela superestrutura, precisamente uma noção insistentemente criticada pela sociologia marxista. O desenvolvimento ulterior do capitalismo, especialmente na fase da maquinaria e da grande indústria, envolve, segundo Marx, uma efetiva ampliação do poder de previsão e de planejamento da sociedade, por conta dos desenvolvimentos científicos fomentados, por sua vez, pelas necessidades do próprio desenvolvimento capitalista. Seguindo assim, revolvemos em um circunlóquio que apenas

aparentemente evidencia os desdobramentos dialéticos desses desenvolvimentos. O elemento realmente crítico para a completude da análise é a imprevisibilidade das consequências, propriamente técnicas, mas também sociais, daqueles mesmos desenvolvimentos tecnológicos⁵, sejam esses concebidos na esfera da política, como política pública, seja na esfera das ciências naturais, seja na esfera da organização do próprio modo de produção capitalista. Quando falamos dessas consequências em termos de planejável, planejado e imprevisível, estamos, no fundo, tratando das implicações do capitalismo e da política pública *sob e sobre as subjetividades* dos atores envolvidos, em particular dos trabalhadores e dos capitalistas.

Subjetividade do capital e do trabalho, pré e pós as Leis Fabris

É evidente que as leis fabris que, como a de 1847, restringiam a capacidade de exploração do trabalho contrariavam os capitalistas. Esse simples fato já espanta a ideia de que a determinação inequívoca das políticas públicas pelos interesses dos capitalistas seja, propriamente, marxista (sendo ela ou não “neomarxista”). Porém, é central na exposição de Marx, que esse tipo de legislação teve o efeito inequívoco de potencializar o desenvolvimento do modo de produção fabril e extensão do controle do capital sobre massas ainda maiores de trabalho livre, mais trabalho e mais-valia.

Mal a lei recebera a sanção parlamentar, e os senhores fabricantes também descobriram: “Os males que esperávamos da introdução da lei fabril não se efetivaram. Não achamos que a produção esteja de modo algum paralisada. Na verdade, produzimos mais no mesmo tempo”.

Como se vê, o Parlamento inglês, a quem certamente ninguém há de acusar de genialidade, chegou por meio da experiência à conclusão de que uma lei coercitiva pode simplesmente remover todas as assim chamadas barreiras naturais da produção contrárias à limitação e regulamentação da jornada de trabalho, razão pela qual, com a introdução da lei fabril num ramo industrial, é fixado o prazo de 6 a 18 meses, dentro do qual o fabricante é incumbido de eliminar todos os obstáculos técnicos. O dito de Mirabeau « *Impossible? Ne me dites jamais ce bete de mot!* » [Impossível? Não me digam jamais esta palavra imbecil!] vale particularmente para a tecnologia moderna. Mas se, desse modo, a lei fabril acelera artificialmente a maturação dos elementos materiais necessários à

⁵ Os vaivéns da co-determinação entre infraestrutura e superestrutura no caso dos avanços técnicos na esfera de produção capitalista, assim como na concepção de políticas públicas, parece ganhar mais luz ao serem pensados pela chave sociológica do desenvolvimento da tecnologia, como abordado pelo próprio Marx. Para mais detalhes, vide a nota 89 do cap. 4 - Maquinaria e grande indústria. (MARX, 2013, p. 446)

transformação da produção manufatureira em fabril, ela ao mesmo tempo acelera, em virtude da necessidade de um dispêndio aumentado de capital, a ruína dos pequenos mestres e a concentração do capital. (MARX, 2013, pp. 547-8)

Não obstante, antes de sua implementação, tal consequência da Lei Fabril teria aparecido como algo completamente imprevisível para os capitalistas, especialmente aqueles ligados à exploração *híbrida* da grande indústria com a manufatura e a produção doméstica. De fato,

qualquer controle e regulação social consciente do processo social de produção [aparece] como um ataque aos invioláveis direitos de propriedade, liberdade e à “genialidade” autodeterminante do capitalista individual (MARX, 2013, p. 430).

Em decorrência, a subjetividade dos capitalistas ter-se-ia alterado não apenas em relação às consequências econômicas das Leis Fabris, mas também em relação às próprias possibilidades de planejamento na esfera da produção; à fase propriamente fabril do capitalismo, como apontado anteriormente, corresponde uma maior capacidade de planejar a produtividade dentro de limites mais restritos de jornada de trabalho e uma mais precisa compreensão do processo de extração de mais-valia relativa. A política de regulamentação do trabalho chocava-se contra a subjetividade do capitalista pré-fabril, mas na prática foi responsável pela formação de um capitalista mais consciente de seus interesses, pela necessidade mesmo de ter de persegui-los.

Tão logo a redução da jornada de trabalho – que cria a condição subjetiva para a condensação do trabalho, ou seja, a capacidade do trabalhador de exteriorizar mais força num tempo dado – passa a ser imposta por lei, a máquina se converte, nas mãos do capitalista, no meio objetivo e sistematicamente aplicado de extrair mais trabalho no mesmo período de tempo. Isso se dá de duas maneiras: pela aceleração da velocidade das máquinas e pela ampliação da escala da maquinaria que deve ser supervisionada pelo mesmo operário, ou do campo de trabalho deste último.

A construção aperfeiçoada da maquinaria é, em parte, necessária para que se possa exercer uma maior pressão sobre o trabalhador e, em parte, acompanha por si mesma a intensificação do trabalho, uma vez que a limitação da jornada de trabalho obriga o capitalista a exercer o mais rigoroso controle sobre os custos de produção (MARX, 2013, p. 484)

Esses desdobramentos do capitalismo fabril tiveram seus próprios efeitos (mais ou menos) imprevisíveis sobre as condições objetiva e subjetiva dos trabalhadores. Em nível objetivo, a introdução cada vez maior de maquinaria levou à dispensa de força de trabalho humana, e conseqüente barateamento da mesma. A força motriz das máquinas a

vapor permitiu, especificamente, a dispensa da força de trabalhadores homens adultos, estimulando a reabsorção de mão de obra feminina e mesmo infantil, efetivamente vendidas por suas famílias. As agruras do ambiente de trabalho misto, como nas minas de carvão, e penúria vivida pelo exército supernumerário de trabalhadores de reserva, enfim multiplicou o quadro de completa degeneração da saúde física e moral dos indivíduos sujeitados à condição de (potenciais) vendedores compulsórios de força de trabalho.

Mais radicais e imprevisíveis, porém, foram os efeitos sobre a subjetividade dos trabalhadores *dentro* da esfera da produção. Se as etapas da cooperação simples e da manufatura já haviam conduzido para a crescente *alienação* do trabalhador relativamente à totalidade do processo de produção, primeiro, pela hiperespecialização técnica de rotinas repetitivas, depois, com a efetiva *subsunção* de todo o trabalho ao capitalista e, por fim, ao próprio capital cristalizado nos meios de produção mecanizados:

Os conhecimentos, a compreensão e a vontade que o camponês ou artesão independente desenvolve, ainda que em pequena escala, assim como aqueles desenvolvidos pelo selvagem, que exercita toda a arte da guerra como astúcia pessoal, passam agora a ser exigidos apenas pela oficina em sua totalidade. As potências intelectuais da produção, ampliando sua escala por um lado, desaparecem por muitos outros lados. O que os trabalhadores parciais perdem concentra-se defronte a eles no capital. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as potências intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e como poder que os domina. Esse processo de cisão começa na cooperação simples, em que o capitalista representa diante dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. Ele se desenvolve na manufatura, que mutila o trabalhador, fazendo dele um trabalhador parcial, e se consuma na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital. (MARX, 2013, p. 435)

Novamente, nem mesmo a subsunção e, em realidade, a *sujeição* da subjetividade do trabalhador ao capital pode ser considerada como mais do que um resultado contingencial da longa “guerra civil” operada dentro e fora das fábricas, ou, igualmente, dentro e fora do estado. Como a regulamentação da jornada de trabalho teve o condão de impulsionar os capitalistas na descoberta de formas aprimoradas de contornar as restrições legais à extração sempre maior de mais-valia absoluta e relativa, também o despotismo exercido sobre os trabalhadores nas fábricas evidenciou para esses últimos, por um lado, as mazelas do desperdício social implicadas na anarquia da competição econômica; e, por outro, a

possibilidade de organização racional e planejada da produção, primeiro no âmbito da fábrica, mas depois para escala social:

Assim que a classe trabalhadora, inicialmente aturdida pelo ruído da produção, recobrou em alguma medida seus sentidos, teve início sua resistência, começando pela terra natal da grande indústria, a Inglaterra. Por três décadas, no entanto, as concessões obtidas pela classe trabalhadora permaneceram puramente nominais.” (MARX, 2013, p. 350)

Foi preciso tempo e experiência até que o trabalhador distinguisse entre a maquinaria e sua aplicação capitalista e, com isso, aprendesse a transferir seus ataques, antes dirigidos contra o próprio meio material de produção, para a forma social de exploração desse meio. (MARX, 2013, p. 501)

[A] história da regulação da jornada de trabalho em alguns modos de produção, bem como a luta que, em outros, ainda se trava por essa regulação, provam palpavelmente que, quando o modo de produção capitalista atinge certo grau de amadurecimento, o trabalhador isolado, o trabalhador como ‘livre’ vendedor de sua força de trabalho, sucumbe a ele sem poder de resistência. A criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto de uma longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalista e trabalhadora. Como a luta teve início no âmbito da indústria moderna, ela foi travada, inicialmente, na pátria dessa indústria, a Inglaterra. Os trabalhadores fabris ingleses foram os paladinos não apenas da classe trabalhadora inglesa, mas da classe trabalhadora em geral, assim como seus teóricos foram os primeiros a desafiar a teoria do capital. (MARX, 2013, pp. 370-1)

Havendo exposto sistematicamente um *problema público*, na forma da exploração do mais trabalho, e uma *solução política* correspondente, na forma de uma lei coercitiva para redução e regulamentação da jornada de trabalho, a argumentação marxista por essa política pública foi coroada com a identificação de um *sujeito* dessa e para essa política, na figura do operariado industrial, que, de maneira autônoma, e antes de ter qualquer acesso ao ferramental teórico de Marx, já havia identificado aquele problema e aquela solução, orientados exclusivamente por seus interesses objetivos. Nesse sentido, ao explicitamente reconhecer esse salto da consciência *política* dos trabalhadores, é o próprio Marx que nos fornece argumentos para considerar sua *magnum opus*, ou pelo menos parte dela, como um libelo de *advocacy* de política pública, prestando inestimável contribuição com a fundamentação teórica para o desenvolvimento da plataforma política dos trabalhadores.

Temos de reconhecer que nosso trabalhador sai do processo de produção diferente de quando nele entrou. No mercado, ele, como possuidor da mercadoria “força de trabalho”, aparece diante de outros possuidores de mercadorias: possuidor de mercadoria diante de possuidores de mercadorias. O contrato

pelo qual ele vende sua força de trabalho ao capitalista prova – por assim dizer, põe o preto no branco – que ele dispõe livremente de si mesmo. Fechado o negócio, descobre-se que ele não era “nenhum agente livre”, que o tempo de que livremente dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la, que, na verdade, seu parasita [Sauger] não o deixará “enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue para explorar”. Para “se proteger” contra a serpente de suas aflições, *os trabalhadores têm de se unir e, como classe, forçar a aprovação de uma lei, uma barreira social intransponível que os impeça a si mesmos de, por meio de um contrato voluntário com o capital, vender a si e a suas famílias à morte e à escravidão*. No lugar do pomposo catálogo dos “direitos humanos inalienáveis”, tem-se a modesta Magna Charta de uma jornada de trabalho legalmente limitada, que “afinal deixa claro quando acaba o tempo que o trabalhador vende e quando começa o tempo que lhe pertence”. Quantum mutatus ab illo! [Quanto se mudou do que era!]. (MARX, 2013, pp. 373-4; grifo nosso)

Considerações finais

Os trabalhos de teóricos como Marx, como os economistas políticos e como os economistas vulgares burgueses, têm papel não desprezível na “longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalista e trabalhadora”. Enquanto uns se dedicariam à mistificação e ocultação do desenrolar e consequências dessa luta, outros, como Marx, dedicariam seu trabalho a acelerar o desvelamento de problemas certamente sentidos pelos trabalhadores, mas não inteiramente compreendidos em seu funcionamento imanente e desenvolvimento “natural-espontâneo”, e ainda mais longe de serem conectados à interação estratégica entre as classes na determinação dos usos dos poderes estatais, isto é, na formulação das políticas públicas. A transformação social vislumbrada em *O capital* parte, sim, da identificação de um problema, a exploração do mais trabalho para a extração de mais-valia absoluta e relativa; assim como da proposição de uma solução, na forma de legislação coercitiva que reduza e regule a jornada de trabalho. Mas esses argumentos apologéticos de uma medida governamental só se tornam efetivamente úteis partindo da reafirmação da subjetividade do trabalhador, a um só tempo vitimada pelo e resistente ao capitalismo; e se reinvestindo sobre essa mesma subjetividade, como arma política à sua disposição. Identificamos, assim, também o sujeito *de quem e para quem* a política pública marxista se dirige.

Ao fundamentar cientificamente o problema e a solução acerca da exploração do mais trabalho, Marx também lançou bases para a fundamentação científica do programa de luta da classe operária. A

manifestação pontual desse programa pode ser identificada como a robusta *advocacy* de Marx pela redução e regulamentação do trabalho masculino, conexo às restrições do trabalho feminino e infantil, e o fornecimento de educação obrigatória para esses últimos. A lógica de tal programa é resumida em uma noção revolucionária no século XIX, e cada vez mais vilipendiada no começo do século XXI, que é a dos *direitos sociais e econômicos do trabalho*, frente à abstração liberal dos “direitos humanos”. O papel de políticas públicas, enquanto momento tático do engajamento estratégico na longa, mas nem sempre muda, luta política entre as classes, foi ressaltado ainda por Marx, o que, no mínimo, apenas corrobora que novas gerações de estudiosos, politicamente engajados ou não, busquem nessa fonte inspirações para desenvolvimento teórico e prático não apenas sobre as dimensões da *polity* e da *politics*, como é mais costumeiro, mas também da *policy*, independente de quantas correntes marxistas pré-existentes reivindicuem o monopólio dessas considerações, ou que seus detratores vociferem a inutilidade desse esforço.

Referências bibliográficas

- DELEON, Paul. The historical roots of the field. In: MORAN, M.; REIN, M.; GOODIN, R.E. *The Oxford handbook of public policy*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 39-57.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-9)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HAY, Colin. Marxism and the State. In: *Marxism and social science*. London: Macmillan Education UK, 1999, pp. 152-74.
- HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. *Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora*. Rio de Janeiro. Elsevier, 2013.
- LASSWELL, Harold D. *A pre-view of the policy sciences*. New York: Elsevier, 1971.
- MARQUES, Eduardo. Notas críticas à literatura sobre estado, políticas estatais e atores políticos. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 43, 1997.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. In: MARX, K. *A revolução antes da revolução*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015, pp. 119-338.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* l. I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Moscovo: Avante/Progresso Lisboa, 1982.

RODRIGUES, Maria Marta Assumpção. *Políticas públicas*. São Paulo: Publifolha, 2013. Col. Folha Explica.

Como citar:

FELIX DA SILVA, Vinicius; OLIVEIRA, Hilem E. Cosme de. *O capital*, de Marx: advocacy de política pública? *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 89-110, nov. 2019.

Data de envio: 14 jan. 2018
Data de aceite: 26 maio 2018

[Re] pensar as derrotas no partido político: instrumentos gramscianos para uma análise

Rodrigo Francisco Maia¹

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo fornecer uma discussão a respeito da concepção gramsciana sobre o partido político, entendido como organização de classe, tomando as concepções de Gramsci a respeito das derrotas que poderiam acometer uma organização político-partidária. Tomamos as organizações partidárias comunistas italiana e portuguesa como exemplos histórico-concretos no desenvolvimento deste trabalho. Nos interessa destacar a discussão que Antonio Gramsci realizou a respeito das derrotas: prática, ideológica e política.

Palavras-chave: Gramsci; partidos políticos; derrota prática; derrota ideológica; derrota política.

[Re]thinking political party defeats: gramscian instruments for an analysis

Abstract:

This article aims to provide a discussion about the gramscian conception regarding political parties, understood as a class organization, taking the gramscian conception about defeats that could affect a political party. We have the Italian and the Portuguese communist parties as historical examples in this work. The interest is to indicate the Antonio Gramsci's reflection realized specifically about the practical, ideological and political defeats.

Key words: Gramsci; Political parties; practical defeat; ideological defeat; political defeat.

Introdução

Gramsci teorizou que para a análise concreta da *correlação de forças* é preciso ter em conta, metodologicamente, três níveis: 1) a relação das forças sociais com a estrutura das forças produtivas em desenvolvimento; 2) a relação das forças políticas (do nível econômico-imediato, o que indicamos como o nível da consciência de classe *em si*, e o

¹ Doutorando em ciências políticas na Brunel University London. Pesquisa apoiada pela Capes-Brasil, code 001. *E-mail:* framaiari@gmail.com.

da consciência de classe *para si*, ou o nível conjuntural da hegemonia); 3) e a relação das forças militares (com diferença entre o momento militar *stricto sensu* e o político-militar) (GRAMSCI, 2014, p. 1.583).

Ademais, Gramsci distingue o espontaneísmo de um movimento de consciente e orientado, sendo o primeiro um erro, e o segundo a verdadeira política de massas das classes subalternas (2014, p. 329). A concepção hegeliana indica que “A consciência-de-si é em si e para si quando e porque é em si e para si para uma Outra” (HEGEL, 1992, p. 126), nesse sentido tomamos a ideia de que o partido político das classes subalternas, como um organismo vivo e consciente de seu propósito, age *em si* segundo sua classe social, e também *para si* ao agir para a generalidade das classes.

Pretendemos dar destaque ao segundo nível da correlação de forças, as forças políticas, âmbito no qual o partido pode atuar como mediador das concepções de classe, ainda que na qualidade do senso comum, que passam do nível imediato ao nível organizativo: relativo àquilo que Gramsci teorizou como a autoconsciência e a organização alcançadas pelos grupos sociais.

Gramsci, em suas notas sobre Machiavelli, forneceu uma releitura e uma atualização sobre o papel do soberano na política, o príncipe, mas não mais o indivíduo. A novidade gramsciana reside na ideia de que a constituição do poder político deve estar envolta na forma do partido político: um organismo social que contém a complexidade e a particularidade da classe a qual pertence (GRAMSCI, 2014, p. 1.558).

O pensamento de Gramsci, registrado nos *Cadernos do cárcere* e em suas correspondências pessoais e políticas, sobre o partido político indica a ideia de um organismo prático da classe a qual pertence com o objetivo de promover a transformação das condições de vida da classe, além do mais, a transformação do conjunto das classes de uma sociedade a partir da revolução das bases e estruturas que regem o funcionamento das relações internas desta sociedade (GRAMSCI, 2014).

Tal transformação social, que passa da ação coletiva de uma classe para a generalidade das classes sociais, pode ser entendida como um movimento de mudança radical das classes trabalhadoras *em si* e *para si*. Hegel na *Fenomenologia do espírito* (1992), também Marx e Engels no *Manifesto do partido comunista* (2008), concebem a potencialidade da generalização da transformação social, ainda que cada um a seu modo, mas ambos com perspectivas metodológicas aproximadas – elemento importante, de caráter metodológico e político, para se entender em Gramsci a capacidade do partido político ser instrumento de produção de uma nova sociedade, a qual pode ser gerida já em seu interno.

Sendo então o partido um organismo vivo orientado para a prática da transformação social, no conjunto das relações de força, nas disputas e nas tentativas de obter hegemonia, o mesmo pode vir a sucumbir derrotas no processo de busca pela afirmação da vontade coletiva. Gramsci também conceituou que o partido pode sofrer derrotas em três níveis: o *prático* (isolamento), o *ideológico* (reformismo) e o *político* (morte do partido) (MAIA, 2017; GRAMSCI, 2004, p. 132)². Além do fato de que o partido pode se conduzir às derrotas, Gramsci alerta que as *classes tradicionais* estão interessadas em impedir que novas formas de vontade coletiva se expressem na sociedade civil (GRAMSCI, 2014, p. 1.560).

Nesse sentido, este artigo busca oferecer algumas ideias a respeito da concepção gramsciana sobre o partido político e suas ações que, eventualmente, podem resultar em derrotas. Assim, admitimos que é possível encontrar em Gramsci o nexos entre a *necessidade* do Partido como *mediador*, como intelectual orgânico das classes trabalhadoras, e que desse fator resulta seu metabolismo interno, isto é, sua sustentação contra os três níveis de derrota.

Contra a concepção liberal burguesa de *partido* que não representa as próprias classes e que reforça o poder da burocracia, é preciso uma nova força para organização das classes, inspirada na história: a concepção gramsciana a respeito das derrotas prática, política e ideológica pode ser um contributo histórico para uma nova atuação político-partidária (GRAMSCI, 2014).

Observando o partido em suas estruturas internas, mas também sua existência em relação a classe que pertence e ao conjunto da sociedade, ou seja, o partido *em si* e o partido *para si*, o artigo prossegue acrescentando elementos sobre a dinâmica partidária no estado integral.

Enfim, dois exemplos históricos são vistos de modo a fornecer uma interpretação a respeito das derrotas sofridas por organizações de grande importância no espaço da esquerda comunista, o Partido Comunista Italiano e o Partido Comunista Português. Ainda que com particularidades e dinâmicas históricas próprias, os dois partidos sofreram diferentes derrotas que podem ser interpretadas a partir das ideias oferecidas por Antonio Gramsci a respeito das derrotas prática, ideológica e política.

Sobre o partido em Gramsci

Seria possível considerar que para Gramsci o partido político é um meio termo entre a *grande* e a *pequena política*? No terreno da pequena

² Em seu *Escritos políticos*, Gramsci (2004) discute através de cartas com Palmiro Togliatti quais seriam as possibilidades de derrotas do Partido Comunista da Itália nos anos 1920, indicando os três diferentes níveis e tipos de derrotas que poderiam levar à falência total do partido no âmbito nacional.

política, o partido estaria imerso num sistema de relações quotidianas que sustentam e dão continuidade ao sistema existente. Gramsci indica que, no mundo moderno, este é um terreno de lutas praticamente necessário e trata-se da atuação partidária na esfera parlamentar, o que significa incluir lidar com as regras do jogo, a política de corredor e as intrigas.

Diferente é o espaço da grande política, a preocupação com o novo, a preocupação com dinâmicas políticas que estão relacionadas com a sustentação da estrutura de poder. A grande política está ligada também às questões internacionais.

Gramsci tem a perspectiva histórica como terreno de sua argumentação. Nesse sentido, o exercício da hegemonia na grande política é visto de acordo com a classe que conquistou e mantém o exercício do poder político. A continuidade do sistema depende do equilíbrio de forças internas e externas. Assim, o partido das classes subalternas está preocupado com a reversão da correlação de forças, historicamente favorável às classes dominantes, de modo tal que uma de suas tarefas é recolocar o debate da grande política em tais termos, fornecendo os elementos da grande política (a criação do novo) não como uma política parlamentar, mas sim como uma necessidade coletiva: “È pertanto grande política il tentare di escludere la grande política dall'ambito interno della vita statale e di ridurre tutto a piccola política” (GRAMSCI, 2014, p. 1.564)³.

Sendo um instrumento de organização da classe, o partido político, diz Gramsci, pode ser comparado àquilo que é o estado na sociedade política, mas na sociedade civil, ou seja, a função do partido é tratar de questões de hegemonia na sociedade civil, funcionando como um instrumento capaz de portar sua classe ao poder e ao exercício da hegemonia em diferentes áreas (um novo plano econômico, uma nova moral, etc.), fomentando a criação de uma nova concepção de mundo e uma nova *vontade coletiva*, sendo também um instrumento das classes subalternas na sociedade política, enfim, um instrumento do estado integral (2014, p. 1.522).

Para isso, o partido está encarregado de uma missão técnica, a qual é essencial para que possa ocupar uma posição favorável nas disputas, na *guerra de posição*, na esfera da cultura, da política e da economia: a educação e organização da classe em momentos de paz e em torno de seus interesses (2014, p. 1.567). Como indicado por Peter Thomas (2009: 149), a guerra de posição é uma estratégia realista diante do confinamento provocado pela burguesia, logo, uma estratégia desde uma posição subordinada.

³ “È, portanto, grande política a tentativa de exclusão da grande política do âmbito interno da vita estatal e a redução de tudo à pequena política” (tradução livre nossa).

A organização da classe em torno de seus interesses, através do instrumento político que é o partido, permite que se amplie o alcance da organização e que, então, tais interesses passem a abarcar também outros grupos sociais subalternos em oposição aos partidos que atuam em vasta escala impedindo a formação do novo.

Como diz Thomas (2009), a guerra de posição condiz com as possibilidades reais das classes subordinadas para enfrentarem de modo realista e com uma estratégia o confinamento ao qual estão submetidas, e não um fim em si.

“War of position” in Gramsci’s conception, just as for Lenin and Trotsky, was not a programmatic strategy that he recommended be adopted by the proletariat. Rather, he recognised it as a technique of nascent ‘biopower’ deployed by the bourgeoisie, and to which the proletariat, subalternly confined in bourgeois civil society, was constrained to respond with a realistic political strategy. (THOMAS, 2009, p. 150)⁴

Na análise de fatos históricos, Gramsci indicava que era preciso distinguir entre o *permanente* e o *ocasional*, como entre o estado e o governo, a estratégia e a tática. Um estudo sobre o partido, portanto, inclui necessariamente uma busca pela compreensão das condições históricas que levam ao seu nascimento, sua composição social, programa político e suas ações. Neste artigo a preocupação se dirige para os partidos de tradição marxista. As teorizações a respeito do partido como organismo de classe não estão totalmente sistematizadas nas obras de Marx, ainda que sua militância seja um ponto de referência, mas em Gramsci e outros militantes da tradição marxista o debate sobre o partido se encontra mais desenvolvido e são baseados na tradição político-filosófica anterior.

O conceito de partido, no entanto, aparece modelado muito mais nos escritos de Gramsci do que em Marx – o que indica a necessidade de ressignificar cada autor ao seu contexto. Pensar hoje a atuação do partido como mediador orgânico das e nas classes trabalhadoras é fundamental para a vitória nos três níveis apresentados – vitórias que se fazem urgentes e que passam pela questão de se [re]pensar o partido.

Há uma interconexão entre os níveis prático, ideológico e político na vida de um partido, e estão a todo momento submetidos às táticas e estratégia do partido num determinado momento. O organismo das classes subalternas é o agente que expande a ideologia ao nível da consciência

4 “Guerra de posição’, na concepção de Gramsci, como também para Lênin e Trotsky, não era a estratégia programática que ele recomendava ser adotada pelo proletariado. De fato, ele a reconhecia como uma técnica do nascente ‘biopoder’ implantado pela burguesia, e para o qual o proletariado, subalternamente confinado na sociedade civil burguesa, estava constringido a responder com uma estratégia política realista” (tradução livre nossa). Peter Thomas também oferece uma discussão mais elaborada acerca das variações conceituais da *guerra de posição* em suas formas ofensiva e defensiva.

para-si, de classe, superando os limites corporativos e buscando desempenhar uma ação particular de grande alcance no conjunto da sociedade que atua.

Questões organizativas no partido

A ressignificação histórica do objeto *partido* é, portanto, um passo fundamental no estudo sobre partidos, para que as diferentes formas de partidos possam ser apreendidas e confrontadas em seus determinados contextos de criação, desenvolvimento, composição e ação. Tal é o aspecto fundamental: o respeito aos conceitos pois, de fato, os partidos [comunistas] tal como o Partido Comunista Italiano, o Partido Comunista Português o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista da União Soviética, foram postos à prova de mediar a consciência *em si* e a *para si*, o que significou assumir posições a respeito da cultura, da religião, das artes, da economia, etc., em contextos sociais particulares, mas todos conexos através da ideia de construção de uma vontade coletiva e transformação social radical.

A cultura e a política no mundo do trabalho são vivíssimas e contraditórias, o partido não está imune aos seus efeitos e desenvolvimentos. A estratégia da revolução socialista contém a necessidade de realização de mediações históricas: apreensão das lições históricas com respeito a particularidade e ao contexto. Porém, se à força as bocas se calam, só com a morte as mentes se apagam. Muitos foram os partidos que sucumbiram à crise orgânica de representação, o que Gramsci caracteriza como responsabilidade dos setores dirigentes, configurando uma crise de autoridade no partido. “I partiti nascono e si costituiscono in organizzazione per dirigere la situazione in momenti storicamente vitali per le loro classi” (GRAMSCI, 2014, p. 1.604)⁵.

Os organismos das classes trabalhadoras são, portanto, vivos e possuem sua materialidade, seus militantes e sua ideologia: o partido atuando como mediação é o organismo no qual se desenvolvem as potencialidades dos *intelectuais orgânicos das classes trabalhadoras*. Nem sempre o partido está apto a adaptar-se às novas tarefas e momentos históricos, ainda que cada caso seja particular e tenha dinâmicas próprias. Nesse sentido, o momento histórico é importante e uma constante atualização do partido se faz necessária para que anacronismos sejam evitados e, então, o partido sobreviva às crises.

Mas, de que forma pode um partido manter-se em consonância com seu tempo e com sua materialidade? Em geral, o partido pensado por

⁵ “Os partidos nascem e se constituem em organizações para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para sua própria classe” (tradução livre nossa).

Gramsci tem a missão de ter seus membros formados e em contínua formação intelectual dentro de seu mecanismo. O dirigente, o intelectual formado organicamente no partido, tem condições de pensar a realidade para além do sentido estrito econômico, corporativo, sendo capaz de orientar a ação militante também para as questões gerais, nacionais e internacionais (2014, p. 1.523).

Il partito politico, per tutti i gruppi, è appunto il meccanismo che nella società civile compie la stessa funzione che compie lo Stato in misura più vasta e più sinteticamente, nella società politica, cioè procura la saldatura tra intellettuali organici di un dato gruppo, quello dominante, e intellettuali tradizionali, e questa funzione il partito compie appunto in dipendenza della sua funzione fondamentale che è quella di elaborare i propri componenti, elementi di un gruppo sociale nato e sviluppatosi come “economico”, fino a farli diventare intellettuali politici qualificati, dirigenti, organizzatori di tutte le attività e le funzioni inerenti all'organico sviluppo di una società integrale, civile e politica. (GRAMSCI, 2014, p. 1.522)⁶

No interior do partido uma determinada dinâmica de funcionamento é indicada por Gramsci como necessária para a vitalidade da organização, é a manutenção da organicidade e a introdução dos novos elementos de base do partido em suas mais altas esferas. Gramsci caracteriza essa mobilidade organizativa como centralismo democrático, diferenciando o partido com bases e dirigentes orgânicos da estrutura de um estado, na qual prevalece o oposto ao centralismo democrático: o centralismo burocrático.

O intuito do centralismo burocrático é dar continuidade a um poder já estabelecido. O partido que visa a transformação age por outras vias e busca justamente implementar o novo e o “progressivo” (GRAMSCI, 2014, p. 1.635). O novo e progressivo advém dos intelectuais que são e fazem a organização das classes subalternas, são os intelectuais orgânicos. A conceitualização de Gramsci indica o lado oposto ao da dinâmica progressiva de um partido de tal gênero, em contraposição a crítica e autocrítica Gramsci coloca a racionalização, a abstração e a dedução como métodos inviáveis ao surgimento contínuo do novo.

Na realidade a existência de um partido tem motivação pela sua prática efetiva de combates, disputas e organização. Se trata então de uma

6 “O partido político, em todos os grupos, é, portanto, o mecanismo que na sociedade civil cumpre a mesma função que cumpre o estado em medida maior e mais sintética, na sociedade política, ou seja, procura a ligação entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais, e esta função o partido cumpre, portanto, independentemente de sua função fundamental, que é aquela de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até que se transforme em intelectuais políticos qualificados, dirigentes e organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política” (tradução livre nossa).

realidade animada para a questão da luta de classes (MARX, 2008). Nos *Cadernos do cárcere*, a questão aparece na forma da *relação de forças*, ou *rapporti di forza*, em italiano (2014, p. 1.561).

Quando estão postas à prova as táticas e a estratégia do partido, em confronto com outras forças, a relação de forças se verifica empiricamente através de como a ação, a atividade particular do partido, influencia a dinâmica das classes sociais. Se faz justo então observar através de outros elementos o que Gramsci entendia por partido, o partido também é visto através dos termos machiavellianos sobre o príncipe – na leitura de Gramsci, o moderno príncipe.

Se o partido deve ter uma dinâmica progressiva e sempre em consonância com a realidade, mantendo uma estrutura renovada e fluída, o Príncipe na modernidade não deve ser a expressão de uma vontade singular, ao contrário, deve ser a expressão da vontade coletiva. O que determina a eficácia dessa fórmula gramsciana é a vontade, a necessidade que parte dos grupos subalternos e fornece uma “volontà collettiva riconosciuta e affermatasi parzialmente nell'azione” (2014, p. 1.558)⁷.

A motivação, portanto, do partido reside também em seu contrário: não deve ser um mecanismo organizativo que exprima em si e para si a figura de uma única expressão abstrata ou divina, além disso, evitando ação dentro de concepções econômico-corporativas. Ao não manter vivo seu ânimo é que o Príncipe passa ao campo das derrotas e deixa de ter sua função na criação do novo.

As derrotas multinível

Nos *Escritos políticos*, seleção de textos gramscianos, podem ser encontradas referências às questões de partido que aqui estão sendo discutidas. Entre tais referências são interessantes as que indicam os tipos de derrotas que um partido pode sofrer em momentos de crise e na correlação de forças. Vale notar que o debate que Gramsci está inserido contém uma ampla complexidade de forças políticas envolvidas e um terreno histórico que são cruciais em sua argumentação e que são suas reais motivações.

Escreveu Gramsci que, metodologicamente, é necessário observar que: “Ciò che è occasionale dà luogo alla critica política, ciò che è permanente dà luogo alla critica storico-sociale” (2014, p. 455)⁸. Nesse sentido, o estudo sobre a política partidária se localiza principalmente no

7 “(...) vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação” (tradução livre nossa).

8 “Aquilo que é ocasional dá espaço à crítica política, aquilo que é permanente dá espaço à crítica histórico-social” (tradução livre nossa).

âmbito da crítica política, contudo, a ação do partido é voltada para a crítica histórico-social.

O debate gramsciano estava circundado pelo nascente e em desenvolvimento Partido Comunista da Itália. Contudo, as advertências de Gramsci perpassam em tempo e espaço e podem servir para uma discussão sobre as derrotas que vieram a arrefecer a esquerda comunista anos mais tarde. Havendo uma base comum em suas criações e adequações, os partidos da esquerda comunista possuem uma história em comum, de caráter internacional, e a conceituação gramsciana se aplica a essas organizações, visto que atuaram na direção da criação de uma nova moralidade, assegurando uma continuidade estratégica pela criação do novo, constituíram seus intelectuais orgânicos, disputaram posições.

As derrotas que as organizações sofreram possuem uma processualidade histórica e, ainda que não seja o objetivo deste artigo discutir as razões de tais derrotas e com respeito a todos os casos particulares, motivações se encontram naquilo que Gramsci caracterizou como crise de representatividade, ou crise orgânica da classe dirigente⁹.

Num dos textos dos *Escritos políticos* é possível encontrar uma carta de Gramsci ao dirigente do Partido Comunista, Palmiro Togliatti, a respeito das contradições do Partido Comunista da Itália:

Mas, se continuarmos a assumir as atitudes formalistas que temos assumido até agora (observe que isso vale para mim, para você, para Bruno, para Umberto, mas não para Amadeo), obteremos a finalidade oposta àquela que desejamos: a oposição se tornará de fato a representante do Partido e nós permaneceremos marginalizados, sofreremos uma derrota prática, talvez irremediável e que será inelutavelmente o início da nossa desagregação como grupo e de nossa derrota ideológica e política. (GRAMSCI, 2004, p. 132)

Da análise dos textos dos *Escritos*, é possível identificar que para Gramsci as derrotas, embora não sendo um dos conceitos mais destacados de sua elaboração, é parte constitutiva de sua análise da política. Em diferentes casos as discussões perpassam três diferentes tipos de derrotas, a prática, a ideológica e a política.

A caracterização da derrota prática vale para aspectos internos e também externos ao partido. Na prática, um partido é derrotado quando se encontra no isolamento, deslocado dos grupos subalternos e de sua base, bem como está marginalizado o grupo dirigente que até então estava consolidado e ora passa a ser substituído pela oposição. Nessa situação, o partido ainda tem sua base em conexão, está integrado pelos seus intelectuais orgânicos e há condições de prosseguir na cena nacional.

⁹ Nossa dissertação de mestrado busca discutir elementos que levaram os Partidos Comunistas da Itália e de Portugal às sucessivas derrotas nos anos de guerra fria (MAIA, 2017).

O segundo tipo de derrota é a ideológica, que diz respeito a mudança de pensamento dentro do partido, a sua viragem verso novas concepções, podendo significar um passo em direção ao reformismo, no caso das organizações das classes subalternas antes empenhadas com a transformação radical da sociedade.

Alguns partidos sofreram não somente os dois tipos de derrotas anteriores, como também acumularam em sequência os dois tipos e somaram ainda um terceiro, a derrota política. Na história das organizações das classes subalternas, a derrota política significou o desmanche efetivo das organizações, as quais transformaram seus nomes, estratégia e táticas, reformularam suas bases e seus dirigentes.

As percepções de Gramsci diziam respeito ao Partido Comunista da Itália em tempos de duras lutas. Nesse sentido, hoje podem servir como instrumentos metodológicos interessantes para a caracterização de processos nos quais organizações das classes subalternas foram derrotadas, mais do que leituras que busquem resultados estáticos *post-festum*.

Expressivo foram os processos de transformação da esquerda em geral após o colapso do regime da União Soviética (dentro e fora da União Soviética diversas organizações sucumbiram aos problemas internos e à pressão externa). As perspectivas de conquista da hegemonia pelas classes subalternas pareciam ter chegado ao fim e o mundo neoliberal, globalizado, suplantaria a velha dualidade da guerra fria.

Como resulta das análises de David Harvey (1994), a derrota dos movimentos das classes trabalhadoras permitiu a continuidade do controle social dos grupos dirigentes a partir dos governos nos estados. Não apenas os Partidos Comunistas estavam longe dos governos e do exercício da busca pela hegemonia, como as organizações de base foram neutralizadas através da cooptação ou da coerção, para além das derrotas da esquerda comunista.

Dois serão os exemplos a seguir a respeito de uma leitura gramsciana sobre as derrotas sofridas por organizações das classes subalternas. A ideia é observar como tais partidos atuaram diante do quadro de transformações nacionais e internacionais marcadas pela integração dos países no âmbito da União Europeia. O primeiro exemplo, o do Partido Comunista Italiano (PCI), é de como os três níveis de derrotas podem ocorrer dentro de uma organização. O segundo, o do Partido Comunista Português (PCP), indica que embora o partido tenha sucumbido às derrotas prática e ideológica, ainda assim manteve sua unidade e existência política.

O PCI

Gramsci indicou que a história dos grupos subalternos é desagregada, mas suas ações possuem muito valor ao se colocarem no combate às iniciativas dominantes (GRAMSCI, 2014). Justamente o partido no qual Gramsci militou podem ser empregadas as chaves de leitura das derrotas. Sepultado nos anos 1990, o PCI foi o maior partido comunista do ocidente em tempos de guerra fria e sua desagregação deu origem a diversas forças políticas que ainda hoje fazem menção às tradições comunistas, seja em termos democráticos ou revolucionários.

O PCI se encontrava dentro de um país sob ocupação nazista e norte-americana, e com as classes trabalhadoras do Norte tomando/ou prestes a tomar o poder em diversas regiões, nos anos finais da II Guerra Mundial. A guerra civil e o aprofundamento do caos eram iminentes. A reunificação do país e a escolha por uma saída pacífica não foram decisões tomadas apenas pela direção do PCI: desde os acordos de Yalta e Potsdam as áreas de influências estavam combinadas.

A democratização da Itália fazia parte da estratégia do PCI, e a escolha italiana pela democracia pode ser vista como um passo na caminhada estratégica dos comunistas, afinal, convinha às forças democráticas do país pôr fim ao regime fascista. Um conjunto de lutas e também de guerra de posição garantiram aos PCI um espaço decisivo nas transformações que, também através de *referendum*, portaram a Itália à via democrática (AGOSTI, 1999).

A passagem à democracia ocorreu através da aceitação por parte do PCI de depor as armas, de apaziguar os grupos subalternos e formar um governo de unidade nacional, a conhecida *svolta*¹⁰ (MAIA, 2017). Contudo, dentro das regras das instituições democráticas, outras forças políticas foram mais efetivas em conquistar espaços nas guerras de posição travadas ao longo dos anos de reconstrução do país. Assim, o PCI, passando a atuar dentro de um sistema democrática consolidado perdeu parte significativa de sua força (que estava em grande parte, e também de acordo com o momento de conflitos sociais intensos, em seus grupos armados e rebelados pelo país: os *partigiani*).

Além da consolidação do regime político em sua forma democrática, é importante notar que a retomada econômica da Itália se deu pela via do liberalismo econômico (através dos investimentos do Plano Marshall). Desse modo, sendo o PCI uma forma antagônica ao modelo de país que se desenvolvia, seu espaço na sociedade política nacional se deteriorou, do

10 A *svolta di Salerno* ficou conhecida na história do PCI como o momento decisivo da política dos comunistas italianos no fim da guerra, ao concordarem com a pacificação de um país a beira do caos (PCI, 1981).

mesmo modo como sua força na sociedade civil havia sido transformada por conta da pacificação.

O PCI, portanto, nos anos 1950 e 1960, sofreu uma primeira derrota, a qual caracterizamos como *prática*, no sentido de que teve suas forças diminuídas de maneira significativa, passado a ser um partido com atuação minoritária após um processo de lutas de grande intensidade em todas as esferas sociais. Também se justifica a derrota do PCI pela sua adoção de uma *via ao socialismo* muito particular ao país, o que rendeu um relativo isolamento da organização em nível nacional e internacional, bem como na esfera da sociedade política se viu substituído no poder por forças democráticas que agiam dentro das estruturas capitalistas: a *Democrazia Cristiana* e o PSI (PCI, 1981; LIGUORI, 2009).

Com a intensificação do processo de integração dos países num espaço comum europeu e, ao mesmo tempo, com as investidas da União Soviética em países do chamado Leste europeu, o PCI passou não somente a se diferenciar das políticas comunistas em nível internacional, como também a combater o modelo soviético. Ainda no sentido da política internacional, a integração europeia foi tomada como efetivação prática do desenvolvimento democrático, em contrapartida ao modelo soviético. Assim, o partido lançou sua *política da alternativa democrática*, a qual lhe permitia a realização de alianças políticas com outras forças democráticas em atuação na sociedade política italiana, como os católicos e os socialistas num segundo momento, em busca de maiores liberdades democráticas.

Ainda que tendo sucumbido à derrota prática, o PCI continuava a ser um partido de massas na Itália, por isso também se justifica sua intensa e importante presença na cena política pós-Guerra. Contudo, era um partido que não tinha condições de obter maioria parlamentar através das ações eleitorais, ainda que essas fossem parte da guerra de posição travada pelo partido. O PCI adotou então a estratégia do *compromesso storico*, um meio de participar como um organismo das classes subalternas no jogo da democracia institucional italiana (PCI, 1981). Vale notar que a política do compromisso histórico ocorreu num momento em que o país passava por sérias dificuldades econômicas, e o PCI se comprometeu a ser uma força progressista.

De tal modo foi a participação dos comunistas italianos no contexto político institucional que, após o *compromesso*, a continuidade estratégica em transformação deu vida à política da *democracia progressiva*. Expressões da política democrática progressiva como *via italiana ao socialismo*, foi a formulação da política *eurocomunista*.

O *eurocomunismo* não se deve somente ao PCI, pois foi formulado conjuntamente com outros partidos comunistas europeus no contexto da integração europeia.

È in questo quadro che l'Europa occidentale può e deve garantire, in forme nuove, il proprio sviluppo economico e ciò richiede la costruzione di nuovi rapporti sia con gli Stati Uniti, sia con l'Urss, e i paesi socialisti, sia con i paesi in via di sviluppo. Decisivo può dunque essere il ruolo mondiale di un'Europa occidentale democratica, indipendente e pacifica, che non sia né antisovietica né antiamericana ma si proponga al contrario di stabilire rapporti di amicizia e di collaborazione con questi e con tutti gli altri paesi. (BERLINGUER, 2013, p. 74)¹¹

Dentro do PCI se aprofundou a compreensão sobre o nexos entre democracia e socialismo, como o socialismo sendo a expressão de uma democracia avançada que, na prática política, passou a significar um maior respeito pelas regras constitucionais democráticas, isto é, por uma atuação dentro da legalidade, não combativa. Ao mesmo tempo, como indicava Gramsci, é preciso notar na análise de um partido quais são suas bases, quais são os aspectos conjunturais que regem a ação do partido. Vale também recordar que, para Gramsci, o moderno príncipe é um organismo vivo, no qual seus intelectuais se formam dentro do partido e atuam num sentido progressivo. Contudo, dentro do PCI as divisões internas cresciam.

A política de alianças desenhada ao longo de anos e posta em prática na realidade italiana e europeia não portou o PCI a ocupar uma posição favorável na guerra de posições, ao contrário, sua posição continuou a ser defensiva e dependente da política das forças dominantes do país. De tal modo fracassou a política de alianças, o que foi possível através de mudanças de concepções profundas sobre o sentido italiano para o socialismo, que designamos esse momento como uma *derrota ideológica*, na qual o partido não tinha condições de reverter o isolamento político ao passo que havia transformado sua estratégia.

Os anos que se seguiram foram intensos na vida do PCI. A ideia de um partido mediando as relações na sociedade civil e constituindo seus quadros para a criação do novo parecia ter cedido espaço a um partido diverso. A pequena política, de fato, passou a ser preponderante não apenas na vida do PCI, mas o sistema político italiano se mostrou consagrado ao terreno da intriga, do parlamentarismo em si. Como

11 “É nesse sentido que a Europa ocidental pode e deve garantir, em formas novas, o próprio desenvolvimento econômico e isso requer a construção de novas relações seja com os Estados Unidos, seja com a União Soviética, e os países socialistas, seja com os países em desenvolvimento. Decisivo pode ser, portanto, o papel mundial de uma Europa ocidental democrática, independente e pacífica, que e não seja nem antissoviética e nem antiamericana, mas se proponha, ao contrário, estabelecer relações de amizade e de colaboração com estes e com todos os outros países” (tradução livre nossa).

observado por Peter Thomas (2009), a guerra de posição não deveria ser uma estratégia programática, mas sim uma política efetiva num determinado momento e com objetivos maiores. Contudo, o espaço da esquerda comunista reunida no PCI se reduziu e com isso também se reduziram seus objetivos.

As mudanças no mundo do trabalho indicavam a necessidade de novas táticas para a estratégia da revolução socialista, ou ainda, a aceitação da derrota da luta comunista. O PCI viveu uma década marcante. Buscou a aproximação com movimentos externos na comunidade europeia, mudou de direção diversas vezes (sem que isso significasse a inclusão de intelectuais orgânicos preocupados com a estratégia da transformação radical a partir de uma vontade coletiva), mudou de objetivos mais ainda. (AGOSTI, 1999).

Interessante é notar, porém, que o funcionamento do partido voltado para a via parlamentar não foi um aspecto de derrota, desde o ponto de vista eleitoral, pois o PCI conseguiu diversas vezes ascender aos governos e tinha representação no Parlamento Europeu (MAIA, 2017; PCI, 1981).

Estava em curso a *crise do movimento comunista*¹². Não era uma crise restrita, circundante apenas às forças comunistas. Era uma crise que perpassava pelas diversas organizações das classes subalternas, que expressava décadas de abstenção às lutas em benefício da estabilidade democrática. Os estados operários degenerados da União Soviética caíram, a burocracia soviética prosseguiu em diversos governos de modo negociado e reciclado, mas na Itália os comunistas operaram um salto qualitativo mesmo sem chegar perto da possibilidade de transformação do país sob a direção das classes trabalhadoras. A guerra de posição empregada pelos comunistas desde Yalta e Potsdam havia chegado ao fim, com a crise dos comunistas.

As transformações da época da globalização foram vistas como a oportunidade para que, em conformidade com a crise mundial, a forma e o conteúdo comunista do PCI fossem sepultados e uma nova configuração partidária pudesse nascer. A partir das decisões do Tratado de Maastricht, que deram vida efetiva à hoje conhecida União Europeia, o PCI assumiu inteiramente a forma democrática liberal burguesa como seu programa (PAPA, 2006; AGOSTI, 1999; LIGUORI, 2009).

Muitos dos militantes comunistas não aceitaram, prosseguiram de outro modo a luta italiana pelo socialismo, uma luta que no espaço da UE não há possibilidade de ser unicamente nacional.

12 Como discutiu Perry Anderson em *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Menos de 24 horas depois da queda do Muro de Berlim, [Occhetto] aproveitou o momento de emoção para anunciar num discurso em Bolognina que pretendia mudar o nome do partido. (...) Fora de seu círculo mais próximo, a súbita iniciativa de Occhetto pegou todos de surpresa, até mesmo na liderança do PCI. (ANDERSON, 1996, p. 94)

A morte do PCI e o nascimento do *Partito Democratico di Sinistra*, no começo dos anos 1990, demonstrou o florescer de algo que já existia dentro do PCI. Foi o resultado de décadas de atuação em torno de estratégia de alianças democráticas e revisões ideológicas. A derrota, por fim, foi *política*. A esquerda comunista que continuou a história dos comunistas na Itália não tinha a mesma força e nem a mesma estrutura do PCI.

O PCP

O segundo exemplo que buscaremos fornecer vem do Partido Comunista Português, o PCP. Um partido de grande relevância em seu país, desde os anos de luta contra a ditadura, como também um partido fundamental na Revolução de 1974, e continua sendo uma importante organização dos grupos subalternos até hoje.

Com a estratégia da *revolução democrática nacional* o PCP emergiu como uma importante força política das classes trabalhadoras portuguesas na *Revolução dos Cravos*. Revolução que contou também com o Movimento dos Capitães e o Movimento das Forças Armadas sendo um dos grupos dirigentes, num país com uma trágica situação internacional na qual o ultracolonialismo ainda existia sob o último dos governos fascistas (ANDERSON, 1996).

A revolução portuguesa abriu o espaço para uma profunda transformação democrática do país. Necessária. Se tratava de pôr fim a última ditadura fascista, e também transformar as bases econômicas e moral do país. A transformação radical ocorreu. Ainda hoje podem ser vistos os resultados desta revolução.

A liquidação dos monopólios com as nacionalizações e a liquidação dos latifúndios com a reforma agrária, não só constituíram reformas econômicas e sociais de alcance histórico como constituíram medidas indispensáveis da defesa das liberdades e da democracia política. (CUNHAL, 2013, p. 43)

Da revolução emergiu o regime democrático acompanhado de uma profunda reforma política e econômica. O ânimo dos grupos subalternos se transformou junto com a revolução e dela foram o motor. Os próprios grupos subalternos impeliram suas lideranças a realizarem mais reformas sociais. De fato, a revolução democrática era aspecto essencial da estratégia dos comunistas portugueses, e a revolução colocou o partido à

frente do processo – uma vitória programática fundamental para os grupos subalternos e uma lição para a esquerda em geral nos anos 1970.

Concluída a derrubada do poder ditatorial e introduzida a democracia, a primeira conquista estratégica do PCP havia sido cumprida. Com conflitos se passou ao momento da institucionalidade democrática, no qual as eleições, a promulgação da constituição e a normalidade foram demandas das direções das organizações políticas. Passou-se do processo revolucionário à implementação do processo democrático.

Diversas eram as organizações envolvidas na formulação de uma nova concepção e estado na sociedade política, como o PCP, o Movimento das Forças Armadas, o Partido Socialista, o Partido Social Democrata. O respeito à ordem internacional que vinha desde Yalta também foi mantido e garantido com apoio dos comunistas portugueses.

Dentro da lógica da sua estratégia de “revolução democrática-nacional”, (...), não cabia qualquer processo de transformação global da sociedade, no sentido da abolição das relações capitalistas de produção, que subjazem ao estado capitalista. Mas tampouco excluía a luta pela melhor relação de forças possível, alicerçando-se em instrumentos de poder de forma a consolidar posições. (LOUÇÃ, 1985, p. 161)

Ainda contando com uma organicidade de grande relevância, o PCP, semelhante ao PCI, participou da construção de uma ordem estável, guiada pela constituição e, a exemplo da *svolta* italiana, com a pacificação das massas (inclusive pela força) (VARELA, 2011).

Meses de tentativas de apaziguamento da revolução se concluíram com a desintegração dos governos provisórios. Uma nova correlação de forças pesou a favor de novas organizações, especialmente a favor dos socialistas. Nesse momento, o PCP perdeu espaço, não se tornou uma força dominante e não podendo exercer uma hegemonia em amplos setores sociais a partir do estado. Dentro das regras do sistema democrático, o PSI se tornou uma força dominante.

Consequentemente, e com o esgotamento da revolução, o PCP sofreu a primeira derrota *prática*, se tornando uma força secundária nos governos nacionais, inviabilizando a continuidade de sua estratégia da revolução democrática como etapa ao socialismo e presenciando as forças adversárias assumirem os governos.

A mudança conjuntural fragilizou também a relação entre o PCP enquanto organização dos grupos subalternos e suas bases, as quais por anos atuaram de maneira clandestina e agora se encontravam diante de uma nova realidade. A pequena política ganhou espaço numa sociedade civil moralizada pelas conquistas de uma revolução, mas com direções políticas que não eram expressões da vontade coletiva. Através do sistema eleitoral novos governos se constituíram como continuidade da revolução

na teoria, e como contrarrevolucionários na prática: se no processo revolucionário ocorreram nacionalizações, no período da estabilidade institucional ocorreram as privatizações (VARELA, 2011).

A integração europeia, em curso, voltou olhos para Portugal. Ainda que distante dos padrões econômicos europeus, o país contava com uma localização geoestratégica de grande importância para o continente europeu, contava com uma sociedade capaz de ser integrada às estruturas do mercado comum, e assim, com o Partido Socialista sendo uma das forças à frente, se iniciou o processo de integração de Portugal ao mercado comum (PAPA, 2006).

Mantendo-se com a mesma visão estratégica, ainda que numa nova conjuntura, o PCP refutou a integração europeia como uma possibilidade de continuidade da democratização do país (PCP, 1988). Contudo, sua atuação política se dava desde a posição minoritária e defensiva, buscando assegurar que conquistas da revolução não fossem revertidas – não tendo uma posição favorável na correlação de forças nacionais para lutar por mais conquistas revolucionárias.

A liberalização econômica ocorreu, poucos anos após a estabilidade democrática. Retorno do capital financeiro que havia sido expropriado, privatizações e um maior isolamento das forças representantes dos grupos subalternos caracterizavam o momento português nos anos 1980. Embora cada vez mais próximos da realidade europeia, o PCP recusava a opção italiana *eurocomunista* como uma saída prática e ideológica (CUNHAL, 1994).

Na estratégia dos comunistas o socialismo ainda era o objetivo a ser atingido. Mas a realidade que se construía indicava o inserimento de Portugal de modo subalterno dentro das estruturas do mercado comum. A forma do estado português era a democrática, mas com uma base material e econômica liberal (MAIA, 2017). A concepção do PCP se baseava na necessidade de continuar a defender a revolução, tendo como fundamento programático para suas táticas e estratégia o *marxismo leninismo* (PCP, 1988).

Nota-se que as direções políticas do partido basicamente possuem uma longa continuidade nos anos que seguiram à revolução. A nova realidade ainda era interpretada pelo PCP segundo um programa formulado antes da revolução (VARELA, 2011; MAIA, 2017; CUNHAL, 1994). As concepções programáticas do partido podem ser vistas em suas máximas extraídas dos congressos partidários. Em 1979, se passou da ideia de “com a democracia, pelo socialismo” para “com Portugal, ela democracia”, mais tarde a novidade foi “Portugal, uma democracia avançada no limiar do século XXI” (PCP, 1988).

Ainda que buscando uma adequação interpretativa da realidade de precarização do trabalho e feroz competição internacional, o terreno da democracia liberal inviabilizou a continuidade da estratégia socialista portuguesa. Soma-se o fato de que a própria imagem comunista sofria ataques naquele momento, no qual a União Soviética apresentava suas transformações estruturais rumo à liberalização dos mercados num contexto de fragmentação social.

Ao se encontrar impossibilitado de ser uma oposição ofensiva e de sair do isolamento, o PCP realizou mudanças programáticas que não tiveram efetividade. A integração portuguesa ao mercado europeu ocorreu em 1986, bem como o PCP não conseguiu mais ser uma expressão da vontade coletiva portuguesa. A partir desse contexto, caracterizamos o momento como o de uma segunda derrota, *ideológica*, fundada na incapacidade de implementação do novo, na impossibilidade de reverter a marginalização e o isolamento, somado ao fato do partido ter operado transformações programáticas significativas, sem êxito no desenvolvimento da guerra de posições que o partido ainda travava.

Integrado ao contexto internacional, o PCP formulou sua performance nos espaços da União Europeia através da participação crítica. O contexto eleitoral se tornou a regra do jogo político. Contudo, o PCP não se desintegrou, aliás continua a ter participação na cena política portuguesa, tanto nos espaços da pequena como da grande política, ainda que de forma minoritária em ambas. Mesmo sendo uma organização subalterna com um programa baseado, por décadas, na revolução em etapas, o PCP manteve em seu programa o socialismo como um objetivo estratégico. Consideramos, portanto, que o partido não sofreu uma derrota política.

Considerações finais

A conceituação gramsciana sobre o partido político nos oferece ferramentas para a compreensão de processos históricos que são significativos para os estudos sobre a esquerda em geral, em especial sobre a atuação das organizações das classes subalternas.

Este artigo buscou oferecer alguns elementos teóricos a respeito de uma concepção sobre o partido político no pensamento de Antonio Gramsci, desde sua fundamentação como expressão da vontade coletiva, sua necessária organicidade e contínua formação de quadros intelectuais, bem como sua atividade no contexto da guerra de posições.

Além disso, a experiência nas obras de Gramsci oferece uma caracterização sobre as derrotas que podem acometer as organizações das classes subalternas. As derrotas prática, ideológica e a política.

De fato, as derrotas não correspondem a um único momento da atuação partidária, não se localizam em uma única ação desempenhada no contexto da guerra de movimentos ou da pequena política. Buscamos indicar, através de dois exemplos particulares, como podem ser interpretadas as performances de organizações das classes subalternas em realidades distintas, mas com similitudes, visto que, como salientou Gramsci, a crise orgânica de representatividade possui suas particularidades, mas em geral são consequências das tomadas de decisões pelos grupos dirigentes (GRAMSCI, 2014, p. 1.603).

Chama a atenção a importância da formulação gramsciana a respeito dos riscos que seu próprio partido sofria diante da crise política italiana que produziu o fascismo. Transformado ao longo do século XX, o PCI continuou a existir como um partido de orientação comunista por décadas, sendo o maior dos partidos comunistas do ocidente, porém, não evitando as sucessivas derrotas em diversos âmbitos, como no prático, no ideológico e no político. Diferente foi o PCP, que ainda existe, mas que em parte também sucumbiu às crises que assolaram diversas organizações da esquerda no momento final do breve século XX.

Certamente consideramos as diversas experiências revolucionárias vividas como lições para as gerações que se sucederam e como sendo particulares em seu íntimo. A formulação do novo ainda permanece e, segundo indicação gramsciana, o novo perpassa pela formulação do moderno Príncipe.

Referências bibliográficas

- AGOSTI, A. *Storia del PCI*. Roma: Editori Laterza, 1999.
- ANDERSON, P. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BERLINGUER, E. *La passione non è finita*. Editori Einaudi: Torino, 2013.
- CUNHAL, A. *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*. Lisboa: Edições Avante!, 1994.
- _____. *O partido com paredes de vidro*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. A cura de Valentino Gerratana. Torino: Einaudi Editore, 2014.
- _____. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. 2. ed. Trad. Paulo Meneses. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1992.
- LIGUORI, G. *La morte del PCI*. Roma: Manifestolibri, 2009.

LOUÇÃ, F. A vertigem insurrecional: teoria e política do PCP na viragem de agosto de 1975. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 15/16/17, 1985.

MAIA, R. I. F. *A União Europeia e os comunistas: políticas do PCI e do PCP*. Saarbrücken: Omniscryptum, 2017.

MARX, K., ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PAPA, E. *Storia dell'Unificazione Europea*. Milano: Bompiani, 2006.

PCI. *Le grandi scelte del PCI: sessanta anni nella storia*. Roma: Fratelli Spada, 1981.

PCP. *Proposta de Programa do Comitê Central para o XII Congresso do PCP*. Portugal: Uma democracia Avançada no Limiar do Século XXI. Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril, 1988.

THOMAS, P. *The Gramscian moment*. Boston: Brill Editors, 2009.

VARELA, R. *A história do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.

Como citar:

MAIA, Rodrigo Francisco. [Re]pensar as derrotas no partido político: instrumentos gramscianos para uma análise. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 111-130, nov. 2019.

Data de envio: 22 jun. 2017
Data de aceite: 18 maio 2018

As vias prussiana e colonial de objetivação do capitalismo e suas expressões teóricas conservadoras: o fascismo e o integralismo¹

J. Chasin²

Resumo:

Partindo de autores clássicos como Marx, Engels, Lênin e Lukács, entre outros, faz-se um retrospecto histórico do processo particular de objetivação do capitalismo – a via prussiana – em países como Alemanha e Itália. Em seguida, contrapõe-se-lhes a forma como o Brasil entificou o capitalismo industrial, a via colonial. *Pari passu*, é feita a análise dos principais caracteres das ideologias conservadoras típicas dos processos tardio e híper-tardio de constituição do capitalismo, o fascismo e o integralismo, salientando-se suas diferenças, determinadas pelo chão histórico distinto que as gestou.

Palavras-chave: Via prussiana; via colonial; determinação social do pensamento; fascismo; integralismo.

Prussian and colonial ways of construction capitalism and its conservative theoretical expressions: Fascism and Integralism

Abstract:

Starting from classical authors such as Marx, Engels, Lenin and Lukacs, among others, this article offers a historical retrospective of the particular construction process of capitalism - Prussian path – in countries such as Germany and Italy. Next, these examples are opposed to the way Brazil entified industrial capitalism, the colonial path. *Pari passu*, the article analyzes the main characters of the conservative ideologies typical of the late and hyper-late processes of capitalism's constitution, fascism and integralism, highlighting their differences, determined by the distinct historical ground that gave birth to them.

Key words: Prussian way; colonial path; social determination of thought; Fascism; Integralism.

¹ Excerto do livro *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. 2. ed. Santo André: Ad Hominem/UNA, 1999, pp. 567-96. Revisão ortográfico-gramatical de Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² *In memoriam*. Doutor, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O problema das formas atípicas ou, melhor dizendo, particulares de formação do modo de produção capitalista interessa-nos, no âmbito desse trabalho, especialmente por duas razões: a primeira liga-se à questão do fascismo, a segunda à questão do integralismo.

Figure, apenas como preambulação de ordem geral, uma pequena passagem de Marx, extraída de sua *Crítica do Programa de Gotha*:

A “sociedade atual” é a sociedade capitalista que existe em todos os países civilizados, *mais ou menos* expurgada de elementos medievais, *mais ou menos* modificada pela evolução histórica particular de cada país, *mais ou menos* desenvolvida. O “estado atual”, pelo contrário, muda com a fronteira. É diferente no Império prussiano-alemão e na Suíça, na Inglaterra e nos Estados Unidos. O “estado atual” é pois uma ficção. No entanto, os diversos estados dos diversos países civilizados, não obstante a múltipla diversidade das suas formas, têm todos em comum o fato de que assentam no terreno da sociedade burguesa moderna, *mais ou menos* desenvolvida do ponto de vista capitalista. É o que faz que certos caracteres essenciais lhes sejam comuns. Neste sentido, pode falar-se do “estado atual” tomado como expressão genérica, por contraste com o futuro em que a sociedade burguesa, que no presente lhe serve de raiz, terá deixado de existir. (MARX, 1971, pp. 29-30, os grifos são nossos)

Basta isto para que fique ressaltado, o que aliás é explícito, que a "sociedade é a raiz do estado". Numa outra passagem, poucas linhas acima, o mesmo já havia sido afirmado expressamente, exigindo Marx que se tratasse "a sociedade presente (e isto é válido para qualquer sociedade futura) como o *fundamento* do estado presente (ou futuro, para a sociedade futura)", e isto para condenar cabalmente o tratamento que considera "o estado uma realidade independente, que possui os seus próprios 'fundamentos intelectuais, morais e livres'" (MARX, 1971, p. 29). De modo que estamos, aqui, completamente afastados de uma concepção em que a determinação em *última instância* do estado pelo econômico seja uma forma de pensar a relação como uma sorte de distanciamento e afrouxamento da determinação econômica. Ao contrário, *última instância* significa determinação essencial, raiz para além da qual nada há a buscar, determinação precisamente porque ela é a radicalidade das coisas e sua gênese.

Que medeie aí uma rica gama de mediações e a determinação fundamental não seja entendida mecanicamente também é uma clara evidência. Tanto que há uma *anatomia* universalmente válida para a sociedade civil, enquanto que para o *estado atual* não resta mais do que uma *expressão genérica*, súpula apenas de *certos caracteres essenciais*, estes devidos também, sem escape, diretamente ao fato de que as diversas formas de estado assentam todas no *terreno da sociedade burguesa*. E,

para anotar que as diferenciações possíveis sobre a mesma *anatomia* são dadas como enormes, basta reproduzir o contraste estabelecido por Marx entre a "república democrática", que implica o "reconhecimento do que se chama a soberania do povo" e que já vigora na Suíça, nos Estados Unidos etc., e que "não existe de modo algum no interior das fronteiras do Império alemão", e o estado prussiano, "que não passa de um despotismo militar, com uma armadura burocrática e blindagem policial, adornado de formas parlamentares, com misturas de elementos feudais e de influências burguesas" (MARX, 1971, pp. 30-1). Mas, grife-se com toda força, não se trata de qualquer combinatória de ordem aleatória.

Tais determinações ficam ainda mais adensadas quando atentamos que, no fragmento da *Crítica* inicialmente citado, há algo mais, um outro aspecto que nos interessa muito de perto: a *sociedade* pode se apresentar *mais ou menos* desenvolvida do ponto de vista capitalista, *mais ou menos* expurgada de elementos pré-capitalistas, *mais ou menos* modificada pelo processo histórico particular de cada país. De maneira que há *modos e estágios* de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a *anatomia*, mas que a realizam através de concreções específicas.

Tudo considerado, não se está em face do conceito de modo de produção como diante de um quadro sinótico, rígido na sua unidirecionalidade achatada de uma só dimensão, mas diante de uma totalidade *anatomicamente* ordenada e em processo, apta e obrigada a colher o particular concreto.

Posto isto, retomemos a noção de *via prussiana*.

Via prussiana, ou caminho prussiano para o capitalismo, como a denominou Lênin, aponta para um processo particular de constituição do modo de produção capitalista. No dizer de Carlos Nelson Coutinho, trata-se de um *itinerário para o progresso social sempre no quadro de uma conciliação com o atraso*:

Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da "via francesa" ou da "via russa", a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo "pelo alto" que exclui inteiramente a participação popular. (COUTINHO, 1974, p. 23)

Se a denominação é devida a Lênin, a observação da particularidade do *atraso* alemão, sabe-se, é algo bem mais antigo. As menções que fizemos da *Crítica do Programa de Gotha* (1875) a contêm, e basta lembrar da Introdução à *Crítica da Filosofia do direito de Hegel* (1843) para constatar a antiguidade e a permanência da postura. Lê-se expressamente neste último texto: "Porém a Alemanha não escalou simultaneamente com os povos modernos as fases intermediárias da

emancipação política. Não chegou, sequer, praticamente, às-fases que teoricamente superou" (MARX, 1960, p. 11). E ainda mais:

Todavia, se a Alemanha só tem acompanhado com a atividade abstrata o desenvolvimento dos povos modernos, sem chegar a tomar parte ativa nas lutas reais deste desenvolvimento, não é menos certo que, de outra parte, tem compartilhado dos sofrimentos deste desenvolvimento, sem participar de seus gozos, nem de sua parcial satisfação. À atividade abstrata, de um lado, corresponde, de outro, o sofrimento abstrato. E, assim, a Alemanha se encontrará, um bom dia, ao nível da decadência europeia antes de haver chegado jamais ao nível da emancipação europeia. (...) Consideremos, primeiramente, os *governos alemães*, e os veremos impulsionados pelas condições da época, pela situação da Alemanha, pela perspectiva da cultura alemã e, finalmente, por seu próprio instinto certo, a combinar os *defeitos civilizados do mundo dos estados modernos*, cujas vantagens não possuímos, com os *defeitos bárbaros do antigo regime*, dos quais nos podemos jactar à saciedade, de tal modo que a Alemanha, se não por bom senso, pelo menos por falta de senso, tem de participar cada vez mais daquelas formações estatais que ficam para além de seu *status quo*. (...) Assim como no panteão romano se reuniam os *deuses* de todas as nações, no sacro império romano germânico se reúnem os *pecados* de todas as formas de estado. (MARX, 1960, pp. 11-2)

E logo no Prefácio à primeira edição de *O capital*, que temos, cerca de um quarto de século depois, se não a plena confirmação das mesmas determinações?

É muito pior que a da Inglaterra a situação nos lugares da Alemanha onde se implantou a produção capitalista, por exemplo, nas fábricas propriamente ditas, e isto por faltar o contrapeso das leis fabris. Nos demais setores, a Alemanha, como o resto da parte ocidental do continente europeu, é atormentada não apenas pelo desenvolvimento da produção capitalista, mas também pela carência desse desenvolvimento. Além dos males modernos, oprime a nós alemães uma série de males herdados, originários de modos de produção arcaicos, caducos, com seu séquito de relações políticas e sociais contrárias ao espírito do tempo. Somos atormentados pelos vivos e, também, pelos mortos. *Le mort saisit le vif*. (MARX, 1968, p. 5)

Trata-se, enfim, da "miséria alemã", que Lukács, numa de suas muitas retomadas da questão, menciona do seguinte modo:

Engels comparou uma vez a evolução francesa e a alemã desde os princípios da liquidação do feudalismo até a constituição da unidade nacional da democracia burguesa. E chega à conclusão de que em cada época e para cada problema histórico os franceses encontraram uma solução progressista, e os alemães, uma solução reacionária. (LUKÁCS, 1968, p. 54)

E outras coisas mais diz Engels relativas ao caso, por exemplo, em *As guerras camponesas na Alemanha*, das quais vale a pena mencionar especialmente uma, pelo seu caráter de síntese: "A burguesia alemã tem a infelicidade – o que está bem de acordo com o procedimento favorito dos alemães – de chegar sempre tarde demais. Sua prosperidade coincide com um período em que a burguesia dos outros países da Europa ocidental está politicamente em declínio" (ENGELS, 1977, p. 11). É sempre, portanto, o caráter retardatário e conciliador do processo alemão que é ressaltado. Vale, nesse sentido, aduzir a mais um colorido fragmento de Engels:

o estranho destino da Prússia quis que ela atingisse, em fins deste século XIX, sob a forma agradável do bonapartismo, sua revolução burguesa, começada em 1808-1813 e que deu outro passo adiante em 1848. E se tudo for bem, se o mundo permanecer sereno e tranquilo, quando todos nós já formos muito velhos, poderemos talvez ver, em 1900, o governo da Prússia suprimir todas as instituições feudais e a própria Prússia atingir enfim o ponto em que se encontrava a França em 1792.

E, logo a seguir, abandonando a ironia, detalha o

convênio tácito que se encontra à base de todos os debates do *Reichstag* e da Dieta prussiana: de um lado o governo, a passos de tartaruga, reforma as leis no sentido do interesse burguês; afasta os obstáculos ao desenvolvimento industrial, criados pelo feudalismo e o particularismo dos pequenos estados; estabelece a unidade da moeda, dos pesos e medidas; introduz a liberdade profissional e de circulação, pondo à completa e ilimitada disposição do capital a mão de obra da Alemanha; favorece o comércio e a especulação; por outro lado, a burguesia abandona ao governo todo o poder político efetivo; vota os impostos e os empréstimos; cede-lhe soldados e ajuda-o a dar às novas reformas tal aparência legal que o velho poder policial mantém toda sua força ante os indivíduos recalcitrantes; a burguesia compra sua emancipação social gradual ao preço de uma renúncia imediata de seu próprio poder político. Mas – prossegue Engels –, por mais lamentáveis que sejam as manifestações da nossa burguesia no domínio político, é inegável que sob a relação industrial e comercial nada mais faz senão cumprir com seu dever. (...) O que se produziu nesse sentido *depois* de 1869, na região industrial renano-westfaliana, é *verdadeiramente inédito* para a Alemanha e faz *lembrar o surto dos distritos fabris ingleses ao começo do século*. O mesmo acontece no Saxe e na Alta Silésia, em Berlim e Hanover e nas cidades marítimas. Afinal temos um comércio mundial, uma indústria verdadeiramente grande, uma burguesia verdadeiramente moderna. (ENGELS, 1977, pp. 17-8, os grifos são nossos)

Evidentemente que com um retardo de aproximadamente um século com relação aos *casos clássicos*, e sob condições político-sociais totalmente diversas:

A supressão do feudalismo, se queremos ser positivos, significa a instauração do regime burguês. À medida que caem os privilégios aristocráticos, a legislação se torna burguesa. E aqui nos encontramos no próprio âmago das relações da burguesia com o governo. Vemos que o governo foi *constrangido* a introduzir essas reformas lentas e medíocres. Mas à burguesia ele apresentou cada uma dessas pequenas concessões como um sacrifício feito aos burgueses, como uma concessão arrancada à coroa, e a muito custo, concessão em troca da qual os burgueses deviam, por sua vez, ceder um pouco ao governo. (ENGELS, 1977, p. 17)

Em poucas e precisas palavras de Lukács: “A natureza real da Alemanha é a do compromisso surgido com a forma bismarckiana do estado alemão, graças à necessidade do desenvolvimento econômico.” (LUKÁCS, 1969, p. 49)

Mencionemos ainda, nesta rápida pincelada da questão através de textos clássicos, que Lênin, ao tratar do problema da transformação da propriedade agrária, no processo de transição do feudalismo russo para o capitalismo, aponta duas formas possíveis para este desenvolvimento:

Os restos do feudalismo podem desaparecer tanto mediante a transformação das terras dos latifundiários como mediante a destruição dos latifúndios, dos grandes proprietários, quer dizer, por meio da reforma e por meio da revolução. O desenvolvimento burguês pode verificar-se tendo à frente as grandes fazendas latifundiárias, que paulatinamente se tornam cada vez mais burguesas, que paulatinamente substituem os métodos feudais de exploração por métodos burgueses, e pode verificar-se também tendo à frente as pequenas fazendas camponesas, que por via revolucionária extirpam do organismo social a “excrecência” dos latifúndios feudais e se desenvolvem depois livremente pelo caminho das granjas capitalistas. Estes dois caminhos de desenvolvimento burguês, objetivamente possíveis, nós os denominaríamos caminho do tipo prussiano e caminho do tipo norte-americano. No primeiro caso, a fazenda feudal do latifundiário se transforma lentamente em uma fazenda burguesa, *Junker*, condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo e destacando a uma pequena minoria de *Grossbauer* (grandes camponeses). No segundo caso, não existem fazendas de latifundiários ou são expulsas pela revolução, que confisca e fragmenta as propriedades feudais. Neste caso predomina o camponês, que passa a ser agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até converter-se no granjeiro capitalista. No primeiro caso, o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo em sistema

usurário e em exploração capitalista sobre as terras dos latifundiários-feudais-*Jünkers*. No segundo caso, o fundo básico é a transformação do camponês patriarcal em granjeiro burguês. (LÊNIN, 1960, pp. 241-2)

Mais adiante, Lênin explicita outras consequências socioeconômicas de um e de outro caso, evidenciando-se as mesmas características que os textos anteriores nos revelaram:

A primeira implica a manutenção máxima da sujeição e da servidão (transformada ao modo burguês), *o desenvolvimento menos rápido das forças produtivas e um desenvolvimento retardado do capitalismo*; implica calamidades e sofrimentos, exploração e opressão incomparavelmente maiores das grandes massas de camponeses e, por conseguinte, do proletariado. A segunda entranha o mais rápido desenvolvimento das forças produtivas e as melhores condições de existência das massas camponesas (as melhores possíveis sob a produção mercantil). (LÊNIN, 1960, p. 246, o grifo é nosso)

Sinteticamente, a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatária, tendo por eixo a conciliação entre o *novo* emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de forma difundida abrange, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação "pelo alto" o universo político e social contrasta com os casos *clássicos*, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se "reúnem os *pecados* de todas as formas de estado".

Marx, Engels e Lênin tiveram possibilidade de acompanhar, por quase um século, o caso alemão no seu evoluir marcado pelo caminho prussiano. Mas apenas Lukács pôde assistir, já instrumentado na mesma perspectiva conceitual daqueles, o inteiro desdobramento do processo alemão já no período das guerras imperialistas. E é inegável que tenha sido o filósofo húngaro, desde os anos [19]20, o investigador que mais continuada, profunda e sistematicamente tenha se ocupado, neste século, da particularidade do caminho prussiano, especialmente de suas determinações no terreno do pensamento e da literatura. E não é exagero dizer que não poucas de suas brilhantes determinações são produto deste esforço, exercitado por décadas a partir especialmente das precisas considerações de Marx, às quais Lukács deu desdobramento, e às quais agregou o produto de suas próprias análises concretas, mantendo, assim,

no nível devido o estudo da séria questão da determinação social do pensamento.

No Brasil, só em anos muito recentes, o problema da *via prussiana* mal que aflorou, e alguns raríssimos pesquisadores voltaram sua atenção para ela, em busca de referencial para efeito da análise do caso brasileiro. Neste diapasão, Carlos Nelson Coutinho, assumindo explicitamente a trilha teórico-metodológica lukacsiana, tem-se destacado como pioneiro fértil e bem-sucedido, com especial dedicação no campo da análise literária³.

Dizíamos nós, páginas atrás, ao aludir à particularidade da formação do modo de produção capitalista no Brasil, que a chamávamos – provisoriamente – de *via prussiana*.

De fato, com isso indicávamos, desde logo, que entendíamos o caso brasileiro, sob certos aspectos importantes, conceitualmente determinável de forma *próxima* ou *assemelhável* àquela pela qual o fora o caso alemão, mas *de maneira alguma de forma idêntica*. Outra, aliás, não tem sido, no essencial, a maneira de pensar dos que, como C. N. Coutinho, estão convencidos da real efetividade de tomar o *caminho prussiano* como fonte apropriada de sugestões, como referencial exemplar e, mais do que tudo, como um caminho histórico concreto que produziu certas especificidades que, em contraste, por exemplo, com os casos francês e norte-americano, muito se aproximam de algumas das que foram geradas no caso brasileiro. Em outros termos, o *caminho prussiano não é tomado como modelo*, como contorno formal aplicável a ocorrências *empíricas*.

É precisamente enquanto *modo particular de se constituir e ser capitalismo* que o caminho prussiano tem para nós importância teórica básica. Enquanto tal, aos diversos níveis de concreção em que é apreensível, permite, como qualquer objeto, destilar certos caracteres mais ou menos gerais que importa considerar para *orientar* a apreensão do caso brasileiro.

Assim, de início, importa-nos como *particular contrastante aos casos clássicos*; clássicos, acima de tudo, porque mais *coerentes, mais congruentes ou consentâneos*, no nível de sua própria totalidade, enquanto totalidade capitalista, na qual as diversas *partes* fundamentais

³ Obrigatório é também registrar que Luiz Werneck Vianna procurou, em seu recente *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Ed. Paz e Terra, 1976), valer-se também do conceito de caminho prussiano. Tendo o sindicalismo por objeto de análise, W. Vianna inegavelmente produziu uma importante contribuição para a compreensão do problema no Brasil, contribuição que em muito contrasta, em sua condição de superioridade, com a bibliografia anteriormente produzida a respeito. E isto apesar de seu emprego *prussiano* do conceito de *via prussiana*, isto é, conciliado, de uma parte, a todo um quadro de ressonâncias althusserianas, que rende *curiosas* tramas analíticas, e de outra com uma desnecessária e *taticista* somatória de conceitos dissonantes e residuais, que em nada auxiliam na sustentação das muitas e vigorosas teses apresentadas ao longo da obra.

imbricam entre si e em relação ao todo de forma mais amplamente orgânica, de maneira que o real se mostra como *racional*, no nível da máxima racionalidade historicamente possível. *Particular contrastante* do qual se avizinha o caso brasileiro, também diverso dos *casos clássicos*.

Nessa linha de raciocínio, a conexão que se está indicando situa-se no plano de certas determinações gerais, de algumas abstrações operadas em relação ao concreto da particularidade do caminho prussiano. Assim, irrecusavelmente, tanto no Brasil quanto na Alemanha a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o reformismo pelo "alto" caracterizou os processos de *modernização* de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de *alterações* mais harmônicas entre as distintas *partes* do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progressão da indústria, isto é, do "verdadeiro capitalismo", do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas. Em síntese, num e noutro casos, verifica-se, para usar novamente uma fórmula muito feliz, nesta sumaríssima indicação do problema, que o *novo* paga alto tributo ao *velho*.

Todavia, se tais características, abstratamente tomadas, são comuns a ambos os casos, e delas se pode dizer, na linha da lógica de Marx, que enquanto generalidades são generalidades razoáveis, na medida em que efetivamente sublinham e precisam traços comuns, há, no entanto, que atentar, prosseguindo na mesma diretriz, que "Esse caráter geral, contudo, ou este elemento comum, que se destaca através de comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes" (MARX, 1974, p. 110). O que significa, portanto, em termos rápidos, para o caso específico de que tratamos, que o *caminho prussiano*, na totalidade concreta do processo real alemão, põe-se de modo distinto daquele em que se põe na totalidade concreta do processo real brasileiro. O que nos faz lembrar que "se o concreto é tomado como síntese de várias determinações, esta síntese (*Zusammenhang*), que sumariza, põe junto, se faz por uma lógica que não se reduz à mera justaposição dos predicados", e recordar, uma vez mais, que o decisivo não é tanto o que um nome possa designar, "mas *como* o objeto nomeado se objetiva, se individualiza, enquanto entidade social" (GIANNOTTI, 1976, p. 163).

De sorte que estamos diante de singularidades distintas acolhíveis, do ponto de vista de certos aspectos abstratamente tomados, sob um mesmo particular, que antes os *separa dos casos clássicos* do que os identifica entre si. Todavia, se isto é pouco, não é nada desprezível, quando

mais não fosse porque obriga a pensar no *como* se objetivam os predicados de e em cada uma das singularidades.

Desse modo, se aos dois *casos* convém o predicado abstrato de que neles a grande propriedade rural é presença decisiva, somente principiamos verdadeiramente a concreção ao atentar *como* ela se objetiva em cada uma das entidades sociais, isto é, no momento em que se determina que, no caso alemão, se está indicando uma grande propriedade rural proveniente da característica propriedade feudal posta no quadro europeu, enquanto no Brasil se aponta para um latifúndio procedente de outra gênese histórica, posto, desde suas formas originárias, no universo da economia mercantil pela empresa colonial.

Do mesmo modo quanto à expansão das forças produtivas. Em ambos os casos o desenvolvimento é lento e retardatário em relação aos *casos clássicos*. Mas, enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto de a Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o "*verdadeiro capitalismo*" alemão é *tardio*, enquanto o *brasileiro* é *híper-tardio*.

A exemplificação da diferenciação poderia prosseguir, contudo, é, aqui, desnecessária. Fácil é a percepção das distinções, nas expressões concretas que assumem em cada caso, cada uma das características abstratas que arrolamos como comuns aos dois. Observação que nos conduz, portanto, à constatação não mais apenas de *uma única* forma particular de constituição *não-clássica* do capitalismo, mas a mais de uma. No caso concreto, cremos que se está perfeitamente autorizado a identificar duas, de tal sorte que temos, acolhíveis sob o *universal das formas não-clássicas* de constituição do capitalismo, a forma particular do *caminho prussiano*, e *um outro particular*, próprio aos países ou pelo menos a alguns países (questão a ser concretamente verificada) de extração colonial. De maneira que ficam distinguidos, neste *universal das formas não-clássicas*, das formas que, no seu caminho lento e irregular para o progresso social, pagam alto tributo ao atraso, *dois particulares* que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um *velho* que não é nem se põe como o mesmo.

Conclusivamente: de um lado, pois, firmemente estabelecido, temos o *caminho prussiano*; a seu lado, sem que confirmamos demasiada importância aos nomes, fique, sem pretensões, a sugestão designativa de *via ou caminho colonial*. Expressão conveniente que tem, parece-nos, a

propriedade de combinar a dimensão histórico-genética com a legalidade dialética⁴.

Dissemos, páginas atrás, ao início deste segmento, que as formas particulares de constituição do modo de produção capitalista interessavam-nos, na esfera deste estudo, especialmente pelas questões do fascismo e do integralismo. De fato, pois a Alemanha (e não só ela), enquanto resultante do *caminho prussiano*, e o Brasil, enquanto produto também do "caminho prussiano" (com aspas) ou, se nos for permitido, da *via colonial*, é que vivem as décadas dramáticas das guerras imperialistas; época do surgimento e vigência tanto do fascismo como do integralismo.

Toda reflexão, aqui, precisamente porque o problema é devidamente considerar as formas particulares de objetivação do capitalismo, tem necessariamente que levar em decisiva linha de conta que "o capital industrial é a forma fundamental do regime capitalista, sob a qual este impera sobre a sociedade burguesa" (MARX, 1945, p. 389). Isto é, entender que os *caminhos particulares* são caminhos diversos para o "verdadeiro capitalismo", e que este é posto pela forma do capital industrial.

Consideradas em função dela, todas as demais formas aparecem como formas simplesmente derivadas ou secundárias – formas derivadas, como a do capital usurário, e ademais secundárias, visto que correspondem a um capital invertido em uma função específica que cai dentro de seu processo de circulação–; por isso, à medida que vai evoluindo, o capital industrial tem de principiar por impor-se àquelas duas formas (comercial e usurária) e convertê-las em formas derivadas, submetidas a ele. O capital industrial se encontra com estas outras formas tradicionais no momento em que nasce e se instaura; são condições prévias a ele, não condições que ele mesmo implante como formas de seu próprio processo de vida. (...) Quando a produção capitalista se desenvolve plenamente e passa a ser o regime fundamental de produção, o capital usurário se submete ao capital industrial e o capital comercial se converte em uma modalidade deste, em uma forma derivada do processo de circulação. Para tanto, ambos têm de se render e sujeitar previamente ao capital industrial. (MARX, 1945, p. 389)

Razão pela qual Marx, na *Crítica do Programa de Gotha*, lembrando o *Manifesto* de 48, afirma: "A burguesia é considerada aqui uma classe revolucionária – enquanto agente da grande indústria – em relação aos feudais e às classes médias decididos a manter todas as suas posições sociais, que são produtos de modos de produção caducos."

⁴ Não subentendemos qualquer relação de afinidade entre *via* ou *caminho colonial* e expressões semelhantes. Ao contrário, pensamos-la exclusivamente enquanto particularidade, portanto como mediação necessária e objetiva entre a universalidade do capitalismo e determinadas singularidades; longe, conseqüentemente, da "criação" de novos universais, tal como se dá quando a *colonial* se antepõe *modo de produção*.

(MARX, 1971, p. 23) Também não é por outro motivo que H. Lefebvre assegura que "A industrialização caracteriza a sociedade moderna". Ainda mais: "sem possibilidade de contestação, o processo de industrialização é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade". Consequentemente temos nada mais, nada menos de que "A industrialização fornece o ponto de partida da reflexão sobre nossa época" (LEFEBVRE, 1969, pp. 9-10).

Ora, como vimos, as formas particulares *não-clássicas* de objetivação do capitalismo revelam-se, em ponto essencial, precisamente em relação ao processo de industrialização. De maneira que, em suma, e de resto para efeito dos nossos propósitos analíticos, há que atentar para o modo pelo qual se pôs a industrialização nos *casos* que nos tangem de imediato.

Façamo-lo, então; contudo, de maneira muito sumária, pois outro não poderia ser o tratamento, aqui, neste nosso anexo esquemático de uma questão tão complexa.

Basta certa indicação de P. Singer, muito feliz em sua expressão sintética, para demarcar suficientemente o quadro de *industrialização retardatária* que desejamos fortemente acentuar; para tanto, simplesmente transcrevemos, chamando especial atenção para as épocas assinaladas: "entre 1868 e 1870, dá-se a unificação da Itália e da Alemanha, o que cria condições propícias à rápida industrialização destes países; em 1867 se dá a Revolução Meiji, que tem as mesmas consequências para o Japão" (SINGER, 1957, p. 347). Considerando que são precisamente as últimas décadas do século XIX que marcam a arrancada imperialista, e que a Revolução Industrial na Inglaterra é do último quartel do século XVIII, está bem grifado o *capitalismo tardio* de tais países.

De fato:

Em 1860, a Alemanha era um país ainda pouco desenvolvido industrialmente, e de ampla base agrária. Em 1868 a metade de sua população continuava sendo agrícola e só uma terça parte dela tinha ocupação artesanal ou industrial. A produção agrícola representava 60% da produção de mercadorias e os artesãos trabalhavam para o mercado local, fornecendo a maior parte da produção não agrícola (suas vendas ascendiam a 82% da cifra das vendas realizadas sobre produtos acabados ou semiacabados). A dispersão territorial da produção industrial (...) continuava subsistindo, e tão somente algumas regiões (Saxônia e a província renana) tinham um caráter nitidamente industrial. Em 1860 ainda existia o sistema corporativo em algumas regiões, e na indústria predominava a manufatura sobre a fábrica que dispusesse de um motor. A maior parte das fábricas empregavam de 30 a 100 operários, em face dos 100 a 500 empregados na Grã-Bretanha da mesma época. (...) Em

1860, a Alemanha, do ponto de vista do valor de sua produção industrial, ocupava o quarto lugar mundial, depois da Grã-Bretanha, França e os Estados Unidos. (BETTELHEIM, 1972, pp. 17-8)

E é desta situação de *atraso* que arranca o momento histórico subsequente, caracterizado por forte expansão industrial e monopolização econômica, tendo por condicionante a sua tardia unificação nacional, que se dá com a criação do Império alemão imediatamente depois da guerra de 1870:

De 1860 a 1913 a expansão da indústria alemã aparece notavelmente; enquanto que de 1800 a 1860 o índice (...) da produção industrial – incluindo o artesanato – praticamente quintuplicou (...), de 1860 a 1913 ela mais do que setuplicou. O valor da produção industrial (sem incluir o artesanato) passou de, aproximadamente, dois mil milhões de marcos em 1860 a 20 mil milhões em 1913. Por isso, nesta data, a Alemanha ocupou o segundo lugar mundial entre os países industrializados, atrás dos Estados Unidos, enquanto que a Grã-Bretanha passava para o terceiro lugar e a França (desde 1880) ao quarto. A progressão industrial da Alemanha, favorecida pela anexação das regiões ricas em jazidas de minério de ferro da Lorena, foi, principalmente, apreciável no que concerne à produção siderúrgica, cujo índice passou de quatro a 100 entre 1860 e 1913, enquanto que a indústria da hulha viu aumentar seu índice de 12 a 100 e a indústria têxtil de 16 a 100. Enquanto o índice geral da produção industrial havia se multiplicado por sete, o da Grã-Bretanha se multiplicou por menos de três e o da França por quatro; unicamente os Estados Unidos experimentaram uma progressão mais rápida – o coeficiente foi de 12 –, a ponto de a produção industrial alemã, que representava 90% da americana em 1860, somente representava em vésperas da I Guerra Mundial 40% da produção americana. Esta expansão industrial se viu acompanhada de uma rápida concentração econômica: a produção industrial cresceu três vezes mais rapidamente que o número de empresas. (...) No campo do comércio mundial, a Alemanha luta cada vez mais vitoriosamente contra a competição britânica; de 1880 a 1913 as exportações inglesas de bens de consumo se multiplicam por 2,9, enquanto as exportações alemãs por 6; para as exportações de bens de produção, os coeficientes são, respectivamente, de 3 e de 21. (...) Em resumo, em 1913 a economia alemã, na sequência de um período de rápido crescimento, encontrava-se, do ponto de vista industrial, em segundo lugar das grandes potências e, do ponto de vista das exportações de capital, em terceiro lugar. (BETTELHEIM, 1972, pp. 18-20)

Em proporções distintas, mesmo porque o caso alemão é, em todos os níveis e planos, a singularidade polar, "clássica", da particularidade a que estamos remetendo, o caso italiano também é revelador, conquanto

seja tomado nas suas efetivas dimensões; delas Lukács assinalou, já falando de sua resultante fascista: "Temos também, é certo, o caso Mussolini, com suas fontes filosóficas tomadas de James, Pareto, Sorel e Bergson; porém, nem sequer neste caso descobrimos uma repercussão internacional tão extensa nem tão profunda como a que corresponde ao período de preparação da Alemanha fascista, e mais ainda ao período de Hitler"; e ainda, numa reafirmação do mesmo tipo, fala do fascismo italiano como "de um fascismo, certamente, que, apesar de seus horrores, não chegou a alcançar nunca a significação universal daquela calamidade que o hitlerismo foi para o mundo inteiro" (LUKÁCS, 1959, pp. 14; 27).

De qualquer modo, e ressalvadas todas as diferenças – particularmente, a da "desigualdade fundamental entre o desenvolvimento, industrial e a lentidão do estabelecimento do capitalismo nos campos. Desigualdade presente também na Alemanha, porém que na Itália revestiu o caráter de um *verdadeiro fosso*, concretado ademais no problema de *Mezzogiorno*" (POULANTZAS, 1971, p. 25) –,

Na Itália, o processo de industrialização foi particularmente tardio, não se iniciando de maneira decisiva até as proximidades de 1880. O feudalismo assinalado pelo predomínio do setor agrícola deu provas, no contexto da dispersão territorial e política da Itália perpetuada pelas ocupações estrangeiras sucessivas, de uma persistência notável. Contudo, em vésperas da I Guerra Mundial, a Itália havia entrado já no estágio imperialista, se bem que de maneira muito particular. (POULANTZAS, 1971, p. 23)

Com distinções e diferenças que nem de leve ousamos tocar, registre-se também que:

O capitalismo japonês não começou a se emancipar até que a I Guerra Mundial acelerou o ritmo do desenvolvimento industrial. Entre 1913 e 1920, a produção de aço acabado saltou de 255 a 533 milhares de toneladas. A capacidade de energia elétrica também aumentou em mais do dobro durante o mesmo período, passando de 504 a 1.214 milhares de *kilowatts*. Mesmo depois deste auge, no entanto, a indústria capitalista japonesa não avançou até o ponto alcançado na Alemanha, Inglaterra ou Estados Unidos. (MOORE, 1973, p. 236)

De qualquer forma, porém:

À medida que a indústria foi se desenvolvendo, dotou o Japão dos meios para uma política exterior ativa, e as consequências de tal combinação se fizeram mais visíveis e perigosas. (...) Não foi o espírito guerreiro enquanto tal que impulsionou o Japão durante o século XX pela senda das conquistas exteriores e a repressão interior. (...) Repressão dentro do país e agressão contra países estrangeiros foram, pois, em termos muito gerais, os máximos efeitos do desmoronamento do sistema agrário e o desenvolvimento da indústria. (MOORE, 1973, pp. 238-9)

Seja como for, nos três casos estamos diante de objetivações capitalistas tardias – e que não são acompanhadas pelo progresso social que marca os casos clássicos, mas que atingem o estágio imperialista no alvorecer do século XX ou muito pouco depois.

Assim, se "As forças revolucionárias da sociedade japonesa não eram o bastante poderosas para remover por si sós os obstáculos à modernização", mas "podiam proporcionar e proporcionaram uma base limitada de apoio para medidas modernizadoras quando os governantes resolveram tomá-las a fim de assegurar seu próprio poder, criando um estado forte", e a "Era Meiji (1868-1912) se caracterizou pela associação de elementos feudais e capitalistas na empresa de criar um poderoso estado moderno" (MOORE, 1973, p. 236); e se o estado prussiano marca o quadro alemão; o que demarca o perfil italiano é a "Revolução conservadora segundo uns, revolução de uma burguesia 'que não soube, nem quis completar sua vitória', segundo Engels, *revolução passiva*, segundo Gramsci. Revolução passiva cuja própria denominação indica o parentesco com a revolução pelo alto de Bismarck – parentesco assinalado por Gramsci (...)" (POULANTZAS, 1971, p. 27).

E é assim que elas compõem e se põem, em suas *debilidades*, como *elos da cadeia imperialista*. *Elos débeis*, e de debilidades distintas em grau e natureza, mas *elos da cadeia imperialista*. Ou, no dizer de Poulantzas:

Vejamos, agora, o caso italiano, que é bastante distinto do caso alemão. Todavia, pode-se descobrir uma similitude característica se se tem em conta – e somente assim – o lugar da Itália na cadeia imperialista. A similitude reside precisamente na *debilidade* do elo italiano na cadeia. Esta debilidade não se deve às mesmas razões que a do elo alemão: ainda que apareçam semelhanças relativas em caracteres "isolados" de ambos os casos, estes caracteres não podem, enquanto tais, fundamentar o parentesco das duas formações. São seus efeitos, distribuidores de lugares na cadeia, que assumem importância. Dito de outro modo, é a cadeia imperialista ela própria que determina a *homologia* dos efeitos – fragilidade dos elos – devidos, em cada caso a razões *diferentes*. (POULANTZAS, 1971, p. 23)

De maneira que se há de atentar que, se a Alemanha, por volta do princípio do século, na sequência de uma rápida expansão, encontrava-se num ponto elevado da acumulação capitalista,

No entanto, esta evolução não carecia de pontos débeis: 1º) Do ponto de vista das matérias-primas, as bases da indústria alemã eram insuficientes. Em 1913 só dispunha de quantidades suficientes de carvão, zinco e potássio; carecia de petróleo, cobre, estanho, níquel, enxofre etc.; inclusive era deficitária em mineral de ferro. 2º) Do ponto de vista dos mercados, subsequente ao período de expansão, a Alemanha, que

dispunha de um aparato de produção capaz de trabalhar a fundo para o mercado mundial, chocava-se frente às posições adquiridas pelas outras grandes potências; este era o pesado tributo de sua industrialização tardia, consequência esta, por sua vez, dos obstáculos com que se deparou a constituição de sua unidade econômica e de sua unidade nacional. Com efeito, em 1876, enquanto que a França e a Inglaterra já gozavam de suas imensas possessões, o campo colonial alemão era quase inexistente, e a extensão que seguidamente alcançou no transcurso dos anos seguintes não teve nenhuma importância para o desenvolvimento econômico da Alemanha, nem como fonte de matéria-prima, nem como saída para suas mercadorias. Enquanto que em 1913 a Inglaterra dirigia 40% de suas exportações para suas possessões, a Alemanha só encaminhava a suas colônias mais evoluídas menos de 0,5% das suas, isto é, menos de 50 milhões de marcos. De outra parte, enquanto nos mercados restantes a Alemanha ocupava um lugar honroso junto à Grã-Bretanha, via-se eliminada das possessões britânicas, onde suas exportações se elevavam a 410 milhões de marcos, frente aos 4.800 milhões das exportações inglesas. O problema das saídas se colocava, pois, em termos agudos para a economia alemã, tanto do ponto de vista da exportação de mercadorias como do ponto de vista das exportações de capitais; as colônias alemãs não haviam podido absorver mais que 1,5% dos capitais alemães exportados. A necessidade em que se encontrava a Alemanha até 1913 de garantir o controle de um determinado número de mercados para seus produtos – com o risco, em caso contrário, de ver estalar as contradições entre o desenvolvimento de suas forças produtivas e as possibilidades de dar-lhes uma saída – constitui, sem discussão possível, uma das fontes do primeiro conflito mundial. (BETTELHEIM, 1972, pp. 20-1)

Adite-se, complementarmente, atentando exclusivamente para a linha básica da asserção, que:

Também no plano da política exterior o jovem Reich se considerava uma “nação tardia”. Conservadores e liberais coincidiam na convicção de que a Alemanha devia neutralizar o mais rapidamente possível a vantagem das grandes potências. Ambos consideravam uma reivindicação natural conseguir a hegemonia na Europa Central e participar na distribuição e penetração colonial e político-econômica do mundo. (...) Hitler recebeu esta herança depois que a República de Weimar não pôde resistir ao confronto com um revisionismo radical que, no final de contas, queria anular os resultados da guerra. Hitler tentou solucionar violentamente esta problemática dando um forte giro do expansionismo político-colonial ao continental imperialismo. (BRACHER, 1973, pp. 33-4)

Desnecessário parece-nos, aqui, prosseguir acentuando tais pontos com novos exemplos de outros casos. Para efeito de nossas necessidades, a linha interpretativa, cremos, está indicada.

O eixo fundamental sobre o qual se põem os elementos essenciais da questão, tomando o caso alemão como exemplo especial, é, pois, que:

Na sequência do estabelecimento reacionário da unidade alemã, esse atraso se apresentou ideologicamente sublimado e estilizado, como se precisamente aquela Alemanha estivesse chamada a superar as contradições da democracia moderna em uma “unidade superior”. Não é casual que o antidemocratismo se tenha constituído pela primeira vez como concepção de mundo naquela Alemanha atrasada, nem que no período imperialista a Alemanha tenha ocupado o primeiro lugar na função de produzir ideologias reacionárias. Porém o decisivo é que logo a grande velocidade de desenvolvimento do capitalismo tardio na Alemanha fez do *Reich* um estado imperialista de primeira ordem. Um estado imperialista, contudo, cujas possessões coloniais e cujas esferas de interesses mostravam-se desproporcionadamente pequenas, comparadas com sua força e com as pretensões de seu capitalismo. Este é o fundamento último de que a Alemanha tenha tentado por duas vezes forçar uma nova divisão do mundo mediante guerras totais. (LUKÁCS, 1968, pp. 57-8)

A deficiência mais frequente que se verifica, nos tratamentos analíticos que geralmente têm sido dispensados ao problema do *fascismo*, é precisamente o descaso comprometedor com as formas particulares de objetivação do capitalismo. Conseqüentemente, a concreção particular é desprezada, tomando lugar a universalização abstrata, que propende a *crescer*, sempre ideologicamente.

De nossa parte, no que ficou para trás, procuramos configurar, num volteio mais ou menos longo, ainda que esquemático, o contorno precisamente de um processo particular. E é ele exatamente que nos permite compreender o fascismo enquanto *totalidade*. Não apenas, portanto, no raquitismo de uma abstração politológica, ou numa também abstrata lei geral *economicista*.

Neste diapasão, é realmente verdadeira a conexão orgânica entre grande indústria, capital financeiro e fascismo. Mas não é verdadeira em geral, mas na particularidade do *capitalismo tardio*, quando *casos*, que assim se objetivaram, emergem, na fase imperialista, na condição de *elos débeis* da cadeia imperialista.

Ou, nos termos de H. Lefebvre, que, por distinta preocupação e outro roteiro, aponta para a mesma direção, além de desmistificar, de passagem, a fetichização da determinante nacionalista:

Uma assombrosa mistura de nacionalismo e de democracia caracteriza a práxis e a vida francesa durante o período que consideramos. Ademais, não é evidentemente por azar que o

fascismo não pôde triunfar sobre a democracia nas nações economicamente asseguradas, quer dizer, imperialistas e colonialistas com êxito: França, Inglaterra. O fascismo era nacionalista, e o nacionalismo ia ao fascismo contra a democracia. Porém, a democracia (burguesa) e a nação (burguesa) proporcionavam meios políticos e ideológicos melhores que o fascismo para a dominação colonial. O fascismo provia meios, a rigor, para a conquista de um império colonial de um mundo já ocupado. É assim que o fetichismo da nação, tão poderoso na França, não pôde desembocar em um fascismo. (LEFEBVRE, 1971, p. 230)

Tudo considerado, compreendemos, então, o real significado da afirmação lukacsiana de que:

Uma consequência da *desigualdade do desenvolvimento* é que a humanização cada vez maior da vida produz, do outro lado, formas cada vez mais desenvolvidas de desumanidade. Nunca pude admitir que o horror gerado, por exemplo, pelo fascismo tenha sido apenas uma espécie de recaída na Idade da Pedra ou qualquer coisa do gênero. *O fascismo é a atrocidade, a desumanidade, de uma forma de capitalismo altamente desenvolvido.* Um fenômeno humano como Eichmman nunca existiu no tempo dos canibais, no qual, acredito, não teria podido surgir um homem em condições de fazer do aniquilamento em massa dos homens uma operação tranquilamente burocrática. *Trata-se de um produto da época imperialista*, como nunca existiu antes; nem mesmo a Inquisição produziu figuras semelhantes: somente fanáticos e políticos. (LUKÁCS, 1969, p. 136, os grifos são nossos)

Dito de outro modo, estamos diante do "encaminhamento das sobrevivências da 'miséria alemã' na direção de um imperialismo especialmente reacionário" (LUKÁCS, 1959, p. 58), isto porque:

Ao converter-se a Alemanha em uma grande potência capitalista, a divisão colonial do mundo chegava já ao seu fim, o que fazia que a Alemanha imperialista, se queria chegar a adquirir um império colonial afinado com seu poderio econômico, só pudesse fazê-lo por meio da agressão, arrebatando a outros suas colônias. Isto fez nascer na Alemanha um imperialismo especialmente "voraz", agressivo, ávido de butim, que pressionava de um modo veemente e implacável na direção de uma nova divisão das colônias e das esferas de influência. (LUKÁCS, 1959, p. 54)

De modo que, em síntese, a ideologia fascista se põe e mostra como uma ideologia de mobilização nacional para a guerra imperialista, na particularidade, nunca é demais repetir, do *capitalismo tardio*, quando emerge como *elo débil* da cadeia imperialista.

Assim, estritamente determinado pela análise concreta, escapa tanto das singularizações empiristas, como das universalizações vazias.

Recuperando o conceito de fascismo a *universalidade* que lhe é possível, isto é, a *generalidade* própria a um particular, pois, determinado como foi, abrange *todos os casos de objetivação tardia do capitalismo* que tenham emergido, de fato, como *elos débeis* da cadeia imperialista e nos quais o fascismo tenha se manifestado. Isto é, desde a *polaridade* alemã, passando pelo *abrandado* caso italiano, até, digamos, assim, numa conjectura legítima, os *casos* ainda mais débeis, ao limite dos quais possam se encontrar aqueles tão extraordinariamente fracos a ponto de o fascismo neles não se ter sequer alçado à hegemonia, sem contudo, por isto, ter deixado de ser fascista, ainda que seus cantos guerreiros não tenham passado de paródias bufarinhas. Extremo do qual o próprio caso italiano, segundo alguns, e sob certos aspectos, não esteve muito longe. De qualquer forma não se tratará nunca de um número elevado de *casos*, como reduzidas numericamente também são obviamente as *vagas* na *confraria* imperialista.

Precisamente esse caráter bélico do fascismo, em consequência *dinâmico* em suas propostas e manifestações, tem sido um dos aspectos que mais tem desnortado de modo lamentável certos investigadores, a ponto de chegarem ao extremo de perpetrar a rombuda diferenciação entre um *fascismo revolucionário* e um *fascismo conservador*. Separam, dando nomes errados, exatamente o que perfaz a unidade do fascismo real: a substantividade de um *movimento de expansão*, determinado pelas necessidades econômicas da acumulação capitalista que atingiu a fase imperialista, e a substantividade de um *movimento de regressão*, no que tange ao desenvolvimento da trama das relações sociais, políticas e ideológicas. Para usar uma expressão muito incompleta, mas até certo ponto feliz pelo seu caráter sintético, ainda que demasiado formal: "o fascismo, no fundo, é uma combinação de expansão econômica e repressão" (OLIVEIRA, 1972, p. 71).

Já disse Lukács, em alguma parte, que é falso e condenável identificar o *novo* pelas exterioridades reluzentes. De fato, isto pode conduzir aos maiores desatinos. Confundir o rebrilhar das baionetas nas guerras imperialistas com a luminosidade dos *partos* da história o que será? Mesmo o controvertido W. Reich, apesar de sua leitura naturalizante e psicologizante dos eventos históricos, soube observar com correção que o nacional-socialismo se revelou "como um nacionalismo imperialista da grande burguesia, (...) que prepara a guerra por todos os meios" (REICH, 1974, p. 42). A desatenção a este ponto, no mínimo, condena a análise ao fracasso. De forma que não há qualquer *revolucionarismo* no fascismo. De igual modo, não se trata de uma *repressão* qualquer. A *regressividade* fascista é algo mais determinável: "tem que eliminar da herança burguesa todos os elementos progressivos" (LUKÁCS, 1966, p. 345); e isto também

não é um traço universal da resposta burguesa ao mundo, mesmo considerados todos os passos para trás desde meados do século passado. No fascismo, *repressão* é concomitantemente violenta agressão imperialista, em que o *terror* é a forma "nova", aprofundada e desenvolvida da *repressão* intrínseca ao modo de objetivação do capitalismo pela *via prussiana*, isto porque, aí "o progresso social e a evolução nacional não se apoiam e pressionam mutuamente, como na França, mas se encontram em contraposição" (LUKÁCS, 1968, p. 56). Mesmo porque:

Já se travam no Ocidente as primeiras grandes batalhas de classe do proletariado ascendente quando em 1848 aparecem pela primeira vez em forma concreta para a Alemanha os problemas da revolução burguesa. Sem dúvida que, excetuando a Itália, somente na Alemanha se colocam esses problemas (os da entrada tardia no caminho da transformação burguesa da sociedade) de tal modo que a questão central da revolução burguesa resulta ser a da unidade nacional que ainda tem de ser criada. (LUKÁCS, 1968, p. 55).

E o caso brasileiro? Efetivamente, como diz, com muito sabor J. H. Rodrigues, "O processo histórico brasileiro é sempre não contemporâneo" (RODRIGUES, 1965, p. 70).

Dito, no espírito da problemática das formas particulares de objetivação do capitalismo que nos infoma, e das quais estivemos falando há pouco:

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o "cidadão" e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas "pelo alto", através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária – o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um "grande mundo" democrático – contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada. (COUTINHO, 1967, p. 142)

Uma vez que o Brasil, tal como a Itália e a Alemanha⁵, jamais conheceu a revolução democrática burguesa, a questão é saber em que estágio de desenvolvimento ele se achava, por volta das décadas de [19]20 e 30, quando aqueles outros dois países, de constituição capitalista tardia, já se encontravam, na sequência de uma rápida industrialização, na condição de elos débeis da cadeia imperialista. Indagando de forma sintética: a esse tempo, em que ponto estava a objetivação do "verdadeiro capitalismo" no Brasil?

Já fizemos algumas indicações a respeito, quando tratamos da *via prussiana*, e buscamos distinguir, com a ajuda desta, o particular próprio aos casos a que pertence o brasileiro, sugerindo, então, para ele, o designativo de *via colonial*.

Na Introdução de 1933 a *Serafim Ponte Grande*, a mordacidade de Oswald de Andrade entreabre para um breve e incisivo retrato do grau de desenvolvimento da indústria brasileira atingido à época:

O movimento modernista, culminado no sarampão antropofágico, parecia indicar um fenômeno avançado. São Paulo possuía um poderoso parque industrial. Quem sabe se a alta do café não ia colocar a literatura nova-rica da semicolônia ao lado dos custosos surrealismos imperialistas? Eis porém que o parque industrial de São Paulo era um parque de transformação. Com matéria-prima importada. Às vezes originário do próprio solo nosso. Macunaíma. (ANDRADE, 1972, pp. 132-3)

Quem será, nesta rapsódia, "o herói sem nenhum caráter"?

Diante das palavras de Oswald, para acentuar diferenças, e não para desqualificar ou minimizar as dores do penalizado processo da industrialização brasileira, não resistimos à tentação de dizer que, se a história se repete – uma vez como drama, outra como comédia –, a industrialização tardia da via prussiana é o drama, enquanto a industrialização híper-tardia da via colonial é a penosa comédia.

Sem mais ironias ou cifrados retóricos, diga-se, de uma vez, que, por mais distintas que se mostrem as interpretações sobre pontos inúmeros, por mais diferentes que sejam as bases fundantes de que partam, por mais diversas que sejam as ilações teóricas e práticas que extraíam, os autores, no entanto, convergem quando se trata de indicar, no geral, o significado essencial do processo histórico nacional das primeiras décadas do século [XX]; para usar uma indicação de Celso Furtado, dir-se-ia que no curso desses anos o quadro brasileiro faz transparecer a necessidade de uma alternativa para a ordem agroexportadora, que evolue

⁵ "(...) l'Italie et l'Allemagne n'ayant pas connu de révolution bourgeoise. L'idéologie bourgeoise libérale est fragile et faiblement enracinée" (GALLO, 1971, p. 145).

um longo andamento de notórias vicissitudes, conduzida pela extensa crise do café (FURTADO, 1961, cap. VI). Em outras palavras:

Observando nossa evolução desde princípios do século atual [XX], verifica-se que é então que se situa a última culminância daquele sistema. Saía-se de uma fase de expansão ininterrupta e o futuro ainda parecia brilhante. Entretanto, verificou-se um estacionamento, e logo em seguida o declínio que depois de 1930 se torna precipitado. Isto evidencia que a base oferecida pelo nosso antigo sistema, voltado precipuamente para o exterior, se torna progressivamente mais estreita e incapaz por isso de sustentar a vida do país. (PRADO JR., 1970, p. 296)

E:

Fica evidente, enunciados todos os teoremas, que tanto o auge quanto a inviabilidade da economia agroexportadora brasileira típica da República Velha e suas sequelas que marcaram todo o bloqueio do avanço do capitalismo no país, não podem ser explicados sem um acurado exame das relações internacionais que a emolduraram. A intermediação comercial e financeira externa, que tanto se enfatizou (...), não é um caso nessa trama de relações: ela *é a relação*. Seu epicentro é a Inglaterra, na fase típica de exportações de capitais; seu nome é *imperialismo*. (OLIVEIRA, 1975, p. 412)

É precisamente num panorama dessa ordem que principia a brotar a industrialização brasileira. Abstraindo secundárias erupções anteriores, é apenas no bojo contraditório do auge e concomitante desequilíbrio do sistema agroexportador que a industrialização brasileira, de fato, tem início. E assim mesmo como uma das possibilidades, na diferenciação de atividades buscada como alternativa em face da crise do café.

E assim, (...) centralizando-se a economia brasileira na produção de um pequeno número de gêneros exportáveis, com desprezo de tudo mais, desabrocha em oposição uma evolução em sentido contrário, para tirar daqueles gêneros a exclusividade de que gozavam. O interessante é que será justamente em São Paulo, onde aquela restrição de atividades alcançará talvez sua expressão extrema com a monocultura do café levada ao máximo de exagero, que se encontrarão as primeiras iniciativas no sentido de diversificar a produção. A administração pública terá aí um papel considerável, criando e multiplicando campos de experimentação, onde será cultivada e selecionada toda sorte de produtos agrícolas, e postos zootécnicos. Tais iniciativas permanecerão longamente sem grandes resultados; mas terão no futuro efeitos econômicos consideráveis. Mas é sobretudo num outro setor que esta diferenciação de atividades sairá logo de seu estado potencial, assumindo rapidamente importância e determinando consequências de vulto: na indústria manufatureira. E neste caso (...) o progresso das atividades estará direta e imediatamente ligado às circunstâncias derivadas do

desequilíbrio crônico das finanças externas do país. É, assim, do íntimo das contradições inerentes ao sistema econômico do país que brotam as forças que com o tempo o vão transformando. (PRADO JR., 1970, p. 216)

Para devidamente avaliar a estreiteza e desfavorabilidade das condições sob as quais principia a emergir o "capitalismo verdadeiro" no Brasil, basta considerar, o que é essencial, que:

Concretamente as condições (...) levam à reiteração da chamada "vocalização agrícola" do país, especializando-o ainda mais na produção de mercadorias de realização *externa*. O aprofundamento dessa especialização fez que o financiamento da realização do valor da economia agroexportadora fosse, também, e não por acaso, *externo*. Este ponto, fundamental para a compreensão do processo, forma uma espécie de círculo vicioso: a realização do valor da economia agroexportadora sustentava-se no financiamento externo e este, por sua vez, exigia a reiteração da forma de produção do valor da economia agroexportadora. Simultaneamente, o mecanismo de financiamento *externo* bloqueava a produção do valor de mercadorias de realização *interna*. Na exacerbação desse processo, os requerimentos do financiamento externo acabavam por consumir todo o valor da economia agroexportadora, com o que negavam a própria forma de produção; em última análise, o valor gerado pela economia agroexportadora acabou por destinar-se substancialmente a pagar os *custos da intermediação comercial e financeira externa*, operando-se uma redistribuição da mais-valia entre *lucros internos* e *lucros e juros externos* completamente desfavorável aos primeiros; em outros termos, uma parcela substancial do produto não podia ser reposta senão através dos mesmos mecanismos de financiamento externo. (OLIVEIRA, 1975, p. 408)

Conseqüentemente,

enquanto se inviabilizava em si mesma, a economia agroexportadora bloqueava o avanço da divisão social do trabalho no rumo do capitalismo industrial, na medida em que reiterava os mecanismos da intermediação comercial e financeira externa, que nada tinham que ver com a realização interna do valor da produção de mercadorias dos setores não-exportadores. O financiamento da acumulação de capital nos setores não-exportadores não passava pela intermediação comercial e financeira externa típica da economia agroexportadora, que consumia a maior parte do excedente social produzido não apenas pelas atividades de exportação, mas pela totalidade do sistema econômico. (...) Apoiando-se as receitas federais principalmente nos impostos sobre a *importação* e secundariamente sobre o consumo, verifica-se que, longe de ter havido transferência de recursos ou de renda do setor exportador para os demais setores, houve o contrário, o que reafirma o fato de que a intermediação comercial e

financeira externa própria da economia agroexportadora representou uma restrição ao avanço da divisão social interna do trabalho ao próprio tempo em que se negava (OLIVEIRA, 1975, p. 410).

É, pois, sob tais circunstâncias, profundamente retardadoras e retardatárias, configurantes do *capitalismo híper-tardio* brasileiro, que se põe a industrialização, à época que nos ocupa, de tal forma que:

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação industrial na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura. (OLIVEIRA, 1972, p. 9)

É o que fundamentalmente nos competia estabelecer, no âmbito das necessidades do nosso trabalho: a presença concreta, sim, porém incipiente e ultrarretardatária dos primeiros momentos significativos da objetivação do "verdadeiro capitalismo" no Brasil, exatamente nos anos em que o ideário pliniano foi elaborado. Anos que para os países que efetivamente conheceram o fascismo são, já de algum tempo, de plena atividade imperialista, e até mesmo uma guerra dessa natureza já se conta em sua história. Tal a disparidade do estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, em face daqueles países, que quaisquer *igualizações* ou *identificações*, além de impossíveis, são verdadeiramente uma brutalidade teórica. Tamanhas as diferenças de grau e de forma de objetivação do capitalismo que, parodiando Engels quando compara a Alemanha à França, em plena vigência da via prussiana, diríamos que, mesmo se tudo corresse bem para o Brasil, e a estabilidade dominasse o panorama universal, ainda assim, quando todos já estivéssemos bem velhos, lá por volta do ano 2000, o Brasil ainda não teria atingido o estágio da Alemanha em 1913, na qualidade desta de emergente elo débil da cadeia imperialista. A absurdidade de equiparar *politologicamente*, de algum modo e até mesmo com algumas cautelas, o Brasil, a Alemanha e a Itália das primeiras décadas do século [XX] salta à vista quando se considera que, em última análise, o que se está equiparando são *elos débeis da cadeia imperialista*, portanto fenômenos do capitalismo altamente avançado, entidades da *fase superior* do capitalismo, com uma formação que integra precisamente as áreas da disputa imperialista, faz parte justamente do território colonial que os *elos débeis* forcem por ver redistribuído. E que, no caso brasileiro, mal principia a objetivar os débeis passos iniciais do *estrito modo* de produção capitalista. E o *atraso* de tal objetivação, se no caso alemão, e também no italiano, se marca não só em comparação com os *casos clássicos*, mas também pelo fato de a

industrialização destes países ter principiado posteriormente às primeiras lutas do proletariado, no caso brasileiro se grifa, obviamente em relação aos casos clássicos, também em relação às objetivações do *capitalismo tardio*, e ainda pela consideração de que a crítica teórica e prática do proletariado, quando o Brasil inicia sua caminhada estritamente capitalista, já está inclusive consubstanciada pela detenção do poder em um dado país.

Ademais, quando dizemos *primeiros passos* não estamos afirmando que antes deles nada houvera⁶. Ocorre que a partir do período em causa é que se verifica o movimento industrializador que não mais será interrompido, como surtos e iniciativas anteriores o foram nessa história de *vários começos* (o que é mais um traço da *via colonial*) que é a história do processo de industrialização do país, e que o livro de Nícia Vilela Luz, sob muitos aspectos, preciosamente traz à claridade (LUZ, 1961). São, portanto, os *primeiros passos* do processo que concretamente objetivou a indústria no Brasil. E, enquanto tais, põem materialmente um quadro de "capitalismo verdadeiro" *nascente*, na marca, obviamente, do que estamos chamando de capitalismo híper-tardio.

É, pois, na particularidade de uma formação imperialisticamente subsumida, e que principia híper-tardiamente a consecução da forma industrial de produção, que aparece e se põe a proposta ruralista do integralismo pliniano. É precisamente, portanto, uma erupção ideológica diretamente atada ao processo que faz transitar o país da economia agroexportadora para a forma urbano-industrial.

Há que notar, com a devida ênfase, que a proposta, de *retorno à terra*, de Salgado não é uma *reflexão* a partir da perspectiva agroexportadora, já em fase, digamos, remetendo mais uma vez a Francisco de Oliveira, autofágica, que se nega e bloqueia a indústria. A reação ruralista pliniana, em face do incipiente "verdadeiro capitalismo" brasileiro, não tem a ótica daquela, não possuindo, decorrentemente, suas possíveis pretensões restauradoras. A antimodernização pliniana é mais *extremada*, manifestando-se, na crítica romântica ao capitalismo, e na reação diante do que toma como a *derrocada mundial* deste (o primeiro conflito mundial, as crises de superprodução e desemprego, a instauração do estado soviético), como um *salto para trás* em busca de formas pré-capitalistas de entificação social. Onde, numa expressão formal, ao contrário do fascismo que, no fundo, é uma combinação de *expansão*

⁶ “Quando se realizou no Brasil o Censo de 1920, verificou-se que de todos os capitais investidos no país em atividades industriais, quase que uma quarta parte (exatamente, 24,2%) o foram de 1915 a 1919, o que comprova o impacto da I Guerra Mundial no processo de industrialização. Entretanto, porcentagem ainda maior, mais do que a quarta parte (precisamente, 26,2%) o tinham sido no período de 1880 a 1894, quando antes, desde a colônia, só haviam sido aplicados 6,4%, e depois, de 1895 a 1904, verifica-se uma crise industrial.” (QUEIRÓS, 1975, p. 95)

econômica com regressão social, política e ideológica, o integralismo pliniano articula visceralmente duas regressividades: a deste último plano e a regressividade econômica.

De maneira que, diante do capitalismo internacional em *crise*, e em face da industrialização brasileira (que se levada adiante só poderia conduzir à mesma *ruína capitalista* em que o mundo desenvolvido já se encontra, e cuja última fase é o comunismo), *aproveitando* a lição das *nações antigas e cansadas*, Salgado, na *evasão de um mundo desconfortável e inquietante* – raiz de seu utopismo reacionário e do *desespero* pequeno-burguês –, retoma a "vocaçã agrária" brasileira, agora pelo nível mais baixo dos pequenos proprietários. Para tanto, impõe-se a frenagem da expansão das forças produtivas. Convicto de que é parcela do cobiçado butim do imperialismo, e convencido também de que, em face dele, não dispõe, nem mesmo em percentagem mínima, dos recursos para uma defesa material efetiva, lança à arena de luta o *combate espiritual* ao imperialismo. O anticosmopolitismo, o nacionalismo defensivo o expressam perfeitamente: é a dimensão de seu anti-imperialismo regressivo.

Conclusivamente, na *indefinição* aberta pelos eventos de [19]30, e antes pela autofagia do sistema agroexportador, na *ambiguidade* das possibilidades do real, solicitável e solicitado, à época, em busca de uma *direção* para o evoluer brasileiro, Salgado oferece a sua diretriz: a *regressão*, a contenção, no mínimo, do desenvolvimento do "verdadeiro capitalismo", já que "Não existem as situações estancadas; todas têm de se desenvolver, para frente ou para trás" (LUKÁCS, 1959, p. 54). E como a *via colonial* não predispõe, como se pode estimar com facilidade, para as batalhas pelo *progresso*, não é de se estranhar que um número tão significativo de brasileiros, embalados por tantas razões pela "vocaçã agrária", tenham acompanhado, pelo menos durante algum tempo e com reduzida consciência, o chefe integralista. Mesmo porque, por mais estranho que possa parecer, e estas coisas têm sido, quando o são, com raras exceções, muito precariamente estudadas, há que registrar, em plena segunda década do século [XX], portanto nas fronteiras do período que nos interessa mais de perto, um forte movimento de franca oposição à industrialização e à urbanização do país. Recolhamos, simplesmente, as valiosas indicações de N. V. Luz:

Além dessa reação liberal, que exemplificamos com Murinho [Joaquim Murinho, ministro da Fazenda por todo o quadriênio Campos Sales; foi o grande divulgador do conceito de indústria artificial pela guerra tenaz que lhe moveu], uma outra corrente de protesto levantava-se contra o artificialismo do nosso desenvolvimento industrial. Protecionista, ela reclamava, entretanto, preferência para a produção agrícola, alegando o descuido da República pela terra, pelo campo, cujos habitantes

constituíam, entretanto, o cerne da nacionalidade brasileira. Américo Werneck, um dos mais típicos representantes dessa corrente, revoltava-se contra esse esquecimento do homem do campo que, a seu ver, era o fator de nossa grandeza e o esteio de nossa soberania. (...) Ora, essa população rural estava sendo sacrificada pelo alto custo da nossa produção industrial. E como Murtinho e outros adversários das indústrias denominadas artificiais, Werneck atribuía-lhes, em grande parte, a responsabilidade pela carestia da vida no Brasil. (...) Esse ruralismo que se evidencia no pensamento de Américo Werneck [secretário da Agricultura e Obras Públicas do Estado de Minas, de 1898 a 1901; dedicou-se também às letras] e esse protesto contra a predominância do elemento urbano na política republicana traduzir-se-ão, na segunda década do século XX, num movimento mais radical de franca oposição à industrialização e à urbanização do país. A reação ruralista tinha, evidentemente, suas raízes nas tendências fisiocratas de certa corrente do pensamento econômico brasileiro. A predominância das atividades rurais, no Brasil, não deixou de favorecer a eclosão de uma mentalidade que encontrava nas doutrinas fisiocratas uma justificativa para uma economia de base essencialmente agrícola. Não se limitavam, porém, aos princípios econômicos, os ideais desse grupo *ruralista*. Transcendendo a ordem econômica, penetravam nos domínios da moral, preconizando uma filosofia anti-industrialista, antiurbana, ressaltando as vantagens e a superioridade da vida do campo. (...) Na segunda década do século XX, os excessos do protecionismo industrial, a elevação cada vez maior do custo de vida que muitos atribuía à política protecionista, os primeiros sinais de agitação social, o contraste entre o campo e a cidade, enfim uma série de circunstâncias decorrentes da nossa evolução econômica e social, levaram certos espíritos a preconizar uma volta ao campo, em nome desse mesmo nacionalismo que outros invocavam ao pleitear uma política da industrialização. (...) Alberto Torres, o grande líder do movimento ruralista que visava à reintegração da nossa civilização em bases mais sadias – as da vida rural que considerava a expressão máxima da nacionalidade brasileira, (...) investiva a ação invasora desse capital (estrangeiro) e a leviana negligência do governo em facilitá-la. (LUZ, 1961, pp. 78-91)

Salgado, portanto, não *criava* no vácuo. Vinha na esteira de uma espessa tradição. Tradição na qual, naturalmente, há que distinguir diversas perspectivas sociais e suas diferentes objetivações ideológicas. Mas, inegavelmente, e não há dificuldade em o compreender, no geral: o *ruralismo* é, no Brasil, todo um *caldo de cultura*.

O que para trás ficou estampado leva-nos à constatação de que as contradições *vivas*, que geram a existência social brasileira da época de que nos ocupamos, distam ponderavelmente daquelas que fazem o *tom* da

época no plano internacional. É palpável que, nesta esfera, a contraposição predominante é a configurada entre fascismo e antifascismo. Mas, considerando que os *dinamismos preponderantes* dos períodos não condicionam (não o fazendo também nem mesmo a *realidade essencial* de toda uma época) "de maneira imediata e total todos os fenômenos e mesmo todos os períodos dessa época" (LUKÁCS, 1969a, p. 27), compreendemos que o dinamismo preponderante da oposição entre fascismo e antifascismo, que "durante um longo período de desenvolvimento determinou a estrutura histórica da sociedade humana" (LUKÁCS, 1969a, p. 27), só tenha podido determinar, na particularidade brasileira, mediado pela *via colonial*, e na medida das resultantes desta. De tal forma, então, que a realidade mostrou, na sua condição própria, se comportava ou não, imediatamente, esta ou aquela questão, este ou aquele pensamento; não mimetizou ou deixou simplesmente de mimetizar, mas revelou ou não, em razão do grau de desenvolvimento em que se encontrava, e da forma pela qual aí chegara, se já objetivava ou não, e em que grau e forma, o que era o decisivo imediato para os centros hegemônicos internacionais. E tudo isto sem deixar de gerar para si, em nível particular, o que era obrigada, só para si, a gerar. E, nesta *produção*, as ideias que se puseram não tinham como aparecer como *deslocadas* de seu espaço devido; com aparências semelhantes a outras, mais ou menos desenvolvidas, ou melhor conhecidas, podendo, no entanto, ser concretamente outra *coisa*, e, enquanto tais, ocupando perfeitamente o lugar que lhes competia. Mesmo porque a questão não é buscar o *lugar certo* das ideias, mas a ideia "certa", *própria* dos lugares, na medida em que as ideias não são pedras subsumidas à lei da gravidade, sem que sejam, contudo, passíveis de fuga aos critérios universais do verdadeiro.

Isto posto, e retomados os cernes de que o fascismo é uma ideologia de mobilização nacional para a guerra imperialista, que se põe nas formações de capitalismo tardio, quando estas emergem na condição de elos débeis da cadeia imperialista, e o integralismo, uma manifestação de regressividade nas formações de capitalismo híper-tardio, uma proposta de frenagem do desenvolvimento das forças produtivas, com um apelo ruralista, no preciso momento em que estas principiam a objetivar o "capitalismo verdadeiro"; ou ainda, numa palavra, se o fascismo é um fenômeno de *expansão*, da fase superior do capitalismo, e o integralismo se põe como fenômeno do capitalismo imaturo ou nascente, a traduzir uma proposta de *regressão*, em país de extração colonial que emerge como formação híper-tardia do "capitalismo verdadeiro", o que pode significar a tendência a estudá-los equiparadamente a partir de certas similitudes pinçadas apenas e exclusivamente na estreita faixa do *estritamente* político, senão que toda a ciência *politológica* de tal análise, tal como toda

a sabedoria dos *economistas modernos*, de que fala Marx, na introdução geral à *Crítica da economia política*, reside no *esquecimento* das diferenças essenciais? Mesmo porque "Hegel nunca chamou de dialética a subsunção de uma massa de 'casos' a um princípio geral" (MARX, 1972, p. 116).

As inelidíveis diferenças essenciais de objetivação do "capitalismo verdadeiro", nas particularidades indicadas, mostram-se, então, palpavelmente como concretos geradores de diversas *necessidades*, incluídas, aí, as *necessidades ideológicas*. De tal sorte que o *fato ideológico* fascista se põe como uma totalidade distinta da totalidade do *fato ideológico* integralista.

E, na medida em que a consciência do agente não é critério de verdade, pois "não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo" (MARX, 1974, p. 136), e tampouco a análise de ideologias "julga das intenções, mas dos fatos, da expressão objetivada dos pensamentos" (LUKÁCS, 1959, p. 4), a análise dos textos de Salgado apontava, a cada passo, na oportunidade em que elas próprias se punham, constituindo o todo e por ele sendo informadas, as especificidades e, portanto, as *diferenças* e suas densidades. Assim, pode-se apreender – e a análise comparativa entre os discursos fascista e integralista, que está fora dos propósitos do presente trabalho, poderá explorar a fundo e sistematicamente, numa aproximação que necessariamente passa pela análise imanente, nos moldes da realizada para o discurso de Salgado, pelo menos dos discursos fascistas de suas figuras mais características – objetivações ideológicas marcadamente diversas que vale, aqui, num ou noutro ponto, e à guisa de conclusão, repetir e acentuar.

Considere-se, então, o ponto nodal: a diversidade entre os fundantes das objetivações ideológicas em causa. Enquanto, no integralismo, o suposto último é uma concepção espiritualista do universo e do homem, concretada essencialmente em termos do catolicismo tradicional, no caso "clássico" do fascismo temos uma expressão do darwinismo social, levado às últimas consequências, consubstanciando literalmente o dogma central da teoria da *raça*. No caso italiano, que nunca teve a exemplaridade mundial do fascismo alemão, o mito é constituído principalmente em torno da concepção do império, tendo como canal condutor, no dizer de Lukács, "Sorel, através do qual se converteu em veículo da ideologia fascista o pragmatismo e a intuição bergsoniana" (LUKÁCS, 1959, p. 27). Teríamos o "indiferentismo" bergsoniano transfigurado em Sorel em "atividade patética" e servindo, no seu "vazio de conteúdo", como veículo do ecletismo mussoliniano.

Recobrando toda essa *colcha de retalhos*, um vago apelo à espiritualidade, de incursões panteístas. Desde os primeiros tempos de

agressão ao catolicismo até à época de suas manobras com a Igreja, Mussolini nunca se deu ao trabalho de esclarecer, de fato, de que deus falava, algumas vezes. Como indaga um pesquisador:

Porém, qual é o Deus de Mussolini? Trata-se de um ser *pessoal* ou de um ser *impessoal* no sentido panteísta? Trata-se de um ser conhecido pelo homem, de sorte que é possível estabelecer relações entre Deus e o homem, ou Deus é o desconhecido, um nome que o homem dá ao que está situado para além do conhecido? (YURRE, 1962, p. 268).

E diga-se também que não escapa ao fascismo italiano, se bem que forma mais atenuada, a preocupação racial, nele se dando a “afirmação de um nacionalismo de fundo étnico e racial” (MEDEIROS, 1975, p. 84). Além do mais, com a conquista da Abissínia cessaram as vacilações do fascismo italiano:

Enquanto, até agora, o mundo liberal sempre contrapôs como “argumento”, à doutrina racial nacionalista a “posição humanitária” do fascismo italiano em assuntos raciais, esse mesmo fascismo italiano começa agora, com relação à recém-adquirida África do Leste (Abissínia), a empreender uma política racista, que está em oposição às teorias assimilatórias dos teóricos fascistas, e ainda à ideia do Novo Império Romano, formulado por ocasião de sua fundação: “Sua Ideia (do Império Romano) está acima de qualquer realidade de dependência do sangue ou da origem territorial”. Nem por isto Mussolini não hesitou nenhum momento em 9 de janeiro de 1937 em baixar o decreto decisivo, proibindo, sob as mais severas penas, o concubinato entre italianos e negros. A imprensa se empenhou em colocar essa confissão básica do fascismo a favor de uma política racial, severa e consciente, não como algo de especial e surpreendente, mas, como escreve o *Giornale d'Italia* como “continuação natural, sim, como síntese da política populacional de Mussolini”. “Os italianos devem”, escreve o jornal, “manter a sua raça pura e criativa no seu tipo original”. (...) A pureza da raça é tão preciosa como a de um metal ou de uma pedra preciosa. (*Apud* HUNSCHE, 1938, p. 150)

Efetivamente a questão racial é, no fascismo, uma questão central, e é altamente ilustrativo que o autor, do qual extraímos a citação acima estampada, ao longo de todo seu livro, que versa sobre o integralismo, constituindo-se no único *estudo acadêmico* deste, realizado da perspectiva fascista, que conhecemos, conduz toda sua *crítica* ao integralismo brasileiro tendo por eixo a *debilidade* da “Teoria Assimilatória” que este esposa, em lugar de adotar, como seria correto, uma definida posição racial, almejando, o tempo todo, que o integralismo evolua em “direção a uma modificação de sua posição na questão racial e étnica no Brasil” (HUNSCHE, 1938, p. 152), ao mesmo tempo que demonstra preocupação com o catolicismo de Salgado: “Existem muitos integralistas que falam de

uma posição ultrarreligiosa – católica – de seu chefe, e temem vários perigos para o movimento" (HUNSCHE, 1938, p. 146). Sua insistência sobre a questão racial traduz-se, por exemplo, em *denúncias* de que

o integralismo brasileiro adota a teoria assimilatória, antibiológica do nativismo lusitano (...). Destruindo, porém, os diversos grupos étnicos – e isto ocorre se se sacrificam as características particulares, que eles possuem por vontade divina, a favor da ideia vaga de uma raça mista do futuro –, destrói-se simultaneamente também os valores inerentes, a esses grupos. Sim, pode até ser dito que o integralismo concorda neste ponto com as ideias materialístico-estáticas do comunismo, que também não reconhece os limites por vontade divina dos povos, na sua originalidade disposta pelo destino. A teoria de Meltingpot (assimilatória) do integralismo está, portanto, diametralmente em oposição à sua própria ideia dinâmica de base, isto é, àquela qualidade pela qual o integralismo brasileiro supera o seu homônimo português (HUNSCHE, 1938, p. 143).

As formulações do tipo se repetem; nelas, é visível, a tese pliniana da "raça harmoniosa do futuro" é inteiramente impugnada, tanto quanto à própria posição geral do integralismo em face da sua recusa em adotar a teoria racial como fundamento ideológico:

É impossível formar no Brasil qualquer movimento vivo político ou cultural ou de outra natureza sem que se adote uma perfeita atitude frente ao problema racial. Oficialmente o integralismo afirma não reconhecer o problema racial. Mas, na verdade, ele adotou a atitude racial do nativismo lusitano que muito se assemelha à sua. Ambos afirmam que o problema racial no Brasil só poderá ser solucionado de acordo com a realidade brasileira, em harmonia com a brasilidade, mas não com o que os cientistas europeus constataram em seus laboratórios. Mas se em outros pontos já constatamos a fragilidade e a interpretação subjetiva do conceito de brasilidade, com maior razão ocorre isto no problema racial. (HUNSCHE, 1938, p. 81)

Ostensivamente, e até mesmo de forma *acusada* por adeptos do fascismo, as bases fundantes do integralismo e do fascismo são distintas e perfeitamente discerníveis, repercutindo isto no nível do conjunto dos dois ideários, e de forma decisiva. Diríamos melhor que *necessidades* de objetivação social diferentes, em condições diversas, levaram a reflexões de naturezas distintas, determinando ideologias que de modo nenhum podem ser confundidas.

De fato, entre ter, como suposto último, uma concepção social que se identifica com o catolicismo tradicional ou o racismo biológico vai uma grande distância. De imediato, repercute sobre a espessura do *irracionalismo* em jogo. Enquanto no integralismo, ele é, digamos assim, *barrado* ou *reduzido* pelos dogmas da revelação, próprios da doutrina da

Igreja, o irracionalismo fascista não conhece barragem. Evidentemente que os dogmas da *revelação* não constituem uma negação da irracionalidade, ao contrário, mas há que observar que eles ainda impõem um certo *regramento*, um conjunto de princípios obrigados a certa organização, e que determinam contornos à reflexão, onde a logicidade só ao limite último cede lugar à fé. O racismo fascista desconhece qualquer destes lineamentos, posto arbitrariamente, arbitrariamente procede. É mais amplamente irracionalista que o irracionalismo próprio do integralismo. Aquele *inventa* sua lógica, este, no limite, adota os valores de uma *lógica* que o transcende e à qual, numa porção de seu tecido conceitual, se subordina. Era a isto, a esta porção *menos irracionalista* do discurso pliniano, que nos referíamos, nas primeiras páginas deste capítulo, quando dizíamos que o discurso de Salgado, estruturalmente retórico por natureza, possuía como *residual* algo *não-retórico*, indicando, desde logo, que isto assumia grande importância para a determinação da natureza do ideário pliniano. Nada semelhante a isto se encontra no discurso fascista. E é provavelmente por isto que o discurso fascista aparece sempre como *descosido*, como distante de perfazer os contornos de uma *doutrina*. Seu ecletismo absoluto o casa com seu irracionalismo extremo. Em contraste, o integralismo, no seu desalinhamento, alinhava; um perfil, apenas tracejado, se põe para o foco visual. O elemento residual não-retórico propicia o cimento necessário.

E Salgado, nós o vimos, é muito cioso do caráter *mais doutrinário* de sua proposta. Mussolini, por sua vez, pedira a certa altura um *pensamento* para a sua ação, enquanto Hitler "não suportava, nem mesmo acima de si próprio, a autoridade de uma ideia" (FEST, 1976, p. 6). Afluentemente dirá um acólito, depreciando os clássicos da filosofia alemã: "Hitler não é menos do que a ideia, mas é mais do que ela, pois é real" (BAEMLER *apud* LUKÁCS, 1959, p. 437).

Mas isto não deriva de que um seja um pouco mais, o outro um pouco menos, débil *teoricamente*. Mas o maior ou menor nível teórico espelha, no plano do tecido doutrinário, as exigências das necessidades concretas das entidades sociais em que estão inseridas. E é muito interessante observar que seja precisamente o integralismo, dentro de seu primarismo, que apresenta algo menos inferior que o fascismo. O que aponta para certa observação lukacsiana, segundo a qual as condições de inferioridade de uma realidade concreta não condicionam mecânica e obrigatoriamente a inferioridade em todos os seus aspectos.

Mas o que vale, acima de tudo, muito bem observar é que o irremediavelmente *descosido* discurso fascista, arrimado sobre um irracionalismo extremado, sem *folga* ou *resíduo*, que objetiva, em face do integralismo, um padrão teórico ainda mais baixo do que deste, não

poderia ser outra coisa, pois é uma ideologia que radicalmente *não propõe*, simplesmente mobiliza e *mobiliza* simplesmente para o saque. *Convencendo*, *persuadindo* ou *aterrorizando*. Na consecução da acumulação capitalista dispõe-se a esfacelar literalmente o homem e o mundo. Uma *doutrina esfacelada* o representa com toda propriedade.

Em contrapartida, o integralismo, diante de um mundo em radical crise e transformação (o colapso do liberalismo, o primeiro conflito mundial, o surgimento do primeiro estado socialista), inserido num segmento territorial de extração colonial, lê *catastroficamente* o evoluir do mundo e, na sua *fragilidade colonial*, *propõe um retrocesso*. Donde o caráter radical da antimodernização pliniana, que, sendo proposta no contexto da *via colonial*, mostra bem a espessura de sua regressão. Mas Salgado *salta para trás*, recusa a acumulação do "verdadeiro capitalismo" em nome precisamente da preservação da integridade humana, identificando a *totalidade real*, porém limitada, do camponês e do artesão como a totalidade humana possível. É uma proposta *regressiva*, mas uma *proposta*. É a pequena propriedade contra o grande capital. Só uma formação do capitalismo híper-tardio poderia ainda dar margem, em plena época das guerras imperialistas, a que reflexões desse calibre de puerilidade reacionária se dessem. Só a uma formação visceralmente impregnada pelo ruralismo poderia ainda sensibilizar a ideia de que o "vício é a base do progresso social", diante do qual um *imaginário e idealizado camponês* salta para trás.

De modo que o "burguesismo – mal do século" não é uma farsa retórica, mas a forma da crítica romântica no capitalismo híper-tardio. E uma moral da resignação, da pobreza edificante, se põe como a "revolução espiritualista", e enquanto tal, é a defesa de uma *totalidade inferior*. Mas a *defesa* de uma *totalidade*, não o *esfacelamento* de toda e qualquer totalidade. O fascismo *esfacela para expandir*; o integralismo *retrocede* com medo do *esfacelamento*.

Ontológica e teleologicamente, fascismo e integralismo se põem como objetivações distintas.

E, assim, chega-se ao final, com a certeza de que, agora, foi alcançada a aptidão para o começo. Mas, se assim é, o começo é recomeço, o fim torna-se suposto, e a jornada pode prosseguir, melhor e mais ampla. Fecha-se um círculo, e provisoriamente, de um círculo de círculos.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Oswald. “Serafim Ponte Grande.” *In: Obras completas v. II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- BETTELHEIM, Charles. *La economía alemana bajo el nazismo*. Madrid: Ed. Fundamentos, 1972.
- BRACHER, Karl Dietrich. *La dictadura alemana*. Madrid: Alianza Editorial, 1973.
- COUTINHO, Carlos N. *Literatura e humanismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- _____. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- ENGELS, Friedrich. *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- FEST, Joachim. *Hitler*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GALLO, Max. “L’idéologie fasciste”. *In: Les idéologies dans le monde actuel*. Paris: DD, 1971.
- GIANNOTTI, José Arthur. Notas sobre a categoria “modo de produção”. *Estudos Cebrap*, n. 17, São Paulo, 1976.
- HUNSCHE, Karl Heinrich. *Der brasilianische integralismos*. Stuttgart: Verlag von W. Kohlhammer, 1938.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.
- _____. *Au-delà du structuralisme*. Paris: Anthropos, 1971.
- LÊNIN, Vladimir. “El programa agrário de la social-democracia”. *In: Obras completas t. XIII*. Buenos Aires: Cartago, 1960.
- LUKÁCS, G. *El asalto a la razón*. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- _____. *Aportaciones a la historia de la estética*. México: Grijalbo, 1966.
- _____. *Goethe y su época*. Barcelona: Grijalbo, 1968.
- _____. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- _____. *Realismo crítico hoje*. Brasília: Coordenada Editora, 1969a.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Difel, 1961.
- MARX, Karl. *Historia crítica da la teoría de la plus-valía v. III*. México: Fondo de Cultura Económica, 1945.
- _____. “En torno a la crítica de la filosofía del derecho de Hegel”. *In: La sagrada familia*. México: Grijalbo, 1960.
- _____. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Crítica do Programa de Gotha*. Porto: Portucalense Ed., 1971.

- _____. “Carta a Engels (9 de dezembro de 1861)”. In: Correspondência. Buenos Aires: Cartago, 1972.
- _____. *Introdução à crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MEDEIROS, J. Introdução ao estudo do pensamento político autoritário brasileiro. *Revista de Ciências Políticas da FGV*, v. 18, set. 1975.
- MOORE, Barrington. Los orígenes sociales de la dictadura y de la democracia. Barcelona: Ed. Península, 1973.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, n. 2, São Paulo, 1972.
- _____. “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil”. In: *O Brasil republicano* v. I. São Paulo: Difel, 1975.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo y dictadura*. México: Siglo XXI, 1971.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de massa do fascismo*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- QUEIRÓS, Maurício Vinhas de. O surto industrial de 1880-1905. *Debate & Crítica*, n. 6, jul. 1975.
- SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional – 1889-1930”. In: *História geral da civilização brasileira – o Brasil republicano* I. São Paulo: Difel, 1957.
- YURRE, Gregório R. de. *Totalitarismo y egolatria*. Marid: Aguilar, 1962.

Como citar:

CHASIN, J. As vias prussiana e colonial de objetivação do capitalismo e suas expressões teóricas conservadoras: o fascismo e o integralismo. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 131-165, nov. 2019.

Data de envio: 14 fev. 2019
Data de aceite: 22 abr. 2019

O pensamento conservador no Amazonas: a interpretação de Arthur Cézár Ferreira Reis sobre a formação do Brasil¹

Carlos Henrique Gileno²
Rodrigo Dantas de Medeiros³
Ricardo Lima da Silva⁴

Resumo:

Considerado um dos maiores historiadores da Amazônia, o amazonense Arthur Cézár Ferreira Reis (1906-93) produziu igualmente obras que analisaram a história brasileira. Nesse sentido, este artigo objetiva estudar a interpretação do autor sobre a formação nacional ao abordar alguns dos seus escritos referentes aos processos de organização do poder da Colônia até a ruptura oligárquica de 1930. As conclusões são de que Arthur Cézár Ferreira Reis possuía uma visão conservadora da história, em que os processos políticos e sociais ocorreriam de maneira lenta e sem rupturas radicais, guiados por uma elite intelectual que defendia a organização institucional e política de um estado planejador e interventor.

Palavras-chave: Pensamento conservador no Brasil; Arthur Cézár Ferreira Reis; formação nacional.

Conservative thinking in the Amazon: the interpretation of Arthur Cézár Ferreira Reis on the formation of Brazil

Abstract:

Considered one of the greatest historians of the Amazon, Amazonian Arthur Cézár Ferreira Reis (1906-93) also produced works that analyzed Brazilian history. In this sense, this article aims to study the author's interpretation of national formation by addressing some of his writings regarding the processes of power organization of the Colony until the oligarchic rupture of 1930. The conclusions are that Arthur Cézár Ferreira Reis had a conservative view. where political and social processes would take place slowly and without radical disruption, guided by an intellectual elite who defended the institutional and political organization of a planning and intervening State.

Key words: Conservative thinking in Brazil; Arthur Cézár Ferreira Reis; National formation.

¹ Revisão ortográfico-gramatical de Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Doutor, membro do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Araraquara). *E-mail:* cgileno@uol.com.br.

³ Mestrando pela Unesp/Araraquara. *E-mail:* rodrigo.de.medeiros@hotmail.com.

⁴ Doutorando pela Unesp/Araraquara. Professor do Instituto Federal do Amazonas (IFAM). *E-mail:* ricardo.silva@ifam.edu.br.

1. Introdução

Na primeira metade do século XX, a região amazônica estava imersa em estagnação econômica que durava desde 1914. Nessa conjuntura, os intelectuais e políticos regionais – oriundos dos grupos dirigentes – arrogaram a si dupla tarefa: analisar as peculiaridades econômicas, políticas e sociais daquela região e organizar projetos de futuro para a superação do subdesenvolvimento. A finalidade primordial daqueles autores e atores políticos era oferecer relevância à região amazônica no cenário nacional, uma vez que havia perdido importância econômica com a decadência do ciclo da borracha (RIBEIRO, 2015).

A interpretação e a atuação política dessa intelectualidade regional estavam corporificadas no escritor, historiador e político Arthur Cézár Ferreira Reis (1906-93). É significativa a importância atribuída por Arthur Cézár Ferreira Reis à organização de um estado interventor e planejador e de uma elite esclarecida capaz de guiar o povo na direção do desenvolvimento e da civilização.

Autor de dezenas de obras referentes à Amazônia, o seu pensamento é tema de vários artigos, dissertações e teses nos dias atuais. Esses estudos procuram compreendê-lo a partir das mais variadas perspectivas da história e do pensamento político e social, colocando-o como o mais representativo defensor da modernização conservadora na Amazônia (RIBEIRO, 2015). Souza (2009) analisa como o autor representou índios, sertanistas e missionários nos processos de colonização do Amazonas, baseado na correspondência do autor e na sua obra inaugural, *História do Amazonas*, lançada em 1931. Dantas (2011), por sua vez, analisa o processo de construção regional a partir da interpretação de Arthur Cézár Ferreira Reis e da sua contribuição para dar forma às representações correntes sobre a Amazônia. Silva Lobato (2009) estuda como o autor equacionou as dimensões região, estado e nação, apontando para o imperativo de uma ação estatal na região. Gomes (2009) enfoca como foram construídos os movimentos sociais na obra de Arthur Cézár Ferreira Reis, demonstrando a visão conservadora do autor, que os interpreta a partir de duas nuances: aqueles que foram guiados por uma elite esclarecida (o movimento abolicionista e autonomista) e aqueles que, por não terem sido contidos a tempo, resvalaram em excessos e provocaram danos à ordem regional, como a Revolta dos Cabanos (1835-40). Pacheco (2012), por fim, efetua um estudo da obra de Ferreira Reis ao focar o seu nacionalismo e a relação deste com a defesa da Amazônia contida na obra *A Amazônia e a cobiça internacional*, de 1960.

Apesar de vários aspectos da sua produção sobre a Região Norte serem bastante estudados, há, entretanto, outra dimensão da obra de

Ferreira Reis que apresenta ponderação escassa: a sua interpretação sobre a formação brasileira. Professor de história nas escolas de ensino médio em Manaus, posteriormente lecionou na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense. Nesse espaço de tempo, escreveu dois livros sobre a formação nacional: *Épocas e visões regionais do Brasil* (1966) e *Aspectos da formação brasileira* (1982), em que sistematizou conferências e estudos sobre a história nacional.

Essas obras devem ser compreendidas como uma tentativa de Ferreira Reis de criar uma nacionalidade conservadora no Amazonas, chamando a atenção da juventude local para os acontecimentos, estadistas e heróis que, na sua perspectiva, contribuíram para o nascimento do Brasil.

O presente artigo apresenta estudo sobre a visão da formação nacional brasileira na obra de Arthur César Ferreira Reis com base nos dois livros citados. Primeiramente, procuram-se estabelecer os nexos mais gerais dos processos que levaram da colonização à ruptura oligárquica de 1930 e a forma como o autor interpretou a organização do poder institucional e político na sociedade brasileira. Nosso estudo procura evidenciar outra perspectiva ao analisar a interpretação do autor sobre a formação do Brasil e os processos mais decisivos da dinâmica nacional: colonização, independência, abolição, decadência da monarquia constitucional parlamentar e o estabelecimento da Proclamação da República. Em outras palavras, procura-se focar como Reis interpreta os processos macro-históricos brasileiros.

De acordo com o intelectual amazônida, o processo histórico da formação nacional está consubstanciado no entrelaçamento de instituições políticas e sociais pretéritas e presentes: a colonização originou a construção da nacionalidade; o mérito do período imperial foi manter a unidade territorial; a I República coordenou uma nova etapa de modernização do país e a Era Vargas pretendeu suplantar a crise do pacto oligárquico. Nesse horizonte teórico estão situados os principais pressupostos da teoria social e política do mencionado autor sobre a constituição da nossa nacionalidade.

O pensamento do historiador em pauta dialoga com uma série de autores e políticos. Em seus escritos, ele apresenta um diálogo com o intelectual francês Émile Durkheim (1858-1917) e suas reflexões sobre coesão e consenso (GOMES, 2009). Também recebe influência do pensamento autoritário brasileiro ao compartilhar as noções da formação brasileira propostas por Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) e a função do estado nacional como agente privilegiado de organização da sociedade, defendida tanto pelo autor de *Instituições políticas brasileiras* quanto por Azevedo Amaral (1881-1942). Pertencente à linhagem

intelectual e política do conservadorismo nacional, foi influenciado pelas vertentes teóricas de alguns membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, principalmente Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-78) e João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927) (DANTAS, 2011).

Os estudos históricos de A. C. F. Reis pretendiam criar um “sentimento cívico” na juventude que a estimulasse a pensar sobre os problemas políticos e sociais do Amazonas. A sua intenção precípua era a integração e desenvolvimento da Amazônia ao cenário nacional por intermédio de uma missão cívica e patriótica apreendida com o seu mentor, o escritor e político amazônida Álvaro Botelho Maia (1893-1969). Em outra perspectiva teórica, recebeu o influxo do conservadorismo culturalista do pensador pernambucano Gilberto de Mello Freyre (1900-87), de quem era amigo e admirador (DANTAS, 2011; SOUZA, 2009).

Reis manteve relações pessoais com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Havia discursos elogiosos dos dois autores em relação a nosso autor. Gilberto Freyre – com quem trocava correspondências – convidou-o, inclusive, para participar de conferências na Fundação Joaquim Nabuco. Buarque de Holanda, por sua vez, convidou-o para integrar a coletânea *História geral da civilização brasileira* (SOUZA, 2009).

Politicamente, existe em Reis uma forte carga nativista de valorização da história do Amazonas, seus heróis e estadistas. O autor se preocupava em alertar a juventude e tirá-la de uma suposta letargia em relação ao ambiente cultural e aos problemas do Amazonas. Essas ações consolidaram a liderança de nosso autor entre os jovens em Manaus, rendendo-lhe o apelido de “mestre dos moços”. Essa preocupação com a formação política da juventude, ele a herdou do escritor e Político Álvaro Maia⁵, que exerceu grande influência sobre ele durante sua juventude e que procurava, conforme apresentou em seu discurso *Canção de fé e esperança*, restabelecer a verdade e revelar quem eram os benfeitores e difamadores do Amazonas (SOUZA, 2009).

A formação da nacionalidade, para Reis, está vinculada a um processo linear que começa com a colonização, desconsiderando as civilizações locais que existiam antes da conquista europeia. A criação da nação brasileira resulta da dinâmica evolutiva iniciada com os processos de dominação no século XVI, processos que vão redundando no efetivo florescimento do Brasil como entidade política. Privilegia em sua perspectiva não o povo, visto como uma entidade amorfa e desorganizada, mas os grandes movimentos do estado, seja o português durante a colônia,

⁵ Álvaro Botelho Maia (1893-1969) foi governador do Amazonas entre os anos de 1930-3; 1935-45; 1951-5. Foi autor de obras como *Beiradão* (1958), *Defumadores e porongas* (1966) e *Nas tendas dos Emaús* (1967).

seja o brasileiro após 1822, bem com a ação dos estadistas e dos heróis nacionais. Em sua obra, prevalece uma visão da formação nacional amparada por uma elite – seja política ou intelectual – e pela ação privilegiada do estado como ente capaz de criar e organizar uma sociedade.

Para compreender a visão conservadora da história de Arthur Cézár Ferreira Reis, é necessária breve descrição dos principais aspectos teóricos que compõem a organização do pensamento conservador, principalmente no Brasil.

2. Breves considerações sobre o pensamento conservador

Do mesmo modo que o liberalismo e o socialismo, o conservadorismo é um estilo de pensamento que nasce e se desenvolve na modernidade como reação às mudanças capitaneadas pelo Iluminismo europeu (MANNHEIM, 1972). A obra *Reflexões sobre a revolução na França* (1790) contraditava a concepção de que a Revolução Francesa integrara as virtudes da Revolução Gloriosa inglesa de 1688⁶.

A *Declaração* de direitos britânica de 1688 garantiu a liberdade, a vida e a propriedade privada dos súditos contra os possíveis abusos do absolutismo real e estabeleceu as regras para a sucessão do trono inglês. Edmund Burke demonstrou que o parlamento, mesmo em caso de grave crise política, jamais anulou o princípio da hereditariedade do poder real. Houve obediência do Parlamento aos “antigos estatutos declaratórios”, visto que rei e povo constituíam o mesmo corpo político.

O compromisso ou pacto social, que se conhece geralmente como Constituição, proíbe tal violação e tal rendição. As partes constituintes de um estado estão obrigadas a respeitar as obrigações públicas que têm umas com as outras, bem como todos aqueles compromissos dos quais derivam interesses importantes, da mesma forma que o estado, como um todo, é obrigado a cumprir seus compromissos com as comunidades particulares (...). (BURKE, 2014, p. 43)

Conforme Edmund Burke, aquela *Declaração* circunscreve o poder da coroa, mas o princípio da hereditariedade do monarca resta intocável: não engendrou os “inesperados giros da roda da fortuna” personificados nas revoluções típicas do período do Terror francês (1793-4). Antes, a *Declaração* de direitos – que seria a base do Bill of Rights de 1689 – foi um pacto que confirmou os direitos e as liberdades dos ingleses, ao mesmo tempo em que regulou a sucessão da coroa. Ao invés de destruir antigos

⁶ *Reflexões sobre a Revolução na França* é um livro clássico do intelectual e político irlandês Edmund Burke (1729-97), que posteriormente influenciou o pensamento conservador. Edmund Burke propugnava a ideia de que a influência da Revolução Gloriosa (1688-9) no imaginário dos revolucionários franceses é confusa por não entenderem os fundamentos da *Declaração* de direitos produzida pelos ingleses.

direitos fundados e legitimados pelo *Common law*, a Revolução de 1688 foi uma reforma constitucional que assentou o “patrimônio legal já existente e herdado”, ao garantir a legitimidade do poder dos reis europeus.

O pensamento conservador pode ser entendido como tentativa de resposta racional à preservação de determinadas heranças coletivas. Edmund Burke criticava as relações de troca e monetárias que emergiram da revolução burguesa na França, porquanto aquelas relações deveriam ser dependentes de uma ordem econômica que precisaria estar submetida a uma ordem moral. Essa mesma ideia estava contida na *Teoria dos sentimentos morais* (1759) do filósofo e economista escocês Adam Smith (1723-90), contemporâneo de Edmund Burke. As maneiras ou a ordem moral dizem respeito à confiança, à responsabilidade e ao compromisso.

A deferência aos atributos morais é que funda a solidariedade humana. A solidariedade, o dever e a virtude são a “mão invisível” que guiará os interesses individuais para a realização da legítima satisfação coletiva. Assim, o ser humano não é simples *homo economicus* e a política não pode ser apêndice da economia e tampouco de estratégias políticas de facções ideológicas. Essa crítica é dirigida ao economicismo do capitalismo moderno, o qual comete duplo equívoco: 1) Reduzir a ordem política às operações do mercado; 2) Em determinados períodos históricos, gerar rupturas revolucionárias que reduzem a política à manutenção de um único projeto de poder.

Nesse contexto intelectual burkiano, a sociedade é dependente das relações de afeto e lealdade que só podem ser erigidas de baixo para cima, na interação face a face entre os indivíduos. Essas relações se desenvolvem na família, nos clubes locais, nas associações, nas instituições de ensino e religiosas, no ambiente de trabalho, entre outros. É justamente nesses ambientes que o ser humano interage proximamente com os seus semelhantes, “assumindo a responsabilidade por seus atos e levando em consideração o próximo” (SCRUTON, 2014, p. 40).

Edmund Burke enfatizou que são os costumes e as tradições que fundam os vínculos de solidariedade de baixo para cima. Quando uma sociedade não é organizada segundo os costumes do povo, mas ordenada de cima para baixo por uma ditadura revolucionária ou pela burocracia impessoal ávida de colocar decretos em execução, o respeito e a solidariedade que uniam os indivíduos são desfeitos.

Assim, governos centralizados que impõem regras de cima para baixo geram a irresponsabilidade entre os indivíduos, ao mesmo tempo em que o monopólio da burocracia impessoal sobre a sociedade faz surgir nas pessoas a carência do agir livre. Portanto, as tradições sociais não são costumes adotados arbitrariamente pela sociedade, mas formas de

conhecimento que – pelos caminhos dos erros e acertos no decurso histórico – sistematizaram tentativas de ajustar as condutas dos indivíduos entre si. Dessa forma, “(...)caso as destruamos de modo negligente, eliminaremos as garantias oferecidas de uma geração para a geração posterior” (SCRUTON, 2014, p. 40).

O pensamento conservador intenta aliar as exigências da permanência de determinadas tradições e costumes com as exigências da mudança histórica. Não deve pretender destruir tudo o que foi construído pelas gerações anteriores de maneira irrefletida, mas preconizar a mudança “refletida e moderada” (KIRK, 2013).

Nessa perspectiva, o pensamento conservador elabora crítica ao culto do progresso desmedido que está impresso na subjetividade progressista moderna: se o pensamento progressista considera o presente como o início do futuro, o pensamento conservador concebe o futuro “como o mais avançado estágio alcançado pelo passado” (RICUPERO, 2013, p. 76). O passado coexiste com o presente e, diferentemente do pensamento progressista, a ideia central para o pensamento conservador não é a de sucessão constante de modos de vida, porém a coexistência de estilos de organizações sociais pretéritas e presentes.

3. Particularidades do pensamento conservador no Brasil

No Brasil e na América Latina, o pensamento conservador teve a sua origem na negação do passado colonial. Nas revoluções de independência, o pensamento conservador latino-americano seguiu caminho diverso do europeu, que fustigava a Revolução Francesa à moda de Edmund Burke. A nova ordem política que emergia das revoluções de independência nas Américas estava impossibilitada de conservar partes das suas relações políticas e sociais pretéritas.

Em poucas palavras, é muito difícil, como já foi dito, para conservadores na América valorizar o passado porque esse passado é o passado colonial. Aceitá-lo seria, no limite, valorizar a dominação das antigas metrópoles e pôr em questão a própria independência. (RICUPERO, 2013, pp. 78-9)

Aquele mundo em profunda transformação na América Latina fez que o pensamento conservador não se voltasse para a manutenção de valores e sentimentos compartilhados pela sociedade ao longo dos séculos. As respectivas condições de colônia dos territórios latino-americanos experimentaram os valores e as leis impostos de cima para baixo pelas metrópoles, sendo rara a presença do pensamento conservador clássico europeu na América Latina⁷. O pensamento conservador no Brasil se

⁷ Na América Latina não havia, como na Inglaterra, a vigência do *Common Law*.

deparou com o fato de ser uma colônia que almeja a independência, afastando-se da ideia do conservadorismo clássico, que valorizava determinadas instituições políticas e sociais geradas pelos séculos anteriores.

Roberto Schwarz (1988), no seu texto sobre a obra do escritor Machado de Assis (1839-1908), assinalou que o liberalismo é uma ideia fora do lugar no Brasil. O socialismo e o conservadorismo igualmente se constituem em ideias fora do lugar, levando-nos a problematizar as mudanças que as influências intelectuais e teóricas sofrem ao serem recepcionadas em diferentes ambientes econômicos, políticos e sociais.

No livro publicado em 1965, *A consciência conservadora no Brasil*: contribuição ao estudo da formação brasileira, o filósofo e jurista Paulo Mercadante (1923-2013) afirmava que no Brasil o pensamento conservador se ancorou no ecletismo filosófico⁸. Serão diversas as bases teóricas que compuseram aquela consciência, com os intelectuais e políticos trazendo consigo a ideia do “reformular para conservar” ao aperfeiçoarem “um estilo específico de pensamento, correspondente à peculiaridade de suas origens sociais” (MERCADANTE, 1980, p. 218).

As origens sociais do pensamento conservador nacional estavam localizadas no domínio rural e na incipiente burguesia urbana, vinculada aos interesses de exportação. Esses homens públicos nortearam o seu pensamento pela ação coletiva fundada na exportação e no domínio rural. Todavia, existiam certas peculiaridades inerentes àquele domínio: a elite não formou castas, com o acesso à vida pública sendo dependente da confiança do grupo dominante. Para ingressar na magistratura, na administração pública, na política ou no magistério, o indivíduo podia tornar-se membro do partido conservador ou liberal, desde que no seu espírito predominasse a moderação.

Os senhores rurais brasileiros estavam em um contexto de liberalismo econômico insuficiente e de liberalismo político em antagonismo com o trabalho escravo. Dessas condições institucionais e materiais é que surgiram o ecletismo filosófico e o espírito de conciliação política entre os grupos dominantes. Nesse caso específico, havia a necessidade de conciliar a revolução nas relações externas “com o escravismo nas relações internas de produção”: conciliação que era a principal questão apresentada às elites que realizaram a Independência de 1822. Historicamente, todo pensamento que se opunha às reformas graduais da escravidão foi solapado até 1870, fase em que o movimento

⁸ O ecletismo é uma diretriz teórica originada na Antiguidade grega, e retomada ocasionalmente na história do pensamento, que se caracteriza pela justaposição de teses e argumentos oriundos de doutrinas filosóficas diversas, formando uma visão de mundo pluralista e multifacetada.

aboliconista se intensificou, acompanhado da conciliação política entre as elites dominantes.

Defendia, por todo o longo percurso de sua preeminência política, o instituto da escravidão e o liberalismo econômico, procurando ajustá-los ambos à realidade política de um país novo e composto de diferentes regiões. (MERCADANTE, 1980, p. 221)

O liberalismo econômico se consagrou harmonizando-se às relações internas de produção sustentadas pelo trabalho compulsório. Igualmente, o liberalismo político ignorava a vigência da instituição escravocrata. Em verdade, a ideologia nacional conservadora teve a sua gênese no liberalismo econômico do final do século XVIII, mas não se associou a qualquer tipo de pensamento político radical.

Se a Restauração (1814-30) na França foi realizada em sociedade extenuada pelo jacobinismo impregnado de extremismo revolucionário, a independência política no Brasil não seguiu o pensamento radical da Revolução Francesa em seu todo: ao contrário, a questão da emancipação política ficou subordinada às melhorias das relações entre a metrópole e a colônia, causando “um ajuste de interesses” (MERCADANTE, 1980, p. 227).

Ao refletirmos sobre as diferenças de desenvolvimento do pensamento conservador europeu que partiu de Edmund Burke e a constituição do pensamento conservador nacional, podemos inferir que é temerário – do ponto de vista conceitual e da prática política – utilizarmos conceitos de forma abstrata. O pensamento conservador assumiu determinadas particularidades no Brasil, consistindo em uma força social e política que comandou o processo de desenvolvimento da modernização conservadora após a independência política de 1822.

A análise das obras intelectuais de referência, da ação política, dos discursos e dos debates parlamentares deve ser objeto de estudo premente para compreendermos aspectos conceituais importantes de um pensamento que se destaca na vida pública nacional.

4. O pensamento conservador de Arthur César Ferreira Reis

Ao ponderar sobre as raízes intelectuais brasileiras, o historiador mineiro João Camilo de Oliveira Torres (1915-73) assim definiu o pensamento conservador:

Uma posição política que reconhece que a existência das comunidades está sujeita a determinadas condições e que as mudanças sociais, para serem justas e válidas, não podem quebrar a continuidade entre o passado e o futuro. Podemos dizer que o traço mais característico da psicologia conservadora consiste, exatamente, no fato de que não considera viáveis as

transformações e mudanças feitas sem o sentido da continuidade histórica (...) (TORRES, 2017, p. 23).

Essa descrição se aproxima de alguns aspectos teóricos encontrados na obra de Arthur Cézár Ferreira Reis. No livro *Os construtores do império: ideias e lutas do Partido Conservador Brasileiro (1968)*, João Camilo de Oliveira Torres propôs comparação crítica do pensamento conservador com posições que aparentemente lhe seriam similares, como o imobilismo social ou político, o reacionarismo e o progressismo. Segundo o autor mineiro, o imobilismo se conforma com a situação política e social hodierna ao rejeitar qualquer transformação, a despeito de ser legítima ou benéfica.

O reacionarismo defende o “refluxo” do tempo histórico ao condenar as transformações ocorridas recentemente, reivindicando o retorno às origens identificadas a um idealizado “passado de glórias”. O progressismo geralmente é caracterizado pelo pensamento revolucionário, que funda a sua concepção da realidade social na ideia de sucessão histórica inexorável que substitui ininterruptamente a antiga ordem social. Nesses termos, o progressismo se diferencia substancialmente do imobilismo e do reacionarismo, que propugnavam a noção de que a suposta ordem social a ser fundada corromperia as virtudes das instituições políticas e sociais anteriores.

Diversamente do imobilismo, progressismo ou reacionarismo, a essência teórica do conservadorismo compreende que, em determinadas condições históricas algumas mudanças políticas e sociais podem ser virtuosas, desde que não se oponham de forma irrefletida e radical às instituições mantenedoras do legado benéfico das gerações precedentes (TORRES, 2017). Sendo assim, o conservadorismo não é refratário à mudança, ao contrário das visões estanques e passadistas do imobilismo e do reacionarismo; antes, o pensamento conservador possui cautela perante a mudança insensata, a qual deve ser norteadada pela prudência política platônica (KIRK, 2013).

Aquelas definições de conservadorismo estabelecem estreitas ligações com os pressupostos teóricos do pensamento de Arthur Cézár Ferreira Reis, os quais indicam que o processo histórico deve ser transformado de maneira gradual, para evitar os traumas advindos das rupturas revolucionárias. O projeto de futuro do intelectual e político amazônida procurava conciliar as relações sociais pretéritas e presentes, ao intentar refletir sobre temas e problemas políticos e sociais que se desenrolavam em cenários históricos concretos e específicos.

A linhagem intelectual de Arthur Cézár Ferreira Reis pode ter o seu início nas ideias representadas pelo Partido Conservador do império brasileiro (Saquaremas), o qual não era um partido reacionário em sua

essência, apesar de algumas de suas alas internas combaterem qualquer forma de progresso (TORRES, 2017).

O conservadorismo no Brasil do século XIX tinha como expoentes José da Silva Lisboa, visconde de Cairu (1756-1835); Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná (1801-56); Paulino José Soares de Sousa, visconde do Uruguai (1807-66) e José Antônio Pimenta Bueno (1803-78), entre outros. Para esses intelectuais e políticos, a nação é formada por indivíduos livres que possuem direitos civis e políticos; são portadores inclusive de direitos que antecedem a formação do próprio estado moderno, como os direitos naturais. Porém, a nação brasileira articula na sua própria historicidade os direitos específicos que a diferenciam de outras nações e que acentuam a sua realidade particular (TORRES, 2017).

Os “saquaremas” tinham como dogma fundamental que a liberdade somente está devidamente protegida se encontra o apoio de uma autoridade forte e imparcial. Contra a tendência ao anarquismo que as doutrinas de Rousseau possuíam em estado latente, fundando a liberdade na ausência de poder, na abolição de qualquer ordem ou categoria social, os conservadores postulavam o princípio de que os cidadãos não poderiam ser livres senão sujeitos à lei, a uma autoridade justa, neutra, imparcial, soberana, que fizesse a todos justiça reta e igual. (TORRES, 2017, p.31)

Esta defesa dos saquaremas de uma autoridade forte e imparcial era o pilar do conservadorismo imperial e pode ser associada ao pensamento político e social de Reis. Considerado por alguns críticos representante da vertente política “autoritária”, na realidade era o conservadorismo que guiava as suas ideias e práticas políticas.

Reis é legatário do pensamento conservador amazônida, cuja particularidade só pode ser compreendida dentro do contexto de crise da economia extrativista da primeira metade do século XX e da tentativa das elites locais – e dos intelectuais – de organizarem novos caminhos para o desenvolvimento regional. O resultado dessa empreitada política e intelectual foi a defesa de um nacionalismo exaltado que procurava determinar o lugar que a Amazônia deveria ocupar no Brasil. Nesse panorama, ocorreu a apoteose de um estado interventor e planejador, com a tarefa de reformar uma sociedade amorfa ao guiar um povo supostamente incapaz de auto-organização. Essas concepções teóricas de Reis originaram a sua afinidade eletiva com o bloco de poder que tomou o poder a partir de 1964.

5. A colonização portuguesa e a gênese do nacionalismo no Brasil

O tema do nacionalismo é característica marcante da obra histórica de Arthur Ferreira Reis. Ao narrar uma versão da história que conseguisse despertar na juventude o sentimento de patriotismo, o autor procurou na sua pesquisa documental indícios empíricos que atestassem com veracidade os aspectos essenciais do desenvolvimento histórico brasileiro.

Reis presumia que a formação política e social brasileira era consequência imediata da colonização europeia na América, África e Ásia. O surgimento da modernidade se deu a partir do processo da expansão colonial europeia, denominada pelo autor de “europeização do mundo”, considerada a maior revolução empreendida pela humanidade. Nesse cenário, Reis empreendeu a apologia ao espírito expansionista europeu, em especial ao expansionismo marítimo português, que havia ampliado as possibilidades dos europeus de conquistar as terras de além-mar.

A civilização do Novo Mundo pelos europeus permitiu o surgimento do ímpeto de liberdade que incentivou os povos do continente americano a lutar pela independência política no final do século XVIII e início do século XIX. Desse modo, Reis estabeleceu uma continuidade linear entre a expansão europeia, a colonização e a independência das colônias americanas. A consolidação da independência dos países latino-americanos foi inspirada pela Revolução Americana de 1776 e pela Revolução Francesa de 1789, as quais despertaram sentimentos de liberdade que ainda poderiam ser encontrados nos anos 60 do século XIX no Brasil (REIS, 1966)⁹.

Reis narra em forma de epopeia os acontecimentos do descobrimento, conquista, domínio e colonização da América pelos lusitanos. Ao superar inúmeros perigos, sofrer derrotas e vencer lutas épicas, os portugueses provaram a sua capacidade adaptativa, que permitiu a formação do Brasil. Os primeiros três séculos da colonização se firmaram pela presença do português, que construiu uma “sociedade viril” e miscigenada.

Desde os primeiros momentos, os que desembarcavam no litoral, ao tomar contato com o meio social, encontrando a humanidade feminina local a ela foi se ligando intensamente, com o que deu origem a um núcleo social novo, mestiço, integrado nos rigores do meio físico e incontestavelmente, por essa adaptação, indicado para a realização de toda uma série de empreendimentos que exigiam a identificação com tais rigores. O processo de acomodação dos reinóis (...) foi lento e

⁹ Provavelmente o autor está se referindo à chamada Revolução de 1964, da qual foi um dos apoiadores ao considerá-la movimento político que lutou contra a corrupção e pela moralização do país. Sobre esse assunto consultar Reis (1968).

continuado. Efetuou-se ora livremente, sem nenhum respeito às regras legais, ora sob o impulsionamento e a rigidez dos estatutos de direito, sempre, porém, sob o aplauso do estado, que compreendera a conviência da solução. (REIS, 1966, p. 27)

A colonização portuguesa foi resultado de três séculos, sendo o principal processo de adaptação a mistura dos reinóis com as indígenas. Essa miscigenação ocorria de forma espontânea ou era incentivada e regulada pelo estado metropolitano. Paulatinamente, a metrópole portuguesa compreendia a natureza geográfica e social da colônia e elaborava políticas públicas que incentivassem a miscigenação dos lusitanos com os autóctones. Do mesmo modo, Reis destacou os cinco milhões de africanos escravizados que foram trazidos para a colônia, resultando na estrutura básica da sociedade colonial. Essa composição étnica seria o arrimo que gestaria, no último quartel do século XVIII, uma sociedade que mais tarde conquistaria a sua autonomia política (REIS, 1966). Resumindo, essa seria a concepção linear da história e da autonomia política brasileiras vistas a partir de um processo cumulativo e evolutivo.

A atividade econômica do período colonial foi organizada pelo planejamento estatal na forma de estatutos, dispositivos, portarias, leis e levantamentos. O planejamento econômico se fazia necessário, pois caso contrário redundaria no caos econômico e na decadência da nação portuguesa. A Colônia foi dividida em quatro áreas geoeconômicas: 1) A Amazônia ficaria com o sistema extrativista das drogas do sertão, concedendo prêmios aos que se destacassem no cultivo da terra, bem como penalidades àqueles que burlassem leis de preservação; 2) O Nordeste produziria açúcar, ao incentivar o aumento da área canavieira e assegurar normas para a sua produção ordenada e facilidades para aprimoramento da técnica; 3) O Sul privilegiaria o pastoreio, regulando a importação e exportação de bens; 4) O Sudeste incentivaria a mineração com políticas de imigração e promoveria a reforma dos processos de extração. Segundo Reis, em cada uma dessas regiões se definiram condições próprias, demonstrando que o estado metropolitano procurava se adaptar aos ciclos históricos que se modificavam no decorrer do tempo (REIS, 1966).

O poder político português agiu de maneira organizada ao planejar, incentivar, regular ou restringir a ação humana na colônia. A administração da sociedade colonial foi realizada pela ação coordenada e realista do estado metropolitano, demonstrando a capacidade de adaptar a sua ação conforme a conjuntura. Reis mencionou a constituição centralizadora do Governo Geral e a virtuosa atuação administrativa e política de Tomé de Sousa (1503-79), a qual resultou na organização eficiente da colônia ao unir os povoados e as regiões, pondo termo à dispersão que perdurara nas capitanias.

O governo de Tomé de Sousa não era baseado no improviso, mas normatizado em regimentos detalhados. Em seguida, Reis apontou a reforma que instituiu o Conselho Ultramarino originado da União Ibérica. As dificuldades que surgiram a partir de 1573 criaram a necessidade de acabar com o expediente do governo único na colônia, bipartindo aquele poder entre o Norte e o Rio de Janeiro (REIS, 1966). Esse caráter adaptável da política colonizadora ofereceu vantagem aos portugueses sobre outros povos no exercício do poder nas suas respectivas colônias.

A. C. Ferreira Reis procurou sustentar a seguinte tese: a colonização portuguesa foi norteada por engenhoso planejamento estatal herdado pela monarquia constitucional parlamentar e, posteriormente, pela República Federativa, visto que aquele planejamento estava materializado em uma política realista que se adaptava ao meio social e geográfico no transcorrer dos séculos.

Porque planejamento não é coisa de nossos dias, como muitos imaginam. É velho, dos primeiros tempos da vida social, naturalmente sem as exigências que condicionam ou caracterizam os planejamentos atuais. Compreendido o planejamento como uma ideia a ser posta em prática através de uma política continuada, sem interrupções, política efetiva, realística, evidentemente não será demais concluir – que a formação territorial do Brasil foi, senão totalmente, em grande parte resultando de um plano nacional português (REIS, 1966, p. 89).

A partir do século XVIII começou a se fortalecer um sentimento nativista na cultura e na política, desembocando na independência da América colonial portuguesa. Aquele sentimento teria surgido devido à ineficiente administração pública dos governantes, que não obedeciam às ordens e leis provenientes da coroa. As reclamações que os colonos enviavam à metrópole evidenciavam que eles já tinham consciência dos seus direitos. Nesse ínterim, Reis descreveu a influência das ideias revolucionárias francesas na colônia, as quais provocaram revoltas que reivindicavam a independência política e a implantação da república (REIS, 1966; 1982).

Em contrapartida, o autor ressaltou que o caráter regional do Brasil era uma das peculiaridades da formação nacional. Durante a história brasileira, o estado forte e interventor esbarrou nas enormes distâncias que separavam as províncias e que acarretavam consideráveis dificuldades nas comunicações. Esses fatores reforçaram o nosso caráter regional. A metrópole portuguesa entendeu essa característica e adaptou a sua política ao seu vasto território colonial¹⁰.

10 O autor assinala a capacidade organizativa do poder público português em criar um novo mundo ao mesmo tempo em que procura se adaptar à realidade geográfica, cultural e política.

Apesar dos eventuais erros políticos cometidos pelos colonizadores lusitanos, Reis indicou que o processo de colonização foi positivo porque serviu a um propósito maior: a construção de uma nova nação nos trópicos americanos. Diante desse objetivo épico, todo e qualquer abuso provindo de sertanistas, planejadores governamentais locais ou da oligarquia latifundiária poderia ser colocado sob suspeição. O governo metropolitano entendia, segundo o historiador amazônida, que o Velho Mundo deveria compor o Novo Mundo ao ampliar o seu domínio colonial.

(...) obedeceu a um propósito político, resultou de um programa. As ordens régias, as decisões do Conselho Ultramarino são abundantes dentro dessa finalidade. Buscou-se, no Sul, o Prata. A Colônia do Sacramento materializou o Forte do Presépio, que deu origem a Belém, e a Macapá, assinalaram a marcha dos sertanistas, dos pioneiros, dos fronteiros. A expansão para o Oeste levou a Minas, a Goiás, a Mato Grosso e à hinterlândia amazônica (REIS, 1966, p. 53).

Esse intuito político da metrópole conduziu à execução de um planejamento administrativo e político e firmou a necessidade de fomentar base econômica que tornasse possível a vida social na colônia. Assim, foram engendradas a criação de gado, a produção do açúcar e a extração das drogas do sertão. Na perspectiva de Reis, Portugal conseguiu levar a cabo uma das experiências de aclimatação mais bem-sucedidas da história do ocidente europeu, pois conseguiu constituir uma sociedade orgânica e sólida na colônia. Essa política realista que visava a formar e disciplinar a vida econômica, política e social na colônia tinha também como instrumento o inventário:

das atividades construtivas que, para uma compreensão mais penetrante, mais aguda de nosso processo de colonização, precisa envolver-lhe os aspectos político-administrativos e de cultura, de espiritualidade em que os portugueses agiam com objetividade, encontra, todavia, no que diz respeito à estrutura social, a contribuição primordial da participação portuguesa na nossa fundamentação. Porque foi através da formação de uma sociedade, capaz de entender-se bem com o meio agressivo que Portugal pôde realizar seu programa de aproveitamento do Brasil, seja no que diz respeito a sua configuração territorial, seja no que diz respeito aos processos econômicos (REIS, 1966, p. 539)

Ao refletir sobre o tipo social de colono que desembarcou no Brasil, Reis – no livro *A política de Portugal para o Vale Amazônico* – afirmou que os colonos derivavam tanto de uma pequena nobreza quanto de homens honestos, sendo apenas uma ínfima parte formada por criminosos. A asserção comumente veiculada de que os colonos eram todos foras da lei degredados era uma tentativa de maldizer as raízes portuguesas do Brasil. Em verdade, Reis indicou que a base dos colonos

era formada por uma pequena nobreza, lavradores, artífices, artesãos, mestres, nobres, “pescadores, tecelões, armeiros, funcionários públicos, soldados e letrados” (REIS, 1966).

Arthur Reis também apresenta reflexão positiva a respeito da ação na colônia da Igreja Católica, considerada apêndice fundamental para o disciplinamento espiritual tanto do nativo quanto do colono. A religião possui importante função social de moderação das paixões, principalmente no ambiente agreste e desagregador da colônia. A Igreja Católica desempenhou relevante papel na formação da nacionalidade ao regular a conduta humana e tornar a vida social possível. Mesmo com a expulsão dos padres da Companhia de Jesus pelo marquês de Pombal, considerado por Arthur Reis um estadista modelo, a presença religiosa se manteve com as atuações do clero secular e dos padres da Ordem dos Capuchinhos (REIS, 1966). De fato, segundo o autor, a história brasileira foi digna de admiração nos seus primeiros três séculos:

a história dessa formação territorial, realizada sem cessar por nós próprios, por decisão local, posteriormente coberta na expedição de atos políticos que legalizavam a expansão e asseguravam o futuro político dessa irradiação espetacular, é bem o termo (...). Porque só mesmo um povo de gigantes, desprovido dos recursos técnicos que não existiam então, poderia ter efetuado a portentosa façanha (REIS, 1982, p. 110).

O autor amazônida louvou esse processo de expansão territorial como um acontecimento de proporções épicas: a sua intenção era interpretar as raízes da nacionalidade como uma façanha que deveria servir de referência para as gerações mais novas. Os supostos abusos contra os mais fracos e os derrotados que porventura pudessem ter acontecido são postos em segundo plano. O objetivo é reverenciar a formação nacional que – apesar de realizada em condições tão precárias – resultou no feito incrível de criar um país com enorme extensão territorial e diversidade de etnias, costumes e culturas.

6. A independência e o império na visão conservadora de Arthur Cézár Ferreira Reis

A partir de 1750, o Brasil crescia em importância econômica e política, pois o poder colonial português se concentrava não mais nas suas colônias do Oriente, e sim nas suas possessões do Ocidente (REIS, 1966, p. 51). Arthur Cézár Ferreira Reis descreveu a decadência da economia portuguesa no século XVIII: o ouro brasileiro não mais oferecia os mesmos dividendos, sendo substituída a extração aurífera pela produção agrícola e pelo extrativismo vegetal. As reformas do marquês de Pombal – consideradas positivas pelo autor – foram baseadas no incentivo à

indústria e à iniciativa privada, porém não conseguiram estancar o processo de decadência econômica portuguesa (REIS, 1982).

Em contrapartida, Reis apresentou a vinda da família real portuguesa como acontecimento imprescindível para assegurar novo *status* de civilização ao Brasil, que estava então modernizando as suas principais cidades e recepcionando novos valores culturais e políticos da Europa. Nesse contexto, as ideias liberais percorreram livremente o Brasil, sendo parte de um movimento maior de descolonização do mundo atlântico, do qual o país seguiria o caminho:

princípios a transformação no sistema existencial, adotando-se fórmulas revolucionárias, ideologias avançadas, princípios que feriam práticas centenárias, fórmulas políticas também já vencidas pelo tempo. O chamado Iluminismo, da filosofia reformadora, envolvendo círculos pensantes e mesmo círculos responsáveis pelos destinos políticos dos povos, marcou a crise de que a Enciclopédia seria o fruto mais profundo (REIS, 1982, p. 127).

Arthur César Ferreira Reis afirmava que o processo de independência ocorreu de maneira natural e sem rupturas radicais. A Carta Constitucional de 1824 – outorgada pelo imperador D. Pedro I – foi mais liberal do que a proposta pela extinta Assembleia Constituinte de 1823. As insatisfações populares ocorridas logo após a Independência são tomadas como fenômeno natural, isto é, como episódio esperado para um país que tinha acabado de conquistar a independência (REIS, 1966).

Assim, o império tomou a forma unitária. A Constituição preferiu dar ênfase à unidade do território em detrimento das peculiaridades regionais, espremendo as aspirações das regiões. A monarquia constitucional parlamentar, com seus dois partidos, o conservador e o liberal, não se diferenciavam no exercício do poder (REIS, 1966; 1982). Efetivamente, Arthur Reis era crítico do parlamentarismo, considerando-o mais um jogo de poder do que um meio para atender aos interesses do país; foi uma experiência que pouco contribuiu e não criou raízes na política brasileira. Era o imperador, com o seu poder pessoal, muito mais efetivo na condução da vida nacional. Reis apontou que a projeção que o Brasil alcançou no século XIX foi digna de nota:

Decorre de seu desenvolvimento econômico, de seu processo político ordeiro, de suas instituições liberais em funcionamento regular. As relações que manteve com outros povos foram relações exercidas em termos de igualdade e asseguradas em sua plenitude através de atos diplomáticos que regularam, no particular da Sul-América, limites, boa vizinhança, comércio e comunicações. (REIS, 1966, p. 67)

A respeito da análise da forma de organização do estado tomada pelo Brasil a partir da Carta Constitucional de 1824, Reis converge com

Oliveira Vianna ao afirmar que a forma unitária era a mais correta, por ter mantido o território unido, dialogando com o ensaio *Os regionalismos e a unidade nacional* do sociólogo fluminense.

Diante do problema da dispersão das populações e da estrutura “ganglionar” da sociedade brasileira, era preciso que os agentes políticos imperiais – vistos por Oliveira Vianna e Arthur Cézar Ferreira Reis como estadistas – resolvessem o problema da desorganização social e política que poderia conduzir à “hispanização” da América portuguesa, isto é, à sua fragmentação em pequenas repúblicas.

A escolha pela forma unitária foi acertada, pois teria impedido a desagregação e mantido as regiões unidas (REIS, 1966; 1982). Vemos aqui outra afinidade eletiva do autor: regimes unitários, com um governo central forte e capaz de manter a ordem social. Tal predileção intelectual e política o fariam se aproximar tanto da ditadura varguista do Estado Novo (1937-45) quanto da ditadura civil-militar de 1964.

A consolidação de independência produziu a necessidade de organizar uma Assembleia Constituinte para estabelecer as instituições políticas e as leis do país. Arthur Cézar Ferreira Reis a considerou representativa da vida política brasileira naquele período, embora muitas províncias não tenham conseguido enviar os seus representantes à Constituinte. Os debates teriam levado a excessos que dificultaram a formulação da Carta Magna, daí a sua dissolução pelo imperador:

O novo projeto devia ser, depois de considerado nas câmaras, apreciado por nova Constituinte. D. Pedro entendeu, no entanto, que se fazia necessária sua imediata aplicação, com o que a acusação de absolutista, que lhe pesava, perderia expressão. E a 25 de março de 1824, dispensada a participação de uma nova Constituinte, era outorgada, assumindo o imperador, com o gesto, um poder que devia ter cabido à Assembleia Constituinte, a dissolvida, e a que pensara em convocar. (REIS, 1982, p. 159)

A nossa primeira Constituição fora outorgada pelo imperador ao superar os debates exaltados da antiga Assembleia. O historiador em tela interpretou que o clima político da época tinha a necessidade de estabelecer as competências de todos os poderes. Ao seguir esse raciocínio, o autor chegou à conclusão de que a Constituição de 1824 estabelecera um grande rol de liberdade para os brasileiros.

Como se verifica na disposição do Artigo 179 e seus itens, em número de 35, a Constituição de 1824 assegurava aos brasileiros uma área de liberdade que extinguiu a ordem que vigorava no período colonial e era agora uma confirmação de que o pensamento liberal mais avançado estava na consciência dos que a elaboraram. (REIS, 1982, pp. 161-2)

Consequentemente, Reis descreveu a Carta Constitucional de 1824 como “peça magnífica” do espírito de liberdade gerado com as revoluções francesa e americana, e que teria como mérito a preservação da configuração social e política criada por Portugal, impedindo a desagregação do território.

A Constituição de 1824, evidentemente, era peça magnífica na linha de uma ordem jurídica que principiara com as revoluções Americana, Francesa e se estendera às Américas. E, o que é fundamental, a nosso ver, mantinha, na forma unitária adotada, a unidade nacional, assegurando os laços de solidariedade do continente arquipélago que Portugal criara e poderia ter sido destruído na hora grave da independência, como sucedera, será bom recordar, com as antigas colônias espanholas. A unidade importava no reconhecimento de que já éramos um povo certo de seu destino e esse destino alicerçado no quadro imenso, mantido, do espaço físico que tornáramos espaço político, por nós possuído sem reservas e hesitações. (REIS, 1982, pp. 163-4)

O dispositivo político, baseado no liberalismo, funcionava de forma ordeira. Sob o império foi iniciado o processo de urbanização, retirando gradativamente a população que estava dispersa pelas propriedades rurais. As cidades experimentaram um melhoramento dos serviços, atraindo a população. A ascensão do urbanismo representou nova configuração social no Brasil, iniciada ainda durante o império. Mas essa mudança de configuração não representou o fim do patriarcado rural, pois as classes abastadas provenientes do mundo rural possuíam negócios lucrativos nas cidades, caminhando de par em par com as classes opulentas típicas da urbanização (REIS, 1966).

7. O fim da monarquia constitucional parlamentar e a inserção brasileira no século XX

Para Arthur Cézar Ferreira Reis, éramos em 1889 planta exótica na América, uma vez que o continente tinha gerado várias repúblicas independentes, enquanto que o Brasil era uma monarquia constitucional parlamentar. O autor reiterou a sua ideia de que o sistema monárquico era mais europeu que americano. No final do século XIX, o sistema institucional e político do império chegaram ao seu limite.

Garantira (...) a unidade, assegurando a estabilidade ao processo de continuidade do país, levado a uma condição de prestígio universal realmente ponderável. O Império era planta exótica, constituía exceção, mas exercera seu papel da maior importância para a vida nacional. (REIS, 1982, pp. 121-3)

Tendo exercido seu papel de manter o domínio unido, os episódios de quarteladas e revoltas não teriam sido a tendência do império, de forma

que não se gerou no Brasil o fenômeno do caudilho. Não havia entre nós um espírito anárquico, como na América Espanhola. Éramos, segundo o autor, tão exitosos em nossa constituição como eram os Estados Unidos. Por isso, Reis reconheceu os méritos do regime monárquico, pois concluiu que, se tivesse sido a república o regime adotado logo após a Independência, haveria a desintegração do Brasil (REIS, 1966; 1982).

Ao refletir sobre a decadência do império, o autor se referiu ao livro de Oliveira Vianna, *O ocaso do império*, compartilhando as opiniões do sociólogo fluminense sobre as causas da mudança de regime:

o poder pessoal exagerado, exercido pelo imperador, irritação dos políticos contra o imperador pela rotatividade do sistema do governo, burla eleitoral, que de certo modo desprestigiava o regime, abolição da escravatura, questão militar (REIS, 1982, p. 216).

Acrescenta, porém, mais outras razões no seu diagnóstico:

a questão religiosa e a propaganda positivista, que principiava a inquietar os espíritos mais novos para a experiência republicana, nas linhas do catecismo de Augusto Comte. O poder pessoal de D. Pedro era uma consequência do que constava da Constituição em vigor – o poder moderador. Exercido com austeridade mas intensa e profundamente, dava a impressão de que, na realidade, o monarca era não um monarca constitucional limitado em seus impulsos e sua ação pelo rigorismo do texto institucional, mas um autocrata que ignorava as limitações legais para exercitar um governo acima das prerrogativas que lhe cabiam. Os ministros, buscados no dualismo partidário, e só por exceção, em fases mais difíceis, em fórmulas de concentração imposta pelo bem comum da hora grave, não se sentiam no uso franco, natural, rotineiro, de suas competências (REIS, 1982, pp. 216-7).

Embora o imperador tivesse o seu poder limitado pelo texto constitucional, a sua atuação institucional causava estranheza na classe política, que sentia a ausência de liberdade de ação devido às competências do poder moderador. A natureza do poder emanado do imperador não se restringia apenas a ser um símbolo do estado, mas também possuía como prerrogativas governar e administrar. Aquela que seria Isabel I num eventual III Reinado foi analisada por Reis como alguém que tinha uma ênfase executiva até maior que o rei (REIS, 1982).

Conforme aponta o autor em pauta, tanto a destituição quanto a subida dos partidos conservadores e liberais ocorria como simples rotina, sem que houvesse qualquer novidade na plataforma de governo, ou reformas para o progresso material ou, ainda, a integração territorial do império: era uma atmosfera política sem aspirações e sem perspectivas.

Os partidos se descreiam do imperador, acusando-o de dificultar-lhes a ação, ou de absolver-lhes a competência, de seu lado estavam também sem mais conteúdo para assegurar-se a

confiança pública. Os pleitos eleitorais constituíam espetáculos degradantes, senão de corrupção, de mandonismo, de falsificação da verdade das urnas, através de processo que as reformas eleitorais não tinham podido refrear, corrigir, dignificar, moralizar. (...) era indicação visível de que tudo prenunciava a fraqueza da monarquia. Se ninguém a defendia! Se ninguém sentia satisfação em servi-la! (REIS, 1982, p. 218)

Igualmente, o autor criticava a forma como foi feita a abolição. Embora tenha ocorrido sem dificuldades administrativas, não se via o golpe contra a economia patriarcal. A libertação dos escravos teria sido feita de maneira brusca e antieconômica, não levando em conta a peculiaridade da produção econômica brasileira. Os libertos também não tiveram qualquer apoio para seu progresso material, passando a compor partes significativas dos marginalizados sociais. A escravidão foi abolida de forma romântica (REIS, 1982).

Diante do quadro de corrupção eleitoral, do mal-estar que a classe política sentia em relação ao poder moderador, da propaganda republicana, do positivismo, do suposto autocratismo da futura rainha Isabel I e de uma abolição que desorganizou a economia nacional, o desgaste do regime seria inevitável. Sem embargo, decaiu o regime monárquico que, sem a luta nem mesmo do próprio monarca, desfez-se pacificamente.

O fim do império e a instituição da república implicariam também nossa inserção na “família americana”: deixamos de ser “planta exótica”, rodeada por uma floresta de repúblicas para sermos finalmente uma nação como as outras do continente, destituída de dinastias e governada por representantes escolhidos pela vontade popular. A república fora proclamada sem o apoio coletivo, mas igualmente sem a oposição dos elementos servis, demonstrando que a monarquia teria encerrado o seu ciclo de poder político.

Pedro II, conduzindo-se serenamente em seu papel de rei constitucional, executara realmente uma “democracia coroada”. Impusera-se à admiração e ao respeito nacionais. O sistema, todavia, perdera sentido, ultrapassado e sem mais ser considerado suficiente para a solução dos problemas, de toda espécie, que se vinham acumulando. A Constituinte reunida em 1891/2 votou a Carta Magna influenciada pelos textos norte-americano e argentino, àquele principalmente. As províncias transformaram-se em estados, com ampla autonomia política. A federação venceu. (REIS, 1966, p. 63)

Arthur César Ferreira Reis tomou partido pelo fim da monarquia e pela emergência do novo regime republicano. A primeira já tinha assegurado o seu papel de manter o território unido durante o século XIX. Os novos problemas que surgiram – como maior autonomia das províncias e a modernização da economia – não poderiam ser realizadas dentro do

horizonte da organização política monárquica. O autor, portanto, aproximou-se da historiografia positivista e republicana da primeira metade do século XX. Vencidas as forças monárquicas, como a revolta da Armada, a República efetivou a dinamização social que a nação precisava (REIS, 1966).

Embora fosse partidário da República e do fim do império, Reis via a mudança de um regime por outro como consequência natural da evolução social e política brasileira. Essa visão não o impediu de entender a descentralização e o federalismo como problemas para o contexto brasileiro, principalmente em um país composto por suas diversidades regionais, onde os estados estavam mais preocupados com seus problemas locais do que com as questões nacionais. Mesmo a reforma constitucional de 1926, segundo o autor, não levou em conta as características regionais do Brasil. As insatisfações que começaram a surgir – juntamente com a concentração demográfica advinda do urbanismo – foram o princípio do fim da I República. Assim, apontou a eclosão de 1930 como consequência mais profunda da dinâmica e evolução social brasileira. Assim como o império não respondia mais aos anseios da nação e precisou ser substituído, a I República também não respondia satisfatoriamente às mudanças que se operavam na vida pública nacional. Por esse motivo, a Revolução de 1930 – que teve no nosso autor um dos articuladores em solo amazonense – era benfeitora para o país (REIS, 1982; 1966).

Considerações finais

Arthur César Ferreira Reis interpretou a formação brasileira como resultado evolutivo da colonização, entendida esta como acontecimento histórico positivo, pois trouxe a civilização para a então América incivilizada. A política de Portugal para o Brasil é vista a partir dos grandes atos administrativos, de um planejamento realista sobre uma região geograficamente e socialmente adversa. A independência é inserida dentro de um amplo processo de descolonização do mundo, embora coloque a ação das elites políticas e intelectuais como preponderantes.

O historiador defendeu a função social e política do império pela manutenção da união das províncias que haviam se unido durante as décadas que se seguiram à Independência. O autor não se posicionou explicitamente contra a abolição, embora predicasse ter sido feita de forma irresponsável, por ter prejudicado a economia brasileira. A república, por sua vez, é abordada como algo inevitável diante da necessidade de ingresso do Brasil no século XX, do cansaço da forma monárquica e da necessidade de se integrar à “família americana” de repúblicas.

A criação da nacionalidade obedeceu, portanto, a um processo cumulativo, cujas origens estão na colonização. A independência política e as lutas autonomistas do período colonial são, antes de tudo, o resultado dessa organicidade criada pelo português nos trópicos. Esse acontecimento “admirável” deveria ser reverenciado, pois gerou a nação brasileira, com seus relacionamentos de povos e culturas e com a política disciplinada e realista de Portugal.

A dominação portuguesa se justificou pela superioridade cultural que fez com que o reino ibérico pudesse juntar vários povos diferentes entre si para, sob a sua tutela, criar uma sociedade tropicalizada. Tendo a cultura lusitana como protagonista, os colonizadores deram ao mundo uma civilização herdeira da cultura ibérica única e adaptada ao contexto tropical; essa expansão do mundo europeu sobre a América é o ponto nevrálgico da nacionalidade brasileira. Nesse cenário, ocorreu o diálogo de Reis com Gilberto Freyre. Enquanto o sociólogo pernambucano pensava a miscigenação que colocava a cultura do negro e do índio em igualdade com a cultura europeia, o intelectual e político amazônida – embora admitindo a miscigenação brasileira – indicava a natural dominação da civilização europeia. No seu entendimento, a cultura produzida no Velho Mundo era superior às outras formas de sociedade supostamente “inferiores”. Assim como Freyre, concordava com a positividade da miscigenação na formação do povo brasileiro. Contudo, enquanto para o autor de *Casa-grande & senzala* este teria sido um processo guiado pela família patriarcal, para Reis, foi um acontecimento resultante da atuação do estado português, que viu na mistura de raças e culturas uma vantagem para o povoamento do território. O amazonense também afirmava que vicejou na região, assim como no Nordeste, o complexo patriarcal da casa-grande e da senzala, com a diferença de que este se manteve na Amazônia até meados do século XIX, mas adaptado ao sistema extrativista (SILVA LOBATO, 2009).

Sua apoteose por formas de estado centralizadas, por governos fortes sustentados por uma elite intelectual e política capaz de guiar a nação se refletem em sua interpretação tanto do Brasil quanto da Amazônia.

Deste modo, apoiou a ruptura oligárquica de Getúlio Vargas e foi um dos integrantes da junta revolucionária de 1930 no Amazonas. Em meados da década dos 1960, tornou-se aliado do regime civil-militar de 1964, chegando a ser nomeado pelo então presidente Castelo Branco governador interventor do estado amazonense entre os anos de 1964 e 1967. Isso refletiu em sua atuação política e tecnocrática ao contribuir para a criação e a implantação da *Operação Amazônia*, que era um projeto de economia política para a região Norte.

Diante do exposto, podemos dizer que Arthur César Ferreira Reis foi um dos principais teóricos e propagandistas da modernização conservadora na Amazônia.

Referências bibliográficas

- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução na França*. São Paulo: Editora Edipro, 2014.
- DANTAS, Hélio da Costa. *Colonização e civilização na Amazônia: escrita da história e construção regional na obra de Arthur Reis*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Federal do Amazonas, 2011.
- GOMES, Leila Margareth Rodrigues. *Movimentos sociais na obra de Arthur Reis*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.
- KIRK, Russell. *A política da prudência*. São Paulo: Realizações Editora, 2013.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. 3. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.
- PACHECO, Alexandre. *A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em A Amazônia e a cobiça internacional - anos 1960*. História da Historiografia, Ouro Preto, 2012.
- REIS, Arthur César Ferreira. *Épocas e visões regionais do Brasil*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- _____. *Como governei o Amazonas*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1968.
- _____. *Aspectos da formação brasileira*. Brasília: Editora José Olympio, 1982.
- RIBEIRO, Odenei de Souza. *Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins*. Manaus: Editora Valer, 2015.
- RICUPERO, Bernardo. O conservadorismo difícil. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2013.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor, as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988.
- SCRUTON, Roger. *Como ser um conservador*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

SILVA LOBATO, Sidney da. Estado, nação e região na obra de Arthur Cézar Ferreira Reis. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 13, n. 3, 2009.

SOUZA, Lademe Correia de. *Arthur Reis e a história do Amazonas: um início em grande estilo*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Federal do Amazonas, 2009.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *Os construtores do império: ideias e lutas do Partido Conservador brasileiro*. Brasília: Edições Câmara, 2017.

Como citar:

GILENO, Carlos Henrique; MEDEIROS, Rodrigo Dantas de; SILVA, Ricardo Lima da. O pensamento conservador no Amazonas: a interpretação de Arthur Cézar Ferreira Reis sobre a formação do Brasil. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 166-190, nov. 2019.

Data do envio: 13 abr. 2019

Data do aceite: 29 set. 2019

Capitalismo naturalista e modo de produção capitalista: crítica ao pensamento de Eugênio Gudín

Maria Angélica Borges¹
João Ildebrando Bocchi²

Resumo:

Este artigo examina a produção teórica de Eugênio Gudín, que expressa sua nova postura liberal e destaca sua oposição a Roberto Simonsen, à teoria do desenvolvimento econômico da Cepal, ao marxismo e seus seguidores. Gudín reconheceu Karl Marx como o maior inimigo do capitalismo. Ele atribuiu ao pensador alemão a criação do conceito de capitalismo com conotações históricas. Negando radicalmente esse conteúdo e equilibrando a concepção do caráter natural e eterno desse sistema, apresentou o capitalismo como um sistema de produção que se conecta harmonicamente à democracia. Trabalhou com o par economia de mercado e democracia como uma antítese do planejamento e do totalitarismo, estruturando um discurso que enfatiza o plano geral abstrato, desconsiderando uma análise histórica concreta de cada caso específico. Consequentemente, todo aspecto que não se encaixa nesse par é considerado antidemocrático e intervencionista, como uma negação equivalente do ideal humano, às vezes que deve ser evitado ou mesmo destruído.

Palavras-chave: Eugênio Gudín; liberalismo; pensamento conservador.

Naturalist capitalism and capitalist production mode: critical to Eugênio Gudín's thinking

Abstract:

This article examines Eugênio's Gudín theoretical production that express his new liberal posture, which highlights his opposition to Roberto Simonsen, Cepal's economic development theory, marxisme and followers. Gudín recognized Karl Marx as the biggest capitalism enemy. He attributed to the thinker the creation of the capitalism concept with historical connotations. Radically denying this content and balancing the conception of the natural and eternal character of this system, he focused the capitalism as a production system which connects itself harmonically with democracy. He worked with the pair economy market and democracy as an antithesis of planning and totalitarism, structuring the discourse that stress the abstract general plan, disregarding a concrete-historical analysis

¹ Doutora, professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). *E-mail:* angelica@pucsp.br.

² Doutor, professor titular Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). *E-mail:* jbochi@pucsp.br.

for each specific case. Consequently, every aspect that does not fit that pair is considered undemocratic and interventionist, as an equivalent denial of the human ideal, sometimes that should be avoided, or even destroyed.

Key words: Eugênio Gudín; Liberalism; Conservative thinking.

Introdução

O foco neste estudo é a análise da visão de Eugênio Gudín sobre o capitalismo naturalista e o neoliberalismo. Gudín pode ser considerado o mais importante economista conservador brasileiro, exercendo múltiplos papéis em sua vida centenária. Foi professor de economia, pesquisador e fundador da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, onde criou o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre). Foi ainda ministro da Economia no governo de Café Filho a autor de vários artigos e livros onde se destacava mais como publicista ou divulgador das ideias liberais, do que pelo rigor teórico. A retomada dos escritos de Gudín, mestre dos economistas neoliberais brasileiros, na sua defesa do novo capitalismo ou capitalismo policiado, é necessária por sua atualidade nestes duros momentos de avanço conservador no país.

O século XXI herdou do século XX essa agenda que passou por duas grandes guerras imperialistas, a primeira de 1914-1918 e a segunda de 1939 a 1945, a Grande Depressão de 1930, entre estas guerras, como também as vicissitudes do socialismo real, e o auge e declínio do *welfare state* keynesiano, conhecido como os 30 gloriosos anos. Também vivenciou a passagem do dólar ouro para o dólar flexível com o fim do acordo Bretton Woods, culminando com a hegemonia da financeirização e o neoliberalismo.

No Brasil, nesse período, a industrialização por substituição de importações transformou uma sociedade rural em urbano-industrial, com um desenvolvimento através da perpetuação da marca colonial e tímidas reformas pelo alto, sem contemplar as transformações clássicas do modo de produção capitalista (BOCCHI, 2018). Colocou um pé no futuro sem tirar o outro do passado. Gudín participou ativamente do debate clássico sobre a industrialização brasileira e o planejamento no Brasil, primeiro com Roberto Simonsen em 1944/45 (MANTEGA, 1984), e depois com Raul Prebisch em 1952/53 (BIELSCHOWSKI, 1995).

I - O capitalismo naturalista e o novo liberalismo

A primeira seção aborda o conceito de capitalismo naturalista abraçado por Gudín para enfrentar os ataques ao modo de produção

capitalista. Essa análise se apoia no livro Eugênio Gudín: capitalismo e neoliberalismo (BORGES, 1996). A obra do autor cumpre o papel de ser a guardiã ideológica do sistema econômico e a melhor forma de eternizá-lo é naturalizá-lo. Posicionado na defesa do capitalismo contra os ataques ao seu funcionamento harmonioso apresenta sua visão de mundo. O conceito de capitalismo naturalista será desenhado a partir das palavras do autor, para se entender o que ele pensa a respeito deste conceito e indicar como o sustenta no plano analítico. O discurso dentro da lógica gudíniana revela seu universo categorial, detectando os nódulos que estruturam a sua concepção. O economista carioca mostra os progressos do sistema econômico capitalista, os grandes momentos simbolizados pelas invenções e pela construção da civilização moderna e contemporânea. Saúda a era industrial como a idade de ouro da história da humanidade. Vê os males sociais criados - ou ainda não resolvidos - como algo menor e passível de solução dentro do próprio tecido social. As inequações do capitalismo não o colocam em xeque para o pensador neoliberal, fazem parte de sua evolução natural. Porém, as positivities são ainda maiores que os males do sistema. O homem encontrou a técnica mais racional da atividade produtiva: a economia de mercado. Cabe agora, cada vez mais, aperfeiçoá-la. Para o autor, há uma lógica imanente de equilíbrio natural vivida pelo capitalismo. Detectado o mecanismo de funcionamento da economia, Gudín enfrenta os profundos abalos que este regime sofreu a partir do início do século XX. Pois, para ele, é só a partir desta data que houve crise no mundo do capital. Mas estas crises não se originaram na economia, entendida como fator. Há crises; estas afetam a economia, porém, nascem do fator político. E a sua gênese foi a I Grande Guerra de 1914-8.

Gudín desconhece o caráter histórico e contraditório do modo de produção capitalista. Mas para onde vai o capital, o conflito vai atrás, como demonstra Beverly J. Silver no seu estudo sobre os movimentos de trabalhadores desde 1870 (SILVER, 2005).

Nos textos percorridos fica clara a responsabilidade que Gudín atribui à Guerra para explicar as crises vividas no século XX. E, cabe frisar mais uma vez, para ele a I Guerra tem a sua origem, fundamentalmente, no fator político. A dimensão desta Guerra para a sua análise é crucial, pois responderá por todas as mazelas ocorridas na primeira metade do século passado. Gudín, com o tema da evolução do capitalismo, indica sua concepção acerca das formas assumidas por este "regime" de produção. Trata-se de uma técnica econômica, natural e racional de gerir a economia. Seu perfil inicial está circunscrito à Europa e, posteriormente, penetrou os demais países dos outros continentes, universalizando-se enquanto sistema de produção. O conceito de capitalismo naturalista usado por Gudín refere-se ao capitalismo do *laissez-faire*: "O regime econômico que

no século XIX fez o progresso e a hegemonia da Europa foi o do capitalismo naturalista, que se desenvolveu à sombra da economia liberal e da civilização industrial" (GUDIN, 1938, p. 27). Ele enfatiza:

Graças à indústria e ao capital puderam ser montados no mundo inteiro os laboratórios de pesquisas científicas, com que a humanidade, há quase um século, perscruta os segredos da natureza. Graças ao microscópio, produto da indústria, pode Pasteur realizar a imensa obra de benefício humano que o imortalizou. Graças ao aparelhamento industrial atingimos um "standard" de vida, que faz com que simples operários de hoje tenham mais conforto do que príncipes de outros tempos ou do que Marx e Engels há menos de um século. Não são sequer comparáveis os instrumentos com que a humanidade de hoje se defende do frio, da fome, das intempéries, das infecções e de todas as adversidades que a Natureza pôs no caminho penoso do "homo sapiens". Ninguém de boa-fé negará esses truísmos. (GUDIN, 1936, pp. 27-8)

Em 1943 os mesmos pressupostos reaparecem, ou seja, trata-se da sustentação da tese da evolução natural do capitalismo, da redução do conceito a uma técnica de produção, restrita ao fator econômico, que mantém sua autonomia e se autorregula:

À redução do minério de ferro pelo coque metalúrgico e à máquina a vapor, seguem-se, em rápida sucessão, na primeira metade do século XIX, a navegação a vapor, a locomotiva e as estradas de ferro. A segunda metade desse século é como uma feira de mágicas em que, juntamente com as descobertas de Pasteur, aparecem o motor elétrico, o telefone, as turbinas hidráulicas e a vapor, a lâmpada incandescente, o transporte de energia a distância. O último decênio do século ainda assiste ao advento do motor de explosão, do veículo automóvel e à infância da aviação. Foi um período de verdadeira exaltação do progresso, cujo ritmo vertiginoso absorvia todas as energias humanas. Era como que uma "fronteira", no sentido de progresso de civilização que a essa palavra dão os americanos. O século XIX assistiu a um crescimento da população da Europa, superior ao do conjunto dos quatro séculos que o precederam. Mas toda essa população era rapidamente absorvida na febril atividade da "fronteira" na própria Europa ou na América. Não havia tempo para cuidar dos problemas de justiça social nem de uma mais equitativa distribuição da riqueza entre os homens. Tratava-se de conquistar a riqueza e haveria sempre tempo de cuidar, mais tarde, de uma melhor repartição. Foi essa a conjuntura econômica e social que Marx conheceu e profligou na incandescência de seu espírito revoltado. (GUDIN, 1943, pp. 100-1)

Esta citação demonstra como Gudin pensa a evolução do capitalismo. Sua conceituação coincide com a descrição dos inventos deste sistema. Descobrir a civilização industrial é reconhecer a máquina, a

energia e a produtividade do trabalho. São pressupostos recorrentes em todos os textos analisados. Esta concepção embasa sua postura teórica. É natural para o autor conviver com as injustiças sociais, pois, com esta atividade febril, com este desenvolvimento crescente e constante, não havia tempo para a distribuição da riqueza. Só espíritos "revoltados" é que poderiam querer dar conta desta questão. O mais importante, naquele momento, era conquistar a riqueza, mais tarde se resolveriam os outros problemas, dentro do próprio sistema, é claro. O que temos em Gudin não é a formulação de uma nova teoria econômica, nem o desdobramento de uma das correntes já existentes. Mas sim a alusão à teoria econômica existente na sua vertente tradicional. A visão econômica de Gudin filia-se à posição tradicional, que entende a doutrina econômica, no século XX, como uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno. Seguindo a tradição da escola clássica, os neoliberais acreditam que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais e cuja mola mestra é o mecanismo de preços. Entretanto, estes neoliberais, assim como Gudin, defendem o disciplinamento da economia de mercado, não para asfixiá-la, mas para garantir-lhe sobrevivência. Gudin irá usar o termo "policiamento" do sistema. Isto, para ele, não fere os princípios da economia de mercado.

Nesta linha de argumentação, o autor caracteriza o capitalismo naturalista e sua gênese histórica; em seguida, mostra os beneficiários desse sistema e o seu conseqüente comportamento: "Tão acelerado foi o ritmo de progresso da produção industrial nos países do Ocidente europeu, que eles se acharam, ao cabo de alguns decênios, na contingência de procurar, fora de suas fronteiras, novos escoadouros para essa produção" (GUDIN, 1938, p. 7). Faz parte de sua análise da evolução naturalista do sistema a inexistência do todo homogêneo, pois este ritmo de desenvolvimento acelerado não é compartilhado por todas as nações. Enquanto os países do Ocidente europeu realizavam o capitalismo naturalista, "as demais nações da Europa e de outros continentes não haviam, por sua vez, iniciado a fase industrial" (GUDIN, 1938, p. 7). Porém, esse movimento desigual e combinado, para o autor, faz parte desta dinâmica natural, não rompe o equilíbrio; é, ao contrário, característica da sua lógica, é "a doutrina do livre câmbio, suprimindo barreiras alfandegárias" e abrindo "os escoadouros necessários à produção crescente" (GUDIN, 1938, pp. 7- 8).

O sistema capitalista, com o seu crescimento constante, vai aumentando o volume de sua produção e gerando mais riqueza e capacidade de consumo. Produção e consumo crescentes vão ao encontro da tese de equilíbrio econômico. Este crescimento, por sua vez, impõe

necessidades técnicas cada vez mais especializadas para o funcionamento da economia. Este equilíbrio econômico natural em Gudin é sustentado pela Lei das Vantagens Comparativas, tese desenvolvida pelos clássicos da economia política desde as escolas smithiana e ricardiana. Para o economista carioca a ligação entre as teses do equilíbrio e da Lei das Vantagens Comparativas torna-se um dos seus pilares: “Quanto mais o grupo de nações industriais vendia seus produtos ao outro grupo, mais lhe compravam produtos agrícolas e matérias-primas e vice-versa” (GUDIN, 1938, p. 8). Neste mundo de equilíbrio havia também obstáculos e o autor não se esquece de mencioná-los, apesar de que, na sua visão, fossem mínimos. Tudo caminhava quase perfeitamente, “apenas perturbado por algumas tendências protecionistas exageradas” (GUDIN, 1938, p. 8). Logo, podemos concluir, juntamente com a análise gudiniana, que o capitalismo naturalista vinha se deslanchando sem nenhum tropeço. Os pequenos desequilíbrios que porventura surgiam eram logo autoajustados pela lógica imanente do sistema de equilíbrio natural:

Se de um lado o progresso industrial de alguns países novos fazia diminuir a importação de determinados artigos, esta redução era logo compensada pelo aumento geral da capacidade de consumo como pela importação dos produtos de novas indústrias criadas pelo gênio da civilização industrial. (GUDIN, 1938, p. 8)

Este paraíso durou, para o nosso economista, até 1914, quando se deflagrou a I Grande Guerra. Para ele, este fato sinaliza o fim de uma época. O mundo capitalista, quanto ao fator econômico, caminhava de forma positiva. Mas, em virtude de acontecimentos decorrentes do fator político, envolvendo paixões e ambições humanas, o equilíbrio econômico foi interrompido. Deixado à mercê de sua própria lógica, o tecido social não conhecia crise. Porém, tal não ocorreu, porque o fator político quebrou a dinâmica do fator econômico. Para o autor, é da lógica interna do fator econômico o equilíbrio natural, assim como a possibilidade de quebra do equilíbrio é exterior a ele. Antes da Guerra, a economia era harmônica e funcionava como uma orquestra executando um concerto. O "regime capitalista de anteguerra" era "baseado em um largo comércio internacional, em que cada nação tinha a sua função e suas características próprias no concerto geral da Economia Mundial" (GUDIN, 1938, pp. 11-2) No início do século XX, esta harmonia não mais existia, como revelam os fatos a Gudin. O concerto desafinara. E a economia capitalista chegara ao caos. Tal fato coloca perguntas ao autor em questão. Como entender o que está acontecendo? Como o fator político desencadeou tal situação?

Será através da Guerra que Gudin vai explicar a realidade caótica vivida nas primeiras décadas deste século. A Guerra vai gerar novas necessidades e estas alteram a harmonia naturalmente construída. E as

causas da Guerra surgiram de determinações predominantemente políticas. A cobiça, gerada por paixões políticas e militares, criou o clima para esta catástrofe: "A crise em que o mundo ainda hoje se debate não teve outra origem senão a Guerra que durou quatro anos devastou vidas e riquezas e em que os sacrifícios consentidos pelas nações combatentes atingiram tão flagrante desproporção com os próprios objetivos visados por qualquer delas" (GUDIN, 1936, p. 8). Quem acompanhou "a marcha e a evolução do chamado regime capitalista de 1875 e 1914, até o rompimento da Guerra Mundial", constatou que "o enriquecimento geral prosseguia seu ritmo natural e benéfico, a difusão de capitais se processava com regularidade, as condições de trabalho melhoravam por toda parte, o comércio internacional aumentava todos os anos. E se guerra houve inteiramente gerada pela explosão de paixões e ambições políticas e militares e em que os fatores econômicos menor papel representaram, essa foi a guerra de 1914, que desencadeou sobre o mundo uma das maiores crises econômicas da história" (GUDIN, 1936, p.9).

A economia ia muito bem, mas, por motivos políticos, principalmente, aconteceu a Guerra; isto posto, o caos econômico foi gerado. Alterou-se o equilíbrio, construiu-se um novo cenário. E, diante desta nova realidade, novos atores entram em cena, assumindo papéis importantes, com destaque para os Estados Unidos da América do Norte. Completando suas argumentações Gudin afirma:

Quanto aos Estados Unidos da América do Norte, que já representavam antes da guerra função de relevo na economia mundial, a transformação foi ainda mais profunda. Com um parque industrial que já era capaz de suprir os aliados de munições, canhões, material de guerra e de transporte, o seu enriquecimento de 1914 a 1917 foi vertiginoso, de sorte que, ao término das hostilidades, esse grande país havia-se transformado de país devedor da Europa, que era até 1914, no maior país credor do mundo, sem que entretanto tivesse a experiência e a sabedoria exigidas por essa nova função. Aí está como se processou a desorganização da economia mundial. O equilíbrio que se havia gradativamente formado até 1914, sob o regime do capitalismo apoiado na economia liberal e que consistia na conjugação harmônica das funções econômicas dos vários países que o constituíam, foi gravemente perturbado pela inversão de valores de suas unidades componentes. As peças do sistema, que d'antes se entrosavam harmonicamente, já não mais se engrenavam, umas às outras. (GUDIN, 1938, pp. 12-3)

E nem todos os países estavam na mesma condição norteamericana, acabada a Guerra; e, pouco a pouco, reorganizada a produção europeia, havia países que não encontravam, de um lado, a quem vender o volume do produto de alimentação e de matérias-primas para cuja exportação se haviam aparelhado, intensificando, segundo Gudin, este

quadro de desequilíbrio: mesmo porque "não se conformavam em abandonar a organização industrial que haviam edificado durante a guerra" (GUDIN, 1938, pp. 12-3).

Portanto, no plano da história é a negação de uma afirmação, é a impossibilidade de se esgotar no plano restrito do "fator econômico", visto enquanto fator natural, a evolução do capitalismo. Gudin, internamente ao seu próprio discurso, acaba dando-nos os elementos deste processo contraditório. Mesmo afirmando que o conflito bélico está na raiz da explicação da crise econômica, não lhe é possível apagar o quadro de desequilíbrio geral. Mas, para determinarmos melhor o caráter desta discussão, é preciso buscar as outras razões que o autor aponta para indicar o chão social desta crise: "A vida é a evolução e o sistema capitalista, mesmo sem guerra, teria evoluído, como todas as criações humanas" (GUDIN, 1938, p. 15). O capitalismo naturalista evoluiu e tal evolução se processou com vícios. Estes vícios geraram a impossibilidade da eterna harmonia, pois não foram controlados, policiados.

Como vimos, o próprio quadro de desarranjo do sistema leva o autor a ter que explicar os desequilíbrios havidos em todos os níveis. E o fator político, por si só, não conseguiu sustentar sua análise em todas as dimensões, mas havia que concluir o discurso. Para tal, Gudin tem que retornar à realidade econômica; e nela encontra os vícios do sistema. Portanto, os vícios do sistema serão outro elemento que virá somar-se ao seu quadro analítico na tentativa de explicar o ocorrido e salvar o capitalismo. Vejamos como Gudin enlaça esse novo elemento:

A mais elementar lacuna do sistema capitalista, tal como funcionava no primeiro decênio deste século era a ausência de policiamento. A livre disposição pelos bancos de depósitos das economias privadas, sem a fiscalização do estado, a ilimitada liberdade de apelar para a economia privada e para a subscrição de empréstimos de estados, de empresas de negócios de toda espécie, sem que primeiramente o estado certificasse que tais operações tinham de fato o destino e as possibilidades de êxito anunciadas, estavam a exigir, com urgência, o policiamento do sistema. (GUDIN, 1938, p. 15)

O sistema capitalista naturalista ideal guardaria as características já apontadas: livre-concorrência, livre iniciativa, autonomia das liberdades individuais, porém, com um certo policiamento moderador dos apetites, mas não inibidor: "Este simples policiamento, se adotado a tempo, teria poupado ao capitalismo, algumas das mais violentas críticas que lhe foram assacadas" (GUDIN, 1938, pp. 15-6).

II – O novo liberalismo: o capitalismo policiado

Como desdobramento conceitual da lógica gudiniana, depois da percepção do significado do capitalismo naturalista, é mister percorrer suas palavras sobre o capitalismo financeiro, pois este passo nos ajudará a completar o seu universo categorial, aproximando-nos mais de seu conceito de novo liberalismo. Vamos a ele:

Acusa-se o capitalismo industrial de ter sido deturpado em suas finalidades pelo capitalismo financeiro; acusa-se o capitalismo de ser o paraíso dos intermediários em detrimento dos produtores e consumidores; diz-se que a civilização industrial fez do homem o escravo da máquina, e ainda agora se atribui ao capitalismo as origens de uma suposta crise de superprodução. (GUDIN, 1936, p. 29)

Gudin não aceita esta ligação e nos clama a raciocinar:

As indústrias precisam de capital, não só de capital de movimento para suas necessidades correntes de compra de matérias-primas, stocks e financiamento de sua produção, como de capital de inversão para o melhoramento de suas instalações, novas máquinas, ampliações, etc. Daí as relações normais e imprescindíveis da indústria com o capital, através dos negociantes de capital, que são os bancos. (GUDIN, 1936, p. 31)

Em oposição às correntes contrárias ao seu ponto de vista, Gudin frisa: que se tem chamado de “capitalismo financeiro” à preponderância, que se diz generalizada, dos bancos ou elemento financeiro sobre o elemento industrial. Segundo esse autor essas opiniões são infundadas e mostram desconhecimento do mecanismo industrial financeiro:

É uma ilusão pensar-se que a direção das indústrias e especialmente da grande indústria pode ser monopolizada pelos industriais, no sentido de técnicos da Indústria. A organização de uma grande empresa industrial não pode prescindir da colaboração dos homens versados e experientes em comércio, em finança e mesmo em matéria legal. O banqueiro não entra na direção das indústrias como um parasita ou um elemento inútil. Ele aparece muitas vezes participando da direção das indústrias como representante de grupos de acionistas que nele confiam para acompanhar e fiscalizar a boa aplicação de seus capitais; outras vezes como hábeis diretores financeiros das empresas, encarregadas de obter em condições favoráveis os capitais necessários ao funcionamento e à expansão da indústria. (GUDIN, 1936, pp. 31-2)

Apresentando outra opinião diferente do que "se diz" – pois Gudin não localiza os seus opositores nesta questão; coloca-os na forma indeterminada –, recusa a visão de que o banqueiro e as pessoas indicadas

por ele para assumirem postos de comando nas empresas sejam uma ingerência do capital financeiro sobre o capital industrial:

Os que se insurgem contra a colaboração, que indústria, esqueceram-se de que toda a grande e média Indústria não é propriedade de um, dois ou três indivíduos e sim de uma coletividade de acionistas. Estes acionistas são pessoas que dispõem de economias e de reservas recolhidas a estabelecimentos bancários de sua confiança ou preferência. É pelo intermédio forçoso das organizações bancárias que se faz a subscrição de capital de que precisam as indústrias. (GUDIN, 1936, pp. 31-2)

Em função do dito acima podemos constatar que o autor não vê como sendo problemático o relacionamento entre o capital industrial e o financeiro. Um socorre o outro, segundo a sua visão analítica: "Colaboração não quer dizer preponderância, como bem assinala Sombart" (GUDIN, 1936, p. 32).

E, a partir das palavras de Sombart, explicita ainda mais a sua concepção: "Tem-se pretendido que as relações entre bancos e empresas industriais importam na sujeição destas àquelas e fala-se a este propósito de uma 'bancarização' da indústria, de uma preponderância do capital financeiro" (GUDIN, 1936, p. 32). E continua:

Este modo de ver é falso. Poder-se-ia do mesmo modo falar do domínio da indústria sobre os bancos. A situação varia de um caso para o outro. Ora é o banco que representa o papel dominante, ora é a empresa industrial: isto depende das razões objetivas e pessoais que não são as mesmas em todos os casos. Mas é a fase de desenvolvimento da economia que exerce a influência decisiva. (GUDIN, 1936, pp. 32-3)

Depois de desenhar um quadro com as palavras de Sombart, pincela seu próprio diagnóstico:

Nada mais lógico e mesmo mais moral do que o banqueiro, que aconselha a seus clientes e amigos a inverter seus capitais em uma indústria, vir sentar-se no conselho de direção dos negócios dessa indústria, trazendo o benefício de sua colaboração, de seu esforço e de sua experiência na direção financeira. Quando essa colaboração é desnecessária, quando o industrial dispõe de todo o capital de que precisa e tem os conhecimentos, a experiência e as relações necessárias para a direção financeira de seu negócio, ele não vai buscar a colaboração de banqueiro algum. Ao contrário, nesses casos são os bancos que disputam a preferência do industrial para seus depósitos e descontos. (GUDIN, 1936, p. 33)

Gudin enxerga naturalmente a colaboração mútua entre os capitais; no seu olhar, tudo se passa como sendo uma mera divisão de funções; não há ingerência e sim colaboração. A evolução do capitalismo naturalista gerou o capitalismo financeiro que, dentro das funções descritas até agora,

não apresenta problema algum. Nota-se que, em toda a sua explanação sobre o capitalismo financeiro, em nenhum momento ele mencionou a "especulação financeira". Sendo que, anteriormente, quando analisava o capitalismo naturalista, afirmara que os vícios que levaram ao desequilíbrio do regime tinham como causas o monopólio e a especulação financeira.

Neste sentido, parece relevante frisar que, na sua discussão específica sobre o capitalismo financeiro, não há menção aos vícios do sistema, somente há indicações positivas entre indústrias e finanças. Logo, especulação financeira e monopólio não são, para o autor, momentos de sua análise do capitalismo financeiro. Sua fala restringe-se à colaboração dos capitais. Cabe então alertar para a indicação de Gudin, na sua própria análise, de que o capitalismo financeiro é visto no seu ideário como um elemento técnico do funcionamento do capitalismo. Não lhe é atribuída nenhuma relação com o conjunto do sistema, com a totalidade em processo, com o movimento do ser e ir sendo capitalismo.

Outro ponto a ser tratado aqui, relacionado a esta discussão, é a análise que o autor faz dos "intermediários" e sua posição dentro do sistema. De saída, ele não aceita as críticas aos intermediários: "A acusação contra o sistema capitalista de ter criado intermediários parasitas é rematada tolice" (GUDIN, 1936, p. 35). A base do capitalismo é a livre-concorrência; isto se põe como condição *sine qua non* do autoajuste e, estando garantida esta condição, não há o que desarranje o sistema. Portanto, o intermediário não causa males. O mal só aparece com o fim da livre-concorrência.

Quando desaparece a livre-concorrência e se formam os "trustes" ou os "corners" com o objetivo de monopolizar um determinado produto ou forçar os seus preços a nível artificialmente elevado, aí sim é que o Poder Público, por suas leis, tem o direito e o dever de intervir para restabelecer, em sua plenitude, o funcionamento do regime capitalista, que é o da livre-concorrência. (GUDIN, 1936, p. 35)

Os papéis, no sistema capitalista, estão bem definidos; assim, garantindo-se as condições naturais do funcionamento do mercado não há crise; pelo menos da economia natural capitalista:

O industrial e o agricultor não são, em princípio e em regra, negociantes. Seu interesse é o de vender toda sua produção o mais depressa possível e receber o dinheiro para fabricar e produzir mais. O grande comércio em grosso é o comprador natural da produção das fábricas. (GUDIN, 1936, p. 35)

O comerciante é um elemento entre a produção e o mercado:

É o grande vendedor que constantemente ausculta o mercado, conhece suas necessidades, sabe o que se deve fabricar para vender e sabe também a quem vender e a quem dar crédito. Ele

dirige pelo país inteiro a sua rede de distribuidores que são os seus agentes em outras cidades ou os seus viajantes. (GUDIN, 1936, p. 35)

Em suma, é um membro da divisão do trabalho: "É uma tarefa estranha e diferente da tarefa do industrial. É uma organização distribuidora indispensável e cujo negócio envolve riscos não pequenos" (GUDIN, 1936, pp. 35-6). Como vimos, os intermediários, assim como o capitalismo financeiro, são suportes técnicos do capitalismo naturalista: "Nenhum fundamento tem portanto a acusação ao sistema capitalista, por seus supostos vícios da organização intermediária do comércio, que aliás nada tem de peculiar ao capitalismo e que sempre existiu antes dele" (GUDIN, 1936, pp. 36-7). Mais uma vez, para o autor, fica descartada qualquer possibilidade de não-funcionamento automático do capitalismo naturalista. As engrenagens encaixam-se perfeitamente bem. As funções são explícitas nesse engajamento perfeito e natural. Não há possibilidade de crise econômica, no sentido de que a economia capitalista aparece para o autor como natural e racional.

Será dentro deste mesmo clima – em que acabamos de analisar o papel do capitalismo financeiro – que Gudín abordará a relação entre maquinaria, superprodução e desemprego. Ou seja, estas relações aparecem de forma mecânica e desvinculada do todo social. A maquinaria é entendida dentro do seu próprio universo, simplesmente como técnica. E a superprodução, como o desemprego, não guardam com esta nenhum parentesco. Estas relações são abordadas tendo como pressuposto que o sistema capitalista realiza o pleno emprego dos fatores de produção; conseqüentemente, a superprodução e o desemprego são fenômenos para além da esfera econômica. Começemos pela superprodução e vejamos a posição do autor a respeito deste fenômeno: "Dentre os múltiplos diagnósticos das origens da crise, cujos efeitos ainda perduram, nenhum adquiriu tão largos foros de verdade, como o de uma suposta superprodução decorrente do excesso de aparelhamento mecânico e industrial, produto do regime capitalista" (GUDIN, 1936, p. 45).

Todavia, no plano econômico, falar em superprodução é referir-se a uma "suposta superprodução". Mas, continuaremos dando voz ao autor: "Verificado o incontestável desequilíbrio entre a capacidade de produção e o consumo real, conclui-se, por um raciocínio apriorístico, que o mal reside no excesso de produção. É uma simples conclusão de sentimento e de palpite, que não resiste entretanto a qualquer análise" (GUDIN, 1936, p. 45). Negando esta análise, que é reduzida ao "sentimentalismo de palpites", apresenta a sua: "O estudo, já tantas vezes feito, do ritmo da produção nos últimos 30 anos, demonstra claramente, para cada espécie dos principais produtos, que esse ritmo manteve-se quase constante e sem

qualquer aceleração nos anos que precederam a eclosão da crise” (GUDIN, 1936, p. 45).

Na evolução do capitalismo naturalista, nenhum país atingiu ainda o pleno desenvolvimento. Estamos diante de um mundo em desenvolvimento, que sofreu com a Guerra (fator político) um enorme abalo. A produção caminhava, paulatinamente, de forma satisfatória para os padrões gudinianos. Com a perda da paz política, perdeu-se o equilíbrio econômico. Gudin reconhece na Guerra a origem da crise e aproveita esta "catástrofe" para analisar o seu momento histórico: "E se alguma vantagem indireta nos adveio dessas catástrofes, foi a de forçar-nos a uma parada para analisar seriamente a situação econômica do mundo e determinar as coordenadas reais de nossa posição nesta etapa de nossa evolução” (GUDIN, 1936, pp. 46-7). Favorável a um ajuste de contas com o momento vivido pela humanidade durante a I Grande Guerra, assim como com o posterior, a crise de 1929, traça as seguintes coordenadas: "A crise de 1929, como todas as suas congêneres, nasceu do profundo desequilíbrio entre as economias das várias nações e, dentro de cada nação, entre seus vários fatores de produção e consumo” (GUDIN, 1936, p. 47).

O capitalismo naturalista criou um "regime de estreita interdependência econômica das nações, a que o progresso da Civilização Industrial já havia conduzido a humanidade, para seu grande benefício” (GUDIN, 1936, p. 47). Com a Guerra, gerou-se um colapso econômico e a "repercussão dos formidáveis abalos econômicos sofridos por essas grandes nações se fez sentir com grande intensidade sobre o resto do mundo” (GUDIN, 1936, p. 47). Gudin se refere a outros fenômenos da história social que, segundo seu parecer, reforçam sua tese:

Já foi, a esse propósito, muitas vezes contada a história da repercussão da guerra russo-japonesa sobre a economia dos Estados Unidos. Os Russos que eram os grandes compradores de chá da Índia, deixaram, por falta de disponibilidade no exterior, de importar esse produto, de sorte que a Índia, grande compradora da indústria inglesa de tecidos, não vendendo o seu chá, não tinha recursos para continuar a importação dos tecidos ingleses. (GUDIN, 1936, pp. 4-87)

Como consequência, a

Inglaterra, tendo assim sofrido um profundo desfalque em sua exportação de tecidos, passou a não comprar o algodão dos Americanos, de sorte que a população agrícola dos Estados Unidos ficou sem recursos para adquirir, como normalmente o fazia, os produtos da Indústria de seu país, causando o desequilíbrio e a forte crise econômica dos Estados Unidos de 1905. Multiplica-se isso por cem e ter-se-á uma noção do grau de desequilíbrio econômico causado pela Grande Guerra (GUDIN, 1936, p. 48).

No final da citação, ficou nítido onde se queria chegar – no coroamento de sua tese –, que a crise teria sua origem no fator político. Justificando o sistema e jogando a culpa nos desatinos humanos, na fúria desenfreada, resta-lhe concluir que o capitalismo só não faz milagres. O de curar os desatinos humanos. "E, tanto quanto alcançaram meus parcos conhecimentos, ainda não apareceu outro sistema que se proponha a realizar esse milagre" (GUDIN, 1936, p. 43). Outro fenômeno, visto por Gudin, que ponderaremos, é sua abordagem da relação entre maquinaria e desemprego. Esta relação também será averiguada tendo como pressuposto que o sistema capitalista realiza uma lógica de equilíbrio, como dissemos no começo desta discussão. Em suas palavras ficará explícito este seu modo de pensar: "Diante da expansão e do progresso da civilização industrial nos últimos 150 anos, se fosse certa a teoria de que a máquina acarreta o desemprego, a metade dos trabalhadores do mundo civilizado já estaria hoje desempregada. E até 1918 não havia praticamente desemprego, nas grandes nações industriais" (GUDIN, 1936, p. 39).

Ligado ao cenário da I Grande Guerra, o desemprego é citado como seu desdobramento: "Como explicar que o mundo ocidental que há mais de um século vem sendo mecanizado, só viesse a conhecer o problema do desemprego depois do formidável desequilíbrio econômico criado pelo fator político que foi a guerra? Por quê?" (GUDIN, 1936, p. 493). No caráter de sua resposta vemos também o pressuposto de sua reflexão:

Em primeiro lugar, porque a máquina precisa de operários para ser fabricada. Mas essa fabricação não exige somente operários; exige aço, ferro, peças manufaturadas que têm de ser adquiridas da grande indústria de ferro e aço, que assim também passa a precisar de operários. As estradas de ferro que transportam tudo isso também precisam de mão-de-obra. Mas a máquina não anda sozinha. Ela precisa de combustível ou de energia elétrica e de lubrificação, donde a necessidade de aumentar o número de operários para a extração e transporte do combustível ou para a produção de energia e de lubrificantes. (GUDIN, 1936, p. 39)

Ao iniciar a formulação da sua resposta, Gudin indica, com relação ao "fator econômico", haver uma engrenagem natural em que a produção cria a sua própria demanda e o ritmo natural do desenvolvimento gera novos empregos, novas oportunidades. No plano da economia inexistem a maquinaria em desenvolvimento acompanhada de desemprego: "A máquina, reduzindo o custo da produção, aumenta o consumo do artigo fabricado, de sorte que o aumento de operários que a introdução da máquina passa a exigir, fica multiplicado por um coeficiente de expansão" (GUDIN, 1936, p. 40). Como estamos vendo, não há razão na evolução do capitalismo naturalista, para que a máquina gere desemprego. Por enquanto, o autor só vê progressos na mecanização do mundo, a evolução

natural do capitalismo é a evolução da sociedade: "Não há comparação entre o número do trabalhadores que perderam o emprego de guiar carroças ou diligências e o número dos que hoje trabalham na indústria de automóveis e na condução e manutenção desses veículos" (GUDIN, 1936, p. 40). Vendo a sociedade estruturada por fatores – o fator econômico, o fator político e assim por diante –, Gudín preserva cada fator dentro da sua própria autonomia. Sendo assim, segundo ele, o fator econômico ia muito bem, não havia crise no sistema; logo, foi o fator político o responsável pelo desemprego. Este fator tomou corpo na I Guerra Mundial, sendo esta o porquê de tudo:

Tal era o ritmo da economia humana sob o regime capitalista, que só depois da Guerra veio conhecer o problema do desemprego. Mas mesmo quando esse problema chegou, como consequência de uma das maiores crises porque a humanidade tem passado, ela já estava bastante enriquecida para poder amparar os desempregados, que em crises semelhantes, anteriores ao sistema capitalista, eram condenados a morrer de fome e de frio pelas estradas à fora. (GUDIN, 1936, p. 40)

O fator político gerou a Guerra, o desemprego, o desequilíbrio econômico. O fator econômico ia muito bem, em ritmo de crescimento acelerado. Porém, foi interrompido pelo fator político, que suspendeu o seu curso natural. Mas, mesmo assim, o fator econômico ajudou a salvar a crise; pois com o que tinha acumulado anteriormente, abrigou, confortou os desamparados pelo fator político (a I Grande Guerra). No clima desta discussão, Gudín enlaça a problemática da maquinaria com a crítica que é feita ao capitalismo, de ter escravizado o homem moderno à civilização industrial. E, também, enfatiza o que já vem afirmando com relação às positivities da relação capitalismo e mecanização do mundo:

Dentre as críticas de que é alvo o sistema capitalista ou mais propriamente a civilização industrial, nenhuma oferece tanto interesse de análise como essa que o acusa de ter escravizado o homem a seu regime de trabalho mecanizado. Espíritos dos melhores, na essência como na intenção, têm endossado a teoria de que a civilização industrial destruiu os laços que ligavam o produtor ao objeto produzido, o cunho de personalidade que o homem emprestava ao produto de seu trabalho, para transformar esse trabalho em uma tarefa impessoal mecanizada, especializada e monótona. (GUDIN, 1936, p. 41)

Enfrentando a problemática do estranhamento na relação trabalho assalariado e capital, o economista procura desmentir a possibilidade de o produto do trabalho voltar-se contra o trabalhador, criador desse produto. Nega a possibilidade da alienação do trabalho, enquanto momento da exteriorização da subjetividade do trabalhador na objetivação do objeto, e do objeto tornando-se, ao fim e ao cabo do processo, estranho ao próprio trabalhador. Como, da mesma maneira, não aceita que a repetitividade, a

subsunção do trabalhador ao meio de trabalho também gere tal estranhamento.

Reconhece que esta discussão é da maior relevância para a sociedade e passeia por alguns teóricos, escolhidos a dedo, para driblar o fenômeno:

Essa teoria, tão sedutora para todos os bons espíritos, tem sido defendida por pensadores cujo mérito intelectual merece o maior acatamento. Gina Lombroso dedicou-lhe um livro inteiro, intitulado “Retour à la Prospérité” e ainda há poucos meses o ilustre biólogo franco-americano Alexis Carrel, em seu grande livro “L’homme cet inconnu” desenvolveu com ardor a mesma tese. Profligam a forma de trabalho dos grandes centros industriais e clamam pela volta a um regime de artesanato individual, de satisfação de cada um no acabamento do produto de sua execução, de tarefa sem hora marcada e sem quantidade pré-determinada, fora do ambiente mecanizado da grande indústria e das colmeias humanas. (GUDIN, 1936, pp. 41-2).

Escolhendo a posição romântica da discussão do estranhamento do trabalho para se opor, reage e se manifesta contra essa visão idílica do trabalho humano:

Não há quem negue a esse belo ideal assim expresso, o grande fundo de bondade e de poesia humana que ele encerra, mas infelizmente essa tese, nas atuais condições da humanidade, nada mais é do que um belo anseio, uma linda poesia, aplicável talvez ao trabalho artístico, mas inteiramente inadaptável ao regime de grande produção a baixo preço de custo, indispensável à satisfação das necessidades mais urgentes do homem civilizado. Essa concepção de trabalho-prazer, atrativo, interessante e ameno, é do reino dos sonhos. (GUDIN, 1936, p. 42)

Como dissemos, privilegiando este aspecto lúdico da discussão e ressaltando-o à guisa de contraponto, enfatiza o ângulo pelo qual acha que a questão deva ser enxergada. Este ângulo é o da racionalidade do capital na figura do industrial, mas do industrial lúcido:

Preliminarmente, é preciso não esquecer que o regime de produção em larga escala e baixo preço de custo não é o produto de uma fantasia de capitalistas em delírio de grandezas. O regime de produção intensiva que praticamos corresponde a uma premente necessidade social de produzir, a baixo preço, os objetos necessários à existência do homem civilizado, para que sua aquisição de torne cada vez mais acessível ao poder de compra de todas classes sociais. (GUDIN, 1936, p. 42)

Não há possibilidade de ser diferente, pois assim já é a melhor possível; e, não sendo lúdica a relação capital e trabalho – pois a realidade não a comporta -, não existe nenhuma outra crítica plausível às relações de

produção capitalistas. Para ele, o produto do trabalho não se volta contra o trabalhador, de nenhuma forma; ao contrário, está a seu favor: "Artigos que há um século só os ricos podiam adquirir, são hoje de uso corrente nas classes operárias e é graças a esse regime de produção que, (...) o operário de hoje pode gozar de um 'standard' de vida bem superior ao que, há um século, era o privilégio dos afortunados" (GUDIN, 1936, p. 42). É possível melhorar, mas dentro da evolução natural do sistema capitalista, como podemos observar olhando a história com os óculos gudinianos:

Não precisamos reduzir o homem à condição de servo de gleba e da máquina. As condições de trabalho humano no regime da Civilização Industrial têm progredido consideravelmente nos últimos cem anos, tanto em facilidade como em duração. E os progressos da técnica revertem em imediato benefício social, como diz Henry Ford e como concluiu o recente e notável trabalho da "Brookings Institution", de sorte que a cada nova etapa de progresso, se possa aumentar o salário do operário e baixar o preço do produto fabricado, o que corresponde a aumentar o poder aquisitivo da sociedade e portanto enriquecê-la. (GUDIN, 1936, p. 44)

Para o autor, assim como é natural a evolução mecânica do sistema, natural também é a evolução da condição do trabalhador no sistema.

Outro ponto importante a ser discutido é a visão de Gudin sobre a depressão. Vamos verificar como ele a dimensionou dentro do capitalismo, assim como estabeleceu sua relação com a Guerra e o novo liberalismo. Esses pontos são debatidos em nossa análise do autor, que vê nestes fenômenos o desequilíbrio dentro do equilíbrio. A depressão – gerada externamente ao fator econômico pelo fator político – acarretou uma desordem na estrutura econômica. O equilíbrio natural do sistema capitalista sofreu um revés, houve uma mudança da liderança britânica para a americana. Neste novo contexto, urge discutir e resolver os problemas gerados. Como veremos, para Gudin, o caminho que soluciona este drama mundial é o novo liberalismo.

Agora, cabe mostrar qual a sua definição acerca deste fenômeno: "A grande depressão não foi um simples fenômeno cíclico como os do século XIX e sim a consequência de uma grave ruptura do equilíbrio econômico nacional, e internacional das principais nações do mundo" (GUDIN, 1943, p. 107). Gudin aponta para um desequilíbrio representado pela grande depressão. Para entendermos como esse desequilíbrio foi constituído, é necessário, antes, verificar o que ele pensa de equilíbrio: "Não é preciso ser matemático para compreender que em sociologia como em economia, a noção de equilíbrio é dinâmica. Organismos vivos que são, as sociedades e as economias em progresso, o seu equilíbrio só pode ser dinâmico e não estático" (GUDIN, 1943, p. 99) Explicando melhor estes conceitos, pondera: "Quando falamos em desequilíbrio da economia do mundo

moderno, o conceito tem forçosamente de ser relativo; queremos dizer que 'em relação a outros períodos da história contemporânea' a economia do mundo atual apresenta uma série de desarmonias e distorções de seus elementos componentes, uns em relação aos outros" (GUDIN, 1943, p. 99) No dizer de Gudin, o desequilíbrio dentro da economia é um momento dentro do equilíbrio. Portanto, algo relativo. O desequilíbrio, quando ocorre, revela algumas distorções que podem ser corrigidas.

A Grande Depressão aconteceu como resultado da I Grande Guerra que, por sua vez, foi detonada por motivos predominantemente políticos. E esta lógica reaparece na II Grande Guerra. Analisemos mais de perto: "Na Alemanha, uma das maiores unidades do sistema econômico mundial, a situação de caos político e social da República de Weimar conduziu à catástrofe de uma das maiores inflações a que o mundo já assistiu." (GUDIN, 1943a, p. 104) Está nas suas palavras a tese de que o caos social e político gera inflação. "Naquele país, onde a guerra terminou com o equilíbrio econômico local e internacional, seguiu-se após breves interregnos de desenvolvimento a Grande Depressão, como consequência deste estado de coisas anteriores." (GUDIN, 1943a, p. 104) Após um curto tempo "a forte corrente de capitais americanos deram a ilusão de uma volta ao equilíbrio, logo desfeita pelo alastramento, em 1930, da grande depressão vinda do exterior. Seguiu-se Hitler, o isolamento econômico, a economia de guerra" (GUDIN: 1943a, p. 104)

Esta espiral de caos social e político engoliu todas as nações do mundo contemporâneo: "A Inglaterra, que com tanta sabedoria empunhava antes da guerra a batuta da orquestra econômica internacional, teve de passar o comando aos Estados Unidos. Esta mudança de regente, que se deveria fatalmente verificar com o tempo, através de uma lenta evolução, foi efetuada de modo abrupto" (GUDIN, 1943, p.106) A Guerra mudou as lideranças e o curso natural dos seus movimentos de alternância, levando a atos desaconselháveis no plano da economia: "A própria Inglaterra, esquecendo os conselhos de Ricardo enveredou por uma política de deflação monetária firmada em 1925 com a volta da libra esterlina à antiga paridade-ouro (GUDIN, 1943, p. 104). Diz:

Essa absurda deflação (sempre combatida por Keynes) custou-lhe uma grande depressão da atividade econômica, baixa de preços e cifras alarmantes de desemprego. Ainda hoje é o *unemployment* o pesadelo da Inglaterra. Só em 1937, graças aos preços muito baixos a que haviam caído os produtos de alimentação e matérias-primas de sua importação, conseguia ela dar novo impulso às suas indústrias e à sua economia, mas aí ela já começava também a preparar-se para a nova guerra. (GUDIN, 1943, p. 104)

A Guerra causou um estado de desequilíbrio na entrada do nosso século. Houve desestruturação mundial geral. Neste livro intitulado *Para*

um mundo melhor, onde o autor analisa os problemas que virão com o término da Guerra de 1939-45, ele retoma teses já indicadas nos textos de 1936 a 1938. Uma delas é sua análise sobre o novo papel dos Estados Unidos: "O maior elemento de desequilíbrio da economia mundial teve origem na rápida mutação da situação econômica dos Estados Unidos da América do Norte, que de país devedor e importador de capitais que era antes da guerra, passara a ser a maior nação credora do mundo" (GUDIN, 1943, p. 105). Mas: "Uma nação só pode pagar a outra nação em mercadorias e serviços, ainda que a mercadoria seja, em último recurso, o ouro, que aliás já estava quase todo nos Estados Unidos. Como pagar-se a nação credora, que exporta mais do que importa?" (GUDIN, 1943, p. 106).

Diante deste contexto o caos está instaurado. A velha líder, a Inglaterra, enfiada numa depressão (em função da I Grande Guerra), não podia continuar sendo a timoneira do barco da história mundial. Entretanto, o novo líder padecia, por inexperiência, de condições efetivas para lograr um grande sucesso. Indo a fundo neste ponto, evidenciando a posição já conhecida do autor, seguimos os seus passos para explicá-lo ainda mais. A fim de compreender melhor esses fenômenos, ele lança o seu olhar para o mundo econômico de antes da I Guerra e, assim, fecha a sua análise com relação a este ponto, pois nesse período a liderança é inglesa. E Gudin une a experiência inglesa com o mundo de equilíbrio visualizado no século XIX. Liderança britânica e equilíbrio econômico constituem um dos núdulos de sua análise da evolução da civilização industrial: "Este país comprava ao resto do mundo perto de 300 milhões de libras por ano mais do que vendia e eram esses 300 milhões de libras de mercadorias que permitiam às outras nações satisfazer o pagamento de seus empréstimos à Inglaterra" (GUDIN, 1943, p. 106).

O comportamento norte-americano, para o nosso economista, difere do inglês. Essa mudança do eixo econômico internacional acentuou os desequilíbrios de pós-I Guerra. E, ainda mais, os Estados Unidos eram – dentre as demais nações do mundo europeu – um país muito jovem, sem experiência e condições de desempenhar tão bem seu novo papel, como a Inglaterra desempenhara no passado:

A estrutura monetária e bancária dos Estados Unidos não tinha ainda adquirido a solidez desejável. O Sistema de Reserva Federal havia sido criado um ano apenas antes da guerra de 1914; não adquirira ainda a experiência necessária para controlar um sistema bancário muito vulnerável não só pela enorme multiplicidade de bancos como por um mercado monetário especialmente acessível à especulação bolsista, como a que estourou em outubro de 1929, marcando o início da maior depressão econômica dos tempos modernos. (GUDIN, 1943, pp. 106-7)

Eis sua linha lógica: a Guerra de 1914 gerou instabilidade econômica, mudou as lideranças mundiais, colocou a nação norte-americana – sem experiência e condições favoráveis – no topo do mundo. Essa imaturidade levou-nos à Grande Depressão. Nada adveio da economia propriamente dita. São as circunstâncias políticas que interferem na economia e geram a desestabilização. Gudín reduz o fenômeno de 1929 às condições da Guerra de 1914.

Na sequência dentro da trilha dos seus argumentos, analisemos como ele enfrenta o mundo do final da primeira metade do século XX, principalmente com relação ao planejamento econômico, que suscitou um posicionamento firme tanto de neoliberais como de socialistas:

A economia planificada é um produto genético do desequilíbrio econômico dos últimos 25 anos, que acabamos de descrever. Ela se origina da incompreensão desse desequilíbrio. Ela não percebe que o problema consiste essencialmente em encontrar novas posições de equilíbrio e que uma vez atingido esse equilíbrio, a economia planificada torna-se, na melhor das hipóteses inútil. (GUDIN, 1943, p. 108)

Excetuando o período da Guerra e o ajuste à nova situação, a economia planificada não tem nenhum papel a cumprir; ao contrário, atrapalha: "Como sistema geral de economia de paz (...) ela não resiste à análise" (GUDIN, 1943, p. 109). E o que resiste? Para Gudín é o novo conceito do liberalismo. O liberalismo se põe como o único anteparo contra todas as formas de organização social que, no fundo, destroem o ideal humano de liberdade e democracia. Vejamos como ele entende o entrelaçamento destas questões:

Fórmulas corporativas, fórmulas sindicalistas, sistemas fascistas ou comunistas, nada mais são do que coletivismo com tabuletas diversas. Não se trata aqui de distinguir entre umas e outras modalidades de coletivismo. O debate é entre o liberalismo e o conjunto dos coletivismos. Os liberais procuram conservar e aperfeiçoar a ordem econômica que os coletivistas desejam destruir. (GUDIN, 1943, pp. 171-2)

Reduz diferentes ideologias ao mesmo denominador comum, desconhecendo as formas particulares de respostas que significam na história da humanidade, qualificando, simplesmente, de anticapitalistas, não importando qual proposta alternativa representam à sociedade; sendo suficiente apenas reafirmar os ideais do liberalismo como a melhor forma de sociedade.

Gudín contrapõe uma visão à outra, tendo como único recurso o apelo à fé para persuasão de que o liberalismo é a forma de redenção da humanidade. Afirma sua superioridade, não a demonstra. Indica, mas não analisa. É a fé cega no capitalismo. Como se este sistema, por si só, resolvesse todos os problemas da humanidade, bastando apenas

mencioná-lo. Liberalismo versus coletivismo, esta é a fórmula redutora a que Gudin chega, como já vimos anteriormente. Constrói um amálgama de filosofias diferentes e antitéticas, somente mencionando-as sem uma análise efetiva do significado de cada uma delas. Reconhece neste mosaico somente um ponto em comum: o totalitarismo, como sinônimo de coletivismo. Não nos oferece nada mais que esta fórmula redutora. E, contra todas essas tentativas de respostas para organizar a sociedade – antiliberais –, ele evoca os adeptos do liberalismo. É o novo liberalismo, que vai superar todos os problemas encontrados no início do século, visto que engloba as positivities do liberalismo e corrige seus defeitos. Gudin nos oferece roupagem nova para velhos ideais. Esses ideais, que continuam válidos no seu entender, só precisam ser aperfeiçoados. A essência é boa e deve ser mantida. Renová-la não significa negá-la, ao contrário, é eternizá-la como proposta, como defesa da liberdade e da democracia:

O novo conceito de liberalismo a que aqui nos referimos não é o liberalismo do *laissez-faire* de Herbert Spencer e de Stuart Mill; não é o liberalismo que assegura a liberdade de uns homens explorarem o trabalho de outros homens, não é o liberalismo de licença que sanciona os abusos praticados por um capitalismo sem polícia. (GUDIN, 1943, p. 174)

O velho liberalismo já cumpriu o seu papel, foi eficiente na sua trajetória, porém, criou vícios que o novo liberalismo terá que dar conta. O mundo estava economicamente perfeito no século XIX. Mas as ambições, as paixões humanas, os vícios, enfim, que tais sentimentos geram, determinaram o início da Guerra. Como consequência, conhecemos o desequilíbrio mundial, a mudança de liderança da tradicional Inglaterra para os inexperientes Estados Unidos; a Grande Depressão e o nascimento das filosofias totalitárias.

É necessário reagir a tudo isto, reordenar o mundo retomando o que havia de melhor no passado: o liberalismo. E vaciná-lo contra os males que poderiam se repetir e gerar novos desequilíbrios. O velho liberalismo vacinado transforma-se no novo liberalismo.

O novo liberalismo supera o velho liberalismo, sendo que, para Gudin, os teóricos do velho liberalismo concebiam a sociedade como um todo social, sendo esse inclusive um ponto comum com as ideias marxistas. O seu novo modo de conceituar o liberalismo supera esses limites do passado sem precisar superar o liberalismo.

Marx, a seu tempo, já enfrentou esse debate e as ilusões geradas na dualidade monopólio x livre-concorrência; e, a partir da discussão sobre o método metafísico utilizado por Proudhon na sua obra *Filosofia da miséria*, colocou esta controvérsia com os pés enterrados na dialética em sua vertente materialista: “Todos sabemos que a concorrência foi

engendrada pelo monopólio feudal. Assim, pois, inicialmente, a concorrência foi o contrário do monopólio, e não o monopólio o contrário da concorrência. Portanto, o monopólio moderno não é uma simples antítese, mas pelo contrário é a verdadeira síntese” (MARX, 1977, p. 143).

Assim:

Na vida prática encontramos não apenas a concorrência, o monopólio e o antagonismo entre uma e outra, mas também a sua síntese, que não é uma fórmula, mas um movimento. O monopólio engendra a concorrência, a concorrência engendra o monopólio. Os monopolistas competem entre si, os competidores passam a ser monopolistas. Se os monopolistas restringem a concorrência entre eles, por meio de associações parciais, acentua-se a concorrência entre os operários; e quanto mais cresce a massa de proletários, com relação aos monopolistas de uma nação, mais desenfreada é a concorrência entre os monopolistas de diferentes nações. A síntese consiste em que o monopólio não pode manter-se se não se entregar, continuamente, à luta da concorrência. (MARX, 1977, p. 143)

Quando olhamos para a realidade concreta do capitalismo percebemos que o monopólio é a concorrência organizada dos capitalistas na fase monopolista deste modo de produção. A rigor trata-se da concorrência levada às suas últimas consequências:

Há meio século, quando Marx escreveu *O capital*, a livre-concorrência era, para a maior parte dos economistas, uma “lei natural”. A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre-concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora o monopólio é um fato. (...) Os fatos demonstram que as diferenças entre os diversos países capitalistas, por exemplo no que se refere ao protecionismo ou ao livre câmbio, trazem consigo apenas diferenças não essenciais quanto à forma dos monopólios ou ao momento do seu aparecimento, mas que o aparecimento do monopólio devido à concentração da produção é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo. (LENINE, 1979, p. 590)

O movimento da própria sociedade capitalista gerou esta fase particular – o capitalismo monopolista –, na qual a síntese da livre-concorrência se transformou na agressiva concorrência entre os monopólios. E é neste contexto que os bancos assumem o seu novo papel e geram a concentração bancária, realizando a ingerência do capital financeiro no setor real da economia: a produção industrial:

A operação fundamental e inicial que os bancos realizam é a de intermediários nos pagamentos. É assim que eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, capital que

rende lucro; reúnem toda a espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da classe capitalista. À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista. (LENINE 1979, p. 597)

Adicionado a estas características de concentração da produção com consequente concentração da riqueza e socialização da miséria, negação da livre-concorrência elevada à concorrência monopolista, novo papel dos bancos, ciclos de prosperidade e depressão está o caráter de transição desta fase superior. Chegamos ao calcanhar de Aquiles da reação gudiniana dos que se posicionam a favor do reconhecimento do capitalismo monopolista como fase histórica deste sistema. Gudin, como guardião do sistema, tem de protegê-lo da transitoriedade e garantir-lhe vida eterna. Portanto, restringe sua análise do monopólio como antítese da livre-concorrência e jamais como síntese histórica e antecâmara de uma nova formação social.

Considerações finais

Capitalismo naturalista é um dos conceitos centrais na obra de Eugênio Gudin e que ressalta o funcionamento da economia natural de mercado do século XIX e prepara o novo liberalismo do século XX. O atraso da realidade brasileira cria a necessidade de um pensador conservador como Eugênio Gudin; e o seu maior valor para os defensores do neoliberalismo é ter respondido a este papel com uma produção sem precedentes na história do pensamento econômico brasileiro. Neste sentido, foi um dos principais ideólogos do século na história passado. Lúcido do seu papel, não mediu esforços para concretizá-lo.

Estudar o pensamento gudiniano faz-se necessário em função da função que cumpriu e cumpre a sua obra. A força de suas ideias vem do poder da reação dos setores que temem rediscutir o lugar do Brasil no mundo dominado pela lógica do capital financeiro. Relembrar Gudin, reiterando os princípios que sempre defendeu, é lutar para perpetuar e aprofundar a atual subsunção da economia brasileira no mercado internacional. A defesa do neoliberalismo converge para a defesa da

permanência da inserção mundial do capitalismo brasileiro nos moldes atuais, dependente dos centros hegemônicos do capitalismo monopolista.

Neoliberalismo: conceito negado pelos setores que explicitamente se identificam com a lógica do trabalho, incômodo para alguns, que optam pelo conforto do discurso moderado, e endeusado por outros que, como Gudin, tomam-no como bandeira de luta na defesa do sistema natural de produção: a economia de mercado. O economista carioca é muito mais aludido do que conhecido, aumentando-se com isso a necessidade do seu desvelamento. É evocado como o símbolo do neoliberalismo brasileiro, mas, curiosamente, é pouco estudado em função do alarde que o seu nome produz; portanto, ainda não decifrado para a grande maioria, fica muitas vezes somente uma referência vazia à sua obra. Que todos saibam o que realmente ele defendeu. E que Gudin seja evocado ou criticado em função do que produziu e não do que se possa dizer a seu respeito.

Referências bibliográficas

BIELSCHOWSKI, R. *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOCCHI, J. I. Processo de substituição de importações: da crise de 1930 ao II Plano Nacional de Desenvolvimento. In: MARQUES, R. M.; REGO, J. M. *Economia brasileira*. 6. e. São Paulo: Saraiva, 2018.

BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudin: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: Bienal/Educ/Fapesp, 1996.

GUDIN, Eugênio. *Capitalismo e sua evolução*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1936.

_____. *Aspecto econômico do corporatismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938.

_____. *Para um mundo melhor*. Ensaios sobre problemas de após-guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1943.

LENINE, Vladimir I. *Obras escolhidas* t. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis, 1984.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

_____. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 5. 3v.

SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Como citar:

BORGES, Maria Angélica; BOCCHI, João Ildebrando. Capitalismo naturalista e modo de produção capitalista: crítica ao pensamento de

Eugênio Gudin. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 191-214, nov. 2019.

Data do envio: 21 jun. 2019

Data do aceite: 25 out. 2019

Homenagem

Destruidora de ilusões burguesas: uma homenagem à nossa mãe, Lívia Cotrim

Ana Aguiar Cotrim¹

Vera Aguiar Cotrim²

Lívia Cotrim faleceu no último dia 14 de agosto, precocemente, aos 60 anos. Sua despedida foi um acontecimento social, pela presença massiva de pessoas que conviviam ou conviveram com ela em algum momento de sua vida, ultrapassando as dezenas. Não se tratou, contudo, de uma presença impessoal, ao contrário: além de amigos, familiares e colegas, ali se reuniram as três gerações de alunos e ex-alunos que ela formou. Vimos pessoas beirando os 60 e outras ainda adolescentes, carregando a mesma emoção pungente pela perda de sua grande mestra. Muitos fizeram questão de vir nos contar episódios, situações, em que a presença dela foi marcante em suas vidas. Tanto relatos de momentos pontuais de doenças ou perdas, em que ela se fez presente, quanto relatos de grandes processos de mudança de posição na vida: abandono de crenças religiosas, mudanças de caminho profissional e pessoal, rompimento com padrões familiares, libertação feminina e feminista, apreensão de perspectivas revolucionárias, adesão a movimentos sociais e políticos e outros.

Observamos que cada pessoa que estava lá, além de reputar sua formação teórica e ideológica às aulas dela, mantinha com ela uma relação afetiva, em que destacava o cuidado e atenção que receberam. Foi por isso um momento que trouxe para nós, suas filhas, uma clareza muito grande quanto ao significado da sua vida. Nós nascemos quando ela tinha apenas 19 anos, estava na faculdade e já envolvida nas lutas políticas, dedicação que se aprofundou ao longo dos anos. Quando crianças, passávamos todos os fins de semana com nossos avós, enquanto ela estava mergulhada nas atividades intelectuais e de luta, junto com nosso pai. Observávamos o modo como ela tratava seus alunos, alguns dormiam em casa, almoçavam ou jantavam, o cuidado e a amizade que ela lhes dedicava eram patentes. Nós, algumas vezes, tínhamos aquele sentimento infantil de ciúmes ao notar que ela não se importava só conosco.

E era verdade. Numa das últimas conversas que tivemos com ela, ela lia um relato antropológico que tratava do processo da catequização indígena nos Estados Unidos, em que o jesuíta tentava convencer o indígena a assumir a relação monogâmica, argumentando que assim ele

¹ Doutora, professora da Universidade de Brasília (UnB-FUP). *E-mail:* anacotrim6@gmail.com.

² Pós-doutoranda, professora no Cefet-MG. *E-mail:* veraacotrim@gmail.com.

saberia quem eram os seus filhos. O indígena respondeu que os brancos eram loucos, porque amam apenas seus próprios filhos. E ele queria seguir amando todos os filhos da tribo. Narrou essa história com seus olhos brilhantes, porque, com certeza, se identificava. Ela nunca foi uma mãe da família tradicional. Repugnava-lhe a família tradicional burguesa, mas não a maternidade: foi nossa mãe e de tantos mais: foi uma mãe da tribo.

Essa sua postura seguida durante toda a vida advém da radicalidade com que enfrentou todas as suas relações, pessoais, políticas, intelectuais. Ela é, sem dúvida, a pessoa mais radical que já conhecemos. Essa radicalidade se manifestou também no momento de sua despedida, pela reverberação, falada e escrita, de um modo muito peculiar de descrevê-la: *destruidora de ilusões burguesas*. Na tentativa de defini-la em uma frase, foi esta a escolhida, espontaneamente, por tantas pessoas que ela formou.

Nada mais adequado para descrever não apenas ao seu modo de viver, mas também a sua produção intelectual. Toda a sua trajetória intelectual pode ser compreendida como um caminho em direção à superação das ilusões burguesas no pensamento e na prática, pautada na perspectiva da emancipação humana, na finalidade da autodeterminação.

A perda das ilusões burguesas, como se sabe, é uma expressão de Marx, quando aborda o primeiro processo histórico que conduziu à identificação dos interesses próprios da classe trabalhadora, em oposição aos interesses da burguesia. Esse processo tem um marco histórico nas Jornadas de Junho de 1848 na França. Nesse momento, em que os *trabalhadores foram batidos, mas não abatidos*, eles se distinguiram das finalidades de classe da burguesia, definindo-se pela primeira vez como classe oposta à ordem social capitalista. Nisso constitui a sua vitória: a perda de suas ilusões que até então mantinham no republicanismo burguês; e a primeira derrota da burguesia. Nas palavras de Marx, que ela tanto citou:

Os trabalhadores parisienses foram *esmagados* pela superioridade numérica, não foram *abatidos* por ela. Foram *batidos*, mas seus opositores foram *vencidos*. O triunfo momentâneo da força bruta foi comprado com o aniquilamento de todas as mistificações e ilusões da revolução de fevereiro, com a decomposição de todo o velho partido republicano, com a cisão da nação francesa em duas nações, a nação dos proprietários e a nação dos trabalhadores. (NGR, n. 29)

Não é causal, portanto, que seja em torno desse processo histórico, as lutas de 1848 na Europa, esse marco, essa raiz da perspectiva de eliminação de todas as classes e toda autoridade, raiz de um novo passo, ainda por ser dado, no caminho da autodeterminação humana, que verse o seu último trabalho.

Este trabalho consistiu na reunião, tradução do original alemão e apresentação de todos os artigos de Marx e Engels da *Nova Gazeta Renana*, diário editado por Marx e Engels entre 1º de junho de 1848 até 19 de maio de 1849. Como ela escreve em sua apresentação, a importância desse material “dificilmente poderá ser sobrestimada, bastando dizer que foi o principal instrumento de ação política de Marx nas revoluções que então se desencadearam”. Além de rica fonte histórica, pelo exame das classes e suas relações, das revoluções e contrarrevoluções, é um material central para acessar a concepção de Marx da política e do estado. Esses textos, que compõem cerca de mil páginas, nunca foram traduzidos em seu conjunto para nenhuma língua latina. Existem em português duas pequenas compilações de alguns artigos, a primeira da Editora Ensaio, de que ela participou, a segunda pela Educ, que ela organizou e traduziu. Assim também existem em outras línguas latinas algumas pequenas compilações. O trabalho conjunto, entretanto, é inédito. Em 2010, saiu pela Educ o primeiro volume, a tradução de todos os textos de Marx e aqueles sem autoria, com seu estudo introdutório, edição já esgotada. A tradução do segundo volume, com os textos de Engels, foi finalizada seis meses antes do seu falecimento e o estudo introdutório foi deixado quase pronto.

Este trabalho é parte de um projeto maior, de análise da visão de Marx sobre a política e o estado, que ela intitulou *Marx: Política e emancipação humana - 1848-1871*, em que ela percorre toda a produção marxiana, centrando no período desde a *Nova Gazeta Renana* até os textos sobre a Comuna de Paris, e que ainda tampouco foi publicado. Ali, ela desenvolve um dos momentos da revolução teórica marxiana, quer dizer, aquilo que foi sintetizado por José Chasin como as três críticas ontológicas: a crítica da especulação ou idealismo, a crítica da política e do estado (seu caráter intrinsecamente negativo) e a crítica da economia política. É desta revolução que o seu trabalho parte e a qual aprofunda. Toda a sua trajetória intelectual mostra a finalidade de retomar, aprofundar e colocar na ordem do dia esse significado da obra de Marx.

Essa finalidade, contudo, permanece atual. Tanto em termos teóricos como práticos, nos encontramos aquém dessa revolução, como ela sempre enfatizava. Na produção teórica, no universo acadêmico, poucos são os intelectuais e linhas de pensamento que partem dessa revolução, mesmo no campo progressista. Também na atuação prática, as esquerdas no mundo todo, com poucas exceções, abandonaram a perspectiva de superar a forma capitalista e o estado, mesmo como horizonte longínquo. Ao contrário, mostra-se em geral que tanto teórica como praticamente, as representações políticas, sociais e intelectuais da classe trabalhadora recaíram nas ilusões burguesas, capitalistas e republicanas.

Talvez não seja à toa que os textos da *Nova Gazeta Renana* tenham sido relegados à “crítica roedora dos ratos”, e certamente não é à toa que aquela que foi apelidada por seus estudantes de “destruidora das ilusões burguesas” seja quem realizou a edição latino-americana pioneira do conjunto desses textos de Marx e Engels, em torno do processo em que pela primeira vez uma parcela da humanidade se desprende daquelas ilusões.

Além do eixo de trabalho centrado na dissecação da natureza negativa da política e do estado, as formas do estado republicano e bonapartista, as peculiaridades da revolução política e da revolução social, outros eixos mereceram a sua atenção e estudo. O horizonte do estudo da crítica da política é a ampla questão da autodeterminação humana, que envolve o problema da relação entre indivíduo e gênero. Os eixos de sua pesquisa se vinculam por essa ampla questão.

Assim, ela produziu trabalhos sobre as categorias de individualidade e autodeterminação no renascimento italiano, quer dizer, o período em que precisamente se coloca *in statu nascendi* a perspectiva prática da autodeterminação humana e princípio da formação da individualidade, examinando Giovanni Pico della Mirandola, Pietro Pomponazzi, Leonardo da Vinci e Giordano Bruno.

A arte, como campo de liberdade e de autoconsciência, também atravessou toda a sua vida como paixão e objeto de estudo. Ela se dedicou ao exame de vários momentos da obra estética de Lukács. A formação do romance, a noção juvenil e madura sobre o cinema – texto que também traduziu pioneiramente para o português – a apropriação lukacsiana das noções estética de Goethe, entre outros temas foram trabalhados por ela. Era conhecedora e amante de toda a obra de Thomas Mann e Balzac, que apresentou também para os estudantes, entre outros artistas e escritores.

Cabe destacar também o seu trabalho nos projetos da Editora Ensaio e Ensaio ad Hominem, durante mais de 20 anos e ao lado da pesquisa e da docência. Esses projetos visavam a publicação, divulgação e estudo, com rigor técnico e intelectual, de obras de Marx e de Lukács, que a “delinquência acadêmica”, como referiu um de seus alunos, sempre preferiu legar ao silêncio.

Como parte desses projetos e como pessoa interessada em atuar em seu mundo, ela também se dedicou à análise da realidade brasileira. Participou de um projeto empreendido por José Chasin que buscava compreender a *miséria brasileira*, termo cunhado a partir da noção marxiana da *miséria alemã*, ambas focos do estudo e produção da nossa mãe. A sua compreensão da realidade brasileira parte do exame das diferentes formas de entificação do capitalismo no mundo, a via clássica, a

via prussiana (termo de Lenin para o que Marx denominou a miséria alemã) e a via colonial ou miséria brasileira.

Esse projeto incluiu o exame e crítica conjunta do pensamento conservador brasileiro, para o qual ela realizou a análise dos discursos de Getúlio Vargas. Nesse trabalho, examinou a posição de Vargas quanto ao ordenamento econômico, com ênfase na problemática da autonomia nacional, e quanto à relação com os trabalhadores e a crise que levou ao desfecho de seu governo. Procurou contribuir para a discussão em torno do significado do segundo governo Vargas, especialmente no que diz respeito à temática do “populismo” – criticando assim o modo como a esquerda não marxista entende a realidade brasileira e seus expoentes políticos e teóricos. Examinou a concepção de Chasin sobre a miséria brasileira e sua realidade mais contemporânea, legando-nos um artigo publicado postumamente sobre o golpe de 2016.

Todo esse conjunto de sua produção, a maior parte da qual não se encontra publicada, constitui a herança que nos coube. Mas herdar é uma ação. Apenas a mais tacanha mentalidade burguesa poderia considerar a herança como algo passivo. É preciso, portanto, ser capaz de herdar, de se apropriar efetiva e ativamente da herança. Nós nos sentimos felizes por termos essa condição, que tampouco é casual: fomos formadas por ela. E, novamente, não somos as únicas. Como afirmou Lincoln Secco, em mais de 20 anos como professora de Fundação Santo André, ela apresentou Marx para mais de uma geração de filhos de trabalhadores do ABC, de modo que formou uns tantos herdeiros, muitos dos quais generosamente já se ofereceram para compor essa força de trabalho que significa herdar, e que levaremos adiante: recolher, organizar, publicar e estudar as suas produções.

Se, em meio à nossa tristeza cortante, algo emerge como alegria, é justamente a sua vida, de significado inteiro e radical, de um humanismo fundante e sem igual, e a certeza de sermos a sua ramificação. Se um dia chegarmos à liberdade, ela terá contado com a vida e a atuação de nossa mãe querida, Lívia Cotrim.

Esta homenagem é dedicada a toda a tribo.

Como citar:

COTRIM, Ana; COTRIM, Vera. *Destruidora de ilusões burguesas: uma homenagem à nossa mãe, Lívia Cotrim*. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 215-9, nov. 2019.

Data do envio: 10 out. 2019
Data do aceite: 05 nov. 2019

Industrialização e bonapartismo – o ideário de Getúlio Vargas (1935-45)

Lívia Cotrim¹

Resumo:

Este artigo delinea alguns traços de um momento significativo do processo de industrialização brasileiro pela via colonial, o período 1935-45, por meio do discurso de Getúlio Vargas, destacando a especificidade de seu projeto de industrialização e seu vínculo com a forma bonapartista da autocracia burguesa.

Palavras-chave: Getúlio Vargas; Estado Novo; industrialização; bonapartismo; via colonial.

Industrialization and Bonapartism - the ideas of Getúlio Vargas (1935-45)

Abstract:

This article outlines the features of a significant moment in Brazilian industrialization process as part of the colonial path [via colonial] to development of capitalism, the 1935-45 period. This period is approached through the analysis of Getúlio Vargas' speeches, focusing the particularity of his industrialization project and its connection to the Bonapartist form of bourgeois autocracy.

Key words: Getúlio Vargas; New State; Industrialization; Bonapartism; Colonial Path.

Introdução

O período da história brasileira que se abre em 1930 e se encerra em 1945, e em particular o Estado Novo, foi um momento importante do processo de objetivação do capitalismo verdadeiro pela via colonial, expressão criada por J. Chasin para designar um caminho particular hiper-retardatário, não revolucionário, marcado por uma conciliação entre o arcaico e o moderno em que ambos são expressões da regência do capital, pela subordinação ao capital externo e pela superexploração da força de trabalho. Nesse quadro, o capital e a classe que lhe corresponde, a burguesia, são incompletos e incompletáveis, e o exercício do poder político assume a forma autocrática, em suas duas variantes básicas:

¹ *In memoriam*. Doutora, professora aposentada do Centro Universitário Fundação Santo André (Cufsa).

bonapartismo e autocracia institucionalizada; ambos expressam praticamente o politicismo da burguesia brasileira, presente também no plano intelectual (cf. CHASIN, 2000).

Aqui serão examinadas as relações entre esse processo particular de industrialização e a natureza autocrática do estado tal como se manifestam nos discursos pronunciados por Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) entre os anos 1935 e 1945, permitindo abordar a contraposição entre distintos projetos de continuidade do capitalismo e sua relação seja com a passagem para um estado bonapartista (instituído pelo golpe de 1937), seja com a tentativa de institucionalização da autocracia levada a cabo por Vargas ao final desse período.

Embora não tenha se distinguido como um pesquisador que houvesse produzido análises amplas e fundamentadas da história e das relações socioeconômicas e políticas, nem por isso Vargas deixou de expor e defender uma determinada avaliação da situação nacional e internacional do período em que atuou, sob cujo prisma faz o diagnóstico de problemas e lhes indica respostas. Tanto os passos práticos então realizados ou intentados quanto o ideário que os acompanhou repercutiram intensa e extensamente na história brasileira subsequente e nos debates que antecederam e sucederam o golpe de estado que, em 1964, abriu mais um longo período de ditadura bonapartista.

O ideário getuliano apresenta traços comuns ao de diversos outros ideólogos que compõem o leque do pensamento conservador brasileiro, e mesmo do pensamento conservador em geral, que começa a se manifestar desde meados do século XIX, dado que se esteiam na mesma classe, a burguesia, no momento de sua decadência ideológica.

Marx (1850; 2013, pp. 83-91) já mostrou que, desde o momento em que o proletariado se opõe diretamente ao capital (momento cujo marco foram as revoluções de 1848, especialmente as Jornadas de Junho francesas), a burguesia europeia se torna uma classe conservadora; essa alteração em seu ser social afeta tanto suas posições políticas quanto sua consciência, de sorte que suas capacidades científicas vão se perdendo, tornando-a tendencialmente cada vez menos capaz de apreender as contradições sociais, inaptidão alargada conforme se amplia a obsolescência do capital. O nível do pensamento conservador tende, assim, a um contínuo rebaixamento, ocasionado pela impossibilidade de acolher ou mesmo admitir as determinações da vida social que trazem à tona a necessidade de superação do capital, determinações cada vez mais numerosas conforme as contradições dessa ordem societária se alastram e exacerbam (LUKÁCS, 1972).

Ao contrário de se circunscreverem à burguesia europeia clássica, essas novas características se universalizam, atingindo as burguesias

tardias e mesmo aquelas que ainda não haviam alcançado configurar seu domínio nem econômica nem politicamente.

Entretanto, esses vários ideários não se reduzem a esses elementos comuns², apresentando feitiços peculiares, enlaçados a determinações sociais específicas.

No caso brasileiro, acompanhando o caráter híper-tardio e subordinado da gênese e evoluir histórico do capitalismo, o pensamento conservador não foi antecedido por concepções burguesas progressistas, para não falar das revolucionárias. Aqui encontramos ou a defesa do arcaico, ou distintas propostas de conciliação entre este e o “novo”, como é o caso de Vargas. Pretende-se aqui de atentar ao talhe da conciliação defendida por ele. Embora o capitalismo industrial, cerne do avanço que se anunciava, já há muito não representasse o historicamente novo, a presença ativa de movimentos sindicais e operários, a incipiência da burguesia industrial e sua luta por afirmação, bem como o fato de que ainda não se definira a forma da conciliação permitiam que o debate girasse em torno também de plataformas econômicas; o politicismo, característico da burguesia brasileira, embora presente, não se intensificara a ponto de expulsar esse tema do debate público, como ocorrerá poucas décadas depois, especialmente após o golpe de 1964 (CHASIN, 2000).

Entre o final dos anos 1920 e o início dos anos 1930, a crise de uma dada configuração socioeconômica e política – vale dizer, a crise da agroexportação, associada à crise geral do capitalismo – e o desenvolvimento atingido então pela indústria, que já contava, inclusive, com diversas organizações regionais e nacionais e vários ideólogos, abria diversas possibilidades, inclusive a de inflexão do percurso que o país vinha seguindo. A alternativa encarnada por Vargas, provisoriamente vitoriosa e logo depois também derrotada, deu prosseguimento, sob uma forma peculiar, à via colonial de objetivação do capitalismo, embora, como veremos, pretendesse quebrar um de seus pilares.

Vale pontuar os contornos do contexto sócio-histórico a que essa alternativa responde. No plano internacional, tanto os países de capitalismo clássico quanto os que se desenvolveram pela via prussiana haviam atingido a condição imperialista há algumas décadas, e as disputas interimperialistas já haviam provocado uma guerra mundial; o predomínio da Inglaterra declinava, cedendo lugar ao dos Estados Unidos, e os países de capitalismo tardio haviam alcançado também o patamar imperialista e, sob a égide do nazifascismo, lançavam-se novamente à disputa pela

² Cabe também aqui a observação marxiana acerca da “sapiência dos economistas modernos que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais atualmente existentes” esquecendo “a diferença essencial” em nome dos “traços gerais e comuns” (MARX, 1977, p. 203).

hegemonia mundial. De outro lado, a Revolução Russa desmantelara o capitalismo e afirmara praticamente, embora não as realizasse, as potencialidades do trabalho contra o capital. Nesse quadro, o Brasil figurava ainda como essencialmente agroexportador, dando os primeiros passos para a industrialização com atraso mesmo em relação aos países de via prussiana, e sem haver rompido a subordinação ao capital externo, originariamente comercial e já agora financeiro.

É sabido o grande peso da resolução da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo, determinando em grande medida sua forma e ritmo. Aqui, esse problema é indissociável da subordinação ao capital externo, já que a forma de propriedade e as relações de produção – incluída a escravidão, primeiro das populações nativas, depois de africanos³ – foram impostas pelo processo particular de colonização que tornou o país produtor de mercadorias exigidas pelo capital europeu. No decorrer daquele processo os proprietários de terras foram se constituindo em uma burguesia agrária, ligada por interesses específicos, parcialmente distintos dos da metrópole portuguesa. Impulsionado pelas necessidades tanto do capital industrial em ascensão, particularmente inglês, quanto dessa burguesia agrária, a independência política resultou numa transformação pelo alto, mantida a grande propriedade, a produção para exportação e o trabalho escravo, e com eles a subordinação ao capital neocolonialista e logo imperialista. O caráter “nacional” dessa burguesia agrária é contraditado, assim, seja pela regionalização de sua produção, seja por sua orientação para o mercado e o capital externos. Dela e da burguesia comercial a ela vinculada seria um contrassenso esperar qualquer manifestação contrária a essa organização econômica à qual se atam genética e historicamente sua existência e seus interesses. A República, instaurada também pelo alto sob a forma de um estado bonapartista, também não rompe com a herança colonial. E aqui é preciso lembrar que, nas lutas que culminaram com a abolição da escravidão (somente nos estertores do século XIX!), não houve, nem entre os latifundiários nem entre a burguesia industrial incipiente, defensores de uma solução que garantisse à população livre o acesso à terra, embora essa reivindicação estivesse presente seja nos movimentos promovidos pela população escravizada, seja nas propostas de André Rebouças e Joaquim Nabuco (cf., entre outros, MOURA, 1992). A conservação da estrutura latifundiária garantiu força de trabalho barata tanto para a produção agrária quanto para a nascente indústria. Em que pese o lento, porém efetivo, crescimento do mercado interno após a abolição da escravidão e a expansão do trabalho assalariado, toda a I República sustentou-se ainda

³ Lembrando que o tráfico de africanos foi uma das empresas comerciais centrais para a conformação do capitalismo. Ver a respeito Williams (2012).

na produção e exportação de produtos primários, em especial o café, e na subordinação ao capital imperialista, que financia e/ou compra a produção autóctone (cf. OLIVEIRA, 1984).

Diretamente entrelaçadas, as soluções, ou falta delas, às questões agrária e da escravidão – e, de modo geral, da força de trabalho – evidenciaram os problemas e os caminhos possíveis para a industrialização e para o ordenamento político. Já nesse momento inicial, a posição da burguesia industrial embrionária foi conservadora e conciliadora. Coerentemente, foi também antidemocrática e avessa a qualquer mobilização popular. De fato, foi a necessidade do movimento popular – dos escravizados ou dos assalariados – para combater o latifúndio e a subordinação externa o óbice decisivo a qualquer posição mais desassombrada da burguesia industrial, por mais que aquele movimento não ultrapassasse o arco de transformações compatíveis com o capitalismo.

A indústria nascente distingue-se por sua dispersão, ou seja, é também regionalizada. Fundamentalmente de bens de consumo básico e alguma metalurgia, produz para o mercado interno, sem ser suficiente para suprir as necessidades deste. Além de tecnologicamente inferior às suas congêneres dos países já industrializados, sua subsistência se apoia, em grande medida, na importação de máquinas e insumos, para o que depende de divisas oriundas da agroexportação, com a qual compete no que se refere às condições cambiais que a protejam da concorrência externa (cf. DINIZ, 1978; LUZ, 1978).

Ao longo das três primeiras décadas do século XX, essa industrialização se ampliou (passando a contar com grandes empreendimentos, inclusive estrangeiros), constituindo-se uma burguesia industrial com interesses próprios, distintos – embora não necessariamente opostos – daqueles da burguesia agrária.

No entanto, essa burguesia industrial nasce e se desenvolve subordinada aos interesses do capital externo, pela mediação de sua subordinação à agroexportação. A lógica desta, predominante, tolhe as necessidades específicas de desenvolvimento do capital industrial, constituindo-se num freio à industrialização. O fato de que parte dos capitais que a forjaram tenha sido produzida no setor cafeeiro não nega a oposição objetiva entre as necessidades de reprodução de cada um destes capitais. Tal oposição se manifestou no plano das organizações e ações políticas e da consciência da burguesia industrial⁴.

⁴ Como mostram os debates travados nas décadas de 1920 e 1930 entre agraristas e industrialistas. Traço comum a todos era a ojeriza a movimentos populares. Quanto mais recrudesciam as manifestações da classe trabalhadora (multiplicação das greves e outras formas de mobilização, dos jornais etc.), sem esquecer a fundação do PCB, mais se exacerbava o anticomunismo. Negar qualquer confronto entre estas formas de capital no

É preciso destacar também outro traço da via colonial: a regionalização econômica subjacente à unidade política mantida pelo Império e pela República, e que a indústria nascente não lograva romper. De sorte que, em plena década de 30 de século XX, estava na ordem do dia a consecução da unidade nacional.

As alternativas de reiteração ou transformação abertas pela crise da economia agroexportadora se manifestarão tanto na luta de classes entre capital e trabalho, como no antagonismo no interior da classe dominante, entre capital industrial e capital agrário. A debilidade da burguesia industrial brasileira se manifesta em sua ação política e nas propostas e argumentos de seus ideólogos, os quais, conquanto conflitem com o agrarismo, não chegam a uma contraposição radical, que leve à supressão da herança colonial.

As batalhas travadas diziam respeito ao modo de produção e reprodução da vida – o que e como produzir, qual a participação de cada classe nessa produção, e as demais relações aí envolvidas, inclusive as formas da dominação. Estavam em jogo diferentes alternativas de desenvolvimento capitalista, com ou sem progresso social, que afetavam e interessavam diretamente, portanto, a classe trabalhadora. Com maiores ou menores acertos e erros, as organizações que a representavam abordaram essa questão em seus programas.

É à crise da agroexportação, aos antagonismos entre capital e trabalho, de um lado, e intraburgueses, de outro, que respondem a assim-chamada revolução de 30 e mais tarde o golpe que instaura o Estado Novo – ambas transformações pelo alto, que reiteram tanto o caráter autocrático do estado brasileiro como a recusa a transformações radicais que infletissem a via colonial. Mas não são mudanças relativas exclusivamente a disputas na esfera político-institucional, enraizando-se no confronto entre diferentes projetos de desenvolvimento capitalista, no qual a classe trabalhadora foi derrotada e a burguesia industrial saiu vitoriosa no âmbito da conciliação com o velho.

Brasil – em geral sob a alegação de que o capital agrário, oriundo principalmente do café, foi invertido na indústria, e em vários casos os industriais eram também proprietários rurais – envolve dois pressupostos equivocados. Primeiro, implica considerar aquelas manifestações ideológicas desvinculadas de sua base material, social; ou seja, implica desconsiderar a determinação social do pensamento, supondo o campo das ideias como um nível da realidade que, mesmo interagindo com os demais, é autônomo em relação a eles, de sorte que aquela polêmica seria fruto, se não da “importação” de ideias estranhas à nossa realidade, de ilusões dos polemistas, que supunham haver conflito onde os interesses eram semelhantes ou complementares. Segundo, significa desconsiderar os interesses e necessidades específicos de cada uma das formas assumidas pelo capital no processo de seu desenvolvimento, descarte que confere supremacia explicativa a dados empíricos tomados sem referência a seu significado específico no interior de uma totalidade determinada (cf. OLIVEIRA, 1984).

Esta conciliação se explicita nos discursos de Vargas, porta-voz de um projeto de reordenamento econômico e político cujos limites, realização parcial e derrota são parte do processo de constituição do capitalismo verdadeiro pela via colonial.

No ideário do político gaúcho patenteia-se uma perspectiva industrialista bem articulada, em busca de unidade nacional e de uma dada autonomia, e se exibem os limites máximos de “completude” do capitalismo nacional a que aspirou a burguesia brasileira à época, os quais, conquanto bastante estreitos e mesquinhos, nem assim foram atingidos, mantendo-se o resultado final bem aquém das perspectivas vislumbradas pelo discurso getuliano.

I – Raízes e destino da nacionalidade

Como parâmetro e garantia do acerto de suas proposições para o desenvolvimento brasileiro, Vargas apresenta um panorama das condições do país naquele momento e dos traços primordiais de sua história. O núcleo desse cenário é a distinção entre as “civilizações jovens” (entre as quais o Brasil), capazes de trilhar um caminho de desenvolvimento distinto do seguido pelas “civilizações velhas” (as europeias) – uma via econômica e politicamente não liberal, na qual o estado, como representante do interesse coletivo, teria um papel essencial; tal via é apresentada como solução para o esgotamento da antiga, manifesto tanto na crise internacional quanto na interna.

O político gaúcho entende a crise mundial, que eclodira em 1929, como resultante da falência do liberalismo, isto é, dos valores individualistas que haviam orientado o ordenamento societário até então: no nível econômico, a livre concorrência, a luta entre interesses particulares; e no nível político, um estado reduzido a “aparelho de manutenção da ordem e distribuição de justiça” (13/12/38, VI, 143)⁵. Este “individualismo desordenado” havia gerado os trustes e monopólios, bem como os “nacionalismos expansionistas”; desse modo, a “era monopolista” não poderia solucionar a crise da era da livre concorrência, pois resultava dela e mantinha o mesmo fundamento.

O Brasil poderia escapar dessa crise dando origem a uma “nova civilização”, cuja construção é entendida como nosso “destino”, ancorado na condição de nação jovem, que ainda luta por aproveitar seus recursos naturais e na qual não se haviam cristalizado as estruturas e relações dos

⁵ As citações dos discursos de Getúlio Vargas foram extraídas da edição em 11 volumes publicada pela José Olympio entre os anos 1938 e 1947, e são aqui referidas indicando a data em que foi pronunciado o discurso, o volume e a página da referida edição em que se encontram.

povos mais antigos, contando o país, ao contrário, com uma “estrutura social plástica”, adaptável. Essa flexibilidade ganha destaque no tratamento das formas políticas, que deveriam se manter adaptáveis às necessidades de cada momento.

O centro do “destino” a ser atingido seria a unidade nacional, e para ele indicariam tanto a conformação geográfica do território quanto nossas tradições históricas, cujos fios não poderiam ser partidos. Apresentada não apenas como proposta ou necessidade social, mas como um destino predeterminado, a unidade nacional não é defendida como o novo a ser introduzido, mas como algo a ser retomado, haja vista que interpor obstáculo àquela sina levaria ao fracasso da empreitada ou à decadência do país. Afora a atuação dos bandeirantes, que teriam expandido territórios, avançando do litoral para o centro, as demais tradições mencionadas datam da Independência, que, segundo Vargas, assinala o início da emancipação do país e da construção da nacionalidade.

Essas tradições revelariam uma evolução histórica contínua, sem rupturas; desde a Independência, o país havia adquirido experiência do regime democrático, do qual subsistira o básico, isto é, a estrutura institucional, alicerçada no direito de representação, que seria o esteio da democracia. Esta, pois, também não precisaria ser instaurada, mas sim conservada ou recuperada.

Tal evolução sem crises e rupturas nos levou, numa “ascensão constante”, da emancipação “sob a forma de monarquia constitucional representativa (...) ao regime republicano, sem quebrar a continuidade de nossa estrutura democrática”⁶, de sorte que a República, embora “viva aspiração desde os tempos coloniais”, precisou esperar que o Império houvesse cumprido “sua grande missão histórica e esgotado sua capacidade de ação”, para só então substituí-lo (24/12/39, VII, p. 157). Tratada positivamente, a história brasileira não é submetida à crítica ou responsabilizada pela negatividade presente, identificada como a situação semicolonial, de mero fornecedor de matérias-primas para o mercado externo; ao contrário, as marcas do atraso brasileiro (ausência de industrialização e de rupturas revolucionárias) equivalem, no pensamento getuliano, a atributos de superioridade, pois facultariam alcançar a industrialização evitando os problemas sofridos pelas “civilizações exaustas”. A história brasileira desde a Independência se caracterizaria, ademais, também por ser pacífica, pois o que “assegurava a nossa existência política” era “o prestígio do direito e da lei” (1/6/35, IV, p. 103).

⁶ Evidentemente, a Vargas não impressiona que “nossa estrutura democrática” convivesse com a escravidão, durante o império, e com o impedimento do acesso à terra para a população negra, e branca pobre, após a abolição.

Essa idealização do passado, atada à defesa da continuidade, à inexistência de uma crítica radical e de qualquer proposição de ruptura, serve, sem dúvida, ao combate ao comunismo, porém não advoga a plena manutenção do *status quo*, e menos ainda um retorno ao passado, real ou quimérico. Ao invés disso, essa concepção sustenta os objetivos da unidade e autonomia nacionais e ultrapassagem da condição de exportador de matérias-primas por meio da industrialização, e o modo de os atingir: o avanço sem rupturas. Apresenta-se, assim, no discurso de Vargas, a conciliação entre o historicamente novo e o historicamente velho.

Para alcançar aqueles fins, seria preciso abandonar o individualismo, o liberalismo e a livre concorrência, e afirmar o estado como organizador das forças produtoras para fazer frente aos monopólios e beneficiar a coletividade.

A livre concorrência, avalia o político gaúcho, havia desaparecido em nível internacional, e tornara-se necessário defender o interesse coletivo contra seus frutos: os trustes e monopólios, e os nacionalismos expansionistas que deles se originam e ameaçavam manter o Brasil como produtor de matérias-primas. Em decorrência, a economia, em conformidade com o novo papel do estado (“propulsor da vida coletiva e árbitro supremo nos conflitos entre as forças sociais”), deveria deixar de atuar como “energia cega”, não para se mover de acordo com os interesses também particulares de trustes e monopólios, mas com os da coletividade, adaptando-se “à necessidade primordial de amparar as massas sofredoras”. Entretanto, nessa via, os *trusts* e monopólios não seriam eliminados, mas se subordinariam aos interesses coletivos (13/12/38, VI, pp. 143-6). As mesmas ideias são retomadas nos anos seguintes.

O fio histórico das tradições e, com elas, o nosso “destino” haviam sido abandonados nas décadas anteriores a 1930, graças ao triunfo do liberalismo e, com ele, o domínio do regionalismo e dos interesses particulares. Como resultado, em fins da década de 1920, segundo Vargas, “mercê dos grupos oligárquicos reinantes”, regionalistas, prevalecia o “caos governamental”, que se refletia “sobre a economia, as finanças e a administração” (23/11/34, IV, pp. 20-1). Eis, pois, a raiz especificamente brasileira da crise.

O regime da I República é apresentado como artificial, pretensamente liberal mas de fato oligárquico: as eleições eram uma farsa, e a coisa pública era tratada como bem privado, impossibilitando a resolução dos problemas nacionais (9/11/40, VII, pp. 143-4); predominavam as lutas políticas, caracterizadas, e desqualificadas, como disputas entre interesses particulares pelo domínio e uso do estado⁷. Ao

⁷ Na única menção que faz à escravidão, Vargas afirma que a “camada governante” da primeira república se compunha de “antigos senhores de escravos”, “colonizadores da

falso liberalismo político, ligavam-se o liberalismo econômico (o livre jogo das forças de mercado), o regionalismo e a condição colonial do país, de sorte que esse conjunto, levando ao estancamento ou à regressão, deveria ser superado também em bloco (31/12/40, VII, p. 239).

A situação colonial é configurada pela drenagem de recursos para o exterior, a vigência exclusiva do agrarismo extensivo (o “destino rural que aceitáramos”, de meros “produtores de matérias-primas”) e o baixo desenvolvimento da indústria, que nos obrigava a “encomendar feito o que podíamos fazer” (9/11/42, IX, p. 287). Esse panorama, diz o ditador, já começara a se modificar nas décadas anteriores a 1930, com o início da industrialização, o crescimento da população e o aumento da divisão do trabalho, mas as instituições políticas, ossificadas, não teriam acompanhado essa evolução. A necessidade de reajustar as esferas econômica e política, abandonando o “fetichismo das fórmulas” liberais a fim de dar continuidade ao desenvolvimento industrial, “determinou a substituição da estrutura constitucional de 1891” (20/12/41, IX, pp. 177-8). A solução política e econômica não liberal, envolvendo “a reforma em todos os quadros da vida social e econômica” (20/10/40, VIII, p. 121), deveria, porém, se impor sem “desordem” ou “perturbações”, e de tal modo que as mudanças não redundassem em derrota para nenhuma das partes envolvidas (24/10/39, VII, pp. 31-4), evidenciando existência de um acordo, de uma conciliação.

Conforme Vargas, a Revolução de 30 fora apoiada pela maioria da população, expressara a revolta contra aquela situação que contrariava as necessidades da época e as tradições da nacionalidade. Não fora um movimento voltado somente para a resolução de conflitos partidários, mas para a “organização nacional”, movido pela necessidade de mudanças globais: substituição dos valores liberais, em todos os planos; centralização política e alteração das funções do estado; unificação nacional e desenvolvimento econômico superador da condição colonial, para o que o país deveria “voltar-se para dentro”, crescer em direção ao seu centro, modificando sua cultura e sua estrutura econômica para não mais evadir-se para o continente europeu. Tratar-se-ia de substituir o regionalismo e as marcantes desigualdades regionais por “um todo orgânico e equilibrado”, por uma efetiva unidade nacional.

II – O estado autocrático bonapartista: arcabouço e objetivos

No entanto, aquele “movimento de revigoração nacionalista” fora, no entender de Vargas, amorfo, pois, embora houvesse concordância

própria pátria”, que justificavam a lentidão do progresso dizendo que o “homem brasileiro era preguiçoso” (24/11/41, IX, pp. 153-4).

quanto à necessidade de “destruição da velha estrutura”, não a haveria quanto à nova a ser construída. Somente o Estado Novo teria sido capaz de dar forma aos anseios nacionais (11/11/40, VIII, pp. 165-6).

No intervalo, o governo teria travado duras lutas. Especialmente os anos 1934-1937 comparecem, no ideário getuliano, como palco de perturbações políticas, dissensões e particularismos que ameaçavam sobrepor-se à nacionalidade, causadas pelos comunistas, pelas disputas partidárias e pelas falhas da Constituição de 1934. Diante disso, para resguardar a unidade nacional, a ordem e a estabilidade institucional, fora preciso valer-se da flexibilidade do país e “aperfeiçoar” o regime, isto é, fortalecer o estado, especialmente seus órgãos punitivos.

As referências à insurreição comunista de novembro de 1935, mais detalhadas no momento imediatamente após sua eclosão e derrota, isto é, antes do golpe de 1937, explicitam um componente fundamental do pensamento getuliano, o anticomunismo. Inclui entre os subversivos comunistas, além dos que se lançaram à insurreição, também “os pregadores, os professores, os doutrinadores, disfarçados em marxistas, em ideólogos da nova era social”, que “envenenam o ambiente, turvam as águas, não praticando, mas ensinando o comunismo nas escolas”. São repudiados o “materialismo”, a agressividade, a violência (contrários às raízes cristãs, ao espírito de ordem e disciplina do povo brasileiro), e a suposta meta de submeter o país ao “imperialismo soviético” (1/1/36, IV, p. 139). As raízes do comunismo mergulhariam no liberalismo, que, fundado na oposição entre interesses particulares e na “lei do mais forte”, promove a luta de classes e o predomínio de um dos interesses em presença. Luta de classes e comunismo seriam, assim, próprios dos países de “velha civilização”, não encontrando chão social no Brasil. Ademais, a vitória do comunismo não configuraria o domínio da classe trabalhadora, mas apenas de um grupo que a escravizaria. Nessa ordem de alegações, sustenta o distanciamento daquela classe em relação ao Partido Comunista, embora reconhecendo-o como o único que teria um programa efetivamente nacional, cujos elementos válidos, porém, constituiriam “reformas já executadas e em pleno vigor” (1/1/36, IV, pp. 140-3). Com tais argumentos, justifica a repressão aos membros daquele partido, e a toda luta ou movimentação operária, com ele identificada.

Para que fique claro o teor do anticomunismo expresso por Vargas, vale lembrar que a Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em março de 1935, reunia comunistas, socialistas e democratas, proletários, intelectuais, profissionais liberais e militares. Seu programa⁸ propunha

⁸ Os pontos principais do programa da ANL eram a suspensão do pagamento da dívida, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária, a ampliação das liberdades políticas e a constituição de um governo popular, ao lado do atendimento das reivindicações operárias, como jornada de trabalho de oito horas, aumento salarial,

transformações amplas, capitaneadas pela classe trabalhadora, que no entanto não ultrapassavam os limites do capitalismo, mas certamente punham em xeque o tipo de capitalismo que vinha se objetivando; questionava, pois, os interesses tanto da burguesia agrária, quanto da burguesia industrial, ambas subordinadas ao imperialismo, e evidentemente dos capitais imperialistas. Vargas considera comunismo não somente as perspectivas de superação do capital, mas sim quaisquer propostas que ameçassem o tipo particular de capitalismo, inclusive de capitalismo industrial, que vinha se desenvolvendo nos quadros da conciliação com o atraso e da superexploração da força de trabalho. A recusa das transformações propostas pela ANL se arraiga em seu elo com a mobilização popular, liminarmente rechaçada. De sorte que ao anticomunismo se ata umbilicalmente a defesa da autocracia política⁹.

Vargas reconhece que o poder legislativo havia se mostrado suficientemente flexível e eficaz para permitir ao governo a utilização dos instrumentos necessários para reprimir a subversão comunista, vale dizer, para amordaçar o movimento operário. Como admitirá mais tarde, o Estado Novo começou com a promulgação da Lei de Segurança Nacional¹⁰. Com a liquidação da ANL, a repressão generalizada que se seguiu à tentativa de insurreição de 1935 e o enquadramento dos sindicatos, em fins de 1936 já o movimento operário estava provisoriamente sob controle.

Ao lado dessa fonte de perturbações, que sempre poderia rebrotar, restavam ainda outros obstáculos à serenidade política, cuja superação exigiria o “aperfeiçoamento” do regime, a fim de obter a “paz social”, necessária para resolver “questões econômicas e de ordem social” mais importantes do que “preocupações meramente políticas” (21/11/36, IV, p. 197). Tratava-se das dissensões entre os partidos legais, intensificadas durante a disputa eleitoral pela presidência ao longo de 1937. Contra elas, Vargas destaca o caráter estritamente regional dos partidos, e a ausência de unidade entre as “classes produtoras” (as várias frações burguesas) e sua representação política. Insiste em que deveria ser encontrada uma solução conciliadora para a sucessão presidencial, apoiada na resolução de problemas econômicos e sociais urgentes, de modo a garantir a unidade e o interesse nacional, superando o regionalismo. Nesse quadro, seria papel

salário igual para trabalho igual, instituição do salário mínimo, devolução aos índios das terras arrebatadas pela violência, liquidação dos privilégios de cor, raça e nacionalidade, liberdade religiosa, separação entre igreja e estado, oposição à guerra imperialista (cf. PRADO JR., 1982).

⁹ Sobre a relação entre as formas particulares de objetivação do capitalismo e a violência estatal, ver Cotrim (2016).

¹⁰ “A Constituição de 10 de novembro de 1937 começou a nascer em 1935” (2/3/45, XI, p. 93). Ou seja, antes da insurreição comunista fora promulgada a Lei de Segurança Nacional (4 de abril de 1935), com base na qual a ANL fora posta na ilegalidade (11 de julho de 1935), e desenvolviam-se as pressões para enquadrar os sindicatos na nova legislação, que os subordinava ao Ministério do Trabalho.

das Forças Armadas “colocar-se, a qualquer momento, contra as forças desintegradoras” da nacionalidade (29/4/37, IV, p. 225). Ao longo do ano, Vargas alerta para o risco de ultrapassagem dos limites aceitáveis da disputa eleitoral em direção à ameaça de desintegração, materializada na impossibilidade de alcançar uma “solução conciliadora”. Esta será a principal justificativa para o golpe de estado¹¹, ou, como diz na “Proclamação ao Povo Brasileiro”, de 10/11/1937, a tomada de decisões que “afetam os pressupostos e convenções do regime, os próprios quadros institucionais, os processos e métodos de governo” (10/11/37, V, p. 19). Neste e em discursos posteriores, acusa a Constituição de 1934 pelo ressurgimento daqueles princípios contra os quais se desencadeara a Revolução de 30. Afirma a incompatibilidade entre a unidade nacional e o interesse geral, de um lado, e, de outro, a existência de disputas partidárias, dados o caráter regional dos partidos e o afastamento entre eles e aqueles que pretendiam ou deveriam representar; o próprio sufrágio universal teria se tornado instrumento de “apetites pessoais e de corrilhos”. A influência desses partidos se tornaria mais perniciosa na medida em que a “competição política tem por objeto o domínio das forças econômicas, e a perspectiva da luta civil (...) é substituída pela perspectiva incomparavelmente mais sombria da luta de classes”, gerada pelo regionalismo e pelas “novas organizações partidárias surgidas em todo o mundo”, refratárias à democracia (10/11/37, V, pp. 21-3). Em face desse cenário, a Constituição de 1934 não contemplava “meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais”, o que obrigava a nação a “lançar mão, de modo normal, das medidas excepcionais que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa” (10/11/37, V, p. 23).

Diante do atentado à unidade nacional por regionalistas e caudilhistas e da ameaça às instituições pelas formações partidárias agressivas (as comunistas)¹², era necessário “restaurar a autoridade

¹¹ Ainda que contrariando as perspectivas eleitorais dos partidos, o golpe recebeu apoio tanto do Congresso quanto da burguesia, particularmente da industrial, que, como já mostrou Diniz (1978), participou ativamente do estado até 1945.

¹² Vê-se que, embora enfatizando, durante o ano de 1937, as disputas partidárias, Vargas mantém como razão para o golpe a presença do Partido Comunista e, por extensão, dos movimentos da classe trabalhadora. Apenas em 1945, em discurso pronunciado como abertura da campanha eleitoral (2/3/45, XI, pp. 93-116), serão citados os “extremismos de direita”, o nazifascismo e o integralismo; embora referisse o nazismo e o fascismo como “nacionalismos expansionistas” gerados nas “velhas civilizações”, nem estes, nem o integralismo haviam até então aparecido enquanto problema interno ao Brasil, que pudesse ter contribuído para a necessidade de instauração do Estado Novo. Já no discurso de 1945, considera que os extremismos de direita (nazismo, fascismo, integralismo, vinculados entre si) haviam crescido em reação ao de esquerda (comunismo), todos igualmente totalitários, graças à incapacidade defensiva da democracia liberal, à fragmentação partidária, ao regionalismo e à ausência de convicção em grupos alheios à política: “capitalistas, industriais, comerciantes agricultores”

nacional”, fortalecendo o poder central e, nele, o poder executivo, já que a diluição das responsabilidades entre os três poderes havia reduzido a eficiência do aparelho de estado. Tendo se mostrado inoperante, a manutenção do poder legislativo era “de todo desaconselhável” (10/11/37, V, pp. 23-5). Também passaria a caber ao executivo, e não mais ao judiciário, a interpretação da constitucionalidade das leis, bem como a possibilidade de dissolver o congresso e emitir decretos-lei. Essas prerrogativas da nova estrutura legal permitiriam a intervenção na economia e em outras esferas.

Essa alteração do estado é tratada como parte de um “reajustamento completo dos quadros da vida brasileira, desde a subestrutura econômica até a formação intelectual e moral das gerações novas” (12/3/38, V, p. 196), voltado para o controle das forças econômicas, a correção das desigualdades sociais e a contraposição à infiltração ideológica, tudo a exigir “a intervenção do estado no domínio da atividade privada” (18/7/38, V, p. 281).

Tanto a falência do individualismo e da livre concorrência, quanto o incipiente desenvolvimento material do país e as tradições de centralização, unidade e harmonia impeliriam a uma solução não liberal em todas as esferas da vida social.

Se rejeita a democracia política, em que os interesses individuais se sobrepõem aos coletivos, Vargas rejeita também o que identifica como “totalitarismo”, no qual o estado se sobrepõe aos indivíduos, e cujas raízes brotariam do mesmo solo do liberalismo: o individualismo e o conflito entre interesses particulares, redundando na vitória de um deles e sua preeminência absoluta sobre o restante da sociedade. Longe de reproduzir formas nascidas em outros países, o Estado Novo, e a Constituição de 1937 que o embasa, por negarem esse solo, e com ele o conflito entre indivíduo e estado, se distinguiriam tanto dos “totalitarismos” quanto da democracia liberal (17/7/39, VI, p. 257)¹³. Assumindo uma configuração especificamente brasileira, “equidistante dos modelos extremistas em

(2/3/45, XI, p. 93). Haveria, assim, condições para a “marcha totalitária” rumo ao poder, “tentativa que só se verificou em 1938”, e que, caso vitoriosa, tornaria o país presa do “imperialismo totalitário”. Embora conjurado com a repressão à insurreição de 1935, o risco do avanço comunista teria gerado pânico nas classes conservadoras, as quais, em função de seu alheamento da política e da inexistência de partidos consistentes, teriam se aproximado dos movimentos integralista/fascista (2/3/45, XI, pp. 93-4).

¹³ Interessante notar que a conceituação de Vargas se aproxima bastante da crítica liberal ao “totalitarismo”. Para o político gaúcho, nos regimes totalitários, “o estado monopoliza tudo, absorvendo os indivíduos espiritual e economicamente”; “como organização política”, o totalitarismo “se caracteriza, ainda, pelo partido único, pelo poder absoluto do estado (...), pela imposição despótica de padrões uniformizados de cultura e de convivência social, assumindo, no nazifascismo, a forma de estatolatria pura, num enquadramento único de toda vida nacional, até abranger os extremos limites da raça e da fé religiosa e transforma-se em imperialismo de conquista e dominação armada” (2/3/45, XI, p. 99).

moda” (20/12/41, IX, p. 178), se constituíra como um “estado forte”, ou “estado institucionalmente forte”, ou “de autoridade”. Nem por isso, no entanto, deixaria de ser um “estado democrático”.

Diferente da liberal, formal e rígida, a democracia instituída pelo Estado Novo, adequada às necessidades e tradições brasileiras, seria flexível, permitindo modificar os textos jurídicos e emprestar ao poder público novas formas de ação, bem como alterar o peso relativo entre autoridade e liberdade, “conforme os sentimentos e as exigências de cada época”, “oportunismo” que seria “a suprema inteligência do homem de estado” (13/6/39, VI, p. 235). Ou seja, Vargas alega aqui não apenas o acerto da restrição da liberdade em favor da autoridade efetivada naquele momento, como a possibilidade de inverter essa relação (como buscará fazer a partir de 1944). Essa democracia, identificada à ordem, à “obediência consciente” e ao “acatamento ao direito”, coaduna-se com a disponibilidade de meios de defesa contra os ataques dos “extremismos” e “particularismos” diversos, vale dizer, com o fortalecimento do aparato repressivo. Ao invés de liberal, política, o Estado Novo seria uma democracia econômica, marcada pelo “centralismo responsável”, em busca da “reorganização econômica” visando ao “engrandecimento nacional”, e não privado, e ao fim dos privilégios.

No ideário getuliano, a defesa do interesse coletivo não implica a supressão dos particulares, mas sua subordinação ao interesse comum que os contém e une; o Estado Novo, por sua forma política, projeto econômico e objetivos, seria capaz de “integrar a todos” nos resultados do desenvolvimento e oferecer justiça social (11/06/40, VII, pp. 333-4).

Essa “democracia econômica”, de tipo brasileiro, não nega seu “esteio”, o direito de representação, mas altera sua forma: o “sistema de indicações e artificialismos” é substituído pela representação profissional; nessa forma, os representantes das categorias econômicas levariam seus problemas específicos ao governo, cabendo a este tratá-los no interior do interesse coletivo e a ele submetidos. É essa representação profissional disciplinada pelo estado que Vargas considera como corporativismo, forma mais adequada à colaboração de classes e a seu conceito de democracia. De acordo com a nova lei de sindicalização, publicada em julho de 1939, a filiação a um sindicato assegura “possibilidade de participar dos órgãos representativos do estado (...). Os agrupamentos profissionais disciplinados pelo estado (...) virão realizar a verdadeira política de colaboração das classes produtoras” (10/11/39, VII, 92)¹⁴. A legislação

¹⁴ Somente numa única outra ocasião, em entrevista concedida ao periódico italiano *Corriere della Sera* (publicada também no Rio de Janeiro), Vargas toca no tema do corporativismo: “Pela organização atual dos sindicatos, é fácil obter-se uma representação homogênea para a discussão da futura legislação do trabalho. Naturalmente os próprios

sindical, como se sabe, contemplava sindicatos específicos para empregados e empregadores. A noção getuliana de corporativismo exclui, portanto, a existência do sindicato conjunto para trabalhadores e patrões.

Para garantir a conciliação, Vargas oferece à classe trabalhadora a elevação de seu nível de vida, por meio dos direitos trabalhistas e previdenciários, e essa participação nos órgãos estatais, e exige como contrapartida que mantenha a ordem e colabore com o governo. Às classes conservadoras ou produtoras (como designa os proprietários dos meios de produção), oferece apoio governamental e exige que se amoldem às novas formas que o Estado Novo procurava implantar (fundamentalmente, ao novo papel que o estado assumia na economia). De sorte que, no discurso getuliano, a colaboração entre as classes aparece principalmente como colaboração de cada uma delas com o governo, coadunando-se com a presunção de que este é o portador do interesse coletivo.

Como, segundo Vargas, nenhuma classe ou partido representa algo além de seu próprio interesse particular; o interesse coletivo existiria independentemente, não se identificando nem se contrapondo radicalmente a nenhum interesse particular, pois contém a todos; seu único representante possível seria um estado posto também acima dos interesses particulares, sustentado nas forças armadas, “única força nacional organizada” (29/06/38, V, p. 244). Graças a essa dupla qualidade, contrastando com a desorganização atribuída ao conjunto da população e com o caráter regional dos partidos, as forças armadas haviam instituído a nova ordem. O Exército, especificamente, é visto como “o principal fiador da ordem e da segurança geral” (15/5/38, V, p. 219), papel fundamental, pois “a economia e o crédito são profundamente sensíveis a qualquer perturbação social; e para que possam se desenvolver, precisam gozar de tranquilidade, de segurança e de ordem” (26/11/41, IX, p. 163). Novamente se explicita aqui a necessidade de manter o silêncio da classe trabalhadora. Para a garantia da ordem, Vargas assume abertamente, até 1944¹⁵, a repressão como um dos recursos de que o governo pode e deve lançar mão contra opositores qualificados como minoria de descontentes, passadistas, incapazes de construir, representantes dos interesses particularistas contra os quais fora instituído o Estado Novo.

No lugar do recusado modo liberal-democrático de exercício do poder, temos um indivíduo, Vargas, e uma corporação, as forças armadas, apoiadas na repressão aos trabalhadores, no fechamento do Congresso e

sindicatos operários e as associações patronais deverão adquirir uma linha mais perfeita para se chegar à criação do sistema corporativo” (23/12/38, VI, pp. 165-6).

¹⁵ A partir de 1943, já a situação de guerra, especialmente a participação brasileira nela, passa a constar como motivo para evitar qualquer abertura de espaço aos opositores. A partir de 1944, e cada vez mais acentuadamente até sua deposição, Vargas passa a referir a necessidade e possibilidade de um futuro “aperfeiçoamento” do regime, conforme trataremos adiante.

dos partidos, colocados acima dos conflitos particulares e exercendo o poder sobre eles em nome de um interesse comum, concretizado sob a forma de um projeto econômico específico. O discurso getuliano constrói-se no sentido de demonstrar a necessidade da imposição do interesse geral a partir desse “estado forte” posto acima dos particularismos e regionalismos. Em outros termos, Vargas advoga em favor da ditadura bonapartista, forma do estado burguês autocrático, determinada pelo reformismo pelo alto que marca o conjunto de seu ideário.

III – Industrialização e conciliação

O interesse coletivo, pelo qual se pauta a “democracia econômica” é identificado por Vargas com um projeto de industrialização, capaz de superar o regionalismo, a economia exclusivamente agroexportadora, a posição subalterna do Brasil diante do capital internacional, e de alcançar a plena unidade nacional. Os resultados logrados nesse plano são apresentados como confirmação do acerto da forma política adotada.

Essa proposta de industrialização visava a um capitalismo industrial autônomo, por meio da implantação interna do setor que reproduz os pressupostos do capital, capaz de se irradiar e estimular os demais ramos industriais e o agrário, requerendo uma expansão do mercado interno. A consequente quebra da dependência do Brasil em relação aos mercados externos, tanto consumidores quanto fornecedores, é o que Vargas considerava como superação da “situação semicolonial” do país. Para efetivar essa linha de desenvolvimento, da qual se beneficiava o capital privado nacional, seria imprescindível a intervenção estatal.

Defendendo esse projeto, Vargas se anuncia como representante do interesse coletivo, nacional, e como a figura da conciliação. Esta tem uma dupla face: de um lado, o não rompimento com qualquer das frações da classe dominante; de outro, um rearranjo desses interesses, cujo peso recíproco se altera. As debilidades do capitalismo verdadeiro no Brasil se patenteiam nos limites desta proposta de solução para a crise da agroexportação, que se propõe a reorientar a estrutura econômica centrando-a nas indústrias de base sem romper com os modos de ocupação e uso da terra.

É o que se explicita no tratamento conferido à produção agrária, tema que se destaca nos discursos proferidos durante a vigência da Constituição de 1934. Vargas cuida principalmente da estabilidade e crescimento daquela produção, nomeadamente a destinada à exportação. Esses objetivos teriam obrigado a uma abordagem diferenciada dos problemas, manifesta na criação dos institutos estatais de incentivo e controle da produção e comércio dos principais produtos de exportação –

açúcar, café, cacau; na integração dos mercados regionais mediante o desenvolvimento de meios de transporte e comunicação (1/1/37, IV, p. 211); e na propositura de uma linha de financiamento interno para a agricultura, com o emprego de capitais nacionais (21/11/36, IV, p. 195). Em todos esses âmbitos, o poder público teria “ação propulsora” dos “empreendimentos de interesse coletivo” (31/12/36, IV, p. 209).

Em nenhum momento a estrutura agrária é problematizada. Vargas defende a produção para exportação, embora critique a monocultura por seus “efeitos maléficos”, considerando a diversificação da produção agrícola, mineira e pastoril uma “medida de garantia do país contra colapsos desastrosos” (23/11/34, IV, p. 31) no âmbito do comércio exterior. A proposta industrializante virá se acoplar, sem se contrapor, a esse quadro.

A partir da instituição do Estado Novo, a industrialização passa a dominar as referências à economia. Entretanto, o ditador afirma ter mantido sempre esse tema como preocupação central, citando passagens de discursos pronunciados como candidato da Aliança Liberal e logo após a assunção do poder em 1930, nos quais afirmava a importância da siderurgia, e referindo a existência de uma longa luta em torno desse problema: “A enunciação de um simples nome – Companhia de Ferro Itabira – resumiria uma campanha de 20 anos. (...) ainda persistia parte da opinião voltada para a solução semicolonial do problema: – exportar minério sem possuir indústria transformadora” (7/5/43, X, p. 54). Luta que polarizava, de um lado, conservar o agrarismo exportador de matérias primas, portanto a condição de um país semicolonial e dependente, e, de outro, romper com essa condição mediante o implemento da indústria pesada. A vitória da segunda alternativa devera-se aos “homens da Revolução de 30”, que teriam barrado o entreguismo e o agrarismo e posto em evidência a perspectiva nacionalista e industrializante. Mas as forças contrárias não haviam sido derrotadas, resultando no “arquivamento”, pelo Congresso, dos estudos voltados à implantação da siderurgia. Somente com a instituição do Estado Novo teria sido possível efetivar aquela solução (7/5/43, X, pp. 54-6)¹⁶.

A Constituição de 1934 significara, pois, a continuidade das perspectivas do pré-30, identificadas com o agrarismo, o *laissez-faire* e o regionalismo; com o Estado Novo, os problemas agrários passam a ser tratados em relação à proposta de industrialização focada na indústria pesada. Esta é apresentada como indispensável à produção de máquinas agrícolas, à modernização técnica da produção agrária e à expansão dos meios de transporte (31/12/37, V, p. 125).

¹⁶ Podemos entrever que o silêncio sobre o desenvolvimento industrial mantido durante o período 1934/37 se deve justamente à impossibilidade de efetivá-lo naquela configuração.

A saída visualizada por Vargas não envolve, pois, desmontar a agroexportação, mas sim modificar algumas condições para recompor sua viabilidade. Dentre elas, insiste no estabelecimento de um sistema de financiamento interno, para o que anuncia a criação do Banco Central, em dezembro de 1937, e, em 1939, a instituição da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. A intervenção do estado seria necessária graças ao “total desinteresse dos institutos particulares pelo crédito rural” (24/10/39, VII, pp. 41-2). Ademais, advoga o crescimento da parcela da produção agrária voltada para o mercado interno, a fim de abastecer a população urbana, sem prejuízo da agroexportação; ambas deveriam se diversificar e modernizar tecnicamente, “de modo que a própria agricultura, de extensiva e rotineira, possa passar a intensiva” (11/11/40, VIII, 181), e também nesse âmbito o estado deveria atuar.

É à modernização da produção, sem mudança nas formas de propriedade ou nas relações de trabalho, que Vargas denomina de “reforma agrária”, sem implicar redistribuição, “porque não temos, como outros povos, escassez de terras” (31/10/44, XI, p. 39). Mesmo quando refere o assentamento de trabalhadores rurais sem-terra, seu foco é a ampliação das fronteiras agrícolas, colonizando as regiões mais despovoadas: “O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto” (9/10/40, VIII, pp. 78-9). Não é preciso dizer que nada disse se efetivou; do mesmo modo, não se concretizam em propostas específicas as menções ao necessário aumento do poder aquisitivo da população rural para a formação de um mercado interno capaz de absorver a produção industrial (1/5/41, VIII, pp. 261-2).

Desse modo, a inserção do novo, da indústria, não redundava na supressão das relações arcaicas, mas somente em sua modernização. Modernizar e diversificar a produção, interligar as regiões melhorando os meios de transporte e comunicação, ampliar as fronteiras agrícolas por meio da “colonização” dos espaços “vazios”¹⁷, desenvolver o mercado interno e estabelecer um sistema próprio de financiamento são partes constitutivas da perspectiva de unidade nacional. Tudo isso se efetivaria pela ação do estado, de modo a viabilizar aquela esfera da produção e, simultaneamente, adequá-la à inserção da indústria, à qual deverá se subordinar.

A industrialização, eixo central do desenvolvimento econômico do país no ideário getuliano, capaz de viabilizar a unidade e independência econômica nacionais, deveria ter por carro-chefe as indústrias de base,

¹⁷ A população indígena não merece qualquer menção.

especificamente siderurgia, combustíveis (petróleo, carvão, álcool) e energia elétrica, setores essenciais para o desenvolvimento da agricultura (máquinas agrícolas), da indústria leve, dos transportes e comunicações e para o equipamento das forças armadas. Na indústria pesada se sustentariam os demais ramos industriais e a agricultura. Com ela, seria possível a integração nacional no plano econômico e a expansão do mercado interno¹⁸, incluindo a elevação do poder aquisitivo dos trabalhadores. Sem ela, permaneceriam o regionalismo, o parco aproveitamento dos recursos e a dependência.

A alteração do tipo de produção traz consigo uma modificação do mercado consumidor; para a industrialização capitaneada pela indústria de bens de capital, cujo objetivo seria produzir máquinas para a indústria leve, a agricultura e os transportes, o mercado principal não poderia ser o externo, embora a agricultura continue a visá-lo.

Ao desenvolvimento do mercado interno, de evidente relevância na proposta getuliana, se enlaça a elevação da “capacidade aquisitiva das populações”, “garantindo, assim, o consumo de uma maior parte de nossos produtos” (28/4/40, VII, pp. 282-3). Essa elevação não aparece, nos discursos getulianos, como uma política complementar, mas como parte integrante da proposta industrializante defendida, e nesse sentido são justificados os aumentos salariais e a decretação do salário mínimo.

Em defesa de seu projeto, Vargas combate a proposta, presente também naquela quadra histórica, de uma industrialização centrada em bens de consumo, limitada “às indústrias que poderíamos chamar ‘de sobremesa’: o café, o açúcar e as frutas”, pois desse modo continuaria sendo preciso exportar produtos primários para comprar máquinas, inviabilizando a independência nacional; para esta, era indispensável a capacidade de sustentar internamente a indústria com produção própria de bens de capital, donde a necessidade das “indústrias básicas, daquelas que constituem, pode-se dizer, a estrutura econômica de um país. (...) o ferro, o petróleo e o carvão” (7/1/40, VII, p. 178). O político gaúcho conecta a industrialização fundada na indústria leve, incapaz de se autossustentar, ao agrarismo, isto é, ao domínio do latifundiário monocultor e exportador, ao regionalismo e ao liberalismo da Primeira República. O antiagrarismo de Vargas não significa destruir o domínio da grande propriedade territorial ou recusar prioridade à agroexportação, como vimos, mas sim negar a exclusividade desta, o tipo de relação com o

¹⁸ À integração nacional no plano econômico, que requer “ligar, de forma permanente e econômica, o sertão ao mar, dando-lhe circulação central e assegurando o desenvolvimento dos mercados internos”, antepunha-se “a ausência de indústria pesada de máquinas e carência de combustível”, impondo a necessidade de “industrializar o petróleo e instalar a grande siderurgia, o que faremos em breve” (24/10/39, VII, pp. 39-40).

capital externo que ela envolve e sua condição de eixo da vida econômica do país.

No ideário getuliano, “a exploração de petróleo, a criação da siderurgia e o aproveitamento do carvão nacional” (12/3/40, VII, p. 227) não ferem a grande propriedade territorial e seus objetivos básicos, consistindo em instaurar outro setor – indústria pesada – que deveria sobrepujar o agrário e se tornar o “novo eixo” em torno do qual vira a gravitar a economia; seriam, assim, anulados os efeitos da situação anterior, possibilitando a autonomia e unificação nacionais, faces da mesma meta. De regionalista, monocultora e exportadora, colonial, sujeita às oscilações do mercado externo, com um mercado interno limitado, a vida nacional passaria a repousar na unidade (pela interligação e ampliação do mercado interno – o que supõe uma produção a ele voltada), diversidade na produção e garantia de abastecimento interno dos meios de produção necessários à indústria e agricultura, tudo sem prejuízo da grande produção agrária para exportação, ao contrário, esta se beneficiaria de maquinário mais barato e de uma linha de financiamento interna, também livre das flutuações internacionais.

Superada a condição dependente e colonial, se modificariam as relações com os países industrializados, dado o desaparecimento da dependência da demanda de matérias primas por parte do mercado internacional e das disponibilidades internas e externas de importação de bens de consumo manufaturados e maquinário.

A fim de resguardar a autonomia do país, Vargas não julga conveniente recorrer ao capital externo para o financiamento da produção, industrial ou agrária; recusa os “empréstimos ruinosos” e as “concessões que oneraram zonas e sacrificaram gerações inteiras aos lucros de empresas privadas” (28/4/40, VII, p. 283). No entanto, diante do desinteresse ou incapacidade dos institutos privados de crédito, caberia ao estado mobilizar e captar os recursos nacionais dispersos por meio de instituições estatais, de sorte a criar um sistema de financiamento próprio. As possibilidades de financiamento polarizam-se, assim, entre o capital externo e a intervenção estatal. Com essa última alternativa, o país se forraria às oscilações e interesses do capital externo.

Quanto ao investimento estrangeiro direto em produção, a posição do ditador é mais mediada. Não havia, em princípio, a intenção de desenvolver as indústrias de base com capital e sob controle estatal exclusivo, ao contrário. A independência econômica não se cifrava em uma restrição absoluta ao capital externo, mas na nova estruturação interna da economia, impossível de se efetivar apenas pelo livre jogo das forças de mercado. Assim como o capital privado nacional, também o capital

externo seria bem-vindo¹⁹, caso se adequasse a esse novo cenário econômico nacional, passando a colaborar com o novo tipo de desenvolvimento ao invés de explorar o país como colônia.

Mas a expectativa de que capitais privados nacionais e estrangeiros assumissem parte do investimento necessário à siderurgia se frustrou; o capital estrangeiro entrou sob a forma de empréstimo, ficando o restante do investimento e o controle do empreendimento nas mãos do estado.

Vista em conjunto, a proposta defendida por Vargas mostra-se insustentável, pois as partes de que se compunha, e que deveriam formar um todo orgânico, de fato chocavam-se. Vejamos.

No campo da indústria, o obstáculo a ser superado era o da importação de bens de capital. A industrialização centrada na indústria pesada geraria condições para a produção de máquinas – ou seja, permitiria o desenvolvimento deste ramo industrial sem dependência externa –, que, por sua vez, abasteceria a indústria de bens de consumo e o setor agrário. Vigorando essa lógica de desenvolvimento industrial, o capital externo seria bem-vindo nos setores e nas condições considerados convenientes pelo interesse nacional, determinado pelo estado. Com a presença de todos os departamentos, se estabeleceria a autonomia nacional no polo industrial; o sistema de financiamento interno, além de favorecê-la, beneficiaria igualmente a agricultura.

No entanto, embora tecnicamente modernizada, a conservação da estrutura agrária herdada (forma de propriedade, tipo e objetivo da produção e relações de trabalho), modo de existência da subordinação e do caráter híper-tardio do país até 1930, implica a continuidade de ambos, subordinação e retardo. Vargas tentou garantir a autonomia nacional sem tocar nesse polo. Buscou implementar uma indústria autônoma conciliada com uma agricultura subordinada, forma cujos interesses específicos vinham obstaculizando a industrialização desde seus primeiros passos.

Tratando-se de proposta de autonomia nacional, que visava completar economicamente o capital e integrar, nos limites deste, a classe trabalhadora, sua efetivação exigiria uma estrutura agrária (forma de propriedade, relações de trabalho, tipo e destino da produção) que atendessem às carências de matérias-primas e de bens de consumo operário, possibilitando reduzir o valor da força de trabalho urbana e rural pela diminuição dos custos de sua reprodução (ao invés da redução salarial pelo rebaixamento do nível dessa reprodução) e ampliar o mercado interno, para o qual se volta a produção industrial. Em outros termos: que

¹⁹ É o que vemos, entre outras, na seguinte passagem: “vários industriais de vários países se propõem a colaborar com o Brasil, técnica e financeiramente, para a organização da grande siderurgia nacional. (...) o estado também contribuirá. Restará, talvez, 1/3 do capital, a ser coberto por capitalistas brasileiros (...) conto com a colaboração do capital paulista para fundarmos a grande siderurgia no Brasil” (7/1/40, VII, pp. 178-9).

possibilitasse um desenvolvimento econômico acompanhado de progresso social, quebrando a superexploração da força de trabalho.

A adequação da agricultura à indústria, com vistas à realização de um capitalismo nacional autônomo (ou à completude do capital), demandava a supressão do arcaico, da herança colonial, o que a burguesia industrial não se propõe realizar, inclusive porque significava aliar-se à classe que se lhe opõe e voltar-se contra uma fração de sua própria classe.

A inviabilização da proposta defendida por Vargas deita raízes nessa contraposição, nesse choque entre as necessidades, totalmente distintas, dos dois setores econômicos fundamentais, um que deveria tornar-se nacional e autônomo, voltado para o mercado interno, e outro que se mantinha subordinado, voltado para o mercado externo.

IV – Os trabalhadores: integração e subordinação

Sobre o argumento da elevação do poder aquisitivo dos assalariados, Vargas erige sua posição de defensor do interesse coletivo, apresentando seu projeto de desenvolvimento nacional como igualmente favorável ao capital e ao trabalho. Para esse sentido convergem suas diversas manifestações em defesa de uma melhor distribuição da riqueza, ou maior justiça social como imperativos da época, e são justificadas as leis trabalhistas e previdenciárias²⁰.

Essa legislação, bem como a sindical, demarcam os objetivos e a forma da inclusão social dos assalariados, combinando o atendimento de algumas antigas reivindicações dos trabalhadores aos interesses de regulamentação do mercado de trabalho, tanto no aspecto mais estritamente trabalhista quanto no que se refere ao controle sobre a atuação política da classe operária. Os limites dessa inclusão, impostos pela conciliação com as formas arcaicas presentes nas esferas econômica e política, se explicitam tanto no plano do discurso, com sua ênfase na

²⁰ Vale referir que Vargas descreve o caráter do homem ou do povo brasileiro como empreendedor, corajoso, audacioso, inteligente, etc., e também pacífico, cordial, amigo da ordem e da disciplina, avesso às lutas de classe. Tal caráter teria sido forjado pelas tradições de bandeirantes e sertanistas, bem como pela atuação da igreja católica, que teria conseguido “amalgamar, na sociedade colonial, os fatores díspares e primários da nossa formação - índios da idade da pedra, escravos africanos em diversos estágios culturais e imigrantes peninsulares” (2/12/37, V, p. 103). Esse substrato positivo deveria ser “aperfeiçoado”, solucionando o “problema do fortalecimento da raça, assegurando o preparo cultural e eugênico das novas gerações” (7/9/38, VI, p. 55). Mas as menções ao “aperfeiçoamento eugênico” da “raça” restringem-se à necessidade de educação física e moral. Com exceção da referência citada, não há alusões às relações entre brancos, negros e índios. Aliás, a julgar pelos discursos de Vargas, não se suspeitaria da existência de um problema racial no Brasil. Há, entretanto, indicações de uma posição higienista, como a afirmação de que “o trabalho de saneamento para extinção do mocambo [em Pernambuco] é uma eloquente demonstração de interesse pelo desenvolvimento eugênico da raça” (18/10/40, VIII, p. 104).

ordem, disciplina e submissão ao estado enquanto representante do interesse coletivo, quanto na concreta estrutura bonapartista do estado.

Também nesse caso Vargas toma a Revolução de 30 como divisor de águas; só depois dela se estabelecera uma “obra de integração social”, um programa de assistência ao trabalho, desenvolvido após 1937. Na análise getuliana, os governos anteriores eram indiferentes à colaboração das classes trabalhadoras, mantendo-as sem proteção e desorganizadas para “arrancar-lhes votos”, de sorte que então “o primeiro de maio era motivo de apreensões e de sobressaltos”. Tendo o Estado Novo atendido as reivindicações dos trabalhadores, teriam sido eliminadas as causas dos confrontos, e aquela data passara “a ser comemorada com júbilo e fraternidade”, estando garantida a harmonia das classes entre si e com o governo. Nessa relação residiria outro elemento da especificidade do Estado Novo em relação aos caminhos seguidos pelas “velhas civilizações”; recusando os extremos da ausência do estado, próprio do liberalismo, “que legaliza a greve como elemento solucionador de conflitos”, e da imposição total do estado, como no totalitarismo, o Estado Novo exerceria “a função de juiz” (1/5/42, IX, p. 219), resolvendo os conflitos por meio de uma legislação “adaptada a nossas necessidades sociais e das mais completas” (11/11/40, VIII, pp. 175-6), capaz de regulamentar o mercado de trabalho, provendo garantias trabalhistas, previdenciárias e assistência social.

Essa integração dos trabalhadores à vida do país e o desenvolvimento econômico, que aposta na ampliação do mercado interno, se potencializariam mutuamente. Nesse sentido, contra a reação negativa da burguesia industrial à legislação social, sob alegação de impossibilidade de suportar seus ônus e ameaça de redução do ritmo e volume da produção, Vargas esgrime com as vantagens que dela adviriam para as classes proprietárias: qualificação dos trabalhadores, ampliação do mercado interno, regulamentação do mercado de trabalho que se, por um lado, subsume a indústria a normas que não estava habituada a seguir, por outro submete os assalariados, deixando-lhes espaço somente para a reclamação individual, mas bloqueando a contraposição coletiva à própria normatização. Os “dirigentes e proprietários industriais” seriam favorecidos por um disciplinamento do trabalho que afasta as lutas de classes, garante a ordem e, assim, “assegura a confiança e a estabilidade”²¹.

²¹ “Nenhum governo, nos dias presentes, pode desempenhar suas funções sem satisfazer as justas aspirações das massas trabalhadoras. (...) A ordem e o trabalho! Em primeiro lugar, a ordem, porque na desordem nada se constrói (...). Como sabeis, em nosso país, o trabalhador, principalmente o trabalhador rural, vive abandonado, percebendo uma remuneração inferior às suas necessidades. (...) desde que o operário seja melhor remunerado, poderá, elevando o seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as condições do mercado interno. Após a série de leis sociais com que tem sido amparado e beneficiado o trabalhador brasileiro, a Lei do Salário Mínimo virá assinalar, sem dúvida, um marco de grande relevância na evolução

Esse argumento pressupõe que as condições dos trabalhadores se devem sempre aos atos governamentais. As lutas de classes existentes até 1930 seriam fruto do descaso do estado, em consequência do qual os operários, tratados como párias, cujos “interesses e reclamos não eram, sequer, ouvidos, e morriam abafados nos recintos estreitos das delegacias de polícia” (1/5/39, VI, p. 207), se insurgiam contra os patrões, que os viam como hostis e lhes usurpavam “até os direitos mais elementares” (9/11/42, IX, p. 296). Esses antagonismos, longe de inerentes às relações entre capital e trabalho, seriam meramente circunstanciais, e apenas desorganizavam a produção sem extirpar os móveis que os geravam. Tratando capital e trabalho como “dois fatores de produção em pé de perfeita igualdade” e complementares, Vargas alega que tanto patrões como empregados são trabalhadores, comunidade de interesses que a mentalidade liberal havia obscurecido. Apenas a interferência do estado possibilitaria atingi-lo, pois, deixadas a si mesmas, as classes defenderiam somente seus interesses particulares, e os decorrentes confrontos redundariam na derrota dos trabalhadores, a parte mais fraca (com o que Vargas enfatiza a inutilidade da luta de classes).

Graças à intervenção do Estado Novo, que se dispusera a “realizar as aspirações” da classe trabalhadora (10/11/38, VI, 117), esta teria abandonado a hostilidade ao patronato e ao governo, passando a colaborar para o interesse comum. A “justiça social”, vinculada ao progresso econômico, seria a base da “disciplina política”, garantia de ordem e estabilidade (11/6/40, VII, p. 334). De sorte que a legislação social, atendendo aos interesses dos trabalhadores, buscava garantir tanto resultados estritamente econômicos (como a ampliação do mercado interno) quanto políticos (disciplina, ordem); nesse sentido, é peça chave na arquitetura social projetada por Vargas, e desempenha papel importante na composição do que denominou “democracia econômica”.

Ao contrário das “civilizações velhas”, o Brasil, afastando os princípios liberais e individualistas, teria alcançado sem lutas uma solução harmoniosa para as relações de trabalho, graças à iniciativa do estado no estabelecimento da legislação social (1/5/40, VII, p. 294).

A integração dos trabalhadores por meio da legislação trabalhista e previdenciária, a possibilidade de algum progresso social, aberta pelo polo industrial do projeto getuliano, vê-se, no entanto, drasticamente limitada pelas necessidades específicas da forma de conciliação intentada: preservar a estrutura agrária subordinada, desfavorável ou mesmo oposta à industrialização nacional autônoma, envolveu a manutenção dos salários

da legislação social brasileira” (1/5/38, V, pp. 203-4). Essa concepção se repete em vários momentos.

em patamar baixo, enquanto o valor da força de trabalho se mantém elevado.

A faceta mais visível desse tributo pago ao atraso é o tratamento dispensado aos trabalhadores rurais. Enquanto a reforma agrária é reduzida à modernização tecnológica e o assentamento de trabalhadores sem-terra, à “colonização” dos “espaços vazios” do país, a necessidade de amparar os assalariados rurais e regulamentar suas condições de trabalho com a legislação trabalhista e previdenciária perde toda urgência, e é remetida para um vago futuro, mantendo-se os salários ainda mais baixos e as condições de trabalho piores do que as do operariado urbano. Vargas menciona brevemente, em 1938, que “trabalhador rural vive abandonado, percebendo uma remuneração inferior às suas necessidades” (1/5/38, V, p. 203), e só volta a tocar no assunto em 1941, quando alega ser preciso ampliar os benefícios conquistados pelos trabalhadores urbanos aos operários rurais, sob “o risco de assistir ao êxodo dos campos e superpovoamento das cidades” (1/5/41, VIII, p. 261); no entanto, três anos depois ainda estariam sendo realizados “estudos para a promulgação de uma lei definidora dos direitos e deveres dos trabalhadores rurais” (1/5/44, X, pp. 289-90).

Assim, essa forma específica de conciliação entre velho e novo perfilhada pelo político gaúcho ao mesmo tempo exige e impossibilita a integração da classe trabalhadora, mesmo considerando os limites gerais do modo de produção capitalista. A tentativa de encaminhar um desenvolvimento nacional associado a algum progresso social se choca com as exigências das velhas relações socioeconômicas e políticas. A estreiteza do progresso social factível sob a ordem econômica proposta e, no limite, sua inviabilidade, impõe um controle estrito dos movimentos sindicais e operários, cujas reivindicações rapidamente poderiam extrapolar as estreitas margens erigidas por aquela organização. Como resultado, a perspectiva de vincular o desenvolvimento econômico à justiça social convive com a repressão – policial e ideológica – dos movimentos da classe trabalhadora. Estes, se estavam longe de pôr em curso uma revolução comunista, tocavam em pontos cruciais para do sistema de produção, um de cujos pilares era justamente a superexploração da força de trabalho. As legislações trabalhista e previdenciária, promulgadas no âmbito de um caminho de resolução da crise pelo alto, conciliando com o velho, e excluindo a organização autônoma dos trabalhadores, atendem parte das reivindicações operárias sem chegar a quebrar a superexploração da força de trabalho. O apoio da burguesia industrial a todas as medidas repressivas e sua resistência em cumprir mesmo essa legislação conciliadora exhibe os limites dessa classe nos planos econômico, social, político e ideológico.

De sorte que a relação entre desenvolvimento nacional e progresso social se mostra francamente desfavorável ao segundo, no interior mesmo do discurso getuliano, graças ao lugar que nele ocupa, e ao modo como é posta, a defesa da integração dessa classe.

Não deve causar estranheza, assim, a solução política encontrada.

A democracia política não se coaduna com uma ordem socioeconômica em que a própria burguesia se mantém subordinada ao capital externo, e, por outro lado, é incapaz de possibilitar a efetiva integração econômica, social e política do conjunto da população. Pondo-se, à época, como o novo, a burguesia industrial só o encarna em relação à burguesia agroexportadora; mas não representa uma formação social nova em contraposição a outra já esgotada, e sim a oposição a outra fração de sua própria classe. O novo que a caracteriza é somente um passo adiante – por mais importante que seja – no interior do penoso processo de objetivação do capitalismo, e mesmo tal passo se mostra inconcludente, já que somente moderniza o arcaico, concorrendo para a incompletude característica do capital e da burguesia no Brasil.

Um “novo” que, no plano histórico-universal, já é o velho, que enfrenta a potencialidade de sua superação pelo efetivamente novo – a perspectiva do trabalho –, que, ainda, arrasta consigo e se vê restringido, estreitado e obstado pelo internamente velho, que impede que mesmo sua novidade anacrônica possa se pôr e desenvolver plenamente – nesse quadro, o exercício do poder político sob a forma democrática, que expressa e é produto das potencialidades mais generosas do capitalismo, é inviável.

A impotência e inapetência da burguesia industrial por rupturas revolucionárias e aquela necessidade concomitante de alijar os de baixo determinam a forma autocrática de exercício do poder. Incapaz de sequer visualizar, muito menos defender e efetivar praticamente uma perspectiva que conjugue desenvolvimento nacional autônomo e progresso social, ou seja, incapaz de perspectivar e efetivar plenamente suas “tarefas econômicas”, tal burguesia não poderia sustentar um estado e relações políticas democráticas, que abrangessem, dentro embora dos estreitos marcos da democracia liberal, as classes subalternas.

O bonapartismo, modo de existência da autocracia entre 1937 e 1945, foi o meio pelo qual a burguesia impôs uma determinada solução industrialista, garantindo ao mesmo tempo os interesses das principais frações dela, tanto aos trabalhadores quanto aos setores recalcitrantes de sua própria classe, nos marcos da conciliação pelo alto. O preço pago para garantir a real supremacia política do capital sobre o trabalho e por um novo ciclo de acumulação, que avança no caminho da industrialização, foi

a continuidade dos obstáculos a esta, conquanto modernizados, e a renúncia ao exercício direto do poder político.

A autocracia se configura, pois, não como uma forma circunstancial, mas sim como parte integrante da particularidade do desenvolvimento capitalista brasileiro e sua classe dominante – a burguesia. Os discursos de Vargas, longe de ocultarem, exprimem de modo claro essa situação e a consciência que dela possuía.

V – A institucionalização da autocracia – autorreforma frustrada

Vargas foi deposto no decorrer do processo de institucionalização do regime ditatorial que instituíra em 1937. Seus discursos nos dois últimos anos do Estado Novo são marcados por esse processo que ele desencadeou, mas não logrou levar à conclusão.

Referências a futuras alterações do regime, implicando maior liberdade política, aparecem em seus discursos a partir de 1944. De início, reafirmando “o acerto da reforma político-administrativa de 1937”, admite apenas o aperfeiçoamento e complementação do Estado Novo, “com a instalação e funcionamento de todos os órgãos previstos na Constituição de 10 de Novembro” (10/11/44, XI, pp. 45-6), e mesmo isso procura adiar, apelando para as exigências da situação de guerra. Somente em 1945 assume que a Constituição poderia ser substituída: “O Brasil há de ser a Nação poderosa que todos sonhamos, com esta ou com outra Constituição” (2/3/45, XI, p. 192); considera, no entanto, desnecessária a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Mesmo frisando a intenção de levar adiante o processo eleitoral²², e aceitando a organização partidária, até há pouco fortemente combatida, Vargas procura restringir e delongar as mudanças políticas, inclusive remetendo algumas delas ao parlamento que viesse a ser eleito²³. Não menciona qualquer modificação na estrutura sindical, ao contrário, defende sua permanência e ampliação.

A par da lenta ampliação das liberdades políticas, o ditador, mantendo o argumento da supremacia do interesse coletivo, sustenta seu

²² Possibilitado pela promulgação da Lei Constitucional n. 9, de 28/2/45.

²³ Por exemplo, em uma de suas raríssimas referências ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregado, conforme o decreto que o criou, não somente de coordenar a propaganda nacional, como de exercer a censura sobre os meios de comunicação e artísticos, menciona uma modificação em suas funções, sem cogitar de sua extinção. Quanto à extinção do Tribunal de Segurança Nacional, alega que aquele órgão “não é criação do regime de 1937. Foi instituído pela assembleia legislativa na vigência da Constituição de 1934”. Com relação à anistia aos presos políticos, afirma acolher simpaticamente a ideia, porém remete sua efetivação ao parlamento que viria a ser eleito (2/3/45, XI, pp. 109-11).

projeto de industrialização e combate os que pretendem “fazer retornar o Brasil aos tempos anteriores” a 1930, à condição semicolonial. Deixando de parte os extremismos, que antes tanto ressaltara, Vargas identifica seus opositores como “remanescentes” “do tempo em que grupos oligárquicos faziam do país uma colônia do financismo internacional” e contrapõe a eles a defesa da unidade e autonomia nacionais, bem como da justiça social que teria marcado seu governo, em contraste com “a política do estado-polícia” anterior a 1930 (1/5/45, XI, pp. 145-6).

Ou seja, Vargas se dispõe a afrouxar as rédeas no plano político, desde que os lineamentos básicos da estrutura econômica e social que buscara implementar fossem mantidos. É nesse quadro que se produz uma modificação significativa do conteúdo de seus discursos: o apelo aos trabalhadores.

Já a partir de 1943, amiúdam-se as referências à necessidade de maior equilíbrio na distribuição de renda, ataca a concentração de riqueza e assevera que nenhum governo direcionado contra os pobres poderia se sustentar. Simultaneamente, entendendo a oposição a seu governo como uma proposta de retorno à situação anterior à Revolução de 30, passa a conclamar os trabalhadores a se organizarem nos sindicatos, frisando que não se trata de os reconfigurar, mas sim de os ampliar e fortalecer, a fim de que os operários se tornassem uma força capaz de interferir ativamente nos “rumos da vida nacional”, de influenciar “nas resoluções de caráter econômico, social e político” e na fiscalização ativa de seus direitos, de defender as conquistas da revolução de 30 e do Estado Novo, e, ao mesmo tempo, escapar à manipulação dos “politiqueiros” e “demagogos” (1/5/43, X, pp. 33-4).

Vargas insiste em que a oposição a seu governo não se limita ao âmbito estritamente político, tendo por alvo o tipo particular de industrialização que vinha buscando implantar. É em defesa desta, e ressaltando as benesses da legislação social, que busca apoio entre os trabalhadores, cuja participação política, por intermédio dos sindicatos, ressalta agora, concitando-os “a se organizarem, constituindo uma força poderosa e pacífica de opinião apta a decidir sobre os rumos da vida nacional” (21/12/43, X, p. 199). A mesma posição já aparecera no discurso de primeiro de maio do mesmo ano, e se repõe no primeiro de maio de 1944.

Assim, os trabalhadores deixam de comparecer em seus discursos apenas como objeto de políticas, passando a ser tratados como uma força que deveria intervir nas decisões relativas à vida pública.

Vargas justifica essa mudança afirmando que o povo brasileiro havia progredido, adquirindo “receptividade política”, antes ausente. O progresso atinge as “novas correntes de opinião” (isto é, os novos

partidos), “identificadas com os problemas nacionais”, ao invés de se aterem apenas a interesses particulares (2/3/45, XI, p. 103). Já em plena campanha eleitoral, o apelo aos trabalhadores completa-se com a defesa do Partido Trabalhista Brasileiro (10/10/45, XI, p. 198).

O argumento de que o estado deve ser um instrumento flexível, adaptável às necessidades de cada momento, e a recusa do “fetichismo das fórmulas políticas”, antes voltados para justificar o aumento dos instrumentos de controle e repressão e de intervenção do estado na economia, passam a ser utilizados, a partir de 1944, para respaldar mudanças que retirariam do estado seu cunho abertamente ditatorial. Os progressos na conduta do “povo brasileiro” e na situação do país, interna e externamente, sustentam a afirmação da democracia política, antes execrada. O que chama a atenção, porém, não é a defesa da institucionalização da autocracia (efetivamente levada a termo), nem a tentativa de realizá-la ele mesmo, e sim o fato de que essa autorreforma envolve uma disputa que extrapola a mera forma política, que não se dá apenas, nem principalmente, em torno dela. De fato, como o discurso getuliano deixa claro, a batalha é travada entre projetos econômicos distintos. Em defesa daquele que vinha assumindo, Vargas passa a apelar aos trabalhadores para que intervenham ativamente, por meio dos sindicatos e do PTB. Como diz em seu discurso do primeiro de maio de 1945, não interpõe obstáculos à “reestruturação das instituições básicas”, desde que os “problemas fundamentais” fossem resguardados. De quê?

Vimos que Vargas encarna, com sua proposta econômica e política, uma conciliação entre os vários setores da burguesia brasileira. Esse projeto embutia uma contradição: a busca de uma autonomia industrial e de algum nível de integração da população trabalhadora sem uma resolução apropriada da questão agrária e sem o rompimento da subordinação.

Se a derrota do nazismo e a participação nela da União Soviética favoreceram, de imediato, um alargamento das liberdades políticas, estas serão logo reduzidas sob a égide da guerra fria, enquanto sob a nova divisão internacional do trabalho recresce a pressão do capital imperialista subordinante, em certa medida arrefecida durante a guerra. Nesse novo contexto, as contradições internas ao projeto de industrialização getuliano se potencializam, recrudescendo a luta em torno de projetos econômicos.

Nos discursos de Vargas, esse confronto aparece no combate a seus opositores por pretenderem retornar ao pré-30, isto é, às relações econômicas em que predominavam a agroexportação e o capital externo. Mas também setores significativos da burguesia industrial compunham a oposição, retomando a defesa, presente na luta ideológica travada nos entornos de 1930, da abertura para o capital externo, argumentando com a

ausência de capitais e tecnologia suficientes no país. Embora Vargas não se opusesse à presença desse capital, o tipo de industrialização que buscava não se coadunava com os interesses do capital imperialista, no contexto da nova divisão internacional do trabalho.

Assim, para respaldo de seu projeto, o político gaúcho não podia contar com as “classes conservadoras”, como até então. Restava-lhe buscar o apoio dos trabalhadores.

É claro que o ditador não se transformou repentinamente num democrata. Mas, nas novas circunstâncias, a garantia do ordenamento econômico não era mais possível nos marcos bastante estreitos por ele previstos inicialmente para a institucionalização. Assim, observamos em seus discursos a crescente ampliação desses limites, o que não evitou sua deposição.

Mas sua derrota não significou a vitória das forças populares, nem se deu porque estaria se negando à institucionalização, mas porque a institucionalização que pretendia diferia, não necessariamente na forma política, mas com certeza no conteúdo, daquela que seus opositores propunham – centrada numa industrialização capitaneada pela indústria de bens de consumo duráveis, cuja implementação, a partir do governo Juscelino Kubitschek, resolve a contradição interna do projeto varguista promovendo uma industrialização tão subordinada quanto a produção agrária, no âmbito da qual o progresso social é tão desnecessário quanto impossível. Sobre o “ardor democrático” dos que o depuseram e substituíram no poder, basta referir a manutenção da estrutura sindical, a volta do PCB à ilegalidade e a intensa repressão aos comunistas, pouco tempo depois de lhes ser conferida a legalidade, a contraposição cada vez mais acirrada às mobilizações populares, sem falar das diversas tentativas golpistas ao longo do período 1945/64, e do apoio ao próprio golpe de 1964. O conteúdo socioeconômico, e não estritamente político-institucional, da disputa era já bem marcado nesses anos finais do Estado Novo; ao longo da década que se encerrará com o suicídio de Vargas, este insiste e mesmo radicaliza sua proposta de capitalismo nacional autônomo que, nos limites jamais extrapolados da via colonial, buscava diminuir o fosso entre desenvolvimento econômico e progresso social, principal atrativo para o apoio das classes trabalhadoras e movimentos sociais.

Embora não caiba aqui tratar da chamada “crítica do populismo”, que costuma localizar no período final do governo Vargas o início ou a acentuação de seu caráter “populista”, graças ao maior apelo aos trabalhadores, vale ao menos referir que embora, além dos trabalhos pioneiros de Chasin (2000) e Barbosa Filho (1984), atualmente já existam diversos outros que mostram a inanidade dessa teoria, nem por isso esse conceito deixou de ser utilizado, seja no âmbito de estudos acadêmicos,

seja nas diversas mídias, continuando, portanto, a ser borrada apreensão da história passada e presente.

Ao contrário do que afirma a “crítica do populismo”, a análise de seu ideário mostra que Getúlio Vargas defende um projeto claramente definido, resultante vitoriosa, ao menos temporariamente, de lutas bem delineadas anteriormente, de sorte que, em vez de assumir posição de “árbitro” entre forças distintas e mais ou menos “equilibradas”, pôs-se como defensor e expressão daquela proposta e da conciliação que a caracteriza. O nacionalismo presente em seu discurso, longe de ser uma ideologia meramente manipulatória, voltada ao engodo do proletariado, mostrou-se, ao contrário, como intrínseco àquele projeto. Tratando-se de uma propositura burguesa, a integração dos trabalhadores nele contida mantém obrigatoriamente a subordinação e controle dessa classe. O que marca a especificidade dessa integração é sua estreiteza e contraditoriedade relativamente ao conjunto do ordenamento econômico de que faria parte. Nos momentos finais do Estado Novo, diante da exacerbação das contradições intrínsecas a sua proposta, de que resulta a crescente recusa das “classes conservadoras” em apoiá-la, Vargas apela ao operariado nos limites de sua posição, ou seja, busca um apoio subordinado e controlado da classe trabalhadora ao seu projeto nacional.

Indicar os limites desse projeto, e o controle que buscava exercer sobre o movimento operário, a fim de que não ultrapassasse seus parâmetros, não se confunde com a afirmação que o “líder populista”, por meio de mera demagogia de cunho pequeno-burguês, “manipulou” os trabalhadores. Manipulação cujo objetivo resta, nos quadros da “crítica do populismo”, obscuro, já que não haveria um projeto efetivo.

O reconhecimento de que se tratou da defesa de um projeto abre caminho, no mínimo, para se perceber que havia outro, ou outros, contra os quais aquele se batia. Que a esquerda de então não tenha sabido ir além da lógica do capital, que tenha mantido uma prática caudatária, não elimina o fato de que a luta política se travou em torno, não de táticas de manipulação, mas de projetos reais e distintos que atingiam, de forma diferenciada, os interesses da classe trabalhadora.

Referências bibliográficas

BARBOSA FILHO, Rubem. *Populismo: uma revisão crítica*. Tese (Doutorado) defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1984.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo/Belo Horizonte: Ad Hominem/UNA Editoria, 1999.

_____. *A miséria brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.

COTRIM, Livia. *Violência política e formas particulares de objetivação do capitalismo*. Disponível em:

<https://www.academia.edu/30929382/Viol%C3%Aancia_pol%C3%ADtica_e_formas_particulares_de_objetiva%C3%A7%C3%A3o_do_capitalismo>. Acesso em: 30 maio 2019.

DINIZ, Eli. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe. In: *História geral da civilização brasileira* v. 10. São Paulo: Difel, 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

LUKÁCS, G. *El asalto a la razón*. Barcelona/México: Grijalbo, 1972.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa/Ômega, 1978.

MARX, Karl. Revolução do século XVII na Inglaterra – “Por que a Revolução na Inglaterra teve sucesso?”: uma crítica do panfleto de Guizot. 1850. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/02/inglaterra.htm>>. Acesso em: 30 maio 2019.

_____. Posfácio da segunda edição. In: *O capital* l. I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Introdução à crítica da economia política. In: *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

PRADO JR., Caio. O Programa da ANL. *Ensaio*, São Paulo, Ensaio, n. 10, 1982.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938-47. 11 v.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Como citar:

COTRIM, Livia. Industrialização e bonapartismo – o ideário de Getúlio Vargas (1935-45). *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 220-252, nov. 2019.

Data do envio: 9 jul. 2019
Data do aceite: 14 set. 2019

A gênese e a evolução do capitalismo no ideário de Roberto Campos¹

Wanderson Fábio de Melo²

Resumo:

Este artigo discute a interpretação de Roberto Campos sobre a origem e a evolução do capitalismo. Campos destacou a prática da usura na Idade Média enquanto momento inicial do desenvolvimento capitalista, que teria sido ampliado na fase do Renascimento, na Reforma Protestante e no período da “revolução dos preços”, com a “transferência” de metais preciosos das colônias às metrópoles europeias. Campos professou uma interpretação sobre a gênese e a evolução do capitalismo funcional aos segmentos sociais que surgiram no capitalismo brasileiro entificado pela via colonial. Ele defendeu uma posição conservadora sobre a gênese do capitalismo, na qual o capital estaria na origem do próprio capital. As fontes da reflexão são os textos de Roberto Campos. O recurso metodológico utilizado é a análise imanente.

Palavras-chave: Roberto Campos; gênese do capitalismo; capital.

The genesis and evolution of capitalism in the ideas of Roberto Campos

Abstract:

This article discusses Roberto Campos's interpretation of the origin and evolution of capitalism. Campos emphasized the practice of usury in the Middle Ages as the initial moment of capitalist development, which would have been expanded in the Renaissance phase, in the Protestant Reformation and in the period of the "price revolution", with the "transfer" of precious metals from the colonies to the European metropolis. Campos elaborated an interpretation on the genesis and evolution of functional capitalism to the social segments that emerged in Brazilian capitalism formed in the colonial way. He defended a conservative position on the genesis of capitalism, in which the capital is at the origin of capital. The sources of reflection are the texts of Roberto Campos. The methodological resource is immanent analysis.

Key words: Roberto Campos; genesis of capitalism; capital.

¹ Revisão ortográfico-gramatical de Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Doutor, professor na Universidade Federal Fluminense (UFF – Rio das Ostras). *E-mail:* wfabiomelo@yahoo.com.br.

Interroga a propriedade:
De onde vens?
Pergunta a cada ideia:
Serves a quem?
Bertolt Brecht

Introdução

Neste artigo, trata-se da visão de Roberto Campos sobre a origem do capitalismo. Campos sistematizou a sua posição no início dos anos 50 do século XX, momento no qual se consolidava a hegemonia estadunidense sobre o país, por meio dos empréstimos e investimentos norte-americanos, bem como no período em que se estruturava o ensino da ciência econômica nas universidades brasileiras. Objetiva-se perceber a função social da posição do autor sobre a origem do capitalismo e explicitar as circunstâncias e as condições de sua interpretação.

Segundo Walter Benjamin, “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (1994, p. 229). Neste sentido, a história é escrita a partir das contradições sociais, das lutas de classes e de frações de classes, de modo que se deve considerar o momento de sua produção sob o ponto de vista objetivo e mediatizado; e não de um pressuposto tempo presente socialmente homogêneo. O autor da história expressa um ponto de vista a partir de um lugar no social. Assim, cabe desvendar as suas posições, isto é, rastrear as concessões entre a obra, a sua função social e o grupo no qual ela se sustenta.

Roberto de Oliveira Campos teve a sua formação em seminário católico, onde estudou letras clássicas e filosofia. Ingressou na carreira diplomática em 1939, atuando, em 1951, ao lado da equipe brasileira na Comissão Mista Brasil - Estados Unidos. Participou da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), sendo, em 1952, o seu primeiro diretor econômico e assumindo posteriormente o cargo de presidente da instituição. Atuou como assessor econômico do então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek (1950-5). Em 1955 teve rápida participação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Nos anos de 1956 a 1961, foi professor, ministrando disciplinas relacionadas à área de economia, nas quais enfatizou estudos relativos à moeda, ao crédito e aos ciclos econômicos, na Faculdade de Economia da Universidade do Brasil. Campos assumiu a coordenação geral das operações do Plano de Metas no curto período de 1958-9, ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek, quando trabalhou no Programa de

Estabilização Monetária (PEM). Retornou à carreira diplomática no governo Jânio Quadros, em março de 1961, sendo designado para renegociar a dívida externa brasileira e obter créditos nos Estados Unidos e na Europa. Em agosto foi nomeado embaixador do Brasil nos Estados Unidos pelo presidente Quadros. Após a crise da renúncia janista, o vice-presidente João Goulart tomou posse, mas decidiu manter a nomeação de Roberto Campos para o posto em Washington. Em janeiro de 1964, Campos se desligou do cargo por discordar dos encaminhamentos do governo Goulart, ao passo que se vinculou definitivamente aos segmentos conservadores da política brasileira.

Após o golpe de estado, em abril de 1964, Roberto Campos assumiu o Ministério Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica, que comandou até 16 de março de 1967. A seguir, desenvolveu trabalho junto ao Conselho Interamericano de Comércio e Produção, sendo também membro do Comitê *Parson* do Banco Mundial. Em 1975 ocupou o cargo de embaixador do Brasil na Inglaterra. Elegeu-se senador da república pelo Partido Democrático Social (PDS) de Mato Grosso, em 1983. Depois, Campos exerceu dois mandatos seguidos como deputado federal pelo Rio de Janeiro, um pelo Partido Progressista Renovador (PPR) e outro pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB).

Em 1998, Roberto Campos concorreu à eleição para o Senado Federal pelo estado do Rio de Janeiro, sendo derrotado. Em 1999 foi indicado para uma vaga na Academia Brasileira de Letras, sendo eleito “imortal” por aquela instituição, ocupando a cadeira 21. Devido a problemas de saúde, um acidente vascular cerebral em fevereiro de 2000, suas atividades foram paralisadas seguindo as recomendações médicas e devido a sequelas da enfermidade. Faleceu em 9 de agosto de 2001.

Nos anos 1950, Roberto Campos defendeu propostas que advogavam a tomada de empréstimos de recursos dos Estados Unidos para o Brasil e propalou a importância do capital usurário para engendrar o capitalismo no final da Idade Média. Estudou a Baixa Idade Média e a modernidade parametrado no problema estrutural do pós-II Guerra Mundial no Brasil, o de se “alcançar” o desenvolvimento econômico através do sistema financeiro internacional.

O presente texto apresenta como objetivo analisar a interpretação de Roberto Campos sobre o surgimento do capitalismo. Após o seu trabalho na diplomacia econômica, Campos sentiu a necessidade de formular uma ideia acerca da origem do sistema econômico, aprofundando a sua reflexão sobre a história e construindo um arsenal teórico coerente com a sua posição no interior do debate da economia política brasileira dos anos 1950. Ao se transformar em um funcionário público muito mais próximo do cargo nos assuntos econômicos do que nos temas da

diplomacia, Campos desenvolveu uma posição acerca da usura e da “evolução do capitalismo”. Os resultados de suas afirmações foram publicados em primeiro lugar na *Revista Brasileira de Economia* e, ulteriormente, no livro *Ensaio de história econômica e sociologia*. Pode-se perceber que Campos desbravou uma posição na análise da história econômica no momento em que essa ciência ganhava relevância nas diferentes regiões do globo, ao mesmo tempo em que ampliava seus espaços nas universidades brasileiras.

Quando Campos se desligou do posto no BNDE em 1953, foi designado ao Consulado brasileiro em Los Angeles, nos Estados Unidos, voltando às funções no Itamaraty. O ato de renúncia de Campos do posto no banco estatal deve ser contextualizado, pois ocorreu em meio à crise do governo constitucional de Getúlio Vargas, que se evidenciou no pedido de demissão do ministro da Fazenda, Horácio Lafer, após a recusa de Vargas de realizar um programa anti-inflacionário com a redução de investimentos estatais e restrição do crédito público. Além dessas questões, registra-se o agravamento social e político em face do enfrentamento dos interesses capitalistas internacionais com a menção à lei de remessas de lucros ao exterior e a consolidação da Petrobrás. Daquele momento em diante, Roberto Campos frisou, sobre a sua trajetória intelectual, que se aproximou do liberalismo de Eugênio Gudín e Octávio Gouvêa de Bulhões (CAMPOS, 1994, p. 167).

Posteriormente, a convite de E. Gudín, então ministro da Fazenda no governo Café Filho, que seguia uma composição político-programática distinta da do período de Vargas, Roberto Campos retornou ao BNDE na função de diretor superintendente.

A fim de fundamentar a sua práxis nos anos 1950, o economista lançou-se ao ensaísmo no tópico da origem e da evolução do capitalismo. O contato com esses escritos suscitou algumas questões que serão abordadas neste texto: Como Roberto Campos explicou a “evolução do capitalismo”? Quais as relações entre a sua explicação, a sua base teórica e o contexto brasileiro da década de 1950? De que modo as suas reflexões se relacionaram aos grupos sociais daquele período?

Para a realização de nosso intento utiliza-se a análise crítica imanente. Tal procedimento metodológico é fator legítimo e indispensável na exposição e no desvendamento da obra de um intelectual como Roberto Campos. Pretende-se evidenciar o modo real e concreto como a consciência social prática relacionada e articulada com o conjunto de intenções sociais se manifestou em seu trabalho. Com efeito, “será indispensável que demonstremos, também no terreno dos fatos e filosoficamente, sua incoerência interna, seu caráter contraditório” (LUKÁCS, 1959, p. 6). Dessa maneira, desenvolve-se a análise que abarca,

em concomitância, a gênese e a função social das posições expressas no texto do ensaísta.

O “capitalismo” e o catolicismo medieval segundo Campos

No encaminhamento da problemática de estudos acerca da “emergência do capitalismo”, no contexto do início dos anos 1950, Roberto Campos esteve envolvido na temática do desenvolvimento brasileiro, mas também tomou parte na teorização. O economista exaltou a importância de se “examinar até que ponto as próprias leis da usura podem ser contempladas como uma simples resposta institucional às condições e necessidades sociais” da sociedade medieval (1963, p. 8). Assim, o autor trouxe à tona uma interpretação da evolução da prática de empréstimo a juro, a fim de se entender as transformações pelas quais passou o Ocidente europeu.

Nessa perspectiva, o intelectual brasileiro comentou a tese do livro *Ética protestante e o espírito do capitalismo*:

Como é sabido, [Max] Weber arguiu que o calvinismo e o puritanismo forneceram o clima e o veículo necessário para a eclosão do espírito capitalista, definido este como uma simbiose de individualismo econômico, cálculo econômico exato e comportamento econômico racional. (CAMPOS, 1963, p. 7)

Campos reconheceu a Reforma Protestante enquanto promotora do *ethos* do capitalismo. Entretanto, argumentou que a gênese do sistema econômico se fez a partir da prática de usura, que esteve presente desde a Idade Média.

Max Weber estabeleceu a relação entre um ramo do protestantismo e o capitalismo do seguinte modo:

os protestantes (especialmente em alguns ramos), como classe dirigente e como classe dirigida, seja como maioria, seja como minoria, demonstraram uma tendência específica para o racionalismo econômico. A razão dessas diferentes atitudes deve, portanto, ser procurada no caráter intrínseco permanente de suas crenças religiosas, e não apenas em suas temporárias situações externas na história e na política. (WEBER, 2005, pp. 21-3).

Mais adiante, completou: “A [denominação protestante] do calvinismo (...) parece ter promovido o desenvolvimento do espírito do capitalismo” (WEBER, 2005, pp. 21-3).

Pode-se notar que o sociólogo da Alemanha pós-Bismarck não reconheceu os condicionantes sócio-históricos do capital, mas utilizou o

fator crença religiosa para explicar a emergência do capitalismo e a generalização de um novo *ethos* social³.

Roberto Campos, embora tendo reconhecido a importância da “cultura protestante” para a modernidade capitalista, defendeu a ideia de que a usura figurava como resposta institucional às forças sociais e materiais em plena mutação no final dos tempos medievais, o que favoreceu o capitalismo (CAMPOS, 1963, pp. 8-9). Em consequência disso, anotou:

Essa visão do problema levar-nos-á a conclusões que em vários respeitos se opõem diametralmente às de Weber. As revoluções calvinista e puritana se nos afiguram então não como “causa ou fatores” na geração do espírito capitalista, mas antes como um processo de reforma institucional tornado necessário pela crescente pressão de um ambiente econômico e social em rápida mudança. Não se diga, entretanto, que isso implica endossar uma interpretação econômica marxista da história, por oposição à corrente psicológica ou espiritualista, que geralmente se supõe subjacente à interpretação dada por Weber e [Werner] Sombart ao fenômeno capitalista. Não caminharemos na direção de Marx. O que faremos, de feito, é regressar à interpretação “societal” do próprio Weber, por ele abandonada neste capítulo. (CAMPOS, 1963, p. 9)

Pode-se perceber que o economista desenvolveu a reflexão contrapondo-se à tese weberiana de gênese do capitalismo; contudo, reivindicou o método de análise sociológica do intelectual alemão. Campos, por um lado, recusou-se a aceitar o mote de que o “espírito do capitalismo” foi “promovido e desenvolvido” privilegiadamente pela Reforma Protestante. Por outro lado, aceitou o misterioso conceito de “espírito do capitalismo”, que não reconhece a investigação histórica das bases reais do desenvolvimento capitalista, considerando tal “espírito” enquanto um *ethos* promotor de uma “cultura”.

O economista brasileiro se aproximou das assertivas de Werner Sombart acerca da origem do capitalismo, pois esse sociólogo alemão explicou a constituição de “o burguês” a partir de vários momentos históricos e que não necessariamente se relacionavam entre si. Sombart afirmou que a moral e os ensinamentos de Tomás de Aquino no seio da Igreja Católica favoreceram a racionalização da vida por meio dos princípios de se fazer o bom uso dos bens terrenos, assim, ressaltou que o filósofo escolástico teria combatido a ociosidade, porque desperdiça esse bem precioso que é o tempo, e, por fim, frisou o dever de ensinar o benefício da honestidade. As três virtudes teriam instaurado o racionalismo econômico no sentido do capitalismo. Para o professor alemão, “uma parte considerável desses três elementos tão importantes do

³ Para uma excelente análise sobre as posições de Max Weber, ver Ranieri Carli (2013).

espírito capitalista que chamamos ‘formalidade comercial’ se deve ao trabalho educativo da Igreja [Católica]” (SOMBART, 1977, p. 250).

Vale destacar que Sombart considerou inúmeros demiurgos na construção do “espírito capitalista” na história, a começar pelos judeus. O sociólogo pontuou a origem do capitalismo em diferentes povos, o que explicita o prognóstico de que tal sistema propicia a possibilidade de se relacionar com diferentes culturas. Campos, entretanto, não comentou o preceito sombartiano de origem do capitalismo nas “civilizações” não-cristãs, uma vez que tomou como referência apenas a exposição sobre a adaptação institucional católica no tocante à usura.

De acordo com Campos, o erro de Weber situa-se em desconsiderar o *ethos* do capitalismo nas sequentes reformas institucionais no interior do próprio catolicismo, entendido enquanto resultado da evolução do sistema econômico. Como se percebe, para o ensaísta brasileiro o processo de gênese do capitalismo em nada se relacionou aos apontamentos das investigações de *acumulação originária do capital* descoberta por Karl Marx, que compreende:

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como primitivo porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (...) E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (1988, p. 252)

Em contraponto, Campos seguiu a concepção traçada pela sociologia alemã sobre a gênese do sistema moderno do capital, uma vez que não reconheceu a separação violenta dos trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho para a instauração do capitalismo, com a expropriação e a expulsão parcial do povo do campo, que ocorreu na modernidade.

Nesse passo, o economista fez questão de frisar o seu marco teórico junto aos sociólogos alemães do período de Guilherme II, Werner Sombart e Max Weber, autores engajados na “explicação” do início do capitalismo, adversários destacados da elucidação do surgimento desse sistema por meio da *acumulação primitiva* do capital.

Sombart sintetizou o seu entendimento acerca do espírito capitalista, visto que

a ideia fundamental é que em cada época reina uma mentalidade econômica diferente, e que este espírito adquire uma forma especial apropriada que, de acordo com ele, modela a organização econômica correspondente (1977, p. 24).

Assim, Sombart instaurou o *espírito* na explicação do desencadeamento da dinâmica histórica, contrapondo-se à análise do desenvolvimento contraditório das forças produtivas materiais como

condição da produção e reprodução da vida social; em consequência, o autor impôs a visão que desconsidera a materialidade e o processo histórico.

Max Weber, por sua vez, divergiu de Sombart ao asseverar a “ética” como modeladora da vida econômica, em vez do “espírito”, porque, no caso do sistema moderno, segundo a compreensão weberiana, a ética do ascetismo laico dos puritanos teria desencadeado o “espírito do capitalismo” no sentido do lucro. No entanto, o sociólogo também procedeu a uma análise desvinculada da base material e da processualidade histórica.

Ao recuperar o embasamento teórico de Sombart e Weber, Campos enfatizou a sua distância do procedimento ontológico de estudo do ser pelo próprio ser, na medida em que buscou interpretar o surgimento do capitalismo embasado na “ação social” nos marcos institucionais do catolicismo.

Desse modo, o ensaísta realçou que o procedimento metodológico de Weber, pautado na “ação social”, era o adequado para o estudo, mas que o erudito sociólogo havia desconsiderado a função institucional da Igreja Católica. Portanto, o economista brasileiro asseverou que a sua investigação fez uso do método weberiano em melhor forma do que o próprio pai da *sociologia compreensiva* em *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, na medida em que percebeu o componente institucional no estabelecimento da “cultura empreendedora”.

O método weberiano para o estudo da “ação social” propõe a construção de *tipos ideais* plasmados subjetivamente a partir de fragmento do real. De acordo com Maurício Tragtenberg:

O tipo ideal, em Weber, é contraposto aos conceitos substancialistas que pretendem ordenar os fenômenos hierarquicamente e, no mesmo tempo, é uma representação de uma totalidade histórica singular. É através da historicização e da racionalização do singular que Weber procura ordenar a aparência “caótica” do mundo “vivido”. O tipo ideal não é construído como reflexo do real, muito pelo contrário, é pelo seu afastamento do real concreto e através da acentuação unilateral das características de determinados fenômenos que ele chega a uma explicação mais rigorosa do caos existente no social. (1993, p. XXVI)

Como se percebe, o “tipo ideal” weberiano é uma construção utópica sem vinculação à concretude do ser social. Assim, a sociologia compreensiva não desenvolve a análise do ser pelo próprio ser, tampouco se dedica à investigação a partir de seus elementos ônticos. Na medida em que Max Weber ressaltou a atribuição de sentido do pesquisador sobre o objeto investigado independentemente da realidade, recusou a ontologia, pois negou os critérios objetivos.

Cabe ressaltar que Campos elogiou o método de Weber, mas enfatizou as transformações da ação social no interior do catolicismo para compreender a emergência do espírito do capitalismo no Ocidente. Em outras palavras, o economista brasileiro enalteceu o procedimento do sociólogo alemão de construto mental tipológico, porém criticou o aspecto selecionado para a compreensão da origem do capitalismo. Portanto, nota-se a “conveniência ideológica” de Campos ao relacionar o ato original do “capitalismo” à prática da usura.

Maurice Dobb descreveu as diferenças entre as posições de Werner Sombart e Max Weber sobre a origem do capitalismo (cf. DOBB, 1987, pp. 14-20), mas não explicou por que os dois sociólogos alemães se dedicaram a tal investigação, tampouco apontou os significados sociais desses trabalhos. György Lukács foi quem explicitou a *função social* dos autores alemães na época do *Kaiser* Guilherme II, isto é, da produção dos intelectuais situados no período sócio-histórico germânico após o *bonapartismo* da chancelaria de Otto von Bismarck, instaurador da *via prussiana* de entificação do capitalismo, por meio da modernização dos *Jünkers* (a nobreza agroexportadora) e o comando não burguês do estado a partir da Prússia⁴.

Vale destacar que o capital alemão atingiu a forma industrial na segunda metade do século XIX e o estágio imperialista no início do século XX, mas seus agentes imediatos estiveram despreocupados em promover a feição “democrática” ao estado Hohenzollern, que processava o que Engels nomeou de “bonapartismo monárquico”⁵, além de ter sido falho na

⁴ De acordo com o filósofo húngaro: “O problema central da sociologia alemã no período do imperialismo do pré-I Guerra Mundial consiste em encontrar uma teoria para explicar o nascimento e a natureza do capitalismo e ‘superar’ o materialismo histórico neste terreno, mediante uma concepção teórica própria. A verdadeira pedra de escândalo para os sociólogos alemães é a acumulação originária, que separa violentamente os trabalhadores dos meios de produção. Como substituto sociológico da acumulação originária, surgem várias novas hipóteses e teorias. Neste campo, é [Werner] Sombart, sobretudo, quem desenvolve uma atividade febril. Sua especulação nos expõe toda uma série de razões para explicar o nascimento do capitalismo: os judeus, a guerra, o luxo, a renda urbana do solo etc. Max Weber aspira captar a essência específica do capitalismo moderno e a relacionar seu nascimento na Europa com as diferenças existentes entre o desenvolvimento ético-religioso do Oriente e o Ocidente.” (LUKÁCS, 1959, pp. 488-9)

⁵ Ao analisar a especificidade do “bonapartismo monárquico” alemão, F. Engels asseverou: “o estado, tal como existe na Alemanha, é igualmente um produto necessário da base social de que se originou. Na Prússia [reino hegemônico na formação da Alemanha] existe junto a uma nobreza latifundiária ainda poderosa, uma burguesia relativamente jovem e conhecidamente covarde que, até o presente, não se apropriou do poder político direto, como na França, nem mais nem menos indireto, como na Inglaterra. Mas junto a essas duas classes há um proletariado intelectualmente muito desenvolvido, que cresce rapidamente e se organiza cada vez mais, dia a dia. Encontramos aqui, pois, junto à condição fundamental da antiga monarquia absoluta: o equilíbrio entre a nobreza latifundiária e a burguesia, a condição fundamental do bonapartismo moderno: o equilíbrio entre a burguesia e o proletariado. Mas tanto na antiga monarquia absoluta como na monarquia bonapartista moderna, o verdadeiro poder governamental encontra-

contenção do avanço do movimento operário dirigido pela social-democracia. As questões de Sombart e Weber na explicação da gênese do sistema do capital moderno desconsideraram as evidências do processo histórico, ao negar a *acumulação primitiva do capital*, de modo que espiritualizaram a essência do capitalismo. Em suma, a sociologia alemã da fase posterior ao *bonapartismo* bismarckiano instituiu uma explicação metafísica do capitalismo, ao mesmo tempo em que desqualificara a elucidação embasada no processo histórico.

Os destacados intelectuais citados da Alemanha imperialista entre o período posterior ao *chanceler de ferro* e antes do primeiro conflito mundial se esforçaram por impor uma versão evolucionista cultural do capitalismo; na acepção weberiana, trata-se do pressuposto de “investimento de capital privado” objetivando o lucro. De modo que se percebe a ausência do termo *trabalho* na sociologia em questão; além disso, como já foi afirmado, seus autores não reconheceram a separação violenta dos trabalhadores dos meios de produção na época moderna, uma vez que explicam o capitalismo pelo próprio capital.

Em síntese, a sociologia da Alemanha imperialista de Guilherme II desconsiderou o *trabalho* na explicação do *capital*, uma vez que afirmou o capitalismo enquanto *cultura*, cujo princípio norteador é o “investimento do capital privado”. Nesse sentido, desconsiderou a separação violenta dos trabalhadores em relação aos meios de produção, porque em seu método sobrepõe o *ethos* metafísico de um processo cultural relacionado à obtenção de lucro como determinante do sistema, ao invés do processo de separação do produtor dos meios de produção.

Roberto Campos corroborou o procedimento teórico e metodológico dos sociólogos alemães. No delineamento da “evolução do capitalismo”, o ensaísta pontuou que, no feudalismo na Europa ocidental do século IX, “quase toda a vida europeia poderia ser descrita como uma economia sem mercado. A isto se associou uma segunda característica: o crescente grau de personalismo das relações econômicas” (1963, p. 10).

Percebe-se que, para a definição do sistema dos feudos, o economista operou a análise sem mencionar a organização do trabalho e os elementos que compunham a servidão. Tal posição aproxima-se da visão de Max Weber, que compreendeu aquela estrutura enquanto relação de poder (2004, pp. 810-47), uma vez que não tratou o feudalismo como formação social distinta do “sistema moderno”, haja vista que o sociólogo

se em mãos de uma casta especial de oficiais e funcionários recrutada, na Prússia, em parte no seio de suas próprias fileiras, em parte na pequena nobreza de morgadio, mais raramente entre a grande nobreza, e em menor medida ainda entre a burguesia. A independência dessa casta, que parece manter-se fora e, por assim dizer, acima da sociedade, confere ao estado uma aparência de independência em relação à sociedade” (MARX; ENGELS, s/d, p. 157).

alemão advertiu que “capitalismo houve na China, na Índia, na Babilônia, na Antiguidade Clássica e na Idade Média” (WEBER, 2005, p. 27). Ao considerar a relação de poder como determinante do sistema, o sociólogo alemão não se sentiu no dever analítico de diferenciar capital e capitalismo. Desse modo, Roberto Campos segue Weber na apreciação não distintiva entre capital e capitalismo.

Ao considerar a processualidade histórica, no entanto, torna-se necessário distinguir capital e capitalismo: “o capital é antediluviano”, trata-se da relação social a fim de se produzir um sobreproduto; enquanto que o capitalismo é o sistema de produção generalizada de mercadoria, presente na sociedade capitalista moderna. Segundo as pesquisas de Marx, levando-se em conta os aspectos histórico-sociais, “Ainda que os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente em algumas cidades mediterrâneas, nos séculos XIV e XV, a era capitalista só data do século XVI” (MARX, 1988, p. 253).

Desse modo, pode-se notar que tanto Max Weber quanto Roberto Campos não distinguiram capital de capitalismo, com efeito, defenderam, cada um a seu modo, praticamente a eternidade do sistema parametrado na operação das mercadorias, evidenciando, assim, suas posições teórica e ideopolítica em defesa do sistema da iniciativa privada pautado no lucro.

Com o intuito de situar historicamente o capital e de se contrapor à eternização do capitalismo, Karl Marx ressaltou que:

A Idade Média, porém, legou duas formas diferentes de capital, que amadurecem nas mais diversas formações socioeconômicas e, antes mesmo da era do modo de produção capitalista, contam como capital em geral – o capital usurário e o capital comercial. (MARX, 1988, p. 275)

Não se deve, portanto, confundir as formas de capital medieval com o sistema de produção generalizada de mercadoria encetado na modernidade.

O economista brasileiro passou, contudo, a destoar da análise de Max Weber quando se referiu ao “crédito” na Idade Média, visto que “os ensinamentos da Igreja sobre a usura pareciam admiravelmente ajustados a um ambiente rural, no qual os empréstimos eram buscados para financiar não a produção, mas o consumo” (CAMPOS, 1963, p. 15). Destarte, o “espírito do capitalismo” se relacionaria à operação creditícia, antes das atitudes instauradas na Reforma Protestante.

O capital usurário constitui a primeira forma de aparição do capital na economia agrícola, produtora de valor de uso. Durante a Idade Média, devido ao compromisso da Igreja Católica de defender uma economia fundamentalmente agrícola contra os efeitos dissolutivos da economia monetária e do capital usurário, a instituição religiosa passou a condenar violentamente os empréstimos de recursos sob a forma de juros.

Segundo o historiador francês Jacques Le Goff (1989, pp. 21-3), os cristãos medievais consideravam a usura uma prática pecaminosa; eles tinham como referência o item do *Novo Testamento* de Lucas, VI:36-8, “*mutuum date, nihil inde sperantes*”, isto é, “emprestar sem nada esperar”. Além disso, tomavam-se as passagens do *Antigo Testamento*: Êxodo, XII:24; Levítico, XXV:35-37; Deuteronômio, XXIII:20; Salmo XV; todos coibindo a arrecadação de juros.

Segundo Roberto Campos, não obstante, no final do período medievo ampliou-se a necessidade do “crédito comercial”:

As Cruzadas, que se originaram de um esforço másculo de regeneração espiritual e falharam na consecução desse objetivo, lograram estabelecer a base de uma expansão comercial sem precedentes, a qual, posteriormente, sacudiu a base rural da sociedade e o esquema de ética personalista em que se vazavam os ensinamentos da Igreja. (CAMPOS, 1963, p. 13)

Assim, nessa linha de argumentação, a expansão comercial, após a não consumação do aumento territorial da cristandade, como se almejava nas Cruzadas, levou ao desenvolvimento social da base rural autossuficiente para o “capitalismo comercial”.

A partir dessas mudanças na sociedade do Ocidente, Roberto Campos argumentou o ajustamento da Igreja Cristã: “A primeira linha de adaptação foi o aguçamento da distinção entre o crédito para o consumo (no qual a usura continuou a ser severamente vedada) e o crédito mercantil” (1963, p. 16). Desse modo, com as diferenciações quanto à forma de empréstimo a juros, a usura foi progressivamente reconhecida pela instituição líder no mundo da cristandade. Surgem, nesse sentido, os teóricos cristãos dedicados à temática da usura: “Santo Tomás de Aquino, ao propor o conceito de *damnum emergens*, elaborara uma teoria de juros com base nos conceitos de *lucrum cessans* e *mora*, definido este último como uma penalidade imposta por atraso de pagamento” (CAMPOS, 1963, p. 18). A despeito de advogar o preceito aristotélico de esterilidade do dinheiro, o filósofo da escolástica medieval reconhecera a legitimidade da cobrança de juros contra as perdas materiais.

Na leitura do ex-seminarista, São Tomás de Aquino formulou as

regras de moral prática para uma sociedade em que o capitalismo comercial apenas despontava, Santo Antonino de Florença (1388-1455) e São Bernardino tinham ante os olhos uma economia de crédito altamente desenvolvida. Instrumentos impessoais de crédito (letras de câmbio, conhecimentos de embarque, apólices de seguros) tinham sido já aperfeiçoados e sistemas de contabilidade racional bem excogitados (1963, p. 19).

Torna-se possível perceber que, na visão de Campos, a usura é apresentada como uma forma creditícia, sendo o crédito indispensável ao

capitalismo. Portanto, o ensaísta explicou a gênese do capitalismo moderno embasado na evolução da prática de “crédito” devido à pressão social por mudanças nas relações comerciais e à complexificação da sociedade após as Cruzadas.

Na realidade, entretanto, a usura e o juro não podem ser assemelhados, pois segundo Roman Rosdolsky:

O que interessa é o papel social diferente que o capital a juros desempenha no capitalismo e nos estágios pré-capitalistas. (...) O usurário emprestava aos pequenos produtores que estavam de posse das próprias condições de trabalho (artesãos e, especialmente, camponeses) e a “nobres esbanjadores”, principalmente grandes proprietários de terras; o banco moderno empresta a capitalista. (...) É um erro confundir o atual capital que rende juro com sua forma “antediluviana”. (...) Na origem [ou seja, nos estágios pré-capitalistas], o lucro é determinado pelo juro. Já na economia burguesa, o juro é determinado pelo lucro, é só uma parte dele. (2001, p. 324)

Assim, na análise de Rosdolsky, a usura representa uma forma de produção em que se realiza a exploração do capital, mas sem o modo de produção do capital, isto é, o capital se encontra ainda subsumido ao trabalho na oficina artesanal ou na agricultura. Distintamente do que acontece na produção generalizada de mais-valor, quando se tem o “dinheiro como mercadoria”. Dessa forma, o capital que rende juro expressa relação diferente da forma pré-capitalista.

Torna-se lícito notar a relação entre a interpretação de Roberto Campos acerca do surgimento do capitalismo por meio das operações de usura e o seu próprio trabalho prático nos anos 50 do século XX, momento da ampliação das relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos, sobretudo com as tomadas de empréstimos do primeiro, além da vinculação do economista aos monetaristas históricos Eugênio Gudín e Octávio Gouvêa de Bulhões. O primeiro foi o famoso liberal e ministro da Economia do governo de Café Filho; enquanto que o segundo trata-se do funcionário público de carreira que exerceu o cargo de diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), frisando sempre os aspectos monetários. Os dois economistas defenderam o controle da inflação e ressaltaram a importância do capital estrangeiro devido à insuficiência da poupança nacional.

Por suas funções no departamento econômico do Itamaraty, Campos protagonizou o processo de ampliação do endividamento brasileiro, de modo que a sua teoria de capitalismo desde a “usura” se coadunou às suas funções práticas na diplomacia brasileira para a “modernização” econômica do país após a II Guerra Mundial. Portanto, o ensaísta visava à constituição de um estatuto teórico que fundamentasse a sua posição prática sobre a economia brasileira.

Destarte, Campos defendeu a ideia de que houve a “adaptação institucional” dos católicos no reconhecimento da licitude

do juro como uma compensação por riscos e perdas, ou como punição por atraso de pagamento. Em assim procedendo, a casuística canônica veio a abandonar na prática, senão em teoria, a doutrina da esterilidade da moeda (CAMPOS, 1963, p. 33).

Professou, portanto, uma concepção *institucional* de surgimento do capitalismo, a “ética” para o “espírito do capitalismo” teria sido instaurada pela Igreja cristã do medievo, diferentemente do que afirmou Weber, visto que o sociólogo alemão ressaltara o capitalismo como *cultura* da modernidade. Campos, por seu turno, não negou o sistema econômico moderno como cultural, mas enfatizou a cultura capitalista enquanto resultado das reformas institucionais sequenciais no seio do catolicismo desde o período final da Idade Média.

No *quattrocento* na região da Península Itálica havia, no interior do catolicismo, teóricos como Santo Antonino de Florença desenvolvendo a doutrina de neutralidade da pobreza e da riqueza, pondo em xeque dogmas referentes à salvação do cristão medieval, mesmo antes da Reforma Protestante.

Após explicitar suas ponderações, Campos lançou-se diretamente na polêmica:

para os que esposam o ponto de vista de que o catolicismo, em seu contexto mais amplo, é essencialmente espiritualista, anticompetitivo e, portanto, incompatível com a entronização absorvente de objetivos econômicos, características do capitalismo, não será absurdo admitir que, em sua resposta prática e teórica às necessidades econômicas, o catolicismo medieval pode ter criado inconscientemente e involuntariamente condições favoráveis ao desenvolvimento capitalista (1963, p. 22).

Eis o cerne da tese de Roberto Campos sobre o surgimento do capitalismo: a Igreja Católica teria respondido positivamente ao desenvolvimento capitalista nas sucessivas revisões dos editos sobre a usura. Com efeito, a filiação religiosa não explicaria a “estratificação social”, nem o protestantismo teria tido a primazia na constituição do “espírito do capitalismo”.

Com o intuito de afirmar a sua proposição, o economista brasileiro citou que, para o

papa Inocêncio IV, se não fora a coibição da usura “os homens não dariam atenção alguma ao cultivo da terra, (...) utilizariam seu dinheiro para agiotagem, ao invés de aplicá-lo em investimentos menores e mais arriscados”. (...) é bem possível que o eclesiástico tenha inconsciente e involuntariamente

preparado o terreno para a eclosão do empresário capitalista (CAMPOS, 1963, p. 26).

Desse modo, uma vez que se compartilha da ideia de que a gênese do capitalismo moderno está na formação da empresa/empreendimento, Roberto Campos traz à baila o relato papal a fim de explicitar as coerências entre o catolicismo e o racionalismo produtivo, ou o “espírito capitalista”. Para Weber, ao contrário, na raiz do sistema econômico moderno temos uma pluralidade de causas e um motivo: o calvinismo. Para os adeptos de tal filiação religiosa a condição espiritual da salvação é o crer, além disso, viver do trabalho e na frugalidade. O frugal proporcionaria o excedente que leva à acumulação, daí o desenvolvimento do capitalismo. Campos, por sua vez, decifrou a ordem do papa Inocêncio IV enquanto manifestação de sobriedade no sentido da racionalização produtiva, desse modo, o economista identificou ali a presença do *ethos* capitalista na história.

Vale destacar que a posição de Campos sobre a história econômica se alista ao seu trabalho sistemático na função pública no momento em que escreveu essas linhas, uma vez que o Brasil se destacava enquanto grande nação católica. Outrossim, emerge a pergunta: existe relação entre o catolicismo e o capitalismo?

Ao advogar que a atitude de empreender surgiu no interior do cristianismo medieval, o ex-seminarista respondeu afirmativamente ao assunto. Portanto, a defesa da modernização do capital no país não seria improfícua. Em suma, a cultura católica poderia se adaptar à cultura capitalista.

Após estabelecer relações entre o catolicismo e o capitalismo, o ensaísta brasileiro em história e sociologia discorreu acerca da temática do “capitalismo comercial”, considerando-o um dos momentos marcantes da evolução manifesta no sistema econômico moderno:

Quando eclodiu a Reforma, a Europa já havia experimentado pelo menos um século de intensa atividade capitalista. (...) Não faltava espírito capitalista na Veneza do século XV, em Florença, no Sul da Alemanha e na Flandres. Nem poderia ser de outra forma. Pois, apesar dos refinamentos de definição introduzidos por Weber, o capitalismo moderno não pode ser encarado como uma brusca mutação qualitativa da sociedade. Foi, antes, a cumulação lenta de tendências econômicas. (CAMPOS, 1963, p. 26)

Na posição de Roberto Campos, por um lado, os comerciantes renascentistas atuavam regulados na racionalidade, cálculo contábil e na busca do lucro, o que representou um processo de continuidade evolutiva da tendência manifesta desde os séculos finais do período medieval. Por outro, afirmou a sua descrença em mudanças bruscas na história, por

consequente, as “transformações” se processariam através de adaptações no comportamento institucional e social.

Nesse sentido, o ensaísta enxergou no Renascimento a manifestação da racionalidade capitalista moderna, haja vista que: “O primeiro dissolvente das inibições tradicionais não foi, como geralmente se pensa, a Reforma, senão que um movimento de natureza cultural, a Renascença, [de significativa] importância para o desenvolvimento do espírito capitalista” (CAMPOS, 1963, p. 27).

Como se pode notar, Campos reafirmou sua convicção de que o “espírito do capitalismo” não tem na Reforma Protestante o seu momento de manifestação decisivo, ou o estágio histórico em que se processaria uma nova “cultura” a partir da pressão social do progresso do comércio, tampouco teria sido levado à dissolução do tradicionalismo medieval.

O “*ethos* capitalista” no Renascimento

Se, em relação à Idade Média, Roberto Campos visualizou a racionalização do empreendimento capitalista; no período renascentista, por sua vez, teria se completado a “ética no espírito do capitalismo”. Nessa linha de argumentação, o ensaísta proferiu:

Os humanistas da Renascença popularizaram um conceito naturalista da vida; o próprio avanço capitalista pressionava contra a regulação moral e ética das forças econômicas; ambos se conjugaram para dissolver a monolítica estrutura medieval, fundada na onipresente regulação ética de todas as atividades pela disciplina da Igreja. (CAMPOS, 1963, p. 31)

Assim, nessa versão, a evolução do *ethos* do capitalismo chocara-se com a cultura medieval disciplinada pela Igreja, pois a “ética” das forças econômicas na racionalidade do lucro teriam levado à superação do domínio do catolicismo. Nota-se a compreensão do Renascimento, para Roberto Campos, restrito ao naturalismo e ao capitalismo.

Deve-se, entretanto, problematizar a visão acerca da época renascentista divulgada pelo economista, visto que no período do Renascimento a ação humana figurou para além do movimento cultural. De acordo com a filósofa Agnes Heller:

O Renascimento foi a aurora do capitalismo. As maneiras de viver dos homens do Renascimento e, portanto, o desenvolvimento do conceito renascentista do homem, tinham as suas raízes no processo através do qual os primórdios do capitalismo destruíram a relação natural entre o indivíduo e a comunidade, dissolveram os elos naturais que ligavam o homem à sua família, à sua situação social e ao seu lugar previamente definido na sociedade, e abalaram toda a hierarquia e estabilidade, tornando as relações sociais fluidas

tanto no que se refere ao arranjo das classes e do estratos sociais como ao lugar dos indivíduos neles. (1982, p. 11)

Assim, a Renascença significou uma ruptura com a ordem social do feudalismo, com a visão do mundo hierárquica embasada nas funções imutáveis, consistiu na emergência de setores sociais nos espaços dos burgos livres dos feudos e promoveu a concepção cultural antropocêntrica, portanto, para além da racionalidade do lucro capitalista.

Parece provável que as cidades-estado da Itália setentrional e central tenham superado a crise geral do feudalismo europeu em melhores condições que qualquer outra região do Ocidente. Acerca do nível e do conteúdo da “aurora do desenvolvimento burguês”, deve-se considerar as especialidades de cada caso, contudo, pode-se exemplificar a polarização nas cidades de Veneza e de Florença, como observou Heller:

Se perguntarmos qual destas cidades era um estado mais puramente burguês desde o início, ou onde a burguesia era mais rica, é sem dúvida Veneza (...). O cidadão de Veneza depressa aprendeu a “contar”, foi nela que primeiro se desenvolveram a contabilidade e as estatísticas, o governo mantinha um orçamento financeiro regular; a vida econômica estava “racionalizada”. (...) Até ao final o tipo de capital que determinou a fisionomia especial de Veneza foi o capital mercantil. O comércio era a principal fonte de seu poderio e da sua riqueza. (1982, p. 37)

Desse modo, torna-se lícito afirmar que na “aurora do capitalismo”, no espaço urbano eminentemente comercial, praticava-se a “racionalização”, isto é, no período anterior à Reforma calvinista e puritana, ao revés do que afirmou Max Weber.

Na sequência de sua explanação, a autora afirmou:

Consideremos agora Florença. (...) O caráter autóctone deste desenvolvimento dos recursos próprios era, no entanto, uma consequência do tipo de capital que surgiu em Florença: tratava-se, desde o início, de um capital industrial. A partir do capital industrial desenvolveu-se igualmente o capital financeiro. (...) Não devemos, como é óbvio, esquecer ainda aqui a diferença decisiva: em Florença, os empreendedores capitalistas encontravam-se à frente das indústrias das guildas, preocupando-se com a produção global e, com o auxílio do seu capital financeiro em crescimento constante, aumentando gradualmente o seu controle sobre esta. (HELLER, 1982, p. 38)

A partir da pesquisa de Agnes Heller, pode-se notar a especificidade da cidade de Florença, contudo, é importante ressaltar que o “capital industrial” que a autora menciona é a produção artesanal. Desse modo, a manufatura foi a base do desenvolvimento do capital naquele espaço urbano, representando um progressismo em relação ao sistema feudal.

A filósofa húngara entendeu que:

Aqui reside a causa do caráter especial do desenvolvimento florentino, diferente do de Veneza. Com efeito, o capital industrial, ao contrário do capital mercantil, não é conservador mas revolucionário. A constante revolucionarização da produção mercantil conduz a uma transformação constante das relações produtivas. (HELLER, 1982, p. 38)

As mudanças na forma de produção em Florença fizeram surgir um “proletariado” incipiente, que vendia a sua força de trabalho aos proprietários das oficinas. Ainda que embrionário, esse setor desenvolveu o movimento da luta de classes na cidade, como se pôde observar com a *Revolta dos Ciompi*, em 1378, que se seguiu a um breve período de democracia na *urb* florentina, mas que foi logo reprimida com o apoio das forças ligadas à nobreza, porque não encontrou eco entre os camponeses. A despeito do progressismo na concepção de mundo, notou-se, na esfera produtiva, o desenvolvimento da manufatura, mas, na forma política, o conservantismo⁶. Segundo Engels:

Este gigantesco crescimento das condições econômicas de vida da sociedade não foi seguido de perto pela mudança correspondente da organização política. O regime estatal continuava sendo feudal, embora a sociedade se fosse tornando cada dia mais burguesa. (1976, p. 88)

O desenvolvimento das cidades italianas e suas transformações estruturais provocaram uma mudança significativa para a humanidade, de modo que, pela primeira vez, o indivíduo teve um crescimento intelectual autônomo e criativo desapegado aos valores da “providência divina”. Assim, o progresso cultural esteve relacionado ao mundo sensível, o que tornava a natureza o centro do pensamento do homem da Renascença.

Segundo Friedrich Engels:

Os homens que fundaram o moderno domínio da burguesia não eram nada burguesmente limitados. (...) Os heróis dessa época não estavam ainda escravizados pela divisão do trabalho, cuja ação limitativa, tendente à unilateralidade, percebemos com tamanha frequência em seus sucessores. O que os caracteriza é que quase todos participam ativamente das lutas práticas do tempo, tomam partido, e combatem, este com a palavra e a pena, aquele com a espada, muitos com ambas. Daí a plenitude e força de caráter que os fazem homens completos. (s/d, pp. 8-9)

⁶ Ao analisar a visão *politicista* sobre a história de Florença, J. Chasin problematizou as teses mistificadoras e “apologéticas” que advogavam o estado florentino “como obra de arte e espírito justo”, posição sustentada pela “extravagante tese de Burckhardt, para quem em Florença o povo inteiro se ocupa de política”. Sintetiza o filósofo: “Em poucas palavras, o perfil florentino é de uma república oligárquica, na qual a plebe é radicalmente excluída e o povo, formado de artesãos e da pequena e média burguesia, é ciosamente reduzido à participação mínima, ficando a máquina administrativa inteiramente nas mãos, ostensiva ou veladamente, dos representantes da alta burguesia e das grandes famílias ligadas a ela.” (CHASIN, 2000, p. 186)

Outrossim, o homem renascentista ultrapassou o homem feudal por conta das possibilidades emergidas na “aurora da sociedade burguesa”, momento em que o trabalho artesanal exigiu o conhecimento global do ofício e, por conseguinte, estimulou o desenvolvimento de múltiplas habilidades. As oficinas, além de espaços de produção manufatureira, tornaram-se ponto de encontro e local de intensos debates, nos quais eram tratados temas como a política, os valores do humano e as artes. Tais práticas dos artífices seriam impensáveis no feudalismo, com as suas ordens estáticas. A emergente formação social das cidades italianas promovera o reconhecimento do indivíduo, como explica Ibaney Chasin:

se o homem passa a se ser e se pôr a partir e no interior da atividade que, individuando-o, o conscientiza sobre si, a humanidade entrevê a história, reconhecendo-a, natural e necessariamente, enquanto movimento intrínseco às forças humanas. Vida humana que assim se humaniza, porque impulsiona para níveis mais plenos, completos, ativos, vínculos, formas e relações sociais (2009, p. 367).

O significado histórico do Renascimento, destarte, não foi a processualização de uma “ética no espírito do capitalismo”, tampouco a emergência da participação política, mas foi o reconhecimento da *individuação*, tendo o ser humano como medida das coisas. Na síntese de Agnes Heller:

Foi durante o Renascimento que pela primeira vez surgiu uma sociedade – antes do mais em Itália e, nesta, sobretudo em Florença – em que a atividade essencial do homem, o trabalho, pertencia em princípio e potencialmente a qualquer cidadão, onde a atividade social consciente pode tornar-se na atividade de todos os cidadãos. É por isso que o trabalho e a sociabilidade, e também a liberdade e a consciência (incluindo o conhecimento), eram necessariamente entendidos como características pertencentes, pela própria essência da espécie humana, a todos os seres humanos e a toda a humanidade. A humanidade pode assim despertar para uma consciência da sua essência unitária enquanto espécie. (1982, p. 299)

O Renascimento proclamou a universalidade antropológica do trabalho, isto é, a valorização do trabalho como condição de existência do ser humano se estendeu à mudança radical na relação indivíduo/sociedade, visto que impôs a possibilidade de o homem moderno iniciar o processo de superação da visão medieval do mundo. Isso porque atuou sobre a natureza com o objetivo de melhorar a sua condição de vida material. Portanto, o trabalho não era realizado tendo em vista a efetivação do lucro capitalista, mas enquanto condição do desenvolvimento humano. Em suma, humanizar o espaço e o tempo significa atuar na história de forma consciente com vistas a modificar o mundo físico em função das necessidades humanas, na medida em que

retira da natureza a potencialidade de ampliação da práxis dos indivíduos. Esse foi o significado da práxis do homem renascentista.

Diante do exposto, é possível afirmar que se vivenciou o modo de produção capitalista na época da Renascença?

A despeito da formação do capital mercantil e do início da manufatura, não se pode nomear a Renascença como capitalismo, visto que “O Renascimento constituiu uma transição, e um ‘meio’ fértil, entre a prática da Idade Média e a sociedade burguesa” (HELLER, 1982, p. 127). Em outras palavras, não havia sido consumada a separação do produtor de seu meio de produção, além disso, os trabalhos a partir das corporações de ofício freavam as transformações no processo sociotécnico da atividade laboriosa, nesse sentido, a autonomia e liberdade de produção expressavam-se enquanto condição indispensável ao sistema capitalista incipiente, visto que as organizações corporativas restringiam as potencialidades da produção. Portanto, o capital monetário, formado pela usura e pelo comércio, foi impedido pela constituição feudal, no campo, e pela constituição corporativa, nas cidades, de se converter em capital industrial.

A Reforma Protestante e a “evolução do capitalismo”

Após discorrer sobre o *ethos* empreendedor e usurário na Idade Média e enfatizar a preocupação com o lucro na Renascença nas cidades-estado italianas, Roberto Campos interpretou o movimento histórico da Reforma Protestante com vistas à sua significação para o sistema capitalista. Tendo como objetivo situar o cristianismo protestante na “evolução do capitalismo”, o economista registrou:

Lutero sempre sustentou, como é sabido, uma atitude profundamente anticapitalista face à riqueza e à usura. Isso é em parte explicável pela sua fidelidade ao ambiente econômico tradicional do artesanato e do campesinato, mas reflete, em parte, uma reação contra a escandalosa aliança entre o papado e os Fuggers, para a venda das indulgências. Somente com Johan Gerhard, em 1639, viria a Igreja Luterana revelar complacência para com a usura. (1963, p. 29)

Nota-se que Campos ensaiou um esmiuçamento da posição de Martinho Lutero tendo por base a materialidade, uma vez que situa a posição luterana enquanto expressão social da região que compunha o Sacro Império Romano-Germânico, com os seus artesãos nas corporações de ofício e os camponeses questionadores do alto clero devido ao comércio de bens eclesiais; o uso da autoridade para garantir privilégios e a venda das indulgências, a negociação do perdão dos pecados cometidos pelos fiéis mediante o pagamento a religiosos, o que embasava a aliança

entre o papado e a casa dos banqueiros Fuggers. Diante de tudo, torna-se pertinente observar a relevância que o autor confere ao tema da usura, prática reconhecida pela Igreja Luterana somente a partir do século XVII. Assim, a Reforma empreendida pelo teólogo de Wittenberg se relacionaria ao capitalismo na medida em que reconheceu a prática da usura. Entretanto, o esforço da compreensão materialista da expressão luterana ficou no meio do caminho, porque Campos não mencionou a principal base social daquela reforma religiosa na Alemanha, isto é, a nobreza prussiana e a dos principados.

Durante a década de 20 do século XVI, os campos da Alemanha se viram atravessados pelo grande conflito das *Guerras Camponesas*, processo social que se seguiu à decomposição do mundo feudal nas regiões da Floresta Negra e do Lago de Constança, mas que se estendeu pela Alta Suábia, Alsácia, Palatinado, Hesse, ducados de Brunswick, pelo alto Danúbio e a Francônia, além da Turíngia e Saxe e, por último, à região Sul: Tirol, Sazburg, Styria, Caríntia e Carníola.

Lutero compôs a aliança com os príncipes seculares, o que ampliou o apoio à nova doutrina reformista do cristianismo. Todavia, na decomposição do mundo feudal na região outrora pertencente ao Sacro Império emergiram os cristãos *anabatistas*, precursores da Reforma, mas que nos anos das guerras camponesas foram influenciados por Thomas Münzer, sustentado nos camponeses revoltosos que enxergaram na quebra da autoridade religiosa uma possibilidade de romper com a estrutura feudal, passando a expropriar terras e, em consequência, lançaram-se na luta contra os príncipes, a nobreza e, ao mesmo tempo, a estrutura católica.

Roberto Campos não avaliou o conflito das guerras camponesas no “espírito do capitalismo” alemão, aludiu apenas à importância do protestantismo para o “capitalismo” tendo em mente que:

Lutero, em fazer a salvação depender da fé apenas, e Calvino, em ligando a salvação a uma predestinação arbitrária, vieram na verdade negar a “relação entre a ação terrena e a recompensa eterna”; isso preparou o caminho para substituir-se o critério da salvação, como medida do esforço humano, pelo padrão do sucesso terrestre, e tornou mais tarde possível “uma interpretação providencialista do ganho pecuniário”. (1963, p. 32)

Desse modo, na interpretação do ensaísta em história e sociologia, o capítulo da Reforma Protestante no capitalismo foi o de vincular a salvação ao sucesso terrestre e, portanto, libertar o *ethos* capitalista das barreiras que atrapalhavam a acumulação de riquezas materiais, o que impôs a ênfase no individualismo, doravante justificado social e ideologicamente.

E, contudo, importante notar que o princípio de “salvação pela fé” luterana de fato desenrola a ação individual na condução da vida, ao passo que a primazia da “predestinação” calvinista independe da aptidão do indivíduo, liga-se a circunstâncias independentes dele, de modo que se relacionava ao contexto das conquistas coloniais europeias e às suas consequências materiais, por meio de suas forças desconhecidas. Lutero se tornou representante de uma estrutura social mais atrasada, sobretudo após os massacres sobre os camponeses, que tiveram profundo impacto na força de trabalho em território germânico, enquanto Calvino desenvolveu suas bases nas áreas dinâmicas das finanças e do comércio.

Em suma, na posição do economista, a contribuição luterana ao “*ethos* do capitalismo” e à emergência do individualismo rompeu com as “boas obras” da leitura católica, embora tenha se postergado no reconhecimento da prática da usura; enquanto o calvinismo agregara ao “espírito do capitalismo” já estabelecido as preocupações com o lucro, evoluindo a prática iniciada no Renascimento.

Nesse passo, Roberto Campos ajusta contas com a reflexão weberiana no tocante ao protestantismo, pois,

ainda que a Reforma seja menos uma causa que um resultado da eclosão do *ethos* capitalista – e nesse sentido a tese de Weber é errônea e unilateral – remanesce o fato indisputável de que, após atingir a maturidade, agiu a Reforma como um poderoso tônico econômico, ao outorgar uma sanção religiosa à concentração dos indivíduos na busca do ganho pecuniário (1963, p. 32).

Ao prosseguir a sua argumentação, o ensaísta concluiu:

o impacto sociocultural da Renascença e a portentosa mutação econômica trazida pelas Descobertas e pela revolução dos preços geraram pressões novas, que não podiam ser contidas nos lindes da estrutura institucional da Igreja. Foi como resultado dessas pressões que despontou a Reforma (CAMPOS, 1963, p. 34).

Eis o cerne da apreciação de Roberto Campos sobre a reflexão de Max Weber no que se refere à Reforma Religiosa na modernidade. O protestantismo não estaria na gênese da instauração do “espírito do capitalismo”. Ao contrário, o movimento religioso expressaria a manifestação evolutiva do *ethos* capitalista quando pôs a questão do individualismo. Em outras palavras, o ensaísta brasileiro entendeu o protestantismo não como fundador do capitalismo da modernidade, mas como resultado de um processo iniciado anteriormente. No entanto, o economista reconheceu o preceito do sociólogo alemão de afirmar o capitalismo como *cultura*, consolidada no advento das teorias religiosas.

A doutrina do ramo calvinista da Reforma apregoou que o sinal da graça divina estaria em uma vida plena de virtudes, dentre as quais

destacam-se: o trabalho diligente, a sobriedade, a frugalidade e a parcimônia. Destarte, na visão de Campos, essa doutrina reforçara uma cultura no sentido do desenvolvimento do capitalismo.

Assim, as reformas religiosas não foram as causas, mas o resultado do grau de desenvolvimento das regiões onde emergiram, isto é, estavam condicionadas pelo estágio ao qual tinham chegado a agricultura, a manufatura, as finanças e o comércio.

A argumentação de Roberto Campos sobre o surgimento do capitalismo é inseparável do reconhecimento do interesse de grupo social ancorado na posição objetiva das diferentes classes na estrutura societária brasileira dos anos 50 do século XX. Sua tese sobre a origem do capitalismo visou à “transcendência do autointeresse” individual supostamente embasado na “história”, direcionada à constituição de uma interpretação hegemônica relacionada ao objetivo de justificar o lugar privilegiado de seu setor no interior da sociedade de classes. O seu posicionamento realçou os interesses da fração empresarial bancária na economia brasileira, envolvida na viabilização do crédito com vistas aos juros. Ademais, o ensaísta defendeu a construção do desenvolvimento capitalista no país em aliança com o capital financeiro internacional no contexto do pós-II Guerra Mundial.

O capitalismo e a “revolução dos preços”

Roberto Campos – após situar a sua compreensão de empresa/empreendimento na Idade Média, da constituição do *ethos* capitalista em decorrência da adaptação institucional da Igreja Católica, da manifestação da ética do “espírito do capitalismo” durante o Renascimento e a Reforma Protestante como consequência do capitalismo, mas promotora da cultura capitalista ao separar a salvação dos atos de boas obras e ao valorizar o ascetismo – passou a pontuar um outro fator primordial do capitalismo moderno, pois, de acordo com a sua visão,

muito mais relevante que as oscilações no pensamento religioso: [foram] as grandes Descobertas e a Revolução dos Preços. As descobertas trouxeram uma imensa dilatação do horizonte de oportunidade econômica. A inflação de preços, que se seguiu à invasão da Europa pelos metais preciosos, alterou, a seu turno, completamente, a estrutura das relações creditícias e subverteu a doutrina do “preço justo” (1963, p. 28).

Campos interpretou a evolução do capitalismo na era moderna seguindo a “revolução dos preços”, isto é, os preços teriam aumentado na Europa ocidental proporcionalmente à chegada dos metais preciosos dos territórios conquistados. Assim, os preços aumentaram mais que os custos, em consequência os lucros se realizariam em maior escala, ao passo que os

salários subiram muito menos – advindo daí o crescimento econômico do capital.

Ao mencionar o colonialismo e a “revolução dos preços”, o ensaísta repetiu a versão do economista John Maynard Keynes, que relacionava o capitalismo ao progresso da utilização dos metais preciosos e moedas, pregando a explicação monetarista de surgimento do sistema econômico moderno. O economista britânico afirmou: “tanto a unidade de salário quanto o nível de preços são diretamente proporcionais à quantidade de moeda” (KEYNES, 1982, p. 166). Além disso, a respeito da modernidade Keynes considerou: “Quando os metais preciosos chegam, os preços aumentam mais que os custos, os lucros aumentam igualmente, a civilização se desenvolve” (*apud* VILAR, 1982, p. 86).

Deve-se notar que os salários não subiram na mesma proporção que os preços das mercadorias, pelo contrário, no contexto de formação/ampliação do assalariamento, os salários caíram e assim aumentou o trabalho excedente. Elevou-se a taxa de lucro não por ter aumentado o fluxo de metais preciosos, mas por se ter reduzido o salário absoluto. Numa palavra: aumentou o lucro por ter piorado a situação do trabalhador. Em consequência, o trabalho nos países colonizadores tornou-se substancialmente mais produtivo para o empregador. Tal fato se interligava ao fluxo de metais preciosos, e aí tem-se a razão da aparência fenomênica da quantidade de ouro e prata tomada como determinante do capitalismo, tanto pelos teóricos do mercantilismo no século XVII quanto pelos ideólogos da teoria quantitativa do valor da moeda enquanto essência explicativa.

No procedimento teórico de desconsideração do trabalho na formação do capital, os autores partidários da teoria quantitativa da moeda defendem a noção de que o aumento do meio circulante provoca o aumento geral dos preços, o que favorece a “eficiência marginal do capital”. Roberto Campos identificou a conquista colonial (chamada por ele de “as Descobertas”) e a “inflação dos preços” como evento mais importante para a consolidação do capitalismo do que os movimentos da Reforma Protestante, na medida em que reestruturaram as “relações creditícias”. Desse modo, nota-se que Campos e Keynes corroboram a explicação da teoria quantitativa da moeda para o desenvolvimento capitalista.

Analisando o desenvolvimento capitalista britânico, John Keynes professou que:

O valor dos investimentos britânicos no exterior atualmente (1930) é avaliado em cerca de £ 4 bilhões. Isto nos proporciona uma renda à taxa de cerca de 6,5%. A metade disso trazemos para a casa e desfrutamos; a outra metade, ou seja, 3,25%, deixamos acumular no estrangeiro a juros compostos. Algo

assim vem ocorrendo há cerca de 250 anos. Faço remontar o início dos investimentos britânicos no exterior até o tesouro que [Francis] Drake roubou da Espanha em 1580. (...) A rainha Elisabeth viu-se com cerca de £ 40.000 na mão. Ela as investiu na *Levant Company* – que prosperou. A *East India Company* foi fundada com os lucros da *Levant Company*; e os lucros desta grande empresa foram a base dos investimentos subsequentes da Inglaterra no exterior. Ocorre que essas £ 40.000, acumulando-se a juros compostos de 3,25%, correspondem aproximadamente ao volume real dos investimentos da Inglaterra no exterior em várias datas, e realmente atingiram hoje o total de £ 4 bilhões, que já citei como sendo o que representa nossos atuais investimentos no exterior. Assim, cada libra que Drake trouxe para casa, em 1580, corresponde agora a 100.000 libras. Este é o poder dos juros compostos. (KEYNES *apud* MESZÁRÓS, 1996, p. 18)

Note-se que *Lord Keynes*, assumindo-se como intelectual do Império Britânico, reconheceu a importância das ações do “ousado” corsário de Elizabeth I ao “transferir” metais preciosos americanos de posse da Espanha para a Inglaterra, o que teria promovido os recursos iniciais para a acumulação de capital por meio dos “juros compostos”, e não pela exploração do trabalho nacional e internacional.

A concepção keynesiana de origem do capitalismo, segundo Pierre Vilar, advoga “a ideia de que a abundância dos metais, ou qualquer abundância monetária, é a causa de um aumento geral dos preços” (VILAR, 1982, p. 97). Nesse passo, a chegada dos metais preciosos das colônias nas metrópoles europeias teria formado o capitalismo. Portanto, Keynes também explica a origem do sistema a partir do próprio capital.

Ao analisar o ouro e a moeda na história moderna europeia, Pierre Vilar frisou que: “Ninguém coloca em dúvida a relação entre a chegada de metais preciosos e a subida dos preços” (1980, p. 96), mas deve-se ponderar que “a circulação do metal monetário no século XVI multiplicou-se, talvez por oito ou 10, enquanto que os preços em Sevilha, ponto mais sensível da ‘revolução dos preços’, somente quadruplicaram” (VILAR, 1980, p. 97). Assim sendo, é a queda no custo de produção do ouro e da prata que está na origem do fenômeno da alta dos preços das outras mercadorias, e não a simples quantidade de metais existente. Ao passo que os salários subiram muito menos, o que gerou a “inflação do lucro” – um grande episódio para a história do capitalismo. Desse modo, tal processo pode ser entendido como o início do sistema capitalista?

Na consideração do impacto dos metais preciosos na economia europeia no início da modernidade, Karl Marx destacou:

No século XVI, o ouro e a prata em circulação na Europa aumentaram em consequência da descoberta de minas mais ricas e mais fáceis de explorar na América. Por isso, o valor do

ouro e da prata baixou em relação às outras mercadorias. Os operários continuaram a receber a mesma quantidade de prata amoedada pela sua força de trabalho. O preço em dinheiro de seu trabalho permaneceu o mesmo e, contudo, seu salário baixou, pois em troca da mesma quantidade de dinheiro passaram a receber menor quantidade de outras mercadorias. Esta foi uma das circunstâncias que favoreceram o crescimento do capital e a expansão da burguesia no século XVI. (s/d, p. 73)

Nota-se que Marx não desconsiderou os metais preciosos no desencadeamento do capitalismo, embora tenha salientado que eles “favoreceram” o avanço produtivo do século XVI, haja vista que afirmou: “O tesouro apesado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital.” (MARX, 1988, p. 277) Mas não tomou a chegada do ouro e da prata no velho mundo enquanto “a causa”, como proferiu Keynes.

A partir do século XIV e XV, a ampliação técnica nos métodos de exploração das minas de prata provocou a queda do valor desse metal e uma alta geral dos preços, que se generalizou na segunda metade do século XVI, sobretudo, através da exploração das minas de Potosí na Bolívia, e das minas de Zacatecas e Guanajuato no México, realizada com a força de trabalho explorada nos sistemas de *vara*, *mita*, *encomienda*, *repartimiento*, trabalho forçado ou escravizado. Segundo o frei dominicano Domingo de São Tomás: “Não é a prata o que se envia à Espanha, é o suor e o sangue dos índios” (*apud* VILAR, 1980, p. 156). A esse processo, deve-se somar os saques diretos, também causadores da redução acentuada dos custos de produção do ouro e da prata.

Nesse sentido, os preços na Europa do século XVI não subiram porque o ouro e a prata foram “mais abundantes”, eles aumentaram porque o custo dos metais preciosos diminuiu. Os lucros foram extraídos mais da exploração do trabalho dos mineiros das Américas que da exploração crescente dos trabalhadores europeus. Como observou Pierre Vilar: “a intensidade da acumulação monetária na Europa, condição para a instalação do capitalismo, dependeu do grau de exploração do trabalhador americano” (s/d, p. 46).

Deve-se mencionar ainda que o processo de *acumulação primitiva* não se restringiu à “transferência” de metais preciosos, mas se relacionou aos produtos primários enviados, em larga escala e com baixo custo, das colônias para as metrópoles, além do tráfico intercontinental de seres humanos para o trabalho escravizado⁷.

⁷ Ao desvendar a gênese do capitalismo industrial, Karl Marx pontuou: “A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravidão e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos

Pode-se inferir que J. M. Keynes instaurou uma explicação idílica monetarista do capitalismo ao frisar o inflacionismo metálico enquanto promotor da “mola do lucro”, ao invés da exploração do trabalho humano desde as colônias. Em outros termos, para o economista inglês o capital é a origem do trabalho, e não o contrário.

Roberto Campos corroborou a posição monetarista difundida por Keynes ao enxergar na força da moeda ou do metal cunhado a fonte do progresso econômico. Tal procedimento deve-se à consideração dos metais preciosos não como mercadorias, mas apenas enquanto meio circulante. Assim, ouro e prata não seriam mercadorias refletindo o seu custo de produção: representariam o resultado do processo em que a moeda abstrata atribuíra o preço “real” aos artigos no mercado, findando a relação preço “justo” medieval.

Como afirma Pierre Vilar, entretanto: “Uma moeda forte nunca ‘aflui’ a um sistema a não ser quando é atraída a ele pela produção” (1982, p. 98), assim sendo, o crescimento da produção e a criação de valores novos é que atraem a moeda. O metal precioso, que é ao mesmo tempo poder de compra e mercadoria, pode ser operacionalizado na troca por outra mercadoria numa relação permeada por complexidades, ao revés do que apregoa a teoria monetarista da moeda como causa do desenvolvimento capitalista.

Se o valor de troca de todas as mercadorias apresenta quantidades de trabalho socialmente necessárias, mensuráveis pelo tempo de trabalho, torna-se evidente que a moeda fundada nos metais preciosos não deve ser tomada como puro intermediário, simples meio de circulação, como quer a teoria monetarista da moeda e do surgimento do capitalismo. Porque o próprio metal precioso é uma mercadoria e possui assim o seu próprio valor de troca, que é determinado pelas condições materiais de sua produção. Com efeito, essa moeda tendo um valor intrínseco não pode, portanto, modificar por seus próprios movimentos as flutuações dos preços das outras mercadorias.

John Maynard Keynes, ao enfatizar que as riquezas das nações aumentaram durante a inflação do lucro influenciado pela abundância de metais preciosos, de certo modo, reabilitou os argumentos das políticas mercantilistas de que “a escassez de moeda leva à crise”, pois no entendimento do intelectual do capital: “A fraqueza da propensão a investir tem sido, em todos os tempos, a chave do problema econômico.” (KEYNES, 1982, p. 267)

Nota-se que, para o economista tido como “o salvador do capitalismo” nos anos 30 do século XX (quando na realidade foi o seu

fundamentais da acumulação primitiva.” (1988, p. 275) Assim, somente a Europa, na modernidade, construiu as condições para a efetivação do capitalismo em sua fase inicial.

prolongador), a principal questão seria garantir “a propensão a investir” do capital privado. Sendo assim, os assuntos sobre juro e moeda ganharam relevância no tocante à garantia do lucro, haja vista que, quando a taxa de juros diminui, os lucros das empresas tendem a aumentar, o aumento de preços cria a expectativa de lucratividade e o lucro estimula a iniciativa privada.

A economia política burguesa representada por *Lord* Keynes priorizou as medidas monetárias visando a prolongar o capitalismo. Para tanto, o economista britânico recuperou a intervenção estatal dos mercantilistas e pregou medidas direcionadas ao juro e à moeda, a fim de favorecer o investimento do capital privado, de modo que a taxa de juro deveria se situar abaixo do que chamou de “eficiência marginal do capital”, isto é, a expectativa do lucro.

Com o intuito de explicitar a esfera social da obra keynesiana, Roberto Campos mencionou:

poucos economistas de mérito conseguiram destacar-se, no curso da história, como líderes empresariais. David Ricardo, no século XIX, e *Lord* Keynes, neste século [XX], são sempre citados como espécimes raros de cabeças teóricas que fizeram fortuna, Ricardo no ofício bancário e Keynes como especulador da Bolsa (1994, p. 902).

Nesse sentido, Campos frisou que John Maynard Keynes, à semelhança de Ricardo, foi um teórico do capital e capitalista de sucesso. A atividade específica do economista britânico do século XX repousou na Bolsa de Valor, daí a ênfase de sua obra sobre o emprego – o grande tema no imediato pós- crise de 1929 –, juros e moeda no sentido de ajustar o funcionamento da economia ao capital financeiro por meio da ampliação das despesas do estado. Assim, o economista brasileiro ressaltou os aspectos do legado keynesiano que se relacionaram à atividade do capital rentista.

A despeito de corroborar o discurso monetarista keynesiano de evolução do capitalismo, Roberto Campos discerniu as posições do economista britânico no período pós-II Guerra Mundial, quando visualizou a falta de apoio político-institucional para as posições do lorde inglês, sobretudo, a partir dos acordos selados na Conferência de Bretton Woods. Campos esteve presente no encontro como parte da delegação brasileira, na posição de terceiro-secretário da Embaixada do país em Washington. Assim, assistiu ao embate de teses entre o Plano Keynes, da delegação britânica, e o Plano White, do economista do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos.

Ao sintetizar o debate do encontro, Campos observou:

Os planos Keynes e White partiam de óticas diferentes e representavam diferentes constelações de interesses. A Inglaterra estava resignada, quando se reuniu à Conferência de

Bretton Woods, a ser por longo tempo uma nação devedora. Suas reservas e investimentos haviam sido em grande parte liquidados no esforço de guerra. A preocupação central de Keynes era, portanto, a montagem de um mecanismo internacional capaz de assegurar liquidez ao sistema e evitar excessiva concentração de recursos nas mãos dos países credores, notadamente os Estados Unidos, que retinham posição absolutamente dominante, quer no comércio internacional quer nas reservas ouro. Keynes queria algo semelhante a um banco central internacional – a *International Clearing Union* – capaz de emitir uma nova moeda – Bancor – na qual seriam compulsoriamente convertidas as reservas de todos os países, depositadas no organismo central, e que poderia ser utilizada para uma redistribuição de liquidez. Do ponto de vista de Keynes, saldos contumazes de balanço de pagamentos eram tão perigosos como os déficits crônicos, havendo de se criar alguma compulsão para que os países credores – detentores de saldos em Bancor – abrissem mão de sua liquidez para empréstimos destinados a financiar as importações dos países deficitários. (1994, pp. 64-5)

Nota-se que durante a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), John Maynard Keynes defendeu o estabelecimento de uma moeda internacional inteiramente destinada a ajustar os desequilíbrios dos balanços de pagamentos, embora permanecendo cada país com seu sistema monetário particular. A moeda *Bancor* não estaria desvinculada do padrão-ouro, ainda que esse metal não fosse tomado como base absoluta de seu valor.

Na continuidade informativa da Conferência, o componente da delegação brasileira considerou:

Aos Estados Unidos, de outro lado, não interessava semelhante automatismo. Era um país vastamente credor e não se visualizava àquela ocasião outra coisa senão a persistência, por prazo indefinido, de um *dollar gap*, em vista da brecha de produtividade então existente entre os Estados Unidos e o resto do mundo, e do longo tempo que se imaginava fosse necessária para a reconstrução europeia. Não queriam por isso os americanos abrir mão da posição dominante de sua moeda. Donde o conceito do Fundo Monetário Internacional como uma agência de poder muito mais limitado que um banco central, confinada sua função à correção de desequilíbrios temporários de balanço de pagamentos. (CAMPOS, 1994, p. 65)

Assim, percebe-se que os representantes estadunidenses batiam pelo sistema econômico-financeiro no sentido da excessiva demanda de dólares (*dollar gap*) no mercado mundial. O principal defensor do Plano White em *Bretton Woods* foi o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Henry Morgenthau. Tal propositura visava a criar as condições para a

moeda estadunidense substituir definitivamente a libra inglesa no âmbito econômico internacional.

Refletindo a hegemonia dos Estados Unidos no bloco capitalista, as propostas defendidas por Henry Morgenthau se sobrepuseram em relação às da delegação britânica, o que evidenciou a supremacia do imperialismo do país da América do Norte sobre o mundo, numa palavra, a sobreposição da nação credora sobre as devedoras. Como inferiu Campos:

A diferença da ótica entre os Planos White e Keynes era, basicamente, que no primeiro se atribuíam responsabilidades importantes pelo ajuste aos países devedores, enquanto que no segundo boa parte dessa responsabilidade caberia aos credores, que não deveriam acumular reservas que impusessem políticas deflacionárias ao resto do mundo. O viés de Keynes era a expansão interna; o de White, a estabilidade de preços. (1994, p. 65)

Com o domínio da moeda estadunidense, os países europeus, asiáticos, latino-americanos e africanos lançaram-se a uma intensa busca de dólares para enfrentar os problemas econômicos do capitalismo. Ao mesmo tempo, muitos desses países não dispunham de reservas em ouro nem contavam com o comércio exportador capaz de captar divisas. Esse desequilíbrio passou a ser coberto por meio de empréstimos aos Estados Unidos.

Torna-se necessário pontuar que as soluções encaminhadas por Henry Morgenthau não atingiram o objetivo de promover o desenvolvimento econômico fora dos Estados Unidos, de modo que para a reconstrução da Europa foi necessária a implementação do Plano Marshall, a fim de se alavancar a recuperação da capacidade produtiva europeia. No entanto, seguindo a lógica da superexploração da força de trabalho na periferia do capitalismo, sobretudo na América Latina e África, não se desenvolveram políticas semelhantes às empregadas na reconstrução do continente europeu.

Para as nações devedoras como o Brasil, nos anos 50 do século XX, as posições estadunidenses frisaram a importância de medidas monetárias no sentido de conter o processo inflacionário, ao revés da promoção do desenvolvimento. Sendo assim, Campos descartou o modelo keynesiano porque este fora derrotado na reunião fundadora do FMI, portanto, preferiu se submeter à lógica do país líder no bloco capitalista coadunado ao setor do capital financeiro interno. Destarte, a questão chave para o economista brasileiro seria a formação da poupança interna com vistas a estimular a iniciativa privada com inflação baixa. Tal poupança viria dos centros capitalistas internacionais, em especial dos Estados Unidos, em aliança com o setor bancário interno mediado pela taxa de juros.

Em suma, a obra de Roberto Campos dos anos 1950 expressa as condições sócio-históricas da *via colonial* de objetivação do capitalismo⁸. O economista construiu um arcabouço teórico a fim de corroborar a sua práxis na luta social e a opção da burguesia brasileira, sobretudo a fração do setor financeiro, inserida na reprodução ampliada do capital nas condições de sócia minoritária e subordinada ao grande capital internacional. Dirigente de uma estrutura social subordinada ao capital financeiro internacional, a burguesia brasileira se mostrou incapaz de realizar a missão civilizatória, como a efetivação das conquistas democráticas, primando pelo conservadorismo nas relações sociais.

Considerações finais

Façamos um breve esboço das posições de Roberto Campos tratadas neste artigo. Campos tomou parte no debate intelectual realizado no pós-II Guerra acerca da transição societária do feudalismo para o capitalismo e produziu uma posição adversária à elucidação da acumulação originária do capital. O economista brasileiro proferiu a interpretação do surgimento do capitalismo a partir da prática de usura na Idade Média. Tal atividade no medievo alterou o posicionamento da Igreja Católica em relação ao procedimento de empréstimo a juro. O autor defendeu a ideia de que no período medieval teria surgido o *ethos* capitalista, uma vez que o comportamento visando à constituição de empresa teria emergido a partir das adaptações institucionais católicas. O crescimento comercial após as Cruzadas Religiosas foi tomado enquanto manifestação do capitalismo, sendo assim, o ensaísta não distinguiu capital usurário e comercial de capitalismo. Ademais, justificou que a cultura católica poderia se adequar à cultura capitalista. Campos apontou o catolicismo do final da Idade Média como conivente em relação à usura.

O funcionário da diplomacia nos assuntos econômicos argumentou que no período da Renascença teria se manifestado a “ética” das forças econômicas no sentido do “espírito do capitalismo”, por meio da racionalidade pautada no lucro, libertando, finalmente, o homem da disciplina da Igreja Católica. O autor restringiu, assim, o Renascimento à manifestação da *ética* naturalista e “capitalista”, subordinando o antropocentrismo à lógica do capital. Neste sentido, desconsiderou a consciência da *individuação* que ocorreu na Renascença, que pôs o ser

⁸ Como sistematizou J. Chasin, “à *via colonial* de efetivação do capitalismo é inerente o estrangulamento da potência autorreprodutiva do capital, a limitação acentuada da sua capacidade de reordenação social, e a redução drástica da sua força civilizatória. Desse modo, ao mesmo tempo que encobrem por inacabamento, seus processos empuxam, pela via da irresolução crônica das questões mais elementares, a contradição estrutural entre o capital e o trabalho” (2000, p. 221).

humano como medida das coisas, bem como o desenvolvimento humanista para além da unilateralidade do indivíduo burguês, porque o *homem do Renascimento* expressou o trabalho enquanto condição do desenvolvimento humano.

Segundo Roberto Campos, a Reforma religiosa não foi o momento instaurador do “espírito do capitalismo”. Entretanto, o capítulo das Reformas Protestantes na história do sistema do capital foi a instauração da “cultura puritana”, ajustada no trabalho diligente, sobriedade, frugalidade e parcimônia. Ademais, ao separar a salvação da prática de boas obras “incentivou o esforço humano”, sobretudo no caso do ramo calvinista, que favoreceu a prática do empréstimo a juro, resultando na ampliação do crédito e, em consequência, no desenvolvimento capitalista. Numa palavra, arrolou-se uma cultura essencialmente adequada ao sistema do capital.

Campos interpretou o desenvolvimento do “capitalismo” na era moderna a partir da “Revolução dos Preços”; neste sentido, com o fluxo das pilhagens coloniais para o velho mundo processara-se o aumento geral dos preços mais que o dos custos, em consequência, a civilização europeia teria se desenvolvido pela “inflação do lucro”, em especial pelas ampliações das possibilidades de créditos. Assim, o autor corroborou a propositura monetarista da teoria quantitativa da moeda, que identifica na força da moeda ou do metal cunhado a fonte do progresso econômico. Ao desconsiderar o trabalho na formação do sistema do capital e, por conseguinte, a separação do trabalhador do meio de produção, bem como o processo de formação do assalariamento com as “leis sanguinárias” do absolutismo, o economista instaurou a explicação do capitalismo pelo próprio capital.

A anotação de Campos sobre a gênese e o desenvolvimento do capitalismo ressalta a importância do crédito. Procurou-se apontar que na segunda metade dos anos 50 do século XX ocorreu a aproximação de sua práxis aos chamados monetaristas históricos: Eugênio Gudín e Octávio Gouvêa de Bulhões, sujeitos ligados ao capital financeiro, politicamente conservadores, preocupados com os problemas inflacionários e a revisão do papel do estado em relação ao varguismo. Soma-se a isso o grande capital internacional interessado em viabilizar empréstimo a juros.

Destarte, Roberto Campos sistematizou uma interpretação da história que serviu às posições daqueles capitalistas que compunham o setor bancário e da burguesia que advogava a subordinação da economia do país à lógica do grande capital internacional e o conservadorismo nas relações políticas e sociais.

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 222-32.
- CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbook, 1994.
- _____. *Ensaio de história econômica e sociologia*. Rio de Janeiro: Apec, 1963.
- CARLI, Ranieri. *György Lukács e as raízes históricas da sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2013.
- CHASIN, Ibaney. *Música serva d'alma: Claudio Monteverdi – ad voce umanissima*. São Paulo/João Pessoa: Perspectiva/Universidade Federal da Paraíba, 2009.
- CHASIN, J. *A miséria brasileira*. Santo André – SP: Ad Hominem, 2000.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Trad. Manuel do Rego Braga. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1987.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring: filosofia, economia política e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. Contribuição ao problema da habitação. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas v. II*. Trad. Instituto Marxismo-Leninismo do PCUS. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d., pp. 105-82.
- HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento*. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença, 1982.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Trad. Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1982.
- LE GOFF, Jaques. *A bolsa e a vida. Usura na Idade Média*. Trad. Rogério Silveira Muoio. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LUKÁCS, György. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Trad. Wenceslao Roces. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política v. I l. I t. II*. Trad. Regis Barbosa, Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.
- _____. Trabalho assalariado e capital. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas v. I*. Trad. Instituto Marxismo-Leninismo do PCUS. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d[a], pp. 52-82.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2001.
- SOMBART, Werner. *El burgués. Contribución a la historia espiritual del hombre económico moderno*. Trad. Maria Pilar Lorenzo. Madrid: Alianza, 1977.

TRAGTENBERG, Maurício. Introdução à edição brasileira. In. WEBER, M. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo/Campinas: Cortez/Ed. Unicamp, 1993, pp. XI-L.

VILAR, Pierre. A transição do feudalismo ao capitalismo. In: SANTIAGO, T. A. (Org.) *Capitalismo – transição*. Trad. Theo Santiago. São Paulo: Moraes, s/d, pp. 39-53.

_____. *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Trad. Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença, 1982.

_____. *Ouro e moeda na história (145-1920)*. Trad. Philomena Gebran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WEBER, Max. *Economía y sociedad*. Trad. José M. Echavarría, Juan R. Parella, Eugenio Ímaz, Eduardo G. Máynez, José Ferrater Mora. 2. ed. 15. Reimpr. México – DF: Fondo de Cultura Económica, 2004.

_____. *Ética protestante no espírito do capitalismo*. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamas J. M. K. Szmrecsányi. 2. ed. rev. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

Como citar:

MELO, Wanderson Fabio de. A gênese e a evolução do capitalismo no ideário de Roberto Campos. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 253-286, nov. 2019.

Data do envio: 29 maio 2019

Data do aceite: 6 out. 2019

Contrarrevolução permanente, antiliberalismo e anticomunismo: as raízes ideológicas do bonapartismo de Alfredo Buzaid, o jurista ditatorial (1965-74)

Rodolfo Costa Machado¹

Resumo:

O artigo destaca, entrelidos como as raízes ideológicas do futuro Ministro da Justiça ditatorial Alfredo Buzaid (1969-1974), dois discursos proferidos pelo jurista ainda enquanto professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Na polêmica travada em 1965 contra biógrafo de Rui Barbosa, mas principalmente em seu discurso de posse de diretor da FDUSP de 1966, resgatam-se as críticas buzaidianas ao liberalismo e ao comunismo, bem como a propositura de uma espécie de terceira via, de cunho cristão, encontrada na *democracia social*. Salienta-se aí o entendimento buzaidiano sobre a necessidade de formação dos homens públicos para “o processo de racionalização da democracia”, interdito o sufrágio universal. Exposta tal visão antipopular e autocrática, analisa-se o primeiro discurso ministerial de Buzaid, “Rumos Políticos da Revolução Brasileira” (1970), que o consagra como o jurista do bonapartismo e no qual é reposta a tese sobre a “racionalização” da democracia que estaria, então, sendo feita pelo general-ditador Emílio Garrastazu Médici. Apanhando o bonapartismo brasileiro de 1964 como um domínio exercido de modo indireto pelo conjunto da burguesia, resgata-se Buzaid como o jurista oficial de sua fração medicista, pintada por ele como a mantenedora de um *estado de justiça* anticomunista que conteria e superaria o *estado de direito* liberal. Buzaid é circunscrito, então, à facção continuísta do bonapartismo, sendo apontado como ideólogo e homem de ação da contrarrevolução permanente, indicando-se os principais nódulos do ideário buzaidiano no marco da *Ideologia 64*, como as concepções de estado ético, política “científica” e filosofia espiritualista atribuídas pelo ministro da Justiça à ditadura brasileira. Expostos tais vincos regressivos do bonapartismo buzaidiano, sinaliza-se a filiação de Buzaid ao antigo integralismo de Plínio Salgado – como as raízes ideológicas “ocultas” de seu ideário –, motivo da retomada da tese de J. Chasin sobre o integralismo pliniano. Adverte-se, ainda, a necessidade de compreensão da forma pela qual essa matriz integralista do ideário buzaidiano se fundiu e se readequou tardiamente, em plena Guerra Fria, à doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento da ditadura militar recrudescida. Por último, indica-se o engajamento do ex-ministro

¹ Doutorando pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)/Visiting Scholar at Columbia University in NYC. E-mail: rod.emachado@gmail.com.

Buzaid no “capítulo” brasileiro da Liga Mundial Anticomunista (WACL) e da Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL), que o consagrou como um *cold warrior* de projeção transnacional.

Palavras-chave: Alfredo Buzaid; antiliberalismo; anticomunismo; bonapartismo 1964.

Permanent counterrevolution, anti-liberalism and anti-communism: ideological the roots of Alfredo Buzaid's bonapartism, the dictatorial jurist (1965-74)

Abstract:

This article highlights, grasped as the ideological roots of the future dictatorial Ministry of Justice Alfredo Buzaid (1969-1974), two speeches delivered by the jurist while being a professor of the Law School of University of Sao Paulo (FDUSP). In controversy established in 1965 against Rui Barbosa's biographer, but mostly in his speech of acceptance for the post of Director of FDUSP in 1966, the article resumes Buzaid's critiques against liberalism and communism, as well as his proposition for a sort of a third Christian path found in the social democracy. It is emphasized Buzaid's comprehension about the necessity of the public man's formation for the so-called 'process of rationalization of democracy', interdicting the universal suffrage. Once exposed his antipopular and autocratic conception, the article analyses the first ministerial speech of Buzaid, 'Political Paths of Brazilian Revolution' (1970), which anointed Buzaid as the jurist of the Bonapartism and restated the thesis of the 'rationalization of democracy' by the dictator Emílio Garrastazu Médici. Reading the 1964 Brazilian Bonapartism as an indirect rule of the bourgeoisie, the article aims to understand Buzaid as the official jurist of its Medicist fraction, depicted by him as an anti-communist Justice State that overcame the liberal State of Law. Buzaid is circumscribed as a member of the eternization of Bonapartism, pointing out the jurist as an ideologue and a man of action of the permanent counterrevolution, drawing the Buzaid's ideology in the framework of 64 Ideology, such as its conceptions of an ethical State, a 'scientific' politic and a spiritualist philosophy assigned by the jurist to the Brazilian dictatorship. Exposing the regressive Buzaid's world view, this article signalizes Buzaid's filiation to the old Plínio Salgado's Integralism as the 'hidden' ideological roots of its Bonapartist ideology, bringing some aspects of the J. Chasin's thesis about the Integralism of Salgado, warning about the necessity to comprehend the specific manner through which this integralist matrix of Buzaid's ideology blent and readapted later, during the Cold War, with the National Security and Development doctrine of the Brazilian military

dictatorship. At last, the article points out the engagement of Buzaid in the Brazilian "chapter" of the World Anticommunist League (WACL) and the Latin-American Anticommunist Confederation (CAL), which consecrated Buzaid as an international cold warrior.

Key words: Alfredo Buzaid; Antiliberalism; Anticommunist; 1964 Brazilian Bonapartism.

Este artigo destaca, num primeiro momento, dois textos políticos de Alfredo Buzaid elaborados após o golpe de 1964 (de que ele participou): um embate de 1965 contra biógrafo de Rui Barbosa e seu discurso de posse como diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP) em 1966, no qual delineia um “Estudo sobre os rumos da democracia no Brasil”. Identificam-se ali as raízes ideológicas que compuseram a matriz do primeiro discurso de Buzaid, de 1970, como ministro da Justiça da ditadura de Emílio Garrastazu Médici (1969-74). Intitulado “Rumos Políticos da Revolução Brasileira”, sua primeira alocução ministerial o consagra como o jurista oficial do bonapartismo medicista, repondo as mesmíssimas teses do professor/diretor da FDUSP. Considerando-se o bonapartismo brasileiro como “uma forma de poder autocrático dos proprietários, que não é exercida diretamente pela classe dos capitalistas” – isto é, um “domínio exercido de *modo indireto* pelo conjunto da burguesia, pelas armas, subjugando, castrando ou atrelando os poderes legislativo e judiciário” (ASSUNÇÃO, 2013, p. 56) –, o bonapartismo buzaidiano, no marco da *Ideologia 64* de Segurança Nacional e Desenvolvimento, encarnou e se filiou a sua vertente recrudescida, o *medicismo*, que buscou a “construção da grande potência pela aliança de crescimento econômico acelerado com terrorismo oficial” (RAGO, 1998, p. 1)².

Na medida em que se apontam outras alocuções buzaidianas construídas no marco medicista, é possível perceber que as noções regressivas do jurista da ditadura recrudescida apresentaram, além dessas matrizes ideológicas encontradas nos discursos buzaidianos da década de 1960 (em que criticara o liberalismo e o comunismo em nome de uma doutrina social cristã), outras raízes “ocultas” inscritas no ideário de Buzaid. Elas devem ser procuradas antes da guerra fria, em outro sítio: na

² Sobre o recurso ao estado de natureza bonapartista como vocação da burguesia brasileira, Maria Aparecida de Paula Rago esclarece: “Trata-se de um domínio imposto pela coerção, avesso radicalmente às conquistas democráticas vindas dos ‘de baixo’. Desse modo, nossa formação histórica se caracterizou por uma dominação autocrática pendular: num polo, o terrorismo de classe aberto, a forma bonapartista de dominação; no outro, a autocracia burguesa legalizada, institucionalizada, que expressa a democracia restrita dos proprietários, a transpirar seus interesses egoísticos, particularistas e exclusivistas” (RAGO, 2008, p. 138).

filiação de Buzaid ao integralismo de Plínio Salgado nas primeiras décadas do século XX, motivo do resgate de algumas considerações da tese de J. Chasin sobre os principais nódulos ideológicos do integralismo pliniano. A dificuldade advertida, assim, reside em explicar o modo peculiar de articulação e reapropriação feita pelo ministro da Justiça da ditadura Médici, no marco da doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento que cogestou uma ditadura do grande capital monopolista, daquela regressividade pliniana da década de 1930 que encarnara uma crítica ruralista e romântica ao capitalismo. Sem sugerir que houve uma reapropriação mecânica do velho ideário integralista pliniano pelo ideólogo bonapartista da guerra fria, porém, observa-se que o chefe do Sigma nunca deixou de configurar a matriz “oculta” do bonapartismo buzaidiano.

Buzaid na FDUSP: gestando o ovo da serpente

Buzaid nasceu em 1914 em Jaboticabal, interior paulista, onde se vinculou, ainda no colégio São Luís, ao integralismo local. Como graduando da FDUSP no início da década de 1930, formou o grupo de estudantes, estrelado por Miguel Reale, que se filiou ao chefe Plínio Salgado e o ajudou a estruturar o movimento integralista. Na década de 1950, Buzaid iniciou sua carreira acadêmica como teórico e professor no campo do processo civil, sendo um dos criadores, sob o signo do italiano Enrico Tulio Liebman (exilado do fascismo), da chamada “Escola Processual de São Paulo”.

O que interessa ressaltar aqui, todavia, é o momento do pré-golpe de 1964. Mais especificamente, a participação de Buzaid – (na) e da FDUSP – na conspiração contra o presidente trabalhista João Goulart. Assinale-se apenas que a FDUSP, na figura de eminentes professores como Miguel Reale, Luís Antonio da Gama e Silva, o próprio Buzaid, entre outros, integrou a conspiração contra Goulart. Buzaid, mais especificamente, integrou o Conselho Orientador do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipês), o *think tank* empresarial-militar que nucleou a conspiração entre 1962-64³. Reale e Gama e Silva também foram ativos líderes ipesianos. No marco conspiratório do QG jurídico do golpe de 1964, a FDUSP animada por Buzaid e Reale criou um curso de especialização, em fevereiro de 1962, intitulado “Marxismo e cristianismo”. Com uma ligeira modificação – o acréscimo do subtítulo “O problema do ateísmo” –, o ministro da Justiça ditatorial Buzaid reproduziria futuramente, em discurso de 1970, o aprendizado do referido curso inaugurado na FDUSP.

³ Buzaid ligou-se ao grupo empresarial Fuad Lutfalla (S/A Fiação e Tecelagem, Fazenda Boa Vista S/A Agrícola e Pecuária e Lumaver S/A Empreendimentos) e a Paulo Salim Maluf (DREIFUSS, 1981: 541).

Ainda no marco ipesiano da conspiração e preparo do golpe de 1964, a FDUSP albergou, em janeiro de 1963, o Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base, resposta/formulação dos juristas das classes proprietárias sediciosas que já vislumbrava um cenário político pós-Goulart. As propostas apresentadas na FDUSP foram condensadas na publicação “Reformas de base. Posição do Ipês”⁴. Vitorioso o golpe de classe e de estado de 1964, a FDUSP aportaria, enfim, a matriz e a *expertise* legiferantes da ditadura militar em sua fase recrudescida, com Gama e Silva e Buzaid atuando, respectivamente, como ministros da Justiça dos ditadores Artur da Costa e Silva e Médici⁵.

Sem se aprofundar nisso, no entanto, o que interessa aqui é reconstituir parcela da conferência feita por Buzaid na FDUSP, um ano após o golpe de 1964, inferindo-se daí as raízes ideológicas do futuro bonapartismo buzaidiano. Nessa palestra, o jurista mostra a que veio no cenário jurídico pró-ditadura militar. Sua conferência intitulada *Rui e a questão social* atacava o livro *Rui: o homem e o mito*, de Raimundo Magalhães Jr., contra o qual estruturou sua fala de combate anticomunista. Serão destacadas dela as principais raízes ideológicas que Buzaid desenvolveria alguns anos mais tarde, de 1969 a 1974, enquanto ministro da Justiça do ditador Médici. “Atacar” Rui, na dicção buzaidiana, seria uma *tática subversiva* do pré-1964 intentada por Magalhães Jr., cujo livro instilaria “veneno de ideias” com o objetivo político de “destruir os valores permanentes da tradição cultural e religiosa de um povo” (BUZOID, 1983, p. 1).

Portando-se como um cruzado cristão-ocidental, com a vitória do golpe militar de 1964, Buzaid qualificava o livro em questão como um produto de época, escrito entre março de 1962 e 1964, “justamente no período em que os agitadores buscavam aniquilar a estrutura social e política do país” (BUZOID, 1983, p. 2). O alegado “ataque” a Rui era entrelido por Buzaid como ato subversivo para “escachar o homem” que “representou a vocação cristã da nacionalidade, ajudou a fundar a República e consolidou o estado brasileiro na exegese construtiva de sua Lei fundamental” (BUZOID, 1983, p. 2). Uma das críticas feita por Magalhães Jr. que forçou a “resposta” do polemista Buzaid consistiu no fato de Rui ter falhado como “intérprete das aspirações populares dos trabalhadores”; desatento à *questão social*, teria dado de ombro “ao operariado brasileiro, só cuidando dos imigrantes” (BUZOID, 1983, p. 5). Buzaid, refutando a crítica a Rui, defende a posição deste quanto à abolição da escravatura: dever-se-ia, via legislação, “a) dar trabalho livre

⁴ Sobre o Ipês, cf. DREIFUSS (1981); cf. “As Arcadas e o Ipês na conspiração de classe” (MACHADO, 2015).

⁵ Sobre o “Fechamento ditatorial e ipesianos da FDUSP no poder: Gama e Silva e Buzaid”, cf. Machado (2015).

ao ex-escravo; b) recusar ao liberto, em qualquer tempo, a vagabundagem” (BUZAID, 1983, p. 10). Buzaid também aplaude o projeto do baiano de instituir um salário mínimo aos libertos, quando “as legislações dos povos civilizados ainda atribuíam valor quase místico à autonomia da vontade individual na formação do contrato de trabalho” (BUZAID, 1983, p. 10). Nesse quesito, segundo Buzaid, Rui esteve à frente do liberalismo europeu, avesso à “fixação de salário” (BUZAID, 1983, p. 10).

Quanto à advertida omissão de Rui frente às referidas greves operárias e às subseqüentes “demissões, prisões, espancamentos e assassinatos de líderes operários pela Polícia” (BUZAID, 1983, p. 12), Buzaid relembra, à época de um Brasil ditatorial cuja Lei de Greve de 1964 criminalizou o direito trabalhista, que “não basta, na verdade, que surja uma greve. É necessário que seja juridicamente lícita e moralmente aconselhável, porque a experiência nos mostra que muitas delas não passam de obra de agitadores empenhados em promover a subversão social” (BUZAID, 1983, p. 14). Versando sobre greves no mundo do trabalho, Buzaid expressa seu anticomunismo em confronto com Magalhães Jr:

Rui seria grande aos olhos de seu crítico, se fosse às portas das fábricas incentivar greves, provocar desordens e preparar a revolução social. Aí, sim, ele revelaria a sua qualidade de líder intérprete das reivindicações das massas. Mas, como Rui não tinha vocação de agitador comunista, lança-lhe ao rosto a tacha de indiferente aos problemas dos trabalhadores. (BUZAID, 1983, p. 14)

Buzaid conclui que Magalhães Jr. buscava envenenar a juventude ao dizer que “Rui se alheara ao drama dos trabalhadores”, incorrendo no erro de apontar tão só o que o biografado “deixou de fazer a benefício dos trabalhadores, sem realçar, no entanto, o que realizou a favor do Brasil” (BUZAID, 1983, p. 15), esquecendo, enfim, a ação político-legislativa do baiano, preferindo o crítico ver seu biografado “não no Senado, revendo o Código Civil, nem em Haia, legislando para o universo, mas defendendo umas poucas greves sem qualquer significação, surgidas esporadicamente antes que houvesse no Brasil a chamada *questão social*” (BUZAID, 1983, p. 20). Buzaid elogia a profundidade de Rui na campanha civilista e sua candidatura “à suprema magistratura da nação”, fato de profunda influência “na história das ideias democráticas no Brasil” e no “plano da reforma constitucional”, construindo “as bases de uma nova política objetiva” (BUZAID, 1983, p. 22), “uma das primeiras vozes que se levantaram no Brasil para justificar a intervenção do estado no domínio das relações econômicas” (BUZAID, 1983, p. 25).

O Rui resgatado por Buzaid, então, teria integrado um “movimento de renovação de ideias tendentes a humanizar as relações entre o capital e

o trabalho”, apoiando a “intervenção do estado no domínio dos contratos, a fim de evitar que a liberdade sacrifique a dignidade da criatura” (BUZAID, 1983, p. 28). Buzaid elogia Rui por ser “uma reação à escola liberal, que ainda domina a economia no derradeiro quartel do século XIX” (BUZAID, 1983, p. 28). Rui teria se conscientizado sobre a questão social (embora Buzaid tenha retoricamente negado sua existência) depois da eclosão da I Guerra Mundial. Rui aplaudiu no socialismo suas qualidades “de são, de benévolo, de confraternal, de pacificador” e, ao adotar “o Código de Malines do Cardeal Mercier” e a noção de que “a concepção individualista dos direitos humanos cede lugar aos *direitos sociais*” (BUZAID, 1983, p. 35), teria aderido “ao socialismo cristão” e sua *democracia social*.

Nesse vinco cristão, antepondo ao trato da *questão social* “alguns princípios de filosofia política” (BUZAID, 1983, p. 36), a “solução” encontrada por Rui – na apropriação ideal buzaidiana de 1965 – foi a adoção de uma nova categoria jurídica: o *direito social*. Instrumento de mediação “harmonizadora” entre o capital e o trabalho assalariado, o *direito social* reconheceria a necessidade de “inclusão de normas de direito econômico nas constituições políticas modernas”, bem como da “disciplina jurídica das relações entre o capital e o trabalho” (BUZAID, 1983, p. 38). Décadas antes dos europeus, Rui já ensinava que “a concepção individualista dos direitos humanos tem evolvido rapidamente, com os tremendos sucessos deste século, para uma transformação incomensurável das noções jurídicas do individualismo restringidas agora por uma extensão, cada vez maior, dos *direitos sociais*” (BARBOSA *apud* BUZAID, 1983, p. 36). Buzaid lembra que Rui se atentou ao fato de que “as nossas constituições têm ainda por normas as declarações de direitos consagrados no século dezoito”. Na apropriação de Rui feita por Buzaid, essas “cartas imortais” já não corresponderiam “exatamente à consciência jurídica do universo”, de modo que sua “inflexibilidade individualista”, mas não imutável, “alguma coisa tem de ceder (...) ao sopro de socialização que agita o mundo” (BUZAID, 1983, p. 37). Como resposta a isso, Buzaid aponta que Rui optou pelo *socialismo cristão* do cardeal Mercier, a marca determinante do ideário do baiano, de acordo com o jurista: “não hesitou Rui em filiar-se à *democracia social*, tal como preconizara o cardeal Mercier, ‘essa democracia ampla, serena, leal e, numa palavra, cristã’” (BUZAID, 1983, p. 33). A *democracia cristã* de Rui “quer assentar a felicidade da classe obreira não na ruína das outras classes, mas na reparação dos agravos que ela até agora tem curtido” (BUZAID, 1983, p. 38), “sem querer o socialismo devastador, que, na linguagem do egrégio prelado belga, rebaixa a questão social a uma luta de apetites, e intenta dar-lhe por solução o que não podia deixar de exacerbá-lo: o antagonismo

de classe” (BUZAID, 1983, p. 39). O *socialismo cristão* perfilhado por Rui, na leitura buzaidiana, seria profundamente anticomunista:

Socialismo cristão, socialismo humano, socialismo inspirado na ideia de justiça. Socialismo que não odeia, não persegue e não mata. Socialismo que ampara os economicamente fracos, elimina desigualdades contrastantes e compõe conflitos de interesses não pela lei da força, mas pela força da lei. Socialismo que respeita as liberdades individuais, repudia o *partido único* e abjura quaisquer formas de ditadura, nomeadamente a *ditadura do proletariado*, porque esta implanta a violência em lugar da ordem, oprime a criatura humana, destruindo-lhe o espírito criador e semeia a violência organizada justamente onde devia promover o conagraçamento das classes. (BUZAID, 1983, pp. 39-40)

Nota-se, por fim, que o anticomunismo de Buzaid na releitura que fez de Rui, destacado este como reação ao liberalismo oitocentista, compôs não somente a polêmica do jurista paulista contra o biógrafo do baiano. Anticomunismo e antiliberalismo, como se verá, entrecruzaram-se e compuseram a tessitura ideológica da visão autocrática de mundo buzaidiana. Um ano depois dessa polêmica sobre Rui, ao assumir o cargo de diretor da FDUSP em 1966, Buzaid exporia novamente as raízes ideológicas autocráticas daquilo que viria a matizar e estruturar, alguns anos depois, o arcabouço teórico de seus discursos oficiais como futuro ministro da Justiça de Médici (1969-74). Por isso, salientar-se-ão os principais nódulos de seu ideário autocrático explicitados em 1966 e que reaparecerão na ideologia oficial do bonapartismo buzaidiano.

A “missão” da FDUSP na ditadura militar: com a palavra, *herr* diretor

No início do discurso de posse de diretor da FDUSP em 1966, intitulado *A missão da Faculdade de Direito na conjuntura política atual: estudo sobre os rumos da democracia no Brasil*, Buzaid assinala, exercitando sua vocação espiritualista, que o programa da Faculdade “é manter uma tradição de cultura, de civismo e de renovação de ideias, em uma palavra, o seu fadário é conquistar o futuro sem destruir as glórias do passado” (BUZAID, 1968, p. 73). A FDUSP, na alocação do *herr* diretor, não apresentaria como missão precípua a formação de “profissionais para o exercício da advocacia”, mas teria sim “uma vocação messiânica” (BUZAID, 1968, p. 73), apresentando “a primeira floração de uma plêiade de juristas, políticos, legisladores e literatos, que despontam no alvorecer da nacionalidade. Daí em diante, numa sucessão nunca interrompida”, a Faculdade traçaria “os destinos da Pátria na obra de seus filhos” (BUZAID,

1968, p. 74)⁶. As Arcadas do Direito paulista, pois, como construtora, sob o Império escravagista, da nação. “Se tocasse a esta Casa apenas o papel de formar bacharéis em direito, seria um curso profissional”, “seria uma escola, não um templo. Teria professores, não sacerdotes. Viveria em contato, com os códigos e as leis, mas estaria divorciada do mundo, dos seus dramas, das suas crises e das ideias que o agitam” (BUZOID, 1968, p. 74).

O que interessa, por ora, é flagrar que o diretor da FDUSP Buzaid delineou as linhagens antiliberais e anticomunistas de seu autocratismo antipopular que, quatro anos mais tarde, seriam desenvolvidas por ele enquanto ideólogo oficial do bonapartismo. Em primeiro lugar, o “conceito de fato político” inscreveu-se no centro do ideário buzaidiano exposto em 1966. Amparado no filósofo francês Michel Debrun, Buzaid assinala que “todos os problemas que interessam à permanente renovação dos espíritos, com serem jurídicos, não deixam de ser políticos”, propondo “uma tomada de consciência da dimensão política e das relações entre a vida política e a vida social total” (BUZOID, 1968, p. 75). Nessa operação politicista, que subordina toda a sociabilidade à sua dimensão política, Buzaid recolhe a *ideia* democrática como o fato político mais importante da humanidade. Da primeira experiência democrática da Grécia Antiga, Buzaid aponta os debates sobre formas de governo na *Política* de Aristóteles em que “a democracia degenera em demagogia; a aristocracia, em oligarquias; e a monarquia, em tirania”, salientando o conceito de igualdade em questão: “identidade entre cidadão e membro ativo do estado”; “iguais em não serem escravos, julgam-se iguais em tudo o resto” (BUZOID, 1968, p. 78).

O *herr* diretor destacou, em 1966, a lembrança da *Oração fúnebre* atribuída a Péricles por Tucídides, ressaltando que “a grandeza de Atenas provém de suas leis e de seus costumes; foram eles que criaram o heroísmo dos guerreiros”. Para Péricles (referindo-se a Atenas), “temos uma Constituição que não se modelou em nenhuma outra, mas que é, antes, um modelo para outras” (PÉRICLES *in* TUCÍDIDES *apud* BUZOID, 1968, p. 79). Como se verá, Buzaid usaria exatamente esta frase para envernizar doutrinariamente a ditadura Médici. Enaltecendo a sabedoria política grega, sem criticar a escravidão antiga que lhe servira de base real, Buzaid passa a analisar o advento da democracia moderna ao situar o contratualismo como o apanágio dessa segunda forma histórica da *ideia* democrática. Buzaid enuncia que a ideia de democracia se reveste “de diferentes formas, que lhe qualificam a estrutura do governo, o sistema de

⁶ O arguto jornalista Carlos Castello Branco, Castellinho, anotara “a vocação autocrática dos juristas que, depois de 1930, assinalaram a presença de São Paulo em matéria institucional (Vicente Rao, Gama e Silva e Alfredo Buzaid)” (CASTELLO BRANCO, 1987, p. 2).

funcionamento e as relações entre indivíduos e estado” (BUZAID, 1968, p. 85), destacando três vertentes democráticas: “algumas vezes a democracia é identificada com o individualismo liberal; outras vezes, com o socialismo cristão; e não raro até com o marxismo, à maneira do que passa nas chamadas ‘*democracias populares*’” (BUZAID, 1968, p. 85).

Não sendo a democracia um “conceito apriorístico oriundo de conjecturas especulativas”, apanhando-a como “fato cultural”, Buzaid perfilha o método analítico de Burdeau, para quem “o conhecimento dessa realidade, que constitui objeto da filosofia política, não deve transportar o observador para um mundo de meras abstrações; procura, ao contrário, pô-lo em contato com os dados da experiência” (BURDEAU *apud* BUZAID, 1968). Buzaid indica a necessidade analítica de “verificar as diferenças entre os vários sistemas democráticos, assinalando neles o que há de variável ou permanente, de transitório ou imperecível, de precário ou consistente”. Em resumo, o ideário buzaidiano propõe “descobrir em que medida a democracia mudou no decurso de sua evolução e até que ponto pode ser alterada sem sacrifício de seus caracteres essenciais” (BUZAID, 1968, p. 83).

Ao retomar a “variante” da *ideia* democrática, encarnada na modernidade, Buzaid aduz que “a primeira experiência teve lugar sob a forma do *liberalismo político*” (BUZAID, 1968, p. 83), cujos teóricos consagrados, Locke, Rousseau e Montesquieu, estabeleceram os “postulados da democracia, o governo do povo pela vontade da maioria, assegurados os direitos fundamentais da liberdade e da igualdade dos cidadãos” (BUZAID, 1968, p. 83). Porém, a crítica buzaidiana ao liberalismo acusa que “a doutrina desses autores sublima a liberdade, elevando-a até o paroxismo místico. A liberdade foi, portanto, como assevera Cabral de Moncada, a primeira grande paixão da democracia” (BUZAID, 1968, p. 85). A segunda *ideia* democrática ou a segunda paixão teria sido a *igualdade*, capaz de fanatizar, pelas mãos comunistas, a classe trabalhadora para a revolução social. A partir do capitalismo industrial do século XIX, da concentração de riquezas e da exploração das *massas* “por um patronato cruel”, malogrou-se a democracia liberal burguesa. Com o advento da correlata questão social, o sufrágio universal da democracia liberal “no plano político era inoperante para enfrentar a poderosa organização capitalista da burguesia”; “no plano econômico, deixava o trabalhador exposto às especulações da lei da oferta e da procura, que transforma o trabalho em mercadoria” (BUZAID, 1968, p. 85). No plano religioso, “laicizou-[se] o estado, separando-o da Igreja e não cuidando da parte espiritual do homem” (BUZAID, 1968, p. 85). Eis, assim, a crítica espiritualista de Buzaid ao materialismo da burguesia europeia

revolucionária que, transformando o medievo, teria aberto as portas da insurreição operária comunista.

O surto industrialista, a formação da burguesia oriunda do terceiro estado, a propaganda de uma consciência pragmática, utilitarista e, por que não dizer, quase materialista, ávida de lucros e prazeres, a redução dos salários, o desemprego e o excesso de horas de trabalho. (BUZAID, 1968, p. 85)

Da crítica buzaidiana à burguesia materialista se alcançaria a crítica do materialismo comunista. A primeira “concorreu para criar as condições econômicas e sociais que possibilitaram o lançamento do *Manifesto comunista* de 1848, a publicação da encíclica *Rerum novarum* e o triunfo da Revolução Russa de 1917” (BUZAID, 1968, p. 86). Buzaid, assim, abraça a tese da *democracia liberal perempta* elaborada por Georges Burdeau – jurista ideólogo da República nazicolaboracionista de Vichy: “é provável que sua fórmula (da democracia clássica) esteja hoje perempta”. Contra a suposta “ausência de qualquer intervenção do estado” inerente à democracia liberal, “o estado, que inicialmente era não intervencionista, passa a regular as relações entre o capital e o trabalho, garante aos operários condições de subsistência, admite o direito de greve e institui o seguro social” (BUZAID, 1968, p. 86).

Em 1917, porém, surge um novo regime político “batizado com o nome de *democracia popular*, “substancialmente diverso da democracia clássica” (BUZAID, 1968, p. 86). Nessa “vertente” da ideia democrática, a *igualdade* “foi elevada nas democracias populares à eminência de outra paixão da democracia”. Fixando o impacto enorme dos eventos ocorridos na Rússia de 1917, “que ensaiou a maior revolução dos tempos atuais”, o jurista sugere que os marxistas leninistas aproveitaram-se do *ressentimento das massas* diante da “desigualdade entre os homens, gerada por condições econômico-sociais”, com o fito de erigir “a igualdade em palavra mágica capaz de fanatizá-las” (BUZAID, 1968, p. 75). “O *complexo de ressentimento* foi habilmente explorado pela propaganda socialista, que julgou, através da promessa de igualdade, poder libertar as massas, que contemplam angustiadas o contraste entre a sua miséria econômica e a riqueza dos poderosos” (BUZAID, 1968, p. 75).

A revolução francesa de 1789 ecoaria assim, perigosamente, na revolução soviética de 1917. “A igualdade, que os teóricos da Revolução Francesa põem ao lado da liberdade e da fraternidade como a trilogia do mais puro dos ideais, já hoje é fonte de ódio e de vingança”, sinalizando-se que “a rebelião das massas engendrou uma massa de rebeliões” (BUZAID, 1968, p. 88). As democracias populares “perfilham o marxismo como sua filosofia, sua organização política e sua estrutura econômica”, anunciando o marxismo “como a ideologia dos trabalhadores no seu esforço de libertação” (BUZAID, 1968, p. 88). Buzaid aponta que “o marxismo, no

entender de seu fundador e dos seus sequazes, não é, portanto, apenas uma mensagem ao proletariado, incitando-o a sublevar contra a burguesia e a abater o sistema capitalista” (BUZAID, 1968, p. 88), mas sim:

Aspira a ser uma nova concepção do homem, uma nova filosofia da vida, uma nova economia política, uma construção definitiva para a futura sociedade do mundo, sem luta de classes, sem propriedade privada, sem exploração do proletariado pela burguesia. (BUZAID, 1968, p. 88)

Buzaid analisa – de modo vulgar, é verdade, mas que não deixa de sinalizar para o que importa – os dois principais filósofos que influenciaram a formação do pensamento marxiano: “sob o aspecto filosófico, Marx se filia a Hegel e a Feuerbach. Do primeiro herdou o método dialético; do segundo, o materialismo. Marx não os segue, porém, como discípulo fiel; supera-os, construindo uma doutrina nova e original” (BUZAID, 1968, p. 88). Se o “método” dialético de Hegel, igualmente vulgarizado em Buzaid, influenciaria Marx, foi Feuerbach, segundo o jurista brasileiro, quem abriu ao revolucionário alemão “a perspectiva do ser real, vivo e concreto” (BUZAID, 1968, p. 88). “Marx adere ao *naturalismo*, ou mais propriamente ao *materialismo* de Feuerbach, mas não se contenta com a fundamentação dada pelo filósofo”, no que explicaria, na vulgarização buzaidiana, “segundo o método dialético, a matéria, os antagonismos gerados pelo regime de produção”, o *locus* encontrado como “o significado real para a vida humana” (BUZAID, 1968, p. 90). “Com esta construção de Marx, bem se vê que ele sobre-excede Feuerbach e Hegel”, “ao afirmar que Hegel crê num dinamismo, que não é real; Feuerbach crê num real, que não é dinâmico” (BUZAID, 1968, p. 90). A conclusão buzaidiana, não de todo equivocada, indica que “Marx chega assim ao ateísmo”, reconhecendo que, antes de Marx, Saint-Simon, Fourier, Owen e outros “reconheceram o antagonismo de classes e a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade reinante” (BUZAID, 1968, p. 91).

Na sequência, citando o *Manifesto comunista* de Marx e Engels, sumaria o jurista que, pelo panfleto político de 1848, “o fito imediato dos comunistas é: a) – constituir os proletários em classe; b) – derruir a supremacia burguesa; c) – conquistar o poder político pelo proletariado” (BUZAID, 1968, p. 92). Falando do “estado do proletariado, em que este exerce o poder, a fim de construir uma sociedade sem classes, ou em outras palavras, em que serão suprimidas todas as classes”, o jurista acerta ao dizer que “quando Marx alude, no manifesto comunista, à conquista da democracia, não quer significar o triunfo deste regime como o entenderam os publicistas do século XIX. A expressão é entendida como equivalente de proletariado” (BUZAID, 1968, p. 93). Buzaid ainda indica que, na *Nova Gazeta Renana: Órgão da Democracia*, aos 7 de novembro de 1848, Marx

teria aconselhado, finalmente, o emprego do terrorismo como método de ação revolucionária, ao escrever: ‘Ai dos vencidos! Os massacres das jornadas de junho e de outubro persuadirão os povos de que há um único meio: *o terrorismo revolucionário*’” (MARX *apud* BUZAID, 1968, p. 93).

Ao insistir na distinção de Marx dos marxismos, Buzaid busca criticar o pensamento marxista em “alguns de seus aspectos fundamentais”, tomando “em consideração, como dados da vida real, a experiência realizada na Rússia Soviética e nas chamadas *democracias populares*” (BUZAID, 1968, p. 94). Abordando Lênin, aduz que, para se alcançar uma nova civilização que liberte o homem da ignomínia e dos horrores da exploração capitalista, sustentam os marxistas-leninistas que “é indispensável criar um tipo de estado que prossiga na luta até a implantação da sociedade comunista” (LÊNIN *apud* BUZAID, 1968, p. 94). Ademais, “para Marx e Engels, escreve Burdeau, ‘o estado não é nem a nação organizada pelos publicistas liberais, nem um efeito da dissociação das funções como creem os sociólogos’”, mas “um produto do antagonismo das classes”. Buzaid critica, enfim, a Constituição soviética e a inexistência de *liberdades individuais* e do *direito de criticar* na União Soviética, bem como “a estatização das doutrinas marxistas” que permitira a eleição de um paradigma oficial que “tolhe o espírito criador e embota a sensibilidade política”, fazendo a ditadura do partido único desaparecer com “qualquer oposição de tendência quanto ao sistema político desejável” (BUZAID, 1968, pp. 95-6).

Em suma, nem a *democracia política* liberal, nem a *democracia popular* marxista-leninista. Para Buzaid, “entre os extremos do liberalismo político do século XIX e das ditaduras do proletariado do século XX nasce um novo regime, conhecido por *democracia social*”. Pontua o jurista que diante da ideia “marxista, que considera a luta de classes como a causa primordial da exploração dos trabalhadores, verificaram os publicistas, filósofos e pensadores que, não sendo possível salvar a liberdade em sua pureza originária, era necessário salvar pelo menos a *democracia*” (BUZAID, 1968, p. 97). Salvá-la da perempta *democracia liberal* e da massa de rebeliões por igualdade da corrente marxista-leninista e suas *democracias populares*, convencendo-se, como dissera Rui, que “a *democracia* evolve, de sua forma originária eminentemente *política*, como apregoara o liberalismo da Revolução Francesa, para uma nova forma social, reclamada pelas necessidades inelutáveis dos tempos modernos” (BARBOSA *apud* BUZAID, 1968, p. 97).

A *democracia social* evolve da forma precedente, todavia, de modo a salvar seu núcleo básico: a *livre* empresa capitalista protegida pelo estado. A *democracia social*, pois, não significa “uma ruptura com a *democracia política*, mas a sua natural continuação, o aperfeiçoamento de

suas instituições tradicionais” (BUZAID, 1968, p. 97). “Diversamente das constituições do século XIX, elaboradas sob a inspiração das ideias do liberalismo, as constituições europeias do século XX reconhecem e proclamam solenemente os direitos sociais” (BUZAID, 1968, p. 99). “Expressão do bem-estar para todos, a democracia social é um produto da livre empresa, da iniciativa individual, da concorrência. Só que, sobrevindo uma crise, logo os olhos se voltam para o estado” (BURDEAU *apud* BUZAID, 1968, p. 99). “Esta nova categoria de direitos, denominados *direitos sociais*”, nas palavras de Buzaid, “resulta da nova posição do homem, considerado não mais *individualmente* um em face do outro, mas como titular de direitos em face da sociedade, que tem por seu turno deveres para com os membros que a integram” (BUZAID, 1968, p. 99). *Democracia social*, então, como a terceira expressão da ideia democrática na história, “terceira via” entre dois extremos: a democracia liberal perempta e a demonizada democracia popular marxista-leninista. Exemplos da *democracia social* após a II Guerra Mundial seriam o “esforço dos governos no sentido de assegurar possibilidades iguais, melhoria do padrão de vida, proteção aos trabalhadores contra os riscos do desemprego, assistência à infância e amparo à velhice” (BUZAID, 1968, p. 99).

E tudo isso foi possível atingir sem alterar substancialmente a estrutura do estado, isto é, por um *lento processo evolutivo* que afasta o *surto revolucionário violento* preconizado pelas esquerdas. Mantém-se a ordem social fundada sobre a ideia de livre empresa, de iniciativa individual e de espírito de competição. (BUZAID, 1968, p. 99)

A *democracia social* nucleada pela *livre empresa* e encarnada no estado teria por função servir de barragem anticomunista e contrarrevolucionária às *esquerdas*. “Assim, o bem-estar, que a democracia social promove, só pode realizar-se pela ação do governo”, configurando “uma filosofia do estado construída com base na dignidade da pessoa humana e nas exigências dos complexos problemas dos tempos atuais”. Nas palavras do jurista paulista, “o mérito da democracia social foi o de manter as ideias de liberdade, de igualdade e fraternidade, afastando-se do otimismo dos ideólogos que creram que a mínima intervenção do estado e a separação dos poderes fossem capazes de estabelecer o equilíbrio nas relações sociais” (BUZAID, 1968, p. 100). A tese de Buzaid, como crítico do liberalismo, seria a de que “os pensadores do liberalismo político não viram que o advento da burguesia haveria de quebrar a unidade do sistema, provocando a formação do operariado que levantaria a bandeira de uma nova revolução contra os privilégios da classe dominante” (BUZAID, 1968, p. 100). Com a unidade do sistema quebrada pela emergência da burguesia e pela subsequente ameaça proletário-

comunista, a *democracia social* seria a panaceia legiferante buzaidiana: “vencendo a luta de classes, a democracia social procurou compor as pretensões da classe burguesa e da classe operária num supremo esforço de obter, através de processo pacífico, uma legislação apta a conter os desregramentos, as ambições desmedidas e os abusos da “primeira e de assegurar à segunda medidas de proteção, de assistência e de elevação” (BUZAID, 1968, p. 100). *Vencer a luta de classes* seria o alvo da *democracia social*, caracterizando-se como a vantagem que “o marxismo não viu ou não quis ver”, pois ao incitar “as massas à revolução social, acabou por entregá-las às mãos de um *partido único*, erigindo em *quarta classe* que substitui os privilégios do dinheiro pelos privilégios do poder” (BUZAID, 1968, p. 100).

Buzaid retoma a teorização sobre as três “vertentes” político-culturais da ideia democrática: os “três momentos históricos que correspondem a três experiências universais”, a democracia político-liberal, a popular-marxista e a social, explicitando sua concepção espiritualista da história. “Cada uma delas apregoa que realiza o ideal da autêntica democracia”, “mas a democracia apresenta, em cada uma dessas expressões políticas, *caráter diverso*, sujeito às contingências dos novos dados que a história da humanidade revela na dialética das forças do espírito e das condições sociais” (BUZAID, 1968, p. 101). Eis, portanto, para Buzaid, “o grave problema da *essência da democracia*”: particularizar seu modo de existência. Dentre os pensadores, seriam os juristas – notadamente Kelsen e Schmitt – os que “procuram extremar o conceito de democracia, particularizando-lhe a essência” (BUZAID, 1968, p. 103).

Ao abordar os três elementos da democracia como *povo*, *liberdade* e *igualdade*, Buzaid resgata Kelsen, para quem democracia significaria “identidade de dirigentes e dirigidos, do sujeito e do objeto do poder do estado e governo do povo pelo povo”, questionando: mas “então que é o povo?” (BUZAID, 1968, p. 103). Se este, fragmentado nacional, religiosa e economicamente, “representa, segundo um critério sociológico, antes um conglomerado de grupo do que uma massa composta de natureza homogênea”, novamente ancorado em Burdeau, Buzaid critica a concepção dominante nos séculos XVIII e XIX que identificava democracia com a ideia de soberania popular. Tal identificação seria mais “um dogma do liberalismo político, que a nosso ver tem apenas valor genérico, porque enuncia a fonte do poder, mas não a maneira de exercê-lo” (BUZAID, 1968, p. 104). Mas o que preocupa a moderna doutrina é a particularização do “modo como se exprime a vontade popular, tanto mais que, como observa Burdeau, ‘se é sempre o povo que governa, não é sempre o mesmo povo’” (BUZAID, 1968, p. 104). Assim, correlacionando um crítico conservador do sufrágio universal, Buzaid afirma que “o povo se agita bem

menos pelos mais capazes de governar” (TOCQUEVILLE *apud* BUZOID, 1968, p. 104), concluindo com Ferneuil (*Les principes de 1789*):

O estado democrático (...) convoca o governo dos melhores. O futuro do governo popular está subordinado a esta condição expressa que as massas democráticas adquirirão, pela educação e pela prática das instituições livres, a clarividência necessária para discernir entre suas preferências os elementos mais sãos, os mais vivazes e lhes conferir o poder. (FERNEUIL *apud* BUZOID, 1968, p. 105)

“Se o povo não se expressa diretamente no governo, cabe ao estado convocar o governo dos melhores”. Assim Buzaid evoca Carl Schmitt, jurista do nazismo também crítico ao jusnaturalismo liberal, para fixar a “necessidade de dar à democracia um conceito específico e substancial de igualdade, haja vista que “a simples circunstância de ser figura humana não pode oferecer fundamento nem a um estado, nem a um regime político, nem a uma forma de governo”, sendo que dessa *simples circunstância* – a vida – “não se podem obter distinções e delimitações” (BUZOID, 1968, p. 105). O conceito schmittiano de igualdade, assim, é incorporado por Buzaid: “toda igualdade recebe seu significado e sentido mediante a correlação com possível desigualdade”, motivo da democracia política não poder “basear-se na *indistinção* de todos os homens, senão só tendo em conta um *povo determinado*”. Conclusão: “o conceito central de democracia é *povo*, não a humanidade. Se a democracia há de ser uma forma política, só pode haver democracia do povo e não da humanidade” (SCHMITT *apud* BUZOID, 1968, p. 105).

Na conclusão de seu “estudo da essência da democracia”, após analisadas as três “experiências universais” – a *democracia política* liberal perempta, a *democracia popular* marxista-leninista que, “supondo que a salvação do regime se encontra na igualdade aritmética”, tiranizou-se com a ditadura do partido único, e a *democracia social* –, Buzaid adverte as diferenças substanciais entre essa “terceira via” proposta e o *democraticismo*, desaconselhável aos olhos do jurista. Citando Gustav Radbruch, Buzaid alerta para não se concluir que “o ponto de partida da ideia democrática seja o *relativismo*, nem que o *democraticismo* seja a vontade de confiar o poder do estado à maioria do momento, sem considerações sobre o conteúdo de sua concepção política” (RADBRUCH *apud* BUZOID, 1968, p. 107). Interditando o sufrágio universal como o apanágio democrático, Buzaid expõe – no contexto de um Brasil ditatorial – seu autocratismo antipopular:

Reduzir a democracia a um simples jogo da vontade flutuante da maioria ocasional, que através do sufrágio pode alterar a estrutura do estado, será negar-lhe a existência de conteúdo determinado, permitindo a destruição dos postulados que lhe caracterizam a base fundamental. Será destruir a liberdade de

todos em benefício da opressão de alguns, que detêm o poder.
(BUZAID, 1968, p. 107)

Ou seja, o sufrágio universal, entrelido como ameaça ao conteúdo determinado da *democracia social* buzaidiana que convocaria o governo dos melhores, deveria ser interdito para salvar a democracia do “suicídio”. Democracia, aí, é lida como uma “conquista do progresso sem violência, sem intolerância, sem cumplicidade criminosa”, reconhecendo não se tratar de “um regime paradisíaco” (BUZAID, 1968, p. 108). Assim, explicita-se o vinco cristão do autocratismo inscrito na proposta de *democracia social* buzaidiana:

A salvação da democracia está substancialmente numa rigorosa consciência das ideias de liberdade, de igualdade e de fraternidade; numa sincera adesão a uma concepção cristã de vida, mediante renúncia do supérfluo, do luxuário e do ostensivo, transmitindo ao próximo uma filosofia de amor, capaz de elevar os pobres e redimi-los da miséria; num acendrado espírito de justiça social, que substitua a ação de piedade em favor dos humildes por uma política de reabilitação; na dignificação do trabalho, imposto como um dever de todos; na espiritualização da vida, libertando-a das preocupações de gozo dos bens materiais; enfim, na recristianização da pessoa, dando-lhe o significado de seu destino transcendental (...). Democracia é espírito, é mística, é consciência pública; é integração do povo na vida do estado, indiretamente por seus mandatários e diretamente por sua diuturna vigilância, aplaudindo ou reprovando o governo, repudiando os que a traem e reconduzindo os que a servem, lançando no olvido os indignos e celebrando com alvissaras os bons, os justos e os virtuosos. (BUZAID, 1968, p. 108)

Nesse esforço de “salvar” a democracia, expondo uma concepção cristã de vida calcada na espiritualização do mundo e na recristianização da pessoa humana, contrário aos materialismos burguês e marxista, Buzaid formula proposição ideológica que lhe acompanharia, pouco depois, à testa do Ministério da Justiça da ditadura Médici. Esse processo de “salvamento” se confundiria com a “racionalização” da democracia (e mais adiante se apontará que *ratio* não-racionalista é esta). Assim, o diretor da FDUSP empossado em 1966 sugeriu a criação de um Instituto de Ciências Políticas junto às Arcadas para o estudo do *fato político* e para a formação de novos estadistas. Seria indispensável “criar, junto às Faculdades de Direito, o Instituto de Ciências Políticas para a formação dos homens públicos no Brasil” (BUZAID, 1968, p. 109). Nisso consistiria, precisamente, o “processo de racionalização da democracia”, evidenciando-se, aqui, o vinco tecnocrático e antipopular do ideário buzaidiano. Neste, “quanto mais se aperfeiçoam os conhecimentos humanos, tanto mais se tecnicizam os especialistas. A civilização moderna

não tolera que o curandeiro clique, que o leigo advogue, que o mestre de obras levante arranha-céu” (BUZOID, 1968, p. 109). Na alegada tecnicização do Poder Judiciário, representação indireta da soberania popular, Buzaid buscou o Norte “racionalizador” dos demais poderes da República, “salvando a democracia” do sufrágio universal liberal e/ou da *subversão* comunista. Com o espírito juscorporativo, afirmando que “dentro da democracia, qualquer que seja, há sempre um corpo de juízes”, conclui:

Ora, a civilização moderna dignificou a magistratura, criando a carreira e cercando os juízes de garantias para subtraí-los às influências da corrupção e dos grupos de pressão econômica. Se a magistratura togada constitui um dos poderes do estado, porque não cuidar dos demais com o mesmo zelo, revalorizando-os pela inteligência, pelo saber e pela honradez? (BUZOID, 1968, p. 109)

Ao exercitar seu politicismo/juridicismo, Buzaid estabelece que “a elaboração das leis é uma das atividades fundamentais na política de um povo”, “não se pode conceber um legislador que ignore a ciência da legislação” e defende que, se a administração é “a chave da política do estado” que exige “planejar, vincular os dirigentes a um ideal e aperfeiçoar as instituições realizando o bem público”, não se poderia igualmente admitir que “um administrador desconheça a coisa pública” (BUZOID, 1968, p. 109). Assim, o teor aristocrático da *democracia social* defendida por Buzaid interditaria sindicatos e eleições, propondo-se a *tecnicização/racionalização* da representação popular indireta pela formação de homens públicos.

Um dos pontos mais altos no esforço de salvar a democracia é a revalorização dos homens públicos, cuja escolha não pode ficar à mercê das massas através de hábeis controles sindicais. Não pode ser homem público qualquer ignorante bafejado por poderosas influências eleitorais, mas quem possui aptidão no saber e vocação para o bem comum. (BUZOID, 1968, p. 110)

Como se observará, alguns anos após deixar a diretoria da FDUSP, Buzaid utilizaria exatamente esse argumento de *tecnicização/racionalização* dos poderes da República para conferir legitimidade/legalidade “democráticas” ao terrorismo do estado brasileiro, enquanto ministro da Justiça da ditadura medicista. Um pouco antes, porém, na antessala da Pasta da Justiça Médici, já então como magnífico Reitor da USP, em outubro de 1969 Buzaid defende – em apoio ao recrudescimento ditatorial pós-AI-5 – que no momento “em que um vendaval demolidor procura abater os valores da tradição, a Faculdade de Direito os cultua sem reserva, certa de que a sua defesa representa ao que há de grande na história do Brasil” (BUZOID, 1969, p. 386). É importante notar que a FDUSP consistiu no *locus* de incubação ideológica perfeita

para a ditadura militar recrudescida, que levava ao Ministério da Justiça do ditador Costa e Silva o professor uspiano Gama e Silva e, depois da indicação pela Junta Militar do general Médici para a presidência da República, também alçaria o professor Buzaid para a tarefa de “pentear” as leis ditatoriais com verniz técnico-jurídico adequado.

O jurista oficial do bonapartismo medicista: o estado “revolucionário” de justiça

Assim que galgou a chefia da Pasta da Justiça de Médici em 1969, Buzaid proferiu seu primeiro discurso enquanto ideólogo oficial ditadura recrudescida em 1º de abril de 1970. Intitulado *Rumos políticos da revolução brasileira*, o discurso foi epigrafado com a frase atribuída a Péricles por Tucídides: “temos uma Constituição que não se modelou em nenhuma outra, mas que, antes, é um modelo para as outras”. Quem conseguiria cobrir a ditadura militar brasileira de originalidade constitucional *à la* Atenas, exaltar o heroísmo dos guerreiros e defender, até as últimas consequências, o mando militar *ad aeternum*, senão um jurista de passado integralista? Trata-se de fato histórico que merece ser reconhecido e refletido, sobretudo em seu *locus* de origem, a FDUSP, a fim de se compreender a responsabilidade desta Faculdade ao traçar “os destinos da Pátria na obra de seus filhos” nos anos de chumbo.

As teses centrais do diretor designado em 1966 nuclearam e estruturaram o ideário oficial do ministro da Justiça Buzaid. No seu primeiro discurso ditatorial, citando referida passagem de Péricles, o ministro pontua que ela teria o “mérito de definir, em uma síntese, a consciência de um povo, que procura reencontrar-se consigo ao compor o seu Código Político, determinar a estrutura orgânica dos poderes e legislar sobre o complexo dos direitos e deveres sociais” (BUZOID, 1970, p. 7). Para ele, a melhor Constituição não seria o “documento ideal elaborado para reger seres imaginários, mas a lei fundamental de um povo adequada à sua formação política e capaz de traduzir os seus anseios” (BUZOID, 1970, p. 8).

Ao conceituar a contrarrevolução de 1964 como uma autêntica *revolução brasileira*, Buzaid salienta que ela se distinguiu “de outros movimentos armados” por visar “o interesse e a vontade da nação”, alegando que “a Revolução não nasceu de uma quartelada”, mas antes teria configurado um “brado de independência e das Forças Armadas, que se identificaram num ideal comum” (BUZOID, 1970, p. 8). Em suma, teria o *povo*, em geral, saído às ruas “em marchas eloquentes por Deus, pela pátria, pela família”, junto às “forças armadas, cuja política de segurança fora preparada pela Escola Superior de Guerra”, pondo “abaixo um governo sem moral, sem dignidade e sem decoro” (BUZOID, 1970, p. 8)

Buzaid advertia, após a “vitória da Revolução”, que os “revolucionários” não seriam capazes de definir seus ideais ou de saber o que queriam: “não se apresentam com uma doutrina clara, ordenada e metódica” (BUZAID, 1970, p. 8). Os arrogados “revolucionários”, na dicção buzaidiana, limitavam-se “a dizer o que não querem”, o que lhes repugnava na ordem política e social de então: “não querem a corrupção, que avilta administradores, juízes e legisladores; não querem a subversão, porque ela é uma forma de violência que degrada a criatura humana” (BUZAID, 1970, p. 8). Os nódulos ideológicos de combate à corrupção e à subversão, porém, configurariam apenas o polo negativo do ideário 1964. Se pelo aspecto subjetivo a (contra) “revolução” de 1964 fora realizada por “uma plêiade de idealistas”, uma vez vitoriosa ela deve formar seus quadros. “Os revolucionários têm o poder de destruir a ordem instituída, mas não raro carecem da vontade de construir a ordem nova”: precisariam se apartar da “*ideia de revolver*” (BUZAID, 1970, p. 9).

De acordo com o ideólogo bonapartista, “uma revolução no sentido verdadeiro da palavra traz uma mensagem de renovação”, elabora a sua filosofia política e preocupa-se em assumir “um compromisso ideológico com o futuro” (BUZAID, 1970, p. 9). Por isso, Buzaid arrola as “conquistas” alcançadas no pós-1964: a fundação de novas bases de “uma política de desenvolvimento racional”, a outorga do Estatuto da Terra no domínio agrário, um conjunto de reformas econômicas que “no domínio das relações entre patrões e trabalhadores assegurou um clima de compreensão e coexistência pacífica”, as reformas legais e codificações “no domínio da justiça”, inovações “no domínio dos transportes” e “das comunicações”, bem como o papel de alto nível reservado às Forças Armadas que, “como instituições nacionais, executam a política de segurança nacional, defendendo a Pátria” (BUZAID, 1970, pp. 10-1).

Na medida em que retoma a mesmíssima tese da “racionalização” da democracia já exposta em seu discurso de posse de diretor da FDUSP de 1966, Buzaid aduz que a “Revolução Política” de 1964 “enceta, em seu terceiro governo, no plano das instituições políticas, a racionalização dos Poderes, em que se exprime a soberania nacional” (BUZAID, 1970, p. 11). Amparado na Constituição de 1967 emendada em 1969, Buzaid defende que no Brasil “todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido” e, logo em seguida, retoma a argumentação de seu discurso de posse de 1966: se as concepções dos séculos XVIII e XIX identificavam democracia com a soberania do povo, deveria ser descartado “este dogma do liberalismo político”, de “*valor genérico*, porque enuncia a *fonte do poder*, mas não a *maneira de exercê-lo*” (BUZAID, 1970, p. 13). Ao retomar Burdeau, para quem “se é sempre o povo que governa, não é sempre o mesmo povo”, Buzaid copia, como ministro da Justiça medicista, as mesmas lições de

Tocqueville e Ferneuil utilizadas em seu discurso de 1966. Com Tocqueville, sugere pela segunda vez que “para os partidários da democracia importa menos encontrar o meio de fazer o povo governar que de fazer com que o povo escolha os mais capazes”; com Ferneuil, assinala novamente que “o estado democrático convoca o governo dos melhores” (BUZAID, 1970, p. 13).

Ao versar o tecnocrata sobre os mecanismos “Do Funcionamento dos Poderes” e para ilustrar “os defeitos da representação” no Legislativo e Executivo, Buzaid defende ser preciso “conhecer a história dos partidos políticos no Brasil”, resgatando as querelas do Império entre os partidos Liberal e Conservador, o localismo oligárquico da Política dos Governadores na República de 1889 e a mudança do eixo político da República Velha pela “Revolução de 1930”, quando “entra em declínio a Política dos Governadores, recebendo seu golpe mortal com a outorga da Constituição de 1937” (BUZAID, 1970, pp. 16-7). Na leitura buzaidiana, “a primeira tentativa de implantação de partidos nacionais surge com a Constituição de 1946”, indicando a história da UDN, do PSD e do PTB. Os dois primeiros não se distinguiram “substancialmente por programas ou doutrinas”; o PTB atuaria “nos sindicatos diretamente sobre os operários”. Com a proibição do Partido Comunista depois da II Guerra Mundial, conforme Buzaid, “os comunistas procuravam dominar o PTB na esperança de levantar as massas trabalhadoras para a revolução social” (BUZAID, 1970, p. 18). Ainda que o trabalhismo petebista, objetivamente, em nada se assemelhasse à proposta de revolução social, Buzaid o pintava de vermelho comunista.

Nesse passo, o ministro Buzaid construiu a seguinte leitura do pré-1964: dominavam ali “duas categorias de políticos”, os *empreguistas*, “que velavam por seu reduto eleitoral, mantendo-o à força de distribuição de empregos”, e os *demagogos*, “que se valiam de promessas de trabalhadores, embaindo-lhes a boa-fé” (BUZAID, 1970, p. 19). A ditadura, porém, haveria saneado o nefasto nó do *status quo ante* 1964, qual seja: “o grande drama dos partidos políticos brasileiros consistiu em desenvolver assim uma política de homens”, isto é, “sem obediência a uma doutrina”, resultando num “vertiginoso declínio” da “representação popular” (BUZAID, 1970, p. 19). Amparado na Constituição bonapartista de 1967, na qual “a representação não é uniforme nos três poderes” – “salvo a eleição do presidente da República, os mandatários do povo, no poder legislativo e no poder executivo, são escolhidos por sufrágio direto e universal dentre nomes indicados pelos partidos políticos” (BUZAID, 1970, p. 14) –, o ministro da Justiça Buzaid repõe idêntico argumento antes sustentado como diretor empossado da FDUSP em 1966: se nos poderes legislativo e executivo “a representação popular não alcançou o desejado

progresso científico, já as coisas se passavam de modo diverso com o poder judiciário, que recebe cuidadoso tratamento dos últimos legisladores constituintes” (BUZOID, 1970, p. 20).

Novamente, o cariz antipopular do Judiciário como norte teria o mérito de dar lições aos demais poderes sufragados para que *racionalizassem/tecnicizassem* a representação popular (indireta). O judiciário, nessa visão buzaidiana, seria o “governo dos melhores” aludido pelo ideólogo, na medida em que “o ingresso na magistratura se realiza mediante concurso de provas e títulos”, “não é constituído por magistrados eleitos pelo voto popular” (BUZOID, 1970, p. 20). Eis aí, saúda Buzaid, “o cuidado de selecionar tais representantes do povo”, com “promoção por merecimento e antiguidade”, “podendo o estado afastar aqueles que se tornaram indignos da representação”. Em uma palavra, eis aí a louvada “racionalização do poder judiciário”, que “não nasceu por acaso nem por engano” (BUZOID, 1970, p. 21). “O concurso de provas e títulos” configuraria, pois, “um dos meios de selecionar os melhores para o exercício da função” no judiciário, que deveria servir de exemplo “racionalizador” dos poderes legislativo e executivo. Para o ministro, “a lição que se tira dessa conquista brasileira não está, porém, apenas em exaltar os méritos do processo de seleção, mas especialmente em cotejar a conquista do Poder Judiciário, pondo-o em confronto com a escolha de representantes do povo nos dois outros poderes” (BUZOID, 1970, p. 21).

Mais claro, impossível. Abordando o “sistema constitucional vigente” em 1970, Buzaid destaca “que, dentre os poderes do estado em que se manifesta a soberania nacional, um deles procurou racionalizar-se, assegurando uma representação do povo qualitativamente excelente, porque escolhida mediante concurso de provas e títulos” (BUZOID, 1970, p. 22). Tomando o Judiciário como norte *racionalizador* da representação popular nos demais poderes de estado, Buzaid elogiava a “Lei complementar de Inelegibilidade” instituída pela Emenda Constitucional n. 1, de 1969, que buscava “preservar a *normalidade* e a *legitimidade das eleições*”, exigindo-se candidato *moralmente digno* e *politicamente capaz*. Exaltando também o “Código de Partidos” e rebatendo críticos, negava que fossem “tais exigências (...) um limite à liberdade de representação”. “*O povo jamais quis escolher, como seus representantes, os maus elementos*. Mas pode ser enganado por candidatos fecundos de promessas falaciosas” (BUZOID, 1970, p. 26). E foi justamente em defesa disso, no ideário bonapartista buzaidiano, que “veio a Revolução” Redentora, isto é, “para expurgar da política tais vícios, preconizando novo sistema de escolha de representantes do povo”, buscando o Brasil pós-1964 “aplicar ao mundo política uma verdade elementar adotada sem discrepância pela nossa legislação” (BUZOID, 1970, p. 26).

E qual seria esta verdade ressabida? Novamente, Buzaid opera uma reposição do discurso de posse da FDUSP de 1966: para medicar, exige-se diploma médico, para advogar, diploma de bacharel, para construir prédios, diploma de engenheiro. Isso tudo “para mostrar que, na sociedade moderna, quem não tem capacidade, reconhecida por lei, não pode exercer profissão” (BUZOID, 1970, p. 27). A conclusão buzaidiana, pois, veio em fórmula de pergunta retórica: “Se tantas exigências são feitas para o exercício de profissões que interessam a toda a sociedade, como não se proceder à racionalização dos mandatos eletivos, impondo-se a escolha dos mais capazes e dignos da representação popular?” (BUZOID, 1970, p. 27). Analogicamente, conclui Buzaid, “na verdade, a partir da Constituição de 1967, o povo tem direito a uma legislação, que o oriente e o ampare na seleção dos seus mandatários”, sendo que “um dos méritos da Revolução de 31 de Março foi o de considerar a política como uma ciência e institucionalizá-la como ética”. Antes de 1964, situação saneada pela ditadura, Buzaid sustenta que a política teve “o fadário de se desenvolver como ação meramente empírica, variando segundo as vicissitudes ou contingências dos fatos” (BUZOID, 1970, p. 27).

Para o ideólogo bonapartista, passara a fase da política empírica dos homens; 1964 seria a nova política baseada em uma doutrina alinhavada, “científica” e ética. Vislumbrando a política “como doutrina e como corpo de princípios”, assinala Buzaid que “a ação do governo traduz uma Filosofia do estado e uma concepção geral do homem”, consistindo em mais “um dos méritos da Revolução de 31 de Março” o fato de estampá-las claramente (BUZOID, 1970, p. 26). É assim que o jurista de Médici divide a política, com Tomás de Aquino, em “ciência prática” e “disciplina moral”. A “ciência política, considerando a boa ordenação dos homens, versa sobre a sua ação e assim se inclui entre as disciplinas morais” (BUZOID, 1970, p. 28). Também recorre Buzaid ao espanhol José Luis Aranguren – falangista que, em 1937, urgira para a necessidade de unificação doutrinária do nacionalismo do “nuestro caudillo y jefe nacional el general Franco”. Citando *Ética e política* do falangista, Buzaid relembra que “o vocábulo ‘estado’ conduz ao estudo das categorias jurídicas, isto é, categorias puramente formais, quando justamente o que importa é separar bem, desde o início, a ciência política da teoria geral do estado. O que preocupa a ciência política é o que existe ‘atrás’ do estado, ou seja, *as forças políticas reais*” (ARANGUREN *apud* BUZOID, 1970, p. 28).

Na sequência, Buzaid conceitua “o verdadeiro fim do estado, segundo a concepção tomista”: isto é, “a realização do *bem comum*”, “tanto do povo quanto do indivíduo” (BUZOID, 1970, p. 28). Depois de citar Tomás de Aquino, Buzaid recorre à *filosofia tomista do direito*, na qual o *bem comum* como o *telos* do estado precisa de um meio de realização.

“Para realizar o bem comum, a democracia precisa tecnicizar as funções do estado”, “substituindo os políticos empíricos por políticos capazes, geralmente economistas e professores, que se preocupam em preparar o plano de desenvolvimento” (BUZAID, 1970, p. 30). Buscando “um conceito *funcional* de governo”, o ministro da Justiça retoma que “a democracia ocidental, esclarece Aranguren, se acha em função do desenvolvimento econômico da nação” (BUZAID, 1970, p. 31). Em operação politicista, todavia, adverte que “a valorização do elemento econômico não significa uma diminuição do elemento político. Significa, ao contrário, uma ampliação do campo da política, que passa a abranger o plano do desenvolvimento e da expansão como uma das metas para atingir o bem comum” (BUZAID, 1970, p. 31). A política, assim concebida e ampliada ao papel de demiurgo e gestor da sociabilidade, incluiria “a renovação científica da administração pública” e a indicação por partidos políticos, não de “nomes de carreiristas, de demagogos ou de salvadores carismáticos, mas sim os programas de desenvolvimento capazes de sensibilizar o povo” (BUZAID, 1970, p. 31).

Eis que “a finalidade dos partidos políticos é chegar ao poder para pôr em execução uma doutrina ou um programa”, reafirmando Buzaid, com o jurista argentino Quintana Linares, “a necessidade de promover uma política de ideias e não de homens” (LINARES *apud* BUZAID, 1970, p. 31). Destacando a natureza ética da política com o dominicano Louis Lachance, Buzaid assevera, no vinco cristão de seu ideário, que “S. Tomás sustenta que a ética é o *gênero*, do qual a política é a *espécie*”, concluindo que “a política se contém na ciência que trata dos entes morais”, “é uma ética especial, uma forma de *saber moral*” (LACHANCE *apud* BUZAID, 1970, p. 33). Retomando *L’humanisme politique de Saint Thomas d’Aquin*, de Lachance, Buzaid conclui que “a ética ministra, portanto, à política seus princípios”, tendo a ética e a política, pois, “o caráter de ciências práticas” (BUZAID, 1970, p. 33). O clamor por ética na política, como se nota, não é de hoje. Recordando “um mandamento transcrito por Max Weber” – “tu deves opor-te ao mal pela força, senão serás responsável por seu triunfo” – , Buzaid evidencia o teor cruzadístico de sua ideologia: “Ainda que se considere que a política não seja natural e necessariamente ética, a verdade é que deve sê-lo, porque, dada a versatilidade dos atos humanos, há uma luta inegável entre a prática do bem e do mal” (BUZAID, 1970, p. 34).

Guerra santa do bem contra o mal, vale-se Buzaid de Charles Journet, teólogo suíço e autor de *Vues chrétiennes sur la politique*, para enunciar que “para o cristão não se pode separar a moral da política” e que, se é verdade “que não [se] encontrará em S. Tomás de Aquino a expressão *política cristã*”, ele “deu todos os meios de uma política fundada

na ética” (BUZOID, 1970, p. 34). Buzaid destaca, assim, “a posição do cristão em face do problema das relações entre a moral e a política”, afirmando que “uma criatura sujeita à Lei de Deus enunciada nas Escrituras Sagradas”, diferentemente do ateu, está aderida a “fazer como pessoa” o mesmo que deve “fazer como cidadão e como homem público” (BUZOID, 1970, p. 35).

A política é eminentemente dialética, mas não exonera a pessoa do dever de cumprir as *leis éticas*. A posição do cristão, posto em confronto com a do ateu, é verdadeiramente *dramática*. O ateu pode ter altas virtudes, ser homem honrado, praticar conduta exemplar. Mas, sujeito apenas aos frouxos laços impostos pela convenção social, está sempre livre de agir de modo diferente, rompendo com os compromissos que espontaneamente aceitou, porque a sua obrigação moral não funde numa ordem sobrenatural. O cristão, ao contrário, é obrigado a cumprir as normas de uma moral, cujos princípios lhe foram transmitidos pela mensagem divina da fé revelada. (BUZOID, 1970, pp. 35-6)

A guerra santa ou cruzada do cristianismo contra o ateísmo, pelas mãos de Buzaid, deveria acrescer “uma lição do Cardeal Mercier, *Pages choisies*”: “o ateu consciente de seu ateísmo não tem obrigação de ser honesto”, “as pessoas honestas sem religião não têm qualidade para opor obrigatoriamente a ordem à anarquia” (MERCIER *apud* BUZOID, 1970, p. 37). Foi por isso, segundo Buzaid, que “nas relações entre a moral e a política, deu o direito constitucional brasileiro, sob a inspiração revolucionária, um passo decisivo”; ele “não cuidou apenas da *moral individual* do político antes de assumir as suas funções no estado, quando escolhido pela vontade popular” (BUZOID, 1970, p. 37). “Se considerasse o político apenas sob este aspecto, a moral estaria fora do estado” (BUZOID, 1970, p. 37), mas, pelo contrário:

A Revolução de 31 de Março objetivou *institucionalizar* a moral dentro do estado, sustentando que a política sem ética se torna vazia de valores, passa a ser antes uma ciência de dados da experiência que ciência do comportamento social. (BUZOID, 1970, p. 38)

Ao demarcar o vinco católico de seu bonapartismo, Buzaid ampara-se em *L'enseignement 'politique' de l'Église*, de R. P. A. Desqueyrat, sustentando ser impossível a neutralidade moral: “um estado sem moral passa a ser um estado sem moralidade”, concluindo que “toda constituição supõe uma filosofia do homem e do cidadão” (BUZOID, 1970, p. 38). E a sua, prossegue, amparara-se em lições da *Doctrina politica de los papas*, do basco Alberto Martin Artajom – contendo o cristianismo “uma norma universal de retidão moral que se aplica à vida política” –, bem como no monsenhor Olgiati (*Il concetto di giuricita in San Tomaso d'Aquino*). Assim, “da afirmação contida no texto se pode facilmente inferir a doutrina

da eticidade do estado” (BUZAID, 1970, p. 38), enaltecendo a esfera da politicidade e do estado como a dimensão por excelência da *racionalidade*, da ética e da moralidade humanas.

No encerramento de seu discurso, Buzaid retoma o argumento sobre ser “incontestável que o Brasil adota um regime democrático, ao afirmar que os poderes do estado emanam do povo”, repisando “que o grande problema não está em dizer o que o político é, mas como o político *deve ser*; que a solução da crise da representação política não consiste em proclamar o que o povo pode fazer, mas como *deve fazer*” (BUZAID, 1970, p. 39). Segundo o bonapartismo buzaidiano, já “ninguém duvida que é preciso alterar a *forma de representação*, de modo que permita selecionar os mais capazes para exercerem o poder em nome do povo” (BUZAID, 1970, p. 39). Mas *como* e, mais importante, *quem* deveria reformar a representação política perempta? Para tanto, o ideólogo perspectiva como tarefa a mesma proposta de criação de um Instituto Político já exposta à FDUSP em 1966: “primeiro que tudo, formar o *homem público* em todas as áreas do saber e confiar o poder aos que têm aptidão para exercê-lo em nome do povo”; eis “a racionalização da representação do povo no poder legislativo e no poder executivo”, que “deve ser a grande lição do terceiro governo da Revolução” (BUZAID, 1970, p. 39). Em resumo, “o povo não quer escolher *quaisquer mandatários*, mas aqueles que intelectual e moralmente sejam dignos de representá-lo” (BUZAID, 1970, p. 40), e “a Revolução, que age com esse intento, é verdadeiramente democrática”, “surpreende a vontade do povo nas suas fontes verdadeiras, desperta a sua vocação para participar nos destinos da história e o identifica com os governantes na mais pura das representações” (BUZAID, 1970, p. 40).

Na medida em que demarca sua particularidade continuísta dentro da *Ideologia 1964*, o ministro da Justiça Buzaid sustenta que a “Revolução constitui uma nova atitude do homem em face dos problemas fundamentais da Pátria. Para realizá-la, há necessidade de tempo, trabalho e perseverança no ideal” (BUZAID, 1970, p. 40). “A Revolução está em marcha. Uma Revolução que surgiu para valer por decênios não pode exaurir-se num único lustro. A ideia de revolver é substituída pela ideia de evolver” (BUZAID, 1970, p. 40). Na dicção do bonapartismo buzaidiano, “o que se infere de todo o exposto é que a Revolução de 31 de Março, entre vários caminhos, escolheu o da democracia” (BUZAID, 1970, p. 41). Mas que tipo de democracia? Essa seria mesmo a questão fulcral do ideário buzaidiano.

“Será *democracia real* o tipo que preconiza? Diz-se *democracia real* aquela em que o povo tem participação ativa no governo”, um quadro “em que as eleições traduzem a vontade da nação, em que os mandatários honram as funções que lhes foram cometidas e em que a probidade

administrativa e a moralidade dos candidatos sejam um penhor de confiança no cumprimento dos deveres” (BUZAID, 1970, p. 41). Apontando para a perfectibilização do mando autocrático burguês bonapartista, Buzaid afirma que *a democracia real* “está permanentemente *in fieri*, na ânsia de aperfeiçoar-se, banhando os seus fundamentos com valores éticos de validade universal” (BUZAID, 1970, p. 42). “Não é um fenômeno estático, não é uma expressão única, invariável e definitiva de instituição política” (BUZAID, 1970, p. 42). Revisitando Aranguren, o ministro Buzaid conceitua a democracia real da seguinte maneira: “esta concepção de democracia contém o chamado *estado de direito*, mas o supera porque tende a constituir-se em *estado de justiça*, que organizará a produção, manterá a ordem, realizará o equilíbrio dos interesses e assegurará a liberdade” (BUZAID, 1970, p. 41).

Aqui, foram retomadas e desenvolvidas as raízes ideológicas contidas no discurso de posse de Buzaid à Diretoria da FDUSP em 1966. Ali reside o emaranhado teórico mobilizado para posteriormente poder sustentar, enquanto ministro da Justiça, a ideia pela qual a ditadura militar seria um novíssimo (e autenticamente brasileiro) *estado de justiça*. Ressoando a “terceira” via do discurso de 1966, o *estado* “revolucionário” *de justiça* do ideólogo bonapartista retoma e aprofunda o caminho da *democracia social* cristã. Se o *estado de justiça* proposto pelo ministro Buzaid conteria e superaria o *estado de direito* liberal, o anticomunismo configuraria outro nóculo constitutivo básico de seu ideário bonapartista:

Porém, num *estado de justiça* ninguém pode admitir uma liberdade individual que gere desassossego coletivo, uma liberdade de terroristas que infunda o pânico na sociedade, uma liberdade de facínoras que assaltam a economia alheia, matam guardas, roubam metralhadoras e desafiam a autoridade constituída. (BUZAID, 1970, p. 41)

Ao retomar mandamento transcrito por Max Weber (BUZAID, 1970, p. 41) –, conclui Buzaid que “contra a ideia de liberdade para a prática do mal opõe a Revolução a ideia de liberdade para manter a ordem e promover o bem comum” (BUZAID, 1970, p. 41). O arguto jornalista Carlos Castello Branco (Castellinho), diante desse discurso de Buzaid, indignara-se com o ministro:

Difícil saber a quem se dirigiu o ministro da Justiça quando aludiu à ideia da ‘liberdade para a prática do mal’”. “Sabe o Prof. Buzaid nas suas horas de sereno recolhimento, que o estado de direito contém em si o estado de justiça, que não o supera por ser dele a simples decorrência. O estado de direito reduz a área de arbítrio. A ninguém, cujos objetivos sejam democráticos, ocorrerá reivindicar a liberdade para a prática do mal ou admitir uma liberdade individual que gere o desassossego público. Estranha a inspiração do ministro, ao criar a imagem que iria lhe servir, mais adiante para uma outra afirmação

totalmente destituída de sentido, qual seja a da ‘ideia da liberdade para manter a ordem e promover o bem comum’. (...) A repressão, nos limites da lei é instrumento normal para regular o exercício da liberdade. Jamais pode ser confundida com a própria liberdade, fator de afirmação da pessoa humana em que se compõe socialmente em termos de lei e ordem. A retórica ministerial leva-nos a supor que o Prof. Buzaid continua a vencer dificuldades tanto interiores quanto exteriores para ajustar-se a um papel em que deve reprimir dogmas da sua formação jurídica para servir a realidades que nem sempre previu ao assumir o Ministério da Justiça de um governo discricionário. Chamado a falar sobre ideias e generalidades, o ministro confunde-se e procura confundir-nos com teorizações abusivas, que de resto vão-se tornando rotineiras nas altas esferas oficiais. (CASTELLO BRANCO, 1979, p. 515)

Castellino, depois de identificar a inversão de valores na alocução ministerial (na qual liberdade seria a libertação de amarras para o estado reprimir), clama pela restauração do *estado de direito*, combatendo a postura de Buzaid, o jurista da contrarrevolução permanente e da perenização do bonapartismo. Glosando a assertiva buzaidiana já vista, pela qual “uma Revolução que surgiu para valer por decênios não pode exaurir-se num único lustro” e na qual “a ideia de revolver é substituída pela ideia de evolver”, Castellinho alfineta Buzaid, que “entendeu do seu dever tornar explícita a doutrina governamental”. Discursou aos militares da ESG para “que não se preocupem com o processo político, pois a Revolução precisa de tempo, e sobretudo de ausência de tempo definido, para operar e realizar seus objetivos de promoção do progresso nacional. O ministro da Justiça não considera relevante a normalização institucional nem acha que o país se deva a esta altura preocupar com a organização de um estado de direito” (CASTELLO BRANCO, 1979, p. 599). Demarcando o teor de extrema-direita do bonapartismo buzaidiano, Castellinho afiança, acertando em cheio na conceituação do jurista ultraconservador, que: “Ele [Buzaid] prega a continuidade, senão a eternização do estado revolucionário. É a revolução permanente de um trotskismo às avessas.” (CASTELLO BRANCO, 1979, p. 599)

Sendo um agente da contrarrevolução permanente, Buzaid completou esta missão no núcleo de seu ideário bonapartista. “Eis que o ministro Alfredo Buzaid vai a eles [os estagiários da ESG]”, prosseguia Castellinho, “para realizar junto deles o esforço contrário” à *normalização institucional*. “Ele foi convencê-los a não parar o processo revolucionário”:

O ministro da Justiça não tem pressa de restaurar o regime e aconselha a todos que também não se apressem. São conhecidos e notórios os pressupostos doutrinários de tal atitude. Isso, porém, não importa. No caso do ministro, o que se passa é uma adesão à visão pragmática do governo que une todos os

problemas num só, o do desenvolvimento. Isso dispensa de pensar em outros problemas, isso dá tempo ao Prof. Buzaid para fazer seus códigos. (CASTELLO BRANCO, 1979, p. 599)

Castellino indigna-se também com discursos de Médici pelos quais seu governo perfilharia um tipo de *democracia social*. Critica, assim, o discurso medicista, que em tudo repisa as trilhas do ideário bonapartista de seu Ministro da Justiça, no qual “há a condenação formal ao que se chama de democracia ‘ortodoxa e saudosista’. Nele fala-se no ‘generalizado desencanto pelos caminhos do liberalismo político’ e na ‘incompatibilidade do liberalismo político com as violentas mudanças das estruturas socioeconômicas’. A Revolução, na sua forma atual, pretende acabar com as ‘filigranas do velho jogo político’ e, adepta do planejamento, pretende marchar coerentemente para a democracia social, só ela compatível com as tensões sociais geradas pelas mudanças econômicas” (CASTELLO BRANCO, 1979, p. 494). Equivoca-se Castellinho, porém, ao dizer que se estaria, no ideário medicista, “pelo menos em matéria de doutrina, em plena seara socialista” (CASTELLO BRANCO, 1979, p. 494). “Não é de presumir que os assessores incumbidos de redigir os documentos pessoais do presidente da República ignorem o significado das expressões que usam e das análises que registram”, parecendo-lhe “um erro conduzir o presidente pelo caminho do debate doutrinário” (CASTELLO BRANCO, 1979, p. 514). Mesmo incorrendo em equívoco ao acreditar que “Democracia social, por exemplo, é expressão usada como sinônimo de forma socialista de governo”, critica o jornalista:

Os assessores presidenciais evidentemente não pretendem transformar o General Médici num chefe de república popular ou socialista. A linguagem é aí usada torcidamente, com vistas a justificar uma situação que se coloca no polo oposto ao esquerdista e com intenção de motivar métodos emergenciais para torná-los, se possível, permanentes. A expressão empregada pelo Presidente da República adquire, sem que o perceba o General Médici, uma conotação demagógica, pois visa a acobertar uma supressão de liberdades com a promessa de liberdades mais eficazes. (CASTELLO BRANCO, 1979, p. 514)

Não obstante o engano quanto à matriz reacionária da *democracia social* buzaidiana, Castellinho acerta ao denunciar o afã de perenizar os métodos emergenciais por parte dos setores ultraconservadores da ditadura Médici integrada por Buzaid. Isso, talvez, por Castellinho não ter sido convidado para assistir a uma palestra na ESG, em 1972, do jusfilósofo Miguel Reale (ícone da elaboração política integralista na juventude, longo parceiro de Buzaid desde o movimento do Sigma chefiados por Plínio Salgado, até a conspiração da FDUSP no Ipês paulista). Intitulada “Problemas institucionais do estado contemporâneo”, Reale defende o ditador Médici, pontuando que “a crise do estado começa,

na época hodierna, com a crise e o superamento do estado liberal” (REALE, 1972, p. 2), e mais: “o modelo experiencial da democracia social” estaria, no Brasil, “gerando *formas de participação* que não se reduzem ao mero exercício do voto” (REALE, 1972, pp. 10-1). *Democracia social* como um constructo subjetivo, “um termo calculadamente genérico e que não deve ser confundido com a ‘social-democracia’ pregada pelos marxistas revisionistas alemães” (REALE, 1972, p. 2). Defendendo Médici, o bonapartista Reale afiança que:

Quando o *presidente Emílio Garrastazu Médici* situa o problema político brasileiro em termos de “*democracia social*” está, evidentemente, se referindo ao tipo de democracia que os povos, não alinhados na área soviética ou chinesa, procuram atingir, conservando o legado histórico do liberalismo, mas completando tais conquistas com o reconhecimento da função positiva do estado como fonte de progresso e de cultura, de liberdade e igualdade concretas e efetivas, a tal ponto que o estado de Direito se apresente, substancialmente, como *estado de justiça social e da cultura*. (REALE, 1972, p. 12)

Tal qual Castellinho, outro arguto jornalista – o liberal conservador Fernando Pedreira – também critica, valendo-se da teoria do autoritarismo e da identificação inadequada do integralismo com o fascismo, “a tentativa de institucionalizar o regime” do governo Médici, “isto é, de transformar a *situação* autoritária, tão bem definida no estudo de Juan Linz, num *regime* autoritário permanente” (PEDREIRA, 1975, p. 279). Pedreira, inclusive, dá nome aos bois:

Esses partidários do presidente, civis e militares, capitaneados pelo seu ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, eram homens de formação direitista, oriundos do Integralismo, corrente que, no Brasil dos anos 30, refletiu as ideias do fascismo e dos salazarismo europeus, e que deixou remanescentes numerosos, embora isolados, em algumas áreas da vida nacional. (PEDREIRA, 1975, p. 280)

O arremate de Pedreira, enfim, confirma as teses expostas até aqui: em discursos e pronunciamentos feitos em 1971-72, esse grupo procurou impingir ao sistema dominante e ao país uma *doutrina* antiliberal e antidemocrática, capaz de servir de base à institucionalização que desejava (PEDREIRA, 1975, p. 280)⁷.

⁷ Pedreira critica o “desejo – aparentemente tão forte em certos círculos do governo [Médici] – de declarar a falência do liberalismo político para melhor justificar a permanência do atual estado de coisas. (...) Se os assessores do general Médici dissessem com clareza qual é, afinal, o estado revolucionário que pretendem estabelecer no país”. “A insistência dos assessores do presidente em condenar o liberalismo só pode ser considerada como uma amarga ironia” (PEDREIRA, 1975, pp. 176-7). Mas não era. Apesar da argúcia dos dois jornalistas liberais democratas citados, não compreenderam precisamente os fundamentos do bonapartismo buzaidiano e medicista no tocante à nomenclatura *estado de justiça, democracia social etc.*

Na defesa do *evolver permanente* da contrarrevolução de 1964, também ecoando a mobilização juvenil que inspirara o integralismo histórico, Buzaid arremata que “compete aos moços tomar agora a bandeira da renovação de costumes”, devendo “preparar-se para a vida pública, conhecendo os problemas políticos que interessam ao Brasil e ao mundo”. “A história reserva-lhes uma tarefa decisiva nos destinos da Pátria, a partir do momento em que, preparados intelectual e moralmente para a vida pública, forem investidos nos altos cargos do estado” (BUZOID, 1970, p. 40). Aqui Buzaid repõe a mesma mensagem contida anos antes em seu discurso de posse na diretoria da FDUSP: “O que lhes cabe, agora, é estudar. Depois saberão agir sem agitar, resolver os problemas sem tergiversar, construir o futuro sem malograr”, retomando que “uma geração de moços, que não participa da vida política, que se omite, que busca o luxuário, que se compraz no gozo dos bens materiais, carece de espiritualidade, de calor humano, de nobreza de ideias” (BUZOID, 1970, pp. 40-1).

Diante do exposto, vê-se que os maiores expoentes jurídicos paulistas, Miguel Reale e sobretudo Alfredo Buzaid, intentaram impingir, como verniz doutrinário da ditadura Médici, a alcunha do *estado de justiça* (ou da *justiça social e da cultura*), uma *democracia real* autenticamente brasileira, *in fieri*, em permanente aperfeiçoamento. O *evolver* no lugar do *revolver*. O ministro da Justiça Buzaid, de modo direto, já dissera à imprensa que “as eleições indiretas são tão democráticas quanto qualquer outra” (*Veja*, ed. 188, 12 abr. 1972, p. 20), mas também o fizera de modo mais complexo em longas exposições doutrinárias sobre o ideário da “revolução democrática brasileira” de 1964.

Na medida em que se retoma o vinco reacionário cristão do ideário buzaidiano, que ecoou a mais profunda raiz ideológica (não impressa), explicita-se que sua visão de mundo foi construída sob o signo do integralismo de Plínio Salgado. Porém, com uma “pequena” diferença: Buzaid mobilizaria o ideário regressivo pliniano não mais nos anos 1930, mas décadas depois, como Ministro da Justiça da ditadura Médici (1969-74). Isto é, o vinco cristão-integralista do ideário buzaidiano haveria de se recompor e fundir, a seu modo, à ideologia de *segurança nacional e desenvolvimento* da ditadura militar brasileira.

Os “pressupostos doutrinários” da ação ministerial de Buzaid configuram os pressupostos ideológicos “ocultos” que religam o bonapartismo buzaidiano ao velho integralismo de Plínio Salgado. Antes disso, todavia, valeria adensar um pouco mais o bonapartismo buzaidiano, explicando que *ratio* autocrática propugna. Na alocução “Marxismo e Cristianismo (O problema do ateísmo)”, Buzaid demarca, em 1970, a

influência cristã de seu ideário bonapartista, interditando o diálogo entre cristianismo e marxismo. “Os cristãos precisam” combater o marxismo, “anunciando que a solução dos problemas sociais não é privilégio dos comunistas. A Igreja tem uma mensagem, tendente a corrigir os males dos tempos atuais” (BUZOID, 1970, p. 51). No mesmo ano, na alocução “Em Defesa da Moral e dos Bons Costumes” Buzaid propaga o conteúdo cristão anticomunista de seu bonapartismo, alegando que o estado deve se defender “contra os agentes do comunismo internacional” e por isso a Constituição do Brasil “considera como inimigos da pátria os que promovem a propaganda de guerra, da subversão da ordem, do preconceito religioso, étnico ou de classe, bem como os que fazem publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes” (BUZOID, 1970, p. 15). Seu *télos* e fundamento: “preservar a integridade da família brasileira e a sua moralidade tradicional, combatendo destarte o comunismo internacional, que insinua o amor livre para dilacerar as resistências morais da nossa sociedade” (BUZOID, 1970, p. 41).

Em “O estado federal brasileiro” (1971), no entanto, o ministro Buzaid define o Direito Constitucional cingido à análise do “regime federativo sob dois prismas fundamentais; a) o do *desenvolvimento econômico*; b) e o da *segurança nacional*” (BUZOID, 1970, p. 16). Conceitua o federalismo de integração como um novo tipo de pacto federativo “que promove o desenvolvimento econômico com o máximo de segurança coletiva” (BUZOID, 1971, p. 41). Centralmente, é no discurso “A renovação da ordem jurídica positiva” que o ideólogo bonapartista define a “Revolução” de 1964 “como uma filosofia da vida, uma doutrina política, uma nova economia, uma concepção do direito. Por isso não pode excluir de sua missão reformadora nenhuma área do pensamento” (BUZOID, 1971, p. 9). Aqui, o bonapartismo buzaidiano acredita que “*organizar um povo significa determinar-lhe a ordem jurídica. As relações sociais hão de ser disciplinadas por normas legais*”, arrematando que, “ao estabelecer o novo sistema jurídico, realiza a Revolução não só o progresso material, conforme a política do desenvolvimento, mas também o progresso moral, dignificando a pessoa humana” (BUZOID, 1970, p. 9). O que distinguiria, enfim, um processo revolucionário de um golpe de estado, para o então ministro Buzaid, seria a compreensão pelos vitoriosos de que a “Revolução” tem “a consciência de que, para alcançar os seus objetivos, há de rever a legislação”, sendo a ordem jurídica positiva “a imagem de um povo” que “reflete-lhe os sentimentos, o gênio e a cultura”. Eis que, na máxima buzaidiana, “a Revolução tem necessidade de legislar”, sendo o direito não “apenas a voz que transmite seus anseios”, mas “especialmente a consolidação dos seus ideais” (BUZOID, 1970, p. 13). O direito brasileiro, portanto, como a consolidação da ideologia contrarrevolucionária de 1964.

É apenas em 1973, porém, na alocução “humanismo político”, que se identificam elementos para responder, na imanência do texto buzaidiano, a uma pergunta deixada em aberto. De que *ratio* se trata quando Buzaid conceitualiza a “racionalização” da democracia? Trata-se da regressividade ideológica de uma *ratio* não racionalista, de matriz tomista. Romantizado o medievo, aponta que “a causa da crise oriunda do antropocentrismo do Renascimento, que desembocara “no desespero trágico do mundo moderno, foi a ruptura entre o temporal e o espiritual” (BUZAID, 1970, p. 35). A cisão temporal/espiritual, que iria do Renascimento ao marxismo-leninismo, exigiria a mão forte do *estado de justiça*: “quando a sociedade é sacudida por atentados, sequestros e piratarias, punem-se os delinquentes” e “o estado, procurando antes evitar tais atos do que reprimi-los, cria medidas de prevenção social, a fim de resguardar a maioria pacífica contra a minoria celerada”, contra os “agentes da guerra fria, psicológica ou revolucionária, que torna indigna a pessoa humana e deteriora o bem comum” (BUZAID, 1970, p. 33). Contra o comunismo, no bonapartismo buzaidiano, “o humanismo engrandece a política”, “considerada como ciência”, “concepção do estado”, “política científica [que] requer que os homens públicos se movam em torno de ideias” (BUZAID, 1970, p. 33). Se “cada povo tem uma alma”, “plasmá-la para realizar o bem comum quer dizer dignificar o homem”, “preparando-o no culto da moral e do civismo, da fé e da espiritualidade, do exemplo e do sacrifício, da honra e do dever” (BUZAID, 1970, p. 34).

O povo, que amadurece na experiência política, ama os estadistas austeros. Prefere que governantes equilibrados o conduzam segundo a lei orgânica do desenvolvimento natural (...). Um governo, quando tem ideais elevados e se empenha em realizações construtivas, pensa, antes de mais nada, no homem do seu povo que, embora distante, com ele está indissolivelmente unido. E conquista a sua confiança, porque se identifica com o povo que representa. (BUZAID, 1973, pp. 34-5)

Ao retomar sua tese dantes exposta no discurso de posse como diretor da FDUSP, o ministro da Justiça Buzaid reelabora seu apostolado anticomunista e ultracatólico, crendo “que a missão mais importante dos crentes está em recristianizar o mundo através do apostolado em vez de se aproximarem dos que querem impor, como pensamento oficial, o banimento de Deus. Humanizar não significa fazer novo homem, mas recompô-lo em sua integridade” (BUZAID, 1970, p. 35). A ditadura Médici, assim, seria “um passo fundamental no sentido de restaurar a autenticidade brasileira e revelar o espírito criador dos seus juristas, militares e políticos, que compreenderam que cada povo deve encontrar, à sua maneira, a fórmula de sua salvação”. Por isso “o espírito da Constituição deve traduzir uma concepção da vida e do mundo” (BUZAID,

1972, p. 7), impingindo Buzaid ao medicismo toda regressividade ideológica que apenas um integralista, no Brasil, conseguiria fornecer.

De 1972, o discurso “Da conjuntura política nacional” é capaz de demonstrar a especificidade do teor regressivo do ideário bonapartista buzaidiano, basicamente ancorado no russo Nikolai Berdiaev: “a Renascença assinala o primeiro passo na ruptura entre o mundo natural e o mundo sobrenatural”, enaltecendo “o homem, sua grandeza e seu poder criador, libertando-o do auxílio da Providência Divina”, “do século XVI em diante, quanto mais aumenta a exaltação da criatura, tanto mais diminui o seu vínculo ao Criador” (BUZAID, 1972, p. 14)⁸. Retomou, ainda, lição do padre Leonel Franca pela qual “o processo de dessacralização, que se inicia com o antropocentrismo da Renascença, finda com a antropolatria dos tempos modernos”, faltando “apenas um passo para apregoar o banimento de Deus e a divinização do homem” (FRANCA *apud* BUZAID, 1972, p. 16). Revestido de verniz integralista, o bonapartismo medicista de Buzaid arremata: “em um mundo, que se divide entre os que creem em Deus e os que lhe negam a existência, a Revolução de 31 de Março partilha a doutrina espiritualista” (BUZAID, 1972, p. 17). Terrorismo planejado de estado, embora com fundamento doutrinário “espiritualista”. A filosofia católica que Buzaid impingira à ditadura Médici, com eco integralista, teve de readequar-se, porém, à nova realidade da guerra fria e, mais especificamente, teve de se fundir à doutrina medicista de *segurança nacional* máxima com *desenvolvimento* acelerado.

Outro aspecto, o da luta antissubversiva da guerra fria, foi escancarado nos embates do ministro Buzaid, para quem “não há guerra mais cruel, mais odiosa e mais traiçoeira do que a guerra subversiva” (BUZAID, 1972, p. 28). Se “os terroristas espalham a lei do ódio, da metralhadora e do sangue, destruindo vidas, provocando incêndios e semeando por toda a parte o pânico” (BUZAID, 1972, p. 29) é a forma como Buzaid conceitua a guerra revolucionária comunista com o general franquista Diaz de Villegas Bustamante, o vinco cristão anticomunista de seu bonapartismo é assim explicitado:

O povo brasileiro é o povo de Deus. Nasceu sob o signo da Cruz e em todos os momentos de sua história afirma a fé em Cristo. No preâmbulo de suas Constituições políticas proclama a confiança em Deus, Supremo Regedor do universo. Sob inspiração cristã está construindo o Brasil nova civilização, em que ao desenvolvimento material se superpõe a formação espiritual do homem (...). A missão dos crentes, num país em

⁸ O espírito de secularização ganha cada vez mais prestígio. Sob o aspecto filosófico, o individualismo, que recebe o mais alto bafejo da Renascença, evolui irresistivelmente e vai cavando a desagregação da cultura ocidental. A razão humana quer ser independente e soberana; sente-se capaz de julgar com seus próprios recursos, servindo-se dos atributos que lhe são imanentes (BERDIAEV *apud* BUZAID, 1972: 14).

que o estado está separado da religião, consiste em preservar a fé, cultivar as lições do Livro Sagrado e defender o primado do espiritual contra o materialismo, qualquer que seja a forma com que se apresenta. (BUZAID, 1972, pp. 34-5)

No Brasil do *estado “revolucionário” de justiça* da ditadura Médici, na dicção de Buzaid, *ao desenvolvimento material se superpõe a formação espiritual do homem*. Importa notar que tal concepção espiritualista encontra suas raízes “ocultas” no integralismo de Plínio Salgado. Correlato ao caráter católico anticomunista, o antiliberalismo também se escancarou no ideário do bonapartismo buzaidiano. Criticando a ingenuidade da “atitude dos liberais” (BUZAID, 1972, p. 25) que, “em face dessa onda de violência, de crimes e de barbárie, que varre a face da terra”, “acreditam na coexistência da democracia com o comunismo” (BUZAID, 1972, p. 29), Buzaid assegura a natureza democrática da ditadura militar brasileira recrudescida.

O Brasil realiza uma democracia de voto livre e de veto obrigatório. O voto é livre, porque se funda na legítima manifestação da vontade popular consultada através de eleições. O veto é obrigatório, porque obsta a que a democracia cometa suicídio. Este fenômeno se dá, quando ela se entrega docilmente aos que querem destruí-la. (BUZAID, 1972, p. 33)

Raízes “ocultas” do ideário buzaidiano: o integralismo de Plínio Salgado

As fontes ideológicas do bonapartismo de Buzaid enraizaram-se no integralismo de Plínio Salgado. Configuram-se como raízes “ocultas” na medida em que Buzaid, diferentemente do jovem Reale (com profícua publicação já na fase integralista), não produziu nenhum aporte integralista de relevo naquele período. Dessa forma, quem “lê” o bonapartismo buzaidiano sem levar em conta sua formação no seio do integralismo pliniano, necessariamente, deixa de apanhá-lo em seu significado histórico-ideológico concreto. Ao indicar as profundas marcas plinianas que “reapareceriam” no bonapartismo buzaidiano, aqui vale retomar a tese de J. Chasin, naquilo que ora interessa sobre a presença do ideário pliniano no pensamento tardio de Buzaid. Ali é possível identificar diversos núcleos integralistas plinianos que, décadas depois, reaparecem e fundam a particularidade do bonapartismo buzaidiano.

Centralmente, aquilo esboçado por Buzaid como a “revolução” de 1964, em muitos aspectos, identificou-se ou baseou-se na concepção espiritualista de “revolução” embandeirada por Salgado. O chefe do Sigma “defendeu uma *revolução espiritual e de ideias*, insistindo na tese da imprescindibilidade de teor doutrinário nos processos revolucionários. ‘Não é possível conduzir uma revolução sem um pensamento central

fixado com rigor” (CHASIN, 1978, pp. 494-5). A mesma concepção, no segundo aniversário do golpe de 1964, “reapareceria” igualmente em Miguel Reale⁹. O teor espiritualista da “revolução” de 1964 inscrito, como se viu, no bonapartismo buzaidiano, fincou raízes neste legado pliniano. “Na perspectiva integralista, ‘a ‘revolução’ deixa de ser a desordem individualista, classista ou partidária, para ser o direito do espírito de intervir no desenvolvimento das forças materiais da sociedade, recompondo equilíbrios segundo um pensamento de justiça’. Para o integralismo pliniano, pois, “a revolução é um ato de intervenção do espírito, na realidade, com o propósito de *re-estabelecer*, de *re-por* equilíbrios sociais” (CHASIN, 1978, p. 495).

Também o caráter da “revolução” permanente do bonapartismo buzaidiano inspirou-se no aceite pliniano do “‘princípio da permanência do fenômeno revolucionário (...) sob o critério espiritualista. O espírito é o permanente improvisador. Seu arbítrio soberano é que domina a marcha do mundo. É ele que escreve a história’ (CHASIN, 1978, p. 497). No integralismo pliniano – naquilo que “reaparece” no discurso buzaidiano pós-1964 – sustenta-se que, “em face dos ‘desequilíbrios sociais’ que a expansão das forças econômicas provocam, impõe-se a intervenção revolucionária, que não é outra coisa do que a ‘interferência de uma ideia no sentido de restabelecer um equilíbrio” (CHASIN, 1978, p. 504) ‘A revolução integralista é permanente, porque será sempre a interferência do espírito humano recompondo equilíbrios sociais, de conformidade com os impositivos da moral e da finalidade superior do homem” (CHASIN, 1978, p. 505).

Tal qual o Buzaid tardio, também Salgado reivindica “para a Revolução o seu caráter ético. A ideia revolucionária é sempre moral: compreende uma concepção de justiça e de equilíbrio que é presente em todos os movimentos da história” (CHASIN, 1978, p. 505). O ideário de Salgado, na dicção chasiniana, “não se trata de uma *ideologia da ordem* qualquer, mas de uma ideologia da ordem *espiritualista*, e ainda esta é particularizada, apesar de repelir dimensões confessionais, explicitando-se em geral como ideologia da ordem cristã, particularmente católica” (CHASIN, 1978, p. 508). A eticidade e moralidade do *estado de justiça* cristão, explicitadas no bonapartismo buzaidiano, também neste aspecto encontram sua filiação no integralismo pliniano, para o qual: “O problema da transformação do estado subordina-se a uma concepção filosófica da qual decorrem as soluções dos problemas político e econômico. Partimos do princípio da autoridade moral do estado, do conceito ético do estado”

⁹ “Uma revolução pode, é certo, não derramar sangue, mas não pode deixar de derramar ideias” e “se foi bem inestimável termos tido uma ‘revolução incruenta’, ela nos dita o imperativo de revelar *a posteriori* as razões ideológicas subjacentes” (REALE, 1966, p. 283).

(CHASIN, 1978, p. 508). O estado “revolucionário” ético e moral de 1964, como se nota, ecoaria tal matriz pliniana.

Especialmente a influência cristã no ideário bonapartista de Buzaid ressoaria na designada missão dos crentes na ditadura Médici. O integralismo pliniano exhibe também “uma visão ativista do cristianismo, onde *Deus é o eterno revolucionário*” (CHASIN, 1978, p. 512). ‘Os integralistas sustentam e proclamam o princípio de Deus, as tradições cristãs da nacionalidade, estão de pé na defesa dos templos’ (CHASIN, 1978, p. 513). Centralmente, “Salgado edifica a revolução espiritualista na expulsão da revolução materialista”. Buzaid, no Ministério da Justiça de Médici, trava sua cruzada antimaterialista com as armas integralistas, combatendo o materialismo em qualquer que seja sua forma. Nesse vinco anticomunista de passado integralista, Buzaid perfilha a concepção pliniana segundo a qual “o comunismo é a última consequência de uma civilização materialista’. ‘Capitalismo e o comunismo não passam de palavras diferentes para designar a mesma coisa: a brutalidade da violência, o materialismo grosseiro’” (CHASIN, 1978, p. 518).

O antimaterialismo, de fato antievolucionismo pliniano, “ecoa” no bonapartismo de Buzaid, retomando-se que “a recusa pliniana do evolucionismo marxista tem por raiz e é antecedida pela rejeição do evolucionismo capitalista. (..) Para o integralismo pliniano, ‘o individualismo e o liberalismo, filhos do materialismo, lançaram as mais tremendas lutas sobre a terra’. E como suporte e continuador desta trágica herança, aparece o marxismo: ‘A verdade é que o marxismo não passa de um capítulo acrescentado à economia burguesa. Ele é um continuador dos burgueses evolucionistas e materialistas’” (CHASIN, 1978, p. 524; 525). “Em resumo, o pensamento marxista e capitalista estão atados pela raiz, expressando a concepção evolucionista de mundo, expressão esta que marca irreccorivelmente o século XIX” (CHASIN, 1978, p. 525). Contra isso, tal qual Buzaid no Ministério da Justiça Médici, Salgado elogia o medievo contra o antropocentrismo. “A Idade Média é para Salgado o grande paradigma, a matriz da consciência moral de mundo: ‘A Idade Média possuía a mais perfeita consciência do mundo moral, compreendendo o Homem e o Universo por uma forma total, isto é, sem exclusão dos valores espirituais. O centro de tudo era Deus, para o qual o homem se dirige’, valor eterno, “a base única de toda a construção do estado e da sociedade’” (CHASIN, 1978, p. 537).

A modernidade, pois, “significaria a “humanidade ateísta, cujas expressões mais definitivas começam no Renascimento, atingem elevada altitude no Enciclopedismo e na Revolução Francesa e prosseguem nos panoramas dos dias da Grande Guerra e do após guerra’” (CHASIN, 1978, p. 537). A mesma linha pliniana que vai do Renascimento ao marxismo-

leninismo seria mantida e reelaborada no ideário bonapartista buzaidiano. O anticomunismo pliniano, amplamente aprendido e compartilhado por Buzaid, centra fogo nos “cavalos de Tróia de Moscou”, criticando o “veneno soviético” que “se insinuou, penetrou, corroendo estruturas [sociais]” (CHASIN, 1978, p. 555). “Em síntese, nada escapa à ação comunista De modo que, ou se vergam os liberais, ou sucumbe-se, um dia, ao comunismo. A supressão do liberalismo é, pois condição prévia da salvação nacional. Impõe-se, portanto, para a luta imediata o combate ao liberalismo, ao capitalismo, e para tanto a implantação do estado integral”, “instrumento da revolução espiritualista, dentro da concepção espiritualista da história” (CHASIN, 1978, p. 555). Impingindo eticidade ao estado, também o bonapartismo de Buzaid evoca a concepção de estado do integralismo pliniano. Neste, “‘o conceito do estado, como o conceito da revolução, tem de ser forçosamente ético’. (...) O estado integral é um estado eticamente fundado (...). ‘Hoje, nós pensamos em restaurar o equilíbrio social criando um estado ético. (...) Essa fonte de moralidade do estado é a família. Sem família não há estado ético’” (CHASIN, 1978, pp. 557; 558).

O estado ético é o que se propõe manter o equilíbrio dos grupos, a fim de assegurar a intangibilidade do homem”. Lembre-se que, no ideário bonapartista buzaidiano, a defesa da família era o objetivo fundamental do estado “revolucionário”. A concepção de estado integral pliniana, igualmente, fincou importante raiz ideológica “oculta” na ideologia oficial do bonapartismo buzaidiano. Para Salgado, com a “revolução” espiritualista fundar-se-ia um “estado integralista”, para salvar o homem “da ditadura cruel do materialismo finalista (leia-se comunismo) e da ditadura sem finalidade da plutocracia democrática e das oligarquias políticas e financeiras. O estado, que defenda o Indivíduo contra a Sociedade e a Sociedade contra o Indivíduo”, “que seja o impositor do equilíbrio, o mediador máximo, o juiz, o orientador, o propulsor”. Matriz ideológica também presente no bonapartismo de Buzaid, “do ponto de vista da concepção espiritualista da história, o evoluer social é aferido pelas suas posições em face do divino, e a teoria da revolução espiritualista é a legitimação do ato humano que repõe a humanidade desviada no rumo certo de sua perene gravitação em torno do absoluto, compreende-se que o estado possa ser configurado, tal como fez Salgado, enquanto instrumento dessa operação” (CHASIN, 1978, pp. 542; 543). É assim que, para o integralismo de Plínio (com eco na visão buzaidiana da guerra fria), “ser ‘revolucionário’ é corrigir ou contrariar as determinações da matéria” (CHASIN, 1978, p. 543). “(...) O estado integral é designadamente, da ótica do ideólogo do sigma, o meio por excelência da efetuação dessa ‘insurreição contra a matéria’”. “O estado forte de Salgado é por ele

entendido como um ‘estado revolucionário’, “o pretendido executor de uma regressão histórica, que tem como pano de fundo uma crítica romântica ao capitalismo, de cujas formas mais efetivas o integralismo pliniano pretende se evadir” (CHASIN, 1978, p. 543).

Décadas depois dessas elaborações do integralismo de Salgado, Buzaid – apologeta oficial da perenização do “estado revolucionário” de 1964 – compõe a *Ideologia 1964* num contexto em que a regressividade integralista, emprestada ao ideólogo do terrorismo de estado brasileiro, serviria propositivamente como agente econômico do capital atrofico e subsumido ao imperialismo. Longe de frear o desenvolvimento econômico, o terrorismo do estado ditatorial (que encontrou em Buzaid o seu jurista oficial) potencializou um novo padrão de acumulação capitalista. Buzaid serviu como cogestor à *ditadura do grande capital* e mesmo que imbuído da regressividade integralista, promoveu a ditadura militar recrudescida como agente propulsor do capitalismo brasileiro. Novamente, o *x* da questão (apenas levantado) se coloca: se o integralismo pliniano configurou uma crítica anticapitalista e romântica, ruralista e regressiva, como e de que forma Buzaid reelaborara seu passado integralista nas matrizes fundamentais de seu ideário oficial no medicismo?

Como e de que maneira se reelaboram em plena guerra fria, no marco da doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, as lições integralistas que mobilizaram as concepções buzaidianas de ser humano, história, política, revolução, estado e direito? A dificuldade de análise advertida sinaliza que, no caso buzaidiano, o desafio está em compreender histórica e ideologicamente como e de que modo se articula a reapropriação feita pelo ministro da Justiça de Médici do velho ideário integralista pliniano no marco da ideologia da Segurança Nacional e Desenvolvimento. Como o jurista oficial do bonapartismo medicista, histórica e ideologicamente, “concilia” as novas matrizes da *Ideologia 1964* com o velho integralismo pliniano? E de que forma as raízes ideológicas e/ou os pressupostos doutrinários integralistas, de vertente pliniana, informam o ideário bonapartista buzaidiano? Como fundem-se e readequam-se às concepções da guerra fria numa ditadura militar sob o signo da Segurança Nacional e Desenvolvimento?

Conclusões

Buzaid foi, na mais expressiva manifestação histórico-ideológica, um *cruzado* da guerra fria, um autêntico *coldwarrior* da extrema-direita brasileira. O professor de direito da FDUSP vinculou-se à linha-dura medicista do bonapartismo, e a sua rival *castellista*, que buscou construir o Brasil “grande potência” com “uma espécie de democracia regulada para a consolidação do capitalismo associado” (RAGO, 1998, p. 01), longe de ser

uma *ditabranda*, optou pela “seletividade” no terrorismo planejado de estado para o cometimento de assassinatos políticos dos “inimigos” incriminados de *subversivos* (VALENTE; URIBE, 2018).

No caso em análise, o reacionário Buzaid foi um jurista-interlocutor admirado pela “Comunidade de Informações”¹⁰, projetando-se como um membro histórico e uma expressão ideológica de alto nível da facção ultra do bonapartismo de 1964. Segundo afirma o jurista Flávio Flores da Cunha Bierrenbach, o “Professor Buzaid, que foi ministro do Supremo Tribunal Federal, chegou a fazer até visita aos porões dos DOI-CODI” (BIERRENBACH *apud* SPILER; QUEIROZ, 2013, p. 275). Não foi apenas Gama e Silva, portanto, que se vinculou aos porões policiais e militares da ditadura.

Ao deixar o Ministério da Justiça de Médici, Buzaid internacionalizou como poucos sua cruzada anticomunista na América do Sul, destacando-se como um dos maiores cruzados anticomunistas da história brasileira ao integrar o “capítulo” brasileiro da Liga Mundial Anticomunista (WACL, na sigla em inglês). Antes de participar no biênio 1976-77 do Conselho Orientador do braço brasileiro wacliano, a Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES), Buzaid já havia ajudado, ainda dentro do Ministério da Justiça ditatorial, na organização do 2º Congresso da Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL), realizado no início de 1974 no Rio de Janeiro. Na mesma cidade, em abril de 1975, o ex-ministro seria o conferencista mais aplaudido na 8ª Conferência da WACL. Segundo Fernando López, evidenciando as conexões entre a ditadura military brasileira e o complex WACL/CAL, “the Brazilian junta welcomed the cooperation and support provided by CAL and WACL. The governments of the States of Rio de Janeiro and São Paulo, for instance, hosted a number of CAL Conferences and other meeting during 1974 and 1975. Members of the regime, such as Admiral Faria Lima (governor of Rio de Janeiro) and ex Justice Minister Alfredo Buzai lent their support to, an actively participated in, WACL’s VIII Congress in 1975” (LOPEZ, 2016, p. 300). Em 1977, Buzaid assistiria ao 3º Congresso da CAL no Paraguai de Stroessner, que participou pessoalmente do conclave. A WACL, por meio da CAL, integrou as ações encobertas da Operação Condor antes, durante e depois da formalização, em 1975, desse

¹⁰ O Informe 209 de junho de 1975 do CIE, *Estudo e apreciação sobre a revolução de 1964*, criticando a autorreforma bonapartista *geiseliana*, aduzira que, “para o futuro, mas já se iniciando o estudo, dever-se-ia examinar a hipótese de transformar o Ato 5 numa prerrogativa de um poder moderador a ser instituído. Já o tivemos, durante o Império (...). Agora, seriam as FFAA, representadas pelo seu chefe, o presidente. Esta ideia tem sido proposta por juristas (prof. BUZAID, quando ministro; vice-governador MANUEL FERREIRA...) e também é nossa há muito tempo. (...) Com o poder moderador, o MDB não inquietaria, se vencesse eleições: exerceria cargos e funções *sob* a autoridade do Poder Moderador (BAFFA, 1989: 63)

pacto criminoso forjado pelas ditaduras sul-americanas para a troca de informações e de prisioneiros capturados entre os países “condorenses”¹¹.

Apesar (ou por causa) de seu papel de gestor nos crimes de estado e de lesa-humanidade cometidos pela ditadura militar recrudescida, Buzaid galgou pelas mãos do último general-ditador João Batista Figueiredo, em 1982, o cargo de ministro-magistrado no Supremo Tribunal Federal (STF). Sonho até hoje nutrido pelos ministros da Justiça brasileiros. Passando incólume apesar de sua ficha corrida de serviços prestados à gestão de estruturas repressivas de estado, a coroada carreira jurídica de Buzaid foi sempre exaltada por seus acólitos e, via de regra, pelo universo jurídico nacional. Insistem, até hoje, em cindir e separar a dimensão do “cientista” do direito – o que, a nosso juízo, é algo epistemologicamente impossível – de sua atuação política no integralismo, na preparação do golpe de 1964 e, em especial, em sua gestão e ideologia oficiais no Ministério da Justiça Médici. Já se analisou nesta revista seu papel de gestor direto na ocultação de crimes de estado e de lesa-humanidade, quando se revisitou sua coordenação na Pasta da Justiça da feitura do *Livro da verdade* (ou *Branco*)¹², a impublicável peça do desmentido oficial dos crimes da ditadura militar.

Aqui, finalmente, o que se pretendeu foi aportar uma compreensão histórica mais detida a respeito do ideário ultraconservador buzaidiano em sua própria imanência ideológica, demarcando sua gênese e apenas apontando a correspondente função social cumprida no bonapartismo medicista. Se toda contrarrevolução precisa de um teórico, Buzaid cumpriu à risca este papel: foi o ideólogo da contrarrevolução permanente e da perenização do bonapartismo de 1964. Se toda contrarrevolução precisa de um homem de ação, o jurista também cumpriu esta missão de modo intransigente: agiu com eficácia no trabalho de exercitar e legar politicamente a impunidade dos crimes da ditadura militar brasileira. Se toda contrarrevolução precisa de um jurista, Buzaid foi o técnico em leis e em Direito capaz de coordenar e positivar as codificações do regime ditatorial de 1964. Buzaid sagrou-se, e não é pouco, como o jurista ditatorial.

O entendimento sobre as raízes ideológicas do ultraconservadorismo buzaidiano, enfim, propôs-se aqui como uma parte apenas do gigantesco quebra-cabeça que foi (e continua sendo) a história de longa duração e persistência das linhagens ideológicas mais virulentas

¹¹Na síntese de López, por conseguinte, “the civilian partners linked to CAL and WACL and their Anticomunist counteroffensive created the conditions and became the feathers that allowed Condor to fly high and far beyond South America to the U.S. and Europe, murdering opponents so as to shock the exiles and disrupt the solidarity campaigns” (LÓPEZ, 2916: 322).

¹² O *Livro* foi descoberto pelo historiador Carlos Fico nos arquivos da extinta Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (cf. FICO, 2001).

da autocracia burguesa brasileira. Esta é o ventre, que segue frutificando, dos projetos mais bestialmente antipopulares deste país. Bertolt Brecht, a respeito da emergência da extrema-direita como “saída” imposta pela crise do capital, circunscreveu no capitalismo o fecundo ventre reprodutor da besta nazifascista. A autocracia burguesa brasileira representa a usina ontosocietária de ideias que matriza a reprodução da ideologia ultraconservadora nacional. Persistindo conjuntamente a autocracia burguesa e o ultraconservadorismo, somente dessa forma poderão ser superados. Daí a importância e a urgência do estudo e compreensão históricas do fenômeno ideológico ultraconservador brasileiro. Os *Neobuzaid*s, na dicção da cartunista Laerte Coutinho, que revela a enraizada permanência buzaidiana na sociedade brasileira atual, configuram uma nova/velha extrema-direita que, honrando torturadores, empoleira-se nos bustos de ditadores e generais. É preciso (re)conhecer esta história para transformá-la.

Figura 1



Fonte: Laerte (2013).

Figura 22



Fonte: Laerte (2013).

Referências bibliográficas

- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. Ditadura como bonapartismo: apreensões marxistas sobre o regime inaugurado em 1964. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 17, Ano IX, abr./2013.
- BUZAID, Alfredo. A missão da Faculdade de Direito na conjuntura política atual. (Estudo sobre os rumos da democracia no Brasil) [1966]. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. LXIII, 1968.
- _____. Jubilação sem júbilo. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. LXIV, 1969.
- _____. *Rumos políticos da revolução brasileira*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970a.
- _____. *Marxismo e cristianismo* (o problema do ateísmo). Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970b.
- _____. *Em defesa da moral e dos bons costumes*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970c.
- _____. *O estado federal brasileiro*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970d.
- _____. *A renovação da ordem jurídica positiva*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1971.
- _____. *Da conjuntura política nacional*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.
- _____. *Humanismo político*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1973.
- _____. *Dom Pedro II* [1975]. *Revista da Academia Paulista de Letras*, ano XXIV, n. 90, maio, 1977.
- _____. Rui e a questão social [1965]. In: *Ensaios literários e históricos*. São Paulo: Editora Saraiva, 1983.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder*. O baile das solteironas v. III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- _____. Decisões que desestabilizam. Coluna do Castello. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 5 jul. 1987.
- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LAERTE. Cartuns. *Folha de S. Paulo*, 11 e 12 maio 2013.
- LÓPEZ, Fernando. *The feathers of condor*. Transnational state terrorism, exiles and civilian anticommunist in South America. Reino Unido: Cambridge Scholars Publishing, 2016.

MACHADO, Rodolfo Costa. *Alfredo Buzaid e a contrarrevolução burguesa de 1964: Crítica histórico-imanente da ideologia bonapartista do direito, da política e do estado de Justiça*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2015.

PEDREIRA, Fernando. *Brasil Política. 1964-1975*. São Paulo: Difel, 1975.

RAGO, Maria Aparecida de Paula. *José Ermírio de Moraes: A trajetória de um empresário nacional*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. Tese (Doutorado) defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1998.

_____. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. *Cadernos AEL* (Arquivo Edgard Leuenroth – IFCH/Unicamp), Campinas, v. 14/15, 2001.

REALE, Miguel. Revolução e normalidade constitucional. *In: A Revolução de 31 de Março*. 2º aniversário. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

_____. *Problemas institucionais do estado contemporâneo*. Curso Superior de Guerra. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 18 maio 1972.

SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (Coord.). PAYAR, André Javier Ferreira *et al. Advocacia em tempos difíceis: Ditadura Militar (1964-1985)*. Curitiba/Rio de Janeiro/São Paulo: Projeto Marcas da Memória (Comissão de Anistia/Ministério da Justiça)/FGV-Direito, 2013.

VALENTE, Rubens; URIBE, Gustavo. Chefe da CIA disse que Geisel assumiu controle sobre execuções sumárias na ditadura. *Folha de S. Paulo*, 10 maio 2018.

VEJA. Edição 188, 12 abr. 1972.

Como citar:

MACHADO, Rodolfo Costa. Contrarrevolução permanente, anti-liberalismo e anticomunismo: as raízes ideológicas do bonapartismo de Alfredo Buzaid, o jurista ditatorial (1965-1974). *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 287-330, nov. 2019.

Data do envio: 25 jun. 2019

Data do aceite: 07 out. 2019

O pensamento integralista de Miguel Reale¹

Rodrigo Maiolini Rebello Pinho²

Resumo:

Trata-se da análise imanente de um fato doutrinário particular: o ideário integralista de Miguel Reale.

Palavras-chave: Miguel Reale; história do Brasil; ideologia; fascismo; integralismo; crítica.

The ideas and beliefs of Miguel Reale (1932-7)

Abstract:

The objective of this article is to understand the ideas and beliefs of Miguel Reale (1910-2006) from 1932 to 1937, period in which he was a leader of the Brazilian right-wing movement Ação Integralista Brasileira.

Key words: Miguel Reale; Brazil's history; ideology; Fascism; right-wing; critique.

É preciso colocar o Brasil no problema das Nações!

E nós? O problema brasileiro tem uma incógnita: o Ideal.

(...) o que na Itália representa a ideia de Império e na Alemanha a ideia de Raça, no Brasil se exprime com a ideia de terra.

(...) nosso patriotismo não agride...

Temos tudo em nós mesmos e em nossa casa.

O progresso da técnica, as conquistas da ciência permitem voltar a um regime de vida que parecia destruído pelas cidades tentaculares...

(...) e o homem ouve novamente o chamado da terra fértil.

Vendo as chaminés que se elevam no céu cinzento dos bairros industriais, é imenso o nosso orgulho.

Quando os homens da classe média perdem a sua posição social e econômica, dá-se uma revolução, que pode se processar tanto na linha do desespero bolchevista como no sentido orgânico do Integralismo.

¹ Parte (modificada) de minha dissertação de mestrado (cf. MAIOLINI REBELO PINHO, 2008). Revisão ortográfico-gramatical de Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Mestre, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: rorpinho@uol.com.br.

Sempre há, para usarmos uma expressão poética de Menotti del Picchia, a sobrevivência das coisas mortas.

Miguel Reale

I. Introdução

Miguel Reale (1910-2006) projetou-se como intelectual no interior do movimento integralista. Em outubro de 1932, assim que fundada a Ação Integralista Brasileira (AIB), foi introduzido à sua figura maior: Plínio Salgado (1895-1975). Nesse encontro, verificou que seus “pontos de vista eram na maior parte convergentes”. Jovem estudante (ingressara na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1930), Reale ouviu de Salgado que tinha tudo para se tornar o “jurista do Estado Integral” (REALE, 1987, pp. 72-3).

Dias após, filiou-se aos “camisas-verdes”. Com produção teórica intensa, Reale ascendeu rapidamente na hierarquia integralista, ocupando altos postos. Além de membro do “triumvirato” do Conselho Supremo da AIB (órgão máximo, composto, hierarquicamente, por Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Reale), ocupou o cargo de *secretário nacional de doutrina*, dirigiu a *Revista Panorama* e o jornal *Ação*. Gabava-se da sugestão do *sigma* (Σ) como símbolo oficial da organização (REALE, 1987, p. 85).

O que aqui nos importa, todavia, não é o relato dos fatos de sua experiência integralista, mas sim a compreensão dos principais aspectos de sua produção teórica no período de 1932 a 1937. É a ela que nos ateremos. Com esse propósito, analisaremos, de modo imanente, as obras que produziu no quinquênio de duração da AIB, quando lançou as bases de seu pensamento³.

Fica o leitor avisado de que a matéria será tratada em tempo verbal presente. Maneira de pôr diante dos olhos os movimentos de pensamento analisados, como se os tivesse diante de si ditos pelo próprio Miguel Reale, cujas palavras, pois, medeiam esta reconstituição. Desobrigo-me assim do emprego equívoco do futuro do pretérito, bem como evito expressões como “segundo Reale”, “entende Reale”, como se a todo momento necessitasse

³ Os seguintes livros e artigos foram analisados: *A crise da liberdade* (1931- incorporado em *O estado moderno*), *O estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo* (1934), *Formação da política burguesa: introdução ao estado moderno* (1934), *ABC do integralismo* (1935), *O capitalismo internacional: introdução à economia nova* (1935), *Perspectivas integralistas* (1935), *Nós e os fascistas da Europa* (1936), *Corporativismo e unidade nacional* (1936), *Atualidades de um mundo antigo* (1936), *Atualidades brasileiras* (1937), *Integralismo e democracia* (1937). A edição de regra empregada foi a das *Obras políticas: 1ª fase – 1931/1937*, de 1983. Utilizaram-se, também, edições de época de *O estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo* e de *Perspectivas integralistas*.

pontuar que quem diz é Miguel Reale e que com o que ele diz não se transige. Fica desde já posta a radical intransigência, em qualquer modo ou tempo, com o pensamento realiano. Precisamente por isso, pretende-se expô-lo de modo fidedigno, a fim de que, ao final, una-se no leitor o *páthos* da indignação à orientação do conhecimento.

Passo, então, à análise imanente⁴ do integralismo de Miguel Reale⁵.

II. A concepção integral da história

Há pois que considerar no estudo da história dois aspectos do real, mediante leis de duas naturezas; as leis de causa eficiente, e as leis finais, referentes respectivamente aos fatos, às ideias e à vontade, ao determinismo do mundo objetivo e à liberdade do espírito: ao costume e à lei; à sociedade e ao estado, para exemplificar no campo da política.

Miguel Reale

Reale supõe-se criador de uma *nova* “concepção de história”. A sua criatura nomeia de *concepção integral da história* ou *historiografia integral* ou *método integral*.

A integralidade, seu atributo central, define-se por contraposição a concepções que tratam a história de forma parcial, unilateral. Integral, pois considera o processo histórico em sua totalidade⁶.

Considerar o processo histórico em sua totalidade significa afirmar que é composto de duas partes: a do *ser* e a do *dever-ser*.

A parte do *ser* é o mundo objetivo, das coisas, é o reino da natureza, dos “fatos brutos extraespirituais” ou, como mais frequentemente diz, das *causas eficientes*. O *dever-ser*, por sua vez, é a dimensão da subjetividade,

⁴ Trata-se, aqui, de investigar um “fato doutrinário”, isto é: “a constelação global do pensamento de um autor, ou uma parte desse mesmo conjunto. É simples designativo de uma dada entidade de pensamento, podendo ser usado para indicar qualquer manifestação de pensamento explicitamente oferecida. Com ela queremos simplesmente indicar um objeto que tem nos textos a sua expressão objetiva”. A investigação dar-se-á pela via da “análise imanente”, a qual considera os “fatos ideológicos” (ou fatos doutrinários) “entidades específicas, com características próprias em cada caso, que cabe descrever numa investigação concreta que respeite a trama interna de suas articulações, de modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles se estruturam e afirmam” (CHASIN, 1978, pp. 60; 77).

⁵ Como se vê, o propósito não é realizar uma revisão da bibliografia sobre o integralismo de Miguel Reale. Aos interessados na empreitada, há, dentre outros: Araújo (1988); Melo (1994); Maiolini Rebello Pinho (2008); Pinheiro Ramos (2008); Bertonha (2013); RODRIGUES (2014); Dias Tanagino, (2018). Saliento que as divergências fundamentais sobre o integralismo em geral, tais quais adequadamente expostas por Rago (2008), subsistem, com as nuances, claro, próprias dos tempos e dos autores.

⁶ Nesse sentido, Reale dispõe que “A verdade está na integração das observações particulares da realidade concreta” e, contrapondo-se ao “mediocre ‘materialismo histórico’ que apresenta a sociedade como uma superestrutura da economia, da raça ou do meio físico”, clama: “façamos a história do homem na inteira complexidade de seus fatores múltiplos” (REALE, 1983-1, pp. 31-2).

da liberdade, da consciência, do espírito ou das *causas finais*. As leis do primeiro são causais e indiferentes, ao passo que o segundo é regido por leis finais (teleológicas) e éticas.

A novidade da *historiografia integral* é congregar em uma mesma concepção as dimensões do *ser* e do *dever-ser*, concebendo a história como união desses dois momentos (dimensões, partes):

Há uma ciência do espírito e da liberdade que aprecia os fatos e os atos segundo o dever-ser; e há uma ciência da Natureza e do determinismo que é a do mundo do ser. Elas não são antagônicas, não se excluem. Elas se completam e se influenciam reciprocamente, mas uma não pode ser reduzida à outra, como fazem os materialistas de um lado, os idealistas em campo oposto. É o vício do unilateralismo que faz um Marx só ver a economia, ou um Ratzel só ver a geografia... (REALE, 1983-1, p. 28)

Não há, pois, antítese entre o mundo do ser e do dever-ser, entre o reino da Natureza e da liberdade (REALE, 1934, p. 47).

Qualifica-se como unilateral (ou parcial) uma concepção de história que concede uma posição dominante ou exclusiva a um desses “dois mundos distintos, o das *coisas* e o do *homem*, o da *necessidade* e o da *liberdade*, o da inconsciência e o da consciência, o do *ser* e o do *dever-ser*” (REALE, 1983-1, p. 195). É o equívoco, de um lado, do naturalismo (ou materialismo ou determinismo, em que reina o ser) e, de outro, do idealismo (reina o dever-ser). É pela via da crítica dessas concepções parciais, do idealismo e – principalmente – do naturalismo, que se estrutura a *concepção integral da história*.

Sobre os idealistas, limita-se a dizer que “sacrificam o objeto, as coisas” (a dimensão do *ser*).

Já o erro do naturalismo recebe maior atenção, visto que é “o grande equívoco de uma civilização”, pois opera “a *redução do homem às coisas, da história à história natural*” (REALE, 1983-1, p. 197). Os naturalistas (materialistas ou deterministas) “sacrificam o sujeito, o homem, os valores autônomos do espírito”, a dimensão do dever-ser (REALE, 1983-1, p. 32). O naturalismo se atém com exclusividade às causas eficientes, uma causalidade independente do “fator humano”, da liberdade, do “poder de querer e de agir”, isto é, sem finalidade ou teleologia. Ao conceber a história como regida apenas por leis de causa eficiente, o naturalismo expulsa a liberdade humana (a teleologia, o dever-ser, a liberdade, o espírito e, inclusive, o estado) e reduz o homem às coisas, a história à história natural:

Desde que o determinismo penetra na história e expulsa o finalismo, dela sai o homem, porque se lhe rouba a liberdade, a autonomia, poder de querer e de agir (...). O fim é transferido, em última análise, do homem para as coisas, para o próprio jogo dos processos naturais. As leis causais perdem o caráter

indiferente para adquirir um fundo ético (...). Estranha situação! Todo o teleologismo desaparece porque a Natureza é o reino dos fins, e os homens não passam de seus devotados servos: o mundo do ser absorve o mundo do dever-ser. (REALE, 1934, p. 14)

Se da história é feita história natural, se “o mundo do ser absorve o mundo do dever-ser”, o homem torna-se servo da natureza, a liberdade é dominada pela necessidade, a consciência pela inconsciência (e, também, o estado pela sociedade). O que se qualifica como uma “estranha situação” é que a explicação naturalista não implica a supressão dos fins, mas sim sua subtração e transferência do homem para a natureza, no sentido de que, por essa teoria, o homem não é regente da natureza, mas sim regido por ela.

O naturalismo, esse “grande equívoco de uma civilização”, é a “premissa burguesa” cujo “peso morto” os integralistas devem largar – abandonando as explicações exclusivamente causais e o governo das coisas (da natureza, dos apetites, da sociedade), dos quais resultam tanto o liberalismo quanto o marxismo; e afirmando o espiritualismo e o governo dos fins (dos homens, da consciência, do estado).

Abandonando o naturalismo,

os movimentos integralistas deixam o peso morto da premissa burguesa (o naturalismo), marcando o ritmo espiritualista dos novos tempos pela reafirmação do princípio da finalidade como complemento do de causalidade (REALE, 1983-1, p. 198).

Assim, Reale defende a ideia de que se busque “o ritmo espiritualista dos novos tempos” (o ritmo do estado, do dever-ser, da consciência), abandonando a “premissa maior da cultura burguesa”, o naturalismo, que teria no “liberalismo” e no “marxismo” seus representantes principais. O integralismo é uma reação espiritual ao utilitarismo burguês e ao materialismo marxista, pois afirma o “princípio da *finalidade* como complemento do de *causalidade*” contra ambos – pautados que são pela exclusão do “princípio da finalidade”, pelo caráter “antiteleológico”⁷.

Politicamente, pode-se dizer a reação espiritual como o transitar de uma sociedade regida pelo afinalismo do “governo das coisas” (pelo “anomismo dos fins singulares”) para uma organização social pautada pelo “fator humano”, isto é: regida de forma teleológica, segundo um ideal comum, pelo estado. Portanto, nessa trama, o estado tem a função de instrumento político da reação espiritual integralista.

Ora, se (i) o princípio da finalidade complementa o da causalidade no sentido de que “O homem se serve dos conhecimentos obtidos no

⁷ “[Marx] revela a atitude mental própria da cultura burguesa, racionalista e antiteleológica” (REALE, 1983-2, p. 236).

determinismo do mundo objetivo para realizar os fins que a sua subjetividade *livremente* estabelece” (REALE, 1983-1, p. 28); se (ii) o Estado está entre as espécies governadas por leis finais (junto do homem, das ideias, da vontade, da lei, da liberdade do espírito) e a sociedade está entre as espécies governadas por leis causais (junto da natureza, do costume, dos fatos, do mundo objetivo)⁸; logo, no plano político, o estado se serve do conhecimento das leis naturais da sociedade para impor um dever-ser para ela.

Isso fica nítido quando Reale classifica os aspectos do real como espécies regidas por leis causais e leis finais, assim dispondo:

Há pois que considerar no estudo da história dois aspectos do real, mediante leis de duas naturezas; as leis de causa eficiente, e as leis finais, referentes respectivamente aos fatos, às ideias e à vontade, ao determinismo do mundo objetivo e à liberdade do espírito: ao costume e à lei; à sociedade e ao estado, para exemplificar no campo da política. (REALE, 1983-1, p. 28)

A sociedade (assim como os fatos, os costumes, o determinismo do mundo objetivo e a natureza) no pedaço do *ser*; o estado (assim como as ideias, a vontade, à liberdade do espírito, as leis e o homem) no pedaço do *dever-ser*. Logo, no determinismo do mundo objetivo, pautado pela causalidade cega, a presença da sociedade. No plano das ideias e da vontade, a presença do estado, do “fator humano”, do “sujeito”, da “liberdade do espírito”, que tem a sociedade por natural objeto – alvo de seu conhecimento e de sua ação finalística⁹.

Daí que o “revolucionarismo integralista”

brota da consciência do dever que tem o estado de se servir dos conhecimentos das leis naturais da sociedade para garantir a esta uma justiça cada vez maior e uma riqueza cada vez mais proporcionada (REALE, 1983-1, p. 226).

O estado é, portanto, o meio necessário da reação espiritual propalada pelo integralismo, visto que – veremos no tópico seguinte –, deixada por sua própria conta, impera na sociedade o livre jogo das forças naturais e vigora a lei do mais forte (REALE, 1983-2, p. 273). O estado – expressão do fator humano, da consciência, da liberdade – realiza o ideal comum (dever-ser) da nação por meio de seu agir finalístico sobre a sociedade – expressão das coisas, da inconsciência, da necessidade, dos interesses, da anomia dos fins singulares.

⁸ Nesse sentido: “Baseamo-nos nas conquistas realizadas mediante o pressuposto determinista para realizarmos fins que livremente fixamos. Não há, pois, antítese entre o mundo do ser e do dever-ser, entre o reino da Natureza e da Liberdade.” (REALE, 1934, p. 47)

⁹ “O estadista moderno deve falar a milhões de homens, descer até ao coração da massa, *transferindo-lhe a consciência de um destino* através de sua palavra quente, firme, clara, incisiva, simples e sincera.” (REALE, 1983-1, p. 73-74, grifo meu)

Como vemos, o naturalismo não vigora tão somente no plano teórico, não vigora apenas como uma concepção. Aliás, a vigência do naturalismo enquanto explicação para a vida social é um reflexo da realidade vivida, do naturalismo em ato, é uma reafirmação, na teoria, do estágio histórico do domínio burguês, instaurado pela Revolução Francesa e em curso. Período marcado pelo efetivo governo das coisas, pelo afinamento da vida social, em suma, pelo naturalismo operante.

Mais que um embate contra uma concepção, Reale almeja um embate contra um certo estado de coisas. O naturalismo operante se põe na forma de uma sociedade anômica, que tem por condição o caráter inerte (negativo) do estado liberal. Reage-se contra esse estado posto pela implantação do revolucionário estado integral, forma de estado apta a impor uma finalidade para a vida natural e anômica da sociedade liberal.

Pode-se dizer tanto que a historiografia integral é a expressão (em termos de concepção de história) da defesa da reação espiritual por meio do estado integral, quanto que a reação espiritual do estado integral é a expressão, em termos políticos, da concepção integral da história.

Em resumo, ao naturalismo enquanto concepção de história, Reale opõe a concepção integral da história. Ao naturalismo em ato (propriamente: a sociedade e o estado liberais), Reale opõe a reação espiritual operada pelo estado integral.

A suma é a seguinte:

O liberalismo é essencialmente naturalista (...). O liberalismo continuou no marxismo a sua marcha para a destruição do estado. / O determinismo do mundo físico foi transportado para o mundo social. O homem foi considerado um simples juguete dos acontecimentos, incapaz de reagir para a realização de um fim. Era a civilização antifinalista que se iniciava (...). E essa doutrina denominou-se pomposamente de “liberalismo”! Liberdade dentro do mais ferrenho dos determinismos, o imposto pela exigência dos apetites. (REALE, 1983-3, pp. 94-5)

Como vimos, só se pode “reagir para a realização de um fim”, libertando-se da “civilização antifinalista”, através do *estado integral*. É deste que passamos a tratar.

III. O estado integral

Até a luta de classe é uma criação do governo.

Miguel Reale

Elaborado também por oposição, o estado integral tem por contraponto o estado liberal, cuja nota principal é o abstencionismo econômico. Trata-se de um estado de conduta negativa, cujos poderes são

contidos diante do indivíduo, de um estado que atua apenas para preservar os direitos naturais e garantir a igualdade formal perante a lei. É o estado mínimo, o estado como mal necessário, o estado do *laissez-faire* da doutrina liberal.

O cerne da crítica realiana ao estado liberal é que ele não regulamentou a vida econômica:

O estado liberal – o liberalismo é a consagração sistemática da indiferença do estado para com a vida social e econômica, a limitação da ação governamental às funções de ordem jurídica. Diante do estado só há o cidadão, sujeito de direitos políticos, submetido às mais variadas restrições legais: o direito é monopólio do estado enquanto a economia é monopólio do indivíduo (...). A história política do século passado e a de nossos dias resultam desse equívoco inicial da regulamentação da vida jurídica e da não regulamentação da vida econômica. (REALE, 1983-3, p. 58)

“Desse equívoco inicial” resulta a “crise da política moderna”, com o fortalecimento dos poderes do indivíduo e o enfraquecimento dos poderes do estado (REALE, 1983-1, p. 70). Limitado ao exercício de funções jurídicas e apeado de seu posto de “centro coordenador e orientador das energias individuais”, o estado liberal deixa a economia nas mãos dos indivíduos, acarretando, como antes apontamos, o naturalismo vivido, isto é, o governo das coisas: a vigência da cobiça, da ganância, dos apetites, do predomínio do mais forte sobre o mais fraco, da luta de classes, do “espírito judaico”¹⁰ (REALE, 1934, pp. 175; 208).

Reale, então, investe contra essa economia dominada por interesses individuais, por faculdades de agir sem correspondentes deveres de agir:

A teoria da sanção automática resultante do espontâneo jogo das forças produtivas foi uma série de atos de devoção prestados perante o altar da deusa Natureza. Hoje, quando o desassossego invadiu todos os corações, quando, após falar “papá” e “mamã”, a criança aprende a palavra “crise” há ainda quem acredite no providencialismo benéfico da natureza? / Por que existe toda essa angústia universal? Porque o estado liberal garantiu, no campo econômico, a “*facultas agendi*”, mas se esqueceu de estabelecer a “*norma agendi*”. / A economia separou-se do direito, e o direito insubordinou-se à moral. (REALE, 1983-2, p. 272)

Logo, “a causa dos males da sociedade burguesa” (REALE, 1983-2, p. 272) é que a economia dissociou-se do direito, da moral, do estado. Na ausência de um estado diretor e organizador da vida social, os indivíduos visam apenas a seus propósitos particulares, seu benefício egoístico, o que interdita a realização de uma moral posta pelo estado.

¹⁰ Acerca da natureza específica do antissemitismo no integralismo (distinto do “conteúdo biológico da concepção rracica do nazismo”), veja-se Rago (2008, p. 214).

Isso porque “o equilíbrio não pode, de modo algum, ser estabelecido espontaneamente entre as forças sociais, sem que haja unidade moral de coordenação e direção” (REALE, 1934, p. 157).

Critica-se então o liberalismo por sua crença na “harmonia automática dos interesses individuais” ou no “equilíbrio automático dos egoísmos”. O absentismo do estado liberal, a ausência de “uma unidade moral de coordenação e direção”, libera o antagonismo entre as classes. Nesse quadro, prega-se que o estado, na função de agente do bem comum, promova a conciliação de classes, o equilíbrio entre fracos e fortes, pois:

O antagonismo das classes só existe nas sociedades que permitem, ao lado do poder político organizado, a anarquia das forças econômicas (...). Hoje em dia, o estado precisa estar acima das classes. (REALE, 1934, p. 175)

Vê-se que “um dos princípios fundamentais do integralismo é a colaboração das classes, e não a luta de classes pregada pelo comunismo” (REALE, 1983-3, p. 201). Reale defende a solidariedade das classes no âmbito nacional, viabilizada pelo “nacionalismo orgânico”, isto é, pela integração de todas as forças sociais na estrutura corporativa do estado integral¹¹.

Afinal, o estado integral “não representa uma classe, mas a totalidade das classes” (REALE, 1983-2, p. 273) e, nessa condição, está acima delas:

o estado integral não é o estado subordinado à economia, mas sim o estado supereconômico, que está acima da economia, não como produtor, mas como orientador e fiscalizador (REALE, 1983-3, p. 202).

IV. O nacionalismo anticapitalista

(...) as nações e os estados são vítimas do capitalismo que os arrasta a guerras imperialistas.

Defender a nação significa combater violentamente o capitalismo. Nacionalismo sem anticapitalismo é expressão vazia, motivo poético de política “dilettante” (...). A luta anticapitalista deve se travar nos quadros das nações.

(...) o fim político do integralismo é a identificação do estado com o povo, do estado com a nação.

Miguel Reale

¹¹ Sobre a estrutura interna do estado integral proposta por Reale, veja-se a minha dissertação de mestrado (PINHO, 2008, pp. 70-1).

Além de ceder terreno à luta de classes, o abstencionismo do estado liberal permite que bancos e agiotas internacionais (o denominado “superestado-transnacional-capitalista”) dominem o estado por dentro, suguem sua soberania e determinem sua economia (REALE, 1934, pp. 121-2), subjugando igualmente todas as “forças nacionais”, tanto capital como trabalho (o que é o traço distintivo do capitalismo coevo). Trata-se de uma época de domínio do capital financeiro, personificado em banqueiros e agiotas sem pátria que, pelo controle da moeda, escravizam todos os estados e as suas forças nacionais. É o que o pensador integralista dispõe a seguir:

Os bancos estabelecem-se nos organismos nacionais, controlam as economias, impõem a sua vontade aos produtores e agricultores, aos comerciantes e aos operários. O estado, hipotecado em uma longa série de empréstimos, é um simples empregado do estado super-nacional-capitalista, cujos primeiros ministros são quase todos da raça judaica (...). Só os liberais acreditam na soberania do povo brasileiro... (REALE, 1934, p. 122)

Dessa maneira, o “supercapitalismo” instrumentaliza os estados nacionais para seus propósitos, fazendo que esses entes – potencialmente portadores do ideal comum nacional – atuem contra a nação. O controle da moeda é o meio concreto pelo qual essa instrumentalização efetua-se. Daí que a ruptura do laço de submissão do estado ao “supercapitalismo” exige a “nacionalização de todo o sistema creditório” e a revisão da dívida externa. Com isso, os bancos (nacionalizados) exerceriam apenas a função de abastecer o mercado dos meios de troca necessários e teriam sua atuação orientada pelo bem comum, pelo interesse comum da coletividade nacional.

Em síntese, o “banqueirismo internacional” e os “agiotas” aproveitam-se da negatividade do estado liberal para assumir, ao redor do mundo, o controle dos estados nacionais. Os estados perdem sua soberania, pois, em vez de desempenharem o papel de promotores do bem comum da nação, por meio da prescrição de um dever-ser (uma moral) à economia, permitem que toda ela passe a ser determinada pelos interesses imediatistas das finanças internacionais. Com essa visão, Reale afirma que a “luta imediata é contra o capitalismo financeiro” e o correspondente “espírito judaico de açambarcamento monetário”.

Investindo contra essa situação, Reale desfralda a bandeira do nacionalismo anticapitalista¹². Vejamos o que significam, no léxico realiano, essas categorias: “nacionalismo” e “anticapitalismo”.

¹² “Defender a nação significa combater violentamente o capitalismo. Nacionalismo sem anticapitalismo é expressão vazia, motivo poético de política ‘dilettante’ (...). A luta anticapitalista deve se travar nos quadros das nações.” (REALE, 1934, p. 123).

Capitalismo, segundo entende, é o sistema caracterizado pela separação entre economia e moral, em que os particulares buscam ampliar desregradamente seus ganhos econômicos, sem atender a interesses comuns¹³. O capitalismo, diz, não é caracterizado pela propriedade privada¹⁴, mas pela insubmissão do movimento econômico à moral (ao ideal comum), que deve se concretizar no agir estatal. O capitalismo financeiro é a forma coetânea dessa insubmissão, do *governo das coisas*, da civilização burguesa antifinalista. É a ela que se opõe o “revolucionarismo integralista”, na medida em que pretende impor um dever-ser político à vida econômica. Explica-se, assim, que Reale utilize a expressão anticapitalismo em um sentido geral (defesa da subordinação da economia a um ideal comum) e em um específico (crítica ao “agiotarismo” e ao capitalismo financeiro).

Ao anticapitalismo agrega-se o nacionalismo. Agrega-se porque a nação é um “ideal comum”, é “a síntese das aspirações coletivas”, é a “consciência comum de querer” de um povo e o estado integral (ao contrário da negatividade do estado liberal), é um estado ético, finalístico, que dirige a sociedade e tem a missão de realizar o “ideal comum”, ao qual deve se subordinar a economia do país. Daí que Reale professe que “o fim político do integralismo é a identificação do estado com a nação”.

Essa identificação não é material nem quantitativa, mas sim espiritual e qualitativa. A nação não é um palco de interesses, mas uma síntese das aspirações coletivas. O estado não se identifica quantitativamente, por “força numérica”, com a nação, mas qualitativamente, “no sentido de exprimir seus valores mais altos”¹⁵. Isso se dá por intermédio de uma “elite”, “intérprete da vontade coletiva” (“as afirmações, as aspirações e os valores mais altos e mais representativos da vida nacional”), que dirige a “causa pública” e “traça (...) o destino dos povos e das nações” (REALE, 1983-2, p. 253).

O ideal ao qual deve se submeter a economia é o ideal comum nacional. O nacionalismo é a defesa da realização do ideal comum de cada nação pelo estado. E realizar um tal ideal comum é, exatamente, impor à economia uma finalidade, assim extirpando o governo das coisas, a vida causal.

¹³ Veja-se, por exemplo, Reale (1983-2, pp. 224-5).

¹⁴ Se assim fosse, “forçoso seria reconhecer no capitalismo um fato universal. Não haveria época não-capitalista, a não ser nas mais remotas fases da evolução social” (REALE, 1983-2, p. 194). Reale entende, aliás, que se deve defender a propriedade privada contra o capitalismo, no sentido de que ele acarreta a concentração de capitais (REALE, 1983-2, p. 236).

¹⁵ “O estado é, pois, um organismo complexo de forma jurídica, mas de conteúdo político-histórico, tendente a se identificar com a nação, não materialmente no sentido de absorver os indivíduos e os grupos, mas espiritualmente no sentido de exprimir seus valores mais altos./ O estado exprime qualitativa e não quantitativamente a nação.” (REALE, 1983-2, p. 134)

Trata-se, assim, do “reerguimento das pátrias contra o capitalismo”, o que confere “uma extensão muito maior à revolução, que deixou de ser de uma classe, para se transformar no movimento da nação inteira” (REALE, 1983-3, p. 209). A revolução é comandada pela classe média (veremos adiante), mas em nome da nação inteira, já que todas as forças sociais são vítimas do capitalismo, que é inimigo da nação.

Eis o conteúdo do “nacionalismo anticapitalista”.

V. O ideal desconhecido

E nós? O problema brasileiro tem uma incógnita: o ideal.

Um povo torna-se nação quando se analisa interiormente e recebe do passado a consciência de um papel na história. Só quando um povo formula um ideal dizendo: Quero ser isto!, só então é que a pátria é nação e a nação se faz estado.

Miguel Reale

Como vimos, para subordinar a anarquia econômica a um dever-ser político e libertar o estado das mãos do capital financeiro, óbice da unidade espiritual entre nação e estado, é necessário, primeiro, que venha à luz a nação (o estado já se tem), isto é: “uma consciência comum de querer”. É a consciência de um ideal nacional, de um ideal comum, que faz de um povo uma nação, cujos propósitos devem ser encarnados pelo estado em seu agir teleológico.

O problema é que no Brasil ainda não há uma nação. Aqui “faltava uma consciência comum de querer” (REALE, 1934, p. 127), a “consciência de um ideal nacional”, a “consciência de um ideal comum”, por isso “não conseguimos ser nação”. Somos povo (e estado), distingue, sem sermos nação:

Nossa política é de oportunismo porque nos falta a consciência de um ideal nacional. Somente quando um povo adquire consciência de um ideal comum é que esse povo sobe mais um degrau e se transforma em nação. (REALE, 1983-3, p. 169)

O povo brasileiro não subiu o degrau que o alçaria ao *status* de nação. Isso foi resultado histórico da passividade diante da extensão do território nacional: sem limites fornecidos por um estado forte, “o homem do Brasil” foi se espalhando pelo território de modo desregrado. Por isso, “temos vivido na admiração passiva das magnificências da nossa natureza”.

Recorrendo a Plínio Salgado, seu chefe na Ação Integralista Brasileira, Reale apresenta uma explicação histórica dessa falta decisiva:

“O nosso senso da liberdade, escreve Plínio Salgado, (...) vinha da própria lição das distâncias geográficas. Dispondo de um

continente inteiro, o homem do Brasil sentia a necessidade de locomover-se para onde quisesse, em que direção entendesse”. Não havia uma liberdade a conquistar, como na Europa: aqui, ao contrário, havia um conjunto de deveres a criar, pois a liberdade era ilimitada e se realizava sem esforço na ampliação da terra virgem. (REALE, 1934, p. 128)

Assim, na ausência de direção, de estado, as vastas distâncias geográficas engendraram um senso de liberdade ilimitada, de faculdades desacompanhadas de deveres comuns. Essa condição “exigia autoridade, governo com finalidades firmes para criar nas populações brasileiras o hábito da vida associativa” (REALE, 1934, p. 127), o que, contudo, não ocorreu.

O Brasil fez-se estado antes de se fazer nação porque nunca constituiu um ideal comum e:

As nações são como os indivíduos. Perdem-se quando um ideal não limita as suas energias, não coordena as suas forças múltiplas. Em 400 anos os brasileiros não conceberam um grande sonho... (REALE, 1934, p. 129)

Essa lacuna é uma especificidade da situação brasileira e coloca o Brasil um passo atrás dos “nacionalistas” europeus, como vemos no trecho a seguir, em que Reale promove uma comparação com a Itália:

Na Itália, os nacionalistas se impuseram a imensa tarefa de reviver as glórias do passado, no esplendor da disciplina das gerações novas. No Brasil a tarefa é mais árdua. Trata-se de revelar uma nação, cuja palavra ainda não se fez ouvir, cujos valores espirituais o mundo desconhece e não poucos brasileiros ignoram. (REALE, 1983-3, p. 229)

Por essa razão, o problema brasileiro é antes de tudo “moral” – é preciso revelar um “ideal comum”, um “grande sonho”, sinalizando o dever-ser político da revolução integralista:

Mais alto que os problemas econômicos-políticos, é o problema moral da nossa cultura. A Alemanha alimenta o sonho poderoso da raça; a Itália, o sonho maravilhoso do império; a Inglaterra estende o olhar pela vastidão dos mercados e das conquistas; a América do Norte empenha-se na organização para o domínio da máquina; a Rússia se embuça no sacrifício proletário; e a França já se agita para reafirmar seus valores mais altos. E nós? O problema brasileiro tem uma incógnita: o ideal. Temos vivido sem ele, na admiração passiva das magnificências da nossa natureza. Temos nos contentado com os sucedâneos das revoluções improvisadas. Se, alhures, grandes revoluções se fizeram sem um programa inicial determinado, a nossa deve começar, ao contrário, revelando um rumo. (REALE, 1934, p. 242)

Assim, se o ideal comum da Alemanha é a raça; da Itália, o império; da Inglaterra, a expansão do mercado; dos Estados Unidos da América, a

máquina; se a França, se até a Rússia ostenta uma consciência comum, aqui a questão central é “E nós? O problema brasileiro tem uma incógnita: o ideal” (REALE, 1934, p.242). Trata-se de responder a essa incógnita, de descobrir o ideal típico da terra brasileira, ideal que, sendo o alicerce da unidade nacional, deve ser realizado pelo estado.

Operando um paralelismo forçado com a Antiguidade grega, Reale aborda o significado dessa incógnita e, logo, do problema brasileiro:

Faltou um centro de referência à história grega, faltou a consciência comum de um dever, faltou o imperativo comum de um ideal. A Grécia não chegou a ser estado-nação porque não teve um ideal comum, nada quis em comum: cada grupo quis para si, cada qual quis ser o centro sem perceber que o centro das nacionalidades está nos recíprocos reconhecimentos dos direitos e dos deveres, das virtudes e dos vícios. Foi por esse motivo, pensando no triste fim da história grega que terminei *O estado moderno* proclamando que o “problema brasileiro tem uma incógnita: o ideal”. Alguns acharam curiosa essa afirmação, outros demasiadamente vaga. Aqui se compreende melhor o que quero dizer. Um povo torna-se nação quando se analisa interiormente e recebe do passado a consciência de um papel na história. Só quando um povo formula um ideal dizendo: Quero ser isto!, só então é que a pátria é nação e a nação se faz estado. No fundo, o que é a nação se não uma consciência comum de querer, e que é a soberania do estado, senão o que diz Gerber, “o poder de querer em um moral organismo concebido como pessoa”? Só onde há consciência de fins comuns há soberania; só onde há soberania há estado. Não nos iludamos. Não basta possuir grandes vultos no passado para que se forme uma consciência nacional. Não bastam também estradas de ferro, rodovias, linhas aéreas, rádios, telégrafos, comércio interno. Não bastam a força e a glória dos exércitos e das esquadras. Não basta a unidade da língua e a semelhança das religiões. Não basta o esplendor das indústrias e as afirmações maravilhosas da ciência. Não bastam as divinas criações da arte. Consciência nacional existe onde há esses fatores todos e outros mais, desde que de geração em geração se transmita o culto dos grandes homens, o orgulho pelo que se fez e a certeza de que é possível fazer mais. Consciência nacional existe onde há memória, presença do passado como estímulo do presente, ou seja, a unidade da tradição. (REALE, 1983-1, p. 81)

Nesse longo trecho, Reale diz, uma vez mais, que uma nação não se constitui materialmente, mas sim espiritualmente, até porque é, ela própria, um ideal, uma consciência. A trama do tecido nacional não é feita de estradas de ferro, rodovias, linhas aéreas, rádios, telégrafos, comércio interno, armas, língua, religiões, indústrias, ciência, arte, grandes personagens etc. Nada disso cimenta uma nação, mas sim a “consciência comum de um querer”, o “imperativo comum de um ideal”, a “consciência nacional”.

O encontro com essa consciência nacional não é com algo novo; é um reencontro com o passado. Deve-se lançar os olhos ao passado para de lá receber a “consciência nacional”, para receber a consciência de um papel na história, o que permitirá então exclamar o revelado: “Quero ser isto!”. O ideal comum, o dever-ser a nortear o estado no presente é, pois, um legado do passado. A força da memória garante que o passado possa sempre atualizar-se no presente, tornando possível que se veja na história a continuidade de uma tradição. Por isso, Reale dispõe: “Consciência nacional existe onde há *memória*, presença do passado como estímulo do presente, ou seja, a *unidade da tradição*”.

Trata-se, enfim, da “sobrevivência das coisas mortas” (REALE, 1983-1, p. 130).

VI. O ideal revelado: o bandeirismo

(...) a grandeza do integralismo consiste em ter revivido o antigo ideal da nação, conclamando os novos bandeirantes para a conquista da terra e de nós mesmos. É o imperialismo dentro das fronteiras. (...) e o homem ouve novamente o chamado da terra fértil.

O liberalismo no Brasil foi um ato de passividade ante as forças da terra, um desvio do bandeirismo que é a reação permanente do homem contra as forças da natureza.

Miguel Reale

Nesse movimento de regresso, de volta ao passado, Reale encontra na terra vasta e em suas potencialidades o *eixo da história nacional*, e no ideal bandeirante, a *consciência do fim comum*, o *télos* integralista: a conquista da própria terra. Assim, a terra: o eixo da história brasileira; sua conquista (o ideal bandeirante): “nossa” consciência comum de querer e “nosso” papel na história.

É o que sustenta a seguir, num artigo sobre a obra *Geografia sentimental*, de Plínio Salgado:

O espaço é a constante do livro de Plínio Salgado. Pode-se mesmo dizer que estamos apreciando uma visão ética e histórica da pátria através da geografia./ A propósito de tudo, surge o espaço, como realidade primeira e dado fundamental. Há em todas as páginas uma lição sociológica pondo em evidência o fator terra. Se fôssemos dados a exageros e unilateralidades, diríamos que o que na Itália representa a ideia de império e na Alemanha a ideia de raça, no Brasil se exprime com a ideia de terra. A terra, as características mesológicas, o patrimônio cultural que nossos avós nos legaram, é como que o eixo de nossa história e de nossa alma de povo. Nossas epopeias

são ainda as da conquista direta ou indireta da terra, as das bandeiras, as das entradas, as dos criadores nordestinos, as dos plantadores de fazendas, as dos desbravadores do sertão. (REALE, 1983-3, p. 149)

O “eixo de nossa história e de nossa alma de povo” é o “fator terra”, “o espaço como realidade primeira e dado fundamental”, “as características mesológicas, o patrimônio cultural que nossos avós nos legaram”. Tanto é a terra o fator que define o Brasil como nação que “nossos” grandes feitos passados são “ainda” os atos voltados à sua conquista, isto é, as bandeiras, as entradas, as realizações dos criadores nordestinos, dos plantadores de fazendas, dos desbravadores do sertão.

A terra é o eixo de nossa história, logo, sua conquista é o dever-ser nacional. Isto é, a natureza e o espaço são os eixos de nossa história, o que implica que a consciência nacional, o ideal comum, seja sua conquista. Ideal comum que já existiu no Brasil, em um período que não se precisa, mas anterior ao liberalismo, o qual fez com que essa consciência comum nacional se perdesse, até que os integralistas a fizessem reviver. O ideal nacional está, assim, inscrito na natureza e é encontrado no passado.

Reale nomeia *bandeirismo* o ideal que deve ser perseguido no Brasil. O bandeirismo é a conquista da terra, é “a reação permanente do homem contra as forças da Natureza” (REALE, 1934, p. 128). Sua realização exige uma mudança de atitude, da passividade ante às exuberâncias e potências naturais para a atividade de conquista da natureza e do interior (do sertão), isto é, para o imperialismo intrafronteiras. Isso porque “Temos vivido na admiração passiva das magnificências da nossa natureza”. A culpa é do liberalismo, que nos desviou do bandeirismo: “O liberalismo no Brasil foi um ato de passividade antes as forças da terra, um desvio do bandeirismo que é a reação permanente do homem contra as forças da natureza” (REALE, 1983-2, p. 91).

A reação bandeirista é a reação da nação brasileira ao liberalismo (e ao capitalismo), é a forma do nacionalismo brasileiro. A “grandeza do integralismo”, pois, foi reviver a ideia que deve dirigir a realização do destino nacional:

a grandeza do integralismo consiste em ter revivido o antigo ideal da Nação, conclamando os novos bandeirantes para a conquista da terra e de nós mesmos. É o imperialismo dentro das fronteiras. A tensão espiritual que há de dar ao mundo um tipo novo de civilização, a civilização tropical, cheia de delicadezas e de espiritualidade (REALE, 1934, p. 242).

Para Reale, o grande feito integralista é a fixação da conquista da própria terra como a finalidade comum a ser perseguida. O principal desafio dos brasileiros é a atualização das bandeiras, a realização do

imperialismo dentro das fronteiras. Esse esforço inaugurará não só um país, mas apresentará ao mundo uma nova *civilização*, “a civilização tropical”, marcada pela espiritualidade, pela delicadeza, pela docilidade, bondade e ingenuidade de seu povo. O bandeirismo irá “tornar o homem brasileiro tão grande como grande é a terra que conquistou”.

VII. A economia do bandeirismo

Nossas fontes de riqueza, até ontem precárias devido à supremacia do industrialismo do carvão, do ferro e do petróleo, já são reais hoje que a técnica abre novos horizontes ao aproveitamento do minério e das forças hidráulicas, e o homem ouve novamente o chamado da terra fértil./ (...) Reunir as energias nacionais e conduzi-las para a conquista da terra, estendendo a toda a nação um comunismo semelhante ao das primeiras fazendas; (...) eis o programa que nos deve animar.

Vendo as chaminés que se elevam no céu cinzento dos bairros industriais, é imenso o nosso orgulho.

Nesta época na qual todas as nações, por mais deficientes que sejam de recursos, não poupam esforços no sentido de criar uma indústria própria, é justo que nos orgulhemos do parque industrial brasileiro, de tudo o que já nos foi dado fazer, e do muito que ainda é possível levar a termo.

Miguel Reale

Economicamente, como se põe a aventada conquista da terra?

Antes disso, tem o bandeirismo um programa econômico organizado? Via de regra, não. A matéria é quase sempre abordada de modo difuso, assistemático (notadamente no que tange à esfera da produção)¹⁶ e também contraditório, ainda que exista um fio condutor. Há uma exceção, veremos adiante, que é o artigo Considerações gerais sobre a indústria brasileira.

Tratemos primeiro de alguns trechos dessa primeira abordagem difusa; trechos significativos, visto que revelam o fio condutor que une as partes de um todo disforme.

Na passagem a seguir, Reale indica que o modo almejado de “nossa afirmação econômica” deve decorrer do bandeirismo, ideal comum que prega a reunião das forças nacionais para a empresa de conquistar a terra em extensão:

Nós recebemos de nossos antepassados o legado de muitos milhões de território. Cumpre-nos conquistá-lo. Nosso

¹⁶ Quanto ao capital financeiro, já vimos, há uma crítica constante e direta.

imperialismo já tem o objeto. Falta a vontade firme do sujeito dominador, porque nos faltou até agora a consciência de um dever comum./ Sendo possuidores, como somos, de tantas riquezas ainda para explorar, devemos ordenar a nossa economia não somente para criar valores trocáveis, como ensina a escola liberal, mas também para utilizar as forças produtivas./ Neste ponto cabe uma observação que consideramos de grande alcance./ Na Europa, os estados objetivam a organização da vida econômica a fim de se ganhar em intensidade o que não pode mais ser obtido satisfatoriamente em extensão, pelo simples fato de não existirem mais terras incultas ou matérias inaproveitadas. Esta situação é tão grave que a atenção dos técnicos já está voltada para o aproveitamento industrial de determinadas coisas que estavam à margem do ciclo produtivo devido ao seu diminuto rendimento./ Nós, ao contrário, temos terra e temos matérias-primas. Pode ser que não sejamos o mais rico dos países; mas com certeza não somos dos mais pobres./ Se assim é, e se somos poucos, nosso dever é nos organizar para que a energia dos indivíduos não se estanque, mas se propulsione mediante a colaboração dos grupos associados e do estado./ Como escrevi em *O estado moderno*, ainda estamos no período de desbravamento, no início de uma economia que ainda não se realizou em extensão, nem na realidade, nem nas obras dos cientistas, tão avultado é o número de riquezas ignoradas./ O erro de nossa economia tem sido este, de intensificar a produção de certas riquezas, na exploração descontrolada do açúcar, do café ou do algodão, antes de ter se realizado em extensão. E todo fracasso de culturas isoladas tem constituído um empecilho ao desenvolvimento de novos setores da economia nacional, em virtude dos *déficits* acarretados e das quebras previsíveis. (REALE, 1983-3, pp. 232-3)

Terra, matérias-primas, riquezas, forças produtivas: já as “temos”; isto é, “nosso imperialismo” já tem objeto. Falta a vontade do “sujeito dominador” de cultivar, explorar, aproveitar, utilizar. Une-se a vontade do “sujeito dominador” com o objeto do “nosso imperialismo” no cultivo da terra, no aproveitamento das matérias-primas, na utilização das forças produtivas, na exploração das riquezas ignoradas no território brasileiro. Isso é realizar a economia em extensão, conquistar o território nacional, em síntese: implementar o ideal bandeirista.

Se na Europa a economia é voltada à intensificação da produção, visto que a conquista territorial já se completou, aqui, ao contrário, o objetivo fundamental é a conquista da extensão territorial, é a utilização do imenso território desaproveitado, não a intensificação da produção. Se na Europa visa-se ganhar em tempo o que não mais se tem em espaço, intensificando-se a produção, no Brasil, pátria feita de espaço, trata-se

apenas de se apropriar da ampla terra¹⁷. Isso implica uma reorientação da economia, que não mais deve ser baseada na intensificação da produção de alguns produtos, como o café, o algodão e o açúcar (o que erroneamente se fez), mas sim na apropriação em extensão da terra.

Eis o “programa que nos deve animar”, isto é, o modo prescrito de atualização econômica do ideal bandeirista:

No Brasil não há apenas uma economia a organizar, mas também uma economia a criar (...). Nossas fontes de riqueza, até ontem precárias devido à supremacia do industrialismo do carvão, do ferro e do petróleo, já são reais hoje, que a técnica abre novos horizontes ao aproveitamento do minério e das forças hidráulicas, e o homem ouve novamente o chamado da terra fértil./ Nossa afirmação econômica implica o problema de valorizar o homem. Não valorização apenas no sentido eugênico e no da especialização técnica, mas sobretudo no sentido de criar um ideal para a nação, de acordar no espírito brasileiro o bandeirismo adormecido entre as fronteiras das províncias. Só assim poderemos aproveitar a potencialidade criadora do sulino desbravador do sertão no plantio do café e do mate, do garimpeiro que reata a mineração do passado, do gaúcho que completa a economia dos trópicos com as suas culturas mediterrâneas, do nordestino que penetra triunfante no labirinto amazônico. *Reunir as energias nacionais e conduzi-las para a conquista da Terra, estendendo a toda a Nação um comunalismo semelhante ao das primeiras fazendas*¹⁸; fazer o homem agir ao lado dos outros homens vencendo a dispersão das distâncias geográficas pela imposição de um mesmo objetivo e de um mesmo plano; aproveitar, na exploração econômica, a capacidade intuitiva de nosso espírito, reforçando, como diz Azevedo Amaral, as faculdades analíticas e discursivas da inteligência; eis o programa que nos deve animar. É imperialismo interior, que parte do domínio do homem sobre si mesmo para o domínio das forças naturais que as fronteiras da pátria delimitam. Temos tudo em nós mesmos e em nossa casa. (REALE, 1934, pp. 236-7, grifo meu)

Se “temos tudo em nós mesmos e em nossa casa”, o “programa que nos deve animar” é a conquista da terra, o imperialismo interior, visando “[a]o domínio das forças naturais que as fronteiras da pátria delimitam”. A

¹⁷ A referência à Europa não é ocasional. Em Reale, a argumentação que justifica a particularidade do integralismo diante do fascismo europeu é desenvolvida a partir do contraponto com a sua apreciação do quadro europeu. É nessa trama teórica que Reale dispõe os fatores (em especial a disparidade entre a população reduzida e o vasto território) que explicam a razão de o patriotismo brasileiro não ter um cunho expansionista (visa à conquista do próprio território).

¹⁸ De se notar que na edição de suas obras pela UnB, em 1983, o trecho está assim escrito: “um comunalismo *cristão* como já existiu em algumas das primeiras fazendas” (REALE, 1983-2, p. 164, grifo meu). Não sabemos se este acréscimo já constava de outra edição da obra. O intento talvez seja o de afastar qualquer entendimento que aproxime comunal de comunista, daí a aposição do “cris-tão”.

reunião das energias nacionais para esse fim desabrochará as diversas potencialidades econômicas locais, como o plantio do café e do mate, a mineração, as culturas mediterrâneas, a penetração no labirinto amazônico¹⁹.

“E o homem ouve novamente o chamado da terra fértil”! Reale vê no progresso da técnica o meio de atender ao chamado da natureza:

Nossas fontes de riqueza, até ontem precárias devido à supremacia do industrialismo do carvão, do ferro e do petróleo, já são reais hoje que a técnica abre novos horizontes ao aproveitamento do minério e das forças hidráulicas, e o homem ouve novamente o chamado da terra fértil. (REALE,1934, pp. 236-7)

Contrasta com o criticado industrialismo (fundado no carvão, no ferro e no petróleo²⁰) não apenas o aproveitamento do minério e das forças hidráulicas, mas notadamente o atender ao chamado de exploração da terra fértil, terra que é o eixo de nossa história. Terra que, aqui, não quer dizer espaço em geral, mas objeto de cultivo. E como cooperariam esses novos bandeirantes na imensa tarefa de exploração econômica, de conquista da terra, de domínio das forças naturais no interior das fronteiras? Uns “ao lado dos outros”, “estendendo a toda a nação um comunalismo [cristão] semelhante ao das primeiras fazendas”²¹.

¹⁹ Como vimos, são apenas atividades econômicas primárias e, sobretudo, rurais. Não se fala aqui, e isso é importante, de bens de mais trabalho social acumulado (maior valor agregado, como se diz), como máquinas, trens, caminhões, carros, mas sim em café, mate, culturas mediterrâneas etc.

²⁰ Note-se que carvão, ferro e petróleo eram precisamente as matérias-primas fundamentais ao progresso industrial e à busca por uma “independência econômica” nacional (e é justamente contra o “industrialismo” fundado nessas matérias que se insurge Reale). Veja-se o que dizia Getúlio Vargas sobre essas matérias: “Não temos sido até aqui, mais do que produtores de matérias-primas de origem vegetal e animal. É chegada a oportunidade de abrir caminhos novos e de estruturar o novo progresso sob novos esteios, menos acessíveis às dificuldades que nos venham do exterior. A exploração das riquezas do subsolo e o tratamento industrial dos produtos minerais básicos – carvão, ferro e petróleo – e a criação da metalurgia adiantada são etapas indispensáveis à nossa independência econômica” (*apud* FRANCO; SILVA; DRUMMOND; TAVARES, 2012, p. 423).

²¹ Pretende-se, assim, esse comunalismo cristão semelhante ao das primeiras fazendas. A ideia é, por natureza, de difícil determinação, visto que se remete a tempos, lugares e modos incertos. Ainda assim, o que se pode inferir desse aventado comunalismo, cristão ou não, semelhante ao das primeiras fazendas? Decerto um intento genérico de atualizar um modo de produzir passado, pré-capitalista (anterior ao menos à indústria e à manufatura); também, uma idílica apologia de um modo de produção pré-capitalista, envolto numa ideia algo vaga e mal formada de um trabalho coletivo (ou apenas imediatamente social), exercido em cooperação direta, com rudimentares divisões do trabalho e tecnologia, sem a indicação de instrumentos de produção automáticos (aptos tanto a aliviar a faina diária como a intensificar a exploração do trabalho na produção de valor). Distancia-se, assim, tanto da potencialidade emancipatória da máquina como de sua atualização histórica na exploração capitalista. Isto, aqui, não poderia ser de outro modo, visto que afasta a máquina como meio material de conquista da terra.

Em outro momento, contraditoriamente, Reale exalta o progresso da técnica e a própria indústria do carvão, do ferro e do petróleo. Diz o seguinte a respeito dela:

Os progressos surpreendentes da técnica e os vultosos gastos exigidos pelos gigantescos empreendimentos modernos, como as estradas de ferro, as indústrias do carvão, do ferro, do petróleo, a aviação mercantil, o comércio em grande escala, a industrialização da agricultura etc. etc., todas essas manifestações prodigiosas do gênio criador. (REALE, 1983-2, p. 216)

Aqui exalta, porém, no contexto da obra (*O capitalismo internacional* – introdução à economia nova), apenas como um introito para uma crítica das sociedades anônimas (REALE, 1983-2, pp. 216-8). Muitas vezes assim considera a indústria: se exalta algum aspecto positivo é para o fim de o contrapor a um outro – predominante – aspecto negativo.

Tanto é assim que antes os “esplendores” das indústrias já apareceram para lembrar que elas não são suficientes para conformar uma nação (pois o que importa é um ideal comum):

Não bastam também estradas de ferro, rodovias, linhas aéreas, rádios, telégrafos, comércio interno. Não bastam a força e a glória dos exércitos e das esquadras. Não basta a unidade da língua e a semelhança das religiões. Não basta o esplendor das indústrias e as afirmações maravilhosas da ciência. Não bastam as divinas criações da arte. Consciência nacional existe onde há esses fatores todos e outros mais, desde que de geração em geração se transmita o culto dos grandes homens, o orgulho pelo que se fez e a certeza de que é possível fazer mais. Consciência nacional existe onde há memória, presença do passado como estímulo do presente, ou seja, a unidade da tradição. (REALE, 1983-1, p. 81)

Já quando aborda as consequências da “segunda revolução industrial” (a eletricidade), o aspecto positivo da indústria é que permite um idealizado “equilíbrio” entre cidade e campo (pois implica descentralização econômica, não exige êxodo rural). Daí que: “O progresso da técnica, as conquistas da ciência permitem voltar a um regime de vida que parecia destruído pelas cidades tentaculares...” (REALE, 1983-2, p. 215)²²

“Nossas” cidades resistem às investidas cosmopolitas. Persistem hábitos, celebrações e sua alegria ingênua:

²² Aqui, como vemos, Reale elogia o desenvolvimento da técnica e da ciência; todavia, o faz sob o ponto de vista de sua contribuição ao regresso a um modo de vida não marcado pelos efeitos dissolutores da expansão das cidades, que desfaziam um regime de vida estável e harmônico, o que seria marca forte das cidades brasileiras.

As cidades são iguais. Com os mesmos costumes, as mesmas festas, a mesma capacidade de ser ingenuamente alegres (...). A semelhança das cidades brasileiras é das coisas que mais surpreendem os que percorrem o Brasil. Plínio Salgado sente, na sua sensibilidade de artista e de político, o que representa esse fato que tem resistido a tudo como um tesouro à margem das investidas cosmopolitas. (REALE, 1983-3, p. 147)

As cidades existentes devem resistir às investidas cosmopolitas, às cidades tentaculares. Não obstante, o bandeirismo demanda mais e novas cidades: a “multiplicação das cidades na conquista progressiva da terra, como centros de ligação cada vez mais estáveis, mais apegados à terra”. A conquista da terra demanda, assim, a multiplicação das cidades, não de um modo de vida cosmopolita, mas de cidades enquanto centros de ligação estáveis e apegados à terra. Cidades que não são subjugadas por cidades tentaculares, que resistem às investidas cosmopolitas, que preservam modos de vida antigos.

Assim se dá, de regra, a abordagem de Reale acerca da produção (industrial e agrícola) e de seus efeitos no modo de vida. A ênfase é conferida à agricultura, ao cultivo da terra; a indústria surge geralmente como algo secundário. Já mencionamos que, quando exalta um lado positivo da indústria, isso é feito como um preâmbulo a uma crítica a um outro aspecto econômico predominantemente negativo (como as sociedades anônimas e a ausência de um ideal comum), ou então para afirmar uma possibilidade de regressão que ela oferece (como no caso das cidades).

Portanto, é raro, inclusive pelo genérico teor passadista, um trato objetivo e coerente da matéria, o que lhe tocou fazer, excepcionalmente, no ensaio *Considerações gerais da indústria brasileira*, que se aproxima de uma proposta de política econômica. Nele, Reale assume mais uma postura de quem se pretende homem de estado, a quem cumpre lidar com problemas concretos, postos da maneira que estão e não de acordo com a sua imaginação, situação que o força a aquiescer com elementos da realidade, como a indústria.

Nesse ensaio, inserido na obra *Atualidades brasileiras* (1937), Reale exprime seu diagnóstico e seu projeto para a indústria nacional. Postula uma revisão das tarifas aduaneiras, de modo que as indústrias nacionais sejam protegidas apenas na medida do necessário para concorrer com o capital estrangeiro. Ele verifica uma utilização abusiva dessas tarifas de proteção, circunstância que, somada à depreciação cambial, além de criar barreiras à importação, permitiria (em razão da ausência de coordenação do estado) o pagamento de baixos salários e a alta de preços. Isso resultaria em queda do consumo, prejudicando, além dos consumidores, também os “produtores”, de modo que defende o estabelecimento de um

salário mínimo, no interior de uma perspectiva de conciliação dos interesses das classes sociais. O central deste artigo é a defesa da coordenação da economia em geral, e da política industrial em particular, pelo estado, o que implicaria principalmente a revisão geral da tarifação aduaneira, sem prejuízo de outras medidas, como uma espacialização regional planejada da indústria e a fixação de um salário mínimo, tudo disposto no seio de uma estrutura corporativa de estado²³.

Além da novidade de apresentar um programa econômico minimamente estruturado, voltado à “racionalização industrial”, Reale diverge dos que afirmam a vocação essencialmente agrícola do país, sustentando a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento industrial com o agrícola.

Clama pela formulação de uma primeira política industrial no Brasil, já que a indústria aqui, como as outras atividades, desenvolveu-se de modo anárquico. Defende melhorias no “aparelhamento técnico” e a racionalização de sua organização, visando a aumentar a “intensidade produtiva”. A indústria não mais deve ser baseada nos baixos salários e em proteções aduaneiras permanentes. Não se pode compensar a falta de organização racional e o aparelhamento técnico medíocre com os baixos salários, pois “o mal do operariado mais cedo ou mais tarde é mal do patrão” (REALE, 1983-3, p. 139). Vejamos:

Em comparação com as indústrias europeias e americanas do Norte, é evidente a nossa pobreza técnica, e não menos irrisórias as condições de nossa organização quase que totalmente empírica, desarticulada, desracionalizada.” (REALE, 1983-3, p. 128)

Para sairmos dessa situação, impõe-se em primeiro lugar a fixação de um plano racionalizador de nossas atividades industriais. (REALE, 1983-3, p. 128)

A indústria brasileira surgiu sem orientação, desarticulada, obedecendo tão somente aos cálculos pessoais de cada capitalista (...). Ainda não houve no Brasil uma política de orientação industrial. Por enquanto só tivemos medidas isoladas e desconexas de protecionismo aduaneiro, que nunca foi entendido, infelizmente, como capítulo inicial de um plano geral de industrialização, mas sim como simples providência

²³ “O que é necessário é que o governo trace um programa de ação (...). É claro que nada se poderá fazer nesse sentido enquanto perdurar o atual regime econômico que faz do capital o princípio e o fim da economia./ Somente nos quadros da economia corporativa, o interesse individual se porá em harmonia com o interesse coletivo, passando o capital a ser empregado de acordo com as exigências totais da sociedade e as particularidades do capitalista./ Hoje em dia o capital pode ser utilizado onde, como, quando e quanto quer o seu proprietário, que é livre de manejá-lo a seu bel-prazer, sejam quais forem as consequências de seus atos para com a produção nacional./ No estado integralista, ao contrário, as indústrias terão que obedecer aos planos traçados pelos próprios industriais reunidos em suas instituições de classe, planos esses, em seguida, discutidos e aprovados pelas demais corporações não-industriais.” (REALE, 1983-3, p. 137)

isolada./ O problema industrial brasileiro tem tal relevância que urge criar as situações indispensáveis ao seu mais rápido e orgânico desenvolvimento, prevenindo as funestas consequências do atual estado de coisas. (REALE, 1983-3, p. 129)

Não basta pregar a industrialização, é preciso que a industrialização se pregue como um capítulo da economia e da política nacionais (...). (REALE, 1983-3, p. 136)

A indústria aumentou “nosso” potencial econômico, tornou-nos “independentes”, permitiu que enfrentássemos os efeitos da crise de 1929 e é, inclusive, condição da unidade nacional. O estado deve incentivar e salvaguardar as indústrias nacionais promissoras e que ainda não tenham condição para a concorrência com as estrangeiras; deve garantir auxílio financeiro, criar escolas e faculdades técnicas.

O que importa – e é o que este estudo deixa em evidência – é que o problema industrial seja posto no quadro geral da economia brasileira, integrado no sistema nacional de nossas atividades produtoras, sem os perigos incalculáveis de um desenvolvimento anárquico e unilateral que poderia vir a ser o caminho do aniquilamento do estado e o instrumento certo da desagregação da pátria. (REALE, 1983-3, p. 141)

Vencemos com certo desafogo esse longo período de crise mundial, precisamente porque possuímos um parque industrial próprio, o que deu incremento ao nosso comércio interno, pondo, portanto, mais em contato as unidades da federação. (REALE, 1983-3, p. 133)

(...) certas indústrias (...) não têm se preocupado com a organização racionalizada nem com o aparelhamento técnico exigidos no mundo moderno, continuando – como no século passado – a viver do que Marx chamou de “mais-valia”, o que quer dizer, mediante a política retrógrada de aumentar os lucros à custa dos que cooperam nas riquezas (REALE, 1983-3, p. 139).

Felizmente, parece que uma nova mentalidade vai se formando (...). Até que enfim vão percebendo que o mal do operariado mais cedo ou mais tarde é mal do patrão. (REALE, 1983-3, p. 139)

Aponta que o Brasil pode receber investimentos estrangeiros, mas esse deve ser fiscalizado e aplicado produtivamente, não para criar dívidas. (REALE, 1983-3, p. 141)

Além do mais, o estado deve cuidar do auxílio direto das indústrias promissoras, incrementando o conhecimento de nossas imensas riquezas, criando escolas e faculdades técnicas, transformando a organização bancária em verdadeiro coração da economia, abastecendo os produtores nacionais de recursos indispensáveis. (REALE, 1983-3, p. 141)

O “problema industrial” deve ser equacionado, acrescenta, no quadro geral da economia nacional, junto do comércio e da agricultura. Erram, assim, os cantores do país fatalmente agrícola, pois indústria e agricultura são valores produtivos complementares, que não se opõem e

são igualmente essenciais, tanto que, salienta, a mais industrial das unidades da federação, São Paulo, é também a mais agrícola. Afirmar uma vocação essencialmente agrícola implica que nos contentemos sempre com o papel de fornecedores de matérias-primas:

Com o aparecimento da indústria nacional, muitíssimas riquezas passaram a ser aproveitadas. Elevou-se o nosso potencial econômico. Tornamo-nos, de certa forma, independentes. *Deixamos de ser “essencialmente agrícolas” para começarmos a compreender que possuímos condições e meios de um país tanto industrial como agrícola.* Nossa atividade deve se desenvolver em todos os sentidos, completando-se como se completam os recursos das várias regiões do Brasil. (REALE, 1983-3, p. 132, grifo meu)

De início, lembremos que não é possível resolver o problema da indústria a não ser no sistema global de todas as nossas atividades econômicas. Seccioná-lo da agricultura e do comércio seria cair num erro gravíssimo. (REALE, 1983-3, p. 129)

Mencionando que “lavradores” e “industriais” estão “em fase ascensional” em SP, ele argumenta:

Como se vê [apresentou dados], equivalem-se essas forças de tal sorte que a mais agrícola das unidades da Federação [SP] é também a mais industrial. O que nos cumpre fazer é assegurar essa correspondência de valores produtivos, dando à economia brasileira a saúde que resulta sempre de um harmônico desdobramento das fontes de riqueza. (REALE, 1983-3, p. 130)

(...) os países jovens (...) possuem riquezas a explorar, e (...) não podem continuar sempre no papel de fornecedores de matérias-primas (REALE, 1983-3, p. 132, grifo meu).

(...) uma atividade depende de outra (...) o progresso de uma condiciona o progresso da outra (REALE, 1983-3, p. 130, grifo meu).

Para os cantores do país essencialmente agrícola, devíamos ter continuado a ser uma Nação fornecedora de matérias-primas, sempre à mercê das altas e baixas dos centros industriais estrangeiros. (REALE, 1983-3, p. 131)

Não é exagero dizer que da estabilidade de nossas indústrias, depende, em grande parte, a unidade nacional. Com efeito, a saúde de nossa economia só poderá ser uma consequência de uma perfeita consonância entre a nossa agricultura e a nossa indústria. (REALE, 1983-3, p. 133)

VIII. Pequenos proprietários: a classe revolucionária

A sociedade política é, pois, garantida especialmente pelos cidadãos de fortuna média.

Quando os homens da classe média perdem a sua posição social e econômica, dá-se uma revolução, que pode se processar tanto na linha do desespero bolchevista como no sentido orgânico do integralismo.

Miguel Reale

Revolução é a assunção, mediada por um golpe, do ideal comum nacional pelo estado²⁴. A revolução integralista é a assunção do ideal bandeirista ao estado. A classe social portadora da ideia revolucionária e responsável pela empresa revolucionária é a dos pequenos proprietários.

Reale, aliás, deixa claro que é a perspectiva dos cidadãos de fortuna média, da classe média, dos capitais pequenos (termos que emprega como sinônimos), que busca vocalizar.

Daí que diga que é preciso fortalecer a classe média, pois ela é a classe social portadora da ideia revolucionária:

Com a destruição direta ou indireta dos capitais pequenos, há um declínio na classe média, classe sofredora de cujo seio fecundo – em que se sintetizam os valores e os sofrimentos das duas outras – têm saído as mais, em todos os tempos, as mais altas expressões do gênio. É essa classe que faz a revolução, porque é ela que é portadora da ideia. As outras camadas sociais, as superiores e as inferiores, recebem dela a seiva vivificadora, mas as últimas sobem de mãos dadas com ela./ Quando os homens da classe média perdem a sua posição social e econômica, dá-se uma revolução, que pode se processar tanto na linha do desespero bolchevista como no sentido orgânico do integralismo. (REALE, 1983-2, pp. 225-6)

Neste trecho, Reale enuncia sob qual ponto de vista escreve e a classe social cujos interesses pretende organizar e fazer ascender. São os capitais pequenos, a classe média, os portadores da “ideia”. Isso porque é a classe que é síntese de todas as classes, amálgama dos “valores e sofrimentos das duas outras”, da “superior” e da “inferior”, isto é, do capital e do trabalho. É ela, portanto, a classe que guia a revolução e que dirigirá a sociedade política.

A revolução tem por causa a perda da sua “posição social e econômica”²⁵ e, para que não degenere na forma bolchevista, deve ser conduzida conforme o sentido orgânico do integralismo, isto é, de conciliação de classes no interior da estrutura do estado.

Reale, então, colocando-se como porta-voz dos capitais pequenos, arremata: “O destino de um país depende sempre da cultura e dos sentimentos dos que exprimem as aspirações e as revoltas da classe média.” (REALE, 1983-2, p. 226)

²⁴ O estado integral é o “estado soberano que assegura a si próprio o direito de dirigir a revolução” (REALE, 1983-3, p. 220) e “Toda revolução se dissolve na anarquia, na ruína total, se não encontra o seu 18 Brumário. O 18 Brumário não é um golpe de morte sobre a Revolução, é a própria revolução que encontrou seu centro de equilíbrio” (SALGADO *apud* REALE, 1934, p. 173).

²⁵ É o caso dos pequenos proprietários agrícolas, endividados com os possuidores indiretos (os bancos) e assim são explorados pelo banqueirismo internacional (REALE, 1983-2, pp. 213-4).

Conclusão

Concebendo a história como união entre ser e dever-ser, ou entre natureza e liberdade, e colocando a sociedade na parte da natureza e o estado na parte da liberdade, Reale pretende que o estado imponha uma finalidade para uma sociedade anômica, a sociedade liberal. O estado impõe uma finalidade à sociedade quando se identifica com a nação, que é síntese comum de querer, ideal comum. Chama de revolução a assunção do ideal nacional ao nível do estado, mediada por um golpe.

O capitalismo financeiro (o “superestado-transnacional-capitalista”), porém, domina os estados e impede que se identifiquem com a nação. É preciso subordinar a economia à moral nacional encarnada no agir estatal. O nacionalismo anticapitalista prega a revolução da pátria contra o capitalismo (na forma de capitalismo financeiro), impondo à economia o ideal próprio de cada nação. Tal é, para Reale, a característica fundamental do fascismo. Fascismo, para ele, é um movimento que prega “governos fortes” que impõem uma finalidade nacional à sociedade liberal. Reale identifica o integralismo com o fascismo enquanto movimentos, diz ele, nacionalistas, anticapitalistas e anti-imperialistas.

É nesse sentido que Reale, sem prejuízo de afirmar a “brasileiridade da nossa doutrina” (REALE, 1983-3, p. 65), põe o integralismo como uma resultante particular da universalização do fascismo (REALE, 1983-3, p. 209), concebido este como o movimento de reerguimento das pátrias contra o capitalismo, não por obra de uma classe, mas por obra de uma nação²⁶.

Entretanto, no Brasil há um obstáculo preliminar: o ideal nacional ainda não foi revelado, não se disse ainda “quero ser isto!”. O objeto desse querer deve ser extraído do passado. Descobre, então, na terra o eixo de nossa história e na sua conquista o ideal nacional a ser efetivado pelo estado. É o ideal bandeirante, que prega a conquista da própria terra (o imperialismo entre fronteiras). Logo, não se pretende dominar outros países militarmente nem economicamente (distinção essencial quanto ao fascismo e ao nazismo), o objetivo é conquistar a terra própria; esse será o papel histórico do Brasil, que entregará “ao mundo um tipo novo de civilização, a civilização tropical, cheia de delicadezas e de espiritualidade” (REALE, 1934, p. 242).

Assim, é o bandeirismo o imperativo moral que, encarnado no estado integral, deve guiar a economia nativa. É via de eliminação da luta de classes e promoção da solidariedade social por meio de um

²⁶ Noutro momento, ele assemelha os “movimentos políticos integrais” de Itália, Alemanha, Portugal e Brasil pelo fator da “identificação perfeita entre chefia e doutrina” (REALE, 1983-3, p. 250).

corporativismo político, que faz de todos igualmente membros do estado e, portanto, elos da realização do ideal comum, logo, elos da realização do bandeirismo. O ideal bandeirista, saliente-se, é o ponto de chegada do integralismo de Miguel Reale. Todas as vertentes de seu pensamento desaguam nele, que concentra todas elas.

Quando analisou o integralismo de Plínio Salgado, J. Chasin encontrou limites teleológicos, caracterizados por uma regressividade mínima e por uma regressividade máxima²⁷. Em Reale, esses limites teleológicos mínimo e máximo também existem (com uma figuração própria) e são ambos orientados pela regressividade e pelo nacionalismo defensivo (negação do expansionismo). Transitam do chamado da terra fértil e da defesa de espalhar pelo país um “comunalismo cristão semelhante ao das primeiras fazendas” até, excepcionalmente, uma proposta de política industrial e a refutação da ideia de um país fatalmente agrícola.

A análise imanente do integralismo realiano permite corroborar a tese fundamental de Chasin (n’O *integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio), autêntico “divisor de águas” na historiografia do integralismo, segundo a qual “Ontológica e teleologicamente, fascismo e integralismo se põem como objetivações distintas” (CHASIN *apud* RAGO, 2008, p. 212). Sumariamente, pode-se dizer que a situação histórica a que responde o integralismo e a própria resposta integralista, enquanto tomada de consciência voltada à atuação prática, são diferentes em relação tanto à trama social de que emergiu o fascismo como no que diz respeito à sua própria estrutura conceitual.

Analisando um objeto distinto, o integralismo de Gustavo Barroso, Antonio Rago Filho distinguiu o “nacionalismo defensivo” dos integralistas do expansionismo nazi-fascista, chegando a conclusão semelhante²⁸. Não se trata, por óbvio, de impor uma mesma fôrma a matérias diversas. Ao contrário, trata-se do fato de que a análise de um específico objeto (aqui, o integralismo de Miguel Reale) permite corroborar a validade geral da conclusão, anteriormente posta por Chasin e Rago, de que não há identidade entre fascismo e integralismo.

²⁷ “Chasin divisa os dois limites teleológicos da oposição romântica à miséria brasileira, que escaparam inteiramente à versão hegemônica do integralismo, a saber: ‘o limite máximo, que designamos por utopia reacionária ou regressiva, que visiona a conversão do país numa pletera de pequenas propriedades, quase que exclusivamente rurais, e que, pela sua total inviabilidade, e até mesmo absurdidade, jamais é inteiramente explicitada. O limite mínimo, também de solução ruralista, mas que, por assim dizer, se conforma em transigir um pouco, busca pelo menos frear ou estancar a acumulação capitalista” (RAGO, 2008, p. 204).

²⁸ “A crítica imanente do conjunto das obras de Barroso, particularmente, no período de sua franca atuação entre 1933 e 1938, mesmo com o nódulo ideológico do antissemitismo, revela a mesma identidade do nacionalismo defensivo nascido nos contornos da via colonial de objetivação capitalista” (RAGO, 2008, p. 212).

Uma suma da distinção, aliás, foi rigorosamente disposta por Chasin:

o fascismo é uma ideologia de mobilização nacional para a guerra imperialista, que se põe nas formações de capitalismo tardio, quando estes emergem na condição de elos débeis da cadeia imperialista, e o integralismo, uma manifestação de regressividade nas formações de capitalismo híper-tardio, uma proposta de frenagem do desenvolvimento das forças produtivas, com um apelo ruralista, no preciso momento em que estas principiam a objetivar o “capitalismo verdadeiro” (CHASIN, 1978, p. 647).

Ainda que apenas no âmbito do ideário, a diferença é francamente nítida. No entanto, infelizmente, a despeito de superada, a ideia do mimetismo ideológico do fascismo pelo integralismo reina pelos ares, mesmo que por dentro desmontada²⁹.

Para finalizar, indicando o disparate da identificação entre o integralismo e o fascismo, apresentamos um quadro comparativo (abaixo) de dizeres significativos do integralista Miguel Reale e do ditador fascista Benito Mussolini, a fim de expor, sumariamente, a cabal diferença entre os ideários, pois ambos, como diz Chasin, devem ser condenados sempre “por aquilo que são”:

Miguel Reale	Benito Mussolini
<p>“(…) a grandeza do integralismo consiste em ter revivido o antigo ideal da nação, conclamando os novos bandeirantes para a conquista da terra e de nós mesmos. É o imperialismo dentro das fronteiras. A tensão espiritual que há de dar ao mundo um tipo novo de civilização, a civilização tropical, cheia de delicadezas e de espiritualidade.” (REALE, 1934, p. 242)</p> <p>“(…) nosso patriotismo não agride…” (REALE, 1983-3, p. 149).</p> <p>“Temos tudo em nós mesmos e em nossa casa.” (REALE, 1934, p. 237)</p> <p>“Temos em relação à Europa duas</p>	<p>“Uma nação, como expressa no estado, é uma entidade viva e ética apenas na medida em que é ativa. Inatividade é morte. Por isso, o estado não é apenas a autoridade que governa e confere forma legal e valor espiritual às vontades individuais, mas também o poder que faz sentir e ser respeitada a sua vontade para além das próprias fronteiras, assim fornecendo prova prática da natureza universal das decisões necessárias para garantir seu desenvolvimento. Isso implica organização e expansão potenciais, se não reais. Assim o estado se iguala à vontade do homem, cujo desenvolvimento não pode ser impedido</p>

²⁹ Um exemplo atual do equívoco é a tese de Pedro Ivo Dias Tanagino (*A síntese integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale [1932-1939]*), que se propõe a analisar “a performance linguística individual” (pp. 7; 176) de Miguel Reale, em uma abordagem “linguística e contextualista” (p. 38), fundada em autores como Pocock e Saussure. Segue sua conclusão: “Seguindo a tese clássica de Héglio Trindade, tratamos aqui o integralismo como um ‘fascismo brasileiro’” (p. 357); “trataremos o nosso objeto de análise ao longo de toda essa investigação como uma cultura política fascista” (fls. 31).

<p>superioridades: temos terra em abundância, não lutamos com angústias de <i>espaço</i>, nem sentimos a imperiosa necessidade de conquistar domínios; em segundo lugar, temos poucos compromissos ou contas a saldar, uma herança quase nula de ódios ou ressentimentos, de uma vida restrita no <i>tempo</i>./ O nacionalismo da Europa vive de desconfianças, de agressões, na previsão enervante de surpresas bélicas. Nós podemos e devemos ser nacionalistas, sem ser preciso fundamentar a nossa união no ódio ou no receio.” (REALE, 1983-3, p. 231)</p>	<p>por obstáculos e que, ao adquirir autoexpressão, demonstra sua infinitude” (MUSSOLINI, 2019, p. 19)</p> <p>“O fascismo não crê, de maneira geral, na possibilidade ou utilidade da paz perpétua. Assim, ele descarta o pacifismo como um manto para renúncia covarde e complacente, em contraste com o autossacrifício. Somente a guerra leva toda a energia humana à sua tensão máxima e apõe o selo da nobreza naqueles povos que têm a coragem de encará-la. Todos os demais testes são substitutos que jamais porão o homem cara a cara consigo mesmo diante da alternativa de vida ou morte. Por isso, todas as doutrinas que postulam a paz a qualquer custo são incompatíveis com o fascismo.” (MUSSOLINI, 2019, p. 24)</p> <p>“O estado fascista expressa a vontade de exercer poder e comandar. Aqui a tradição romana está incorporada numa concepção de força. O poder imperial, conforme o entende a doutrina fascista, não é apenas territorial ou militar ou comercial, também é espiritual e ético. Uma nação imperial significa uma nação que direta ou indiretamente lidera as outras, capaz de existir sem necessidade de conquistar um metro quadrado de território. O fascismo vê no espírito imperialista – i.e., na tendência das nações a se expandir – uma manifestação de sua vitalidade. Na tendência oposta, que limitaria seus interesses ao país natal, vê um sintoma de decadência. Povos ascendem ou reascendem; a renúncia é característica de povos moribundos.” (MUSSOLINI, 2019, p. 37)</p> <p>“Acredito que, se um povo almejar viver, deve desenvolver um desejo de poder. Do contrário, ele vegeta, vive miseravelmente e se torna presa de um povo mais forte, no qual esse desejo de poder se desenvolveu em grau maior.” (MUSSOLINI, 2019, p. 50)</p> <p>“Não existe maneira de exercer influência espiritual no mundo tendo-se uma vontade humana dominando a vontade alheia a</p>
--	---

	<p>menos que se tenha uma concepção tanto de transitoriedade quanto da realidade específica em que essa ação será exercida, bem como da realidade permanente e universal em que o transitório reside e tem sua essência.” (MUSSOLINI, 2019, p. 13)</p>
<p>“A nossa terra é linda porque o homem tem bondade e doçura no coração./ Somos um povo que não é triste, como dizem. É ingênuo e moroso, delicado e sentimental.” (REALE, 1983-3, p. 146)</p> <p>“As cidades são iguais. Com os mesmos costumes, as mesmas festas, a mesma capacidade de ser ingenuamente alegres (...). A semelhança das cidades brasileiras é das coisas que mais surpreendem os que percorrem o Brasil.” (REALE, 1983-3, p. 147)</p>	<p>“O fascismo vê no mundo (...) indivíduos e gerações unidos por uma lei moral, com tradições em comum e uma missão que, suprimindo o instinto de vida preso em um reduzido círculo de prazer, constrói uma vida mais nobre, fundada no dever, uma vida liberta das limitações de tempo e espaço, em que o indivíduo, por meio do autossacrifício, da renúncia ao interesse particular, da própria morte, é capaz de atingir aquela existência puramente espiritual na qual reside seu valor como homem.</p> <p>O fascismo concebe a vida como uma luta.” (MUSSOLINI, 2019, p. 14)</p> <p>“Quando recentemente um filósofo finlandês me pediu que esclarecesse o significado do fascismo em uma frase, escrevi em alemão: “Somos contra a ‘vida fácil!’” (MUSSOLINI, 2019, p. 43)</p> <p>“Na origem de tudo está a luta, pois a vida é cheia de contrastes: existe amor e ódio, branco e preto, dia e noite, bem e mal, e até que esses contrastes se equilibrem a luta está fadada a continuar na raiz da natureza humana. No entanto, é bom que seja assim. Hoje podemos nos dar ao luxo de ter guerras, batalha econômicas, conflitos de ideias, mas se um dia a luta deixasse de existir, a melancolia se instalaria; esse seria um dia de ruína, um dia de desfecho. Mas tal dia não chegará nunca.” (MUSSOLINI, 2019, p. 42)</p>

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In medio virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988.
- BERTONHA, João Fábio. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 33, n. 66, pp. 269-6, 2013.
- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- DIAS TANAGINO, Pedro Ivo. *A síntese integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939)*. Tese (Doutorado) defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão. *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.
- MAIOLINI REBELLO PINHO, Rodrigo. *Miguel Reale: política e história (1931-1969)*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MELO, Manuel Palácios Cunha. O integralismo de Miguel Reale. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, pp. 125-52, 1994.
- MUSSOLINI, Benito; TRÓTSKY, Leon. *Fascismo - o que é e como combatê-lo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- PINHEIRO RAMOS, Alexandre. *O integralismo entre a família e o estado: uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937)*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- RAGO FILHO, Antonio. J. Chasin: a crítica ontológica do anticapitalismo romântico típico da "Via Colonial" – os integralismos. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 9, ano V, nov. 2008, pp. 187-220.
- REALE, Miguel. *O estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.
- _____. *Obras Políticas: 1ª fase – 1931/1937*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. 3v.
- _____. *Memórias v. 1: destinos cruzados*. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1987.
- _____. *Perspectivas Integralistas*. São Paulo: Odeon, s/d. RODRIGUES, Athanis Molás. Raízes integralistas da Teoria Tridimensional do Direito:

história das ideias de Miguel Reale (1933-1953). Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

Como citar:

PINHO, Rodrigo Maiolini Rebello. O pensamento integralista de Miguel Reale. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 331-363, nov. 2019.

Data do envio: 14 jun. 2019

Data do aceite: 16 out. 2019

Os militares no pós-1964: um estudo histórico sobre a *Linha-dura* (1964-9)

Tiago Cavalcante Guerra¹

Resumo:

Após o golpe de estado, em 1964, verificaram-se ocorrências de fortes tensões e pressões, oriundas das forças armadas. Restringindo-nos aos primeiros anos da ditadura, resumiremos alguns dos conflitos que surgiram nas duas correntes militares que tiveram destaque na época: a *Sorbonne* e a *Linha-dura*. Ambas constituíram nos principais grupos militares, mas aqui faremos uma análise da corrente conhecida como *Linha-dura* durante a ditadura militar no Brasil, destacando os primeiros anos do regime (1964-1969).

Palavras-chave: Ditadura militar; forças armadas; imprensa; *Linha-dura*.

The militaries in post-1964: a historical study on the Hard-line

Abstract:

After the coup d'état in 1964, there were occurrences of strong tensions and pressures coming from the armed forces. Restricting this analyse to the first years of institutionalisation of the regime, we will summarise some of the conflicts that arose in both military currents that stood out at the time: the Sorbonne and Line-hard. Both of them constituted the major military groups. On the face of it, we will analyse the trend known as Hard-line during the military dictatorship in Brazil, highlighting the first years of the regime (1964-1969).

Key words: military dictatorship; armed forces; press; Hard-line.

Introdução

No Brasil, considerando o período em que vigorou a ditadura militar, entre 1964 a 1985, a intervenção militar contou com diversos grupos conspiradores, entretanto, foram a *Linha-dura* e a *Sorbonne* os grupos que tomaram as rédeas desde o movimento conspiratório e atuaram como forças político-militares no período. Em torno desses

¹ Mestre, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). *E-mail:* tiagoc.guerra@gmail.com.

espectros, muitos generais atuaram como força conjunta ou de contraponto. Entretanto, no pós-64 dois generais surgiram como líderes e em torno deles se agrupava a tropa: Artur da Costa e Silva e Humberto Castello Branco.

A relação entre os dois conspiradores passou por momentos de conturbação e tensão. Todavia, houve, também, momentos de sintonia. Castello Branco e Costa e Silva nunca foram inimigos declarados, apesar das inúmeras intrigas que envolviam os dois². Na verdade, enquanto principais referências do exército para a conspiração, ambos foram içados como líderes das correntes que se formaram no interior do exército no pós-64, polarizando-se entre, principalmente, a *Sorbonne* ou *castelistas*, por princípio, e *Linha-dura*, partidários de Costa e Silva, momentaneamente.

O objetivo deste artigo é caracterizar de maneira detalhada a corrente político-militar conhecida como *Linha-dura*. Utilizamos os escritos do general Jayme Portella de Melo, o principal assessor de Costa e Silva entre 1964 e 1969, no intitulado livro *A revolução e o Governo Costa e Silva*, como fontes primárias para este artigo. Utilizamos também outras fontes, como as colunas assinadas pelo jornalista Carlos Castello Branco, entre 1964 e 1969, e as notícias de jornais da época que, indiretamente, ressoaram a pauta de reivindicações da corrente, de maneira geral.

Pretendemos matizar o processo político de consolidação e maturação da *Linha-dura* e as suas demandas, restringindo-nos às notícias e artigos que refletiam as suas *bandeiras*.

Como procedimento metodológico, adotamos a análise imanente dos documentos, procurando esmiuçar as representações e tensões sociais em torno das memórias do general Jayme Portella e das notícias relacionadas à *Linha-dura*.

Segurança e desenvolvimento: formulações da ESG e a Sorbonne

A importação do modelo da escola francesa e da *National War College*, escola militar americana, foram as principais influências para a formação da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1951. O primeiro diretor foi o general Cordeiro de Farias, responsável pelo anteprojeto da escola, em parceria com os militares americanos. Os cursos na ESG duravam em torno de nove meses e eram ministrados por civis e militares. A elaboração do Curso Superior de Guerra, além das diversas palestras proferidas no

² Para mais informações sobre essas intrigas, ver em Carlos Chagas (1985) e Lira Neto (2004), o primeiro, assessor de imprensa do governo Costa e Silva, e o outro, responsável por uma biografia de Castello Branco.

interior da escola, contribuiu na formulação do binômio *segurança e desenvolvimento*, que os militares estabeleceram como ação permanente durante os anos de ditadura. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais (ALVES, 1985, p. 35).

Essas formulações da Escola Superior de Guerra procuravam atender algumas indagações da elite dirigente do país no período, mas principalmente, de como combater a herança varguista com a elaboração de um projeto de nação. Em depoimento dado a Celso Castro e Maria Celina D´Araújo, o ex-presidente Ernesto Geisel afirmou que

a ESG procurou, e acredito que em boa parte conseguiu, conscientizar e mostrar a certos setores civis que, assim como os militares se preparam para a guerra, como profissionais de guerra, da luta em si, os civis tem também têm que se preocupar (D'ARAÚJO, 1997, p. 107).

Conforme Shigenoli Miyamoto (1988), o planejamento em torno da Segurança Nacional era o principal objeto de estudos produzidos pela ESG. Para alcançar os *Objetivos Nacionais* formulados, era necessário o fortalecimento da segurança interna, além do enrijecimento da capacitação das elites dirigentes e a geração de um plano de desenvolvimento para o capitalismo. Logo, para a formulação dos objetivos nacionais envolviam uma análise geopolítica que consolidava o Brasil como país estratégico para o desenvolvimento do capitalismo, ao lado do “Grande Irmão do norte”, os Estados Unidos.

A participação de civis e de militares na busca de um planejamento interno de desenvolvimento da máquina estatal, bem como da prática adequada a seu funcionamento, aliados à segurança interna – neste caso, o combate à subversão – consolidavam os objetivos da Escola Superior de Guerra, neste sentido a “estrutura interna da escola foi definida de forma coerente com os objetivos de elaboração e difusão da Doutrina, para torná-la hegemônica entre civis e militares.” (ASSUNÇÃO, 1999, p. 41). Logo, “a escola preocupou-se com o aperfeiçoamento de métodos de ação e de decisão do aparelho estatal. Isso corresponderia a uma racionalização política, que teria por base a teoria e a realidade” (ASSUNÇÃO, 1999, p. 42).

Uma das primeiras demonstrações de influência da ESG junto aos militares foi um documento denominado “Memorial dos coronéis”, escrito em janeiro de 1954 contra Getúlio Vargas, respaldado por diversos coronéis e tenentes-coronéis, tais como Jurandir Mamede, Ernesto Geisel,

Sílvio Frota, Jayme Portella e Golbery do Couto e Silva³. A ESG tem como objetivo principal, conforme seu primeiro diretor,

criar lideranças civis e militares para enfrentar a eventualidade de um novo estilo de guerra não mais circunscrita à frente de batalha e ao palco das lutas, mas transformada em um fato total que afeta a sociedade por inteiro e toda a estrutura de uma “nação”. (...) os civis das mais diversas profissões precisarão estar prontos para exercer papéis talvez até mais decisivos do que o dos militares na guerra (CAMARGO, 1981, p. 413).

Além da decisiva participação militar, os civis, no entendimento da ESG, deveriam assumir o papel de técnicos e formuladores de política em que convergiam o binômio segurança e desenvolvimento. A Escola definiu estes dois conceitos que permearam a atividade governamental da ditadura no Brasil. Como afirma Maria Helena Moreira Alves, os dois componentes são associados no entendimento da ESG: não pode haver segurança nacional sem um alto grau de desenvolvimento econômico (ALVES, 1985, p. 38).

Desse modo, os objetivos nacionais convergiam para o entendimento de que apenas as elites dirigentes seriam capazes de realizá-los. Conforme o Manual Básico,

cumprir às elites não só a tarefa nobre de interpretar os interesses e as aspirações do povo, para elevá-los ao nível de formulação dos Objetivos Nacionais, como a missão ainda mais importante, precisamente em razão de sua capacitação, difundir no povo os altos valores da convivência social e trabalhar com ele no sentido de aumentar sua participação consciente e a percepção de seus autênticos interesses e aspirações (*In* MIYAMOTO, 1988, p. 21).

A aproximação com as elites civis propiciou à ESG assumir um importante papel na preparação do golpe em 1964. O coronel da reserva Golbery do Couto e Silva, membro da ESG, foi o responsável pela organização de palestras e de seminários, em conjunto com o Instituto de Pensamento Econômico e Social (Ipês) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), cooptando novos conspiradores e apoiadores. Nesse sentido, René Dreifuss (1980) indica que

os generais do Grupo Ipês/ESG constituíam também as ligações chave com outros grupos. O General Cordeiro de Farias, que se destacava como articulador político dos militares, tinha outras funções importantes dentro da estratégia geral deste grupo de oficiais. (...) Surgindo inesperadamente nas cidades mais

³ O *Memorial dos coronéis* ou o *Manifesto dos coronéis* foi um documento publicado em 1954, por militares que frequentavam a Escola Superior de Guerra, tendo como principais redatores os então coronéis Golbery do Couto e Silva, Jurandir Mamede e Ademar de Queiróz. Como impacto do documento, o então presidente Getúlio Vargas demitiu os ministros João Goulart e Espírito Santo Cardoso, dos ministérios do Trabalho e Exército, respectivamente. (D'ARAÚJO *et al.*, 1997)

diversas, graças ao grande apoio logístico que seu grupo recebia, e entrando em contato com as mais variadas facções conspiratórias, foi capaz de desviar a atenção do governo do movimento civil e militar do Grupo Ipês/ESG (DREIFUSS, 1981, pp. 369-70).

Esta associação entre civis e militares permitiu que o grupo IPES/ESG, no entendimento de Dreifuss, desenvolvesse no primeiro governo da ditadura as principais postulações provenientes da Escola Superior de Guerra. Neste sentido, o papel da elite no desenvolvimento dos objetivos se torna objetivo dos próprios militares:

não acarreta a diminuição do papel dos militares na definição daqueles objetivos; ao contrário, na sua posição estratégica no aparelho do estado, após 1964, os militares desenvolveram, como se fossem seus, os objetivos da burguesia (OLIVEIRA, 1976, p. 41).

Os militares foram os protagonistas durante os 21 anos de ditadura, reservando aos civis a linha auxiliar de apoio ao regime, conforme as necessidades de momento. Nas palavras de Florestan Fernandes, “A ditadura militar tem sido caracterizada por uma peculiaridade: pela ‘primeira vez’ os militares não resolveram apenas dilemas da crise de poder dos políticos e estratos privados civis. Tomaram-no para si.” (FERNANDES, 1997, p. 141).

A natureza autocrática e conservadora da Doutrina de Segurança Nacional, assim como as imposturas militares, traduzidas, principalmente, pela pressão da *Linha-dura*, deram o tom do regime. Desse modo, é fundamental compreendermos que as teorias *esguianas*, convertidas na Doutrina de Segurança Nacional, perpassaram todos os governos militares. Menos que divergências, ambos os grupos partilharam de um projeto comum, emanado na Escola Superior de Guerra, e que, conforme tensões e disputas, em maior e menor grau, a ideia de desenvolvimento econômico foi acompanhada a de segurança extremada, traduzida em repressão, tortura e assassinatos.

Deste modo, entendemos que os militares compartilhavam e comungavam desta visão erigida na Escola Superior de Guerra. No empenho de radicalizar ainda mais a “Redentora” é que se aglutina o um grupo de militares que ficaram conhecidos como “linha-dura”.

A *Linha-dura*: quem são?

Desde as suas possíveis raízes com o Integralismo, até o choque com os comunistas no interior do Clube Militar, a alcunha *linha-dura* vai surgir para diferenciar um grupo de militares insatisfeitos com a política

atenuante de Castello Branco, o primeiro ditador do regime inaugurado em abril de 1964.

Comumente, a origem da *Linha-dura* é atribuída aos jovens oficiais inconformados com a leniência do governo Castello Branco, assim como em relação à demora nas punições aos derrotados de 1964.

Em linhas gerais, a origem da “linha-dura”: capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis que, com um discurso anticomunista e anticorrupção – emulados e também influenciando oficiais-generais –, ansiavam por maiores prazos para completar os expurgos. (FICO, 2001, p. 39)

Essa alusão não deixa de ser correta, entretanto, é necessário responder a outras indagações sobre esta corrente militar, principalmente, com referência aos laços que ultrapassam os limites da caserna para incorporar políticos e generais numa mesma retórica: mais punição aos comunistas e aos corruptos. Conforme a *Linha-dura* se tornava importante instrumento para pressionar o governo, mas a sua *bandeira* restrita ganhou notoriedade e amplitude – de modo a polarizar as decisões do governo de Castello –, a ponto de influenciar definitivamente na escolha de Costa e Silva como sucessor à presidência.

Sob esse aspecto, no intuito de demarcar ainda mais as diferenças da *Linha-dura* em relação a *Sorbonne*, pretendemos esboçar a gênese da primeira corrente, apresentando as pautas que as diferenciavam.

Apesar dos estudos de Eliézer Oliveira apontarem que a *Linha-dura* seria um grupo surgido na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), não existe nenhum tipo de material político produzido, sequer uma produção intelectual consistente de seus principais expoentes militares – com exceção dos generais Portella, Albuquerque Lima e Sylvio Frota que publicaram memórias.

Numa anotação feita à margem em um diário e mostrada ao presidente Ernesto Geisel, Heitor de Aquino Ferreira, secretário particular de Geisel, identificou o chamado *Grupo dos onze* da *Linha-dura*: Syzeno Sarmiento, Jayme Portella, Ramiro Tavares Gonçalves, Henrique Assumpção Cardoso, Clovis Bandeira Brasil, Sylvio Frota, Affonso de Albuquerque Lima, Lauro Alves Pinto, César Montagna de Souza, Arthur Candal Fonseca e João Dutra de Castilho (GASPARI, 2003).

A primeira observação a ser feita em torno desses nomes é que nenhum dos militares normalmente associados à *Linha-dura* realizou, no mesmo período, ações ou práticas que pudessem destacá-los como um grupo coeso. Pelo contrário, os militares vistos como *linha-dura* não o assumiam por vontade própria, mas eram assim adjetivados por outros militares, o que, outra vez, difere-os da *Sorbonne*. Neste caso, aqueles que atribuíam ao outro a qualificação de *linha-dura* não o faziam por uma questão de respeito, mas de hostilidade, como o exemplo acima de Heitor

Aquino Ferreira, secretário de Geisel, inimigo político do General Jayme Portella.

Ernesto Geisel dirá que a Sorbonne era uma alcunha pejorativa de outros militares, para denotar os oficiais que frequentavam a Escola Superior de Guerra, fazendo assim referência à famosa universidade francesa (D'ARAÚJO, 1997). De outro lado, como surge a *Linha-dura*?

Em pesquisa anterior, definimos com maior profundidade o papel do General Jayme Portella, Chefe do Gabinete Militar do presidente Artur da Costa e Silva (1967-9), nos acontecimentos que levaram à consolidação da ditadura. Com base em seus escritos e na análise histórica dos processos, foi-nos possível demarcar a origem da *Linha-dura*. Dessa maneira, aprofundamos aspectos que colocaram Jayme Portella como pertencente à corrente, mas principalmente, seu papel relevante durante a ditadura de Costa e Silva (1967-9).

O então coronel Portella, nos antecedentes relacionados ao golpe de 1964, era diretamente ligado ao general Costa e Silva, no Departamento de Provisões Gerais. Alinhado à organização estritamente militar do golpe, um contraponto aos *castelistas*, Portella desenvolveu os contatos com os oficiais de média patente, que seriam chefes dos Inquéritos Policiais Militares (IPM), instalados para cassar comunistas e subversivos em geral, sob a responsabilidade do Comando Supremo da Revolução no pós-1964.

O surgimento da *Linha-dura* está associado a uma divisão militar que se cristaliza no pós-golpe, por meio da qual os *exaltados*, que defendiam medidas ainda mais extremadas, além da permanência do Ato Institucional, AI, e os *moderados*, ligados principalmente à ESG, em associação aos políticos golpistas, que defendiam manter uma normalidade constitucional e uma transição rápida para um governo civil.

O governo Castello Branco, com o objetivo de construir acordos políticos com os vencedores de 1º de abril de 1964, delineou uma gestão que conciliasse os poderes, mantendo o funcionamento do legislativo e do judiciário ao lado do Executivo, estabelecendo os fundamentos para uma democracia tutelada pelos militares. Parte das Forças Armadas começa a questionar esta política de Castello Branco assim que ela mostrou as suas primeiras insuficiências, principalmente no cumprimento de uma *Operação Limpeza* mais radical, começando pelos IPM.

Os Inquéritos, comandados por militares, incomodavam a base política aliada ao golpe, inclusive o próprio Castello Branco, que passou a fazer uma rigorosa apuração nos processos iniciados, principalmente, em relação a Juscelino Kubitschek. Jayme Portella defende a tese de que esse vai ser um dos nascedouros da *Linha-dura*.

O presidente sentia-se inquieto porque os inquéritos policiais militares não eram concluídos, a despeito das recomendações já feitas. Mas os oficiais encarregados dos mesmos não podiam

concluí-los, pois havia muita coisa a apurar. (PORTELLA, 1979, p. 275)

Notamos que a defesa dos IPM por Portella não era coincidência, pois dizia respeito à convicção ideológica do general. Posteriormente, quando chefe de Gabinete Militar, o general comandou diversas cassações com base no AI-5. A *Operação Limpeza* era condição fundamental e permanente para o golpe

A aproximação com os oficiais dos IPM insinua também uma ação programática. Portella, com base nessa hipótese, cuidou com zelo da organização da candidatura de Costa e Silva, no esteio do desgaste de Castello Branco junto aos militares, inclusive, relacionando-se com os oficiais da *Linha-dura*.

Os trabalhos pela candidatura do general Costa e Silva iam processando entre os parlamentares, classes empresariais, clero e dentro das Forças Armadas. Nestas, trabalhava-se com muita habilidade, porque havia um pequeno grupo que ficou conhecido como “linha-dura”, muito atuante, que precisava ser tratado com cuidado. Não que ele tivesse expressão de força, mas era constituído de Oficiais Revolucionários autênticos e que recebiam inspiração do governador Lacerda. (PORTELLA, 1979, p. 273)

Essa opinião do militar é dúbia, pois, se a *Linha-dura* não consistia em movimento de expressão, por que então procurar seus membros? Havia muitas motivações, e uma delas era afastar outro espectro muito comumente associado a essa corrente: Carlos Lacerda. Governador do estado da Guanabara e apoiador de primeira hora do golpe, Lacerda tinha alguma influência entre os coronéis mais radicais.

Em outubro de 1965, Castello Branco, por pouco, não foi derrubado. Segundo Portella,

A agitação no meio militar teve certas proporções, principalmente, nos estados onde a Revolução perdeu as eleições. O Sr. Carlos Lacerda ainda tentou tirar proveito dos acontecimentos, mas o Ministro Costa e Silva liderava, de fato, e a crise foi serenada. Os oficiais partidários do Sr. Carlos Lacerda não encontraram apoio nas unidades, que só obedeciam às ordens do Ministro da Guerra. (PORTELLA, 1979, p. 280)

O grupo de Costa e Silva procurava encobrir a candidatura do ministro da Guerra dos *castellistas*, segundo o próprio Portella. Sendo assim, a revolta militar apenas ajudou Costa e Silva a frear as inserções de Lacerda junto aos oficiais da *Linha-dura*, concretizando, assim, a liderança de Costa e Silva. Para Portella,

A impressão mais sensata era de que o Ministro havia conseguido arrefecer a situação, mantendo a sua liderança, a despeito de alguns descontentamentos. Ele declarou-me que não estava para fazer a jogada do Sr. Carlos Lacerda, que

desejava afastá-lo do Presidente Castello e se aproveitar com vistas à sucessão presidencial. (PORTELLA, 1979, p. 279)

Tendo em vista essas verificações, convém destacar também a ligação da *Linha-dura* com Carlos Lacerda, mencionada por Portella como inspirador do grupo. No episódio das eleições dos governadores em outubro de 1965, Lacerda alimentava sua permanência, primeiro a favor da prorrogação do mandato, segundo contra a candidatura *peessedista* de Negrão de Lima. O governador carioca se aproximou da *Linha-dura* como meio de se contrapor ao poder de Castello Branco, tentando se assegurar como líder civil do golpe e candidato à sucessão (PORTELLA, 1979).

Se não há menções diretas de Portella à *Linha-dura* que pudessem indicar a sua autoidentificação, nos estudos sobre as suas memórias, não faltaram elementos que clarificam o posicionamento convergente do general em relação às principais reivindicações da corrente, como as cassações e a não realização das eleições, em outubro de 1965.

Entre as passagens de seu livro, o general Portella relata a ida do coronel Andrade Serpa, responsável por IPM, a Brasília. Entre outros elementos, Andrade Serpa demonstrava inconformismo com as eleições de outubro de 1965, defendia a preservação da posição de Carlos Lacerda e indicava a necessidade de uma “limpeza” no Congresso e no Supremo Tribunal Federal (STF). Conforme Portella,

O Coronel Serpa não falava sozinho, ele refletia o que pensavam vários companheiros de Revolução, todos idealistas e que não queriam ver baldados os esforços empenhados na vitória do patriótico movimento. Ele podia representar bem os seus companheiros, pelo seu passado revolucionário, dos mais nobres. (PORTELLA, 1979, p. 286)

A convergência política entre Portella e os militares da *Linha-dura* frutificou com o passar dos anos de 1966 e 1967. Nesse período, houve a compreensão de que a candidatura de Costa e Silva era a única a manter a coesão militar, assim como da fragilidade do governo Castello Branco, que perdera espaço nos quartéis. Para João Roberto Martins Filho, “sem bases militantes nos quartéis, embora com forte apoio num Parlamento que, então, nada contava ao presidente, não pareciam restar muitas alternativas.” (MARTINS FILHO, 1996, p. 75)

Se não era explícita a adesão de Portella à *Linha-dura*, o militar fazia questão de se manter informado sobre os ânimos das diversas guarnições. Como membro do governo Castello, ocupando comissão no Ministério da Guerra, as ligações de Portella com os quartéis comprovam a atividade política do general, que transmitia a Castello e, também, a Costa e Silva, as pressões militares:

Recebera um telefonema do General Dutra Castilho, Comandante da Divisão de paraquedistas, dizendo que os companheiros estavam aflitos, porquanto, as medidas pedidas

ao Congresso não saíam e que eu fizesse sentir ao Palácio do Planalto que a paciência estava se esgotando. (PORTELLA, 1979, p. 287)

O componente fundamental para pensarmos a relação entre Portella e a *Linha-dura* baseia-se em uma consideração concreta: fazendo a mediação entre a caserna e Brasília, no vácuo de insatisfação militar com o governo Castello Branco, Portella contribui para alavancar a candidatura de Costa e Silva.

Por fim, com a confirmação de Costa e Silva pelo remendado congresso, condição imposta por Castello Branco para dar um verniz de legalidade ao processo, a relação entre Portella e a *Linha-dura* se estremece. Como chefe do Gabinete Militar e principal assessor militar de Costa e Silva, Portella ordena seguidas transferências entre oficiais, combatendo o foco de pressão que os *duristas* representavam para qualquer governo, conforme fica exposto na notícia abaixo extraída do *Jornal do Brasil*, sob o título “Linha-dura quer preservar o regime e a constituição”.

Elogiam a conduta pessoal do presidente Costa e Silva, mas deploram a ação de alguns dos seus assessores, aos quais responsabilizam pela falta de unidade no comando do governo (...). Não se mostram magoados com algumas transferências de seus companheiros, pelas quais responsabilizam diretamente o chefe da Casa Militar, general Jaime Portella. (JORNAL DO BRASIL, 7 mar. 1968, p. 4)

Portella sabia que era necessário limitar a ação da *Linha-dura* para impedir que outro general fizesse o que Costa e Silva havia feito com Castello Branco: imposição e enquadramento. Tal fato permitiu o surgimento de outras lideranças que canalizariam as aspirações da *Linha-dura*.

Em vista de nossa análise, essas lideranças não apenas tiveram papel decisivo em alguns acontecimentos da ditadura, como foram, insistentemente, vistos como membros da *Linha-dura*, por estabelecerem uma relação com o espírito dos quartéis, encarnado pelo *durismo* com objetivos políticos próprios, como foi o caso de Jayme Portella.

Nesse sentido, o general Syzeno Sarmiento foi, durante o governo Costa e Silva, comandante da Primeira Região Militar, sediada no Rio de Janeiro que, entre os anos de 1967 a 1969, foi o foco de tensão na caserna, e o seu comandante, o principal incentivador. Durante o ano de 1968, a I Região foi a responsável pela violência cometida contra os estudantes no Rio de Janeiro, sendo que o mais grave foi o episódio do “campo de concentração” em que se tornou o clube Botafogo, após um ato estudantil (VENTURA, 1988).

Às vésperas do AI-5, o general Syzeno Sarmento pressionou Costa e Silva para que tomasse medidas violentas contra Márcio Moreira Alves, e, na noite da votação do AI-5, 12 de dezembro de 1968, rondou ostensivamente o presidente, exigindo dele ações urgentes (CHAGAS, 1985). Quando do afastamento de Costa e Silva em decorrência de trombose, Sarmento foi um dos militares que mais pressionaram a Junta Militar (Augusto Rademaker, Márcio de Souza Mello e Augusto Lyra Tavares) por uma solução, inclusive, censurando alguns boletins médicos que davam conta da gradual melhora de Costa e Silva.

Sylvio Frota foi outro militar associado à *Linha-dura*. Chefe de Gabinete do Ministério do Exército, em 1968, comandado por Lyra Tavares, durante o governo ditatorial de Ernesto Geisel, tornou-se Ministro do Exército, passando a ser o centro das atenções militares – e dos anseios da *Linha-dura* – por sua condição de chefe do Exército. Porém, após a demissão de Ednardo D’Ávila do comando da II Região Militar em São Paulo, por conta dos “suicídios” de Manoel Fiel Filho e Vladimir Herzog, o Ministro Frota sofreu, nas suas palavras, “uma ação deliberada de propaganda negativa”, sendo acusado de ser o grande freio da política de *Distensão democrática*, comandada por Golbery do Couto e Silva e pelo presidente Ernesto Geisel, segundo Gaspari (2004) e Frota (2005).

Em 12 de outubro de 1976, o general Frota foi demitido por Geisel. Alguns autores se referem àquela crise como a tensão militar decisiva para o processo de redemocratização⁴.

Por último, outro militar que catalisou o espírito da chamada *Linha-dura* foi o general Affonso de Albuquerque Lima, Ministro do Interior do governo Costa e Silva, entre 1967 e 1969. Antes de ser ministro, Albuquerque Lima esteve envolvido num embate pelo comando do Clube Militar, perdendo as eleições para o general Moniz Aragão.

O Clube Militar⁵ foi, entre 1964 e 1969, o local onde mais se manifestavam as tensões militares de ambos os grupos. Convidado por

⁴ Um desses autores é o historiador Boris Fausto. Analisando, sob a perspectiva da liberalização comandada por Geisel, o cientista afirma que a indicação de Figueiredo como sucessor do presidente foi a vitória expressiva no interior das forças armadas. “A indicação do general Figueiredo passara por uma séria prova de força, pois o ministro Sylvio Frota lançara sua própria candidatura, nos meios militares e em sondagens no Congresso, como porta voz da *Linha-dura*. Frota abriu a campanha eleitoral em maio de 1977, antes do calendário eleitoral previsto por Geisel, e começou a atacar o governo acusando-o de ser complacente com os subversivos. O presidente demitiu Frota do Ministério e cortou sua escalada.” (FAUSTO, 1996, p. 500)

⁵ Criado em 26 de junho de 1887, tendo importância no movimento de proclamação da República, o Clube Militar durante o governo Getúlio Vargas teve participação decisiva no debate sobre a Questão do Petróleo. Durante a década de 50, as duas correntes se embateram pela presidência por diversas vezes, tendo em Estilac Leal o expoente da corrente nacionalista, e por parte da Cruzada Democrática, os generais Nelson Mello e Alcides Etchegoyen. A Cruzada Democrática dominou todas as eleições, até a vitória do

Costa e Silva a assumir o Ministério, Albuquerque Lima encontrou uma estrutura dotada de grande orçamento, além de profundas ligação e influência nas políticas regionais.

Embora fosse alçado como o principal líder da *Linha-dura* para a sucessão de Costa e Silva, Albuquerque Lima se afastou do governo por não obter do presidente a mudança da qualificação *civil* para *militar* de seu Ministério, que o ajudaria na promoção a *general de quatro estrelas*, potencializando-se como candidato à sucessão (CHAGAS, 1985). Ao não obter a promoção e o sonhado comando militar pleno, faz opção de voltar para o Exército e aguardar um novo destino, tornando-se crítico ao governo.

Após a morte de Costa e Silva, em setembro de 1969, Albuquerque Lima arregimenta grande apoio dos oficiais de baixa patente das três Forças Armadas, com destaque para a Marinha, tornando-se um forte candidato na disputa sucessória (CHAGAS, 1985). A “eleição” de Médici põe fim aos planos de Albuquerque Lima. No “concílio” dos generais do Exército, que escolheram como ditador o chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), de Costa e Silva, Albuquerque Lima teve o nome preterido por ter se incompatibilizado com o presidente falecido, além de não possuir as *quatro estrelas*.

Pesquisando de acordo com? os livros e os pronunciamentos desses três militares, a aproximação aos posicionamentos e à atividade política do general Portella é visível. Nestas balizas comuns, expressa-se a base ideológica que sustentou a conduta desses generais. Para fins de ilustração, Frota, em seu livro, *Ideários traídos*, traz uma abordagem sobre o imbróglio que o colocou contra Geisel e Golbery, ao identificar os movimentos de oposição consentida no interior da política de distensão do executivo, como uma adesão de Golbery aos movimentos de esquerda, tendo, por exemplo, a repercussão do caso Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, ocasião em que foi contrário à demissão do general Ednardo D'Ávila. Segundo Frota, o governo Geisel era leniente com os esquerdistas.

A complacência criminoso com a infiltração comunista e a propaganda esquerdista que se revitaliza, diariamente, na imprensa, nos setores estudantis e nos próprios órgãos governamentais, os quais acolhem, no momento, nos escalões de assessoramento e de direção, noventa e sete comunistas, conforme comuniquei ao Serviço Nacional de Informação, marxistas que permanecem intocáveis, em suas atividades desagregadoras. (FROTA, 2006, p. 548)

general Segadas Vianna. Já em 1962, em plena conspiração contra João Goulart, o Clube Militar, sob a presidência do Marechal Augusto da Cunha Magessi Pereira, passou a ser instrumento de desestabilização do governo. Ainda em 1963, o Clube passou a exigir de seus sócios atestado de ideologia, visando impedir a ação de comunistas.

Por outro lado, Syzeno Sarmiento, durante a crise de sucessão de Costa e Silva e o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick pela Ação Popular, AP, e pelo Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)⁶, assumiu como porta-voz das correntes mais radicais, opondo-se à troca dos presos políticos exigida pelos sequestradores, defendendo a execução sumária de todos os militantes presos e o ataque desordenado ao cativeiro, logo identificado pelos agentes do Centro de Investigação da Marinha, Cenimar. No caso da sucessão de Costa e Silva, Sarmiento defendeu o rápido impedimento, fazendo uso das mesmas armas dos militares para esmigalhar as resistências ao regime: a coerção e a espionagem. Como porta-voz do *endurecimento*, Sarmiento foi mantido por Emilio Médici no comando da I Região. Segundo Portella,

Alguns generais, entre os quais Augusto Moniz Aragão, Syzeno Sarmiento e Affonso Albuquerque Lima, que não haviam ficado satisfeitos com a decisão do Alto Comando das Forças Armadas, designando os Ministros Militares para responderem pelo presidente enfermo, pois se arrogavam no direito de terem sido consultados “a priori”, como se fossem os mais revolucionários entre todos os que participaram do Movimento de 31 de Março, passaram a fazer sentir ao Ministro Lyra Tavares o seu inconformismo. Davam guarida aos boatos que eram veiculados sobre a enfermidade do Presidente; diziam que o seu estado era gravíssimo e que não tinha mais condições de retornar ao cargo; que estava à morte. (PORTELLA, 1979, p.850)

Em prosseguimento, o general Albuquerque Lima foi o que melhor consolidou suas ideias. Defendia uma política de integração nacional, vislumbrando a ocupação da Amazônia, como arma estratégica à garantia das fronteiras e à Segurança Nacional. Instigou o lançamento do Plano Rondon, com a participação do Ministério da Educação, incentivando o envolvimento de universitários nas áreas de fronteira da Amazônia. Seu pensamento tinha um forte componente nacionalista, como apontado por Héliog Trindade (1994), pois, quando do lançamento da candidatura do general à sucessão de Costa e Silva:

A dinâmica da candidatura Albuquerque Lima ocupa o espaço, até então vazio, do nacionalismo exacerbado pela ameaça da desnacionalização da Amazônia. A ação do Ministro do Interior em defesa da região amazônica, estimulando, inclusive através do Projeto Rondon, a interiorização de estudantes junto às

⁶ Em 4 de setembro de 1969, militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), lançaram-se numa ousada ação de sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, em troca de 40 presos políticos, nos porões da ditadura. Logo localizado o cativeiro, com a ausência do presidente (que estava doente) e as pressões dos americanos para que nada acontecesse ao embaixador, a Junta Militar viu-se obrigada a negociar e soltar os presos solicitados pelos militantes, além da ler o manifesto nos canais de televisão e rádio. Ocorreram outros sequestros em troca de militantes, mas nenhum com a mesma relevância desse.

populações periféricas carentes, respondia também às preocupações da jovem oficialidade. (D'ARAÚJO *et al.*, 1994, p. 138)

Nesse sentido, a associação de Albuquerque Lima com a *Linha-dura* gera mais dúvidas do que certezas, pois a questão da Segurança Nacional para a corrente não se balizava pelas discussões em torno da ocupação ou não da região amazônica. Esse componente de seu pensamento foi resultado de sua atividade como ministro. Albuquerque Lima, ao saber do veto a sua candidatura pelo Alto Comando do Exército, devido a sua condição de general *três estrelas*, assim como à incompatibilidade que teve com Costa e Silva, respondeu ao ministro do Exército, em carta, expondo as ideias dos oficiais que pleitearam a sua candidatura.

Essas manifestações havidas nas guarnições militares em torno do meu nome jamais se originaram por iniciativa minha. São oriundas do sentimento de puro idealismo de nossos oficiais – jovens e mais idosos – em torno das ideias revolucionárias que sempre difundiram, em termos de realizações e programas de um governo sem corrupção e contra a corrupção. Desejo reafirmar minha posição dentro da revolução que, a meu ver, ainda não se realizou, pelo simples fato de que não fez o que poderia ter sido feito em benefício do povo brasileiro, dentro dos princípios de um nacionalismo puro e sensato. (*Apud* PORTELLA, 1979, p. 889)

Nesta carta, Albuquerque Lima expõe elementos comuns que se associam à *Linha-dura*. O puritanismo revolucionário de contraponto à prática governamental de momento, marcada pela corrupção. A tônica de vincular à adoção de uma linha militar radical, com o objetivo de realizar novos inquéritos e proceder novas “limpezas”, o afastamento dos políticos da estrutura de poder, mas não o seu total isolamento, o combate intermitente à subversão, a defesa de uma condução nacionalista da economia, em contraposição ao que consideravam falhas nas políticas econômicas, tanto do governo de Castello quanto no de Costa e Silva.

Em relação a Portella, podemos indicar algumas diferenças dele com os demais. Portella foi o Ministro de Gabinete Militar e principal assessor de um presidente da República, diferente dos três outros generais (Sarmiento, Frota e Albuquerque Lima), que tiveram atuação ambígua conforme as situações políticas que os colocavam como a “bola da vez”.

Não podemos afirmar com convicção que todos dividiam uma mesma visão sobre o que seria uma política mais adequada para o Brasil, e, neste caso, a ação mais apropriada em torno de um objetivo comum, o que, no caso da *Sorbonne*, principalmente a partir de Geisel e Golbery, é facilmente observável. Ainda que os quatro generais se colocassem contra o *castellismo*, Albuquerque Lima e Sarmiento foram os mais interessados na resolução da sucessão de Costa e Silva, opondo-se a Portella, que

desejava manter o Presidente, nomeando um vice-presidente militar (CHAGAS, 1985).

Cada um a sua maneira, Sarmiento, Frota e Albuquerque Lima indispueram-se com o governo de ocasião por ambicionarem o cargo de presidente militar, algo que não podemos atribuir a Portella, a não ser nas indicações de alguns estudiosos⁷. Esperavam contar com a força da tropa para impor essa condição, assim como Costa e Silva, com o apoio e a organização de Portella, fizera contra Castello Branco.

O *durismo* desses generais, assim como o do próprio Portella, confunde-se com a indisposição deles com o *Ditador de turno*, alcunha dada por João Roberto Martins (2002). Destarte, é compreensível que todos os generais não se assumissem como *Linha-dura*, mas, pelo contrário, no caso de Portella, havia uma perseguição sistemática aos remanescentes *duristas* no governo Costa e Silva.

Seria possível, dessa forma, pensar uma gênese histórica dessa corrente militar. Quais objetivos e qual dinâmica permitem aventarmos o surgimento da *Linha-dura* como um organismo político no interior das Forças Armadas? E na reconstrução de sua gênese histórica, como estabelecer os nexos entre seu projeto político e sua própria base ideológica?

Vestígios da *Linha-dura* na crônica política

Restringimos a análise dessas notícias ao ano de 1964 à crise de outubro de 1965, devido às especificidades do período. Nesse momento, a direção política da ditadura, de maioria da *Sorbonne*, ainda vislumbrava o retorno à normalidade jurídica, prevendo as eleições diretas para presidente da República. Esse período é o momento de cristalização da ação desses militares mais duros, inconformados com a “fraqueza” de Castello Branco. Dessa forma, os militares *linha-dura* se aproximam a diversos políticos, como Carlos Lacerda, e, por fim, consolidam o nome de Costa e Silva como líder da corrente, mais pelo cargo que ele ocupava (ministro da Guerra) do que, realmente, pelo vínculo ideológico.

Em vista desse contexto, entra em cena Carlos Castello Branco, com sua coluna no *Jornal do Brasil*, sendo o primeiro analista a informar o

⁷ Segundo Martins Filho, os militares suspeitavam de que Portella pudesse pleitear a sucessão de Costa e Silva devido a sua íntima relação com o presidente: “(...) a hierarquia militar cuidou de fazer chegar ao Palácio que os oficiais-generais não aceitariam a pretensão de alguns coronéis à chefia do regime militar. Há indícios, por outro lado, de que a hierarquia acompanhava com atenção os movimentos do chefe da Casa Militar, general Jayme Portella, que acirrou suspeitas antigas, não apenas com sua promoção a general de divisão, em fins de julho de 1969, mas em virtude das homenagens que lhe prestou na ocasião o presidente Costa e Silva.” (MARTINS FILHO, 1996, p. 171) Em nenhum momento, porém, Portella menciona a possibilidade de candidatar-se a sucessão.

nascimento da *Linha-dura*, bem como sua relação com os meios político e militar. O jornalista foi colunista do *Jornal do Brasil* na época do golpe e, como integrante da imprensa carioca conservadora, foi um articulista simpático à ditadura. Entretanto, em seu trabalho de escrever e analisar os bastidores político-militares dos governos, conseguiu a proeza de expor as contradições dos militares e dos políticos golpistas sem ser censurado. Agindo criticamente, a sua coluna – *Coluna do Castello* – é uma importante fonte de estudos sobre as tendências que se avolumavam no núcleo golpista, bem como suas reações, neste caso, com relação ao surgimento da *Linha-dura*. Conforme o autor, a corrente *radical* é oposta à *moderada* que se forma no Congresso, já que

(...) abrangeria não somente militares como civis (...) deveria assim constituir-se numa facção hermética, infensa a adesões e convocando, como sua justificativa, o purismo revolucionário que se afirmaria na prática radical do expurgo (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 45).

Em 6 de abril de 1964, Carlos Castello Branco já anunciava, em sua coluna, o surgimento de uma corrente mais radical no interior da disputa entre os golpistas, sendo que os *moderados* se sobrepunham em relação aos *radicais*.

Parece estar se impondo sobre a corrente revolucionária exaltada a corrente moderada, que entende e proclama que a revolução foi feita contra o comunismo, não contra o Congresso e as liberdades públicas. E esta, de resto a tendência normal dos movimentos vitoriosos que, cumprida sua missão, procuram acomodar-se à ordem. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 8)

É interessante percebermos as bases que diferenciavam os dois grupos. *Castelinho*⁸ expressava-as desta forma: um grupo *moderado*, que prezava pelas liberdades públicas, e os *radicais*, pela defesa dos expurgos. Todavia, ambos se colocavam como anticomunistas. Apesar de seus primeiros passos, os militares acomodaram as necessidades de se fazer a *Operação Limpeza*, livrando o Legislativo de cumprir o papel inglório de eliminar a presença de comunistas ou supostos comunistas entre os seus. Paula Beiguelman (1994) explica que as cassações faziam parte do conjunto de ações promovidas pelos militares vencedores, no intuito de fermentar o discurso de que tudo continuaria “normal”. Seria, desse modo, importante manter um regime embalado de uma falsa *institucionalidade*, enquanto os expurgos e as cassações fossem promovidos. Assim, essas ações não só atingiram a Casa Legislativa, mas os diversos poderes constituintes do aparato estatal, além da própria sociedade, principalmente, os trabalhadores.

⁸ A fim de facilitar as diferenças entre o jornalista (Carlos Castello Branco) e o ditador (Humberto de Alencar Castello Branco), usaremos o simpático apelido do analista político: *Castelinho*.

Em 20 de maio de 1964, novamente, é noticiado o papel de uma corrente radical no interior do movimento golpista vitorioso, mas, desta vez, há nomeação dos líderes de cada facção, chamando a atenção para o caso da corrente *radical*, cujo porta-voz não está no Congresso, mas no Ministério da Guerra. Essa ocasião talvez seja o primeiro uso público da alcunha *linha-dura*:

Acentuam-se as divergências entre os dois partidos ou as duas correntes da Revolução. Enquanto o Sr. Amaral Neto assume, no Ministério da Guerra, o compromisso de defender a “linha-dura”, o Sr. Pedro Aleixo, comentando novamente rumores de que seria pedido o estado de sítio, declarava que tal não acontecera sem fato novo, pois todo o empenho do governo está no restabelecimento do processo legal. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 47)

Em embates com “esquerdistas” em vários estados, além da divulgação de muitos casos de tortura, dizia-se entre as hostes militares que o governo estava muito brando. Desse modo, podemos inferir que a *Linha-dura* começa a procurar por um espaço de ação e voz. O Ministério da Guerra assume esse papel de dar voz aos radicais, Jayme Portella então, como chefe de gabinete de Costa e Silva, assume essa ligação entre governo e os quartéis.

Com o fim dos expurgos, em junho de 1964, aparece a menção da diferença entre uma *linha branda* e uma *linha dura*. A necessidade de mais e mais punições define o marco da polarização nas Forças Armadas. Em perspectiva desses acontecimentos, Carlos Castello Branco, em maio de 1964, afirma que:

O agravamento do estado de crise entre os partidários da “linha dura” e os da linha branda, para este final do prazo de expurgo, era perfeitamente previsível, importando saber apenas em que medida ela afetará a restauração da ordem jurídica e a consolidação do Poder Civil. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 68)

O cronista adianta-se na análise e indica o desdobramento da força de Castello Branco junto aos partidários do governo, expondo, dessa forma, a aliança do presidente com os setores da ESG.

Ganha sentido o rumor, acolhido por fontes altamente situadas, de que o marechal Castello Branco ou controlará as tendências radicais da Revolução, de maneira a conduzir o governo dentro da linha do seu pensamento, que coincide com a dos seus antigos assessores da Escola Superior de Guerra, ou iria até a renúncia. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 68)

A segunda hipótese é descartada por *Castelinho*, mas sem se utilizar de sua contumaz análise política, aponta uma possível fragilidade do então presidente Castello Branco, pois “trata-se evidentemente de uma hipótese remota, mas a alusão a ela indicaria a firmeza com que o presidente enfrenta a atual conjuntura” (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 68),

A *Linha-dura* fez, no Ministério da Guerra, a defesa pela continuidade dos IPM, desse modo, as diferenças entre Castello Branco e Costa e Silva começam a aparecer. Neste sentido, segundo Carlos Fico,

o general Estevão Taurino de Resende Neto – que fora nomeado pela Portaria n 1 do Comando Supremo da Revolução como encarregado pelos IPM – pediu ao presidente da República que prorrogasse o prazo para as cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos, mas Castello Branco não o atendeu, enchendo de revolta os “coronéis dos IPM” (FICO, 2001, p. 43).

O fim das cassações se daria em 15 de junho de 1964. *Castelinho* vai expor o descontentamento da *Linha-dura* dois dias depois:

A política de repressão, que contrariou obviamente os setores atingidos e emocionou a opinião pública, não atendeu também aos interesses e às reivindicações dos que a preconizavam como indispensável ao êxito do movimento revolucionário. Os radicais ou partidários da “linha-dura” são hoje pessoas frustradas e descontentes com o Governo. Em cada estado, do Rio Grande do Sul ao Acre, há queixas: faltou fulano, faltou sicrano, faltou beltrano. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 78)

Por não ser a primeira vez em que o jornalista distinguia a corrente *radical* do Exército, utiliza as aspas para assinalar o grupo como “linha-dura”, o que talvez indique que a fração militar já se tornava uma corrente orgânica, inclusive contando com partidários. Por outro lado, as *bandeiras* defendidas pela *Linha-dura* ficaram limitadas aos queixumes de nomes que não foram indiciados nos IPM, tendo claramente outra reivindicação a ser defendida, enquanto crítica ao governo. Adiante, *Castelinho* faz uma observação sobre a origem dessas queixas, verificando o caráter político das reivindicações *duristas*:

(...) essas queixas vêm principalmente dos udenistas de Goiás, do Maranhão e do Rio Grande do Norte, cujos respectivos Governadores, com dossiês que teriam sido “aprovados” pela Comissão Geral de investigações, foram salvos da degola pela moderação com que o Presidente Castello Branco usou dos poderes que lhe atribuiu o Ato Institucional (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 78).

Além do aparente oportunismo, com que patrocinava a ação de muitos Inquéritos pelos estados afora, sendo usados, inclusive, pelos golpistas para derrubar adversários políticos, a moderação do presidente Castello Branco, segundo *Castelinho*, teria sido a responsável pelo impedimento de mais cassações.

Conforme Beiguelman (1994), a “moderação” da ditadura nesse momento teria uma razão simples: a permanente busca de uma *institucionalidade* jurídica que contemplasse o *status quo*, intenção premente para a *Sorbonne*.

Em agosto de 1964, o presidente cassado João Goulart lança um manifesto. Esse documento é lido no Congresso, e, novamente, acirra-se a pressão da *Linha-dura* para uma resposta ao ex-Presidente, determinando, dessa maneira, um aspecto da corrente que, até então, não fora exposto pela crônica da época:

Nos círculos militares da chamada “linha-dura”, que se agrupam cada vez mais sob a liderança do jovem general Moniz de Aragão, presidente do Clube Militar, o manifesto do ex-Presidente da República é analisado como uma peça de extrema gravidade, capaz de justificar por si só a reabilitação das medidas mais agressivas do Ato Institucional, que deveria, no entender deles, ser restaurado na plenitude e sem prazos. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 116)

Percebemos, assim, a alusão a uma possível liderança da *Linha-dura* nos primeiros idos da ditadura, a do general Moniz Aragão, além do que seria o seu berço, o Clube Militar. Moniz Aragão, vencedor das eleições da presidência da agremiação, após o impedimento da candidatura de Albuquerque Lima, naturalmente, tornar-se-ia o porta voz do Clube Militar, em outras palavras, a *linha de frente* das reivindicações desses militares. O Clube reunia oficiais jovens – coronéis, tenentes-coronéis, majores e capitães, em sua maioria – e era o local onde se aglutinavam as tensões militares pela restauração do Ato Institucional, ainda que não fosse o único espaço que demandava esta medida, e nem o foi sempre, mas naquele momento, pela aproximação de tantos oficiais que foram também chefes dos IPM, representava as vozes descontentes da caserna, nos primeiros meses do governo ditatorial de Castello.

O general Augusto Moniz Aragão sempre foi associado à imagem dos *castellistas* (foi chefe de Gabinete de Castello Branco, quando esse era chefe do Estado-Maior do Exército, em 1964), inclusive, tornando-se inimigo ferrenho do governo Costa e Silva, acusando este de corrupção (CHAGAS, 1985).

Castelinho também deixou registrada sua opinião sobre o que representava o manifesto de João Goulart, na tentativa do governo Castello Branco de recuperar o poder civil, reafirmando tratar-se de uma situação transitória, indicando um caminho para a normalidade democrática:

O Sr. João Goulart terá, de certo modo, atingido seus objetivos, ao provocar um agravamento das tensões internas e o revigoramento de certas contradições no movimento vitorioso que o Governo instituído vinha contornando e disciplinando ao sabor das suas inspirações legalistas e democráticas. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 116)

Segundo o cronista do *Jornal do Brasil*, João Goulart teria reavivado as pressões da *Linha-dura*. No dia 28 de agosto de 1964,

Castelinho comentara a resposta do ministro da Guerra ao manifesto, tomando a dianteira na reivindicação militar ao governo Castello Branco, ao mesmo tempo em que respondia à *Linha-dura*, vista pelo jornalista como força política de contrafluxo às intenções do ditador Castello Branco:

A manifestação do ministro da Guerra, cuja tônica efetiva é a solidariedade com os sentimentos da oficialidade militar, deixou evidente, na interpretação que teve em Brasília, o propósito de prestigiar o Presidente Castello Branco na sua política de restaurar, tão cedo quanto possível, a normalidade institucional. Seria, portanto, em que pesem as aparências, um documento de contenção da “linha-dura” e de reafirmação da prevalência da orientação dominante no Governo. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 117)

Nesse período, a crise suscitada com o manifesto de João Goulart foi percebida pelo cronista como superada. Em 13 de setembro de 1964, o jornalista escreveria em sua coluna que a *Linha-dura* deixava de ser um problema político, mas, ainda, era mantida como um estado de ânimo residual, ao sabor das tensões regionais.

É verdade que nem tudo está feito, mas o fato é que a “linha-dura” já não é, hoje, um problema político, mas um estado de espírito remanescente que cria problemas residuais, de maior ou menor gravidade, conforme o ponto geográfico, e certamente mais acentuado na latitude norte. (CASTELLO BRANCO, 1976, p. 123)

Para a surpresa de *Castelinho*, a *Linha-dura* provou ser muito mais dinâmica do que apenas uma reação imediata às forças do pré-64 ou à “fraqueza” de Castello Branco. A partir de 1965, as reivindicações *duristas* só cresciam, assim como o estabelecimento de duas lideranças: “Em Carlos Lacerda, admiravam a retórica retumbante e as atitudes audaciosas; em Costa e Silva, enxergavam não apenas o chefe militar de maior antiguidade, mas também o líder que logo iniciou o processo de punições.” (FICO, 2001, p. 39)

Nas crônicas de Carlos Castello Branco, um político começa a se sobrepôr como porta-voz da *Linha-dura*: o deputado Costa Cavalcanti. A principal preocupação do governo Castello foi garantir que as eleições de 1965 e seu resultado fossem devidamente respeitados pelos militares “revolucionários”, especialmente, por parte da *Linha-dura*; eis a tônica do debate entre o Presidente e alguns coronéis da *Linha-dura* (CHAGAS, 1985, p. 86). No comentário publicado em 11 de fevereiro de 1965, *Castelinho* afirma que:

Segundo o Sr. Costa Cavalcanti, intérprete da linha prática revolucionária, as eleições não diretas não poderão ocorrer antes de 1966, pois depois de assegurada a presença de elementos revolucionários nos governos de todos os estados, inclusive dos 11 que deverão renovar-se este ano, de estar a

direção do Congresso, afinada com os objetivos da revolução e de ter sido adotada uma lei de incompatibilidades, ainda que branda, é que poderá o sistema dominante correr os riscos de um confronto eleitoral. (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 158)

As advertências da *Linha-dura* foram não só levadas a sério pelo governo, como incorporadas como prática pré-eleitoral: o governo Castello Branco comandou diversos expurgos nos estados onde ocorreriam eleições, alijando muitos deputados da disputa, ao sabor das pressões *duristas*, *castellistas* e *udenistas*.

A cada momento em que se aproximavam as eleições de outubro de 1965, mais pressão provinha das bases da *Linha-dura*, insatisfeitas com as decisões do STF contra os IPM, que insistiam em funcionar depois de quase um ano e após inúmeras tentativas de encerrá-las. Para *Castelinho*, as medidas preconizadas pela *Linha-dura*, inviabilizar os candidatos que estivessem sofrendo Inquérito Militar, poderiam ser casadas à manutenção da ordem civil, que o Presidente Castello Branco tanto defendia. Sobre tal situação, *Castelinho* escreve, em 13 de maio de 1965, que:

O governo do presidente Castello Branco tentaria harmonizar, mais uma vez, a necessidade de tranquilizar as áreas revolucionárias e a de assegurar a prevalência da ordem civil, através de uma legislação adequada, que cortasse o acesso às urnas de quantos políticos estejam sob a mira de investigações militares. (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 174)

A tentativa de harmonizar uma ditadura em processo a uma democracia em frangalhos foi a principal contradição do governo Castello Branco. Entretanto, o diapasão descrito por *Castelinho*, o exercício de “morde e assopra”, que caracterizou as relações da *Linha-dura*, foi uma constante, até as eleições de outubro.

Em julho de 1965, dois componentes somaram-se às pressões da *Linha-dura*: a aliança entre Carlos Lacerda e o coronel Osnelli Martinelli – visto como expressão da *Linha-dura* pelo jornalista Carlos Castello Branco – e o rompimento do governador carioca com o presidente.

Nas declarações do Sr. Carlos Lacerda apontam-se três fatos de destacada importância: seu rompimento definitivo com o presidente da República, a cobertura dada à posição do sr. Magalhães Pinto, de quem diz ter sido traído pelo governo revolucionário, e a revelação da vista do governador ao coronel Osnelli Martinelli, expressão e símbolo da “linha-dura”. (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 187)

Com a aliança entre Lacerda e a *Linha-dura*, verifica-se uma cisão de alguns militares que se afirmavam *duristas*. Lacerda foi a inspiração civil aos coronéis da Guanabara, porém não frequentava o mesmo círculo do ministro da Guerra de Castello Branco, o general Costa e Silva. Desde os primeiros dias da ditadura, quando Costa e Silva e Carlos Lacerda quase

saíram no tapa (CHAGAS, 1985), os dois haviam se distanciados. No entanto, Costa e Silva também procurava se afirmar como liderança militar mais forte, ou era levado para isso devido a sua posição. Costa e Silva foi, também, membro do governo e, neste caso, era subordinado ao Presidente da República. Para *Castelinho*:

Na medida em que o Marechal tiver condições de isolar a “linha-dura” lacerdista, que predomina entre os coronéis da Guanabara, assegurando-se o apoio da maioria das Forças Armadas, que seriam atraídas pelo reforçamento das medidas de cunho revolucionário em vias de serem solicitadas ao Congresso. (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 211)

Para esse objetivo, entretanto, o governo Castello necessitava da lealdade de Costa e Silva. O compromisso do presidente de invocar a liderança de seu ministro da Guerra nos quartéis, a fim de frear as influências *lacerdistas*, custaria-lhe caro. Após as eleições em que Lacerda se viu derrotado, todo o dispositivo militar influenciado por ele foi acionado. Segundo *Castelinho*:

Os coronéis lacerdistas que compõem, nas forças armadas, o que se chama de “linha-dura”, são o núcleo da pressão radicalista que se exerce, neste momento sobre o governo, para impedir a posse dos eleitos. Eles assim reagiram porque o Sr. Carlos Lacerda foi derrotado na Guanabara e, com a derrota, tornou-se um candidato vulnerável dentro do sistema revolucionário. O presidente Castello Branco já não tem de considerar a hipótese de apoiá-lo como candidato. (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 210)

Carlos Lacerda não conseguiu derrubar o governo, mas sim viu a sua influência sobre o núcleo da *Linha-dura* esmorecer. A corrente militar que nasceu sob o símbolo da intolerância, assim como pressionando por mais processos contra os derrotados em 1964; que se insuflava contra cada *habeas corpus* concedido pelo STF; que a cada crise elegia novos porta-vozes, cujos representantes mais conhecidos eram os coronéis associados aos intermináveis IPM, havia sido impedida de se rebelar, não, entretanto, porque lhe faltasse força, mas porque outro personagem assumiu, a partir de então, a liderança da corrente. A *Linha-dura*, que passou os quase dois anos em busca de uma liderança militar mais significativa, encontrou em Costa e Silva a referência política definitiva, por conta de um detalhe maior: era Costa e Silva quem detinha, de fato, o controle das Forças Armadas, e esse era o mais forte instrumento de pressão de que um militar poderia dispor, algo, aliás, que Carlos Lacerda tentou, mas não conseguiu. Desse modo, *Castelinho* pôs a nu o acordo que se transformaria no AI-2, compromisso assumido por Costa e Silva com os rebelados.

Algumas informações clarearam as origens militares da crise política. Em fontes adequadas, revelava-se que, na madrugada de cinco para seis de outubro, o ministro da Guerra assumiu

compromisso formal com os oficiais da Vila Militar em torno de dez pontos que o governo cobriria a seguir. Entre esses, figuraram os projetos que o presidente encaminhou ao Congresso. Se os projetos forem rejeitados, desfaz-se automaticamente o vínculo que prende, num pacto de honra, o Ministro da Guerra à oficialidade da Vila Militar, ficando o governo submetido a uma eventual manifestação da tropa. (CASTELLO BRANCO, 2007, pp. 215-6)

A partir de então, a liderança de Costa e Silva consolida-se junto aos militares da *Linha-dura* com o amparo e a ação do general Jayme Portella, seu principal assessor. Portella, em suas memórias, reafirma o compromisso que o ministro da Guerra tinha com o presidente, argumentando que a rebeldia militar praticada pela *Linha-dura* não contava com o amparo do general Costa e Silva. Em discurso na Vila Militar, Costa e Silva reafirmou toda a sua lealdade ao presidente, assim apresentada por Portella:

Mostrou que era preciso confiar nos chefes, mantendo, em torno dos mesmos, a unidade de espírito e que as cordas da revolução não se romperiam. Terminou a oração sob aplausos. Alguns oficiais mais intransigentes não ficaram satisfeitos, porque achavam que era chegada a hora da separação entre o ministro e o presidente. Mas acontecia que o ministro havia sido claro na sua oração, na fidelidade ao presidente e eles não contavam com um líder no Exército para derrubar o governo. (PORTELLA, 1979, p. 279)

No entanto, como mais tarde ficaria provado, a lealdade de Costa e Silva limitou-se até quando os seus interesses de candidato não esbarraram nas vontades de Castello Branco; assim, a caserna navegou aos ventos diante de tais pressões. Como afirma João Roberto Martins Filho, no final de 1965, permanecia uma razoável área de incerteza quanto à capacidade do governo Castello Branco em retomar o controle da sucessão presidencial, afastando a candidatura de Costa e Silva. Como se verá, esse fator retardaria por algum tempo a abertura da rota de colisão que opôs o governo Castello a amplas áreas do bloco golpista (MARTINS FILHO, 1996, p. 68).

Considerações finais

A *Linha-dura* foi, acima de tudo, uma mobilização de oficiais em torno de *bandeiras* comuns, que, sem uma definição teórica contundente, expressavam as demandas práticas dos oficiais conspiradores: o rigor na apuração dos crimes dos políticos, a continuidade da “revolução”, o anticomunismo e a desconfiança em relação à maioria dos políticos.

No decorrer do governo Castello Branco, a *Linha-dura* encontra na figura de Costa e Silva uma referência importante para a sua ação política. Jayme Portella de Mello e Mário Andreazza trabalham a “candidatura” de Costa e Silva junto aos militares mais radicais como alternativa “revolucionária” ao governo Castello Branco.

A hipótese a ser defendida neste artigo é a de que os militares que se consideravam *linha-dura*, ou aqueles cuja práxis se espelhou nas pressões vindas dessa corrente militar, como é o caso de Jayme Portella, entendiam como basilar a necessidade de se manter a “revolução” por muitos anos e o combate, constante e sem tréguas, a qualquer natureza de mobilização política que pudesse ser percebida como “comunismo” ou “subversão”. Compartilhavam também do ideário de que os políticos haviam falhado como dirigentes da nação, e que as Forças Armadas deveriam assumir o papel de sujeito político em sua condução.

Diferentemente, a *Sorbonne* entendia que a intervenção militar era algo necessário, todavia com prazo para acabar, conforme as necessidades de se defender os interesses do capitalismo e de ser combatida a subversão. Mesmo com o objetivo de estabelecer uma nova *institucionalidade* política, a *Sorbonne* teve de tolerar a imposição militar do nome de Costa e Silva, que soube usar os sentimentos da *Linha-dura* como tensão permanente a qualquer decisão governamental que não fosse vista como fortalecimento da “revolução”.

Para além das tensões, os dois generais presidentes basearam-se em uma matriz comum, que aproximou, desta forma, os dois grupos: sob a visão *esguiana*, um projeto de desenvolvimento do Brasil, assegurando a subordinação ao capital estrangeiro monopolista; e, da parte dos *duristas*, o aprofundamento da repressão, em suma, a convergência do binômio segurança e desenvolvimento para a institucionalização da ditadura. Conforme Antonio Rago (1998), trata-se de efetivar com os “caminhos abertos pelo bonapartismo em nome de uma democracia tutelada, do desenvolvimento acelerado e a um máximo de segurança contra a subversão interna.

Em vez de uma contradição nos projetos, entendemos que houve convergência das duas correntes, principalmente no que diz respeito à implantação do AI-5.

Outra importante caracterização da *Linha-dura* analisada aqui foram as atuações díspares do conjunto de oficiais que eram identificados por *Grupo dos 11*, no bilhete de Heitor de Aquino a Ernesto Geisel. Essas diferenças revelam-nos a natureza casuística e de pouca resiliência da corrente.

Assim sendo, a práxis da *Linha-dura* está associada a mobilizações muito específicas que, a grosso modo, giram em torno de um projeto

“nacionalista”, em defesa de punições aos políticos e civis pelos antecedentes a 1964 e por mais repressão. Todavia apesar da constância dessas manifestações, elas não condiziam a uma ação *ativa* e sim, na maioria das vezes, *reativa*.

Tendo em mente tal contexto, os projetos efêmeros da *Linha-dura* eram sempre ditados em torno de uma figura militar que pudesse protagonizar em contraponto ao *Ditador de turno*. Nesse caso, o projeto individual de um general servia como contraponto ao que o governo golpista de momento deixava de realizar. Tendo em mente que a corrente da *Sorbonne* vai prevalecer durante os anos de ditadura, foi constante a tentativa de garantir uma institucionalidade a ditadura que parecesse uma “normalidade democrática”. Talvez com exceção do período Médici (1969-74) pela característica marcadamente violenta e repressiva, a pressão da *Linha dura* será também exercida ao primeiro sinal de “moderação” que pudesse surgir.

A confirmar esta ideia, para além de uma corrente que assume o poder plenamente, a *Linha-dura* caracterizou-se como um fator de pressão constante aos generais-presidentes, em perspectiva, sempre, da ascensão de um antagonista para o *Ditador de turno*: no governo Castello Branco, a *Linha-dura* encontra em Costa e Silva a figura para a vazão de um projeto “nacionalista”; no governo desse general, Syzeno Sarmiento assume o papel de tensionar em favor dos radicais; Albuquerque Lima, posteriormente, indis põe-se com a Junta Militar, em 1969; e Sylvio Frota passa a ser o fator desestabilizante do presidente Ernesto Geisel, no episódio anteriormente citado neste trabalho, que culminou na morte de Vladimir Herzog. Em comum, todos canalizaram e advogaram em torno do espectro oriundo da caserna.

Finalmente, podemos concluir, também, em vista de diversos autores, que, após o episódio entre Geisel e Frota, em 1976, a *Linha-dura* recolheu-se pouco a pouco, tendo nenhuma relevância no período que veio a ser chamado de *Distensão democrática*, após 1979. Com exceção de fatos episódicos não menos violentos, como as bombas em banca de jornal, o atentado ao Riocentro em 1981 tenha sido o canto do cisne do radicalismo militar. Podemos indagar como tais componentes cumpriram sua função de garantir, nas palavras de Geisel, *uma distensão gradual, lenta e segura*, mas de qualquer maneira, a *Linha-dura* desaparece do noticiário pelas *portas do fundo*.

Referências bibliográficas

- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ASSUNÇÃO, V. N. F. *O Satânico Doutor Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SPO, São Paulo, 1999.
- BEIGUELMAN, P. *Pingo no azeite*. São Paulo, Perspectiva, 1994.
- BRANCO, C. C. *Os militares no poder v. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. *Os militares no poder. O Ato 5*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- _____. *Os militares no poder: o baile das solteironas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- CAMARGO, A. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Ed. Nova Fronteira, 1981.
- CARVALHO, J. M. *Forças armadas e política no Brasil*. São Paulo: Jorge Zahar, 2005.
- CHAGAS, C. *A guerra das estrelas (1964/1984)*. Os bastidores das Sucessões presidenciais. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- _____. *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*. 2. Ed. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- CHASIN, J. *A miséria brasileira*. São Paulo: Ad Hominem, 2001.
- COELHO, E. C. *Em busca de identidade. O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- D'ARÁUJO, M. Celina. CASTRO, C. (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____; _____. *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DYLON, G. A.; D'ARÁUJO, M. C. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira. 1976.
- _____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- _____. *O significado da ditadura militar. In: TOLEDO, C. N. de. 1964: visões críticas sobre o golpe*. Campinas: Unicamp, 1997.
- FERREIRA, O. S. *As forças armadas e o desafio da revolução*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.
- FICO, C. *Além do golpe*. São Paulo: Record, 2004.

- _____. *Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e política*. São Paulo: Record, 2001.
- FREDERICO, C. (Org.) *A esquerda e o movimento operário (1964/1984): a crise do “milagre brasileiro”*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002
- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- GORENDER, J. *O combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Editora, 1987.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere v. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MACIEL, D. *A Argamassa da Ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.
- MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises política na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: UFSCAR, 1996.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. 3. ed.. São Paulo: Centauro, 2003.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MELO, Jayme Portella de. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Ed. Guavira, 1979
- MESZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciências sociais: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MIYAMOTO, S. Escola Superior de Guerra: mito e realidade. *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, IFCH/UFRGS, n. 1, v. 2, pp. 3-29, 1988.
- MOURÃO FILHO, O. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.
- OLIVEIRA, E. R. *As forças armadas. Política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *Militares, pensamento e ação política*. Campinas: Papyrus, 1987.
- RESENDE, M. J. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de Legitimidade (1964-1984)*. Londrina: UEL, 2001.
- SILVA, H. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- SKIDMORE, T. *Brasil de Castello a Tancredo: 1964 – 1985*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- STEPAN, A. *Os militares na política*. São Cristóvão: Artenova, 1975.
- TOLEDO, C. N. de. *1964: visões críticas sobre o golpe*. Campinas: Unicamp, 1997.
- VENTURA, Z. *1968, o ano que não terminou*. 16. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Como citar:

GUERRA, Tiago Cavalcante. Os militares no pós-1964: um estudo histórico sobre a linha-dura (1964-9). *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 364-391, nov. 2019.

Data do envio: 4 jan. 2019

Data do aceite: 8 out. 2019

Ocidente e história em Golbery do Couto e Silva

Vânia Noeli Ferreira de Assunção¹

Resumo:

Este texto tem por objeto a visão de Ocidente presente no pensamento do general Golbery do Couto e Silva, explicitado em suas obras *Geopolítica do Brasil e Planejamento estratégico*. Para analisá-la, aborda-se sua visão de homem, de história, de estado e de civilização; traz-se à luz a sua inspiração teórica para o debate sobre civilização ocidental e encerra-se com a relação de dependência mútua que percebe entre Brasil e Ocidente, além das proposições que faz a partir desse diagnóstico, da opção pelo Ocidente e da criação do Brasil-potência.

Palavras-chave: Golbery do Couto e Silva; civilização ocidental; pensamento conservador.

The West and History in Golbery do Couto e Silva

Abstract:

This text has as its object the vision of the West present in the thinking of General Golbery do Couto e Silva, explained in his works *Geopolitics of Brazil* and *Strategic planning*. To analyze it, it approaches his vision of man, history, state and civilization; and its theoretical inspiration is brought to light for the debate on civilization, ending with the relationship of mutual dependence that he perceives between Brazil and the Western civilization, besides the propositions that he makes from this diagnosis, the option for the West and the creation of Brazil-power.

Key words: Golbery do Couto e Silva; western civilization; Conservative thinking.

O general Golbery do Couto e Silva (1911-87) foi uma das principais personagens da história brasileira da segunda metade do século XX. Unia as qualidades de intelectual e homem prático a serviço da burguesia, à qual foi útil em várias ocasiões². Buscamos deixar claro, em outro momento,

¹ Doutora, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF – Rio das Ostras) e editora-chefe da *Verinotio*. E-mail: vanianoeli@uol.com.br. Agradeço a Ester Vaisman pelos argutos comentários.

² Foi o responsável pela escrita do *Memorial dos coronéis*, que resultou no afastamento do então ministro do Trabalho, João Goulart, em 1954; propôs a redução dos poderes presidenciais como “solução” para a crise resultante da renúncia de Jânio Quadros à

que o ideário golberyano estava voltado “à interferência prática na realidade, na tentativa de solucionar em determinado sentido os conflitos que ali se davam”, ou seja, tinha “uma função social inegável: mantenedora de uma formação social de molde colonial, embora tecnicamente avançada” (ASSUNÇÃO, 1999, p. 223). Ele não pretendeu uma neutralidade e nem a achava possível, num mundo travejado por um antagonismo que marcava com seu selo todos os assuntos importantes, interna e externamente aos estados nacionais. Se, comparado com sua importância histórica, durante muito tempo seu pensamento foi negligenciado, atualmente, já há algumas pesquisas que buscaram compreender, com graus diversos de profundidade, amplitude (e sucesso), sua teoria³.

Este texto se propõe a discutir sua noção de Ocidente, central para a caracterização que ele faz das alianças que o Brasil deveria celebrar em um mundo convulsionado pela guerra fria; e do apoio que o país deveria receber por sua colaboração na defesa do mundo cristão “ocidental e democrático” contra o comunismo “materialista”, “alienígena” e “totalitário”. Por meio da análise imanente dos textos do autor, iniciamos abordando alguns conceitos básicos do seu pensamento (como homem, história e estado). Expomos, em largos traços, as elaborações de Oswald Spengler e Arnold Toynbee sobre a civilização ocidental, as quais influenciaram fortemente o pensamento golberyano no tocante, especificamente, ao tema em tela neste artigo. Em seguida, focamos especificamente na visão do general a respeito do Ocidente: suas características gerais e sua situação atual. Terminamos abordando a forma como o autor tenta resolver a contradição entre uma proposta nacionalista e a opção pelo Ocidente.

Presidência, em 1961; foi criador e gestor do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1964; e ministro da Casa Civil dos governos dos presidentes-ditadores Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, dos quais era apontado como eminência parda, para ficar em apenas alguns exemplos (cf. GASPARI, 2003).

³ Entre os pioneiros na análise de seu pensamento estão Schilling (1981), com a teoria do subimperialismo brasileiro; Covre (1983), que abordou Golbery do Couto e Silva juntamente com outros representantes da tecnocracia da ditadura; e Ferreira (1984) e Mello (1997), que discutiram a sua contribuição para a geopolítica. A atuação prática do general foi objeto de pesquisa de Gaspari (2003), depositário de seus documentos pessoais. No nosso trabalho anterior (ASSUNÇÃO, 1999), expusemos os núdulos centrais do seu pensamento, tendo como mote a noção de bonapartismo e a oposição entre segurança e desenvolvimento. Uma síntese competente apareceu posteriormente em Birkner (2002). Carvalho (2010) é um ótimo trabalho sobre a problemática das relações internacionais no pensamento de general aqui sob escrutínio, muito embora sob outra perspectiva teórica. Já a dissertação de Nascimento (2013), no nosso entender, sem prejuízo de alguns acertos, carece de rigor teórico, retrocede ao igualar o pensamento da ESG ao do general aqui em pauta e, ademais, assume posicionamentos ideologicamente conservadores.

Homem, história e dialética: alguns apontamentos sobre as bases do pensamento golberyano

Para entendermos a visão de civilização ocidental ou Ocidente no pensamento golberyano, optamos por recuar um pouco e começar buscando sua visão de ser humano e sua visão de história, para depois acompanharmos seu raciocínio em relação à formação da dita civilização. Como buscaremos explicitar, seu pensamento é eclético, um *mixto compositum* que incorpora com maior ou menor sucesso elementos contraditórios entre si.

É o caso da dialética, formalmente integrada ao seu pensamento que, no entanto, mantém dicotomias e determinismos totalmente antidialéticos. Assim, apesar das raízes profundamente positivistas do exército brasileiro, instituição à qual ele próprio não só estava ligado como era umas expressões mais bem-formadas, Silva recorria à dialética – arqui-inimiga do positivismo – em suas tematizações. Embora sem nenhuma formulação mais aprofundada ou sequer uma conceituação precisa, ele destacou a dialética – a contradição imanente e o devir constante a todos os processos, coisas e relações – enquanto forma da história, inerente ao próprio real: “as contradições, ao revés, antes difusas e apagadas, aos poucos se individualizam melhor e acabam por polarizar-se, (...) gerando tensões internas que mais ou menos se avolumam até que, por um impulso dialético, se produza afinal a síntese libertadora que inaugurará novo ciclo de evolução” (SILVA, 1981a, p. 21). Ou, ainda: “Todo conflito pressupõe, assim, uma semelhança entre contrários, tanto quanto, no justo pensar de Heráclito, é o verdadeiro demiurgo da realidade mutável de nosso eterno devir.” (SILVA, 1981b, p. 16) Por constatar a mutabilidade do real, considerava fundamental apelar a uma visão dialética, “Marx exclusivo se quiserem” (SILVA, 1981b, p. 479): se a dialética é parte da realidade, é imprescindível que seja capturada pelo pensamento (SILVA, 1981b, pp. 22-3). Isso, como já se pode ver na citação anterior, não equivale a estar associado a uma visão de esquerda: “Eu não sou, estou longe de ser, esquerdista, mas acho que as contradições são, até certo ponto, o ‘sal da vida’, porque elas obrigam a buscar a solução aos problemas” (SILVA, 1981b, p. 507).

Numa visão que se queria, portanto, dialética, sua teoria captava o homem como “ente social ou político” (SILVA, 1981a, p. 95), “animal social”, “membro nato e obrigatório de uma sociedade mais ou menos dilatada, mais ou menos complexa, mais ou menos solidária” (SILVA, 1981a, p. 9). Donde, “O contato, mais ou menos estreito, mais ou menos duradouro, condiciona sempre, a rigor, todo e qualquer processo de interação social, quer entre indivíduos, quer mesmo entre grupos” (SILVA,

1981a, p. 200). O autor estava, assim, longe das visões liberais que remetem ao indivíduo atomizado ou isolado como origem de uma sociedade artificial criada posteriormente.

Tal característica antropológica se intensificaria no decorrer da sua história, já que a “integração é um processo social, permanente e dinâmico, que apresenta fases críticas de retrocesso e fases positivas de recuperação mais ou menos acelerada, mas desconhece a estagnação duradoura” (SILVA, 1981a, p. 169). Este animal gregário, desde logo social, teria sua inserção na sociedade mediada pelos diversos círculos intermediários dos quais participa:

Participe, ao mesmo tempo, de múltiplos e variadíssimos grupos sociais mais ou menos amplos e inclusivos, mais ou menos absorventes e dinâmicos, dotados de um maior ou menor grau de pressão e de controle sociais, dose maior ou menor de estabilidade e permanência, especialização funcional mais ou menos rígida, grupos primários e grupos secundários, privados ou públicos, disjuntivos ou não, tanto horizontais como verticais, tanto profanos como sacros, simples ou complexos, naturais e inalienáveis ou de associação livre e voluntária (...) – a cada um desses conjuntos, liga-o relação de dependência mais ou menos estreita, a traduzir-se, em termos de uma adesão mais ou menos consciente, por um coeficiente de lealdade extremamente variável. (SILVA, 1981a, pp. 95-6)

Vê-se, pois, que o general, mantendo-se longe do atomismo, mas também do materialismo, não localizava no âmbito da produção e reprodução da vida os elementos que unem os homens, deixando aberta a questão do que subjaz aos diversos círculos aos quais devem “distintas lealdades”.

Segundo o autor, as relações sociais em épocas remotas exigiriam lealdade suprema ao “grupo mais restrito – a família, o clã, a própria tribo”, havendo ainda muitas sobrevivências desta orientação. Citando Vico, Danilewski, Spengler e Toynbee, afirmava que a história humana se trataria “do alargamento paulatino do próprio âmbito em que acaba por manifestar-se, até certo ponto incontestado, essa sua lealdade suprema”, história que passaria por “sucessivos ciclos de evolução, correspondentes a expansões e contrações desse mesmo círculo da lealdade maior do homem, nas várias áreas ecumênicas que este, sob seu domínio, vitalizou” (SILVA, 1981a, p. 97). É o jeito de o autor retratar abstratamente o processo de constituição da humanidade enquanto gênero.

Esse processo, afirmava, não ocorreria de maneira linear e evolucionista, mas conheceria diversos conflitos. No seu entender, o animal social que é o homem “foi e sempre será o polo de uma hierarquia de lealdades – frequentes vezes, palco íntimo de dilaceradores conflitos entre lealdades diferentes”, as quais seriam em diversas ocasiões parcial ou

totalmente inconciliáveis, “por mais que seu antagonismo possa subsistir largo tempo despercebido e larvado, antes de explodir, destroçador e pungente, nos decisivos momentos de uma crise de opção”, sendo a fonte de tragédias e neuroses a tentativa de conciliá-las: “Não obedecerás senão a um único senhor teu deus – eis, pois, o supremo mandamento social” (SILVA, 1981a, pp. 95-6). Há aí uma tensão constante, porque, “se o contato intenso favorece (...) a amizade e a colaboração internacionais, essas só se vêm, em geral, a concretizar após um período (...) de conflitos e choques, de lutas ostensivas e surdas pela hegemonia, (...) processo através do qual se acabe por atingir uma situação de estabilidade mais durável e profícua” (SILVA, 1981a, p. 173). A constituição histórica da humanidade implicaria, assim, conflitos íntimos dos indivíduos em relação às instituições às quais deveriam lealdade, bem como conflitos objetivos entre os diversos agrupamentos humanos que se aproximariam no decorrer da história. Trata-se de uma socialidade inerentemente conflituosa.

Assim, o referido caráter gregário inerente à natureza do homem estaria acompanhado de um egoísmo e de um egocentrismo também imanescentes, no entender do general. Seria, portanto, “O homem integrante da sociedade, com todas as suas naturais motivações de lucro, de bem-estar, de afirmação do seu ego, de sede de aplausos e de prestígio, de solidariedade social e humana também” (SILVA, 1981b, p. 408). Este homem egoísta estaria em constante conflito com o mundo circundante. Por isso seria acossado pelo *medo*, um estado de espírito terrível decorrente da “insegurança eterna do homem” diante de um mundo que não compreendia e onde lutava para sobreviver – o “*atordimento profundo do espírito humano* ante o mundo complexo e insondável que o circunda e por vezes o sufoca e até mesmo o agride” (SILVA, 1981b, p. 11). Assim, o general mesclava correntes teóricas distintas para, com base numa visão de homem como animal social, afirmar o seu egoísmo imanente, bem de acordo com sua percepção de que o contato embute conflitos constantes.

Juntamente com a socialidade e a integração, o egoísmo e o medo decorrente da insegurança, a liberdade também faria parte da natureza humana, constituiria um “valor eterno, pois que verdadeiro padrão de humanidade” (SILVA, 1981b, p. 410). Mas a afirmação abstrata é, em seguida, relativizada: no decorrer da história, acossado pelo “medo cósmico” e a fim de obter segurança, a humanidade teria engendrado o estado, ao qual teria delegado um “poder soberano, incontrastável e supremo” (SILVA, 1981b, p. 361).

Embora tenha deixado algumas indicações no decorrer dos escritos, Silva não ofereceu uma definição inequívoca, didática, de estado – um

conceito muito importante em seu pensamento⁴. Nessas diversas menções sobre constituição e desenvolvimento do estado, recorria frequentemente às metáforas biológicas típicas do organicismo: o estado tem “vida”, é “organismo” social ou político e outras. Como quer se defina, o importante é salientar que, para ele, desde que surgiu o estado seria o agente no cenário internacional e também no interno, caráter ativo que lhe caberia pelo fato de ser representante dos objetivos nacionais. O estado como instituição neutra, mediador e cimento social, é o que se pode peneirar de seus comentários a respeito, que desconsideravam as contradições internas no grupo social organizado sob um estado. Esse “novo Leviatã, esse deus portentoso, embora mortal, da soberania e do poder absoluto”, à qual a sociedade delegara poderes excepcionais, fora descoberto por Hobbes e apontado como criação racional de uma sociedade atormentada pela insegurança, o que a teria levado a trocar sua autonomia e sua liberdade individuais pela segurança, a garantia de sobrevivência. Muito embora criticasse eventuais “utilizações incorretas” da teoria hobbesiana pelos déspotas, minorias tirânicas e novos césores, o autor em pauta não questionava seus fundamentos, pelo contrário, reafirmava-a continuamente.

Continuando seu raciocínio, ele criticava o liberalismo, que teria tornado o estado tornado inerte, amorfo e anêmico, e, por isso, assombrado pelos imensos perigos inerentes à própria vida humana, o homem estaria preso em um “dilema eterno” que o obrigaria a escolher recorrentemente entre a liberdade e a segurança. Essa dicotomia liberdade/segurança é significativa para seu raciocínio e será inclusive elevada a *slogan* institucional do período bonapartista inaugurado em 1964, com participação ativa de Golbery do Couto e Silva. Mesclam-se aqui elementos de Hobbes, Locke e Spengler para formar o quadro das duras escolhas a que seria obrigado o homem contemporâneo – e, assim, das justificativas para opções antitéticas às características atribuídas à sua natureza.

Como Silva caracterizava os agrupamentos humanos e sua evolução histórica? O autor, recusando o que entendia por monocausalidade linear, afirmava a existência de estruturas parciais em constante interação e das quais algumas teriam capacidade de determinação sobre outras, formando “estruturas dinâmicas em perpétua evolução”. Ele tomava a esfera moral⁵

⁴ Ele chegou a afirmar, em entrevista: “Os povos são um mito: só existem as nações, e a nação é o estado” (OESP, 6-8-76). Uma contradição com a ideia das culturas que se encarnam em povos, engendradas justamente para suplantar o estado-nação como unidade de análise.

⁵ Nessa questão da importância da moral para a cimentação social, percebe-se uma semelhança com Durkheim (cf. CARLI, 2017). Essa semelhança também aparece em relação à ideia durkehimiana de solidariedade mecânica e orgânica (cf. DÜRKHEIM, 2007) e a golberyana de escala de lealdades, bem como na noção de morfologia, Essa

como aquela dominante, com maior poder de arrastamento e maior autonomia, como os valores religiosos na Idade Média. No seu entender, em cada época haveria uma “intermediável evolução da civilização e da cultura, eterna floração de valores novos por sobre um vasto estendal de valores ultrapassados e mortos” (SILVA, 1981b, p. 375). Em cada “etapa do desenvolvimento estrutural”, haveria “uma hierarquia de instituições, de estruturas parciais”, levando ao destaque de valores peculiares, dessa pletora de valores novos, os quais ganhariam predominância, teriam “poder de arrastamento quase que irresistível, motivando repercussões das mais imprevisíveis nos setores mais distantes e diferenciados” e que teriam “uma autonomia maior, um grau de liberdade muito superior, uma menor plasticidade às influências alheias” (SILVA, 1981b, p. 89).

Para Silva, “desde o albor mesmo de sua humanidade”, o homem teria criado “novos mundos à medida de seus desejos mais íntimos e na razão de sua perspicácia cada vez mais aguçada”. Assim, quaisquer que fossem os modelos ou estruturas conceituais existentes, tanto os eleitos pelo pensamento científico quanto os estéticos ou os religiosos, seriam “modelos, sempre simplificados embora”, de uma realidade complexa que “se esquivava e se opõe à sua decifração total”, “tentativas mais ou menos bem-sucedidas, mais ou menos fracassadas, de reduzir a multidimensionalidade complexa do mundo à escala simplificada do homem” (SILVA, 1981b, pp. 12; 14).

Numa interpretação culturalista – que, portanto, desconsiderava a centralidade da produção da vida –, citava os modelos mágico, antigo, ordenado/místico, meio-panglossiano e pessimista. Assim, acreditava, “toda a história da cultura da humanidade” seria “um suceder caleidoscópico desses mundos-modelos que, em cada época, traduzem a perspectiva sempre cambiante do mundo aos olhos sempre cambiantes do homem” (SILVA, 1981b, p. 12).

Modelos parciais, deformados por uma perspectiva unilateral e simplista do enigma da existência e da vida e muitas vezes edificadas sobre a crença vã em uma monocausalidade reveladora que tudo explique, (...) conseguem por vezes polarizar a ânsia eterna de inteligibilidade perfeita que impulsiona o espírito humano no descobrimento do mundo, mas (...) não muito tempo resistem ao rude confronto com a realidade irreduzível. (SILVA, 1981b, p. 14)

A busca por se aproximar do conhecimento exato do real pelo “método seguro e cauteloso das aproximações sucessivas” (SILVA, 1981b, p. 259), que poderia ser saudável se contextualizasse as determinações sociais para a ciência e a razão, era em seu pensamento (mal) amalgamada

aproximação com Durkheim se deu, possivelmente, via Spengler, que teria sofrido influência do sociólogo francês (SILVA, 2008, pp. 38ss).

com uma forte influência do irracionalismo de Spengler⁶, citado insistentemente. É assim que, ao discutir a necessidade de planejamento, ele salientava:

o conhecimento do “mundo-como-natureza”, esquematizado em leis, fórmulas, teorias e sistemas que a ciência friamente investiga e elabora no plano da causalidade, se demonstrará de todo insuficiente estéril se não dispusermos, ao mesmo tempo, de uma interpretação viva do momento que passa, à luz de uma perspectiva fisiognômica do passado – o conhecimento –, muito mais intuitivo que racionalista, do “mundo-como-processo-histórico” (SILVA, 1981b, p. 163).

Para encerrar esse panorama sobre sua visão de homem, para o autor em tela, não seriam todos os homens os artífices da própria história. Na verdade, em vários momentos dava a entender que os homens são mobilizados por forças que estão acima e além deles, manipulando-os a seu bel-prazer, e ele não hesitava em chamá-las de “um destino condicionador de todas as atividades humanas”. na esteira de Spengler (SILVA, 1981b, p. 163). Note-se que a contradição entre essa visão e a sua defesa enfática da dialética não é enfrentada em nenhum momento.

De outro lado, as decisões que valem seriam tomadas por um grupo seletivo, as minorias criadoras. No coração da geopolítica e da estratégia propostas por Silva estava a noção de objetivos nacionais, que seriam a tradução dos interesses e aspirações do grupo nacional, assentadas na preservação da nação enquanto tal, asseguradas as condições de autodeterminação, integração crescente, prosperidade, bem-estar e prestígio (cf. SILVA, 1981b, p. 60 e *passim*). Mas os objetivos nacionais e aspirações não estariam grafados explicitamente na sociabilidade, necessitando de uma interpretação e uma formulação mais precisa, objetiva e contextualizada, uma “obra política de sábia auscultação e interpretação legítima do sentir e pensar de todo um povo” (SILVA, 1981a, pp. 101-2). Essa reelaboração, “instintiva e resulta naturalmente do processo histórico através do qual o grupo adquire e plasma uma consciência nacional” (SILVA, 1981b, p. 60), seria responsabilidade das elites, por serem “grupos mais densos e superiormente equipados em poderio e cultura” (SILVA, 1981a, p. 98).

⁶ De acordo com Lukács, o irracionalismo é uma tendência filosófica que “convierte los límites del conocimiento intelectual, petrificándolos, en límites del conocimiento en general, e incluso mistifica el problema, convertido así, artificialmente, en insoluble, haciendo de él una solución ‘suprarracional’” (LUKÁCS, 1972, p. 77). Desta maneira, torna em uma situação insuperável a incapacidade ou limitação de certos conceitos em captar a realidade – que ocorre em momentos de grandes transformações sociais e crises –, hipostasiada ao ponto de aparecer como limite do próprio conhecimento racional, o qual se propõe substituir por algum tipo de intuição irracional, tida como superior. Enquanto tal, é recente e representa uma forma de reação ao desenvolvimento dialético do pensamento humano que ocorre nos marcos da produção capitalista e das suas lutas de classes próprias (cf. LUKÁCS, 1972, pp. 75-103).

Apelando aqui também para um elemento presente na tradição conservadora brasileira, o autor em pauta acreditava que os atores da história são as classes dominantes – ou, melhor dizendo, os estratos dirigentes das classes dominantes, que ele denominava de “elite”. Nesse ponto, além da *herança do conservadorismo*, ele também sofria influência do pensamento de Spengler e Toynbee e acabava vendo a política como um fenômeno quase autônomo, no qual o povo “não é sujeito da história da Nação (...) é tão-só o objeto da ação estatal destinada a erguer, na dignidade e no realismo crítico, a grandeza do Brasil” (FERREIRA, 1984, p. 597).

Mais que auscultar instintivamente os anseios da alma nacional, caberia às elites incuti-los nas massas deles inconscientes, completando-se a interpretação com “uma ampla tarefa educativa, também, que cumpre às verdadeiras elites representativas realizar” (SILVA, 1981a, pp. 101-2). A tarefa de reconhecê-los, traduzi-los e anunciá-los como guias da ação política seria tanto mais importante quanto menos a nação estivesse consciente deles, destacando-se aí a capacidade criativa das elites no captá-los ainda imberbes, dar-lhes conteúdo coerente e mais rico e educativamente inculcá-los no povo, “como que em promissora autofecundação”, “catequizá-lo e mobilizá-lo ao pragmatismo e dinamismo da ação efetiva” (SILVA, 1981b, p. 458). Por outros termos, a capacidade da chamada elite dirigente de “sensibilizar e atrair a massa, em arrastá-la docilmente sob sua liderança eficaz pela força carismática que desperte e assegure o mecanismo mimético que Toynbee tão bem descreveu, dá bem a medida real de seu poder criador” (SILVA, 1981b, p. 366).

Ressalte-se que tais tarefas só poderiam ser cumpridas pelas “verdadeiras elites representativas”, também elas parte do povo, com o qual dividiriam objetivos a ser atingidos caso cada uma das forças sociais, elite e massa, cumprisse suas funções – diferentes mas complementares, como na tradição do pensamento organicista. Só assim se poderia atingir uma condição harmônica que o autor denominava – novamente tratando a história como algo transcendental – como “épocas conscientes”, as que enfrentam desafios pelos esforços conjugados das elites e das massas, com essas sendo arrastadas, com sua “adesão voluntária e consciente”, pela “liderança esclarecida das minorias dirigentes”, “com o mínimo de atritos e o máximo de coerência e de objetividade (SILVA, 1981a, pp. 375; 419, grifos nossos).

Passada sob os nossos olhos a noção golberyana de ser humano e de sua história, é a hora de abordarmos sua visão de civilização humana.

Civilização ocidental: características e estatuto atual

A noção de preeminência do Ocidente em face de outros povos é antiquíssima, mas tomou ares de superioridade absoluta, progressiva e irreversível em relação a todos os povos anteriores e posteriores ao final do século XVIII, com a ascensão política da burguesia. As conquistas tecnológicas e científicas seriam o atestado de que apenas o Ocidente poderia receber o desígnio de civilização, “pois foi só entre os povos do Ocidente cristão que a religião, a arte e o ‘saber desinteressado’ da ciência gozaram de maior favorecimento, com exceção de períodos relativamente breves” (ABBAGNANO, 2007, p. 143). Para Silva, fazia pouco tempo que esse “quase tradicional conceito otimista” de “progresso continuamente ascendente” da humanidade fora “ultrapassado por uma concepção muito mais realista e menos estultamente orgulhosa – a da *pluralidade de culturas*”, que teria o caráter de uma verdadeira revolução copernicana (SILVA, 1981b, p. 165). A Ilustração teria redundado, no seu entender, “num cientificismo resseco e sem alma” que só graças aos progressos técnicos manteve, por algum tempo, a ilusão de marcha ascensorial da civilização ocidental – bem como teriam multiplicado o potencial destrutivo das guerras e da decadência do Ocidente (SILVA, 1981b, p. 166).

Em algumas ocasiões (cf. 1981b pp. 165ss), o ensaísta sintetizou a “monumental doutrina vitalista de Spengler”, defendendo-a de algumas críticas, bem como apontando as semelhanças e diferenças com o raciocínio de Toynbee. É necessário, então, fazer uma pequena pausa e expor, em linhas muito gerais, sem nenhuma pretensão de esgotar sua compreensão, de alguns elementos do pensamento de ambos mais atinentes ao nosso autor. Enfatizamos que escapa ao nosso objetivo fazer uma análise comparativa entre eles, pois pretendemos apenas chamar a atenção para as dívidas intelectuais confessadas pelo general.

As fontes teóricas de Golbery do Couto e Silva quanto ao entendimento de Ocidente e civilização ocidental

O alemão Oswald Spengler sofreu influências tão díspares quanto de Leibniz, Goethe, Durkheim e Nietzsche e, por sua vez, influenciou de Arnold Toynbee a Ortega y Gasset. Lançou o primeiro tomo de sua obra mais célebre, *A decadência do Ocidente*, em 1918. Havia na Alemanha um debate acerca das noções de cultura e de civilização, debate que passava pela própria definição do que seria o Ocidente, em termos político-culturais e geográficos. No bojo dessa discussão, os próprios termos utilizados foram também objeto de disputa. Assim, enquanto na Alemanha a palavra *Abendland* (Ocidente) era de uso mais comum nos meios

conservadores e religiosos, o termo “Europa” era utilizado por liberais e socialistas. Spengler tomou partido pela eliminação da noção de Europa, substituindo-a por outra, a seu ver mais pertinente, a de Ocidente: “O termo ‘Europa’ deveria ser eliminado da história. Não existe nenhum tipo histórico de ‘europeu’ (...). O Oriente e o Ocidente são conceitos de genuíno teor histórico. A ‘Europa’ é um termo totalmente vazio.” (SPENGLER, 1973, p. 34)

Imiscuindo-se no debate historiográfico de sua época, Spengler criticava o caráter eurocêntrico da história tradicional, que arrogantemente se autointitulava “universal”:

O território da Europa ocidental constitui o polo imóvel – não se sabe por que, a não ser pela razão de que nós, os realizadores desse quadro histórico, nascemos justamente neste lugar. Ao redor do mencionado o polo, giram, com toda a modéstia, milênios de história, sumamente importantes (...). Escolhe-se uma determinada região, para que sirva de centro natural de um sistema histórico. Representando o sol, de onde os acontecimentos históricos recebem uma iluminação autêntica, determina ela a perspectiva sobre a qual é medida a importância de tudo quanto ocorrer. (SPENGLER, 1973, p. 34)

O autor alemão apelidava o eurocentrismo que identificava na historiografia de “sistema ptolomaico da história”, segundo o qual todos os povos girariam em torno da Europa ocidental, em contraposição à qual propunha uma sorte de “revolução copernicana”. Partia de Nietzsche, para quem a história era uma narrativa poética e a ambição de torná-la uma ciência seria uma degeneração e uma tentativa de aplicar-lhe a lógica da fábrica, com a pretensão de chegar a uma verdade histórica inexistente. A “revolução copernicana” que Spengler propunha deveria começar com o repúdio à ideia de história como *ciência*, pois esta seria antes uma *arte*, revelada não apenas pela razão mas, também, pela intuição, pelas impressões sensíveis, a partir de um método comparativo inspirado no originalmente elaborado por Goethe para as ciências naturais, que consistiria em derivar os fenômenos a partir de um fenômeno primitivo único, método que designava *morfologia*. A morfologia relativa ao orgânico, à história, à vida, a tudo que seria teleologicamente dirigido ele dava o nome de fisiognomia.

Pensam alguns realizar uma investigação histórica, ao irem em busca do nexos objetivo de causa e efeito. Mas, ao lado do físico e do matemático, o historiador parecerá relaxado, cada vez que passar da coleção e da classificação do material para sua interpretação. Ainda não penetrou nas nossas formulações teóricas a convicção de que, além da necessidade de causa e efeito – e que eu gosto de te chamar de lógica do espaço – há na vida ainda há necessidade orgânica do destino – a lógica do tempo. Esta última constitui um fato de profunda certeza

íntima; um fato que dá conteúdo a todo o pensamento mitológico, religioso, artístico; um fato que forma o núcleo e a essência de toda a história, em oposição à natureza, mas que permanece inacessível aos métodos de conhecimento [sistemáticos]. (SPENGLER, 1973, p. 27)

Para Spengler, a causalidade, lógica do espaço, ligada à razão, ao intelecto, relacionada aos procedimentos exatos e “mortíferos” da física moderna, estaria em busca de um domínio sistemático das leis naturais e das relações causais. Já o “mundo-enquanto-história”, o âmbito do “mover-se e vir a ser”, não seria alcançável pela razão, pois seria o campo da intuição, da morfologia do “orgânico”, da história e do “destino” e obedeceria à lógica do tempo “A matemática e o conceito da causalidade conduzem a uma ordem naturalista dos fenômenos. A cronologia e a ideia do destino levam a uma ordem histórica. (SPENGLER, 1973, p. 27) Buscar classificar “os acontecimentos políticos espirituais” em categorias causais e acompanhar “tendência aparente, suscetível de ser captada pelo intelecto”, “Esse tratamento – “pragmático” – da história não passaria de uma parcela de ciência natural disfarçada” (SPENGLER, 1973, p. 26). A “ordem profunda” da vida só poderia ser “observada e sentida”, não explicada nem dirigida racionalmente, pois a compreensão conceitual mede, disseca, “mata” o objeto. “O meio pelo qual reconhecemos as formas mortas é a lei matemática. O meio pelo qual compreendemos as formas vivas é analogia.” (SPENGLER, 1973, p. 24) Logo, a fisiognomia seria o método próprio de interpretação da história, que não estaria em busca de causalidade, mas seria necessariamente criador, intuitivo e subjetivo, rechearia de alma e de sentimento o objeto percebido: “Não se trata, pois, daquilo que são os fatos tangíveis da história em si, como fenômenos ocorridos em determinado tempo, mas do que significam, do que indicam por meio da sua aparência.” (SPENGLER, 1973, p. 26)

Em suma, o método fisiognômico seria um imperativo epistemológico para compreensão da história, tarefa impossível para os saberes dominantes de sua época, que, por serem racionalistas, não compreenderiam que o “sentido da realidade” só seria apreensível pelo olhar interpretativo do fisiognomista. Nesse mister, em vez de indagar em que medida e como o desenvolvimento histórico-social influi no conhecimento da natureza, seu historicismo absolutizava a relatividade histórica e eliminava o caráter aproximativo do conhecimento da natureza. Sua metodologia, ao partir de “fenômenos primigênicos”, “proclama la ‘fisionomia’ de cada cultura como fundamento real de todas sus manifestaciones concretas” intrínsecas ou formais, estruturais ou dinâmicas, e “la construcción científica auxiliar se convierte, así, en un fundamento real, aunque en un fundamento real irracionalista por

principio y que sólo puede captarse por la vía de la intuición” (LUKÁCS, 1972, p. 380).

Quando abordou o tema da cultura, Spengler o fez no interior do debate intelectual que marcou sua época, entre cultura (*Kultur*) e civilização (*Zivilisation*). Ele foi pioneiro ao propugnar uma pluralidade de culturas:

Em lugar da monótona imagem de uma história universal retilínea, deparo com o espetáculo de múltiplas culturas poderosas, a brotarem com cósmico vigor do seio de uma região maternal, à qual todas elas permanecem ligadas, rigorosamente, por todo o curso da sua existência. Cada qual dessas culturas imprime à sua matéria, que é o espírito humano, a sua forma peculiar; cada qual tem suas próprias ideias, suas próprias paixões, sua vida, sua vontade, seu sentir, sua morte próprios. (SPENGLER, 1973, p. 39)

As culturas teriam, para ele, um ciclo vital, passando por etapas, por analogia, “biológicas”, da qual a história universal seria a biografia geral. Cada cultura equivaleria a um indivíduo biológico independente da raça que a porta.

Essas culturas, seres vivos de ordem superior (...), fazem parte da natureza viva de Goethe e não da natureza morta de Newton. Enxergo na história universal a imagem de uma eterna formação e transformação, de um maravilhoso desenvolvimento e ocaso de formas orgânicas. (SPENGLER, 1973, p. 40)

A etapa que receberia especificamente o nome “cultura” seria a primeira, momento de esplendor, na qual vigeriam a ética, a vida, a criação, a arte, os valores aristocráticos e patriarcais como honra, virilidade, poder, respeito, lealdade, espírito de renúncia; o momento da comunidade harmônica unida por laços estreitos, hierarquia social rígida e clara percepção identitária, com os homens ligados entre si e à terra como uma paisagem cósmica.

A última das etapas do ciclo vital de uma cultura seria justamente a civilização, “Concebida como consequência orgânico-lógica, como remate e término de uma cultura”, ou seja, “cada cultura tem a sua própria civilização” (SPENGLER, 1973, p. 46). Dessa forma, civilização está relacionada à expansão, ao utilitarismo, à urbanidade, à petrificação, ao ceticismo, à decrepitude espiritual e à falta de ética, ao declínio e à morte⁷:

⁷ Ele associava à Alemanha as características da cultura – ética, criatividade, valores tradicionais, comunidade e religiosidade, além de poder centralizado: na Prússia “o poder pertence ao todo. O indivíduo serve a esse todo. A totalidade é soberana” (SPENGLER *apud* HERF, 1993, p. 65). Era a antítese da Inglaterra e da França, onde vigeriam a anarquia e igualitarismo (nesta última) e a competitividade mercantil (na primeira), resultando numa dispersão do poder, morte, utilitarismo, estagnação, expansionismo – caracteres da civilização, em que a alma faustiana esgotada se manifestaria num novo homem individualista, racional, cético, civilizado, com fria mentalidade metropolitana.

“A civilização pura, como processo histórico, consiste na demolição gradual de formas mortas, que já se tornaram e inorgânicas.” (SPENGLER, 1973, p. 47)

Só o método fisiognômico teria o pendor de revelar a certeza ou o “caráter íntimo” das culturas, suas singularidades, suas semelhanças, sua duração e seu término, já que a história seria cíclica: “têm cada cultura, cada época primitiva, cada ascensão, cada decadência, cada qual das suas fases e dos seus períodos intimamente necessários, uma duração fixa, que sempre se repete com a insistência de um símbolo” (SPENGLER *apud* SILVA, 2008, p. 64). Assim, as culturas teriam todas passado por períodos de nascimento, florescimento e morte – embora haja ambiguidades no tocante à questão da decadência em alguns dos seus textos, com alguma possibilidade de regeneração de uma cultura.

Com isso, o autor acabava desembocando numa análise externa das situações estudadas, no estabelecimento de leis gerais (contrário à ciência da história), num naturalismo e num determinismo que lhe dava até a pretensão de predizer o futuro: “Neste livro acomete-se pela primeira vez a tarefa de predizer a história. Trata-se de visionar o destino de uma cultura, (...) definir o curso que sua evolução tomará nas fases futuras” (SPENGLER, 1973, p. 23). A resultante dessa miscelânea é uma concepção de história que é, a um só tempo, cética, determinista, generalista, esquemática e irracionalista. A história não seria a produção ativa dos seres humanos sob determinadas condições específicas, um certo espaço e um lapso temporal, mas uma situação “natural” cujos ciclos se repetiriam independentemente da ação dos homens. No fim, noções como alma, cultura e destino tomavam o lugar da história enquanto práxis e enquanto ciência, retirando aos próprios homens o controle e o conhecimento racional de sua vida. Nesse mister, a própria noção de gênero humano e de história universal é negada, já que, para ele, não há humanidade, mas blocos culturais orgânicos indivisíveis e incomunicáveis: “A humanidade é um conceito zoológico ou uma palavra vazia.” (SPENGLER, 1973, p. 39)

Spengler sugeria, como visto, uma interpretação histórica que ressaltava a originalidade de outras civilizações, tornando o atributo “civilização”, antes associado apenas ao Ocidente, algo plural, compartilhando em igualdade com outros povos, que teriam atingido realizações igualmente grandiosas. O autor rejeitava, portanto, a noção de que só o Ocidente teria alcançado o nível de civilização, como era corrente na sua época, visto este nível como o auge da evolução de uma cultura. Mas é forçoso reconhecer, primeiro, que a civilização era justamente a etapa da decadência de uma cultura, ainda que aparentemente fosse o seu momento de auge, o que minimiza bastante a ampliação do epíteto para outros povos. Ademais, a ocidental era, no seu entender, a cultura mais

poderosa e mais vibrante dentre todas, a “única no nosso planeta a ter alcançado a sua plenitude” (SPENGLER, 1973, p. 23). Quando se debruçava sobre esse multiculturalismo histórico, tinha como uma das suas mais relevantes preocupações compreender o próprio Ocidente, “definir o curso que sua evolução tomará nas fases futuras” (SPENGLER, 1973, p. 23).

Com predileção por sínteses ambiciosas e acríticas, Spengler atacou diretamente a racionalidade e o espírito científicos. Rejeitando a validade geral da explicação causal e a legalidade objetiva do real, como vimos, optou pela analogia, tornou as comparações e os símiles cânones investigativos. Segundo Lukács, a teoria do conhecimento de Spengler “procede de un modo extraordinariamente primitivo, a base de tópicos y de frases. Se limita a aplicar a la historia las viejas antítesis de la filosofía de la vida entre la vida y la muerte, la intuición y la razón, la forma y la ley”, que ele transforma em consignas populares graças à simplificação extrema e à opção por paradoxos (LUKÁCS, 1972, p. 375).

As culturas, como mônadas, seriam completamente independentes e, segundo a maior parte dos intérpretes da teoria spengleriana, impermeáveis uma à outra, incomunicáveis entre si, não se compreenderiam e nem se influenciariam – poderiam, no máximo, traduzir em seus próprios termos elementos de outra cultura. Vem desse ceticismo intercultural a crença spengleriana de que o historiador é incapaz de compreender o *ethos* de outra cultura que não a própria, cabendo-lhe apenas intuitivamente captar a semelhança e as relações entre elas. O irracionalismo de Spengler o levou não só a atribuir às culturas etapas biológicas como até a estrutura psicológica do indivíduo ou intelectual do período imperialista, já que viveriam encerradas em si mesmas, à maneira solipsista. Ao renunciar à possibilidade de compreensão de outras culturas, adotava a tipologia como “el conocimiento supremo, el único conocimiento fundamental de éstas”, radicalização que transforma o relativismo em mito (LUKÁCS, 1972, p. 379).

Como não seria possível uma cultura influenciar ou sobrepor-se a outra, a tentativa de copiar elementos de uma cultura estranha só poderia ocorrer em aspectos externos à alma de cada cultura, sendo, portanto, uma pseudomorfose⁸: uma cultura assumiria a forma de outra sem modificar sua natureza anímica. Dessa maneira, aquelas instituições, concepções ou

⁸ Outros intérpretes, porém, consideram a intercambialidade intercultural possível e pseudomorfozes seriam apenas casos especiais. “Pseudomorfozes históricas são para mim aqueles casos em que uma velha cultura estranha pesava com tamanha força sobre um país que uma cultura nova, autóctone, não conseguiu respirar e se tornou incapaz não só de desenvolver formas expressivas peculiares e puras, mas também de alcançar a plenitude de sua consciência própria.” (SPENGLER *apud* SILVA, 2008, p. 73)

expressões que são símbolos da alma de cada cultura seriam ímpares e irrepetíveis, não podendo ser transferidas ou copiadas corretamente por culturas diferentes. Assim, por exemplo, as técnicas desenvolvidas pelos povos seriam distintas por se originarem de anseios e necessidades específicas da “alma” de cada cultura (e não das injunções materiais). Chama a atenção o fato de Spengler não relacionar a técnica e a ciência ocidentais ao capitalismo e sua racionalidade específica, e sim à intuição e à vontade, forças dotadas de aspectos rituais e místicos semelhantes aos da religião que teriam levado a alma faustiana a se espalhar por diversos espaços naturais. Naquele momento já avançado da objetivação do capitalismo, à tecnologia e à ciência são atribuídos caracteres mitológicos e de reencantamento do mundo, numa forma de proceder “típica da aceitação e da rejeição seletiva das modernidades capitalistas” (HERF, 1993, p. 69). Trata-se de uma clara opção teórica instrumental: a era imperialista não podia ser totalmente reacionária e propugnar o retorno ao primitivo e ao bucólico; portanto, não podia prescindir da tecnologia, o que levou diversos intelectuais do período a incorporá-la à *Kultur* alemã enquanto uma força aparentemente autônoma em relação às relações sociais nas quais surgiu, negando-lhe racionalidade e associando-a à metafísica e ao misticismo irracionais e românticos. Spengler podia, assim, ser simultaneamente anticapitalista e defensor da tecnologia e da industrialização.

Lembre-se de que, para o autor, os “povos de cor” (principalmente os russos e os orientais) poderiam tomar de empréstimo os métodos, os usos e os resultados das ciências próprias da alma fáustica e, como para eles elas não constituíam uma necessidade da alma, poderiam ser manipuladas e instrumentalizá-las. Ele criticava o Ocidente por não guardar seu maior tesouro, a técnica, mas antes exportá-la para todo o mundo, dada a prevalência da alma faustiana. Sua incorporação pelos “povos de cor” representaria grande perigo para a civilização ocidental, pois terminariam por utilizar-se delas contra o próprio Ocidente em sua “revolução mundial”, tornando a expansão da cultura fáustica, a maior grandeza do Ocidente, simultaneamente em sua maior fraqueza, que poderia dar vez à ascensão de outra civilização. Assim, o tema da decadência e da transformação da cultura em civilização se completava com a transferência da preeminência política e cultural de um povo para outro.

Spengler queixava-se de que a esfera da circulação, “parasitária” e “saqueadora”, houvesse se sobreposto à indústria e à agricultura, a economia produtiva, da qual a tecnologia era vista como parte inseparável. A especulação e a busca de lucros é que depauperariam o poder dos produtores e consumidores e a mercantilização da vida social se deveria ao

dinheiro e aos tipos individuais que seriam seus condutores (como o mercador), não às relações sociais capitalistas. Contribuía, assim, na busca pela “conciliação de sentimentos românticos e irracionais com o entusiasmo pelo avanço técnico”, acreditando “que essa crise cultural pudesse ser ‘superada’ por meio da mobilização nacionalista” (HERF, 1993, pp. 63-4). Adotando a tecnologia como parte da “alma” alemã, incorporava conseqüentemente a indústria num anticapitalismo romântico bastante peculiar no qual a preservação do “sangue e da tradição” exigiria os mais modernos recursos tecnológicos, sendo necessário à aristocracia dominá-los incondicionalmente, mantendo-se longe do perigo de se tornar conservadora no que toca aos meios (HERF, 1993, p. 72). Era, pois, um anticapitalismo que não questionava em nenhum momento as relações de classe e de propriedade – embora criticasse o dinheiro, visto como força destrutiva – e, assim, uma teoria bastante útil para diversos fins político-militares e econômicos da época.

Spengler radicalizou e deu conteúdo mais abrangente à ideia nietzschiana de decadência da civilização ocidental, palpável na ciência, na arte, na política e na cultura. A decadência da civilização ocidental arrastaria consigo os demais povos, com os quais tinha contato e preponderância. Esgotada em seu potencial criador, com alma envelhecida, tendo já atingido a plenitude no desenvolvimento de seus valores morais e expressões intelectuais e artísticas, ela assumiria então, necessariamente, a forma de cesarismo:

Le nouveau parlementarisme va représenter la lutte pour la vie, sous des formes beaucoup moins maîtrisées et avec beaucoup plus d’insuccès. Le rapport des leaders au parti et du parti aux masses sera plus brutal, plus transparente, sans fard. C’est le début du césarisme. (...) Nous non plus, nous ne lui échapperons pas longtemps. C’est là notre destin, comme ce fut celui des Romains, des Chinois, de toutes les civilisations parvenues à maturité. Mais connaissons-nous le césarisme des milliardaires ou des généraux, des banquiers ou des fonctionnaires de stature exceptionnelle? C’est là l’éternelle question. (SPENGLER *apud* GOMES, 2013, p. 131)

Cesarismo seria a espécie de governo que estaria desprovida de forma em sua natureza íntima, em que as instituições políticas estariam mortas, apesar das formas de direito público aparentemente conservadas, e a única que permaneceria com significado seria o poder pessoal exercido pelo César. Seria um tipo de organização estatal autocrática que “quebrará a ditadura do dinheiro e a respectiva arma política: a democracia”, configurando- na saída para a crise cultural advinda de “um suposto excesso de abstração e intelecto” (HERF, 1993, pp. 76-7). Ou, como sintetizou o próprio Spengler, “É o retorno de um mundo, que atingiu a

sua forma, ao primitivo, ao que é cosmicamente anistórico” (SPENGLER *apud* GOMES, 2013, p. 53).

Outro autor que influenciou direta e fortemente o pensamento golberyano no tocante ao tema do Ocidente foi Arnold Toynbee, professor e diplomata inglês. Sua principal obra, em 12 tomos, é *Um estudo da história*, publicada a partir dos anos 1930. Toynbee era crítico da velha história política de fundamentos nacionalistas – atribuía, inclusive, ao sentimento nacionalista os massacres perpetrados na I Guerra Mundial –, por entender impossível a compreensão da história universal nos marcos inflexíveis dos estados-nação. Avaliava que estes fariam parte de um todo maior, a civilização, e que a história desta seria a única válida, sendo necessário, então, partir do todo para depois chegar às histórias particularizadas de seus povos e nações. De outra parte, também rejeitava a história monográfica, hiperespecializada, que ele associava à predominância do modo de pensamento introduzido pelas sociedades industriais e suas linhas de montagem, uma “perversão inerente à sociedade industrial”, um “estreitamento de horizontes” (TOYNBEE *apud* BARROS, 2009, p. 224). Registre-se, ademais, que era um radical inimigo das explicações baseadas na produção material e nos conflitos de classes, ao que voltaremos.

Toynbee questionava a tese de que em sua época haveria uma única civilização, erro a que induziria a ampliação do sistema econômico ocidental ao nível mundial, bem como a difusão de seu modelo político. Entretanto, salientava, em campos distintos das técnicas materiais – estéticos, culturais, morais, religiosos etc. – o mundo continuava como era antes da Revolução Industrial inglesa, com as quatro civilizações não ocidentais vivas mantendo claramente seus sinais identitários distintivos.

Como em Spengler, civilização era, para ele, um estágio superior que uma cultura teria atingido no decorrer de seu desenvolvimento ou, ainda: “Se uma cultura pode ser entendida (...) como a ‘resposta’ dada por um grupo de homens ao ‘desafio’ representado pelas condições da realidade biológica física e social em que se encontram, pode-se dizer que uma ‘civilização’ é o conjunto de armas que uma cultura forja para enfrentar o ‘desafio’” (ABBAGNANO, 2007 p. 143). Toynbee afirmava a existência de um número incontável de sociedades ou culturas – que ele chamava de “primitivas”, sem acepção negativa, já que tinham suas instituições, leis etc., constituindo mundos culturais com algum grau de autonomia. Dessas, 21 haviam conseguido tornar-se civilizações, o que só teria ocorrido em um período muito recente em termos históricos (cerca de seis mil anos atrás), do que concluiu que a maior parte da história humana ocorreu à parte dos processos civilizacionais. Segundo o historiador britânico, daquela vintena de civilizações, muitas haviam

desaparecido, como a maia, a inca, a mexicana, a egípcia e a índica. Entre as seis que ainda subsistiriam em sua época estariam a hindu, a arábica, a do Extremo Oriente (dividida em os ramos japonês e chinês), a cristã ortodoxa e a ocidental, todas de terceira geração, ou seja, “netas” de civilizações originais, já que as civilizações poderiam “procriar” e deixar descendência. Mas o fato de estas estarem então vivas não significava que não viessem também a colapsar: podiam não ter apenas vivido o suficiente para tanto. Além de serem em número muito maior e constituídas por uma quantidade menor (que, no entanto, poderia chegar a algumas centenas de milhares) de indivíduos, as sociedades primitivas se diferenciariam das civilizações porque teriam uma extensão geográfica menor, uma vida mais breve e nelas as mudanças ocorreriam em velocidade muito inferior à das civilizações; porque estariam mais preocupadas com o passado, enquanto estas mirariam o futuro; e seriam muito menos complexas do que as civilizações. Ele salientava, ademais, que uma civilização não era uma unidade política, mas um coletivo de unidades políticas – as quais ele designava “estados paroquiais” – que compartilhariam de uma mesma cultura ou “estilo” (DRAKE, 2019).

Seu método de estudo, à semelhança de Spengler, era o comparativo, com base em analogias que iluminassem as mais diversas civilizações espalhadas no tempo e no espaço e a busca de leis gerais. Sua principal divergência era a rejeição do determinismo pessimista do “ciclo vital” que o alemão apresentava.

Para Toynbee, mesmo considerando a existência de elementos comuns na evolução das civilizações, a história não seria nunca determinista, com a interveniência da liberdade humana podendo mudar o rumo de uma tendência. Assim, para ele, se as civilizações são passíveis de morte, haveria também a possibilidade de sua sobrevivência. Esta seria possível por um mecanismo de desafio-e-resposta: de tempos em tempos, as sociedades se veriam diante de um desafio de cuja resposta dependeria sua condição posterior, fosse ela o enfraquecimento ou o fortalecimento. Muito mais importante do que a resposta propriamente dita aos desafios encontrados, para ele a questão seria a forma como se responderia, que dependeria de um fator X de natureza misteriosa (correlacionada à liberdade humana), complexa e dependente de diversas variáveis, além de ter origem interna ou externa. As respostas de cada civilização a um problema, únicas, configurariam o *estilo* dessa civilização. Cada incitação respondida de forma exitosa traria em seu bojo o germen de uma nova incitação produzida pela mesma força que a teria levado ao êxito. O mecanismo funcionava constantemente: para ele, a estagnação significaria a morte e nesse mister a guerra também seria elemento importante para despertar os homens da letargia.

Note-se que Toynbee desprezava progressos técnicos e materiais como elementos importantes para a explicação dos estágios das culturas e civilizações. “El progreso material, el dominio de las tecnologías, la acumulación de capital tenían en su opinión una importancia secundaria para explicar el auge o colapso de las civilizaciones.” (LUZÓN, 2013, p. 54) Criticava as tendências materialistas, segundo as quais o aperfeiçoamento da técnica material é o indicador de correspondentes progressos civilizatórios representados por uma sucessão de “idades” caracterizadas justamente por epítetos ligados às técnicas: idade da pedra, do ferro, da máquina. Tal classificação:

Es sospechosa, en primer lugar, porque apela a los preconceptos de una sociedad que está fascinada por sus propios triunfos técnicos recientes. Otra razón para considerar con sospecha la clasificación tecnológica es la de que constituye un ejemplo manifiesto de la tendencia del estudioso a convertirse en esclavo de los materiales particulares de estudio que el azar ha puesto en sus manos. Desde el punto de vista científico es un mero accidente el que los instrumentos materiales que el hombre “prehistórico” se haya confeccionado hayan sobrevivido, mientras que han perecido sus creaciones psíquicas, sus instituciones e ideas. (TOYNBEE *apud* LUZÓN, 2013, p. 59)

Para ele, o critério para diferenciar os estágios das culturas e civilizações seria a sua capacidade de autodeterminação:

El crecimiento significa que la personalidad o la civilización en crecimiento tiende a convertirse en su propio contorno y en su propia incitación y en su propio campo de acción. En otras palabras, el criterio de crecimiento es el progreso hacia la autodeterminación; y el progreso hacia la autodeterminación es una fórmula prosaica de describir el milagro por el cual la Vida entra en su Reino. (LUZÓN, 2013, p. 55)

O historiador inglês ainda chamava a atenção para a importância dos grupos dirigentes na condução do conjunto da sociedade, já que, no seu entender, as respostas aos desafios não viriam da sociedade como um todo, mas de um indivíduo (“gênio criador”) ou de um pequeno grupo de indivíduos (“minoría criadora”). Esses agentes responsáveis pelas respostas exitosas e inovadoras teriam de ser capazes de arrastar consigo todo o corpo social da civilização.

Este arrastre se produce como en capas concéntricas en las que las capas más interiores captan la esencia de la respuesta y la siguen con convencimiento y entusiasmo. Pero a medida que nos alejamos del centro de la respuesta dada por la minoría creadora, es más bien por una especie de mimesis (...) o imitación más o menos refleja por lo que se sigue la respuesta. (DRAKE, 2019)

Segundo acreditava, pelo processo de mimese os indivíduos moldariam seu comportamento e seu modo de vida àqueles dos indivíduos ou grupos de referência. Um dos elementos que distinguiriam as sociedades primitivas das civilizações seria justamente a forma como esta mimese aconteceria.

En las primeras la mimesis se dirige hacia la generación más vieja y hacia los antecesores muertos, en consecuencia son estáticas, conservadoras, escasamente creativas, mientras que en las segundas los referentes son las minorías innovadoras y como consecuencia las civilizaciones son dinámicas, liberales y creativas. (LUZÓN, 2013, p. 54)

Para Toynbee, as minorias criadoras não teriam consciência do seu papel histórico e só raramente agiriam para salvar a civilização. Por trás de suas respostas haveria, não raro, uma motivação de caráter místico: “el impulso interno del genio creador que, tras un retiro del mundo para entenderse a sí mismo, retorna para empezar a formar la minoría creadora” (DRAKE, 2019). Após encontrar as respostas adequadas a uma dada incitação, essa minoria costumaria se tornar conservadora, agarrando-se àquela resposta e tornando-se obstáculo à busca de solução para o próximo desafio.

Para Toynbee, os sinais de crescimento de uma civilização não seriam nem a expansão geográfica, nem o poderio militar e nem o desenvolvimento técnico, mas algo que ele chamava de “simplificação progressiva” ou “eterealização”, de que a criação artística seria o melhor exemplo. Tratar-se-ia de um processo que:

libera fuerzas que están presas en un medio más material y, por tanto, ponerlas en libertad supone no sólo una simplificación del aparato, sino una transferencia subsiguiente de energía o cambio o acento desde una esfera inferior del ser o de la acción a una superior (DRAKE, 2019).

Se a civilização fracassasse em encontrar a resposta mais adequada aos desafios, ingressaria no que Toynbee chamava de “tempos revoltos”. No seu entender, este seria um momento de lutas internas entre distintos aspirantes a dar a resposta a uma incitação, caracterizando-se por grande instabilidade, mas que também carregaria esperança de regeneração. Se se prolongasse muito, porém, haveria a possibilidade de um estado paroquial assestar o golpe de misericórdia nessa civilização, o que o autor designava “tentação suicida do militarismo”. Então, de uma só vez ou aos poucos, dar-se-ia o colapso da referida civilização, após o qual uma minoria se tornaria dominante e, para preservar seu domínio, imporia à força a unidade política à civilização, o “estado universal”. Os demais membros da civilização, segregados daquela minoria, constituiriam o “proletariado interno”, uma confusa massa sem mais traços comuns que o ser excluída das decisões políticas e, em geral, economicamente deserdada. Os

bárbaros de fora da civilização seriam o “proletariado externo”, os quais admirariam a civilização e desejariam integrar-se a ela antes do colapso, mas agora ansiariam por dominá-la. A partir desse momento, ocorreria a desintegração da civilização.

O estado universal poderia ter duração multissecular e alcançar inclusive grandes êxitos militares, econômicos e institucionais, além de trazer sensação de estabilidade e segurança. Inobstante, o estilo daquela civilização iria sendo corroído paulatinamente pelas dissensões entre a minoria dominante e o proletariado interno, o que provocaria uma dissociação desta civilização da alma de seus habitantes. Bem assim, o proletariado externo a iria pressionando e minando suas bases. Ambas as situações à levariam à desintegração, mesmo que houvesse possibilidades de regeneração (nunca realizadas na história).

Ao cisma no corpo social, entre minoria dominante, proletariado interno e proletariado externo, Toynbee ajuntava ainda o que chamava de “cisma na alma”, que afetaria – de formas distintas – tanto os membros da minoria dominante quanto o proletariado interno. Entre as diversas reações possíveis nas condutas, modos de vida e sentimentos dos membros de uma civilização colapsada, individual e coletivamente, estariam a transfiguração e o sentido de unidade. Estas gerariam na alma de algumas pessoas da civilização colapsada uma necessidade de transcendência que, por sua vez, poderia engendrar uma religião superior. Esta poderia encarnar, caso o processo se completasse, em uma sociedade de novo tipo, designada por ele de “igreja universal”. A aparição dessas igrejas universais ou religiões superiores seria justamente a finalidade da história, numa noção que junta ao misticismo a visão teleológica.

Apresentados os traços principais da teoria do historiador inglês, fica evidente porque, para Lukács, em relação ao que fora produzido por Spengler, as novidades apresentadas por Toynbee eram apenas pontuais ou secundárias:

Toynbee es, em todos los problemas fundamentales, un simple epígono del epígono de la filosofía de la vida, de Spengler. Todas sus concepciones esenciales: su actitud en contra de la unidad de la historia, la equiparación valorativa de todas las civilizaciones, la explicación del progreso como una ilusión etc., están tomadas de aquél. (LUKÁCS, 1972, p. 656)

Para o filósofo húngaro, não se pode atribuir propriamente originalidade ao número de “ciclos naturais” construídos mais ou menos arbitrariamente por um ou outro autor. Não é também exatamente um avanço o fato de que Toynbee não trabalhasse com o irracionalismo biológico de Spengler, pois este era substituído por “símbolos puramente mitológicos” que pretendem descrever “el puro milagro irracional que supone el paso histórico de una cultura del estado estático al estado

dinâmico” (LUKÁCS, 1972, p. 656). Ademais, o historiador embasava toda a sua filosofia da história no cristianismo, no qual encontrava a saída para a crise em que a sociedade ocidental estaria envolta, além de elaborar teoricamente o elitismo presente na sociedade de sua época.

Além de Spengler e Toynbee, o conceito golberyano de Ocidente também seria devedor da geopolítica – como a de Halford Mackinder, que ressaltava a oposição entre oceanismo e continentalismo; e a de Rudolf Kjellén, para quem algumas condições geopolíticas (como espaço e posição) seriam determinantes para a preeminência no âmbito das relações internacionais. Bem assim, também seria caudatária da tradição do pensamento conservador brasileiro. Neste estava presente a evocação a uma “tradição cristã ocidental” ainda herdada de Portugal, vinculando o país à tradição formada desde fins da Antiguidade e que colocava a Igreja Católica como guardiã da cultura ocidental (NASCIMENTO, 2013, p. 65ss).

A perspectiva golberyana: o Ocidente como ideal, propósito e programa

É tarefa complicada, admitia Silva, caracterizar o que venha a ser a civilização ocidental, e exemplificava com as diferentes visões de diversos autores sobre o tema (com destaque para Spengler e Toynbee). Ao longo do evoluir histórico desta civilização, era perceptível, ressaltava, uma variedade grande de “formas, de estruturas, de valores, de ideais e princípios, entre uma dada fase e outro período qualquer” – “do atomismo feudal para o liberalismo citadino ou a férrea centralização cesarista”, por exemplo (SILVA, 1981a, p. 222).

Não seria, contudo, esse Ocidente milenar, “prenhe de tantas antigas tradições”, “sobrecarregado de um passado nunca morto de inúmeras aventuras abortadas e de sonhos e ideais fenecidos, onde se defrontam e por vezes guerreiam-se, nas artes, na religião, na filosofia e na ciência, tantos pontos de vista diversos, tantas crenças antagônicas, tantos sistemas opostos”, que ele abordaria (SILVA, 1981a, p. 225). Ao mesmo tempo, não seria também o Ocidente atual, no qual impressionaria a qualquer observador “a multiplicidade de estilos de vida, de formas de pensamento, de valores e crenças, criando esse colorido aspecto da ‘multanimidade’” – afora a incorporação de traços exóticos propiciada numa era de encontro entre civilizações diferentes (SILVA, 1981a, p. 222). Dessa forma, a ocidental não era uma cultura padronizada. Longe de uma sociedade harmônica e homogênea, o mundo ocidental teria sido repleto de dissensões e agitado por correntes diversas de ideias, de interesses, de crenças, que se digladiariam em todos os setores da vida social, hoje como ontem.

O Ocidente também não era apontado como o celeiro das virtudes. O general não deixava de mencionar, ainda que apenas muito de passagem, aspectos desabonadores, como “a dominância exercida, em largo período histórico bem recente, pela motivação econômica”, a qual, por “suas exigências particulares – e sem dúvida mesquinhas –”, subordinaria toda sabedoria e toda imaginação, desorganizaria a família tradicional, distorceria os preceitos religiosos e imporiria o cataclismo da guerra (SILVA, 1981b, p. 90). Por conseguinte, o Ocidente não estava isento de máculas, inclusive “em nome daquele ideal, se têm perpetrado crimes e realizado espoliações e fundado mesmo tiranias” (SILVA, 1981a, p. 225).

Inobstante a diversidade, as dissensões e os equívocos e/ou mesmo crimes, asseverava convictamente Silva, “a cultura ou civilização do Ocidente, tal como a conhecemos afinal, plenamente evoluída e consciente, não se poderia confundi-la nem com qualquer das civilizações que já desapareceram nem com alguma outra das que lhe são contemporâneas” (SILVA, 1981a, p. 221). Ele esclarecia, então, a que Ocidente se referia:

o único Ocidente que vale como um todo duradouro e coeso, o Ocidente que se pode de fato distinguir, nitidamente, de tantas civilizações e culturas, dotado de uma individualidade própria, original e marcadamente característica, é para nós o Ocidente como ideal, o Ocidente como propósito, o Ocidente como programa (SILVA, 1981a, p. 225).

Percebe-se, aqui, um afastamento de toda a teorização de Spengler e Toynbee, sobre as quais o autor edificou seu raciocínio, em nome de uma percepção mistificada de Ocidente e a indistinção quanto a se tratar de uma cultura ou civilização, o que não é posto em dúvida pelos autores que o influenciaram – o Ocidente estaria na fase da civilização. Ainda, trata-se de uma visão idealizada, na qual, curiosamente, o que distinguiria o Ocidente é algo que não existe, de fato, enquanto tal – num autor se reivindicava realista.

O propósito, o ideal, o programa do Ocidente seriam, afirmava o gaúcho, “a ciência, como instrumento de ação”, “a democracia – como fórmula de organização política” e “o cristianismo – como supremo padrão ético de convivência social”. Estariam contidos nesses princípios essenciais, segundo o autor esguiano, e “em seus justos limites, liberdade, igualdade, fraternidade; o amplo reconhecimento da dignidade do homem; a plena expansão da personalidade individual; o máximo de bem-estar, físico e espiritual, para todos; a justiça social e a paz” (SILVA, 1981a, p. 226).

Silva afirmava que democracia e ciência não seriam caracteres de fases ou atestado de decadência da civilização ocidental, como em Spengler e Toynbee, mas constituiriam em característica intrínseca ao Ocidente,

pelo menos enquanto idealização. Isso porque, mesmo quando tomadas de forma extremamente abstratas, tais características não eram generalizáveis à cultura ocidental (em sentido spengleriano) efetivamente existente nem no tempo nem no espaço. Tomando-se a história, a democracia não tem sido a regra, por exemplo, na América Latina e mesmo na Europa foi derrotada diversas vezes, algumas delas em período muito próximo ao da escrita dos textos golberyanos (para não falarmos em períodos históricos anteriores, como o feudal). Pegando um outro exemplo ainda relativo à democracia, nos cursos da Escola Superior de Guerra, ela nunca foi colocada como um objetivo nacional atual (de prazo curto ou médio), embora sempre no rol dos objetivos nacionais permanentes: parecia ser um horizonte desejável, mas não ainda realizável, na sociedade brasileira de então. Ele próprio assegurou, como veremos, que a democracia precisava se renovar para se manter – aparentemente, uma mudança sem transformação, já que sem democracia o Ocidente perderia uma de suas características básicas⁹. E nem adentramos no debate sobre os limites da própria democracia e dos direitos humanos, que nos levaria demasiadamente longe dos nossos objetivos aqui.

O cristianismo de que falava o general também comportava diversas diferenças no interior do próprio Ocidente, especialmente se decomposto em catolicismo e protestantismo. A Noite de São Bartolomeu, a Revolução Puritana inglesa e a Inquisição são apenas dois exemplos de lutas umbilicais do próprio cristianismo, cuja identidade histórica não foi sempre idêntica a si mesma.

A questão da ciência chama ainda mais a atenção. Toynbee a atribuía, como a técnica, a um dado período histórico – o da civilização –, e não à fase de cultura, inclusive a rejeitava como padrão para aquilatar o desenvolvimento de uma cultura. Já Spengler, nos mesmos moldes de outros representantes do romantismo de aço modernista reacionário (HERF, 1993), incorporou ideologicamente a técnica à cultura alemã, apartando-a da noção de ciência e racionalidade e aproximando-a da de

⁹ “Para Golbery, o fator essencial que está ligado à democracia não é a defesa das liberdades, embora isso seja fundamental. Para ele, o essencial é a própria *participação*. (...) Esse fator, *participação*, é que dá legitimidade e força para o estado tomar uma série de decisões, às vezes contrárias aos interesses imediatos de quem decide. Pode-se dizer que a democracia por ele proposta é uma *democracia metodológica* ou *procedimental*, no sentido de que não importa muito *o que* é decidido, mas *como* isso é feito. Por isso, ao contrário da estratégia – cuja base são antagonismos e antagonistas –, quem domina esse campo é a política, a *arte do possível* (...). A democracia participativa golberyana difere essencialmente da democracia participativa reivindicada por movimentos sociais e autores ligados à esquerda, pois, além de instrumental, é essencialmente uma *democracia partidária*. (...) Canalizar qualquer participação para o âmbito partidário é, pois, concentrá-la aos limites estabelecidos pelo próprio sistema, e que, portanto, não peitaria sua própria fundamentação.” (ASSUNÇÃO, 1999, p. 75)

sangue e tradição. Silva, ao largo desse debate, qualificava a ciência como um dos pilares do Ocidente, novamente desconsiderando todo o período histórico em que a religião constituía o valor proeminente – mais ainda: colocou ciência e cristianismo convivendo pacificamente no interior de sua definição idealizada de Ocidente. Por fim, dissociou-a do capitalismo, chão histórico em que se desenvolveu, tomando-a abstratamente como um guia atemporal.

Interessa ressaltar, como observou Nascimento, que tal formulação “cria um abismo entre a teoria e a realidade, ou entre o seu Ocidente ideal e aquele que existe efetivamente” (CARVALHO, 2010, p. 94). O próprio general gaúcho se antecipava às críticas, afirmando que essa conceituação não representava um objeto com correspondência exata na realidade:

Sua atualização perfeita na Terra talvez nunca seja mesmo possível, mas, nem por isso, deixou ele em tempo algum ou deixa realmente, ainda hoje, de estimular toda essa aventura extraordinária, cheia de êxitos surpreendentes, de falhas irremediáveis, de fracassos tremendos, de deserções e arrependimentos, de dedicações e renúncias que é a longa história em verdade vivida pela sociedade ocidental. (SILVA, 1981a, p. 225)

Quanto aos erros históricos cometidos em nome desse Ocidente, observava o autor, “esses crimes, essas espoliações, essas tiranias, se como tal são reconhecidas e como tal estigmatizadas, afinal, é à luz daquele próprio ideal que conspurcam e, ao renegar, reafirmam” (SILVA, 1981a, p. 225). A essa “corrente de ideal” que impulsionaria a história do Ocidente estariam ligadas inclusive, embora a contragosto, aquelas forças que agora o combatiam ou lhe eram simplesmente apáticas. Segundo o autor conservador, estes eram incapazes de vencê-la, “a não ser na transitoriedade sempre fugaz de certos períodos retrógrados ou na circunscrita delimitação de alguns núcleos reacionários” (SILVA, 1981a, p. 225). Ele ia além de garantir que, se porventura algum dia “o Ocidente perder de todo aquele ideal, aquela fé que o ampara, aquele propósito superior que o guia, terá, então, soçobrado de fato num ocaso derradeiro e fatal” e encontrará também o seu fim, como outras civilizações antes dele (SILVA, 1981a, pp. 226-7). Sob a influência dos filósofos da história citados, o autor em relevo afirmava inclusive que, considerando suas fases sucessivas de evolução, “o Ocidente, na verdade, apresenta analogias, talvez muito mais flagrantes e sugestivas, com as idades ‘contemporâneas’ de outras civilizações ou culturas” (SILVA, 1981a, p. 222). Assim, sua visão histórica do Ocidente é um “complexo mosaico de caráter fatalista, porém não absoluto, justamente porque o composto de uma dualidade entre o pessimismo de Spengler e a esperança de Toynbee” (BIRKNER, 2002, p. 14).

Esse Ocidente, nosso século o veria ocidentalizar todo o planeta, “Pelo domínio muitas vezes desumano e cruel ou pela criação de novas civilizações em remotas paragens desertas, mas, sobretudo, pelo poder de fascinação de sua cultura tão bem-sucedida” (SILVA, 1981a, p. 227). Apoiado no “poderio esmagador de uma tecnologia surpreendente”, o Ocidente impôs-se às culturas exóticas, “mesmo as de longa tradição de vigorosa originalidade e de um rico passado milenar” que, divididas entre a desconfiança natural e a admiração mimetizadora, viram-se compelidas a “assimilar, o mais rapidamente possível, dessa civilização estranha, tudo o que lhes permitisse reagir, no prazo mais curto, contra a lenta asfixia, a dominação brutal, o deperecimento certo”. Usar as armas – técnicas, mas também ideológicas – do agressor para melhor combatê-lo foi a via possível para tais civilizações (SILVA, 1981a, p. 227).

Parece-nos que o raciocínio golberyano oscila entre uma visão mais ancha, abarcando toda a ocidentalidade em seu projeto; e um projeto que se pretende nacionalista, orgulhosamente. Lembremos, para começar, que o estado havia sido criado para garantir segurança ao homem, mas o liberalismo o teria desviado de sua ingente tarefa, tornando permanente a insegurança que em Hobbes era adstrita ao estado de natureza: “Hoje, a insegurança do homem é a mesma, maior ainda, talvez”, do que aquela que provocara o surgimento do estado (SILVA, 1981b, p. 362). Assim, hoje, numa era de guerra total e riscos atômicos de completa aniquilação, a insegurança seria ainda mais acentuada; a humanidade estaria disposta até a se escravizar para sentir-se mais segura, optando “unilateral e paradoxalmente”, pelo “sacrifício completo da liberdade em nome da segurança individual e coletiva” (SILVA, 1981a, p. 9).

O grande responsável pela falha da tentativa de conseguir segurança pela criação do estado fora o liberalismo¹⁰, que pregava o estado abúlico, fraco, indefeso e, assim, minimizava o poder estatal. A democracia liberal, já teria ficado demonstrado, estava esgotada. A pressão das massas, entre outros fatores, exigiria mudanças no seu modo de ser. Primeiramente, em suas “veneráveis fórmulas jurídicas”, cuja inabilidade e insuficiência se patenteariam com a “tumultuosa ‘invasão vertical dos bárbaros’”, “sintoma mais relevante da acelerada mobilidade social destes dias que correm”. A ultrapassagem “das simples e reconhecidamente vãs liberdades políticas” pelos indivíduos se chocaria com os outros interesses de outros grupos e com as responsabilidades acrescidas do próprio estado. Este fora obrigado,

¹⁰ Aqui também o autor se contradizia: ao mesmo tempo em que entendia que o liberalismo em todo lugar havia fracassado (inclusive lá onde fora criado originalmente, a Europa) – uma continuidade com o pensamento conservador brasileiro –, por outro lado acabava retomando dos filósofos da história a noção da existência de culturas cooperativas e culturas competitivas, sendo a competição elemento fundamental na evolução histórica.

em prol da eficiência, “a ampliar cada vez mais a esfera e o rigor de seu controle sobre uma sociedade já cansada e desiludida do liberalismo fisiocrático de eras passadas”. O decréscimo da solidariedade do cidadão ao organismo nacional em nome da sua dependência a vários grupos com interesses e fins frequentemente divergentes, quando não se demonstram antagônicos; a inexistência de justiça social; a contradição entre a liberdade de imprensa e a manipulação; e, por fim, a própria possibilidade de uma ética do poder seriam questões irresolvidas (SILVA, 1981a, pp. 20-1)

Assim, para o general, diante de um mundo que lhe exigiria novas características, “Ou a democracia se renova e avigora ou irá sucumbir (...) nos braços ásperos do cesarismo” (SILVA, 1981a, p. 21). Mas, embora a democracia nos moldes liberais tivesse fracassado e precisasse ser repensada, nunca deveria ser de todo desprezada, uma vez que “Somente o regime democrático, com sua nobre escala de valores sociais, permite, de fato, em plenitude uma expansão criadora da personalidade humana e assegura, por via talvez mais longa e caprichosa sob certos aspectos, um progresso efetivo da civilização e do homem.” (SILVA, 1981b, p. 410). Além disso, continuava ele, “a democracia – como fórmula de organização política”, juntamente com a ciência e o cristianismo, é o que caracterizaria o próprio Ocidente (SILVA, 1981a, p. 226). Seria dever moral imperativo, “envidar todos os esforços no sentido de salvar, pela humanização do poder, o futuro da democracia e da humanidade” (SILVA, 1981b, p. 175). Frisava, por fim, que rejeitar o liberalismo não significava rejeitar também a “liberdade que é exigência essencial e impenhorável da condição humana” (SILVA, 1981b, p. 364). Pelo contrário, como a civilização ocidental teria grande apreço pelo homem, não poderia rejeitar a liberdade que é parte integrante da natureza humana: “A liberdade democrática é um valor inestimável para a civilização do Ocidente, e renegá-la, em face do agressor totalitário, seria, no fundo, confessar-se *a priori* vencido.” (SILVA, 1981a, p. 237)

Ainda no tocante à situação do mundo atual, o autor observava que as próprias elites deixaram de cumprir suas tarefas históricas. Como visto, ele acreditava que, para poder conduzir sua geração ao progresso, com profundidade e realismo, evitando-se as posições demagógicas, “as elites precisam ter desafios pela frente para que sejam capazes de manter a criatividade na condução dos negócios do país. Elite, sem contestação, acaba perdendo inteiramente o poder criador” (SILVA, 1981b, p. 307). Atualmente, porém, as elites, especialmente as brasileiras, estariam demonstrando despreparo para desempenhar suas tarefas, tendo-se transformado de elites criativas em “minorias dirigentes inescrupulosas e ávidas”, “tirânicas ou predadoras”, “insaciáveis e corruptoras”, que se

especializariam em “explorar cinicamente a lealdade sincera e muitas vezes desarmada do cidadão comum”, manipulando-o em prol de “seus próprios interesses inconfessáveis”, que, “sob racionalizações mais ou menos bem urdidas”, contrabandeariam para dentro dos objetivos nacionais (SILVA, 1981a, pp. 11; 98; SILVA, 1981b, p. 366). “É, sem dúvida, uma usurpação” (SILVA, 1981b, pp. 326; 439). Assim, em seu tempo, “a grande, a maior, a mais rendosa tática é sempre a da mistificação do povo, apresentando-se-lhes interesses secundários e mesquinhos de minorias insaciáveis e corruptoras sob a roupagem vistosa ou inocente de supostos interesses nacionais, como tais impostergáveis” (SILVA, 1981a, p. 99). Tal tarefa seria atualmente facilitada, pois viveríamos numa “época singular de técnicas aperfeiçoadíssimas no manejo sutil das massas, sobretudo as desarraigadas e quase sempre disponíveis e inconstantes massas cidadinas” (SILVA, 1981a, pp. 98-9).

O fenômeno destacado pelo autor, que poderíamos denominar de *falsa universalização* de interesses, poderia ocorrer porque a elite dirigente seria “compenetrada melhor de seus próprios objetivos, bem equipada para a ação política e sobretudo hábil no manejo sutil dos múltiplos controles sociais” (SILVA, 1981a, pp. 10-11). A manipulação ocorreria “nos estados autoritários – sem rebuços quaisquer, nas democracias – sob disfarces de maior ou menor consistência” (SILVA, 1981b, p. 366). Ele, porém, aporia a tais questões o selo de menos importantes ou *acessórias*: “Pouco importa que (...) muitas vezes se apresentem como interesses e aspirações da coletividade, alguns que o são, afinal, apenas de uma simples minoria” (SILVA, 1981b, p. 366). Se a elite atua interpretando adequadamente os interesses nacionais e inculcando-os nas massas ou “tratando, maquiavélica ou demagogicamente, de mistificar a massa para que adira a seus objetivos particulares de elite ou coagindo-a tal – isso é, afinal, *acessório*” (SILVA, 1981b, pp. 10-1).

As elites não encontrariam, sendo assim, nenhum limite para sua ação egoísta – embora as consequências sejam amplamente negativas. Tal displicência com as negatividades da falsa universalização de interesses pode estar ligada à questão da *mimesis*. Isso quer dizer que o fato de a elite generalizar a defesa de seus interesses para toda a sociedade pode redundar em que eles *realmente* se tornem interesses gerais, num processo em que

as minorias dirigentes, inescrupulosas e ávidas, seriam levadas a lançar mão de todos os artifícios e todas as formas de mistificação no sentido de apresentar os seus próprios e inconfessáveis apetites egoístas como interesses e aspirações naturais do povo inteiro. Criariam, assim, neste, aos poucos, a viva consciência de que tais interesses e aspirações eram, de fato, algo importante e superior, a ser atendido em permanência (SILVA, 1981b, pp. 394-5).

A *falsa universalização* ocorre, sabemos, em várias sociedades capitalistas, mas com maior virulência e selvageria num país como o Brasil, em que as classes dirigentes estão impossibilitadas e, de resto, desinteressadas em representar os interesses da sociedade como um todo. Como não poderia deixar de ser, dado seu enraizamento social, o general se detém aí. Não obstante reconhecesse a importância do tema e a ocorrência do problema, o autor não vai nunca além da simples constatação desse fato.

O esquema hobbesiano pensado para as relações individuais no interior do estado acabou sendo transferido pelo general gaúcho para o plano internacional. Assim, no seu entender, os estados ainda se relacionariam uns com os outros de maneira direta, quase sempre bifrontal, com vassalagens bem definidas, “estruturando-se, atomisticamente, o poder em núcleos esparsos e autônomos” (SILVA, 1981b, p. 368). De acordo com o general, vivia-se, naqueles anos 1950, em um momento de grande dinamismo das relações internacionais e, sobretudo, de alta periculosidade para a existência dos países. No campo internacional, a questão do poder tornara-se fundamental, pois cada estado seria uma unidade de poder que se defronta com outras unidades de poder presentes no mundo, uma nação é um “simples átomo mais ou menos carregado de poder que é a energia fundamental a animar todo o campo das relações internacionais” (SILVA, 1981a, P. 149). Poder que extravasaria muito o âmbito restrito das forças armadas para os campos econômico, psicossocial e o político.

Viveríamos num mundo em que “Os progressos surpreendentes da técnica e da industrialização acelerada rompem (...) a escala de todas as compartimentações espaciais” anteriores (SILVA, 1981a, p. 22). Nenhum recanto do globo estaria imune. As revoluções industriais teriam alterado “profundamente todos os padrões dimensionais, a escala toda do espaço e do tempo” (SILVA, 1981a, p. 73). O mundo atual seria, “hoje muito mais denso e, pois, muitíssimo mais agitado por tensões e atritos de todas as dimensões e da mais variada natureza” (SILVA, 1981b, p. 378), “cheio de contradições e de incoerências, mas, na verdade, um mundo só” (SILVA, 1981a, p. 186). “Há muito que as civilizações ou culturas deixaram de viver mais ou menos confinadas em universos distintos, com suas amplas fronteiras” (SILVA, 1981a, p. 185).

No campo das relações internacionais, o autor ressaltava como fundamental a questão da *integração*, estreitamento de contato da qual decorreriam necessariamente conflitos, no seu entender. Silva asseverava que seria justamente no âmbito internacional que mais se destacaria a “revolução axiológica” – “a subversão cósmica de valores e de conceitos” que assolaria todos os povos da Terra e que poderia resultar no seu “total

aniquilamento, se não souber a humanidade resolver a tempo as contradições profundas que aquela subversão por si mesma denuncia” (SILVA, 1981a, pp. 20-1). Para o general, “O símbolo de nossa era é bem o símbolo da integração, processo solucionador por excelência de todos os antagonismos e que melhor convém ao espírito faustiano do homem moderno, inimigo de todas as limitações” (SILVA, 1981b, p. 21). Assim, vão sendo derrubados todos os tipos de “barreiras isolacionistas” “que compartimentavam e compartimentam ainda a grande fraternidade humana – as distâncias físicas e as distâncias sociais, os obstáculos naturais e os estereótipos disjuntivos, os preconceitos de raça, de cultura, de nacionalidade e riqueza, o artificialismo reacionário das cortinas de bambu e de aço” (SILVA, 1981b, pp. 16-7). A força que as demole viria dos novos meios de comunicação de massas, do poder do mimetismo e da mobilidade social horizontal e vertical, num dinamismo que transforma as “relações entre indivíduos, entre estamentos e classes, entre estados nacionais, obriga a um contacto nivelador cada vez mais estreito” (SILVA, 1981b, pp. 16-7).

O autor via este “processo interativo e acelerado” ampliado à Terra toda, prenunciando uma espécie de *aldeia global*, “a alvorada de uma *Weltanschauung* realmente universal, uma perspectiva ecumênica, uma comum axiologia, uma consciência verdadeiramente mundial, servindo de amplo quadro em que se situem, e se integrem, e se espelhem as variedades individuais, regionais ou grupais, como todo o colorido próprio de suas visões muito mais particularistas” (SILVA, 1981b, p. 17). De fato, o general considerava o “processo acelerado de massificação no seio da sociedade contemporânea” talvez o fenômeno mais alarmante da atualidade (SILVA, 1981b, p. 15).

Para o general, agora não se tratava mais só de o estado garantir a segurança (ou a ordem), mas também um nível mínimo de bem-estar (desenvolvimento, progresso) para sua população, abaixo do qual a própria segurança se veria ameaçada:

À medida que se sacrifique o bem-estar, em proveito da segurança, canalizando recursos daquele para esta, o primeiro decresce, enquanto a segurança aumenta mais que proporcionalmente, a princípio; a partir de certo ponto, porém, sofre a curva acentuada inflexão, e os acréscimos, agora cada vez menores, acabarão por se anular de todo, quando se haja alcançado o que, teoricamente, corresponde ao máximo de segurança compatível com a limitação imposta pelos recursos disponíveis. Reduza-se, ainda mais, o bem-estar, e a própria segurança se verá, agora, decrescida (SILVA, 1981b, p. 370).

Segundo tal raciocínio, os países pobres estariam à mercê de ameaças à integração nos campos político, psicossocial e econômico, condição fundamental da própria sobrevivência do estado: “uma ameaça

de desintegração social, de cisão, de cisma no seio da comunidade nacional é sempre um desafio dos mais sérios à própria sobrevivência do estado-nação” (SILVA, 1981a, p. 169). Para o autor esguiano, portanto, a “teoria ultrassimplificadora” da luta de classes marxista, “a despeito de sua rigidez e unilateralidade grosseira”, teria um fundamento real, mas muito amplificada, ao nível de uma “guerra civil” (*stasis*) (SILVA, 1981a, p. 98; 1981b, p. 173). Da forma como estava constituído o mundo, “A estrutura íntima do estado – estrutura política, econômica e social – vê-se forçada, portanto, a amoldar-se às exigências e às limitações impostas pelo sistema vigente de relações internacionais” (SILVA, 1981b, p. 480). E, se às exigências dessa realidade ninguém pode escapar, isso é especialmente válido para os estados pobres:

Se a tais imposições externas podem furtar-se, embora nunca de todo, as três, ou melhor, as duas superpotências ou verdadeiros estados imperiais que hoje dominam o panorama internacional, uma vez que a vastidão e diversidade de seus recursos lhes permite quase alcançar a autossuficiência econômica na paz como na guerra – única fórmula segura da liberdade e independência absolutas –, os demais estados e, sobretudo, aqueles que ainda não souberam, ou não puderam, valorizar o potencial latente de seu território e de sua população (...) devem antes reconhecer aquele fato como base de todos os seus planejamentos do que construir na areia movediça de um isolacionismo enganador e perigoso – pois que irreal – os planos, de antemão fadados ao insucesso, de um futuro de prosperidade e grandeza. (SILVA, 1981b, p. 480)

Por outro lado, a pobreza não seria agora apenas um problema interno, mas também internacional. Segundo Silva, já pertenceria à história a era do expansionismo europeu, “otimista e descuidado, que canalizava para plagas longínquas as ambições e as agressividades das grandes potências imperialistas” (SILVA, 1981b, pp. 29-30), bem como teriam sido ultrapassados os “tempos remansosos” “em que as nações fracas e pobres de recursos podiam viver e prosperar até certo ponto livremente”, de forma marginal em relação aos “antagonismos ferrenhos, mas espacialmente circunscritos, dos poderosos da época, sem que a fraqueza e o relativo pauperismo se convertessem em danosas e agourentas vulnerabilidades ante agressores sempre dispostos a explorá-las em seu benefício próprio” (SILVA, 1981b, pp. 29-30). Daí que o general gaúcho advertia as nações do centro capitalista: “nesta quadra de agourentos e apocalípticos sismos sociais” (SILVA, 1981a, p. 185), o “planeta não pode mais acolher, ao lado de nações abastadas, poderosas e prepotentes, a miséria chocante e, sob todos os aspectos, altamente perigosa, da humanidade que se agita e sofre e procria com altíssima taxa de natalidade, nos rincões menos favorecidos da terra” (SILVA, 1981a, pp.

206-7). Os povos marginais a uma civilização antes pujante e agora ameaçada de declínio, já não tão fascinados pelas técnicas e práticas desta cultura (os quais buscaram assimilar), estavam se rebelando, seja em nome de um nacionalismo xenófobo, seja no de uma revivescência religiosa ou, ainda, do comunismo internacionalista (SILVA, 1981b, p. 173). A pobreza ou o “subdesenvolvimento” seria uma ameaça porque estaríamos numa era “cujo dinamismo potente, incoercível, fatal, ameaça transbordar por todo o planeta, submergindo, numa pseudomorfose aviltante e sufocadora, todos os núcleos de civilização e cultura ainda não amadurecidos e suficientemente resistentes” (SILVA, 1981a, p. 170). Por isso Toynbee concluía que o Ocidente agora se via cercado pelo mundo que outrora cercou, sob pressão de todos os lados num mundo global e sem margens. Donde, a aura pessimista, desencantada, insegura de sua época, nos mais diversos campos.

Em suma, as contradições seriam fortes na sociedade atual, as tensões estariam acumuladas e logo se poderia assistir à eclosão dialética de um novo ciclo. Este bem poderia ser marcado pelo fim da civilização ocidental. As exigências do cenário internacional, inescapáveis, imporiam a cada estado uma série de procedimentos garantes de sua existência e integridade. Não haveria nenhum organismo internacional que pudesse controlar a unidade de poder que é o estado – que só estacaria diante de outro, mais poderoso. A Liga das Nações não teria passado de um “triste aborto de um grande idealismo utópico”, e a ONU teria apenas criado “um palco incruento onde se digladiam tenazmente nações inimigas e irreconciliáveis” (SILVA, 1981a, pp. 20-1). Estava descartada, pois, por absolutamente impossível, a crença de que a justiça poderia ser conseguida pelos fóruns internacionais de conciliação de estados egoístas. Dominado o cenário internacional pela guerra fria, cada um dos estados esbarrava com as exigências objetivas da realidade internacional – mesmo que fosse contra seus próprios valores. Campearia no mundo a lei do mais forte: “Os países fortes tornam-se cada vez mais fortes e os fracos, dia a dia, mais fracos; as pequenas nações se veem, da noite para o dia, reduzidas à condição de estados pigmeus e já se lhes profetiza abertamente um fim obscuro, sob a capa de iniludíveis integrações regionais”, profetizando-se um mundo com “constelações feudais de estados-barões rodeados de satélites e vassalos” (SILVA, 1981a, p. 22).

Visto que a guerra como instrumento da política seria uma imposição da realidade, o autor criticava duramente os que ainda conseguiam defender os velhos sonhos de paz universal. Os trechos acima demonstram um profundo cinismo, que se passa por realismo, claramente a serviço da legitimação do *status quo* no campo internacional. No salve-se-quem-puder em que se teria transformado nossa “era perturbada”, ele

não podia conceber como ainda se acreditasse na justiça internacional ou na

intangível liberdade das nações (...) e nesse princípio, tão lógico, tão moral, mas não menos irreal, da autodeterminação e absoluta soberania dos povos, o qual, nem por não se poder nele confiar, de forma alguma importa que se deixe de usá-lo e defendê-lo a todo custo como argumento único, que é, dos fracos contra os fortes (SILVA, 1981a, pp. 20-1).

Ele apelava a para um tema fortemente irracionalista em sua apologia da guerra como geradora de novidades¹¹: “Mais uma vez a guerra, por si mesma ou pela perspectiva de sua ocorrência, determinará a apuração decisiva de uma técnica nova, para progresso da humanidade” (o planejamento democrático) (SILVA, 1981b, p. 25). Concordava que a guerra deva ser malsinada, mas acreditava que não se pode esquecer que ela também é a *mãe de todas as coisas*, ou pelo menos de algumas coisas importantes, e lembrava a “*influência quase decisiva da guerra na revolução surpreendente da técnica* e, pois, da civilização e das culturas” e, por outro, como “*a guerra veio a ser, em verdade, um fator capital na implantação dos princípios e das práticas democráticas*” (SILVA, 1981b, p. 394, grifos nossos). A guerra teria se extravasado para outros campos pela *guerra total* e no tempo pela *guerra fria* – esta, a “única paz que realmente nos é dado conhecer” (SILVA, 1981a, pp. 236-7).

Por isso, o autor não se cansava de repetir: “dúvidas não poderá haver de que o Ocidente se acha ameaçado e ameaçado seriamente”, e em todos os seus recantos (SILVA, 1981a, p. 230). Tratar-se-ia de um conflito de “profundas raízes ideológicas” em que “o materialismo comunista do Oriente” e “a civilização cristã do Ocidente” jogariam “pelo domínio ou pela libertação do mundo” (SILVA, 1981a, pp. 186-7). Neste “mundo que dia a dia se encolhe”, “Não há mais lugar para ‘esplêndidos isolamentos’ – nem o isolamento seria possível, nem, se o fosse, poderia aspirar a ser suportável, quanto mais a ser esplêndido” (SILVA, 1981b, pp. 29-30; 1981a, p. 144). Na guerra fria, as forças armadas desempenhavam apenas um papel potencial ou demonstrativo, já que o esforço maior vinha sempre de outros campos: o econômico, o psicossocial, ou “o propriamente político, através da atuação de partidos simpatizantes, de alianças partidárias de toda ordem, da quinta-coluna sempre ativa, de toda a atividade preparatória dos golpes de estado ou das próprias insurreições” (SILVA, 1981a, pp. 236-7). Outra característica é que “se o próprio da

¹¹ No decorrer deste trabalho, deparamo-nos com a questão de qualificar – ou não – o pensamento de Golbery do Couto e Silva como irracionalista. Apesar de entendermos como importante tal passo, esclarecemos que esta não é uma das pretensões deste texto, pois só seria realizável em outra pesquisa: o objeto aqui recortado não é o mais adequado para se aprofundar nesse tema, como seria, por exemplo, sua propositura de planejamento democrático e a epistemologia por trás dela.

guerra fria é apresentá-la sempre, de boa ou má-fé, como imputável unicamente ao antagonista, a guerra propriamente dita cada vez mais escapa ao formalismo das prévias declarações de hostilidades” (SILVA, 1981a, p. 207).

Esse antagonismo seria atualmente o dominante, porque teria autonomia e força decisiva suficientes para determinar as relações entre as nações ou coligações de nações, e seria forçoso reconhecer sua centralidade. Pela noção de antagonismo dominante, ele buscava expressar o choque “entre civilizações e culturas distintas quando das fases decisivas dos encontros entre elas”. Por meio destes – e a inspiração, ainda aqui, é Toynbee – “as civilizações alcançam a integração de seu ecúmeno ou desaparecem e morrem” (SILVA, 1981b, pp. 210-1). Diante de um conflito de tal magnitude, “não poderão sequer escapar, nos momentos decisivos, os propósitos mais reiterados e honestos de um neutralismo, afinal de contas, impotente e obrigatoriamente oscilante” (SILVA, 1981a, pp. 186-7). “Como se o que estivesse realmente em jogo fossem simples interesses particulares dos opulentos ianques não a questão vital da própria sobrevivência de todo o mundo do Ocidente!...” (SILVA, 1981a, p. 241). Pelo conceito de “antagonismo dominante”, o escritor conservador pretendia encobrir todos os outros antagonismos: países economicamente dependentes e imperialistas, classes dominantes e classe dominada.

Importante observar que, de acordo com os próprios ensinamentos do autor em tela, “o sentimento de solidariedade entre nações de uma dada região qualquer será sempre tanto mais forte e resistente quanto mais sérias e prementes forem as ameaças externas” e a solidariedade regional dependerá do “grau de sensibilidade das próprias nações interessadas, em relação a essas agressões” (SILVA, 1981a, pp. 175-6). Deixar de tomar uma posição, num conflito em que a própria sobrevivência do mundo estaria em jogo, seria um erro grosseiro e potencialmente letal, mas antes de tudo falso. Nesse sentido, a transformação da disputa entre duas superpotências num conflito de civilizações era bastante conveniente e útil: a neutralidade não seria só impossível, mas também imoral, quando estaria em causa a sobrevivência da própria civilização ocidental. O Ocidente estaria, assim, ameaçado como que pela realização de uma *antiga profecia*, de um destino trágico e inelutável, mesmo contra todos os esforços envidados em contrário. É novamente História impiedosa, manipulando os cordéis dos homens – e das massas continentais e das civilizações abstratamente consideradas – independentemente de sua vontade e de suas ações.

Silva ressaltava o acerto da estratégia de contenção/isolamento do comunismo, já que uma estratégia de repulsão seria “impraticável e suicida”, incorreria num “crime injustificável e até contraproducente” se incentivasse a rebelião inútil de populações indefesas sob uma tirania

totalitarista disposta a tudo. Também não seria possível, além do “mero esforço de imaginação de alguns publicistas exaltados ou teóricos com os pés nas nuvens”, a guerra preventiva, de vez que o Ocidente não poderia desencadeá-la (SILVA, 1981a, p. 241). Nesse conflito fatal, a vantagem imediata de ação estaria com o bloco comuno-soviético, pois o Ocidente tinha menor potencial humano disponível para uma guerra tradicional e teria dificuldade de tomar a iniciativa de uma ofensiva estratégica atômica, diante dos “indiscutíveis efeitos desmoralizantes de uma tal decisão numa sociedade “educada nos princípios humanitários e superiores de nossa ética cristã” (SILVA, 1981a, p. 230). Por essa lógica, dadas as desvantagens de viver em um mundo apontado como livre e democrático, “o desencadeamento brutal de uma guerra atômica irrestrita só possa surgir por decisão fria e calculista dos senhores absolutos do Kremlin” (SILVA, 1981a, p. 230). É impressionante o quanto a interpretação golberyana paira sobre a história e desconhece os processos reais – pela sua lógica, Hiroshima e Nagasaki jamais teriam ocorrido, e, no entanto, ocorreram antes de ele escrever os trechos acima, ainda que num contexto anterior ao da guerra fria, ainda que correlacionado a ela.

Conforme observava o autor, a guerra fria era necessariamente mundial, envolvia e buscava envolver todo o planeta. A estratégia do bloco comuno-soviético era dúplice: tentava atrair os povos não-ocidentais e “espalhar a cizânia, a desconfiança e o caos” no próprio mundo ocidental, “enfraquecendo-o e dissociando-o com a sua pregação antiamericanista, anticapitalista, anticristã, materialista e demagógica” (SILVA, 1981a, pp. 237-8). O “agressivo neutralismo dos não-alinhados” e o “indisfarçável antiamericanismo” da terceira via de Perón seriam exemplos de sucesso dessa estratégia (SILVA, 1981b, p. 480). Também aqui as maiores desvantagens seriam ocidentais, já que não poderiam mudar bruscamente de atitude sem perder prestígio, romper alianças e desagradar os neutros. Ademais, este Ocidente – agora homogeneizado – é “uma sociedade democrática, aberta à infiltração da propaganda inimiga e que, respeitando a consciência do indivíduo e a dignidade da pessoa humana, não pode reprimir com eficácia a atuação desagregadora da quinta-coluna soviética” (SILVA, 1981a, p. 237). Os comunistas teriam maior liberdade de ação, conseguiriam empenhar melhor seus teleguiados e as “forças de voluntários” nas guerras localizadas – sejam as “guerras por procuração”, sejam aquelas em que os grandes intervinham abertamente –, ao passo que “os Estados Unidos não terão outro remédio senão intervir às claras, com suas próprias Forças Armadas”, arriscando sua imagem e seu prestígio internacional (SILVA, 1981a, p. 239). Novamente, um raciocínio completamente desmentido a partir da década de 1960, quando pulularam

na América Latina golpes militares dirigidos e/ou apoiados pelo país líder da “democracia” e da “liberdade”, cujos aliados não seriam “teleguiados”.

Para Golbery do Couto e Silva, portanto, a civilização ocidental estava “talvez já ferida de morte, assustada e perplexa ante o espetáculo histórico desta quadra agônica em que vivemos” (SILVA, 1981b, p. 13) em que as massas bárbaras, que desta civilização dominadora, “práticas e técnicas – não o espírito – buscaram e ainda buscam assimilar”, estariam se rebelando mais ou menos abertamente (SILVA, 1981b, p. 175). De fato, segundo o general da ESG, já se havia passado por muitas tentativas de implantação do “estado universal”, entre as quais citava as guerras napoleônicas e os dois conflitos mundiais. Isso para reafirmar seus temores de que, numa era atômica, ameaçavam sobrevir conflitos ainda mais mortíferos – motivo pelo qual “projeta-se e proclama-se e defende-se, já quase mesmo sem fé, a criação de uma ‘comunidade de poder’, de um controle institucional supranacional, de qualquer forma estável e não despótica de ordem universal” (SILVA, 1981b, pp. 172-3). Ou seja: a civilização ocidental passava por um “período crítico de perturbações violentas” semelhante aos que “sempre precederam o estabelecimento pela força de um estado universal, criado através de múltiplas guerras, pelo último remanescente ainda vitorioso” (SILVA, 1981b, pp. 172-3). E aqui se somavam Spengler, Toynbee e Ratzel (este com a “era da história continental”) para concluir que havia supostos indícios claros de novas instituições de relacionamento no âmbito internacional num futuro mais ou menos próximo: um superleviã, o organismo político multinacional que o próprio panorama internacional de guerra total exigiria – mas talvez desse lugar ao império universal, que poderia significar a aniquilação da civilização ocidental.

É que, talvez, se esteja realmente a esboçar uma nova ordem para o mundo: senão – praza aos céus evitá-lo! – o império universal, com sua paz ecumênica, mas seu incontrastável e despótico cesarismo interior – a cristalização do poder em unidades de larga base geográfica, verdadeiras panregiões de economia e organização social superiormente equilibradas. (SILVA, 1981a, p. 215)

Por outro lado, a gravidade, multiformidade e onipresença das ameaças a que se expunha obrigaria o Ocidente a enquadrar em uma estratégia coerente e coordenada todos os estados ocidentais. Para tal tarefa, a supremacia dos Estados Unidos era incontestável – embora o autor não se refira a eles com os termos “estado universal” e menos ainda com “império universal”. Em relação à América Latina, este país teria pautado por longo tempo sua conduta internacional pela lógica do *destino manifesto* e do *big stick*, até que, no pós-guerra, assumiu a contragosto as responsabilidades e prestígio decorrentes da liderança da civilização

ocidental e passaram a valer-se “de que outros processos e outras técnicas de persuasão”, tidas como mais produtivas para alicerçar a defesa continental (SILVA, 1981a, pp. 28; 175). Esse histórico de ingerências negativas, reprováveis e egoístas desse país teria gerado ressentimentos na América Latina, os quais já teriam sido superados em prol da disseminação de um “nacionalismo sadio”, que agora inclusive clamaria pela ajuda estadunidense para solucionar problemas internos aos diversos países.

Seria necessária grande habilidade diplomática para manejar o prestígio e a supremacia sem gerar idiosincrasias, mas experiência estadunidense “nesse particular, deixaria muito a desejar”. Segundo afirmava o autor, era natural que, diante da estratégia de conter o comunismo em suas atuais fronteiras, os Estados Unidos concentrassem esforços na estruturação, no fortalecimento de material de guerra, na cooperação econômica e na manutenção de poderosas forças militares nas proximidades, bem como no elevado nível do poder de intimidação atômica. Mas, com isso, o restante do mundo (a África quase toda e as Américas, tanto Central como do Sul), “ficaria relegado a um segundo plano bem nítido nas preocupações e assistência dos Estados Unidos, quase inteiramente guiadas, aqui, ainda por interesses imediatistas e inconfessáveis dos altos círculos financeiros daquele país” (SILVA, 1981a, p. 239). Os cuidados “pela manutenção de uma solidariedade continental idealista e nobre” padeceriam “os mais diretos reflexos” do maior comprometimento dos Estados Unidos no além-mar, levando-os “a descurar as tensões que agitam, subterraneamente, o edifício imponente, mas pouco sólido” do pan-americanismo ainda imberbe (SILVA, 1981a, p. 175). Assim, aquele país não compreendia que, para a construção de uma aliança ocidental, havia que atender, em primeiro lugar, aos interesses dos aliados, e só secundariamente os dos neutros, forma de alcançar “um grau mínimo de concordância geral, indispensável à existência verdadeira do que merecesse o nome de uma estratégia coletiva ou coordenada de todo o mundo ocidental” (SILVA, 1981a, pp. 239-40).

Era o protesto do nacionalista ressentido, incomodado com o fato de o líder ocidental não reconhecer a importância do Brasil para a defesa ocidental e, por conseguinte, não o tratar com a devida deferência. A questão que fica em aberto, como observou Carvalho (2010, p. 94), é: como se pode assegurar que as ações dos Estados Unidos visariam ao bem de toda a civilização, devendo ser apoiadas, e quando estariam voltadas aos interesses específicos dos Estados Unidos ou, ainda pior, de seus altos círculos financeiros? O general chegou a resvalar essa questão, sem nunca resolvê-la e nem mesmo formulá-la diretamente. Ele acabava, pelo contrário, reiterando a necessidade da atuação direta estadunidense em

defesa do Ocidente, “a despeito da desconfiança que sempre suscitarão quaisquer intervenções suas em virtude de um longo passado, não de todo olvidado, de detestáveis práticas colonialistas” (SILVA, 1981a, p. 229).

De outra parte, uma das implicações daquela quadra mundial de interdependência entre os estados seria a rediscussão do conceito de independência e de soberania. Afinal,

Nada do que um estado resolva ou deixe de fazer no cenário internacional ou mesmo no próprio âmbito interno – já que estas últimas atividades necessariamente terão sempre repercussões exteriores, por enfraquecerem ou fortalecerem, em maior ou menor grau, o seu próprio potencial nacional – poderá ser realmente indiferente, nos dias de hoje, a outro estado qualquer. E note-se que uma nação determinada (...) se encontra a defrontar-se com mais de 80 outros estados, (...) os quais se apresentam, além do mais, constituindo largas malhas de interesses mais ou menos solidários através de organizações das mais diversas. (SILVA, 1981a, p. 149)

Assim, apesar das já citadas indicações de que estaria por vir uma nova ordem internacional, dominada por entidades multinacionais, a soberania ainda seria um dos atributos mais necessários a esse “organismo político” que é o estado, e sem a qual não poderia sobreviver. Como observou Carvalho, há

certa tensão, que não aparece explicitada na obra de Golbery mas que é impossível não notar em uma análise mais detalhada, entre a visão de um mundo totalmente “anárquico” e estadocêntrico e a visão do mesmo como dividido em civilizações (um conceito que limita a liberdade de ação dos estados, fazendo reduzir a “anarquia” do sistema). Só é possível resolver o problema ao se postular dois níveis de análise – estatal e civilizacional – com influência entre si mas essencialmente separados. Alguns filósofos da história deram esse passo, mas Golbery não se preocupou com o problema, o que é uma nova limitação de seu pensamento (CARVALHO, 2010, p. 98).

Entre o nacionalismo e a opção ocidental, o Brasil

Olhando o mapa-múndi desde uma perspectiva geopolítica brasileira, Silva distinguia um *hemisfério interior*, num raio médio de 10.000 km da América do Sul, abrangendo a América do Norte, a África ocidental e a Antártida. Este era circundado por um *hemisfério exterior*, balizado, *grosso modo*, por um arco de 15.000 km de raio e que englobava a Eurásia, a África Oriental, a Austrália e parte da Antártida. Para além desse hemisfério exterior, havia ainda a China, Japão, Indonésia, Malásia e Filipinas. Do hemisfério interior, conforme seu raciocínio, não haveria a temer qualquer ameaça à nossa segurança, em primeiro lugar pela

ausência potencial de agressão, mas também pela presença possante dos Estados Unidos, além da “zona psicológica de amortecimento” formada pela “comum profissão de fé democrática e o ideal pan-americanista” (SILVA, 1981a, p. 80). Historicamente, o hemisfério exterior é que teria representado diversas vezes perigo para a América do Sul, situação que se repetiria em sua época (SILVA, 1981a, pp. 135-6).

Por outro lado, segundo acreditava o general, o hemisfério interior (América do Sul, África e Antártida, basicamente) constituiria de fato “a retaguarda vital de todo o mundo do Ocidente” e do Brasil, cuja penetração importante por um inimigo “comprometerá certamente todo o sistema defensivo do mundo ocidental”, especialmente tornando extremamente vulneráveis as comunicações marítimas e aéreas (SILVA, 1981a, p. 191). Assim sendo, o hemisfério interior “avulta, no dispositivo geral, como *fronteira decisiva da segurança sul-americana*”, a qual estaria garantida enquanto aquelas massas estivessem livres de agressores (SILVA, 1981a, pp. 82; 129-30; 184). Manter a América do Sul, a Antártida e em especial a África, bem defronte ao território nordestino, em “mãos amigas” seria, segundo esse raciocínio, não uma *opção ideologicamente fundamentada*, mas sim um “imperativo geopolítico, traçado no mapa do mundo pela disposição eterna das massas terrestres que nos circundam” (SILVA, 1981a, p. 184) – portanto, algo *neutro, imutável e inescapável*.

O Brasil, gestado “sob o signo da própria Cristandade”, resultante final da transposição da cultura ocidental europeia “para terras quase desertas e virgens onde não havia cultura autóctone que lhe resistisse ou pudesse deturpar-lhe a essência”, embebido desde sempre nas ideias e nas crenças ocidentais, “não poderia renegar jamais esse Ocidente em que se criou desde o berço e cujos ideais democráticos e cristãos profundamente incorporou à sua própria cultura” (SILVA, 1981a, pp. 226-7). Pertence o país ao Ocidente, tal como este viveria e persistiria no Brasil, no seu corpo e alma, na sua técnica e na ciência, na fé, na linguagem, na paisagem – “Nós somos, também, o Ocidente”¹² (SILVA, 1981a, p. 227).

Nas alocações golberyanas há constantes “referências aos valores fundamentais sobre os quais se assentaria a sociedade brasileira e os povos das Américas em geral”, que estabeleceriam “as bases morais para as alianças políticas continentais e seus sistemas coletivos de defesa”. Esse conjunto cultural “consistiria de um legado das civilizações antigas, como a judaica, grega e a romana, que, aliado aos elementos da modernidade, formalizariam a base para a atuação do estado brasileiro” e do Ocidente (NASCIMENTO, 2013, pp. 151-2).

¹² Em Spengler havia uma dubiedade quanto à territorialidade do Ocidente: em alguns momentos abarcaria exclusivamente o território da Europa ocidental, em outros incluiria a América (SILVA, 2008, p. 66).

No tocante à sua situação interna, o Brasil não escaparia às determinações da realidade em que estava inserido, antes ao contrário: Silva avaliava que, num mundo “em vertiginosa ascensão para novos e revolucionários padrões”, o fato de o Brasil ser “uma nação em crítico e ainda rudimentar estágio de seu desenvolvimento econômico e social” o caracterizaria como “um país potencialmente agredido”. O subdesenvolvimento econômico era, pois, visto por ele como uma falha potencialmente muito perigosa na política de segurança nacional, e pois sua solução deveria ser prioritária, pela rápida industrialização, com ampliação da infraestrutura econômica, a redução dos pontos de estrangulamento, a diminuição disparidades entre setores (SILVA, 1981b, p. 25). “É que ao Brasil, na hora presente, só há uma escolha: engrandecer-se ou perecer!” (SILVA, 1981a, p. 62) Como o Brasil era um país de poupança muito baixa, tentar resolver seus problemas com recursos próprios levaria muito tempo, implicaria muitos sacrifícios e não teria garantia de êxito.

A alternativa, para ele, era lógica: o recurso à poupança externa. Daí que “o Brasil essencialmente depende – e quanto! – do restante do Ocidente e, em particular dos EUA, para o seu comércio, o seu desenvolvimento econômico, o seu progresso técnico e cultural, até para a sua própria segurança” (SILVA, 1981b, p. 248). O objetivo era tornar o Brasil uma potência de nível mundial, pois apenas as potências desse nível estariam, e apenas temporariamente, livres de grandes antagonismos. Evidencia-se, aí, o dilema que perpassava a ideologia golberyana: ser nacionalista e estar votada à sobrevivência da civilização ocidental.

A operação mental que o general Golbery pretende fazer – construir uma geopolítica brasileira para auxiliar os Estados Unidos e o Ocidente a defender-se contra o “imperialismo comunista de origem exótica” – é de difícil realização, porque nega, de início, o fundamento mesmo do raciocínio geopolítico, que é a *política de poder* e a afirmação do poder nacional desvinculado do contexto mais geral da *civilização* em que se insere (...). Geopolítica e o ecumenismo se excluem logicamente (FERREIRA, 1984, p. 596)

A contradição permanente entre o nacionalismo geopolítico e a opção pelo Ocidente era resolvida pelo autor sob análise proclamando um nacionalismo “que é toda a nossa nobreza” – mas não um nacionalismo simplesmente, e sim um nacionalismo “amadurecido, realista e crítico”, que não se chocaria com a opção pela civilização ocidental. Ele ainda ajuntava que o estado soberano admitiria, “ele próprio, autolimitações maiores ou menores de seu poder de soberania, em benefício da paz ou da cooperação internacionais, quando não mesmo em face de certas graves ameaças de sua total destruição” (SILVA, 1981a, p. 168). Mesmo assim, completava, se a generosidade materna da natureza cedeu ao litoral

brasileiro e ao nosso promontório nordestino posição tão favorável para a defesa do Ocidente, esse trunfo era brasileiro e apenas ao Brasil caberia empregá-lo, “por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do norte” (SILVA, 1981a, p. 168).

Como “o preço do poder é a responsabilidade”, o Brasil poderia valer-se dos seus trunfos geopolíticos para a defesa da civilização ocidental – quais sejam, a importância estratégica do Nordeste brasileiro, das matérias-primas nacionais e da embocadura amazônica, ademais de sua “economia não competitiva” e da “larga e comprovada tradição de amizade”; de outra parte, não caberia deixar de aceitar os ônus decorrentes, pois “de forma alguma poderíamos abrir mão de deveres que são exclusivamente nossos, como o da integridade do território nacional e não menos o da segurança do Atlântico Sul ao qual estão vinculadas a nossa prosperidade e, sem dúvida, a nossa sobrevivência” (SILVA, 1981a, p. 52). Um Brasil que assumisse conscientemente seu papel na defesa da civilização ocidental conseguiria “negociar uma aliança bilateral mais expressiva” para seu próprio desenvolvimento e que “traduza o reconhecimento da real estatura do Brasil nesta parte do Oceano Atlântico” (SILVA, 1981a, p. 51). Concluía, portanto, que “o direito de utilização de nosso território”, não se deveria “ceder por um prato de lentilhas”: a soberania poderia ser objeto de escambo, desde que fosse uma barganha leal – o estatuto do país como aliado preferencial. “Também nós podemos invocar um ‘destino manifesto’, tanto mais quanto ele não colide no Caribe com os de nossos irmãos maiores do Norte...” (SILVA, 1981a, p. 52).

A solução golberyana para a contradição entre a defesa do Ocidente e o nacionalismo era patente, mesmo com as suas tentativas de solucioná-las racionalmente. Desembocavam na tentativa de construir o poder nacional contando com a contribuição daqueles países que já são dominantes. Contudo, qual a força dos argumentos brasileiros, se seu apoio aos Estados Unidos, contra a União Soviética, já estaria garantido de antemão, pela sua pertinência ao Ocidente e pelo repúdio ao comunismo materialista e alienígena? Carvalho aponta a “inconsistência” entre um pensamento geopolítico no qual só valem a estratégia e a geopolítica que estiverem embasadas em interesse “estritamente nacional” e, de outra parte, a defesa de um alinhamento automático (2010, p. 113). Aqui, mais que um limite teórico, patenteia-se claramente a ilusão de controle político-estratégico do capital e de seus interesses, ilusão que constituía um *limite ideológico* do general gaúcho. De forma que o caminho para uma grandiosidade futura, mesmo que com percalços, era, portanto, primeiramente uma opção do próprio Brasil, uma visão voluntarista e muito ingênua.

O autor também chamava à responsabilidade os países do centro do capitalismo para a importância da tarefa de elevar o nível de vida das populações subdesenvolvidas, em particular do Brasil. Afinal, advertia, “nesta quadra de agourentos e apocalípticos sismos sociais” (SILVA, 1981a, p. 185), não é mais cabível existirem simultaneamente “nações abastadas, poderosas e prepotentes [e a] a miséria chocante e, sob todos os aspectos, altamente perigosa” que vicejava “nos rincões menos favorecidos da terra” (SILVA, 1981a, p. 206). O mundo capitalista, “do qual representamos, nós todos da América Latina, simples elos mais débeis”, precisaria tomar consciência “de que não haverá como combater, com segurança de êxito, as promessas do milênio comunista” senão “oferecendo, aos povos todos subdesenvolvidos da Terra, uma alternativa diversa entre a estagnação e a miséria generalizada, de um lado e, do outro, a industrialização, o progresso material, o poderio nacional, alcançados embora estes, em regime totalitário, à custa de sacrifícios tremendos” (SILVA, 1981a, p. 248-9). Uma “grande inconcussa demonstração da vitalidade e poder de criação do próprio regime democrático”, uma “experiência em vasta escala, indiscutível e inspiradora”, de “soerguimento de povos subdesenvolvidos a um nível elevado de bem-estar, de riqueza e de progresso”, seria urgente e imprescindível (SILVA, 1981a, p. 249). Ela patentearia as imensas possibilidades contidas desse regime, respeitando-se as liberdades públicas, de “romper o ciclo deprimente do subdesenvolvimento econômico”.

A urgência e importância da ação implicariam pesar a “proporcionalidade do poder ao vulto das responsabilidades e compromissos assumidos” por cada país. Como a América Latina passava por grave crise econômica e social, a realização de tal experiência nessas paragens seria “mais veemente e mais decisiva”. Não muito influenciada pelo bloco comunista (o texto havia sido escrito antes da Revolução Cubana), física e culturalmente próxima dos Estados Unidos, com um território e riquezas imensos e quase inexplorados, dispondo de um potencial demográfico importante e profundamente cristã e democrática, a América Latina “constitui vasto e promissor campo para uma tal experiência, generosa sem dúvida, mas também de alta significação para a defesa dos postulados, dos valores, das crenças da civilização toda do Ocidente” (SILVA, 1981a, p. 248-9).

Desta América Latina por si só emblemática, complementava o general, “o Brasil é, em si mesmo, uma expressão e um espelho”: seu estágio incipiente de desenvolvimento lhe possibilitaria compreender “o drama de toda a incontável humanidade subdesenvolvida”, podendo, por isso, “servir de intérprete fiel a anseios que bem é capaz de medir” (SILVA, 1981a, pp. 197-8). Além do mais, seu prestígio, suas variadas riquezas

naturais, seu potencial humano e sua “inigualável posição geopolítica” teria importância toda especial para as “imperiosas necessidades de defesa do Ocidente” (SILVA, 1981a, p. 246). Em resumo, o Brasil disporia de todas as condições para tornar-se um especialíssimo *locus* de aplicação de uma espécie de Plano Marshall tupiniquim que redundaria em um aumento do desenvolvimento regional, visto que o país integrava todas as áreas geopolíticas do continente. Ademais, seria uma demonstração mundial “a todos esses povos desesperançados e frustrados [de] uma alternativa mais risonha do que a apresentada pelo comunismo” (SILVA, 1981a, pp. 197-8).

Em contrapartida ao cenário de indeterminismo das fronteiras geradas pela imposição de zonas de influência e das disputas delas derivadas, em plena guerra fria, Golbery apresenta o Brasil como um elemento de destaque, (...) que por sua posição geográfica no contexto americano, possuiria o dote de ser um potencial integrador de regiões que guardam entre si identidades semelhantes e também dessemelhanças essenciais, mas que se unem, a despeito de eventuais conflitos de interesses, em termos políticos, culturais e econômicos, por fundamentarem-se no conceito de Mundo Cristão Ocidental. (NASCIMENTO, 2013, p. 23)

O Brasil golberyano se arvorava, pois, em representante dos interesses de toda a América Latina e, mais, de todos os povos subdesenvolvidos da Terra, numa experiência ímpar de desenvolvimento democrático. Estaria, em troca, oferecendo às potências ocidentais os meios de que disporia para a defesa do Ocidente. Para tanto, seria necessário o país deixar clara sua disponibilidade – e sua capacidade – aos norte-americanos e às demais nações latino-americanas, por meio de campanha clara, honesta, sem tergiversações.

Aqui a geopolítica se reconciliava com a filosofia da história para reiterar o destino grandioso do Brasil. De acordo com o esguiano, tanto Toynbee quanto Spengler observaram que, quando uma civilização está moribunda, “se produz comumente a transladação dos centros dominantes de cultura e poder, das paisagens originais para zonas periféricas” nas quais brota e viceja, vigorosa, “sejam as mesmas civilizações antigas num derradeiro lampejo de glória, seja civilizações novas libertadas por fim da ‘pseudomorfose’ asfixiante” (SILVA, 1981b, pp. 219-20).

É a deixa para o general chamar para o Brasil a possibilidade – e a oportunidade – de resguardar os melhores elementos da civilização ocidental para um futuro renascimento. No seu entender, deflagrando-se o confronto atômico, de caráter brutal e catastrófico, entre as duas superpotências que então disputavam o controle do mundo, o hemisfério norte inteiro estaria afundado “em uma treva espessa de desesperação e miséria” (SILVA, 1981b, pp. 219-20). Nesta situação, o Brasil poderia ser

finalmente alçado ao papel internacional ao qual estaria destinado, eventualmente liderando outra cultura e outra civilização, nascida dos destroços da ocidental, desde que mantido a salvo do blandicioso canto de sereia comunista:

E se o Brasil subsistir *em segurança* neste gólfão excêntrico do Atlântico Sul, poderá bem ser destino seu recolher a herança de cultura de uma civilização portentosa que se tenha esvaído na loucura da guerra, cumprindo-lhe então, por sua vez, aquela missão histórica que tem cabido a muitos outros povos no evoluir impassível dos séculos, em que todos são (...) “como corredores olímpicos passando de mão em mão o facho luminoso da vida”. (SILVA, 1981b, pp. 219-20)

Considerações finais

Golbery do Couto e Silva qualificava-se o tempo inteiro como dialético e incorporava nominalmente a dialética em seu raciocínio. Mas, como demonstramos em outro lugar (ASSUNÇÃO, 1999), escapava-lhe a percepção adequada da realidade, porque as contradições reais não eram admitidas e as rupturas eram apresentadas como potencialmente destruidoras. Seu arraigado conservadorismo o levava a repelir na prática toda possibilidade de transformação radical, o momento final do choque de contradições; e, com isso, rejeitava as próprias contradições, que só desta maneira encontrariam sua solução final, para de imediato engendrar outra espiral choques de contrários. Quando usava o termo contradição, referia-se, na verdade, a conflitos, que pretendia *eliminar* antes que explodissem. Daí que trabalhasse com dicotomias em vez de contradições – assim, socialidade/conflito, liberdade/segurança e outras –, mesmo acreditando tratar de dialética.

Em termos de estilo, desejando apresentar-se como erudito, tinha uma escrita rocambolesca e artificialmente empolada, repletas de intercalações e digressões intermináveis. A suposta dialética era mais um recurso dentre os que se valia, embora apareça também como forma de abordagem racional dos objetos.

Quanto ao conteúdo, uma das características marcantes do ideário golberyano é o *ecletismo* (elemento fundamental do pensamento burguês da era da decadência ideológica, cada vez mais incapacitado de elaborar conhecimento coerente): teorias diferentes e até contraditórias eram mescladas, reelaboradas e apresentadas como explicação racional e coerente. Os elementos interessantes e até pioneiros em seu pensamento estavam enformados por um raciocínio pautado pelo ecletismo e pela adialeticidade, o que implicava também a generalidade abstrativante, que desconsiderava a concreção, e o empirismo – seleção de fatos ou

elementos de acordo com sua conveniência para o argumento –, preços a pagar pela operação frankensteiniana. O autor abraçava teorias díspares, mal as alinhava, abandonava-as em prol de outras quando se via diante de aporia, e, por fim, apresentava um produto teórico descosido e de baixo nível de elaboração, caracteres elucidativos de seus limites.

O autor em pauta percebia o ser humano como um animal social, de cuja natureza fazia parte o egoísmo: assim, contato e conflitos lhe seriam inerentes, acentuando-se ambos com o passar dos tempos. Donde, a moral ser necessária para manter coesa a sociedade. A liberdade também fazia parte da natureza humana, em abstrato, mas na prática era contraditada sempre pela necessidade de segurança. A história humana era vista por ele como repleta de determinismos que não se pejava de chamar de “destino”, sem que ele se desse conta da contradição com a suposta dialética que pretendia incorporar e convivendo inclusive com críticas aos determinismos de outros autores. Ademais, os verdadeiros atores estariam acima dos homens comuns: seriam os grupos dirigentes das classes dominantes e o estado. Que os interesses desses possam conflitar com os interesses nacionais é até citado, mas nunca debatido a fundo.

O Ocidente, para general, apesar de dissensões, conflitos e transformações no tempo e no espaço, teria uma identidade muito própria: um propósito, a ciência como instrumento de ação. um ideal, a democracia como fórmula de organização política; um programa, o cristianismo como supremo padrão ético de convivência – três elementos que não só se contraditam entre si como caracterizam momentos pontuais e espaços delimitados do Ocidente. O autor pretendeu escapar da contradição afirmando seu caráter não realizável, utópico.

A situação do Ocidente em sua época mostrava os riscos do subdesenvolvimento e da pobreza para a manutenção da integridade e progresso das nações, internamente, e para a própria segurança ocidental, no campo das relações internacionais. O autor antecipava, assim, a tensão Norte-Sul, então ofuscada pela guerra fria, mas sua constatação visava a se antecipar a possíveis explosões sociais. Para o autor, pensar a realidade tinha como objetivo não sua transformação radical, mas uma modificação controlada, segura e limitada, para que tudo continuasse como estava.

As elites não estariam aptas a cumprir suas tarefas. A ação prática do autor no pré-64 e na articulação entre o núcleo empresarial e o militar durante o regime bonapartista (cf. GASPARI, 2003) era, segundo entendemos, justamente uma forma de suprir as deficiências teóricas e práticas das elites nacionais. Mesmo despreparadas, porém, não se questiona a realização dos seus interesses mesquinhos: mais uma vez, a coesão social era posta acima da coerência com os interesses nacionais. Isso porque um risco de desintegração social seria dos mais graves e

melhor seria mudar paulatinamente a própria consciência das elites que se arriscar a um revolucionamento social. Nesse mister, a democracia – que não se poderia eliminar totalmente, dado seu caráter instrumental – precisaria se modificar para continuar existindo, como ideal de organização política a alcançar. Mas uma democracia restrita, politicista, calculista, formalista, institucional, para o controle das massas e das mudanças a serem implementadas na sociedade.

Na tematização que o autor em tela fez do Ocidente, restou evidente uma contradição entre um estadocentrismo – o mundo ainda seria um conjunto anárquico de estados-nação – e a visão de civilizações em disputa. A questão da lealdade devida a dois senhores, fonte de neuroses individuais e crises sociais, repunha-se com força irônica: quando houvesse choques, ou mesmo dúvidas, acerca de quais interesses estariam em pauta em determinados processos, que critérios embasariam a tomada de decisão entre o interesse da nação e o interesse civilizacional? Silva não enfrentou devidamente esse problema.

No campo internacional, o raciocínio sobre unidades egoístas com maior integração e mais conflitos se repetia, com a agravante de a escala espaço-temporal ter sido bastante reduzida pela industrialização, pelas técnicas e pelas comunicações: o mundo estava se transformando numa aldeia global. Entretanto, clivada por um conflito terrível, potencialmente mortal, entre duas civilizações completamente distintas: o Oriente, apontado como comunista, totalitário, materialista, ateu e exótico; e o Ocidente, tido como cultura própria, tradicional, cristão, democrático – e capitalista, o que significativamente não é dito nunca em voz alta. Que o conflito entre duas superpotências fosse transformado em conflito entre sistemas (“comunismo” x capitalismo) já era reducionista, mas apresentá-lo como choque de civilizações, com a obrigatória e automática adesão a uma delas, era radicalmente maniqueísta. Ainda mais se a própria civilização ocidental, “que é a nossa”, também estava prenhe de contradições que nem mesmo o fervoroso fanatismo ocidental de Silva poderia obnubilar. O próprio autor, porém, “dava o serviço”: quanto mais sérias e prementes as ameaças, maior o sentimento de solidariedade; era necessário, portanto, potencializar o medo cósmico que estaria na raiz da sociedade pela ameaça de eliminação pela guerra total atômica.

A sobrevivência da civilização ocidental estaria ameaçada. Sua salvação – ou mesmo o nascimento de outra civilização, cria desta – só seria possível sob a liderança dos Estados Unidos, que, no entanto, não teriam ainda tomado tento das prioridades. Por isso, o general gaúcho pretendia lhes dar conselhos, chamando a atenção para a negligenciada América, e nesta para a centralidade do Brasil. Aqui estariam dadas as condições para salvar o Ocidente por uma experiência de desenvolvimento

socioeconômico dirigido e financiado pelo país mais rico, de forma controlada pelo alto, sem transformações radicais, a se implantar num país importante, a qual teria a potencialidade de elevar o nível de todo o continente. Seria uma demonstração incontestável ao mundo das possibilidades deste regime “democrático” – a palavra capitalista é vetada.

Desenvolvam o Brasil, salvem o mundo!, era o misto de grito de advertência e palavra de ordem em que se uniam nacionalismo e defesa do Ocidente. Um grito tanto mais alto e lacrimoso quanto mais inaudível pela superpotência líder. Assim, a ideia de controle político das inversões de capital, ainda mais do capital estrangeiro, era o delta onde desaguavam suas ideias políticas. Uma *ilusão socialmente necessária* de chegar ao desenvolvimento e à autonomia econômicos pela generosa cooperação da potência dominante (e pela intervenção estatal) que era muito mais ampla que um limite pessoal, tendo sido a ambição de vários ideólogos do regime bonapartista. Ademais, não dizia respeito simplesmente a uma deficiência teórico-metodológica do general, nem a uma cínica estratégia diversionista, mas estava posta na própria realidade.

Aqui, somos remetidos à determinação social do pensamento e, assim, obrigados a fazer um breve desvio, antes de concluir, passando pelo principal dos influenciadores do pensamento de Silva no tocante ao tema recortado. Não temos a intenção de fazer uma abordagem comparativa dos dois autores, senão de apontar razões para Silva não o ter copiado *ipis litteris* e ter apelado ao ecletismo.

A Alemanha de Spengler, por um conjunto de caracteres próprios da sua história – apelidados por Marx de *miséria alemã* – enveredou pelo caminho do capitalismo de forma tardia em relação a Inglaterra, Estados Unidos e França. O atraso histórico gerou uma série de consequências, como a queima de etapas e a coalizão de interesses entre as classes remanescentes do feudalismo e a burguesia em ascensão. Precavida pelos eventos revolucionários ocorridos alhures, esta optou pelo cômodo compromisso de classe com aquelas, o que lhe possibilitou escapar dos riscos de uma revolução democrático-burguesa – de que poderia perder o controle, por influência plebeia –, mesmo que à custa do controle do poder político efetivo e a expensas da criação de um mundo democrático-burguês à sua imagem e semelhança. Assim, enquanto a burguesia se encarregou de desenvolver a estrutura econômica, abandonou o estado a um governo de estilo bonapartista, que subordinava a própria burguesia, embora atuando em prol dos seus interesses históricos. Esta *via prussiana de objetivação do capitalismo*, mesmo largando atrasada, conseguiu, a seu modo, sucesso: em menos de três décadas o país conheceu um crescimento tão grande que o colocou entre os mais desenvolvidos em nível mundial, logrando um desenvolvimento industrial rápido e completo e forcejando,

via guerra, seu ingresso no rol dos imperialistas. O descolamento entre política e estrutura econômica suscitou ideologias que vinham legitimar intelectualmente essa contradição, apontando-a como uma forma mais alta de desenvolvimento, típica da cultura alemã, contra a vulgaridade da civilização ocidental com que lutava pelo domínio imperialista. Nesse mister, enalteciam a guerra e pleiteavam do estado o controle dos elementos cegos da economia, já que ali o aprofundamento do desenvolvimento capitalista se dissociava do progresso social.

A Alemanha dos séculos XIX e XX é, por essas suas particularidades, caracterizada por Lukács como o país clássico do irracionalismo, onde este se desenvolveu das formas mais variadas e extensas. No quadro de uma ampla crise e no pessimismo de um continente recém-saído de uma guerra imperialista destrutiva, surgiram teorias da história ambiciosas e preditivas, que vaticinavam para breve a chegada de uma sorte de apocalipse político, elas próprias sintomas da crise: “A filosofia da história é o avesso do prognóstico revolucionário.” (KOSELLECK *apud* SILVA, 2008, p. 13) Spengler foi o mais bem-acabado representante dessa tendência, motivo pelo qual é, aqui, tomado como ponto de referência. Assim, a concepção spengleriana, segundo Lukács, tinha caráter consolador, ao pretender que a história é cíclica e que os círculos culturais sempre passaram por perigos semelhantes aos do presente, mas que, ao mesmo tempo, “cada cultura murió de su muerte ‘natural’, causada por el agotamiento de la vejez, por el anquilosamiento de la civilización” (LUKÁCS, 1972, p. 382). Era um pensamento reconfortante diante do espectro da revolução comunista com que se defrontavam, de um lado, e do capitalismo financeirizado, de outro.

Já Golbery do Couto e Silva, situado no Brasil, tinha tarefas ainda mais complexas de que dar cabo. Sinteticamente, o país objetivou o capitalismo industrial hiper-tardamente¹³, mesmo em relação aos países tardios. Sua burguesia, como a alemã do século XIX, não foi capaz de realizar suas tarefas políticas – liberalismo, direitos humanos e do cidadão, democracia –, conciliando com os representantes da economia agroexportadora, com os quais compartilhavam origens – e excluindo a participação das massas trabalhadoras e populares dos processos decisórios e do desfrute dos produtos de uma nova era histórica. A classe dominante brasileira, fraca e conciliadora, nunca foi autônoma, subordinando-se à dos antigos países metropolitanos e, posteriormente, à estadunidense, sendo, portanto, caudatária, incapaz, por iniciativa e força próprias, de reagir à dominação imperialista. Manteve, por isso, uma

¹³ Um debate seminal e precursor sobre as semelhanças e disparidades entre os caminhos alemão e brasileiro de objetivação do capitalismo, ao qual remetemos os interessados, está disponível neste número de *Verinotio* (cf. CHASIN, 2019, pp. 131-65).

férrea dominação sobre as classes subordinadas, a qual lhe permitiu inclusive perpetuar uma superexploração de sua força de trabalho impensável em outros lugares. Mas esta burguesia não pôde cumprir nem mesmo seu papel econômico, cabendo ao estado fornecer, direta e indiretamente, as condições básicas para o arranque do processo de industrialização. Formou-se, por conseguinte, um capitalismo atrofico, que nunca poderia ser igual ao seu congênere europeu.

Como não poderia deixar de ser, surgiram aqui também ideologias legitimadoras desse estado de coisas, as quais, mesmo contendo diferenças entre si, são comumente agrupadas sob a designação de *pensamento conservador*. Reunindo autores como Oliveira Vianna, Alberto Torres, Azevedo Amaral, Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Gilberto Freyre, entre outros, este tratou de refletir sobre a incapacidade das classes proprietárias de pôr-se acima de seus interesses mesquinhos, a fim de impulsionar a nação, e propôs-se a formar as elites nacionais. Também analisou, de seu viés ideológico, a especificidade da formação nacional, identificando uma inadequação ao liberalismo, o qual deveria ser superado nos moldes em que existia no mundo ocidental. Sem jamais pôr em tela a superação de nossa miséria por uma democracia do trabalho, propugnava uma interpenetração entre os valores da modernidade ocidental e aqueles da nossa tradição histórica, numa verdadeira revolução conservadora.

É no interior desse debate que se imiscui o autor em análise neste artigo. Sua proposta era realizar as empreitadas econômicas abandonadas pela burguesia nacional, histórica e estruturalmente débil para impor sua autonomia e cumprir suas tarefas históricas, o que acabava encobrendo e justificando a subsunção ao capital internacional. Sua pregação por um regime que realizasse uma acumulação de capital, distribuísse renda criada e ainda preservasse as liberdades públicas – com todos os limites e contradições aí contidas – mostrava-se inviável para o capital atrofico. É onde entrava a ilusão de uma modernização conservadora pleiteada em clara associação com os interesses multinacionais, mas alardeada e pretendida como importante fator para a soberania nacional e, portanto, uma das afixadoras da segurança nacional e do projeto de construção do Brasil-potência. Este, embora tenha resultado numa complexificação da estrutura econômica nacional, só o fez à custa da reiteração e aprofundamento das mazelas da *miséria brasileira*.

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. Cultura; Civilização. In: *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *O satânico Dr. Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- BARROS, José D'Assunção. Arnold Toynbee e a história comparada das civilizações. *Biblos*, Rio Grande, 23 (1): 219-29, 2009.
- BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. *O realismo de Golbery*. Itajaí: Univali, 2002.
- CARLI, Ranieri. *Ética, moral e ordem: a crítica de Nietzsche e Durkheim ao sujeito ético*. Campinas: Papel Social, 2017.
- CARVALHO, Thiago Bonfada de. *Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do general Golbery do Couto e Silva*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- CHASIN, J. *A miséria brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.
- COVRE, Maria de L. Manzini. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático 64-81*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DURKHEIM, Émile. “Solidariedade mecânica”, “Solidariedade orgânica”, “Preponderância progressiva da solidariedade orgânica”. In: RODRIGUES, José. A. (Org.) *Durkheim: sociologia*. S. Paulo: Ática, 2007.
- FERREIRA, Oliveiros. *A Geopolítica do Brasil revisitada*. *Revista Política e Estratégia*, São Paulo, Convívio, v. II, n. 4, 1984.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- GOMES, Augusto Patrini Menna Barreto. *O conceito de história em Oswald Spengler*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- LUKÁCS, G. Introducción; I; 2.1; 4.4. In: *El asalto a razón*. 3. ed. Grijalbo: Barcelona/México, 1972.
- LUZÓN, José L. El concepto de desarrollo en Arnold J. Toynbee. *RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, BA, ano III, n. 4, pp. 49-60, jul. 2001.
- MELLO, Leonel I. A. Golbery revisitado: da democracia tutelada à abertura controlada. In: MOISÉS, J. A.; ALBUQUERQUE. *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Ed. da Universidade da Amazônia, 1997.

NASCIMENTO, Luiz H. F. do. *O Ocidente como ideal, propósito e programa: a ESG e a geopolítica do Brasil de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação (mestrado) apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty*. São Paulo: Global, 1981.

SPENGLER, Oswald. Introdução. In: *A decadência do Ocidente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981a.

_____. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981b.

SILVA, Leandro Assunção da. *A ideia de ocidente em Oswald Spengler*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

Como citar:

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. Ocidente e história em Golbery do Couto e Silva. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 392-443, nov. 2019.

Data do envio: 1 set. 2019
Data do aceite: 31 out. 2019

O demiurgo da construção nacional: o pensamento industrialista de Azevedo Amaral¹

Maria Aparecida de Paula Rago²

Resumo:

A construção da moderna sociabilidade capitalista brasileira trilhou um caminho particular, nas primeiras décadas do século XX, em que uma situação de complementaridade e contradição estrutural entre o historicamente velho, representado pelo latifúndio agroexportador, e o historicamente novo, desempenhado na figura da indústria, resultaram no desenvolvimento social tardio e atrófico de nossa realidade. O entendimento dessas contradições histórico-sociais se transformou em fonte de preocupação para o pensamento de natureza autocrático e o pensamento crítico nacional. Entre os representantes burgueses da primeira corrente, merece especial atenção, os assim chamados “construtores da ordem”, cujos representantes, em que pesem algumas diferenças, esquadriharam soluções modernizantes que tinham em comum o conservadorismo. Nessa esfera, encontra-se Antônio José de Azevedo Amaral, industrialista, defensor do “estado autoritário” intervencionista promotor de uma “renovação conservadora” sob a liderança de Getúlio Vargas. Este artigo pretende analisar as principais características das formas conservadoras do pensamento social no Brasil nas primeiras décadas do século XX e, em especial, os traços distintivos do pensamento industrialista de Azevedo Amaral.

Palavras-chave: Azevedo Amaral; autocracia burguesa; capital atrófico; pensamento conservador; industrialismo.

The Demiurge of National Construction: Azevedo Amaral's Industrialist Thought

Abstract:

The construction of the modern Brazilian capitalist sociability has followed a particular path, in the first two decades of the twentieth century, in which a situation of complementarity and structural contradiction between the historically old represented by the agro-exporting land property, and the historically new, played by the industry figure, resulted in the late social and atrophic development of our reality. Understanding these historical and social contradictions has become a source of concern for

¹ Trechos modificados de: RAGO, Maria Ap. de Paula. *O demiurgo da construção nacional: a ideologia industrialista de Azevedo Amaral*. Dissertação (Mestrado) apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993

² Doutora, professora da FEA-PUC/SP.

autocratic and national critical thinking. Among the bourgeois representatives of the first thought tendency, the so-called “builders of the order” deserves special attention, whose representatives, in spite of some differences, outline modernizing solutions that had the conservatism in common. In this domain, we can find Antonio José de Azevedo Amaral, industrialist, defender of the interventionist “Authoritarian State” promoter of a “conservative renewal” under the leadership of Getúlio Vargas. This article aims to analyze the main characteristics of the conservative forms of social thinking in Brazil in the first decades of the twentieth century and, in particular, the distinctive features of Azevedo Amaral's industrialist thinking.

Key words: Azevedo Amaral; bourgeois autocracy; atrophic capital; conservative thinking; industrialism.

Introdução

É relativamente comum para boa parte da historiografia brasileira situar as décadas de 1920 e 1930 como um ponto de inflexão no processo da formação econômica social nacional³. Responsável pela efervescência de ideias o tema central foi a busca de uma via singular para o enquadramento da velha ordem nacional ao “mundo civilizado”.

No centro do debate, produzido naquele momento de ruptura, problematizavam-se os direcionamentos e a configuração a ser assumida por nossa identidade nacional e a questão da hegemonia de classe.

Na formação do socio-metabolismo do capital na história brasileira, a modernização conservadora criou um cenário de contradições pautado na conciliação entre os interesses agrários exportadores e o capital industrial, o que acabou gerando restrições para a constituição do sistema produtivo propriamente industrial. Diante de uma situação dessa natureza, o advento da industrialização se fez nos limites impostos pela posição dominante do complexo agroexportador cafeeiro com forte intermediação comercial-financeira do capital internacional imperialista.

A sociabilidade brasileira constituiu-se, portanto, no interior daquela conciliação em que foi determinante a cumplicidade com o atraso sócio-político, adentrando, então, na modernidade de modo descontinuado e retardatário.

³ A produção intelectual do período foi emblematicamente representada pelas obras de Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala*; Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*; Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*; que segundo Antonio Candido “parecia exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo” (CANDIDO, 1999, pp. 9-11).

Nos três primeiros decênios do século XX, assiste-se a um conjunto de transformações que levou em parte a remoção de certos aspectos dos quadros econômico, político e social vigentes. Marcado pelas contradições advindas de nossa formação histórica, esse período converteu-se em fonte de preocupação tanto para o pensamento autocrático como para o pensamento crítico nacional⁴.

No campo da resistência à modernização capitalista tais reflexões mobilizavam um largo espectro ideológico que, em linhas gerais, contrapunha a proposta de duas facções: os agraristas e integralistas, de um lado, e de outro, os defensores de uma nacionalidade ancorada na produção industrial racionalizada. No campo da resistência à modernização capitalista tais reflexões mobilizavam um largo espectro ideológico que, em linhas gerais, contrapunha a proposta de duas tendências: os agraristas e integralistas, de um lado, e de outro, os defensores de uma nacionalidade ancorada na produção industrial racionalizada.

No plano dos agraristas, encontramos o “tradicionalismo moderno” de Oliveira Vianna e sua defesa aos interesses da grande propriedade rural, enquanto o integralismo de Plínio Salgado da AIB, preconizava uma sociabilidade imaginária de pequenas propriedades agrárias e insignificantes unidades fabris, numa proposta que Astrojildo Pereira chamou de “utopia reacionária”, em seu célebre *Manifesto da contrarrevolução* de abril de 1931. Mais do que uma forma mimética do fascismo europeu, porque não possuía as mesmas condições históricas, o “Rumo à terra” da *ideologia curupira*, tinha raízes na herança tradicionalista e traços da doutrina social da Igreja. Era, portanto, uma forma de crítica romântica à um capitalismo industrial incipiente.

Os “demiurgos da ordem”, a par de algumas diferenças, foram unânimes em reunir soluções que apontavam desde o itinerário político até propostas econômicas rumo à modernidade, mas que tinham em comum o viés conservador.

Nesse campo, destaca-se o ensaísta e jornalista carioca Antonio José de Azevedo Amaral (1881-1942), ideólogo singular da corrente industrialista, partícipe do intenso debate teórico dos anos 1930 que se posicionava sobre os rumos da construção da identidade nacional. Apesar de formar-se em medicina, quase nunca a praticou, exercendo outras

⁴ Caio Prado Jr. seria o representante mais ilustre entre outros do pensamento crítico nacional. Em sua lucidez permanente atestava o inacabamento de nossa modernização retardatária. Na ocasião quando protestava contra o fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que presidia em 1935, afirmava: “O nosso mal é profundo, é medular. Precisamos extirpá-lo se queremos ser uma nação digna deste nome. O Brasil é sem mais nem menos, um país precocemente decadente” (PRADO JR., *A Platéia*, 26 jul. 1935). No entanto, não cabe nos limites desse artigo, a discussão da vertente marxista do pensamento social brasileiro.

atividades profissionais, fundamentalmente o jornalismo. Como ensaísta e jornalista cidadão, estava vinculado a um dos setores de ponta do campo ideológico, o das comunicações participando da grande imprensa⁵.

Azevedo Amaral buscava, a partir do entendimento da constituição da “evolução nacional”, identificar os entraves reais ao progresso brasileiro, cuja superação levar-nos-ia ao encontro de nossa verdadeira identidade nacional. Em outras palavras, expressando com nitidez as perspectivas de uma burguesia industrial tardia e subordinada ao imperialismo, este ideólogo defendia a ideia de que a constituição de nossa nacionalidade seria alcançada quando o Brasil atingisse um novo padrão de modernidade – o “*neocapitalismo de massas*”.

As formulações teóricas realizadas por Azevedo Amaral possibilitam o entendimento, a partir da raiz social que as instigaram, dos dilemas econômico-sociais brasileiros vividos então, bem como permite vislumbrar a *forma* como o resultado de suas indagações foi apropriado pelos segmentos de classe que representava.

Após o golpe de estado de 1930, os traços identificados no ideário do autor são próprios da fração autocrático-burguesa bonapartista de uma formação histórico-social tardia e subordinada, bem como sinaliza como tema central dos debates a busca de um caminho singular para o enquadramento da velha ordem nacional ao “mundo civilizado”. Nosso empenho aqui reside na investigação desse “perfil de conteúdos” que se explicita nas perguntas e respostas dadas por Azevedo Amaral em sua propositura de industrialização e modernização para o Brasil. Certamente, seu projeto nacional – ainda que não se constitua de modo sistematizado assim como o de Roberto Simonsen (cf. VIEIRA, 1987) – “acha-se nutrido, informado, plasmado e dirigido precisamente por este solo” (LUKÁCS *apud* CHASIN, 1999, p. 76) – por uma forma particular de constituição da sociabilidade com os determinantes histórico-sociais produzidos pela *via colonial* de objetivação do capital em nossa formação histórica.

É sabido, desde Marx, que o processo de desenvolvimento das sociedades regidas pelo capital se faz por meio de um desenvolvimento desigual e combinado.⁶ Há que reconhecer que “a mundialização do capital

⁵ Azevedo Amaral, começou sua carreira colaborando no *Jornal do Comércio*, *A Notícia* e no *Correio da Manhã*, sendo inclusive correspondente deste último, durante a I Guerra, em Londres. De volta ao Brasil, em 1916, assumiu interinamente a direção do *Correio da Manhã*, só saindo para fundar o *Rio-Jornal*. Trabalhou como redator-chefe de *O País* e fundou ainda *O Dia*, com Virgílio de Melo Franco.

⁶ O entendimento de tal problemática se funda sobre os múltiplos modos determinados de ser e ir sendo do capitalismo e se desenvolvem em campos particulares da própria universalização do capital como é tratada por Marx e Engels em sua teoria do desenvolvimento desigual. A partir da sucessão de movimentos sociais na Europa, conhecidos como a primavera dos povos 1848, Marx e Engels atuam e tematizam as especificidades sobre o processo do desenvolvimento desigual e combinado do capital. Na “miséria alemã”, Marx caracteriza a burguesia reacionária porque ela associa-se a coroa e

subsume formações sociais distintas e engendra desenvolvimentos desiguais e combinados”, que esta universalização capitalista se põe sob as formas mais distintas e diversas na processualidade histórica. Isto é, as vias particulares de constituição capitalista apresentam-se, assim, numa cadeia de elos desiguais, configurando “espaços característicos da universalidade do capital, porém diferentes e hierarquicamente dispostos, sem o que a conexão entre eles não atenderia a finalidade que os combina” (CHASIN, 1980, p. 41).

Em nossa formação histórica, a estruturação da sociabilidade do capital foi forjada seguindo um caminho particular cujas determinações mais gerais apontam para um processo de uma modernização sem rupturas pautada pela subordinação estrutural, e cuja transformação de nossa realidade não se integralizou efetivamente. É nesse sentido que podemos afirmar que: o historicamente novo paga alto tributo ao historicamente velho.

Esta conciliação entre as categorias sociais representantes do velho e do novo exprime, na verdade, o fato de que a instauração da forma societária regida pelo capital em nosso país se processou sem o processo revolucionário constituinte como assegura Carlos Nelson Coutinho:

Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característica da "via francesa" ou da "via russa", a alteração social se faz mediante conciliação entre o velho e o novo, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo "pelo alto" que exclui inteiramente a participação popular. (COUTINHO, 1974, p. 3)

E ainda, continuava o filósofo baiano, a questão da identidade nacional, em sua complexidade, diz respeito mais às formas materiais do que a aspectos psicológicos ou culturais, pois,

O decisivo é que a falta de identidade, sob seus distintos aspectos, não é uma questão superficial de personalidade ou cultura, mas de forma de vida e, na raiz, um problema que avassala a nível elementar da própria subsistência física dos indivíduos que integram o país. (COUTINHO, 1974, p. 48)

Os desdobramentos dessa forma de ser e ir sendo capitalista na configuração nacional, promoveu ou foi responsável por uma malha societária perversa, marcada em toda sua trajetória histórica pelas mazelas mais odiosas de nossa formação. Das marcas de um passado colonial com a presença de uma forte herança agrarista e escravista à presença contínua da conciliação pelo alto e rearranjos políticos entre classes proprietárias em distintos momentos dos processos de transformação da formação

a nobreza feudal contra a práxis proletária (cf. MARX *apud* COTRIM, 2010. Ver, ainda, LÖWY, 2010).

histórica do país e, em contrapartida, a exclusão permanente justamente dos segmentos despossuídos da população. A essa representação política corresponde uma alta concentração de renda e mando responsável por um universo de miseráveis e desempregados, resultante de nossa estruturação capitalista subordinada e excludente⁷.

Por via de consequência, essa forma de ser do capitalismo no Brasil, que objetiva alcançar o capital industrial sem processo revolucionário-democrático, resulta uma contraposição visceral entre evolução nacional e progresso social “dada a incompletude de classe do capital, do qual não emana nem pode emanar um projeto de integração nacional de suas categorias sociais, a não ser sob a forma direta da própria excludência do progresso social”. E a partir deste inacabamento de classe, da incompletude de classe do capital, é que se põe a impossibilidade de uma sociabilidade que aglutine o conjunto de seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, realizando a única forma que sabe operar através do “exercício autocrático do poder político” (CHASIN, 1980, p. 49). Este inacabamento de classe explica, assim, a impossibilidade da burguesia brasileira de propor e realizar um projeto democrático [revolucionário] para o país devido a incompletude de classe do capital em nossa formação⁸.

Nos dias de hoje é mais do que urgente e necessário compreender esse conjunto de fontes ideológicas de que o poder autocrático burguês se alimenta. Muito embora avaliações dessa natureza evidentemente não esgotem suas fontes, pois o pensamento de direita contemporâneo se transveste de novas fontes criando novos recursos e armas. No entanto, a análise do atual estado de coisas escapa aos limites do presente artigo. Nossa pretensão é bastante delimitada: intentamos aqui, como já anunciamos acima, o exame de um ideólogo representativo da corrente que, na década de 1930, buscava responder sobre a inadequação de uma república democrática da corte liberal, como via de possibilidade de modernização do país.

1. Gênese, desenvolvimento e crise da nacionalidade brasileira

A importância atribuída à compreensão da realidade nacional, no conjunto da obra de A. Amaral, é extremamente significativa. Ainda que esta inquietação possa ser atribuída ao seu cotidiano profissional de

⁷ E passando por uma sequência de transformações “pelo alto” desde a constituição do estado nacional, à formação da República, ao movimento de 1930, de 1945, pelo golpe de 1964, de 1984, ao golpe de 2016.

⁸ “Nós nunca tivemos um radicalismo burguês”, acentua Florestan Fernandes. “As revoluções típicas são a francesa, a inglesa e a norte-americana. As revoluções alemão e japonesa são atípicas, não desencadeiam revoluções burguesas, face à debilidade de suas burguesias” (FERNANDES, 1989, pp. 136-7).

jornalista que o obrigou a pensar em buscar soluções numa dimensão nacional, não podemos negligenciar o fato da grande efervescência do pensamento brasileiro, em geral, frente ao panorama de transformações e indefinições de nossa realidade em meados da década de 1920 e que tem como divisor de águas o movimento de 1930.

Esse momento, de significado singular, encerrava em seu bojo uma crise de proporção internacional e que, ao refletir-se na subordinada realidade brasileira, destacava pontos de inflexão e exigia soluções rápidas e imediatas.⁹ O “encerramento” de um ciclo de acumulação calcado exclusivamente na dinâmica da agroexportadora e a perspectiva da articulação gradativa de uma acumulação capitalista de base industrial no Brasil, inscrevia a necessidade de se buscarem novas diretrizes interpretativas e programáticas para a nossa realidade. Nesse sentido, a tematização da modernização do quadro nacional, uma preocupação comum da intelectualidade brasileira naquele período, aparecia como uma das respostas possíveis à problemática na nossa formação histórico-social. Azevedo Amaral, homem de seu tempo e embebido no caldo de cultura de uma época, engajou-se nesse movimento mais geral como um dos seus intelectuais mais expressivos. Sua produção intelectual pautou-se por uma intensa atividade jornalística, pontilhada de pequenos ensaios até os anos 20, e seus livros – a parte mais significativa de sua obra ¹⁰– datam e expressam uma reflexão pormenorizada desse período singular da história brasileira. Nesse momento, as temáticas, que apareceram de forma embrionária no período anterior, sofreram um adensamento e ampliação, aumentando o leque de preocupações do autor.

Azevedo Amaral, ao tratar da problemática nacional, foi levado a repensar a “evolução” do processo histórico-social brasileiro. Frente ao quadro mais geral, Amaral “diagnostica” a realidade e perspectiva diretrizes para os problemas nacionais. Partidário de uma concepção evolucionista da história, ainda que frisa-se, com forte conteúdo determinista, o intelectual orgânico apontava que o desenvolvimento do processo de adaptação das sociedades e seus organismos políticos e econômicos às determinações peculiares da realidade comporta instantes de avanços e recuos, as individualizações de momentos históricos específicos são partes integrantes de uma mesma “onda progressiva” de elementos constantes, que se deslocam para estágios mais desenvolvidos da “condição humana”.

⁹ Refiro-me à crise de 1929, ápice de um processo de acumulação capitalista que havia sido desencadeado entre 1920-39 nos EUA. Segundo Coggiola, 1929 era uma crise cíclica, mas “diversa de crises anteriores, pois tinha um desenvolvimento, assumia proporções e acarretava consequências inteiramente novas” (COGGIOLA, 2009, p. 160).

¹⁰ Entre os trabalhos mais significativos podemos citar: *Ensaio brasileiro*, 1930; *O Brasil na crise atual*, 1934; *A aventura política do Brasil*, 1935; *O estado autoritário e a realidade nacional*, 1938, entre outros.

Ao refletir sobre a questão da descontinuidade no fluxo do desenvolvimento histórico, no entanto, Azevedo Amaral não descarta, contraditoriamente, a possibilidade das concepções “evolucionistas” cederem o seu lugar às “revolucionistas”. Ou seja, o “revolucionismo” sugere um “neo-humanismo” e a importância da intervenção dos indivíduos nas transformações sociais, sem abandonar o determinismo histórico. Por esta razão, “Não é preciso analisar esse conceito de desenvolvimento histórico, para concluir ser ele equivalente à noção de que o progresso das sociedades humanas se faz para um encadeamento de revoluções e não pelo fluxo contínuo de uma evolução gradual e essencialmente homogênea”. (AZEVEDO AMARAL, 1934, p. 24) No entanto, se a história se apresenta como uma cadeia seriada por descontinuidades em suas formas orgânicas de sociedade, Azevedo indica que ela mantém uma unidade no processo evolutivo da humanidade dada por um “fio unificador”, que aponta para uma etapa superior da evolução ao sentido da história. A etapa superior da evolução da humanidade proporcionada pela modernização da civilização industrial.

Mas, na concepção azevediana, o que vem a ser “revolução”? Para o ideólogo um processo revolucionário está ligado a circunstâncias históricas específicas e depende da intervenção de grandes lideranças ou de grupos dirigentes, armados de um projeto ideológico que perspective mudanças duradouras para toda a coletividade para promover a evolução da humanidade. Ou seja, tem como pressuposto a “ação das elites, que mobilizam as massas populares para os fins por ela visados, de maneira semelhante a que um estado maior mobiliza os quadros de reservistas de um exército” (AZEVEDO AMARAL, 1941, p. 25).

Desse modo, uma “revolução”, segundo Amaral, sempre contém em si uma dimensão conservadora, o que ele denomina de “renovação conservadora” entendida não como um retorno ao passado, mas o resgate as verdadeiras “tradições nacionais”. Em outras palavras, toda revolução autêntica, promove uma “renovação conservadora” e se liga ao sentido da nacionalidade: a civilização industrial. Ficam descartadas assim, as revoluções populares desencadeadas pelas classes subalternas que, segundo ele, ainda promovem processos de natureza destrutivos e violentos com reações próximos da barbárie e do “selvagismo”. É, portanto, de posse desses condicionantes analíticos que a análise azevediana procura o entendimento da realidade brasileira.

1.1. Gênese e desenvolvimento: da colônia à república

Por meio de tais determinações, Amaral busca identificar os pontos de inflexão da nossa história mais ajustados ou não aquele

desenvolvimento que conduziria a um ponto de equilíbrio fim de uma pré-história, mas, também, começo da própria história brasileira, que corresponderia às formas superiores da civilização cujo elemento básico seria a industrialização.

Este sentido está inscrito, segundo ele, nas formas embrionárias dadas na gênese econômica de nossa nacionalidade. A colônia, que se encaminhava progressivamente no sentido de desenvolver a sua própria “Revolução Industrial” nos moldes de um país “civilizado” – com o desenvolvimento da mineração e a possibilidade da criação de uma indústria pesada –, foi bloqueada pela dominação portuguesa. Afirmava o autor:

(...) o Brasil faria sua independência política integrada no círculo da revolução industrial, precipitada pelo uso do vapor como força motriz. Seríamos uma nação emancipada, diante da qual se abririam perspectivas análogas às que prenunciaram aos Estados Unidos uma posição de grandeza como nenhum outro povo atingira nos tempos históricos (AZEVEDO AMARAL, 1935, pp. 128-76).

Ademais, com a vinda da família real e a constituição de um estado fiscal, usurpador de energias sociais e manietado pela dominação inglesa, este poder “parasitário”, exercido sobre nossa realidade, facultou a destinação agrária de nossa formação. Em essência, esta política agia no sentido de interromper o “promissor” desenvolvimento industrial em nosso território. A produção dependia agora das bases precárias da agricultura, responsável durante todo o século XIX pela instabilidade da economia nacional, da moeda brasileira e da fragilidade do Tesouro Nacional. O controle e a condução da organização das forças sociais, ditado pelas forças econômicas, passava para o núcleo dirigente da economia do país naquele momento – os proprietários de lavouras e engenhos destituídos do “espírito empreendedor e organizador, na medida em que viviam no círculo mais acanhado e precário da lavoura” (AZEVEDO AMARAL, 1935, p. 183).

Já no final do século XIX o desenvolvimento econômico brasileiro alcançado como decorrência da inovação agrícola processada pela cafeicultura paulista, vinha se afirmando regularmente, contraditando a organização política do país. A retomada e desenvolvimento da nascente indústria, das estradas de ferro, telégrafo etc., ao criar uma mentalidade que atingiu e modernizou as forças retrógradas de produção, acarretou a necessidade de transformação das estruturas econômicas e políticas em que o país vivia. Evidenciava-se o descompasso entre organismo político cristalizado nas instituições monárquicas e o avanço de alguns setores produtivos na realidade.

De acordo com o autor, o movimento republicano, que assim se põe, buscou eliminar a tendência centralizante do estado imperial, que subordinava os interesses econômicos da nação a querelas políticas, garantindo a autonomia provincial das regiões mais dinâmicas. Este movimento, de raízes exclusivamente econômicas, teria como expressão política e social aquelas forças que buscavam a renovação e pretendiam a retomada do sentimento econômico em nossa evolução. A mudança do regime foi dirigida pelas classes dirigentes da economia do país que buscavam implementar as tendências progressistas desenvolvidas na realidade, porém sob o signo da modernização excludente¹¹.

O pensador carioca ressaltava, no entanto, que se de um lado, a república abriu possibilidades no sentido de um avanço industrial, por outro, possibilitou no nível das instituições políticas, o desenvolvimento da política liberal com seus mecanismos “promíscuos”, que desorganizaram a estrutura produtiva brasileira, base segundo a qual poderiam reemergir “as forças vivas da nação”.

Azevedo Amaral identifica este longo período de desajuste com uma “aventura política”. Isto significa que, desde inícios do século XIX até meados da década de 1930, houve uma mudança de rota e um bloqueio à construção de nossa identidade nacional.

2. Os anos 1920 e 30: o final da aventura e a construção da história

A impossibilidade da I República absorver as diretrizes do movimento que lhe deu origem e desenvolvesse um tipo de estado que impulsionasse na economia brasileira o desenvolvimento industrial – forma social superior de desenvolvimento da humanidade – deveriam ser buscadas na herança das classes agrárias nacionais, segundo Amaral. Esse segmento social, predominante desde o período imperial, permearam a administração política da república, obstaculizando o fluxo contínuo que havia sido detonado na sua gênese.

A *débâcle* de 1929, de proporção mundiais, atingiu de forma fulminante os setores de matérias-primas e produtos agrícolas, interferindo diretamente nas economias que se processavam através daquela forma de produção. Para o autor em tela, o destino da I República estava traçado: da mesma forma que o café lhe dera vida e identidade,

¹¹ Segundo Heloísa M. Starling, no final do século XIX, a palavra “república” representava futuro e sinônimo de modernização e civilização. No entanto, se a república era uma possibilidade concreta no Brasil, ela se realizou de forma “enviesada”. Afirma a autora, “é possível identificar seu traço perverso: a república proclamada em 1889 era uma forma de governo, excludente e sem nenhuma sensibilidade para a questão social. Algo deu errado no nosso desejo de futuro” (STARLING, 2019, p. 192).

também determinara o seu fim, seu principal desdobramento foi a “Revolução de 1930”!

De acordo com Amaral ainda, a crise de 1929 – expressando a própria crise do liberalismo no nível internacional – será determinante para o surgimento de um processo de “renovação conservadora”, que lhe parece não um retorno ao passado, mas um resgate e ajuste à tendência histórica presente na própria realidade brasileira.

A “Revolução de 1930”, por seu turno, em que pese este caráter “renovador”, que buscava reorientar a economia como um todo –, acabou por refletir um conjunto de perspectivas de políticas diferenciadas, abrindo, com isso, um “vácuo de poder”, que retardou e desviou a nacionalidade de seu trajeto natural, pois estavam em contradição com as tendências originárias da nossa história. A Constituição de 1934 seria, para o autor, a expressão cabal dessa multiplicidade de tendências políticas, assim como a tentativa última e frustrada de se efetivar um estado liberal-democrático no Brasil. Adentrávamos uma fase crítica que poderia ser caracterizada como o epílogo daquele desvio de três séculos de nossa trajetória evolutiva.

Nesse passo, é importante lembrar que a leitura azevediana de nossa história possui a peculiaridade de enquadrar em cada momento de seu evoluir o descompasso ou inadequação entre as formas políticas “artificiais” e as virtualidades da organização econômico-social, que se distanciam, nessa disjunção, da verdadeira dimensão de nossa nacionalidade.

Trata-se agora de superar a inadequação das formas políticas artificiais e reengatar a verdadeira dimensão de nossa nacionalidade abandonando a “aventura política” representada pelo advento da república. Ou seja, como debelar as mazelas políticas produzidas sob a égide do liberalismo que afastou nossa formação social de seu verdadeiro curso histórico? Mas, o que vem a ser este “verdadeiro sentido” de nossa nacionalidade?

Na resposta dada por Amaral a tais questões, surge o estado forte e coeso como o instrumento necessário para a superação das mazelas nacionais. Interessa-nos entender como a questão do estado é tecida na lógica conceitual azevediana: de que maneira um processo de transformações profundas em nossa realidade deveria ser e capitaneado por um estado – o “autoritário”, criador e potencializador de medidas que arrancassem a capitalismo brasileiro do atraso em que se encontrava. O desvendamento de tal problemática também contribuiria, de forma singularizada, para o entendimento de uma temática central do pensamento conservador das décadas 1920/30: a apreensão das bases da modernização pelo alto.

Para o ideólogo, o estado possui como fundamento uma dada organização social, com quem mantém estreita relação. A noção de um descompasso ou mesmo de independência não deve existir, pois romperia com a função básica desse organismo, qual seja a de um “aparelho de coordenação e de orientação do dinamismo de uma coletividade” (AZEVEDO AMARAL, 1935, p. 22). A interdependência entre esses dois momentos da sociedade seria, portanto, o princípio regulador da toda manifestação de ordem política e social.

O papel ativo e intervencionista atribuído ao estado – a sua ação catalisadora – somente se realizaria quando esse organismo espelhasse as demandas sociais impostas pela coletividade. Realidades caracterizadas pelo descompasso entre esses planos que a compõe apresentam distorções graves em suas instituições políticas, responsáveis por um tipo de ação obstaculizadora na solução de seus problemas¹². A discussão teórica e formalização da tipologia desenvolvida por Azevedo Amaral a esse respeito ultrapassa, no entanto, os limites desse artigo¹³.

Dentre as diferentes modalidades de estado, o único que possibilita o desenvolvimento da liberdade individual é o tipo econômico, pois é nesta formação que se tem como intuito a promoção da riqueza material e onde se encontram, ainda segundo nosso autor, as condições objetivas para o exercício da liberdade da consciência e o próprio desenvolvimento científico.

Como veremos a seguir, a formulação do “estado autoritário”, tipo de estado econômico, deveria corresponder ao destino próprio de sua formação histórica; com isso, o devido ajustamento entre “realidade” e ação coordenadora do estado, facultaria a verdadeira construção da nação brasileira: impulsão da industrialização e promoção do progresso social.

¹² A questão da interdependência das estruturas organizativas com relação à sociedade, foi amplamente tematizada pela intelectualidade conservadora das décadas de 1920-30. A leitura da crise instaurada em nossa realidade, na angulação de alguns de seus pensadores, tinha como gênese a inadequação do estado à realidade brasileira. No pensamento azevediano, tal temática ocupa papel significativo na montagem de seu arcabouço teórico, ainda que sofra influência do ambiente intelectual de sua época. Como desdobramos, A. Amaral indica que os grandes problemas nacionais têm raiz na profunda dicotomia entre a realidade e o estado, resultando numa ação política incorreta, que não observa as necessidades e determinações inscritas no social a ser coordenado. No entanto, diferentemente de outros autores que reduzem a solução da inadequação do estado brasileiro a uma reforma estrutural no plano jurídico-institucional, nosso autor propõe a estruturação de um estado de tipo novo (o autoritário), com novas funções que ultrapassam os planos indicados, atingindo a economia como solução para uma ação transformadora/modernizadora da realidade.

¹³ O livro *A aventura política do Brasil*, datado de 1935, além de se constituir num extenso diagnóstico da formação histórica brasileira, é referencial obrigatório para entendimento das organizações sociais em geral, e especificamente, do conceito de estado do autor. Ainda que tal problemática tenha merecido atenção em quase a totalidade de obra de Azevedo Amaral, foi nesta em questão, que ganhou tratamento sistemático e pormenorizado.

A correção da “aventura política” que isolou politicamente os fatores econômicos da realidade brasileira só poderia ser resgatada por meio de um estado forte e coeso. Adiantando a matéria, pode-se afirmar que esse estado seria o “estado autoritário”. A formulação dessa proposta no pensamento azevediano passava pela crítica ao liberalismo e ao totalitarismo, que, diga-se de passagem, está presente em todo pensamento conservador brasileiro da década de 1920-30.

3. A construção do “estado autoritário”: crítica ao liberalismo e ao totalitarismo

Azevedo principia a crítica ao liberalismo priorizando no nível dos pressupostos teóricos, a crítica à concepção evolucionista¹⁴ e ao conceito de igualdade presente na concepção de mundo liberal; e posteriormente, ao desajuste do liberalismo frente ao momento histórico vigente. Quanto ao totalitarismo (nazi-fascismo e comunismo), Amaral também oferece um tratamento crítico situando-o como pseudoresposta superadora do liberalismo, uma vez que desvirtua os princípios do conceito de estado. Passemos ao exame sucinto desses pontos, tentando particularizar a crítica azevediana ao liberalismo, tendo em vista inclusive, como salientamos linhas acima, que tal temática se constitui num dos aspectos centrais do debate intelectual dos anos 1930¹⁵.

Amaral indica que a síntese das influências acima mencionadas fez com que o liberalismo se apoiasse no conceito de igualdade formulado em bases falsas, gerando práticas e mecanismos político-institucionais irrealistas. Entre eles, destaca-se o sistema de representação através do sufrágio universal, que promove a ilusão de se verificar a vontade “autêntica” da nação, mas que, no entanto, objetiva o poder político para a defesa dos interesses específicos dos setores que compõe a classe dominante. Para tal fim, multidões de eleitores são manipuladas, dando legalidade à conquista do poder por um dos grupos dominantes.

Isto é, para o autor, esse procedimento liberal comete o “erro igualitário”, toma a verdadeira igualdade, própria do regime democrático

¹⁴ Ainda que em alguns momentos, como mencionamos atrás, o autor se declarasse evolucionista. Percebe-se que ao longo de sua obra, Amaral oscila, de acordo com conveniências, entre evolucionismo, determinismo e abraça ainda posições voluntaristas. No entanto, a possibilidade de intervenção na realidade era visto como possível, desde que na ótica das elites, como uma “renovação conservadora”.

¹⁵ A crítica ao liberalismo constituiu-se em um dos temas capitais dos pensadores na intensa discussão que envolvia os anos 1920/30. Vários autores tais como Oliveira Vianna, Francisco Campos, Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reale, entre outros dedicaram páginas de suas obras a uma acirrada contestação dos princípios liberais vigentes naquele momento.

– a igualdade de oportunidades –, por uma igualdade em abstrato, não levando em conta as particularidades humanas.

Essa determinação tem como desdobramento outro aspecto ainda, a desfiguração do conceito de estado. Primeiramente, o igualitarismo, enquanto matriz fundante do liberalismo consiste num grande equívoco da prática desenvolvida pelo estado liberal, na medida em que descaracteriza a noção de autoridade inerente ao conceito de estado. Afirma o autor:

o erro fundamental de todo sistema igualitário da democracia provinda da revolução francesa foi admitir o absurdo de formas de governo, em que fosse possível a entrega do Poder Supremo a quem representasse apenas o papel de mandatário das massas e executor dócil da sua vontade (...) todas as calamidades (...) decorrem dessa ilusão macabra de que o governo podia reduzir-se à mera delegação dos governados (AZEVEDO AMARAL, 1941, p. 38).

Outro aspecto importante a ser considerado, reside na problemática da representação do estado. Frente à multiplicidade de interesses sociais, o estado no liberalismo seria regulado pelo princípio da neutralidade econômica, enquanto medida de proteção contra abusos entre as diferentes frações da classe dominante e a preservação dos interesses comuns entre estas. Portanto, desvirtua o caráter básico do conceito de estado negando o papel de centro coordenador das atividades de uma sociedade.

Amaral considera ainda, que o pensamento contemporâneo, principalmente na vertente do liberalismo, ressent-se da evolução científica questionadoras do conceito de evolução, bem como do “pensamento revolucionário”¹⁶.

O “revolucionismo”, tanto na ciência como no plano da ação política, descarta os métodos evolucionistas tão utilizados pela “velha escola liberal”. O confronto internacional colocava em prática os “métodos” de intervenção direta defendidos pelo revolucionismo, evidenciando a possibilidades das ações revolucionárias. Para o autor em tela, a expansão da revolução técnico-industrial, a urbanização e o surgimento das massas no cenário econômico e político, resultado do desenvolvimento do “capitalismo de massas”, transformavam o estado liberal-democrático em uma instituição anacrônica e inadequada para

¹⁶ Azevedo chama também nossa atenção para o “espírito revolucionário” que presidia o novo século papel que a “dialética de Hegel veio exercer no desenvolvimento político de nossa época através da obra de Karl Marx” (AZEVEDO AMARAL, 1930, p. 186). Para o autor, Marx colocava “nos próprios homens, enquanto agentes transformadores, a condução da transformação final da sociedade por meio da revolução – fórmula realizadora dos efeitos acumulados no desenvolvimento histórico” (AZEVEDO AMARAL, 1930, p. 187). Isto é, os processos históricos poderiam sofrer alterações e mudanças radicais por meio de uma intervenção racional, sem, portanto, ficar à mercê de um esquema evolutivo.

atuar na realidade como centro coordenador das atividades econômicas, políticas e sociais.

E como Amaral identificava a inadequação do liberalismo no cenário nacional?

Num primeiro momento, a proposta liberal, que tem como fundamento estabelecer a vontade geral, encontraria dificuldades diante da própria conformidade brasileira. Aponta nesse sentido a imensidão de nosso território, a diluição e desarticulação econômica e social da população impossibilitada de uma leitura da problemática nacional, e o imenso número de analfabetos que não apresentavam condições mínimas para votar.

Com isso, frente a essas variáveis tão diversificadas, uma eleição firmada no sufrágio universal tenderia invariavelmente falsear a realidade, não avaliando de forma verdadeira a “vontade geral da nação”.

Outro ponto em que o autor sustenta seu antiliberalismo é o fato de que, ainda que fôssemos uma nação e nos constituíssemos enquanto povo, estávamos distantes de formarmos uma nacionalidade¹⁷. Para Amaral, a análise de nossa realidade indicava a existência de um “caldeamento entre as três raças” presentes na formação do país perfazendo uma etnia. No entanto, não poderia afirmar o mesmo quanto ao caldeamento cultural, pois persistiam na essencialidade os valores das culturas europeias, africana e ameríndia.

Resta-nos ainda indicar que Amaral apresentava como prova mais significativa da incompatibilidade da prática democrático-liberal, na realidade brasileira, a eleição para a Assembleia Constituinte de 1933. Essa havia sido realizada em circunstâncias favoráveis para seu pleno êxito, reunindo a “vontade das massas eleitorais expressa pelas urnas”. No entanto, para o autor, o produto dessa assembleia, o estatuto político de 1934 “é um monstro em que (...) se amalgamaram em verdadeiro pandemônio ideológico as doutrinas mais contraditórias, as tendências mais antagônicas e os pontos de vista mais irreconciliáveis” (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 74).

E quanto ao “totalitarismo”¹⁸, como o autor realiza sua crítica?

¹⁷ Aqui caberia fazer um reparo: a formação de nossa nacionalidade é um tema que percorre a totalidade da obra azevediana. No entanto, em 1934, ao escrever *Brasil na crise atual*, Amaral constatou pesarosamente que a “Revolução de 1930” não havia conseguido reintegrar nossa realidade ao destino de sua nacionalidade. Esta questão acabou sendo resolvida em 1937, com a efetivação do estado autoritário promotor das condições ideais para a realização dessa necessidade nacional.

¹⁸ Se, como vimos, na posição marxiana, o estado é sempre usurpação de energias sociais, “excrecência parasitária” que possui seus conteúdos conformados pelas contradições sociais; o combate às concepções ontológicas de Marx, ensejaram um construto típico-ideal, o “totalitarismo”, tanto para o nazismo como para o estalinismo. Este universal abstrato pinça alguns elementos empíricos para lhe dar veracidade histórica. Separam o estado de sua forma estrutural que é a orgânica militar-policia, terrorista, a serviço do

Azevedo Amaral ao tratar da questão do totalitarismo, pondera a existência de uma tendência universal contemporânea – levando ao extremo a hipertrofia dos órgãos executivos e administrativos que acabava sendo exercida de forma ditatorial, e a sua extensão a todas as esferas do social, significativamente na produção. Inclinação essa peculiar à etapa da civilização onde o estado se põe como “centro coordenador das energias coletivas”. A abordagem do autor sobre as primeiras formulações do estado totalitário – a análise do bolchevismo, do fascismo e do nazismo – buscava entender estes fenômenos enquanto tipos específicos que expressavam a ultrapassagem do liberalismo fracassado. O caso alemão como outra componente desse processo iria somar-se a essa análise somente em 1934¹⁹.

Azevedo busca demonstrar que a questão da autoridade, central na atualidade, não é entendida de forma adequada pelo estado totalitário. Ainda que esta formulação ao fazer a crítica ao liberalismo reponha a autoridade como traço indissolúvel do estado em geral, o faz de forma enviesada. Ou seja, o estado totalitário acabava cometendo a mesma falha que o liberalismo quanto ao entendimento e prática da autoridade, porém o faz com o sinal trocado. Se no liberalismo, o talhe igualitarista ausenta e

capital. Segundo esta posição ideológica, a violência não é um fenômeno político. Da Revolução Francesa, esses intelectuais orgânicos do sistema do capital capturam o jacobinismo com a emergência de líderes populares fanatizados que se dizem os representantes dos interesses materiais das massas. Hannah Arendt ao separar o mundo do trabalho da ação política, uma vez que as atividades da “condição humana”, “labor” e “trabalho” não podem jamais penetrarem à esfera pública, pois na ação política, os interesses plurais se conjugam numa liberdade pactuada e aceita por uma comunidade. Segundo Vitor Sartori, “Há na teoria de Arendt um combate à noção segundo a qual o homem faz sua própria história e pode tomar conscientemente seu destino em suas mãos. (...) para a autora, conceber a ação humana em termos de atividade teleológica seria permanecer em um campo essencialmente violento, portanto. E tal forma de raciocinar, aplicada à história seria nefasta. Isto, porém, é, para Arendt, justamente o que teria ocorrido depois das revoluções industrial e burguesa nas quais, para ela, ‘foi possível começar a falar em *fabricar o futuro* e construir e aperfeiçoar a sociedade como se tratasse da fabricação de cadeiras e da construção e reformas de casas’. Veja-se que a esfera produtiva (grosso modo, composta pelas atividades do labor e do trabalho) seria essencialmente instrumental e violenta para a autora. E se tal violência passasse para a história, os resultados seriam catastróficos.” (SARTORI, 2010, p. 532)

¹⁹ A Alemanha passa a ser examinada por Azevedo Amaral em 1934. A análise do estado alemão passou a fazer parte de suas preocupações somente após Hitler ser nomeado chanceler da Alemanha, em 1933. Em sua obra *Brasil na crise atual*, de 1934, o autor afirmava que a situação criada na Alemanha com a projeção do nazismo, não possibilitava ainda especulações futuras para os acontecimentos do III Reich. Em sua obra *Hitler*, Ian Kershaw dispõe: “Em janeiro de 1933, Hitler tinha um movimento organizado com as ideias nazistas de cerca de 13 milhões de adeptos e o empresariado alemão com o barão Kurt von Schröder, banqueiro de Colônia, pode articular a fração burguesa de apoio a Hitler”. Em continuidade, acrescenta que: “Os grupos dominantes não tinham o apoio da massa para maximizar sua ascendência e destruir de uma vez por todas o poder dos trabalhadores organizados. Hitler foi trazido a fim de fazer esse trabalho para eles. (...) A subestimação de Hitler e de seu movimento pelos articuladores do poder foi o *leitmotiv* das intrigas que o alçaram ao posto de chanceler!” (KERSHAW, 2010, pp. 281-2; 290)

deturpa a autoridade reduzindo o estado liberal a um órgão impotente; a natureza da autoridade do estado totalitário, era exacerbada, altamente compressiva e absorvente, podendo aniquilar a personalidade humana. Assim:

(...) o que define o totalitarismo, no sentido peculiar que a essa expressão lhe deu o fascismo, não é, portanto, a extensão do poder estatal, mas a natureza compressiva... aniquiladora da personalidade humana, que imprime às instituições um aspecto repelente, tornando-as tão incompatíveis com todos que prezam a dignidade do espírito (AZEVEDO AMARAL, 1938, pp. 170-1).

4. O estado autoritário: intervencionismo e industrialização

É a partir dessas considerações críticas ao estado liberal e totalitário que Azevedo Amaral constrói a formulação do conceito de estado moderno também chamado por ele, de “estado autoritário” que levaria ao limite a autoridade característica de toda forma de poder, mas que tomaria para si a incumbência de promover o bem público, através do equilíbrio das esferas pública e privada.

Sendo assim no estado moderno, o autoritarismo enquanto essência da organização estatal e própria da democracia moderna, expressa-se como suporte político do executivo na condução eficiente da totalidade da vida social.

O caráter intervencionista do estado autoritário em Azevedo Amaral, pauta-se no critério da promoção do bem público, demarcando nitidamente o que o social tem o direito de impor ao indivíduo, através do aparelho do estado, e “o que forma a esfera intangível de prerrogativas alienáveis de cada ser humano” (AZEVEDO AMARAL, 1938, pp. 171-2). Ou seja, nessa forma de ser do estado, não haveria

compreensão do indivíduo ou cerceamento das suas iniciativas e atividades... o critério de intervenção do estado no regime autoritário é promover primacialmente o bem público, mas sem comprimir ao reduzir as iniciativa e liberdades individuais além do ponto em que elas entrem em conflito com o interesse coletivo (AZEVEDO AMARAL, 1938, pp. 171-3).

Para Amaral, o “estado autoritário”, através do autoritarismo, suporte político para o intervencionismo, teria a condição para promover e dirigir, técnica e eficientemente, a estrutura produtiva da sociedade, eliminando os entraves econômicos e promovendo a paz social para instauração de uma acumulação capitalista de base industrial. O atraso em que se encontrava a estrutura produtiva brasileira tinha como raiz a economia agrária calcada no latifúndio monocultor responsável não só pelo entrave ao desenvolvimento, mas também pelas mazelas da realidade econômica e política brasileira. O setor agrário, ao priorizar os lucros

advindos do mercado agroexportador descuidou do desenvolvimento de uma base econômica produtiva e da possibilidade de formação de um mercado interno. O peso da agricultura no processo de acumulação capitalista no Brasil foi responsável fundamental pelo atraso e incompletude dos fatores de produção na formação de uma economia nacional e, portanto, em grande parte, pela instabilidade da vida econômica do século XIX, só reabilitada a partir do “ciclo paulista da evolução nacional”²⁰.

Amaral considerava que a adequação da realidade brasileira à sua trajetória nacional pressupõe o fim da “aventura política” e antes de mais nada a adequação da estrutura econômica a um novo padrão de modernidade alcançado pela “evolução do mundo civilizado”, o que chamava de estágio do “*neocapitalismo de massas*”, que só poderia ser atualizado através do instrumento de um estado forte e interventor moderno – o “estado autoritário”. A intervenção desse mecanismo na esfera da produção asseguraria a construção do bem geral, contudo, preservando e permitindo os interesses de grupos e a própria atividade privada²¹.

A crise do capitalismo “individualista” evidenciava a incompetência da economia liberal no atendimento das exigências do progresso, como dos problemas gerados em uma “produção em massa”. Ou seja, no novo estágio da produção capitalista, o alto grau de especialização e produtividade, buscava incorporar as grandes massas da população no mercado consumidor. Na complexificação desse processo produtivo, a limitada liberdade individual ou o jogo das forças econômicas, não se apresentavam como a solução para as questões que brotavam na produção. A necessidade de uma intervenção ordenadora aparece como solução para equacionar e coordenasse às atividades econômicas da sociedade.

A natureza dessa direção poderia, contudo, tomar rumos diferenciados. Ou essa economia dirigida, refletiria o pensamento e a orientação exclusiva do estado, solução adotada pelos estados totalitários; ou então, o estado assumiria a direção da área produtiva, mas asseguraria

²⁰ No entanto, a resolução dessa problemática, indicava Amaral, estaria numa solução de complementaridade entre agricultura e indústria. De um lado o setor agrário que atuaria na produção de matéria prima para a indústria de outro lado, implementaria a produção de gêneros alimentícios, inverter a prioridade da produção agrícola, até então essencialmente exportadora, direcionando-a para o mercado interno.

²¹ Segundo Amaral nada mais ilustrativo para comprovar a importância do papel do estado na economia do que o programa de reconstrução levado à frente por F. Roosevelt, o *New Deal*. O caso americano afirmava a necessidade de um “órgão central e coordenador”, suficientemente poderoso, que asseguraria a intervenção nas atividades econômicas e sociais, garantindo, portanto, o consumo da “coletividade social”. O *New Deal* “destaca-se no mundo contemporâneo como a mais completa e audaciosa experiência planificadora até hoje tentada dentro das configurações do regime capitalista” (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 140).

as iniciativas privadas, resultando numa economia equilibrada, e mantida por um “estado autoritário” e em especial assumida pelo estado do Brasil em 1937.

Outra dimensão enfatizada pelo autor carioca diz respeito à questão da segurança proporcionada pelo estado autoritário ao promover a superação da incipiente economia brasileira através da intervenção cirúrgica no processo produtivo e possibilitando o progresso social. Para Amaral, a miséria seria subversiva, pondo em risco a viabilização das bases de acumulação industrial em nosso país, pois

não é mero acidente fortuito a diferença que notamos entre a maneira como, nas nações de economia adiantada, se desenvolvem as oposições dos interesses sociais sem que precipitem crises violentas, e o modo invariavelmente tempestuoso em que se manifestam análogos choques nos países economicamente atrasados. (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 33)

4.1. Industrialização e capitais internacionais

Ainda que o “estado autoritário” atuasse na totalidade da realidade brasileira, e que a diversidade de problemas de nossa formação fosse grande, o ponto nodal que estrangulava a vida nacional residia na necessidade de um reordenamento econômico. Ou seja, para Azevedo Amaral a questão econômica, da perspectiva da industrialização, assume uma posição de destaque no equacionamento da realidade nacional, o que o distinguia da plêiade de teóricos que em 1930 debatiam os rumos da situação brasileira²².

A questão do progresso material, capaz de superar a miséria brasileira, contudo, só poderia ser equacionada através de um processo industrializatório levado adiante e capitaneado por um estado autoritário e corporativista. Ou seja, a preocupação com a industrialização é uma constante na obra de A. Amaral, o que também o diferencia frente a outros pensadores conservadores. É a partir dela que Amaral reinterpreta a história brasileira.

O diagnóstico da realidade nacional indicava ao pensador carioca que a economia agrária calcada no latifúndio monocultor seria responsável não só pelo entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, mas também pelas mazelas da realidade econômica e política brasileira. A industrialização, como realização do bem comum, apresentar-se-ia como a solução para a erradicação da nossa miséria e garantia para a autonomia política nacional e independência frente a outras nações.

²² Com relação aos integralistas ver: Chasin (1978) e Rago Filho (1999).

A ênfase, assim como a preocupação com a industrialização, atravessava toda a produção teórica azevediana e, portanto, se fez presente desde os seus primeiros escritos. A citação que faremos a seguir, ainda que longa, é primorosa, pois sintetiza todos os elementos levantados por nós:

A organização de um povo só atinge a etapa de desenvolvimento em que se delineiam os traços essenciais de uma nacionalidade, quando no curso do processo sociogênico as formas de produção se tornam suficientemente complexas para permitir à coletividade uma relativa autonomia econômica, habilitando a manter a vida econômica sem estar na indispensável dependência de artigos supridos por outros grupos humanos. (AZEVEDO AMARAL, 1938, pp. 140-2)

Por outro lado, a industrialização promoveria a emancipação econômica e política, elementos necessários na construção da nacionalidade. Isto é:

Realmente, se a ideia nacional envolve o conceito de uma existência autônoma e se toda a independência política, que não corresponde a um estado de emancipação econômica mais ou menos considerado, não passa de situação precária na qual um povo se mantém pela condescendência de estranhos, é evidente que uma sociedade, obrigada a suprir-se fora de seu território dos artigos manufaturados de cujo consumo não pode prescindir, é desprovida dos requisitos essenciais da organização nacional. (AZEVEDO AMARAL, 1938, pp. 140-2)

Assim, para Azevedo a viabilização de um projeto industrialista, elevando a realidade nacional a um patamar superior da civilização, asseguraria a nossa emancipação econômica e independência política e seria responsável, portanto, pela formação de um genuíno organismo nacional.

Como, contudo, realizar um projeto desse porte tendo em vista a enorme carência de investimentos privados? Amaral entendia que o nosso desenvolvimento industrial não poderia prescindir da ampla participação do capital estrangeiro. O afluxo de capitais e mesmo o desenvolvimento das indústrias estrangeiras no país não implicariam em riscos para a integridade nacional. Ou seja, a industrialização subordinada aos grandes centros hegemônicos do capital não seria incompatível com o nacionalismo pretendido, na medida em que através da

introdução de capitais estrangeiros e a cooperação do empreendimento técnico das nações mais adiantadas no nosso desenvolvimento econômico, opera-se no Brasil uma revolução que afeta mais profundamente a estrutura nacional, modificando os traços essenciais e abrindo novas diretrizes no seu dinamismo, que fizera a própria emancipação política (AZEVEDO AMARAL, 1930, p. 160).

Argumentava ainda que o não reconhecimento das oportunidades oferecidas pela “internacionalização das forças capitalistas” aos países em desenvolvimento poderia comprometer seriamente o desenvolvimento industrial do Brasil, na medida em que não contávamos com capital suficiente para implementá-lo autonomamente. Devemos levar em conta, ainda, a inevitabilidade de nossa herança colonial, que não nos legou as bases de uma economia sólida que potencializasse uma acumulação prévia necessária ao enfrentamento da industrialização.

É como ferrenho defensor do capital estrangeiro que o ideólogo conservador alertava para os riscos que o Brasil corria caso assumisse uma postura preconceituosa quanto ao uso do capital e técnica estrangeira. Assim:

As oportunidades inerentes à internacionalização das forças capitalistas estão sendo utilizadas por quase todos os países latino-americanos em escala muito maior que o Brasil, decorrendo daí o risco de nos atrasarmos sensivelmente na marcha evolutiva das nações desse continente. (AZEVEDO AMARAL, 1930, p. 256)

O pensador carioca apontava a existência de posições permeadas de “nacionalismo econômico” que ganharam acabamento e se institucionalizaram na Constituição de 1937, ao restringir a exploração das minas, quedas d’água e fontes de energia hidroelétrica exclusivamente a empresas e pessoas brasileiras, reduzindo, ou até mesmo, inviabilizando a possibilidade da exploração de minérios e de, energia hidroelétrica, elementos essenciais para a expansão da riqueza nacional.

Com esses elementos, achamos que fica esclarecida a posição e importância atribuída ao capital financeiro no projeto de modernização na concepção azevediana²³.

Outro desdobramento da questão do capital estrangeiro diz respeito à captação dos empréstimos no exterior, o que ilustra mais uma vez o papel do estado autoritário no projeto mais geral da modernização.

Como afirmamos, o “estado autoritário” exerce um papel central na análise azevediana, obedecendo a uma tendência contemporânea. Contudo, sua função é coordenar a economia, sendo estranho a esse organismo adotar “função industrial a não ser que os interesses públicos o aconselhem”. Soma-se a isso que tal atitude não lhe é própria, pois

²³ A crítica ao nacionalismo radical e à política de imigração constituíam-se nos dois únicos pontos a cujo respeito Amaral fez restrições à Constituição de 1937. No entanto Amaral concordava com algumas medidas promovidas por esse “racionalismo econômico”. A nacionalização de bancos de depósito e de empresas de seguro, ambos operando com capital produzido aqui, foram elogiados pelo autor. Por outro lado, este dispositivo não abrange os bancos de inversão, que operariam com capital próprio “aplicando-os em empréstimos às indústrias, lavoura e outras formas de atividade produtiva” (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 129).

infringiria a própria Constituição no que se refere às iniciativas privadas. O mais conveniente seria, segundo Amaral, que o capital estrangeiro apontasse aqui através de “aplicação no empreendimento privado”, buscando evitar que o estado suprisse a necessidade de o crédito externo mediante o “sistema de empréstimos externos públicos” sempre mais oneroso.

A nosso ver, a aparente contradição de uma proposta nacionalista que para se viabilizar não pode prescindir do capital monopolista externo deve ser buscada na maneira singular de ser do processo de acumulação e reprodução capitalista no Brasil. Capitalismo que, ao se por tardiamente no caminho da industrialização, sem se livrar das forças agrárias mais retrógradas, gerou uma burguesia autocrática e subordinada que não pode dispensar a ação interventora do estado e a associação subordinada ao capital imperialista utilizando forte aparato repressor contra trabalhadores e camponeses.

5. “Estado autoritário” corporativo e organização do trabalho

Há que se considerar que para Amaral, o desenvolvimento industrial elevou os objetivos sociais da produção, fazendo com que as formas de luta de classe fossem substituídas por formas de cooperação, que buscavam a cooperação entre capital e trabalho. Afirma Amaral: “A organização trabalhista representa, sob o ponto de vista em que os fatos econômicos passaram a ser examinados, um fator tão essencial ao desenvolvimento das atividades produtoras como a sistematização dos recursos do capital”. (AZEVEDO AMARAL, 1930, p. 259).

Naturalmente, o “elogio” à organização trabalhista encobria o anticomunismo presente nesta proposta. Em seu modo de enxergar a realidade, a organização racional do proletariado através dos sindicatos constitui-se no instrumento mais eficaz para barrar o “proselitismo comunista”.

Em suma, para o pensador carioca o sindicalismo, na ideologia trabalhista, não expressaria um conflito de classe. Pelo contrário, sua eficácia poderia ser comprovada pelo do sucesso econômico alcançado em países tal como Inglaterra e Estados Unidos,

onde o máximo de organização trabalhista corresponde ao mínimo da influência comunista, para demonstrar como o intuito de conservação do nosso patronato o deve induzir a animar por todos os meios ao seu alcance a sindicalização do operariado, que com ele colabora na criação da riqueza social (AZEVEDO AMARAL, 1930, p. 261).

A função organizativa dos sindicatos não só despolitizava como também colocava os trabalhadores sob a “proteção” do estado. Postulado

este essencial que, ao garantir a “paz social” asseguraria o andamento do projeto de modernização a ser capitaneado pelo “estado autoritário” na forma corporativo.

Ainda que desde o início de sua obra, em 1930, o autor apontasse como movimento mundial o robustecimento e a intervenção do estado na totalidade da vida social, a temática do corporativismo²⁴ aparecia em sua obra, por meio da análise do caso italiano. O regime corporativo enquanto tendência política, e pensada também para a realidade brasileira, esboçava-se em seus escritos a partir de 1935-6.

Ante ao fracasso do estado liberal, o fenômeno corporativista, assim como o estado autoritário moderno, aparece como exigência contemporânea, universal, para ordenação da economia, não se constituindo, portanto, um regime político particular²⁵. Como resultado, a noção de estado autoritário foi ganhando contornos mais confluentes com a determinação corporativista. No artigo “Em torno do estado corporativo” (1936) Amaral atenta para a inadequação do regime de democracia liberal nos países latinos, bem como a ausência de condições psicológicas para o seu desenvolvimento. Ou seja, a determinante biopsíquica mais uma vez interferia, indicando o estado corporativo como a forma organizacional mais adequada à nossa realidade, pois,

(...) basta dizer que fora da organização corporativa não é possível, nos países onde as condições psicológicas não permitem o funcionamento das instituições da democracia representativa, na sua modalidade anglo-saxônica e nórdica, organizar a sociedade de forma estável fora do conceito corporativista. A experiência secular do sufrágio promíscuo, redundou nos países latinos, na ataxia política característica do momento atual, com as suas perturbadoras possibilidades de uma escolha entre despotismo e a anarquia. (AZEVEDO AMARAL, 1936, p. 19).

O corporativismo, entendido enquanto tendência contemporânea pode adaptar-se a estrutura de qualquer regime político. Tendo como princípio regulador a “preponderância da coletividade sobre o indivíduo e

²⁴ O pensador carioca apontava que essa orientação econômica, o corporativismo, ganhava concreticidade em nossa realidade através do Conselho da Economia Nacional, criado na Constituição de 1937. Através desse órgão, o Estado Novo ditava as diretrizes da futura ordem econômica a ser desenvolvida: a organização corporativa estabelecida na letra a do art. 61 da Carta Constitucional de 1937. Através desse órgão, o Estado Novo ditava as diretrizes da futura ordem econômica a ser desenvolvida: a organização corporativa estabelecida na letra a do art. 61 da Carta Constitucional de 1937.

²⁵ Amaral indica as obras de Pierre Lucius, *Une grande industrie dans la tourmente: le corporatisme devant les realistes* e de G. Michelis *La corporation dans le monde: economie dirigée internationale*, como dois autores que ressaltam o caráter econômico do corporativismo, como também a universalização desse sistema. Além dos autores citados, Manoilescu também seria uma fonte indicada. O livro *O século do corporativismo*, traduzido e apresentado no Brasil por A. Amaral, constituiu um dos pilares centrais sobre o assunto.

do bem público sobre os interesses particulares de cada membro da sociedade”, o corporativismo só encontraria incompatibilidade com a democracia liberal (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 124). Para ele, o corporativismo não só não se adaptaria ao liberalismo no plano político, como em sua expressão na esfera da produção, isto é, no “regime capitalista da época ultraindividualista”.

Diferentemente, o capitalismo na atualidade, isto é, o “*neocapitalismo*” com o crescente desenvolvimento da “técnica industrial” e conseqüentemente a produção em massa, expressa os fundamentos corporativistas. Nessa fase, os interesses individuais, assim como as organizações privadas, encontram-se articulados e coordenados em prol de uma finalidade comum.

Segundo Amaral:

o neocapitalismo (...) foi forçado pelos imperativos das condições inerentes à sua própria natureza, a tomar como característica mais significativa de sua fisionomia um sentido nitidamente corporativista, [em síntese o] (...) neocapitalismo contemporâneo (...) bem pode ser qualificado de capitalismo corporativista (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 125).

Ainda que o “estado autoritário” nacional tivesse como diretriz a organização da economia em um regime corporativo, Amaral ressaltava o caráter indicativo da Constituição de 1937. Na verdade, a Carta estadonovista mais orientava o sentido da economia do que estabelecia programas concretos. Estes deveriam ser construídos através das experiências históricas.

O autor, ao propor o viés corporativista na estrutura do “estado autoritário”, buscava enquadrar a realidade econômica brasileira nos moldes de um capitalismo mais avançado, o *neocapitalismo*. Ainda que o corporativismo fosse uma característica de uma economia altamente desenvolvida, ao inverter os termos dessa equação Amaral buscava instaurar a modernidade numa realidade onde se ensaiavam os traços de uma industrialização. Dessa maneira, o projeto de modernização seria encaminhado “pelo alto”, da maneira mais conveniente para os setores dominantes e sem a interferência das massas. Era possível antever os significados pretendidos por Amaral. Significados, que iam ao encontro, naquele momento, da proposta de projeto de nação desenhado por Vargas.

A temática do corporativismo²⁶ envolve ainda, a polêmica que insiste em reduzi-lo a uma criação do regime fascista. Para Amaral essa era

²⁶ Em sua obra *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil*, Ricardo Antunes critica a constituição da estrutura sindical imposta à classe trabalhadora e a noção do estado corporativista no governo Vargas pós-1930. A historiografia brasileira, em seus termos, não questiona a determinação social e a função do corporativismo na *via colonial* de objetivação do capital no Brasil. Por esta razão, esses estudos não problematizam as especificidades históricas de formações sociais distintas, comparando o capitalismo

uma ideia reducionista e, pelo contrário, a experiência italiana havia corrompido “(...) o sentido da organização corporativista (...) invertendo a ordem lógica das relações entre estado e os sindicatos econômicos e profissionais” (AZEVEDO AMARAL, 1938, pp. 101-23). A ideia corporativista remonta a Idade Média cristã, quando a organização europeia, pautada na solidariedade econômica coletiva, teria sido mais humana e criativa do que a fase inicial do capitalismo. Portanto, o corporativismo ao ser retomado no século XX, transcende enquanto tendência da contemporaneidade se eterniza e ganha caráter universal.

Cabe afirmar o apoio dos católicos brasileiros às posições de Mussolini. Recorrendo ao importante trabalho de Anna Rosa Campagnano, “Para a opinião católica brasileira, Mussolini nada tinha de perverso; ao contrário, por haver conciliado em 1929 a Igreja e o estado pelos acordos em Latrão, por justificar a expansão colonial pela catequese, por combater o comunismo, respeitar – por algum tempo – a liberdade religiosa, manter a ordem e o progresso interno, colhia a admiração e o elogio da hierarquia eclesiástica. (...) É importante lembrar que, até 1942, os grupos de nazistas e fascistas raramente foram importunados pela polícia brasileira” (CAMPAGNANO, 2011, pp. 112-3).

Amaral, feitas essas considerações, afirmava que não poderíamos associar, o estado autoritário brasileiro ao estado fascista pelo fato de ser ele organizado por meio da corporação, ou mesmo de ter como suporte político o autoritarismo. Esses elementos não constituem influência da ideologia fascista no estado brasileiro. De forma enfática:

(...) não seria preciso mais que saber ler para chegar à conclusão de que a Constituição promulgada pelo Pres. Getúlio Vargas em 10 de novembro nenhum parentesco ou mesmo remota afinidade apresentava com os tipos de instituições elaborados sob influência do fascismo (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 93).

De outro lado, a crítica liberal buscava identificar o estado autoritário nacional com o fascismo, em face da tolerância que o governo tinha, naquele momento, com o movimento integralista. Amaral admite mesmo uma aproximação do estado com as “ligações do Sr. Plínio Salgado”. Contudo, essas ligações, justificava, foram de caráter circunstancial. A situação acirrada²⁷ enfrentada pelo país com os “levantes

imperialista italiano e o nosso capitalismo hipertardio e subordinado, como se fossem semelhantes. Sendo assim, elidem as determinidades histórico-sociais, tornando possível a “comprovação” de um corporativismo estatal com as mesmas funções do fascismo e a estrutura jurídico-político-sindical como uma cópia da *Carta del lavoro* de Mussolini. O que não significa, como faz Antunes, em demonstrar o anticomunismo, a violência e o controle desarticulador e repressivo do estado e das classes dominantes sobre as categorias sociais do trabalho.

²⁷ Naquele momento, o país enfrentava um momento de radicalização resultado do aprofundamento das contradições de uma acumulação capitalista retardatária agravada pelo cenário internacional. Foi nesse cenário que no ano de 1934 que surgiu a Aliança

de 35”, assim como a possibilidade de eleições, configurou uma conjuntura na qual não se poderia desprezar apoios, ainda que Vargas não creditasse importância ou mesmo perigo a esse “movimento anticonstitucional”. Portanto, Amaral justificava a aproximação com o integralismo, o “fascismo brasileiro” ou um “tipo de fascismo”, ainda que buscasse demonstrar que esse movimento insignificante, não possuía condição alguma de influenciar o estado autoritário.

A. Amaral, ao pensar o sistema de representação para o estado autoritário brasileiro, fornecendo as condições para a identidade Nação-estado, apontava que a representação indireta, extensiva a toda a população, minimizaria assim, os erros do sufrágio universal. Este sistema ganhou concreticidade com a Carta Constitucional de 1937, onde fica expresso o processo de eleição indireta para a escolha da Câmara Nacional e do presidente. A esse processo indireto foi adicionado o sistema de representação das forças econômicas e profissionais, (estatuto nacional, no art. 58). Ao realizar a análise dos elementos contidos na Constituição, buscou compor o perfil político do estado autoritário brasileiro que ganhou contornos reais com a instauração do Estado Novo a partir do golpe de estado de 10 de novembro de 1937.

Ainda que não fosse produto do sistema de representação direta, o Estado Novo encerraria os princípios norteadores de um estado moderno, autoritário, expressos naquela constituição. Para Amaral, a criação dessa organização política livrou a nação da falência das instituições democráticas, possibilitando a criação de instrumentos que dessem condições para reativar as forças econômicas, desarticuladas naquele momento.

Ao buscar a expressão política das “forças novas da reação”, Amaral refletia a orientação corporativista presente também na economia. Afirmava que a construção de um verdadeiro estado deveria revelar a

projeção da vontade política da sociedade organizada em núcleos sindicais. Eles representam os centros organizados e hierarquizados das energias ativas da coletividade. E deles irradiam os elementos que, como expoentes dessas, energias, vão constituir o órgão de direção autoritária da comunidade nacional (AZEVEDO AMARAL, 1936, pp. 19-20).

Ao buscar a representação política do estado na organização do trabalho e do capital, perspectivava reproduzir as diretrizes corporativas

Nacional Libertadora (ANL), importante movimento de massas, segundo Caio Prado Jr. No entanto, o estado autocrático de feição bonapartista varguista promoveu seu fechamento e abriu a possibilidade para uma “saída” insurrecional a essas insatisfações do momento. Os “levantes de 1935”, além de reunirem setores médios urbanos, populares, insatisfeitos frente a grande crise apontada, contou com o apoio dos militares de esquerda. (Ver: VIANNA, 2007; PRESTES, 2015; MOTTA, 2002; PINHEIRO, 1983; PRADO JR., 1982; entre outros).

encaminhadas no nível da produção, expressando parte de seu projeto de modernização.

A representação da relação entre o capital e o trabalho no plano da organização estatal perspectivava uma “conciliação pelo alto” necessária para que esse organismo comandasse de forma segura o processo de aceleração do capitalismo na realidade brasileira. O processo de acumulação de bases industriais seria totalmente orquestrado pelo próprio estado, que, ao amparar os agentes modernizadores os manteria sob controle. Portanto, assim como o estado criou a economia corporativista, cria também o estado autoritário corporativista.

A carta de 1937 adota o plebiscito, o pronunciamento direto das massas pelo sufrágio universal. Embora à primeira vista, tal procedimento pudesse soar contraditório, havia segundo o autor, situações que envolviam questões nacionais as quais deveriam ser apresentadas de forma simples e direta e sobre as quais a totalidade dos eleitores deveria decidir. Por outro lado, este momento, ao possibilitar “a intervenção das massas dos eleitores na direção da nacionalidade, por meio dos pronunciamentos plebiscitários, servirá para desenvolver nelas a consciência cívica e o autêntico espírito democrático” (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 106).

Outro aspecto de maior importância quanto entre Nação e estado diz respeito aos partidos, elos entre essas duas esferas. Como apresentamos anteriormente, os partidos no liberalismo, na visão de Amaral, buscaram representar, sem êxito, a sociedade em sua totalidade. Diferentemente, o estado autoritário, ao promover a identidade entre esses dois universos, tornou os partidos desnecessários. Assim: “O único partido admissível no atual regime é o partido do estado e, como este se acha identificado com a coletividade nacional, esse partido é constituído pela própria nação” (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 116).

6. Getúlio Vargas e o movimento de “renovação conservadora”

A modernização posta em curso na década de 1930, na esteira do movimento de “renovação nacional”, teve como centro propulsor Getúlio Vargas, que afirmava que todas as transformações sociais ocorridas o foram no sentido da retomada da “estrutura tradicional da nacionalidade”, promovendo o bem-estar social.

Azevedo Amaral analisa o Estado Novo a partir do “instinto da ordem”, expresso no conservadorismo renovador, calcado no “gênio político”, base de apoio de cesarismo e da “ideia nacional” explicitada pelo reencontro de nossas origens. O regime político implantado em 1937 significava a conclusão de uma etapa de nossa história que teve seu ponto

de partida na Revolução de 30. Segundo o autor, o itinerário percorrido até a instauração do Estado Novo foi dirigido com segurança e habilidade por Getúlio Vargas que reunia, em sua subjetividade, o instinto da ordem e o gênio político.

Em outras passagens, apontávamos que a crise econômica instaurada, que atingiu diretamente o café e indiretamente a própria indústria somada à desmoralização e à incapacidade do poder público de atuar corretamente e, ainda, à heterogeneidade ideológica das forças sociais, com componentes exóticos, configuravam uma situação de alto teor anarquizante. Diante dela, Azevedo Amaral preconiza que somente uma revolução conservadora, nos moldes da realizada por Vargas, teria as condições de manter as diretrizes de nossa evolução e chegar a um patamar em que se reconstituísse a nossa própria história. Afirma: “O chefe da Revolução de 30, mobilizou o Brasil (...) visando muito mais proteger a Nação contra o perigo iminente da mais anarquizante desordem que com o objetivo de reajustar o caso da sucessão presidencial” (AZEVEDO AMARAL, 1941, pp. 69; 74).

A década de 1930 foi, portanto, caracterizada por uma política de âmbito nacional promotora da verdadeira reconstrução e que teve em Vargas o seu centro irradiador e enfatizador do desenvolvimento do potencial econômico do país. Nesse sentido, Getúlio teria não só continuado, como aprofundado a política econômica favorável à industrialização, conduzindo-a para uma etapa superior, com o desenvolvimento da metalurgia do ferro, do carvão e do petróleo, indústrias de base, que “formavam o triângulo em que se tinha de alicerçar a estrutura econômica de um Brasil quase autárquico” (AZEVEDO AMARAL, pp. 127-30). Por outro lado, teria buscado também a consolidação da “unidade nacional intentando a eliminação dos regionalismos e projetando nossa soberania”.

A questão da soberania nacional era também um item nas preocupações de Vargas que pretendia uma posição de independência do Brasil frente às outras nações, principalmente as da América. Vargas fora um defensor do pan-americanismo, pensado como agilizador da formação de um grande mercado, no qual pudéssemos não só esgotar os produtos primários e manufaturados, como também suprir nossas indústrias com matérias-primas que não possuíssimos.

Assim, para Azevedo Amaral, Vargas foi o responsável não só pela salvaguarda da nação frente aos descaminhos abertos pela Revolução de 30, como também pela indicação da trajetória superadora das contradições internas e dos próprios riscos a que estava exposta. A noção positiva deste estadista, no entender do autor, foi a de redescobrir as possibilidades

abafadas em nossa história pela perda do sentido nacional e reiniciar a trilha que nos conduziria à grandeza nacional.

O Estado Novo, nessa trajetória ascendente, seria a etapa de reencontro com nossos destinos. Finalizando, com os dizeres do autor:

Ainda bem que o Brasil, antes de ver irremediavelmente assoberbado por problemas insolúveis e perigos inevitáveis, despertou a consciência da realidade nacional e, dentro da órbita do seu passado e do seu presente, adotou uma forma de organização estatal que lhe poderá permitir o desenvolvimento progressivo dos seus recursos potenciais de grandeza. Para assegurar o futuro da nação não basta por certo termos construído o Estado Novo. Mas no rumo que só poderemos seguir pelas normas da democracia autoritária estão as perspectivas da consolidação da nacionalidade, da expansão das suas forças econômicas e do apuro da sua cultura. O golpe de estado de 10 de novembro foi a nossa primeira revolução construtiva (...) (significa) a esperança de estarmos, afinal, no começo da construção do Brasil engrandecido pelo aproveitamento das riquezas e pela expressão autêntica do gênio peculiar do seu povo. (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 161)

Considerações finais

Em sua maioria, a par de algumas diferenças, os pensadores de talhe conservador no Brasil, os assim chamados “demiurgos da ordem”, foram unânimes em indicar um itinerário político rumo à modernidade, pautado, porém por concepções tradicionalistas e conservadoras. Nosso interesse, neste artigo, voltou-se para o entendimento dessa cultura política em sua vertente retrógrada.

Desde logo, pode-se considerar, grosso modo, que o pensamento conservador brasileiro se alinhou em duas grandes correntes que se expressaram pelo delineamento de uma destinação nacional: ruralismo e industrialismo, mesmo que comportassem variadas formas de combinação conciliadora entre estas duas vertentes. Durante as primeiras décadas deste século, os diferentes ideólogos buscaram definir as características de nossa formação histórica, mapeando as causas de nossos males e, configurando projetos de natureza política para responder aos impasses de uma unidade nacional.

No entanto, embora assumissem em comum a modernização da nação brasileira como algo inevitável e a proposta de um estado “centralizado-autoritário” como agente desencadeador desse processo, perspectivavam soluções diferenciadas.

Como vimos, nesse plano destaca-se o conservantismo industrialista na figura de Antônio José de Azevedo de Azevedo Amaral. Sua defesa intransigente da lógica autocrática do capital, constituído

retardatariamente, se fazia necessário por meio da intervenção de um “estado autoritário” que em sua conceituação é entendida como “renovação conservadora”.

Desse modo, Azevedo Amaral via a instauração de um “estado *forte*” como solução para romper os entraves à entificação do capital em sua modernização excludente. Concebia o estado como *demiurgo* da construção e da soberania nacional, agente necessário e responsável pelas transformações exigidas não só pela ordem econômica, como também pela ordem social e institucional.

No discurso azevediano, a elaboração do conceito de “estado autoritário” tem como pressuposto a crítica ao liberalismo e ao totalitarismo, que engloba o nazifascismo e o comunismo. Sua crítica sustentar-se-ia no próprio exame do momento então vivido. No “*neocapitalismo*”, a expansão da revolução “técnica” industrial, a urbanização e o surgimento das massas no cenário econômico e político – resultado desse “capitalismo de massas” – teriam transformado o estado democrático liberal em uma instituição anacrônica, impossibilitada de atuar na realidade como centro coordenador das atividades econômicas, políticas e sociais.

Azevedo Amaral faz ainda uma crítica à organização política e ao sistema representativo do regime democrático liberal, pois se trata de concepção baseada na noção de igualdade dos povos e dos indivíduos que compõe uma dada sociedade e, como também, na filosofia que afirmava a possibilidade de se ter um padrão de estrutura estatal que se adaptasse, indistintamente, a todas as nações com certo patamar de civilização e cultura. Essa “ilusão liberal” não se viabilizaria na medida em que seus supostos eram inexecutáveis e suas condições históricas exigiam adaptações. Essa formulação só seria possível em povos de origem anglo-saxônica, mas, ainda assim, passando por um processo de transformação.

Segundo Amaral ainda, a questão teria se complexificado, pois a par da agonia definitiva do sistema liberal consubstanciada na I Guerra Mundial, nossa própria formação histórico-social impedia o florescimento do sistema democrático-liberal como solução originária e necessária à realidade brasileira. O desenvolvimento de nossa história pautava-se pelo privilégio de soluções artificiais e pela importação de “modelos exóticos” em detrimento de equações assentadas na própria realidade brasileira. Em contrapartida, Amaral apontava que o sentido de nossa formação, assim como a própria constituição do povo brasileiro e a especificidade de seus caracteres biopsíquicos, era avesso a soluções desse tipo, perspectivando a resolução do problema através de equação do tipo elite-massa.

No entanto, Azevedo Amaral não via no totalitarismo – identificado com o comunismo, o fascismo e o nacional-socialismo – a resposta mais

adequada ao fracasso do liberalismo. Apesar dessas formas de organização política terem sido constituídas enquanto respostas críticas ao liberalismo, não passavam de soluções frustradas, transitórias e condenadas ao fracasso. E isto em razão do conceito de “autoridade” – próprio a todas as modalidades de estado e necessário às novas condições econômicas da sociedade contemporânea – apresentar-se deturpado nestas supostas soluções.

A expansão excessiva da autoridade viabilizada nessa experiência não era condenada por Azevedo Amaral. Pelo contrário, o autor aponta essa expansão como decorrência do próprio desenvolvimento do “*neocapitalismo*”. Assim, a degeneração bem como a condenação desse conceito residia na natureza da autoridade assumida pelos estados totalitários: altamente coibidora, absorvente e aniquiladora da personalidade humana.

Assim, a partir dessas considerações críticas tanto ao estado liberal quanto ao estado totalitário, é que Azevedo Amaral constrói o seu conceito de estado moderno, também chamado, por ele, de “estado autoritário”, que levaria ao limite a autoridade, característica de toda a forma de poder, mas que tomaria para si a incumbência de promover o bem público, através do equilíbrio das esferas pública e privada. Além disso, o “estado autoritário”, entendido essencialmente como intervencionista, era a forma mais adequada para o atendimento das necessidades de transformação da realidade nessa nova etapa da civilização, o “*neocapitalismo*”, pois, por meio do esforço do executivo, o estado moderno estenderia sua ação a todas as esferas da atividade administrativa, econômica e social. Assim sendo, frente à falência histórica do estado liberal, a realidade exigia formas de organização que se pautassem pela ação interventora do estado na sociedade. Caberia, portanto, ao “estado autoritário” configurar-se como único modelo de estado moderno.

O autoritarismo, suporte político para o intervencionismo estatal, seria necessário para promover e dirigir, técnica e eficientemente, a estrutura produtiva da sociedade, capacitando o país a adentrar na modernidade, resgatando, assim, os veios de seu destino histórico.

Para o cumprimento da árdua tarefa de intervenção na realidade social, eliminando os entraves ao desenvolvimento econômico e garantindo a paz social, o estado autoritário assumiria a forma corporativista, comportando a expressão direta dos grupos organizados que atuam na produção e distribuição da riqueza, e no desenvolvimento espiritual da sociedade.

De que modo o “estado autoritário” se adaptaria à realidade brasileira? Para Azevedo Amaral, essa adaptação buscaria não só a remodelação da organização política adaptada às condições nacionais, mas

também a própria acomodação desta mesma realidade aos novos patamares da civilização – o “*neocapitalismo*” industrial.

Em suma, ao examinar nossa formação histórica, o autor aponta para o “estado autoritário” como instrumento necessário para organizar o caos em que se encontrava o ordenamento produtivo do país. Ou seja, para superar o exclusivismo agrário, o estado moderno deveria proporcionar elementos que desencadeassem o processo industrial e transformassem, ao mesmo tempo, o próprio aparelho de estado, ainda embebido do ranço liberal, reformando-se.

Assim sendo, o “estado autoritário”, a autêntica forma do “estado nacional”, assumiria o papel de *demiurgo*, construindo e equacionando as condições de desencadeamento do processo de modernização brasileira, calcada na indústria, a expressão mais alta da civilização humana. Por esta razão, para Azevedo Amaral, a formulação do “estado autoritário” forte, coeso e presente em todas as esferas do social não se esgotaria apenas numa reformulação político-institucional. Ou seja, o estado brasileiro, com um sentido eminentemente capitalista, teria que estar instrumentalizado, para lançar as bases do “*neocapitalismo*” e implementar um processo de acumulação que tivesse a indústria como polo dinâmico e a agricultura como elemento subordinado.

Contudo, esse intervencionismo estatal, na concepção azevediana, teria um papel preponderante no processo industrializante, sem, no entanto, anular a ação privada dos próprios capitalistas. Em outros termos, a sua intervenção direta só se faria necessária naqueles setores não atraentes ao capital privado – ou porque a remuneração do capital fosse lenta ou pela própria carência de recursos em áreas que exigissem vultosas quantias, principalmente nos setores de bens de produção.

Assim sendo, o estado enquanto produtor direto na economia é estranho ao ideário do autor. O estado nacional seria, na verdade, apenas o agente modernizador da estrutura produtiva, o *demiurgo* que criaria as condições para a realização desse processo, cabendo-lhe, também, atrair capital estrangeiro e inovação tecnológica para montagem do parque industrial frente à inexistência de uma acumulação interna de capital necessária para esse empreendimento. Para o ideólogo do capital atrófico somente um estado nacional, acima das classes e representando o bem comum, poderia conduzir um projeto dessa amplitude, contendo os interesses divergentes das frações burguesas e o controle da classe trabalhadora.

A ação interventora do estado no nível da economia e do plano institucional gerava também um desdobramento social. Por isso, o estado deveria atuar no sentido de viabilizar uma sociedade mais adequada não só para agilizar como também impulsionar a modernização.

Azevedo Amaral mostrava que qualquer processo civilizatório tinha como motor o “fator humano”. Assim sendo, o avanço e a evolução do processo histórico estariam na razão direta das “aptidões intrínsecas do homem” e das facilidades apresentadas pelo meio ambiente, no que diz respeito às possibilidades do controle humano das forças da natureza. O “elemento humano”, entretanto, seria determinante nessa equação condicionadora da vida social, tanto no aspecto material como no espiritual. Tal tese seria respaldada pelas conquistas da biologia, que mostravam ser as características inerentes às populações, seus caracteres “biopsíquicos”, os determinantes de uma ação sobre o meio ambiente, plena ou não de sucesso, assim como o desenvolvimento de instituições e formas de sociabilidade mais adequadas.

Por estes motivos, o autor admitia a existência de diferenças entre grupos sociais, alguns “mais dotados” do que outros para uma ação que possibilitasse graus e estágios de civilização mais avançados. Ou seja, a marcha evolutiva da humanidade demonstrava que a obra do progresso material e cultural era realizada pela ação de certos grupos sociais portadores de “uma herança racial” inclinada à civilização.

Ademais, o ideólogo estadonovista afirma também que o avanço da ciência e a análise da realidade abrem a possibilidade de se buscar respostas que viabilizariam uma ação mais positiva, solucionadora dos inúmeros problemas de nossa realidade. Assim, a questão racial ganhava amplitude e contorno prático, devendo ser viabilizada enquanto uma política no sentido de construir uma sociedade mais harmônica e desencadeadora de estágios mais avançados de civilização. Sem uma base étnica adequada, tal missão só poderia ser equacionada por um estado forte, que, ao assumir essa incumbência, assegurasse a eficiência e o “progresso dos povos pela seleção consciente dos seus elementos formativos”.

Na realidade brasileira em particular, toda essa questão se agravaria em função do caráter de sua formação histórica, pautada no grande afluxo de correntes imigratórias bastantes heterogêneas. Se, por um lado, nossa composição “biopsíquica” coletiva apresentava uma grande diversidade de “raças”, por outro não indicava uma configuração social com classes distintas, mas sim uma verdadeira “promiscuidade racial”. Nesse sentido, também quanto a essa questão o estado funcionaria como demiurgo, através de uma política calcada nos princípios da eugenia, criando as condições para um reordenamento social mais adequado, viabilizando avanços em direção a graus mais elevados da civilização, eliminando “os caracteres inferiores” de nossa formação. Tal política estaria calcada na negação dos programas assistencialistas e das organizações filantrópicas, entendidas como “agências disgênicas”, garantindo-se assim, em certa

medida, a ação das forças naturais e sociais que contribuiriam para a eliminação de parte dos “degenerados”.

Nesse sentido, esse estado, através de uma política fundada nos princípios da eugenia, deveria não só eliminar e/ou desativar condições de reprodução dos “degenerados seres inferiores”, como também promover a reprodução de elementos superiores e a própria valorização do ser humano na sua totalidade, através dos procedimentos, já indicados, para promover na construção de uma organização social mais condizente com estágios avançados da humanidade.

Outro aspecto dessa política eugênica era a elaboração de um programa imigratório, passível de controlar a entrada de novos elementos para que estes não comprometessem a mescla rática brasileira, favorecendo a construção da identidade nacional. Essa política desencadeada pelo estado acabaria por valorizar o elemento humano. E a prova seria a ênfase no controle das endemias, altamente comprometido devido à falta de verbas para programas sanitários. Como se depreende disso, há uma concepção bonapartista e racista que permeia toda sua visão de mundo

A questão da educação também é considerada como elemento essencial, pois por meio dela capacitar-se-iam indivíduos para o desempenho de funções especiais exigidas e necessárias para o processo de modernização pretendida pelo ideólogo. Frente à precariedade da estrutura do ensino brasileiro, o estado deveria desencadear um processo de educação mais racional, para que cada indivíduo assumisse de forma eficiente e plena sua função no âmbito da sociedade. Para tanto, Azevedo Amaral propunha uma divisão de ensino profissionalizante e ensino das elites. O primeiro visaria a ampliar a capacidade produtora daqueles elementos “menos dotados socialmente”, na medida em que o estágio alcançado pelas sociedades modernas exigia uma maior capacitação humana no acompanhamento da tecnologia. Em sua visão elitista, no que tange ao ensino destinado às elites, dotadas de “maturidade espiritual” e “aparelhadas cerebralmente”, deveria se voltar à formação de quadros altamente gabaritados para a condução eficiente e racional dos rumos da nação brasileira.

Para este *intelectual orgânico* Azevedo Amaral, o desenvolvimento da produção científica possibilitaria o conhecimento da realidade nacional, abrindo caminhos para reformas sociais a serem implementadas através da modernização “dentro da ordem” e levadas à frente pelas elites amparadas na ciência. Elites com condições de imprimir uma racionalidade no meio social. O poder político era, portanto, concebido como atividade criadora e reformadora, que agiriam racionalmente à luz dos conhecimentos científicos. Ou seja, uma política “calibrada” pela

ciência, expurgada do conflito e assentada numa hierarquia social, na medida em que essas mesmas elites eram dotadas de caracteres superiores, devendo, por isso, exercer racionalmente sua autoridade.

Outra função ideológica exercida e paralela a esta questão, o estado deveria também controlar as manifestações populares, colocando a luta de classes numa “camisa de força” para eliminar esta determinação social obstaculizadora da industrialização. Para o ideólogo estadonovista, não se pode perder de vista, que a luta de classes era um dado natural, pois seu conceito de classe pautava-se nos caracteres étnico-biológicos. Na medida em que esse tipo de conflito não poderia ser eliminado, ele teria que ser controlado e reprimido. Ele só seria temido, representando um perigo, quando estivesse fora do controle do estado nacional.

A temática elite-massa no pensamento azevediano possibilita a eliminação do “nivelamento social”, expressando ao mesmo tempo o temor frente à possibilidade de intervenção das massas no processo político, no momento em que se assistia à redefinição da sociedade de classes a partir da industrialização, com a formação de um forte proletariado, que nesse período resistiu com manifestações, greves e a formação da Aliança Nacional Libertadora em 1935.

As colocações acima demonstram a preocupação de Azevedo Amaral com o controle do processo de transformação capitalista em curso no país, com a condução da reforma “pelo alto”, de modo seguro, através das elites apoiadas no avanço científico, afastando os riscos de intervenção popular e de uma possível convulsão social. Daí seu forte comprometimento com a burocracia varguista.

Como consequência, a função histórica de intervir nos rumos da história está reservada às elites – “minorias privilegiadas” certamente ou ao próprio chefe da nação, Getúlio Vargas –, que conduzem a “renovação conservadora” para uma nova forma orgânica do convívio social. Nessa medida, a solução que melhor se adequaria ao projeto de modernização do país seria a edificação de um “estado autoritário” corporativo. O corporativismo foi a fórmula política encontrada por A. Amaral, para desenvolver a subordinação dos interesses particulares conflitantes aos desígnios do “bem coletivo”.

Desse modo, as massas populares, em especial, a classe operária industrial, de per si, não ofereceriam nenhuma saída “construtiva” para os entraves do desenvolvimento histórico em nosso país. Mesmo a burguesia, naquele momento, em decorrência da herança agrarista, estava incapacitada para conduzir o processo de acumulação do capital industrial.

Com estas reflexões, percebemos que a formulação de “estado autoritário” para Azevedo Amaral possuía uma dimensão mais ampla, ultrapassando o significado eminentemente político. O estado pretendido

pelo autor, ainda que com a função explícita de uma grande agência de controle social, teria tal função subordinada à criação das condições de implementação da modernização conservadora, excludente e, portanto, altamente desmobilizadora e repressiva.

Em síntese, o “estado autoritário”, que designamos como um demiurgo, uma espécie de sicofanta do capital, é um organismo que intervém na totalidade social, a fim de criar e coordenar as condições básicas, em uma dada sociabilidade, como a nossa, retardatária e subordinada, sem a qual seria impossível o pleno desenvolvimento do capitalismo.

Em suma, o esforço azevediano em reescrever a história da formação brasileira e nela localizar os veios básicos que matizam o seu destino histórico consoma-se na “revolução nacional” propiciada pelo golpe de 10 de novembro de 1937, com a instauração do estado Novo que confirmava plenamente o acerto de suas formulações sobre a inviabilidade de a democracia liberal imprimir o selo da modernização capitalista no todo nacional.

Segundo suas palavras a “mutação política”, instituída por um golpe, tendo à frente Getúlio Vargas, era construtiva e diferenciava-se da negatividade de uma possível insurreição revolucionária, precisamente por conter e excluir a participação desordenada das massas e por ser conduzida pelas elites “renovadoras”, portadoras de um projeto nacional.

Apenas dois pontos da carta de 1937 Amaral considerava dissonantes com a sua propositura: o primeiro diz respeito à questão do nacionalismo, porque era nítido para ele o cerceamento à entrada de capitais e tecnologias estrangeiras que daí adviria, e o segundo era relativo à política de imigração, que não levava em conta aspectos fundamentais para o enfrentamento da composição racial, o ajuste étnico, necessário para a construção de nossa identidade nacional.

Certamente, Azevedo Amaral divisava como um traço permanente das sociedades as disputas entre posições conservadoras e posições revolucionárias. No entanto, ao assumir a defesa do “progresso brasileiro” e da “civilização industrial” perspectivando a constituição do capital industrial para a efetiva construção da nacionalidade –, propõe uma modernização “pelo alto”.

Em suma, o demiurgo nacional – o “estado autoritário” – deveria, pela nucleação sindical dos proprietários e dos não proprietários, consolidar uma conciliação de classes – por meio de um aparato jurídico – político controlador – direcionando “as forças vivas da nação” para a entificação de um capitalismo, que ainda não possuía as bases industriais, e, portanto, as bases reais para a formulação de nossa *brasilidade*.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO AMARAL, Antônio José. *Ensaio brasileiro*. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930.
- _____. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- _____. *A aventura política do Brasil*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Ed., 1935.
- _____. Em torno do estado corporativo. *Revista Panorama*, São Paulo, ano I, n. 11, nov. 1936.
- _____. *Renovação nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1936.
- _____. *O estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Ed., 1938.
- _____. *Getúlio Vargas, estadista*. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1941.
- ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil*. Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 2. ed. São Paulo: Ensaio/Cortez, 1988.
- CAMPAGNANO, Anna Rosa. *In difesa della razza*. Os judeus italianos refugiados do fascismo e o antissemitismo do governo Vargas (1938-1945). São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.
- CANDIDO, A. "O significado de *Raízes do Brasil*". In: HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CHASIN, José. Sobre o conceito de totalitarismo. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Ed. Grijalbo, n. 1, 1977.
- _____. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- _____. As máquinas param, germina a democracia! *Ensaio*, São Paulo, Ed. Ensaio, n. 7, 1980.
- _____. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Ensaio*, São Paulo, Ed. Ensaio, n. 17/18, 1989.
- COGGIOLA, Osvaldo. *As grandes depressões*. 1873-1896 e 1929-1939. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FERNANDES, F. Constituinte e revolução. *Revista Ensaio*. São Paulo, Ensaio, n. 17/18, 1989.
- KERSHAW, Ian. *Hitler*. Trad. Pedro Maia Soares. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- PINHEIRO, Paulo S. *Estratégias da ilusão*. A revolução mundial e o Brasil (1922-1935). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PRADO JR., Caio. O programa da ALN. *Revista Nova Escrita/Ensaio*. São Paulo: Escrita, n. 10, 1982.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luís Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. *Da insurreição armada (1935) À “União Nacional” (1938-1945)*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. O regresso ao Brasil, a Aliança Nacional Libertadora e os levantes antifascistas de novembro (1935). *In: Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.

RAGO FILHO, A. Posfácio. *In: CHASIN, J. O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. 2. ed. Santo André: Ad Hominem, 1999.

SARTORI, Vitor A. Ação e milagre. Hannah Arendt e a história. *Projeto História*. São Paulo, Educ, n. 41, p. 532, dez. 2010.

SCWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. (Orgs.). *Dicionário da República*. 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucélia de Almeida Neves (Org.). O Brasil republicano v. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VIEIRA, R. M. *O pensamento industrialista de Roberto Simonsen*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade de São Paulo (USP), São Paulo 1987.

Como citar:

RAGO, Maria Aparecida de Paula. O demiurgo da construção nacional: o pensamento industrialista de Azevedo Amaral. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 444-481, nov. 2019.

Data do envio: 1 set. 2019
Data do aceite: 31 out. 2019

Resenha

Nas trilhas da imanência *On the path of immanences*

Vitor B. Sartori¹

Martins, Maurício Vieira. *Marx, Espinosa e Darwin: pensadores da imanência*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017. 301 p.

O livro de Maurício Vieira Martins é o resultado da obra de um autor marxista versado no melhor da tradição filosófica ocidental. No entanto, certamente, não é somente um livro “de filosofia” ou de um “filósofo”. A questão é bastante meandrada e precisa ser explicada, mesmo que rapidamente: se o marxismo vulgar, com seu tom praticista, tendeu a considerar o pensamento marxiano como completamente avesso às temáticas “filosóficas”, certamente teve-se muita unilateralidade no “materialismo dialético”, que deu a tônica do debate soviético. No entanto, houve também uma reação que inverteu – sem superar – tal abordagem unilateral; não raros, por exemplo, foram os autores que propuseram que lêssemos Marx explicitamente a partir das categorias hegelianas e, neste ímpeto, a especificidade da abordagem marxiana – e das categorias usadas pelo autor – muitas vezes se perdeu. Ou seja, é necessário um cuidado bastante grande ao tratar de um autor como Karl Marx: se seu pensamento não é desinteressado e contemplativo, também são muitas as mediações que levam a teoria à práxis e vice-versa. Uma análise que subordine as categorias marxianas a uma abordagem tática do real leva a desconsiderar a trama complexa do pensamento marxiano; e, deve-se dizer: o mesmo se dá quando *O capital* ou os *Manuscritos econômicos-filosóficos* são subordinados às categorias de autores clássicos da filosofia como Hegel, Espinosa e, mesmo que em menor medida, Feuerbach. Dizemos tudo isso para sinalizar algo importante sobre a obra *Marx, Espinosa e Darwin: pensadores da imanência*: ao mesmo tempo em que o Maurício Vieira Martins trata dos meandros da tradição filosófica não marxista, ele, no melhor da tradição da crítica imanente, sabe destacar o caráter ativo dos embates colocados no plano teórico. Ou seja, a obra em referência trata da determinação social (e da função social) do pensamento de um autor e da estrutura interna de uma formação ideal, estrutura esta que envolve a cuidadosa apreensão da diferença específica das categorias do autor

¹Doutor, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e editor-associado da *Verinotio*. E-mail: vitorbsartori@gmail.com.

analisado diante de expoentes da tradição. Não se está diante de uma análise simplesmente filológica, pois. Também não se tem a determinação social do pensamento eclipsando as categorias marxianas, e a diferença específica destas diante de pensadores importantes como Espinosa e Darwin. E, infelizmente, isso é muito raro.

Alongamo-nos sobre esta temática porque, para aqueles versados na filosofia, certamente é muito importante demonstrar que o pensamento marxiano (e marxista) é capaz de vencer a batalha das ideias também no campo do pensamento filosófico. György Lukács, por exemplo, foi um autor que combateu com muito vigor a filosofia burguesa, sendo o decisivo ponto de partida para teóricos de alto gabarito, como Nicolas Tertulian, que debate vigorosamente a filosofia heideggeriana, talvez uma das mais influentes na atualidade. Esta batalha, no entanto, na obra do próprio Lukács, chegou a ser levada a cabo de modo, até certo ponto, apressado: diante do contexto conturbado do século XX (nazifascismo, guerra fria etc.), a obra *Destruição da razão* é, certamente, seminal. No entanto, não deixa de incomodar aquele que estudou, por exemplo, o pensamento heideggeriano. Por vezes, a ausência de mediações teóricas na exposição (e não necessariamente na pesquisa) do marxista húngaro é patente. E, neste sentido, o rigor que caracteriza sua obra (visível, por exemplo, em *Para uma ontologia do ser social*) acaba sendo eclipsado, mesmo que, no geral, as colocações do autor sejam muito acertadas. Assim, vale destacar que Maurício Vieira Martins não trata de Darwin e de Espinosa para mostrar como são autores pequenos perto de Marx, nem insinua que o autor de *O capital* só pode ser lido mediante estes pensadores. O cuidado da obra *Marx, Espinosa e Darwin: pensadores da imanência* precisa ser destacado porque, ao mesmo tempo em que seu autor é um conhecedor da obra espinosiana e darwiniana – mostrando que há posições não marxistas ligadas à valorização da imanência e do ser-propriadamente-assim da realidade efetiva –, ele não hipertrofia o embate ou o diálogo de Marx com tais autores. Antes, mostra que certos temas importantes da obra marxiana, como aquele do estatuto histórico da própria natureza, ou da não linearidade da concepção de causalidade, podem ser vistos, em sua diferença específica, ao termos em conta importantes expoentes da tradição do pensamento ocidental (e não só filósofos, já que Darwin não pode ser enquadrado nesta alcunha). Neste sentido, um elemento essencial do tratamento dispensado por Martins em sua obra é o cuidado e o rigor metodológicos.

Mostra o autor brasileiro que é possível ler Marx tendo em conta o legado categorial de importantes autores anteriores, ao mesmo tempo em que não é – para que se utilize a expressão de Martins sobre a nova edição das obras de Marx e Engels – a filologia que irá nos salvar.

A transformação operada pelo autor dos *Manuscritos econômico-filosóficos* em tais categorias não é só teórica (nem somente política). Destaca-se também um movimento de crítica ao pensamento teológico (calcado em certa concepção transcendente e não raro baseado na antropomorfização do devir da realidade natural e social); com isso, tem-se que tanto Marx, como Espinosa e Darwin tratam da imanência do real com referência a potências igualmente imanentes. A realidade efetiva, a ser apreendida nas categorias – formas de ser, determinações de existência –, tem uma estruturação objetiva e autárquica, de tal modo que o ser social e natural não é ausente de determinações; é histórico e objetivo. Destaca nosso autor, com referência rigorosa ao texto de Marx, que isto não significa que a ontologia marxiana seja uma espécie de empirismo; antes, ao contrário do que se dá em Feuerbach, a objetividade é apreendida em sua dimensão ativa e subjetiva, componente do próprio objeto (*Gegenstand*). Tratar da imanência, assim, não significa deixar de lado a diferença entre a objetividade e a subjetividade. Na verdade, traz diante de nós o modo pelo qual a atividade humana, compreendida em suas determinações concretas, remete, ao mesmo tempo, à mediação entre subjetividade e objetividade e ao modo pelo qual a objetividade mesma, mediante a atividade (que, mostra Martins, já em 1844, nos *Manuscritos*, não se confunde necessariamente com o trabalho) tem uma existência até certo ponto autárquica.

A historicidade presente na própria natureza, que é destacada por Darwin em oposição ao pensamento teológico, também está presente no pensamento marxiano. Já o modo pelo qual Marx critica uma visão teológica, tanto no que toca a história, quanto no que diz respeito à natureza, teria como precedente o pensamento espinosiano. No que chegamos a um ponto importante. Se é verdade que a diferença específica do pensamento marxiano diante de outros pensadores da imanência (formulação bastante feliz de Martins, em nossa opinião), é interessante analisar como que certas questões – em respeito à terminologia althusseriana, talvez não devêssemos colocar aqui a noção de “problemática” - presentes na crítica darwiniana e espinosiana ao pensar teológico e transcendente, em verdade, remetem a algo distinto do que os autores trataram. Assim, certamente é possível pesarmos a partir de clássicos do pensamento ocidental, como Darwin por exemplo, a questão da reemergência do criacionismo (algo que parecia estar completamente fora de cogitação há algum tempo). Muitos dos debates contra a teoria darwinista e darwiniana podem iluminar a análise do apelo religioso que volta a ter bastantes efeitos no presente. Maurício Vieira Martins sempre valoriza em seu livro debates que não necessariamente se colocam – em sua conformação clássica – no terreno do marxismo. Ele evita, porém, dois

equivocos igualmente unilaterais na lida com tais questões: de um lado, não toma de modo ingênuo a formulação do problema. Isto redundaria em uma simples transposição de uma formulação não marxista ao terreno do marxismo, o que poderia levar, e não raro leva, ao ecletismo teórico ou a um tratamento raso. No primeiro caso, as determinações do método que pretende demonstrar e explicitar a gênese histórico-social da objetividade da realidade efetiva são despedaçadas; no segundo, usualmente, traz-se à tona uma abordagem incompatível com a apreensão da historicidade e da objetividade do real e “acrescenta-se” o marxismo, por exemplo, com a luta de classes a fim de trazer à tona um elemento histórico e objetivo...Martins escapa desta armadilha. Doutro lado, o nosso autor em nenhum momento diz que a formulação da questão, por ter sido trazida à tona por autores não marxistas, deve ser ignorada. A obra de Maurício Vieira Martins trata de algo, até certo ponto, “especializado”: o modo pelo qual Marx, Espinosa e Darwin são pensadores da imanência (com tudo que isto implica); porém, remete para muito além de um debate acadêmico e “filosófico” (pensado como algo de uma disciplina especializada e marcada por uma análise filológica pretensamente desinteressada).

Uma grande contribuição do livro está em um aspecto, por assim dizer, metodológico. Como destacamos acima, o rigor do autor destaca-se na medida em que se trata um marxista que apreende as determinações do pensamento de autores não marxistas, realizando uma análise imanente das formações ideais. O cuidado com o qual isto é realizado é, acreditamos, exemplar. Para que sejamos claros: bater em espantalhos não pode servir de nada a uma posição efetivamente crítica. E os embates nos quais Martins se coloca (seja com autores criacionistas, seja com marxistas como Althusser, ou pós-marxistas como Negri – este último, com Hardt, muito influenciado pelo pensamento de Espinosa) são sempre muito cuidadosamente organizados e nunca desconsideram a complexidade do pensamento dos antagonistas. Não se trata só de uma questão de honestidade intelectual, porém; antes, uma posição efetivamente crítica demanda uma análise imanente das formações ideais e das funções concretas que elas têm na realidade efetiva. O livro ainda merece ser lido pelas incursões de Vieira em debates complexos e atuais os quais não poderemos abordar aqui, mas que trazem a marca de um marxista rigoroso e comprometido com a crítica ao presente.

Como citar:

SARTORI, Vitor B. Nas trilhas da imanência (resenha). *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 482-485, nov. 2019.

Data do envio: 25 mar. 2019

Data do aceite: 9 jul. 2019